

LUCIANA SARAIVA DE OLIVEIRA JERÔNIMO

**DIÁLOGO TEMÁTICO ON-LINE NA CONSULTA PÚBLICA DIGITAL:
UM ESTUDO SOBRE RELAÇÕES ENTRE ENUNCIADOS
DO GOVERNO E DOS CIDADÃOS**
(O caso do “Governador Pergunta” no site “Gabinete Digital” do RS)

Tese apresentada para Banca de Defesa de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Gerbase

Porto Alegre
2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE

J56d

Jerônimo, Luciana Saraiva de Oliveira

Diálogo temático on-line na consulta pública digital: um estudo sobre relações entre enunciados do governo e dos cidadãos (o caso do “Governador Pergunta” no site “Gabinete Digital” do RS). / Luciana Saraiva de Oliveira Jerônimo. – Porto Alegre, 2016.

451 f. : il

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Faculdade de Comunicação Social, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Gerbase

1. Comunicação. 2. Comunicação Política. 3. Diálogo on-line. 4. Participação Popular. 5. Governança Digital. I. Gerbase, Carlos. II. Título.

CDD 301.16

Ficha elaborada pela bibliotecária

**Anamaria Ferreira
CRB 10/1494**

LUCIANA SARAIVA DE OLIVEIRA JERÔNIMO

**DIÁLOGO TEMÁTICO ON-LINE NA CONSULTA PÚBLICA DIGITAL:
UM ESTUDO SOBRE RELAÇÕES ENTRE ENUNCIADOS
DO GOVERNO E DOS CIDADÃOS**
(O caso do “Governador Pergunta” no site “Gabinete Digital” do RS)

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de doutora pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 4 de maio de 2016

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Dr. Carlos Gerbase – PUCRS

Prof.^a Dra. Heloiza Helena Matos e Nobre - USP

Prof. Dr. Adail Ubirajara Sobral - UCPEL

Prof.^a Dra. Marie Anne Macadar Moron - PUCRS

Prof. Dr. Antonio Carlos Hohlfeldt - PUCRS

Porto Alegre
2016

À Lucia Maria e Murillo Leonardo,
pela grandeza de seus ensinamentos.

À Flávio Trindade Jerônimo,
por seu amor à justiça e à democracia.

À João Leonardo, Laryssa, Beatriz, Amanda e Vivian, meus sobrinhos,
para que tenham um futuro com justiça social e justiça política.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte da minha força e do meu equilíbrio, nos momentos mais desafiadores da minha vida e também neste esforço intelectual.

À CAPES, pelo apoio financeiro ao Dinter PUCRS-UFMA.

Ao professor doutor José Marques de Melo que, em 8 de abril de 2010, ao receber o título de *Doutor Honoris Causa* pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), teve a sensibilidade de perceber a potencialidade da interação entre UFMA e PUCRS para construir um doutorado interinstitucional.

À Universidade Federal do Maranhão (UFMA), na pessoa do reitor professor doutor Natalino Salgado, que viabilizou as condições para realização do Dinter em Comunicação Social.

Aos colegas do Departamento de Comunicação Social, especialmente, os professores doutores Francisco Gonçalves, Joanita Ataíde, Rosinete Ferreira e Protásio Santos, nossos chefes durante o Dinter, pelo apoio e esforço; e ao professor doutor Esnel Fagundes, coordenador do Dinter na UFMA.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, na pessoa do professor doutor Antonio Hohlfeldt, pelos diálogos, críticas e sugestões durante o percurso deste estudo doutoral.

Às secretárias Lúcia Stasiak e Patrícia Baptista, pelo apoio institucional no momento do estágio doutoral e on-line; e à Fernanda Carvalho, secretária do Dinter na UFMA, pelo apoio logístico.

Ao meu orientador e interlocutor, professor doutor Carlos Gerbase, pelo respeito, confiança e por acompanhar, de perto e de longe, a construção desta tese.

Aos professores doutores Antonio Hohlfeldt e Adail Sobral, pelas ricas avaliações, na fase de Qualificação, contribuindo para o amadurecimento desta pesquisa e deste texto.

Aos professores Flávio Trindade Jerônimo, meu marido e companheiro, inclusive nesta jornada, e Lucia Maria Saraiva de Oliveira, minha mãe e amiga, que sempre me animavam e tranquilizavam com as leituras, contribuições e longos debates sobre o conteúdo desta tese.

Ao meu irmão Marcel, pela colaboração na tradução dos textos em inglês e pelas conversas sobre a pragmática da comunicação.

À minha família, por torcer e por compreender as minhas ausências e a minha impaciência, durante este período de esforço intelectual.

Aos meus colegas do Dinter pela boa convivência, em especial a Roseane, Larissa, Flávia, Zefinha, Marco Gehlen e Ed Wilson, pelos bons diálogos e solidariedade no estágio doutoral, no Rio Grande do Sul.

À professora Maria de Fátima R. dos Santos, por sua generosidade ao dispor do seu precioso tempo para normalizar esta tese.

A todos, muito obrigada!

Dois enunciados alheios confrontados, que não se conhecem e toquem levemente o mesmo tema (ideia), entram inevitavelmente em relações dialógicas entre si. Eles se tocam no território do tema comum, pensamento comum (BAKHTIN [1979] 2011, p. 320).

RESUMO

O diálogo entre governo e cidadãos realizado, por meio de consulta pública digital, é a base desta investigação. Baseada no método fenomenológico bakhtiniano e na pragmática habermasiana, esta tese pretende analisar a interação verbal on-line materializada nas consultas públicas digitais, identificando suas características, definindo o tipo de diálogo racional, concreto e intencional que amplie a participação do cidadão na Administração Pública. Utilizou-se dois níveis de abstrações para se observar a estrutura de interação verbal on-line. O primeiro nível explora o *dialogismo* entre os enunciados do governo e dos cidadãos gaúchos, escritos e postados, no espaço “Govenador Pergunta” do *site* “Gabinete Digital” do RS. O segundo nível, examina e expõe a materialidade da *racionalidade comunicativa* nesse processo de interação. Os dois níveis revelam as dimensões pragmática e semântica do diálogo. A prática investigativa foi dividida em três etapas. A primeira, a *descrição* das consultas públicas digitais, contexto empírico desta pesquisa. A segunda, a *análise* qualitativa das sequências enunciativas e dos seus respectivos enunciados individuais, em cada consulta pública digital. E, a terceira, a *interpretação*, que consistiu em um interlocução entre o aporte teórico mobilizado e os dados reunidos sobre as sequências enunciativas, por meio da qual chega-se às características e à forma como esse diálogo se apresenta após esta investigação. Pôde-se, então, denominar de *diálogo temático on-line entre governo e cidadãos* o tipo de diálogo que se viu materializado em uma das consultas públicas digitais, produzindo um sentido restrito de diálogo que acontece nas condições e contexto empírico investigado, e que se diferencia das demais formas de diálogo. Esse conceito pode contribuir para a elaboração de diretrizes, metodologias e estratégias de avaliação mais adequadas à consulta pública digital, tanto como forma de ampliar a influência do cidadão, quanto forma de melhorar a atenção, ao que eles dizem como auxílio à produção de decisões política e administrativa mais acertadas.

Palavras-chave: Comunicação política. Diálogo on-line. Participação popular. Governança digital.

ABSTRACT

The dialogue between state government and citizen held in a digital platform for public consultation is the source of this investigation. Based on Bakhtin's phenomenological method and Habermas's program in formal pragmatics, the thesis analyzes the online verbal interaction materialized on digital public consultation to identify characteristics and to define the type of rational-concrete-intentional dialogue required to expand the popular participation on Public Administration. The interpretation of the online verbal interaction structure occur on two levels. The first level explores the dialogism between the governor enunciation and the citizen enunciation that are written and posted on the Rio Grande do Sul state homepage, called "Gabinete Digital". The second level examines and exposes the materiality of communicative rationality within this interaction process. The two levels reveal the pragmatic and the semantic dimensions of the dialogue. The research practice is divided in three steps. First of all, the digital public consultation description (empirical research context). Secondly, the qualitative analysis of the enunciative sequences without neglecting their individual enunciation in each digital public consultation. Thirdly, the data interpretation based on the mobilized theoretical support, which helped to define the characteristics and form of dialogue that is identified after the investigation. The type of dialogue that arises from research is named *online thematic dialogue between state government and citizen*, producing a narrow sense of dialogue that takes place in conditions and empirical context investigated, and it differs from other forms of dialogue. This new concept of dialogue will be able to contribute to develop guidelines, methodologies and assessment strategies to readapt the digital public consultation, amplifying the citizen influence and improving the citizen participation on political decisions.

Keywords: Political communication. Online dialogue. Popular participation. Digital governance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ideia preliminar de racionalidade comunicativa	30
Quadro 1 – Relação entre pretensão de validade e enunciado	32
Quadro 2 – Relação entre pretensão de validade e enunciados avaliativo e expressivo	32
Quadro 3 – Tipos de ato de fala, segundo Austin	38
Quadro 4 – Efeito e êxito de diferentes ações de fala	39
Quadro 5 – Relação entre ação de fala e pretensão de validade	41
Quadro 6 – Classificação habermasiana das ações de fala	43
Quadro 7 – Tipos puros de interações mediadas pela linguagem	44
Quadro 8 – Encontro da pragmática formal com a pragmática empírica	45
Quadro 9 – Aspectos da racionalidade da ação, segundo Habermas	47
Figura 2 – <i>Modelo conceitual inicial</i> : relação entre os dois níveis de observação do diálogo	74
Quadro 10 – Dispositivos constitucionais de participação popular ou civil na Constituição Federal Brasileira de 1988	79
Quadro 11 – Instrumentos processuais de participação e de controle civil na Administração Pública, pelo viés jurídico que orienta a prática administrativa	84
Quadro 12 - Espaços de participação social e de diálogo na Administração Pública, pelo viés da prática política	85
Quadro 13 – Relação entre concepções democráticas e seus próprios significados de participação	93
Figura 3 – Ciclo contínuo de atividade do Orçamento Participativo em Porto Alegre	117
Figura 4 - Procedimentos da Consulta Popular no RS	119
Figura 5 – Ciclo contínuo de atividade do Programa de Participação Popular no RS	121

Figura 6 – Desenho do Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã do RS, em 2012	131
Figura 7 - <i>Layout</i> do “Governador Pergunta”, em 2011	138
Figura 8 – <i>Login</i> e subtemas da consulta pública digital sobre “Atendimento na saúde pública”	139
Figura 9 – Base do inquérito <i>wiki-survey</i> , do projeto “ <i>All Our Ideas</i> ”	141
Figura 10 - Os subtemas da consulta pública digital sobre “Atendimento na saúde pública” no RS	148
Figura 11 – Página da consulta pública digital sobre “Segurança no trânsito” ...	149
Figura 12 – Páginas da consulta pública digital sobre “Reforma política”	153
Quadro 14 – Resumo dos resultados quantitativos das consultas públicas digitais no “Governador Pergunta”	156
Figura 13 – Tríade viva do enunciado	163
Quadro 15 – Extensões do processo alteridade/responsabilidade na interação verbal on-line	168
Figura 14 – Camadas da experiência discursiva na consulta pública digital	169
Figura 15 – Dois níveis da conclusibilidade da interação verbal on-line	172
Figura 16 – Elementos para análise da racionalidade comunicativa	179
Figura 17 – <i>Modelo conceitual próprio da pesquisa</i>	180
Quadro 16 – Extensões de <i>alteridade-responsabilidade</i> – sequências enunciativas longas	185
Quadro 17 – Extensões de <i>alteridade-responsabilidade</i> – sequências enunciativas médias	187
Quadro 18 – Extensões de <i>alteridade-responsabilidade</i> – sequências enunciativas curtas	188
Quadro 19 - Extensões de <i>alteridade-responsabilidade</i> – sequências enunciativas curtíssimas	189

Quadro 20 – Relação semântico-axiológica no <i>corpus</i> da consulta pública digital sobre “Segurança no trânsito”	190
Figura 18 – Tríades vivas dos enunciados na SEL1 – consulta sobre “Atendimento na saúde pública”	192
Figura 19 – Tríades vivas dos enunciados na SEc – consulta sobre “Segurança no trânsito”	194
Quadro 21 – <i>Micronível e macronível</i> de conclusibilidade da interação, na SEL1, consulta pública digital sobre “Atendimento na saúde pública”	195
Quadro 22 – Variabilidade quantitativa de “dixi” nas três consultas públicas digitais, no “Governador Pergunta”	197
Figura 20 – Relações semântico-axiológicas na SEL1 – consulta pública digital sobre “Atendimento na saúde pública”	201
Quadro 23 - Quantidade de relações semântico-axiológicas possíveis, em cada tipo de sequência enunciativa, na consulta pública digital sobre “Atendimento na saúde pública”	206
Quadro 24 – Relação semântico-axiológica nas sequências enunciativas 1 e 4, com padrão SEc – consulta pública digital sobre “Segurança no trânsito”	207
Figura 21 – Relação semântico-axiológica na sequência enunciativa 1, com padrão SEc – consulta pública digital sobre “Reforma política”	208
Quadro 25 – Síntese dos operadores analíticos deliberativos	209
Figura 22 – Força centrífuga do diálogo on-line entre governo e cidadãos	243

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGM	Associação Gaúcha de Municípios
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento
CC	Contribuição do cidadão/ã
COM	Comentário do Cidadão/ã
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEADD	Centro de Estudos Avançados em Democracia Digital
CF	Constituição Federal
COMUDES	Conselhos Municipais de Desenvolvimento
COP	Conselho de Orçamento Participativo
COREDES	Conselhos Regionais de Desenvolvimento
CPT	Comissão Pastoral da Terra
Dinter	Doutorado Interinstitucional
EG	Encaminhamento do Governador
FAMURS	Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul
FDRH	Fundação para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul
FEE	Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul
FRACAB	Federação Rio-Grandense de Associações Comunitárias e Amigos do Bairro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESE	Índices de Desenvolvimento Social e Econômico
IDH	Indicador de Desenvolvimento Humano
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NTIC	Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação
ONU	Organização das Nações Unidas
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PG	Pergunta do Governador
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNPS	Política Nacional de Participação Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PR	Estado do Paraná
PROCERGS	Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSF	Programa Saúde na Família
PT	Partido dos Trabalhadores

PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
QA	Questão Agregada
RG	Resposta do Governador
RS	Estado do Rio Grande do Sul
SC	Estado de Santa Catarina
SNPS	Sistema Nacional de Participação Social
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UAMPA	União das Associações de Moradores de Porto Alegre/RS
UBS	Unidade Básica de Saúde
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
URL	Uniform Resource Locator
UVERGS	União de Vereadores do Estado do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	JÜRGEN HABERMAS E MIKHAIL BAKHTIN: LEITURAS SOBRE DUAS DIMENSÕES DO DIÁLOGO	25
2.1	DIÁLOGO E RAZÃO COMUNICATIVA NA CONCEPÇÃO DE JÜRGEN HABERMAS	27
2.1.1	Contextos de ação e pretensões de validade na prática comunicativa racional	32
2.1.2	Dizer é fazer: a orientação ao entendimento e a coordenação de ações [de fala] consensuais como particularidades da racionalidade comunicativa	35
2.1.2.1	O problema da coordenação de ações consensuais para a racionalidade de uma ação comunicativa	37
2.2	DIÁLOGO NA CONCEPÇÃO DE MIKHAIL BAKHTIN	48
2.2.1	O princípio dialógico bakhtiniano: orientação às relações entre enunciados individuais	54
2.2.2	As relações dialógicas entre enunciados individuais: uma marca no diálogo	56
2.2.2.1	Os princípios de alteridade e responsabilidade	58
2.2.2.2	A conclusibilidade específica do enunciado: um aspecto interno do dialogismo	61
2.2.2.3	Os elementos da enunciação viva: entonação expressiva e valoração do enunciadador	63
2.3	AFASTAMENTOS E APROXIMAÇÕES DAS CONCEPÇÕES HABERMASIANA E BAKHTINIANA	67
2.3.1	Ação comunicativa, linguagem e significação	71
3	CULTURA POLÍTICA, PARTICIPAÇÃO POPULAR E GOVERNANÇA DIGITAL NO RS	76
3.1	CONTEXTO HISTÓRICO-POLÍTICO AMPLO: MARCO LEGAL, PARTICIPAÇÃO POPULAR E GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL	77
3.1.1	O governo brasileiro e os modelos de gestão pública	89
3.1.2	Os modelos de gestão pública e suas concepções de participação	93
3.2	A EXPERIÊNCIA DO RIO GRANDE DO SUL NA CONSTRUÇÃO DE INSTITUCIONALIDADES PARTICIPATIVAS	98
3.2.1	O fenômeno associativo na cultura política do RS	99
3.2.2	O momento de redemocratização	110
3.2.3	As primeiras experiências de inserção da participação popular na gestão pública	111

3.2.3.1	Os COREDES e os COMUDES: nova forma de relacionamento entre sociedade civil, Estado e mercado	112
3.2.3.2	O Orçamento Participativo Gaúcho	114
3.2.3.3	A Consulta Popular Gaúcha	118
3.3	O GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL ENTRE 2011 E 2014 E SEU PROJETO DE GOVERNANÇA DIGITAL	122
3.4	“GABINETE DIGITAL”: ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DIGITAL DO GOVERNO “TARSO GENRO/BETO GRILL” (2011-2014)	126
3.4.1	“Governador Pergunta”: espaço de consultas públicas digitais	137
3.4.1.1	Os procedimentos do “Governador Pergunta”	140
4	CONSULTA PÚBLICA DIGITAL E INTERAÇÃO VERBAL ON-LINE: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DO PROCESSO DIALÓGICO	143
4.1	AS TRÊS CONSULTAS PÚBLICAS DIGITAIS NO “GOVERNADOR PERGUNTA”: DESCRIÇÃO DO CONTEXTO EMPÍRICO DA ANÁLISE	144
4.1.1	Consulta pública digital sobre “Atendimento na saúde pública”	145
4.1.2	Consulta pública digital sobre “Segurança do trânsito”	149
4.1.3	Consulta pública digital sobre “Reforma política”	152
4.2	A IDEIA DE INTERAÇÃO VERBAL ON-LINE	156
4.2.1	Contextos: organizadores e determinadores da interação verbal on-line	158
4.2.2	Governo e cidadãos: sujeitos organizadores e determinadores da interação verbal on-line	161
4.2.2.1	O governo: dos pontos de vista administrativo, político e discursivo	163
4.2.2.2	Os cidadãos: respondentes do primeiro enunciador	165
4.2.3	<i>Dialogismo entre enunciados individuais: uma das marcas de interação verbal on-line</i>	166
4.2.3.1	Os limites no interior da interação verbal on-line	169
4.2.3.2	Relações semântico-axiológicas na interação verbal on-line: entonação e valorização materializadas	173
4.2.4	<i>Racionalidade comunicativa: outra marca da interação verbal on-line</i>	176
4.3	OUTROS ASPECTOS DA PROPOSTA: ETAPAS E ESCOLHA DO CORPUS	180
5	ANÁLISE DO QUE SE VIU E DO QUE SE LEU NAS SEQUÊNCIAS ENUNCIATIVAS	183
5.1	ALTERIDADE E RESPONSABILIDADE	183
5.2	MICRONÍVEL E MACRONÍVEL DE CONCLUSIBILIDADE DA INTERAÇÃO VERBAL ON-LINE	191
5.3	VALORAÇÃO E ENTONAÇÃO EXPRESSIVA DO TEMA, EM CADA ENUNCIADO	200
5.4	CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA DA RACIONALIDADE COMUNICATIVA	209
5.5	A RACIONALIDADE COMUNICATIVA MATERIALIZADA	226
5.6	AS PARTICULARIDADES DE UM DIÁLOGO ON-LINE: UMA INTERPRETAÇÃO PROVOCADA PELO OBJETO EMPÍRICO	229
5.6.1	Vários padrões de extensão das sequências enunciativas	230
5.6.2	Relações semântico-axiológicas constituídas na interação	233

5.6.3	Racionalidade comunicativa razoavelmente materializada	235
5.6.4	Dois níveis do acabamento interno da interação verbal on-line	236
5.6.5	O tema, inicialmente, pré-determinado pelo governo	238
6	CONCLUSÃO	240
	REFERÊNCIAS	247
	APÊNDICES	264
	APÊNDICE A – QUADRO DOS CIDADÃOS AUTORES DAS 50 CONTRIBUIÇÕES NA CONSULTA PÚBLICA DIGITAL SOBRE “ATENDIMENTO NA SAÚDE PÚBLICA”	264
	APÊNDICE B – TIPOS DE EXTENSÃO DE SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA NA CONSULTA PÚBLICA DIGITAL SOBRE “ATENDIMENTO NA SAÚDE PÚBLICA”	283
	APÊNDICE C – SEQUÊNCIAS ENUNCIATIVAS DA CONSULTA PÚBLICA DIGITAL SOBRE “ATENDIMENTO NA SAÚDE PÚBLICA”	284
	APÊNDICE D - SEQUÊNCIAS ENUNCIATIVAS DA CONSULTA PÚBLICA DIGITAL SOBRE “SEGURANÇA NO TRÂNSITO”	342
	APÊNDICE E - SEQUÊNCIAS ENUNCIATIVAS DA CONSULTA PÚBLICA DIGITAL SOBRE “REFORMA POLÍTICA”	372
	ANEXOS	395
	ANEXO A – TELA DO FACEBOOK SOBRE AUDIÊNCIA PÚBLICA <i>COPA DO MUNDO 2014</i>	395
	ANEXO B – ESTRUTURA DO <i>SITE</i> “GABINETE DIGITAL”	396
	ANEXO C – CONSULTAS PÚBLICAS DIGITAIS, NO “GABINETE DIGITAL”, ENTRE 2011 E 2014	397
	ANEXO D – <i>LAYOUT</i> DO “GABINETE DIGITAL” CONFORME DISPOSITIVO TECNOLÓGICO	398
	ANEXO E – POLÍTICA DE CONSENTIMENTO E PRIVACIDADE DO PROJETO “ <i>ALL OUR IDEAS</i> ”	399
	ANEXO F – ESTRUTURA BÁSICA DE <i>WIKI-SURVEY</i> DO PROJETO “ <i>ALL OUR IDEAS</i> ”	401
	ANEXO G – TERMOS DE USO DO “GABINETE DIGITAL”	402
	ANEXO H – RELATÓRIO PRIMEIRA EDIÇÃO DO “GOVERNADOR PERGUNTA”, EM 2011	406
	ANEXO I – TELAS DA CONSULTA PÚBLICA DIGITAL SOBRE “ATENDIMENTO NA SAÚDE PÚBLICA”	437
	ANEXO J – TELA DA PÁGINA DO “GABINETE DIGITAL” NO FACEBOOK	439
	ANEXO K – RELATÓRIO DA CONSULTA PÚBLICA DIGITAL SOBRE “REFORMA POLÍTICA”	440
	ANEXO L – DECRETO Nº 48.056, DE 24 DE MAIO DE 2011, QUE INSTITUI O “GABINETE DIGITAL”	447
	ANEXO M – DECRETO Nº 48.223, DE 4 DE AGOSTO DE 2011, QUE ALTERA O DECRETO Nº 48.056	449
	ANEXO N – DECRETO Nº 50.111, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013, QUE ALTERA O DECRETO Nº 48.056	450

1 INTRODUÇÃO

Esta tese discute as características do *diálogo entre governo e cidadãos*¹ via internet. Um objeto que se insere nos estudos sobre Comunicação e Política. Neste caso, debruça-se sobre o viés comunicativo da prática política, no âmbito da Administração Pública do estado do Rio Grande do Sul², efetivado por meio da experiência discursiva dialógica em consultas públicas digitais, ao abordarem questões de interesse geral³ da população gaúcha, em 2011, 2012 e 2013. Ao final da investigação, entendeu-se que foi produzido, apenas em uma das consultas analisadas, um tipo específico de diálogo: o *diálogo temático on-line entre governo e cidadãos*.

De início, entende-se que diálogo é um dos vocábulos mais utilizados, na atualidade, no campo Político. Ele se impõe no momento democrático em que se vive. Ou pelo excesso de seu uso discursivo ou pela escassez de seu uso prático. Ou, ainda, pela confusão semântica que ele gera. No sentido amplo, pode-se argumentar que o homem, como sujeito sociopolítico, dialoga. Dialoga-se quando se fala e se ouve. Dialoga-se quando se escreve e se lê. Dialoga-se porque se é dotado de linguagem e é possível constituir a “palavra” e seu significado. Como diz Bakhtin (1929-2010, p. 42), “a palavra penetra literalmente em todas as relações sociais entre indivíduos.”

Diálogo é uma das formas de exercício da linguagem. Diálogo é movimento da “palavra”. É o movimento de diferentes posicionamentos; do falar e do ouvir; do escrever e do ler. Um movimento que produz sentidos imprevisíveis, inexauríveis e irrepetíveis (BAKHTIN, 1929-1981; 1929-2010). Produz, também, interferências em uma dada realidade, em condições específicas, em um momento singular. Assim como, um espaço-tempo particular forma uma rede semiótica que orienta e determina o conteúdo e a forma do diálogo. Mas, concretamente, em que situação pensa-se o diálogo?

¹ Utiliza-se, nesta tese, o termo *cidadãos* no sentido mais amplo possível para designar qualquer indivíduo ou “comunidade discursiva” – “grupos de pessoas, organizadas ou não de forma institucional, que produzem e fazem circular discursos, que neles se reconhecem e são por eles reconhecidos” (ARAÚJO, 2002, p. 288).

² A escolha da experiência do estado do Rio Grande do Sul considerou o fato de que este estado tem, notadamente e reconhecidamente, tanto pela acadêmica quanto pelo campo da Política, uma expertise em participação popular no âmbito da Administração Pública municipal – com o Orçamento Participativo desde 1989 – e no estado – com os Conselhos Regionais, Municipais, a Consulta Popular com votação digital e Governo Eletrônico, como está exposto na seção 3.

³ No sentido rousseauriano. Interesse compartilhado em igual medida por todos os integrantes da sociedade gaúcha. Para Habermas (1992-1997, v.2), atores individuais e coletivos sem grande poder organizacional e atores coletivos com grande poder organizacional.

Problematiza-se o diálogo concreto entre governo e cidadãos, em uma plataforma digital de colaboração/*site* governamental, por meio do qual pressupõe-se que o governo – neste caso, o do estado do Rio Grande do Sul, entre 2011 e 2014 –, possa fazer funcionar, em parte, seu processo de Governança Digital, ou seja, “a interação entre cidadãos, organizações governamentais e setores públicos e políticos via internet” (MEDEIROS, 2004, p. 76). *Diálogo entre governo e cidadãos* é um signo nesta investigação. Um signo constituído a partir de contextos históricos amplo e particular, que formam um tecido semiótico que, por sua vez, tenta explicar sua significação e valor em dado contexto situacional. Está se falando de problematizar esse diálogo na prática política concreta, no âmbito da gestão do estado do Rio Grande do Sul em 2011, 2012 e 2013, que se apropria do espaço internet, para agir e sugerir a vitalidade da democracia participativa.

Para começar tal problematização, dois aportes teóricos dão forma ao esforço intelectual para se pensar duas dimensões do *diálogo entre governo e cidadãos*: uma externa, que tenta conectar, pelo diálogo crítico-racional, Estado e sociedade civil, com base nas ideias de democracia participativa e deliberativa, cidadania e política; e outra interna, que pensa o funcionamento interior do diálogo pelo qual é revelado o ato comunicativo (contextualizado) dos interlocutores. De um lado, Jürgen Habermas que, com os dois volumes da obra *A teoria do agir comunicativo* (1981-2012), aponta o princípio da *racionalidade comunicativa* como a força espontaneamente unitiva e geradora de consenso da ação *na e pela* linguagem. A racionalidade comunicativa em um diálogo é uma força que estrutura o sistema comunicativo. Seus participantes – aqui, governo e cidadãos – devem superar suas concepções subjetivas, para obterem um entendimento em um consenso momentâneo, instável e provisório. Eles se reconhecem, mutuamente, ao se comunicarem e, dessa forma, podem aceitar ou contestar suas enunciações, o que, para Habermas (1981-2012), sustenta a perspectiva da liberdade comunicativa e da produção de sentido, perdidos pela invasão da racionalidade econômica e burocrática do mundo da vida. A racionalidade comunicativa revela parte do potencial da experiência discursiva nos processos políticos e democráticos de formação da vontade dos cidadãos, que aparece com mais clareza na obra *Direito e democracia: entre facticidade e validade* (HABERMAS, 1992-1997, 2v.). Nesta tese, a racionalidade comunicativa desvela-se, ao longo da investigação, no que foi denominado, aqui, de *interação verbal on-line*. Ou, para Habermas, a ação derivada da “coordenação de ações de fala consensuais”. É por meio da interação verbal on-line que o diálogo entre governo e cidadãos se efetiva.

O outro aporte teórico que dá forma para pensar a dimensão interna do diálogo entre governo e cidadãos, são as obras de Mikhail Bakhtin e seu Círculo⁴, mais especificamente *Marxismo e filosofia da linguagem* (1929-2010) e *Estética da criação verbal* (1979-2011), que oferecem condições para identificar os princípios, aspectos e elementos próprios do funcionamento interno da interação verbal on-line. Um funcionamento determinado pela relação dialógica entre enunciados individuais. Para Bakhtin, a relação dialógica entre enunciados modifica a forma de ser de uma dada realidade discursiva, transformando-a. É pela relação (dialógica), entre os *enunciados individuais concretos*, que se identifica as características desse *diálogo*. Mikhail Bahktin, contribuiu com quatro categorias para se pensar esse funcionamento interno: *alteridade* e *responsabilidade* (conectadas entre si), *conclusibilidade* específica do enunciado e *entonação expressiva* e *valoração* (conectadas entre si para constituir a relação semiótico-axiológica entre enunciados). Porém, precisava-se entender melhor a rede semiótica que estruturava o signo *diálogo entre governo e cidadãos*, na realidade do Rio Grande do Sul, até o momento em que ele se dá via internet.

A ideia de diálogo entre governo e sociedade, na democracia brasileira, ganha relevância institucional a partir da abertura política do país, materializada em 1988, com a promulgação da atual Constituição Federal. Ela está vinculada à institucionalização do processo de participação dos cidadãos no Estado Democrático de Direito Brasileiro. O processo de institucionalização da participação cidadã e do diálogo entre Estado e sociedade civil mal acabara de se institucionalizar, já se pensava na sua operacionalização, via internet. Em 2000, no campo de estudo da Política, já se falava que a internet era uma “esfera pública virtual”, onde se estabelecia “conversação relevante politicamente, com vistas à deliberação democrática” (MAIA, 2000. p. 1).

Em pouco tempo, o uso da internet passou da periferia ao centro dos modelos de gestão pública brasileiros (AGGIO & SAMPAIO, 2013; ARAÚJO, M., 2013; MAIA; GOMES; MARQUES, 2011; MARGETTS, 2010; MEDEIROS, 2004; SILVA, S., 2011; PETERS & PIERRE, 2010), facilitado pela popularização do uso da internet e das práticas sociais mediadas por computador. Tal cenário gerou uma demanda por acesso à

⁴ “Círculo de Bakhtin” é a designação do grupo de pensadores russos que se reuniam para refletir e criticar concepções filosóficas e que constituíram uma concepção própria de Filosofia da Linguagem, produzindo conceitos basilares para o estudo da linguagem, como: dialogismo, signo ideológico, interação verbal e enunciado concreto. Esse grupo era composto por Mikhail M. Bakhtin, Lev V. Pumpiánski, Matvei I. Kagan, Valentin N. Volochinov, Ivan I. Solertínski, Pável N. Medviédev, Maria V. Iudina, Ivan I Kasaiev, Konstantim Vaguinov e Bóris Zubákin (BAKHTIN; DUVAKIN, 2012; CLARK; HOLQUIST, 2004).

informação pública constante e útil ao cidadão, controle social sobre os assuntos e negócios de responsabilidade do governo, transparência nas decisões e nas ações governamentais e participação nas discussões sobre as dimensões e estratégias de desenvolvimento social, assim como participação⁵ nas decisões políticas e orçamentárias do país, dos estados e dos municípios.

As práticas sociais e políticas passaram a acontecer também em lugares virtuais e nos não-lugares⁶, até por limitação dos espaços físicos que, com o processo de inclusão do indivíduo na dinâmica ordinária da vida sociopolítica contemporânea, sofreram significativas alterações e/ou tornaram-se fisicamente insuficientes. Os cidadãos usuários de tecnologia passam a ser atores políticos (ou ativistas) no cotidiano da internet.

Por isso, no Brasil, governos federal, estaduais e municipais desenvolveram plataformas digitais de colaboração, a partir da segunda geração da internet⁷ (ou terceira), para dar visibilidade, informar e promover a participação política *on-line* dos governados sobre assuntos de interesse geral (de interesse de todos) que estão sob a responsabilidade do governo. Assim, eles, presumivelmente, almejavam (e almejam) aumentar a eficiência na prestação de serviços ao cidadão (usuário do sistema), com a interconexão de seus órgãos e entidades, e concretizar o trabalho colaborativo entre atores públicos, comunitários e privados (interagentes⁸) em prol do bem da coletividade.

Surgem, dessa pretensão, os *sites* governamentais e suas interfaces comunicativas com espaços enunciativos próprios que, de forma complementar às experiências discursivas tradicionais, produzem experiências discursivas *on-line*, por meio de consultas públicas digitais, por exemplo, efetivando uma nova espécie de diálogo entre governantes e governados. Por trás dessa inovação, está, possivelmente, a perspectiva de aumentar os espaços de participação popular no âmbito da Administração Pública, a partir da ideia de corresponsabilidade sobre as decisões e ações políticas governamentais que se manifesta por: influência dos cidadãos sobre a decisão política; controle do cidadão sobre as ações

⁵ A ideia de participação do cidadão na gestão e no controle da Administração Pública “é reforçada com a introdução do § 3º no artigo 37 da Constituição pela Emenda Constitucional 19/98, que prevê lei que discipline as formas de participação do usuário na administração direta e indireta” (DI PIETRO, 2011, p. 30).

⁶ Considera-se aqui os “não-lugares” como lugares de passagem, de ocupação provisória, onde o cidadão pode ter acesso aos órgãos governamentais no processo de sua própria mobilidade, via *wifi*, com equipamentos como *iphone*, em um aeroporto, por exemplo (Cf. AUGÉ, 1994).

⁷ Diz respeito à organização e ao uso da internet.

⁸ O termo “interagentes” será utilizado nesta introdução para significar interlocutores nos ambientes digitais: indivíduos que trocam de posição (locação/audição) no processo de construção de enunciações mediada por computadores.

do governo, aplicações das leis e das políticas públicas; e intervenção da cidadania nas decisões e ações governamentais (GOMES, 2007).

No estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, o uso de tecnologia na conexão entre governo e população, só acontece em 2003, com a “Consulta Popular” sobre o orçamento do estado para serviços e programas finalísticos do governo. Mas, daí por diante, ampliou-se o uso de Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTIC) na Administração Pública gaúcha, com a implantação da E-Administração⁹.

Com o acúmulo de expertises, em 2011, o governo estadual investe na melhoria da Governança Digital (E-Governança), por meio de vários canais digitais de participação popular e cidadã, dentre eles o *site* “Gabinete Digital”. Numa concepção de governo mais atual, essa estrutura de Governança Digital serviria ao estabelecimento de uma nova cultura de gestão pública, promovendo a colaboração entre governo e sociedade civil. Uma das formas escolhidas para obter essa colaboração foi por meio do mecanismo de consultas públicas digitais, operado no espaço enunciativo “Governador Pergunta”, no interior do *site* “Gabinete Digital”. É nesse contexto situacional – “lugar social do qual e no qual os interlocutores desenvolvem suas relações comunicativas e participam da disputa de sentidos” (ARAÚJO, 2002, p, 58) – que se encontrou e analisou o *diálogo*, agora *on-line*, entre governo e cidadãos.

O objeto de pesquisa, a situação empírica e os aportes teóricos, vinculados a um contexto histórico-político e as situações sociais imediatas, determinaram o desenho particular para a prática metodológica. Um desenho que foi construído aos poucos, desde o início do doutorado em Comunicação, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Primeiro, tentou-se dar forma ao entendimento do pensamento bakhtiniano, provocado pelas experiências discursivas (dialógicas) em ambientes digitais, no ensaio *O campo da comunicação e o conceito de diálogo em Bakhtin: contribuição à investigação sobre interação dialógica nos ambientes digitais na internet* (JERÔNIMO, 2015b); uma das primeiras produções, mas publicada posteriormente. A partir dela, outras tentativas ensaísticas surgiram (JERÔNIMO, 2014a, 2014c) e algumas análises sob e sobre o viés tecnológico digital (JERÔNIMO, 2013, 2014b) e sob o viés comunicativo (JERÔNIMO, 2014a), envolvendo esse tipo de diálogo. O ensaio *Do ponto de vista da relação dialógica entre enunciados: como podemos pensar o diálogo entre governo e*

⁹ É a administração institucional eletrônica que se preocupa com as relações intraorganizacionais, desenvolvendo políticas específicas, atividades organizacionais e gerindo conhecimento por meio de uma rede interna de computadores, no governo (Cf. MEDEIROS, 2004).

cidadãos na consulta pública on-line (JERÔNIMO, 2015a), sob a orientação do aporte bakhtiniano, foi o que mais se aproximou da proposta teórico-metodológica desta tese. A partir dele, aperfeiçoou-se esta proposta de investigação sobre a dimensão interna do diálogo entre governo e cidadãos. Daí para frente, a dimensão harbermasiana tornou-se o centro das novas formulações, também sugeridas na Qualificação do projeto desta tese.

Diante dos aportes teóricos e dos contextos que descortinavam a cultura política e a conexão entre Estado e sociedade civil no Rio Grande do Sul, percebeu-se que a prática comunicativa (discursiva), contida no mecanismo de consulta pública digital¹⁰, era uma espécie de diálogo. Um diálogo que precisava ser caracterizado e diferenciado dos outros, para que não levasse a reducionismos ou generalizações inadequadas. Dessa percepção, nasceram as seguintes questões: quais as características da ação comunicativa que efetiva e define o diálogo entre governo e cidadãos, via internet, nas consultas públicas digitais realizadas pelo governo do Rio Grande do Sul, entre 2011 e 2014? O que torna peculiar este tipo de diálogo? A princípio, pensou-se que as consultas públicas digitais só se realizariam porque há diálogo entre governo e cidadãos. Que esse diálogo tinha peculiaridades que o definem. Que há uma ação comunicativa própria no seu funcionamento interno, que se estrutura por meio da relação dialógica entre enunciados do governo e dos cidadãos e da racionalidade necessária a uma ação comunicativa que não seja instrumental (HABERMAS, 1981-2012, v.1 e 2). Nesse sentido, considerou-se a hipótese de que em uma dada consulta pública digital, há um diálogo peculiar entre governo e cidadãos, capaz de qualificar a participação popular no âmbito da Administração Pública estatal, de tal forma que, tanto o cidadão possa influenciar o governo, quanto o governo possa, ao escutar o cidadão, ter mais segurança na produção de decisões políticas.

Para responder às questões colocadas e verificar esta hipótese, este estudo foi dividido em três etapas. A primeira, a *descrição* das consultas públicas digitais, objeto de observação desta pesquisa. A segunda, a *análise* qualitativa das sequências enunciativas e dos seus respectivos enunciados individuais, em cada consulta pública digital. E, a terceira Habermas (1981-2012, v.1 e 2), a *interpretação*, que consiste em uma interlocução entre o aporte teórico mobilizado e os dados reunidos sobre as sequências enunciativas, por meio

¹⁰ “Consulta pública digital” é o termo utilizado pelo governo do estado do Rio Grande do Sul para o mecanismo “consulta pública” (Cf. COCCO, 2013, p. 14). No decorrer da pesquisa, ele será utilizado frequentemente, pois precisou-se fazer uma distinção entre a prática de participação popular no âmbito da Administração Pública Estadual gaúcha, via internet, e o instrumento de participação criado para a Administração Pública Federal (Cf. art. 31 da Lei nº 9.784/1999), para o qual não há obrigatoriedade de acatamento pelos Estados e Municípios brasileiros.

da qual chega-se às características e à forma como esse diálogo se apresenta, segundo esta investigação. O objetivo primeiro foi identificar as peculiaridades do *diálogo on-line* entre governo e cidadãos gaúchos, de tal modo que se possa conceituá-lo para a utilização no processo de Governança Digital.

Com esse propósito, procurou-se, nesta tese, desenvolver sete momentos de reflexão. Na introdução (seção 1), apresenta-se sinteticamente o objeto de estudo, os aportes teóricos, os contextos que orientam uma cultura política que dá origem à interação entre governo e cidadãos gaúchos, o desenho teórico-metodológico e a divisão do texto em capítulos.

No primeiro capítulo (seção 2), apresenta-se a leitura que se fez dos dois aportes teóricos, especificamente expondo uma compreensão, mesmo que ainda em construção, dos dois níveis essenciais para observação do *diálogo público on-line entre governo e cidadãos*: o nível da racionalidade comunicativa, pensado por Jürgen Habermas, e o nível dialógico pensado por Mikhail Bakhtin e seu Círculo. Depois, ao apresentar os afastamentos e aproximações das concepções habermasiana e bakhtiniana sobre ação comunicativa, obedece-se à lógica temporal de suas construções teóricas para aclarar o potencial epistêmico e reflexivo de cada pensador sobre usos dialógicos e racionais da linguagem. Os dois níveis de observação, oriundos dessas referidas construções teóricas, sustentam o *modelo conceitual inicial* pensado, pela pesquisadora, para esta tese.

No segundo capítulo (seção 3), expõem-se os contextos históricos que organizam a cultura política do Brasil e, especificamente do Rio Grande do Sul, a partir do qual nascem diversos procedimentos de participação popular na Administração Pública Estadual, até chegar à criação, em 2011, do *site* “Gabinete Digital”, que é um mecanismo ou estrutura de Governança Digital, mas que passa a compor, em 2012, o “Sistema dual de Participação Popular e Cidadã” do Estado.

No terceiro capítulo (seção 4), descrevem-se as três consultas públicas digitais contidas no espaço enunciativo “Governador Pergunta” – no *site* “Gabinete Digital” – e apresenta-se a definição de *interação verbal on-line* para esse cenário, a partir de onde se desenha o *modelo conceitual próprio* e a proposta de análise da tese, de caráter descritivo-interpretativo, com base no método fenomenológico bakhtiniano do estudo da linguagem (BAKHTIN, 1979-2011, p. 391-410) e na pragmática bakhtiniana (HABERMAS, 1981-2012, v.1).

No quarto capítulo (seção 5), analisa-se o material empírico constituído de algumas sequências enunciativas das três consultas públicas digitais, reunindo dados para a interpretação. Interpretam-se os dados quantitativos e qualitativos reunidos para, a partir deles, identificar as características concretas da interação verbal on-line. Encontram-se as seguintes características concretas dessa interação, em uma única consulta pública digital: a) vários padrões de extensão das sequências enunciativas, b) relações semântico-axiológicas constituídas na interação, c) racionalidade comunicativa razoavelmente materializada, d) dois níveis de acabamento interno e e) um tema, inicialmente, pré-determinado pelo governo; elas marcam o *diálogo on-line* como um diálogo *temático*.

Por último, na conclusão (seção 6), tem-se uma síntese da tese e como o diálogo se apresenta neste caso específico, segundo a identificação de suas características, passando a ser denominado de *diálogo temático on-line entre governo e cidadãos*. Entendendo-o como um processo efetivado por meio da interação, sob condições específicas, esse novo conceito é a comprovação da tese de que há um diálogo específico entre governo e cidadãos, que não se generaliza nem se confunde com outras formas de diálogo, nem no sentido amplo, nem no sentido estrito já materializado na prática política no âmbito da Administração Pública, seja ela federal, estadual ou municipal. Além disso, identificar essa forma de diálogo e conceituá-la, pode ajudar a produzir diretrizes, metodologias e estratégias de avaliação mais adequadas à consulta pública digital, tanto como forma de ampliar a influência do cidadão, quanto como forma de melhorar a atenção ao que cada cidadão diz, como auxílio à produção de decisões políticas mais acertadas. O que nos leva a uma contribuição prática para o campo da Comunicação.

2 JÜRGEN HABERMAS E MIKHAIL BAKHTIN: LEITURAS SOBRE DUAS DIMENSÕES DO DIÁLOGO

Neste capítulo, apresenta-se o percurso teórico que orienta o olhar sobre o *diálogo* entre sujeitos enunciadoreis distintos como forma de atuar na proposta de democracia participativa e deliberativa e nos seus espaços de participação on-line. Aqui, utilizam-se duas arquiteturas teóricas que concebem a experiência discursiva, na forma de diálogo, por perspectivas distintas: a de Jürgen Habermas, que aproxima a Filosofia da Linguagem da Filosofia Política, entrelaçando os conceitos *razão comunicativa*, *discurso*, *agir comunicativo*, *poder comunicativo* e *democracia deliberativa*, entendendo a comunicação como ação social em que “atores”¹¹ da “sociedade civil”¹² podem negociar e argumentar com os agentes públicos, a respeito de assuntos de interesse geral, para produzir uma decisão política. Uma das formas de comunicação na qual se concretiza esse agir comunicacional e o poder comunicativo da sociedade civil, nesta perspectiva, é o *diálogo* com racionalidade comunicativa, como forma superior de ação no sistema político em que esfera governamental e esfera civil procuram se entender para o bem da coletividade; e a de Mikhail Bakhtin, que a partir da Filosofia da Linguagem, problematiza o agir concreto dos sujeitos políticos pelo uso da linguagem quando interagem uns com os outros, debruçando-se sobre o caráter dinâmico, mutável e dialógico da linguagem, que é a principal condição de *diálogo*; tais características fazem funcionar a ação *em diálogo*, como explicita Brait (2014, p.13). Apropria-se dos dois “olhares”, um *sócio-político-filosófico* e outro *filosófico-linguístico*, sobre o *diálogo*, para enxergar o processo a ser estudado, sem eliminar ou substituir o olhar da pesquisadora sobre ele. Ao fazer essas duas leituras, colocando-as em relação dialógica, possibilitar-se-á construir a prática metodológica para desvelar o contexto empírico, em outras palavras, “tirar o véu” que encobre a interação dialógica por meio de sua materialidade (“textos” em situação de enunciação). Esta seção representa o esforço intelectual de pensar as dimensões externa e interna do *diálogo entre governo e cidadãos*.

¹¹ Habermas emprega o vocábulo “ator” no sentido sociológico, ou seja, como *agente racional da ação* (1992-1997, v.2, nota de rodapé, p. 96).

¹² Para Habermas, a sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações livres, não estatais e não econômicas, “os quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida” (1992-1997, v.2, p. 99).

Há, nesses “olhares” em diálogo, amalgamados ao da pesquisadora, um encontro de subjetividades que farão falar o objeto. Como diz Silva (2011, p. 16), “uma teoria, por exemplo, reforma, conforma, informa e dá forma ao que se observa”. Sabe-se que a pesquisadora tem conceitos *a priori*. Por isso, tenta-se compreender as articulações que esses olhares produzem para obter pistas de como interpretar o *diálogo entre sujeitos* que, com suas individualidades, atuam politicamente, influenciando a opinião e a vontade dos gestores públicos do seu estado.

Mas, ao se problematizar a categoria *diálogo*, fala-se de que? *Diálogo* (em grego antigo: διάλογος) *diálogos* significa “entrevista, discussão entre duas ou mais pessoas”, conforme o *Dicionário de Análise do Discurso* (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008). Pode-se empregar o vocábulo *diálogo* em sentido genérico e em sentido restrito. Em sentido genérico, diálogo é entendido como “fala entre duas ou mais pessoas”; “conversação”. Nesse sentido, alguns especialistas da análise da conversação o compreendem como “formas particulares que toma o diálogo em função do número de locutores” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 164). Em sentido restrito: a) pode designar formas de discursos como certos textos escritos tal qual obra literária ou científica em que o autor dialoga com personagens, ou com outros pensadores, ou com o leitor; nesse sentido, eles incorporam várias vozes enunciativas e cada enunciado possui uma estrutura de troca e não de intervenção; b) pode conotar “a ideia de uma troca ‘construtiva’ conduzida de acordo com regras e tendo o objetivo de chegar a um consenso [...] e que não pode existir senão em um movimento dialético que sempre implica identidade e diferença” como, por exemplo, a “troca ou discussão de ideias, de opiniões, de conceitos com vista à solução de problemas”; c) pode conotar “os diálogos ‘artificiais’ ou ‘fabricados’, isto é, sobretudo literários” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 164, grifo do autor), como no teatro, no cinema; no colóquio dramático entre atores, móvel da ação da peça a que constitui o elemento básico do gênero teatral (FERREIRA, 2010); e d) como na concepção da Renascença, conotou um tipo de gênero literário.

A partir do sentido restrito da letra (b), o vocábulo *diálogo* generaliza-se como: “comunicação eficiente, harmônica e bem intencionada, capaz de sustentar boas relações interpessoais e no plano social, ou reestabelecê-las, quando interrompidas” (MARTINS, 1987, p. 15). Quando se lê ou se escuta que “a estrutura burocrática do governo inicia o diálogo com a sociedade”, predomina, no senso comum, o sentido exposto na alínea b. Nesse momento, “a comunicação, aliás, parece ser um componente importante do conceito

de diálogo” (MARTINS, 1987, p. 15). Mas, será que esse sentido se aproxima da concepção do “agir comunicativo” de Habermas, como ação social com poder comunicativo na democracia deliberativa, que contém em si a *racionalidade comunicativa* por ele problematizada?

2.1 DIÁLOGO E RAZÃO COMUNICATIVA NA CONCEPÇÃO DE JÜRGEN HABERMAS

Jürgen Habermas não se debruça especificamente sobre a categoria *diálogo* quando constrói a teoria do agir comunicativo. Ele se preocupa com racionalização do mundo da vida¹³ e com o aumento da complexidade do sistema da sociedade e, por conseguinte, com as consequências dessa exagerada complexidade e com a potencial competência dos sujeitos políticos em termos de fala e ação, nesse contexto. Na complexidade excessiva dos sistemas de ação administrativo e econômico, ele observa experiências de “colonização” do mundo da vida e depara-se com crises ou patologias da sociedade moderna. Uma de suas preocupações é com “o que acontece com a reprodução simbólica do mundo da vida quando a atividade comunicativa é substituída por interações controladas por meios e quando a função coordenadora da linguagem é substituída pelos meios “dinheiro” e “poder” (HABERMAS, 1981-2012, v.2, p. 672).

Na construção da teoria do agir comunicativo, Habermas problematiza essa preocupação e lança mão de quatro linhas de pesquisa para isso: a) a história da sociedade (de cunho histórico e social); b) a teórico-sistêmica; c) a da teoria da ação (pelo encontro entre fenomenologia, hermenêutica e interacionismo simbólico) e d) uma teoria do

¹³ Habermas parte da filosofia da consciência de Husserl para pensar o *mundo da vida* “como uma reserva de padrões de interpretação, organizados linguisticamente e transmitidos culturalmente” (HABERMAS, 1981-2012, v.2, p. 228). Na perspectiva habermasiana, *mundo da vida* é a esfera de “reprodução simbólica”, da linguagem, das redes de significados que compõem determinada visão de mundo, sejam eles referentes a fatos objetivos (mundo objetivo), às normas sociais (mundo social) ou aos conteúdos subjetivos (mundo subjetivo); *é o mundo que nos é dado para interpretação* (grifo nosso). Nele, a comunicação não é um mero diálogo, mas uma ação social que produz a inclusão dos sujeitos no debate. Ou seja, “o mundo da vida constitui, pois, de certa forma, o lugar transcendental em que os falantes e ouvintes se encontram; onde podem levantar, uns em relação aos outros, a pretensão de que suas exteriorizações condizem com o mundo objetivo, social ou subjetivo; e onde podem criticar ou confirmar tais pretensões de validade, resolver seu dissenso e obter consenso” (HABERMAS, 1981-2012, v.2, p. 231). Essa mesma obra ajuda a entender o processo de racionalização do mundo da vida. Ele existe pelo desenvolvimento progressivo da linguagem que, por sua lógica interna, tem a capacidade expandida de produzir consenso. A racionalização do mundo da vida caracteriza o processo evolutivo da sociedade, pois possibilita, cada vez mais, uma integração social sustentada por uma comunicação orientada por pretensões de validade (para o que é racionalmente válido) e para o entendimento mútuo (HABERMAS, 1981-2012, v.2).

discurso. A ideia de Habermas era, através da combinação dessas linhas de pesquisa, “identificar e explicar as patologias da modernidade que outras linhas de pesquisa não conseguem detectar por razões metódicas” (HABERMAS, 1981-2012, v.2, p. 679). Nesse percurso, ele coloca, ao lado das esferas do mercado e do Estado, a esfera da sociedade civil e, conseqüentemente, coloca lado a lado, e em tensionamentos, o poder administrativo, o poder financeiro e o poder comunicativo. Habermas, ao fazer isso, anuncia, também a possibilidade de revitalização da expressão e da comunicação que haviam sido sepultadas, apesar da reificação de relações comunicativas ser substituída por uma “simulação de relações comunicativas” na esfera de um intercâmbio pseudopolítico, deformando o mundo da vida. Daí surge, *a posteriori*, sua percepção de como poderiam ser os processos políticos em uma democracia deliberativa. Ele traz para o primeiro plano os processos de negociação e as formas de argumentação inerentes aos processos políticos, na obra *Direito e democracia: entre facticidade e validade* (1992-1997, v.1 e v.2). Nelas, Habermas propõe que esfera pública e deliberação, dotados de ação comunicativa, corrijam a desconexão entre Estado e sociedade civil existente na democracia liberal.

Em termos políticos, a relação entre cidadãos e organismos públicos deve ser redefinida em termos participativos (HABERMAS, 1981-2012, v.2, p. 679). Nesse sentido, ressalta a importância da sociedade civil que, para ele, capta “os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensando-os e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política” (HABERMAS, 1992-1997, v.2, p. 99). Pensa-se que não só à esfera pública política, mas, também, ao sistema político. A *fala* da sociedade civil é objeto em seus questionamentos acerca das práticas que estabelecem ou impedem as relações entre sociedade civil e Estado, na teoria crítica da sociedade que ele desenvolve, em “que aponta para os potenciais e os limites da moderna forma de vida democrática” (HABERMAS, 1962-2014, p. 17).

A *fala* da sociedade civil e dos produtores de decisão política-governamental, na democracia deliberativa (e procedimental) habermasiana, pressupõe o uso racional da linguagem orientado pelo entendimento, no processo (político) que envolve múltiplas formas de negociação e de argumentação, só são validadas se ocorrerem de forma racional. Nesse sentido, Habermas aproveita a aproximação que fez, na obra *Teoria do agir comunicativo* (1981-2012, v.1 e v.2), entre pontos de vista de uma teoria da racionalidade e da teoria pragmática da linguagem, operando também a passagem da Filosofia da Consciência (que enfatiza o mundo subjetivo) para a Filosofia da Linguagem (que enfatiza

o mundo social; intersubjetivo). Sua “teoria comunicacional da sociedade civil” possibilita pensar sobre a prática da comunicação pelo uso da linguagem comum, graças à passagem da teoria da consciência para a teoria da linguagem.

A passagem para uma teoria pragmática da linguagem abriu espaço para a substituição da consciência transcendental kantiana – tida como fonte e condição de possibilidade de relações sociais – por práticas de uma comunicação que se realiza mediante linguagem comum e assegura, mesmo assim, que a sociedade mantenha relações imanentes com a verdade. O potencial de racionalidade inserido em tal prática comunicativa torna possível estabelecer, por meio do efeito vinculante de pretensões de validade reconhecidas faticamente, uma relação entre racionalidade comunicativa e condições de reprodução da sociedade humana (HABERMAS, 1981-2012, v.1, p. XIX).

Dito de outra forma, usar a linguagem é usar a razão. Fazer isso significa estabelecer relações sociais através da intenção de atores sociais de validar suas *falas*, de tal forma que possam ser fundamentadas (criticadas ou defendidas) e percebidas claramente ao dialogar, discutir ou debater com *outrem*. Linguagem e razão, juntas, promovem um raciocínio que entrelaça mundo social, mundo subjetivo e mundo objetivo. Nesse lógica, Habermas supera a ideia kantiana de que a razão humana “desenvolve-se na esfera de um sujeito solitário que reflete monologicamente sobre si mesmo” (HABERMAS, 1981-2012, v.1, p. IX). Conforme observa Habermas, como os sujeitos são dotados de competência comunicativa, “ao buscarem um conhecimento de algo no mundo, os sujeitos já se encontram preliminarmente em uma situação na qual predominam relações intersubjetivas que tornam possível o entendimento entre eles” (HABERMAS, 1981-2012, v.1, p. IX). A partir dessa compreensão, Habermas constitui sua ideia de “racionalidade comunicativa”, que é resultado de uma transição progressiva entre racionalidade cognitivo-instrumental¹⁴ e racionalidade filiada à faculdade de raciocinar. Na concepção de “racionalidade comunicativa” habermasiana, as duas formas de racionalidade são distintas, mas entrelaçadas. Ou seja, nelas estão misturadas duas relações: a) a relação entre racionalidade e forma do emprego do saber, que nos leva ao êxito ou ao fracasso; e b) a relação entre racionalidade e saber, que nos leva à ideia de saber confiável ou desconfiável. Nessa discussão, ele diferencia verdade e eficácia: “Assim como a *verdade* refere-se à

¹⁴ A racionalidade cognitivo-instrumental diz respeito à capacidade de agir orientado para um fim. O saber torna-se um instrumento para alcançar um fim que só responde a um interesse particular. Nessa acepção, *racional* quer dizer intervir no mundo com a finalidade de obter êxito, a partir de um plano de ação, ou aplicar uma regra de forma bem-sucedida.

existência de estado de coisas no mundo, a *eficácia* refere-se a intervenções no mundo, com cujo auxílio se podem criar estados de coisas já existentes” (HABERMAS, 1981-2012, v. 1, p. 33, grifo do autor).

Segundo Habermas, quem pleiteia a verdade “refere-se a algo que de fato *ocorre* no mundo” e quem pleiteia a eficácia “refere-se a algo que *deve ocorrer* no mundo objetivo”. “Ao fazer isso, ambos manifestam suas exteriorizações simbólicas, *pretensões* que podem ser criticadas e defendidas, ou seja, *fundamentadas*” (HABERMAS, 1981-2012, v. 1, p. 33, grifo do autor).

Pelo que se entende, na teoria do agir comunicativo, Habermas admite duas formas concretas de “racionalidade comunicativa” (Figura 1): a) a argumentação orientada ao conflito¹⁵; e b) a argumentação orientada ao entendimento mútuo. Na primeira, é observada ênfase no plano lógico, que se volta a produzir argumentos procedentes e convincentes que resolvam ou refutem pretensões de validade. Na segunda, é observada uma atenção aos planos da retórica e da dialética, que se voltam ao entendimento mútuo e à regulamentação da interação pela divisão da ação entre proponente e oponente. Para Habermas, as duas formas de argumentação, assim como os planos analíticos de argumentação, são impossíveis de serem separados.

Figura 1 – Ideia preliminar de racionalidade comunicativa



Fonte: Elaborada pela autora (2016)

¹⁵ Fala-se no sentido de negociação de sentidos; de confronto de ideias ou pontos de vista.

Entretanto, cada forma de argumentação, contida em qualquer diálogo sobre assunto público, possui elementos essenciais: tipos de contextos, razões e normas, tipos de pretensões de validade, tipos de argumentações e tipos de ação comunicativa.

A ideia de “racionalidade comunicativa”, provisoriamente se sustentou a partir da análise que Habermas fez de três aspectos. Primeiro, do uso do termo “racionalidade”. Segundo, do debate antropológico sobre a posição que esse termo ocupa na compreensão moderna do mundo. E terceiro, de uma explicação detalhada, através da história da teoria sociológica, em termos de pragmática formal.

Esse conceito de *racionalidade comunicativa* traz consigo conotações que, no fundo, retrocedem à experiência central da força espontaneamente unitiva e geradora de consenso própria à fala argumentativa, em que diversos participantes superam suas concepções inicialmente subjetivas para então, graças à concordância de convicções racionalmente motivadas, assegurar-se ao mesmo tempo da unidade do mundo objetivo e da intersubjetividade de seu contexto vital (HABERMAS, 1981-2012, v.2, p.35-36, grifo do autor).

Nessa perspectiva, a ação comunicativa conecta mundo objetivo, mundo subjetivo e mundo social, capacitando os sujeitos a interpretar o mundo da vida, entendendo-o, até chegar ao ponto em que esses sujeitos possam agir e influir nele (HABERMAS, 1981-2012, v.2). A “racionalidade comunicativa”, juntamente com as categorias *universalidade*, *não-coerção* e *reciprocidade* (MAIA, 2000), compõe as regras do discurso traçadas por Habermas, em *Teoria do agir comunicativa* (1981-2012, v.1 e v.2), para pensar o entendimento entre sociedade civil e Estado e, depois, retoma essas regras para pensar uma teoria do direito apoiada em sua teoria do discurso, dez anos depois, em *Direito e democracia: entre facticidade e validade* (1992-1997, v.1 e v.2). Habermas indica o quão importante é conectar as decisões políticas aos fluxos de comunicação para resolver uma legitimidade deficitária para o governante que toma decisão de interesse geral. Compreende-se que, para haver legitimidade nas ações governamentais, é preciso haver, *a priori*, entendimento entre sociedade civil (esfera civil) e Estado (esfera governamental). Conforme Habermas (1992-1997, v.1, p. 20), a razão comunicativa “está inserida no telos linguístico do entendimento, formando um *ensemble* de condições possibilitadoras e, ao mesmo tempo, limitadoras” desse entendimento. Eis a razão da categoria *racionalidade comunicativa* ser absorvida neste estudo sobre *diálogo entre governo e cidadãos*, ao se observar a experiência discursiva dialógica do “público de cidadãos” na consulta pública digital.

2.1.1 Contextos de ação e pretensões de validade na prática comunicativa racional

Os contextos de ação dos sujeitos (governo e cidadãos) orientam suas *falas* e são constituídos por elas. As pretensões de validade variam de acordo com os contextos de ação. Se, numa argumentação orientada ao conflito, entende-se que a força dos argumentos depende dos “empreendimentos racionais” – o *status* oriundo das funções que desempenham e dos propósitos a que se destinam em contextos práticos específicos -, este, conseqüentemente, será orientado pelo que Habermas expôs como “campos de argumentação”. Campos de argumentação são campos sociais institucionalizados, delimitados entre si apenas de maneira funcional como, por exemplo, direito, moral, ciência, administração e crítica de arte. Neles estão contidas regras de argumentação especiais que orientam alguns tipos de pretensão de validade. “Campos argumentativos como medicina, administração de empresas, política etc. referem-se em essência a exteriorizações aptas à verdade; eles se distinguem, porém, em sua remissão à práxis” (HABERMAS, 1981-2012, v.1, p. 81). Se “campos de argumentação” orientam pretensão de validade, então elas serão pretensões de verdade proposicional, de correção normativa, de adequação ou compreensibilidade remissivas às funções e aos propósitos desse campo (Quadro 1). Ao observar esses tipos de pretensões de validade, presentes na vontade expressa do enunciador, é interessante perguntar: qual o lugar de fala desse sujeito enunciador? A partir do enunciado, é possível visualizar sua pretensão de validade e indicar que campo de argumentação orienta sua *fala*.

Quadro 1 – Relação entre pretensão de validade e enunciado

Pretensão de Validade	Sentido da Sentença	Enunciado
Verdade de uma proposição	Predição	“A epidemia foi provocada por uma infecção bacteriana transmitida de enfermaria para enfermaria pelos equipamentos de serviço de alimentação”.
Correção normativa de um modo de agir	Pretensão jurídica	“Estou autorizado a acessar qualquer tipo de documento pertinente aos dossiês pessoais dos demitidos em nossa firma”.

Verdade ou Compreensibilidade ou Boa formulação	Descrição ou explicação de uma regra de significação	“O aspargo pertence ao gênero das liliáceas”.
---	---	--

Fonte: HABERMAS (1981-2012, v.1, p.79, 80 e 691)

Dos campos de argumentação [institucionalizados] produz-se enunciados do tipo: descritivos (que comprovam a existência de estados de coisas), normativos ou de normas de ações (que comprovam a aceitabilidade de ações) e explicativos (que servem para esclarecer operações sob o aspecto da compreensibilidade ou boa formulação das expressões simbólicas).

Habermas critica essa lógica da argumentação, que deixa de lado o plano retórico e o plano dialético da argumentação. Para ele, o contexto da ação comunicativa é mais amplo. É o contexto do “mundo da vida”, vivenciado pelos sujeitos participantes da argumentação, com racionalidade e poder comunicativo. Nesse entendimento, devem ser incluídas as pretensões de validade como as avaliativas e as expressivas (Quadro 2). Os enunciados avaliativos expõem os juízos de valor do sujeito. Dito de outra forma, expõem o mundo subjetivo e a valoração que por eles foram constituídos a respeito de um tema ou objeto. Os enunciados expressivos revelam as vivências. Eles podem ser afirmados ou negados sob o aspecto da “veracidade da autorrepresentação de um falante” (HABERMAS, 1981-2012, v.1, p. 88).

Quadro 2 – Relação entre pretensão de validade e enunciados avaliativo e expressivo

Pretensão de Validade	Sentido da Sentença	Enunciado
Emprego de um padrão valorativo	Consideração de adequação	“O sentido psicológico dessa nova versão do <i>King Kong</i> é melhor que o da versão anterior”.
Veracidade da vivência	Expressão de um sentimento, de um desejo, de uma preferência, de uma recusa, de um estado de espírito, de um segredo	“Prefiro as paisagens do outono do que as do inverno”.

Fonte: HABERMAS (1981-2012, v.1, p.79, 80 e 691)

Com essa inclusão, Habermas reivindica um *sistema de pretensões de validade* à lógica argumentativa, de tal forma que, retórica, dialética e lógica fiquem unidas, e que o entrelaçamento dos mundos social, subjetivo e objetivo seja desvelado. Pode-se lembrar a seguinte observação de Habermas sobre racionalidade comunicativa:

Em contextos de comunicação, não chamamos de racional apenas quem faz uma asserção e é capaz de fundamentá-la diante de um crítico, tratando de apresentar as evidências devidas. Também é assim chamado de racional quem segue uma norma vigente e se mostra capaz de justificar seu agir em face de um crítico, tratando de explicar uma situação dada à luz de expectativas comportamentais legítimas. E é chamado de racional até mesmo quem exterioriza de maneira sincera um desejo, um sentimento ou um estado de espírito, quem revela um segredo, admite ter cometido um ato qualquer etc., e então se mostra capaz de dar a um crítico a certeza dessa vivência revelada, tratando de tirar consequências práticas disso e comportar-se a partir dali de maneira consistente (HABERMAS, 1981-2012, v.1, p. 44).

Quando o discurso contém padrões valorativos, deposita-se a confiança na força racionalmente motivadora e na produção de sentido do melhor argumento, pois ele tem o papel de conduzir a uma percepção específica. Mas, precisa-se compreender que uma pretensão de validade avaliativa ou expressiva, que contém padrões valorativos, não transcendem barreiras locais de maneira tão profunda quanto fazem as pretensões de verdade proposicional e de correção normativa. Para Habermas (1981-2012, v.1, p. 91),

valores culturais não têm validade universal; como o nome já diz, eles estão situados nos limites do horizonte do mundo da vida de determinada cultura. Valores só podem se tornar plausíveis no contexto de uma forma de vida particular. É por isso que a crítica de padrões valorativos pressupõe nos participantes da argumentação uma pré-compreensão comum; este, no entanto, não está à disposição, mas constitui e limita a um só tempo o campo das pretensões tematizadas.

Ao analisar um *diálogo entre governo e cidadãos*, deve-se perceber a razão comunicativa que possibilita uma orientação na base das “pretensões de validade universais” – que podem ser testadas em discursos como, por exemplo: “a verdade das proposições, a correção das normas morais de ação e a compreensibilidade ou boa formulação das expressões simbólicas” (HABERMAS, 1981-2012, v.1, p. 91) – e as “pretensões de validade convencionais”, que não podem ser testadas em discurso, como:

juízos de valor¹⁶ sobre algo e expressões autorreferenciais que explicitam a vivência do sujeito enunciador.

A relação entre contextos de ação e a razão comunicativa que orienta as pretensões de validade em argumentações (enunciação) ajuda a entender o mecanismo de significação (semântica) em um diálogo entre atores das esferas civil e governamental, mas não explica ainda quando *dizer é fazer*. Ou seja, a perspectiva pragmática por trás da racionalidade comunicativa.

2.1.2 Dizer é fazer: a orientação ao entendimento e a coordenação de ações [de falas] consensuais como particularidade da racionalidade comunicativa

Dizer é realizar um ato/atividade, através do uso da linguagem, que se materializa por um procedimento, orientado ao entendimento. Estão unidos aí os planos lógico, dialético e retórico. Mas, quando *dizer é fazer*, a orientação ao entendimento amplia-se à coordenação de ações para o comum acordo. Nessa concepção, o agir comunicativo torna-se complementar ao mundo da vida, e a racionalidade comunicativa, que lhe é própria, constitui uma racionalização social. Então, Habermas pensa um *diálogo social*, amplo, repetível, universal, livre comunicacionalmente e recíproco, que se torna poder comunicativo em sua proposta de democracia deliberativa.

Voltando à ideia de que *dizer é fazer*, como se dá a ampliação dos atos de fala, orientados ao entendimento e à coordenação de ações consensuais, para que se possa entender o *diálogo social*? Habermas (1981-2012, v.1, p. 475 et seq) faz várias leituras críticas para pensar a ação comunicativa nesse nível. Dentre elas, estão: a leitura sobre a “teoria da ação” de Max Weber, em “que os processos de racionalização social só podiam ser considerados sob pontos de vista de uma racionalização finalista”; a leitura sobre a “teoria analítica da ação” anglo-saxônica, que se “restringe ao modelo atomístico de um ator isolado e negligencia mecanismos de coordenação de ações pela qual as relações

¹⁶ Juízo de valor ou valoração pode ser distinguido entre ‘valoração de graduação’ e ‘valor de ordenação’. Segundo o esclarecimento de Habermas, eles dependem da concepção que os sujeitos argumentadores têm de um objeto/tema/pessoa ideal. Dependem, também, da distância que cada um introduz entre o ideal e o real, bem como da menor ou maior clareza dos padrões tomados para medir a distância entre o ideal e o real (HABERMAS, 1981-2012, v.1, nota de rodapé 66, p.85). Por exemplo, quando um cidadão gaúcho afirma “É importante valorizar os hospitais filantrópicos de pequeno porte da Região do RS”, equivale a afirmar que esse objeto (hospitais filantrópicos) cumpre certos padrões em grau superior aos outros demais tipos de hospital. Nessa afirmação, há um valor de ordenação (*ranking*). Ele está hierarquizando a partir do padrão que ele idealizou.

pessoais chegam a se estabelecer” – negligencia a relação ator-mundo essencial às interações de natureza social; a leitura sobre a “teoria do significado”, própria da filosofia analítica, que oferece “ponto de junção muito promissor a uma teoria do agir comunicativo que venha destacar o entendimento linguístico como mecanismo da coordenação de ações”; a leitura sobre a abordagem da “teoria da significação”, com sua “semântica intencional”, fruto dos trabalhos de St. R. Schiffer, J. Bennet, H. P. Grice, e D. Lewis, que “analisa o ato do entendimento segundo o modelo do agir que se orienta segundo as próprias consequências”; a leitura sobre as “teorias analíticas do significado”, que “se mantém atenta ao problema de como ligar umas às outras as ações de vários atores, com a ajuda do mecanismo de entendimento; isto é, como se pode situar tais ações em uma rede de espaços sociais e tempos históricos”. É representativo dessa teoria funcionalista o “modelo de *órganon*” de Karl Bühler; a leitura sobre a “teoria pragmática dos signos”, de C.S. Peirce, em que o portador de significados são os elementos do sistema linguístico; a leitura sobre a “lógica sintática de Carnap” e as afirmações da “semântica referencial”, em que “abre-se um caminho para a análise formal da função representacional da linguagem”. De acordo com essas leituras, a pragmática da linguagem “não está determinada por um sistema geral de regras reconstruíveis em momento posterior, estando impedida de se abrir a uma análise conceitual semelhante à que ocorre na sintaxe ou na semântica”; sobre a “teoria semântica” de Frege, Wittgenstein, Davidson e Dummett, que estabelece a relação entre sentença e estado das coisas, entre linguagem e mundo. Ou seja, “falantes e ouvintes compreendem o significado de uma sentença quando sabem sob que condições a sentença é verdadeira”. Diz respeito à “semântica da verdade”, desdobrando a tese “de que o significado de uma sentença é determinado por suas condições de verdade”; a leitura sobre a “teoria do uso do significado”, que “torna os aspectos pragmáticos da expressão linguística acessíveis à análise conceitual”; e a leitura sobre a “teoria dos atos de fala” de Austin e Searle, que problematiza o uso da linguagem orientado ao entendimento.

Habermas retira de suas leituras os aspectos teóricos que dialogam com a ideia do uso da linguagem orientado ao entendimento¹⁷, proporcionando o “tipo de interações em que *todos* os participantes buscam sintonizar entre si seus planos de ação individuais e em que, portanto, almejam alcançar seus objetivos ilocucionários de maneira *irrestrita* – eis o que denominei agir comunicativo” (HABERMAS, 1981-2012, v.1, p. 509).

¹⁷ Esta orientação não elimina a ideia de confronto, de tensionamento natural entre as posições, vontades e opiniões dos interlocutores (governo e cidadãos), que podem anteceder um entendimento (sempre provisório).

Como se vê, Habermas trabalha com um plano metateórico, com capilaridade teórica, como forma de radicalizar a problemática sobre o agir orientado ao entendimento, após substituir a categoria de razão prática (faculdade subjetiva) pela categoria de razão comunicativa, que orienta o agir comunicativo à direção do entendimento mútuo. Mas, ele avança, explicando, a partir daí, o problema da coordenação de ações consensuais orientada pelo princípio da razão comunicativa.

2.1.2.1 O problema da coordenação de ações consensuais para a racionalidade de uma ação comunicativa

Para que se entenda o *diálogo* como ação social, faz-se necessário, na concepção habermasiana, uma aproximação entre o seu conceito de agir comunicativo, a teoria da ação de Weber e a teoria dos atos de fala, de Austin e Searle. Dessa forma, os processos de racionalização social, obrigatoriamente, precisam dos processos de racionalização comunicativa. As ações sociais contém as ações comunicativas que, por sua vez, precisam ser coordenadas. Habermas diferencia os seguintes tipos de agir na comunicação discursiva: a) o agir instrumental – “uma ação orientada pelo êxito quando a consideramos sob o aspecto da observância das regras técnicas da ação e quando avaliamos o grau de efetividade de uma intervenção segundo uma concatenação entre estados e acontecimentos”; b) o agir estratégico – uma ação “quando a consideramos sob o aspecto da observância de regras de escolha racional e quando avaliamos o grau de efetividade da influência exercida sobre as decisões de um oponente racional”; e c) o agir comunicativo – uma ação “quando os planos de ação dos atores envolvidos são coordenados, não por meio de cálculos egocêntricos do êxito que se quer obter, mas por meio de atos de entendimento” (HABERMAS, 1981-2012, v.1, p. 495-496). É a partir do agir comunicativo que Habermas problematiza a coordenação de ações em que estão presentes o conceito de “entendimento” e a ideia de “comum acordo”. O entendimento é, para Habermas, um processo de unificação entre sujeitos aptos a falar e a agir através de um comum acordo almejado de maneira comunicativa. Entretanto, existem pré-condições para que o comum acordo aconteça, via ações comunicativas: a) ele precisa ser aceito pelos participantes como válido; b) ele baseia-se em convicções partilhadas na relação entre ambos os agentes; e c) ele é fruto da interpretação recíproca da linguagem e entendimento. A relação entre linguagem e entendimento constrói os dois primeiros aspectos.

Na conexão entre linguagem e entendimento, aceita-se que “os atos do entendimento unem os planos de ação de diferentes participantes (planos cuja estrutura é teleológica) e integram ações individuais, tornando-se um todo interacional” (HABERMAS, 1981-2012, v.1, p. 499). Mas, nem toda interação serve ao entendimento. Então, como é possível separar as interações que visam entendimento das outras interações? A teoria dos atos de fala, de Austin, forneceu as pistas a Habermas. Sabendo distinguir os atos de fala (enunciados), é possível distinguir as interações que visam entendimento das demais (Quadro 3).

Quadro 3 – Tipos de ato de fala, segundo Austin

ATO LOCUTÓRIO	ATO ILOCUTÓRIO	ATO PERLOCUTÓRIO
Dizer <i>algo</i>	Agir enquanto se diz algo	Realizar algo <i>por meio de se</i> estar agindo enquanto se diz
↓	↓	algo
Ato de referência (designar) e de predicação (atribuir propriedade)	Ato que dá nome a alguém, que designa alguém para algo, que classifica alguém de algo, que convoca alguém para algo, que dá início a alguma coisa	↓
↓	↓	Ato para obter efeito no interlocutor (convencê-lo, assustá-lo, agradá-lo, etc.), que pode realizar-se ou não
Agir instrumental	Agir comunicativo	↓
↓	↓	Agir estratégico
Ação cognitiva-instrumental	Ação social racional	↓
		Ação racional-teleológica

Fonte: Habermas (1981-2012, v.1, p. 506), adaptado pela autora (2016)

Dizer *algo* (ato locutório) é expressar o estado das coisas no mundo. Refere-se à *verdade*. É quando o falante descreve ou explica algo que está no mundo. Com o ato ilocutório, o falante executa uma ação [pela linguagem], ao dizer algo. Ele tem o papel de fixar o *modus* de uma sentença em enunciação, podendo ser empregado como afirmação, promessa, comando, confissão, saudação, conselho, explicação, etc. Já o ato perlocutório de um falante tem o papel de desencadear um efeito no interlocutor. Neste caso, o falante diz algo pretendendo, por exemplo, “causar pânico, causar inquietação, cair em desespero, aborrecer, confundir ou ofender alguém, deixar o outro furioso, humilhar, etc.”

(HABERMAS, 1981-2012, v.1, p. 506). As ações de fala ilocutárias¹⁸ estudadas por Austin, provocam efeito e êxito, porém as perlocutárias nem sempre alcançam êxito.

Quadro 4 – Efeito e êxito de diferentes ações de fala

	FALA ILOCUCIONÁRIA	FALA PERLOCUCIONÁRIA
EFEITO	O entendimento mútuo.	O êxito de uma ação de fala, a partir de um fim desejado.
ÊXITO	É alcançado no plano das relações interpessoais, em que os participantes da comunicação entendem-se uns com os outros sobre alguma coisa que está no mundo. Acontece no interior do <i>mundo da vida</i> .	É alcançado nos contextos de interação estratégica, em que um dos participantes influencia ou provoca um efeito no outro participante.

Fonte: Habermas (1981-2012, v.1, p. 508), adaptado pela autora (2016)

Os atos ilocucionários, como se percebe, são a base do processo de entendimento, tornando-se um elemento importante nas interações mediadas pela linguagem, próprias do agir comunicativo habermasiano. Dessa forma, Habermas considerou que

[...] as ações de fala, mesmo podendo ser empregadas de maneira estratégica, têm somente para as ações comunicativas um significado constitutivo. Se o agir comunicativo distingue-se de interações estratégicas, isso se deve a que todos os seus participantes, sem restrições, perseguem fins ilocucionários para alcançar um comum acordo que sirva de fundamento a uma coordenação consensual dos planos de ação a serem almejados por cada indivíduo (HABERMAS, 1981-2012, v.1, p. 511-512).

Considerando que cada falante tem um plano de ação (para dizer algo), como coordenar essas ações (falas) para alcançar um comum acordo? Quais as condições?

Quando um ouvinte aceita a oferta do ato de fala (enunciado) do falante, ele dá início ao comum acordo. Esse comum acordo se refere a três aspectos: “de um lado, ao *conteúdo da enunciação* e, do outro, a *garantias imanentes ao ato de fala* e a *obrigatoriedades relevantes para as consequências da interação*” (HABERMAS, 1981-

¹⁸ Os adjetivos ilocutária ou ilocucionária “são corretamente utilizados em português para traduzir o termo *illocutionary* [...] (CHARADEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 72-73), próprios da teoria de Austin. Utiliza-se o termo “ilocutório” respeitando a tradução brasileira da obra *Teoria do agir comunicativo* (HABERMAS, 1981-2012, v.1 e v.2), zelando pela padronização terminológica tão cara aos editores, tradutores e leitores das obras e evitando obscurecer os laços entre o conceito utilizado por Habermas e o conteúdo desta tese. Além disso, “ilocutório” é uma palavra (adjetivo) que se encontra no sistema de busca do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa disponível em: <<http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>>.

2012, v.1, p. 513, grifo do autor). Por exemplo, no caso da uma consulta pública digital, quem pergunta (ação de fala explícita) expressa uma pretensão, a de ser respondido sobre o tema demandado; de receber uma informação, ideia ou contribuição. Quem responde aceita o comum acordo, pois compreende e aceita o tema, porque o tema foi demandado e lhe é dada a garantia para o ato de fala, aceitando os resultados naturais da interação com qualquer outro sujeito que participa da consulta pública digital. A partir daí, começa um diálogo com argumentações; uma interação negociada. Quando há uma resposta à pergunta, quem perguntou alcançou o “êxito ilocucionário”. Quando há uma réplica à resposta publicada, quem respondeu também alcançou esse êxito ilocucionário. Se o diálogo continua, tem-se uma sequência de êxitos ilocucionários, que garante a interação entre distintos sujeitos sociais. As relações interpessoais criadas são eficazes para a coordenação de ações consensuais, pois abrem a possibilidade de vínculo para o respondente (“ouvinte”), ordenam os espaços de ação e as consequências da interação. Então, a condição para que haja um comum acordo é que o ouvinte/leitor/respondente aceite dizer algo; e a condição para que se possa satisfazer as funções próprias à coordenação da ação é que se criem relações interpessoais e intersubjetivas entre os distintos atores sociais.

Habermas problematiza, mais uma vez, a relação entre a aceitação de continuar o diálogo e a coordenação de ação consensual. Ele pergunta: “quando as ações de fala não obtêm sua autoridade diretamente da validação social de normas ou quando não devem essa autoridade a um potencial sancionador disponível segundo contingências, de onde elas (as ações de fala) retiram a força que lhes possibilita coordenar a ação?” (HABERMAS, 1981-2012, v.1, p. 513). Esse é o caso da modalidade *facultativa* de consulta pública. O próprio Habermas responde: das três dimensões da reação de um ouvinte a uma ação de fala, que é percebida de maneira correta. A primeira é a de apreensão do significado do que lhe foi dito/perguntado (dimensão semântica). A segunda é o fato de o ouvinte aceitar ou recusar a oferta do ato de fala (dimensão empírica). E a terceira é que o ouvinte direciona seu agir (sua prática) de acordo com as “normas de ação fixadas de maneira convencional” (dimensão pragmática). Tem-se aí a unificação das dimensões semântica, empírica e pragmática para a materialização do diálogo. Habermas dá pistas de como se pode fazer as análises dessas dimensões. É preciso que as ações de fala (enunciados)

estejam sob “condições-padrão”¹⁹: condição de aceitabilidade, condição de satisfação e condição para o comum acordo. Tendo a clareza dessas condições, pode-se retornar à concepção de pretensões de validade, em que Habermas ordena a pluralidade de ações comunicativas, segundo os tipos de ações de fala (Quadro 5). Para este pensador, tal ordenamento é o fio condutor para a classificação das ações de fala.

Quadro 5 – Relação entre ação de fala e pretensão de validade

TIPOS DE AÇÃO DE FALA (ENUNCIADO)	FINALIDADE	Pretensão de Validade
Descritivo	Serve à constatação de fatos, “podem ser afirmadas ou negadas sob o aspecto da verdade de uma proposição”.	Verdade de uma proposição
Normativo	Serve à justificação de ações, “sob o aspecto da correção (ou da ‘justeza’) de um modo de agir”.	Correção normativa de um modo de agir
Explicativo	Serve para esclarecer operações como falar, classificar, fazer cálculos, deduzir, julgar etc, “sob o aspecto da compreensibilidade ou boa formulação das expressões simbólicas”.	Verdade ou Compreensibilidade ou Boa formulação
Avaliativo	Serve à valoração de algo, “sob o aspecto da adequação dos padrões valorativos (ou sob do que é ‘bom’)”.	Emprego de um padrão valorativo
Expressivo	Serve às exteriorizações de vivências que podem ser afirmadas ou negadas, “sob o aspecto da veracidade da autorrepresentação de um falante”.	Veracidade da vivência

Fonte: Habermas (1981-2012, v.1, p. 84-88), adaptado pela autora (2016)

Viu-se a separação da ação comunicativa das demais ações sociais. Tal fato possibilitou ordenar a pluralidade de ações comunicativas a partir dos tipos da ação de fala. Em tese, o ponto de partida é o falante que, com sua enunciação/enunciado, manifesta justamente uma pretensão de validade; ele planeja como construir seu enunciado para disputar significação (sentido) sobre um tema (Quadros 1, 2 e 5). Na concepção de Habermas sobre o agir comunicativo [racional], a relação entre tipos de atos de fala e

¹⁹ A condição-padrão é a do ato ilocucionário, de reconhecimento intersubjetivo, em que falante e ouvinte compartilham as mesmas condições de boa conformação gramatical e as mesmas condições gerais do contexto. Isso permite que o ouvinte compreenda o sentido ilocucionário do enunciado do falante.

pretensão de validade (Quadro 6) responde pela coordenação de ações consensuais, pois “um falante só escolhe uma expressão linguística para poder chegar a um entendimento *sobre* alguma coisa *com* um ouvinte, e ao mesmo tempo para tornar a *si mesmo* compreensível” (HABERMAS, 1981-2012, v.1, p. 532, grifo do autor). Cada ator social, em diálogo, coordena suas ações de fala para ser compreendido e para chegar a um entendimento com outrem sobre alguma coisa.

Quando faz uma declaração, afirma algo, narra, explica, apresenta, prediz, discute etc., o falante está em busca de um comum acordo com o ouvinte, fundado no reconhecimento de uma pretensão de poder. Quando ele externa uma sentença vivencial, revela, confessa, admite, manifesta algo, desmascara-se etc., aí o comum acordo só pode estabelecer-se fundado sobre o reconhecimento de uma pretensão de veracidade. E quando dá uma ordem ou faz uma promessa, nomeia ou admoesta alguém, celebra um batizado, compra algo, casa-se etc., então o comum acordo depende de que os participantes considerem correta a ação (HABERMAS, 1981-2012, v.1, p. 534).

Em vista disso, o ator social pode coordenar ações do tipo: constatativas, expressivas e reguladoras (ordens ou promessas), *a priori*. Das ações constatativas estão implícitas “atitudes objetivadoras” e o “uso cognitivo da linguagem”; expressivas, “atitudes expressivas” e o “uso expressivo da linguagem”; e, reguladoras, “atitudes conformes com as normas” e o “uso regulador da linguagem”. Cada uma dessas ações corresponde a uma concepção de mundo, para Habermas. As relações ator-mundo tornam-se base para analisar as pretensões de validade.

Para melhor entender o processo de coordenação de ações de fala e, dentro dele, analisar as pretensões de validade, a partir da ideia de que existem *condições* que tornam verdadeira uma sentença e de que existem *razões* que autorizam um falante a afirmar com segurança a verdade de uma sentença, Habermas cria uma classificação dos *tipos de ação de fala*, após avaliar as propostas de classificação de J. L. Austin, de J. R. Searle e de M. Kreckel: a) *os imperativos* – em que o falante refere-se a um estado almejado no mundo objetivo, de tal maneira que pretende incentivar o ouvinte a concretizar esse estado. Segundo Habermas, uma ação de fala imperativa só pode ser criticada “sob o ponto de vista sobre a possibilidade de execução da ação exigida, isto é, com base nas condições de sucesso”; b) *ações de fala constatativas* – “o falante refere-se a algo no mundo objetivo, e de tal maneira que apenas pretende dar a conhecer um estado de coisas”; c) *ações de fala reguladoras* – “o falante refere-se a algo no mundo social em comum, e de tal maneira que

pretende estabelecer uma relação interpessoal reconhecida de maneira legítima”; e d) *ações de fala expressivas* – “o falante refere-se a algo em seu mundo subjetivo, e de tal maneira que pretende desvelar para certo público uma vivência à qual tem acesso privilegiado” (HABERMAS, 1981-2012, v.1, p. 561).

Quadro 6 – Classificação habermasiana das ações de fala

TIPOS DE AÇÃO DE FALA	ATOR-MUNDO	FALANTE (o que pretende)	OUVINTE (o que contesta)
Imperativos	Refere-se ao estado almejado no mundo objetivo.	Impelir o ouvinte a concretizar o estado almejado no mundo objetivo.	A pretensão de poder do falante pela expressão de sua vontade.
Constatativa	Refere-se a algo no mundo objetivo.	Dar a conhecer um estado de coisas.	A pretensão de verdade do falante.
Reguladora	Refere-se a algo no mundo social em comum.	Estabelecer uma relação interpessoal reconhecida de maneira legítima.	A retidão normativa reivindicada pelo falante para sua ação.
Expressiva	Refere-se a algo em seu mundo subjetivo.	Desvelar, para certo público, uma vivência à qual tem acesso privilegiado.	A pretensão de veracidade da autorrepresentação manifestada pelo falante, pondo-a em dúvida.

Fonte: HABERMAS (1981-2012, v.1, p.561-562)

Habermas ainda considera outras duas classes de ações de fala: as “comunicativas” e as “operativas”. As comunicativas podem ser entendidas como

[...] a subclasse de ações de fala que, assim como as perguntas e respostas, objeções, interpelações, concessões etc., estão a serviço da organização da fala, sua divisão em temas e colocações, a serviço da distribuição dos papéis na conversação, do regramento do transcurso da conversação etc. É mais recomendável, no entanto, apreender as comunicativas como classe independente e defini-las por meio da *referenciação reflexiva ao transcurso da comunicação* (HABERMAS, 1981-2012, v.1, p. 562, grifo do autor).

Essa subclasse refere-se, nesta tese, à *organização metodológica* escolhida para o *diálogo entre governo e cidadãos*, e não às relações existentes entre as ações de fala; é, também, a forma como, por regra, se planeja uma *organização temática do diálogo*, quer por um tema ou por subtemas derivados deste e uma *organização de ações de fala*, por turno e distribuição de papéis nas relações enunciativas.

As ações de fala “operativas” (como concluir, identificar, calcular, classificar, contar, predicar etc.), por sua vez, “têm um sentido performativo, mas *não um sentido genuinamente comunicativo*; ao mesmo tempo, prestam-se à *descrição* do que se faz na

construção de expressões simbólicas conformes com as regras” (HABERMAS, 1981-2012, v.1, p. 562, grifo do autor). Ou seja, quando se fala, opera-se a lógica, a gramática, a matemática, etc.; preocupa-se mais com o uso correto do código, mais valorizado nos estudos das estruturas linguísticas. No *diálogo entre governo e cidadãos*, elas são percebidas através da estruturação textual (elementos linguísticos textuais), mas não são o primeiro plano desta observação e desta análise.

Interessa entender que, no *diálogo*, os planos de ação dos participantes individuais podem ser coordenados com o auxílio dos efeitos das conexões entre as diversas ações de fala. No processo de entendimento, as interações são mediadas pela linguagem a partir do papel comunicativo e não do instrumental, desempenhado pelos sujeitos que coordenam suas ações de fala. O papel comunicativo do uso da linguagem possibilita e estabiliza os diálogos, as argumentações e as conversações. Tentando visualizar como realizar uma análise empírica sobre esse processo, Habermas propõe a relação entre os tipos de ação comunicativa e as características formal-pragmáticas das ações de fala (Quadro 7). A partir dessa relação, o pensador apresenta três tipos puros do agir comunicativo: a conversação, o agir conduzidos por normas e o agir dramático.

Quadro 7 – Tipos puros de interações mediadas pela linguagem

Características formal-pragmáticas Tipos de ação	Atos de fala caracterizantes	Funções linguísticas	Orientações da ação	Atitudes básicas	Pretensões de validade	Referências de mundo
Agir estratégico	perlocuções, imperativos	influenciação do oponente	orientado pelo êxito	Objetivadora	[eficácia]	mundo objetivo
Conversação	Constatativas	representação de estados de coisas	orientada pelo entendimento	Objetivadora	verdade	mundo objetivo
Agir regulado por normas	Regulativas	criação de relações interpessoais	orientada pelo entendimento	conforme com as normas	Correção	mundo social
Agir dramático	Expressivos	Autorrepresentação	orientada pelo entendimento	Expressiva	veracidade	mundo subjetivo

Fonte: HABERMAS (1981-2012, v.1, p. 565)

Habermas, com essa tipologia, constrói três argumentos para defender a fundamentação formal-pragmática da teoria do agir comunicativo e, destarte, superar o viés de pesquisa empírico-pragmático que não se atenha, desde logo, à prática

comunicativa do dia a dia: a) o encontro da pragmática formal com a pragmática empírica; b) a necessária aclaração dos fundamentos racionais dos processos de entendimento; e c) situar a problemática da racionalidade nas estruturas gerais dos mundos da vida, aos quais pertencem os sujeitos que agem, pela contribuição que o encontro entre a pragmática formal e a pragmática empírica proporciona.

Sobre a alínea a: para além da pragmática formal, Habermas admite a pragmática empírica ao analisar os tipos puros de interação mediada pela linguagem, de tal forma que ela [a pragmática formal] se aproxime da complexidade de situações naturais. Desse modo, Habermas pensou o que segue:

Quadro 8 – Encontro da pragmática formal com a pragmática empírica

ALÉM:	TAMBÉM:
- dos <i>modi</i> fundamentais de interação...	- admitir-se-á a <i>multiplicidade de forças ilocucionárias moldadas de maneira concreta</i> que forma a rede de relações interpessoais ligada a uma cultura específica e padronizada no âmbito de uma língua em particular;
- da <i>forma padronizada</i> das ações de fala...	- admitir-se-ão <i>outras formas de realização linguística de atos de fala</i> ;
- das ações de fala <i>explícitas</i> ...	- admitir-se-ão enunciações <i>implícitas</i> , elípticamente abreviadas e complementadas por via não verbal, em que a compreensão do ouvinte depende do conhecimento de condições casuais do contexto, não padronizadas;
- de ações de fala <i>diretas</i> ...	- admitir-se-ão enunciações <i>indiretas, transladadas e ambíguas</i> cujo significado é preciso descobrir a partir do contexto;
- dos atos de fala (e posições sim/não) <i>isolados</i> ...	- a consideração do objeto será estendida a sequências de ações de fala, a <i>textos</i> ou <i>conversas</i> , de maneira que se evidenciem as implicações da conversação;
- de atitudes básicas expressivas, objetivadoras e conformes com as normas...	- admitir-se-á uma <i>atitude performativa</i> abrangente que pretende fazer jus ao fato de que os participantes da comunicação também estarão <i>simultaneamente</i> se referindo com cada ato de fala a alguma coisa no mundo objetivo, social e subjetivo;
- do plano dos <i>processos de entendimento</i> , ou seja, de <i>fala</i> ...	- incluir-se-á na consideração reflexiva o plano do agir comunicativo, ou seja, da coordenação de consenso dos planos de ação dos participantes individuais;
- das <i>ações comunicativas</i> ...	- integrar-se-ão à análise os recursos do <i>saber de fundo</i> com que os participantes da interação nutrem suas interpretações, ou seja, os mundos da vida.

Fonte: Habermas (1981-2012, v.1, p. 568-570), adaptado pela autora (2016)

O encontro da pragmática formal com a pragmática empírica é, conforme Habermas, uma ampliação da análise que ajuda a distinguir o significado literal do que se diz do significado da enunciação vinculado a um contexto específico, assim como, ajuda a

distinguir as ações de fala orientadas para o êxito das ações de fala orientadas pelo entendimento. Reconhecendo essas diferenças, Habermas volta-se ao processo de entendimento.

Sobre a alínea b: pensando na forma de aclaração dos fundamentos racionais dos processos de entendimento, Habermas baseia-se nas orientações formal-pragmáticas para poder discernir, na construção linguística, os “planos de realidade” próprios à “brincadeira” e à “seriedade”. Dito de outra forma, a pragmática formal permite visualizar a diferença da “construção linguística de uma realidade fictícia, o chiste e a ironia, o uso metafórico e paradoxal da linguagem, alusões e a revogação contraditória de pretensões de validade em um plano metacomunicativo” (HABERMAS, 1981-2012, v.1, p. 572).

Para ele,

ao iniciar-se na vida com os *modi* fundamentais, quem está na fase de crescimento adquire a capacidade de discernir entre a subjetividade das vivências próprias e a objetividade da realidade objetificada, da normatividade do meio social e da intersubjetividade da própria comunicação linguística (HABERMAS, 1981-2012, v.1, p. 572).

À medida em que se sabe diferenciar, nas *falas*, o que é essência [o que é próprio] e o que é fenômeno [o que é episódico], ser e aparência [verdadeiro/falso], ser e dever ser [válido/inválido], signo e significado [objeto concreto/significação contextual], pode-se, segundo Habermas, ter domínio dos fenômenos ilusórios e ter clareza dos fundamentos racionais próprios do processo de entendimento, sem confundi-los com os de manipulação. A pragmática formal, que revela as bases do entendimento, ajuda a destacar, exatamente, os aspectos em que as ações sociais corporificam espécies distintas de saber, segundo este pensador, e ajuda a compor um quadro sobre os diferentes aspectos da racionalidade da ação:

Quadro 9 – Aspectos da racionalidade da ação, segundo Habermas

Tipos de Ação	Tipo de saber corporificado	Forma de argumentação	Modelo de saber legado pela tradição
agir teleológico: estratégico por via instrumental	saber utilizável por via técnica e estratégica	discurso teórico	tecnologias/estratégias
ações de fala constatativas (conversaço)	saber empírico-teórico	discurso teórico	Teorias
agir regulado por normas	saber moral-prático	discurso prático	noções jurídicas e morais
agir dramático	saber estético-prático	crítica estética e terapêutica	obras de arte

Fonte: Habermas (1981-2012, v.1, p. 576)

Sobre a alínea c: no entendimento de Habermas, o encontro da pragmática formal com a pragmática empírica possibilita situar a problemática da racionalidade nas estruturas gerais do mundo da vida. O mundo da vida não é percebido pelos participantes da comunicação no agir comunicativo, mas ele se torna determinante à interpretação das enunciações explícitas. Interpretar tais enunciações reside no conhecimento sobre o saber de fundo (a imagem de mundo em nossas mentes) e o saber determinado por um contexto, não só das convicções edificadas e fixadas de maneira inamovíveis e de ideias mais ou menos flexíveis. A racionalidade comunicativa produz uma conexão entre o mundo objetivo, o mundo social e o mundo subjetivo em um diálogo mais amplo. Desta forma “o agir comunicativo torna-se interessante sobretudo como princípio de socialização” (HABERMAS, 1981-2012, v.1, p. 581). Em uma dimensão ampla, conectar o planejamento e as decisões governamentais a esse fluxo, por meio do *diálogo entre governo e cidadãos*, sobre temas de interesse geral, pode, em um sistema democrático, melhorar o déficit de legitimidade da produção de decisões político-administrativas, por exemplo. Entretanto, precisa-se olhar para o interior do *diálogo entre governo e cidadãos* já experimentado em iniciativas governamentais, para revelar a dimensão restrita, interior, da conexão entre esfera civil e esfera governamental *em diálogo*. Para se mergulhar no funcionamento interno do *diálogo entre governo e cidadãos*, recorre-se, aqui, à parte da arquitetura bakhtiniana que revela o fenômeno, simultaneamente, semiótico, linguístico,

enunciativo e discursivo, como afirma Brait (2014), do *diálogo* entre sujeitos sociais, distintos e concretos.

2.2 DIÁLOGO NA CONCEPÇÃO DE MIKHAIL BAKHTIN

Na primeira metade do século XX, Mikhail Bakhtin, contemporâneo dos formalistas russos²⁰, debruçou-se sobre o caráter dinâmico, mutável e dialógico da linguagem, entendendo o *diálogo* como fenômeno central na vida social e na vida pessoal. Mudando as categorias básicas dos estudos da linguagem anteriores, seu pensamento filosófico-linguístico buscou compreender o exercício da linguagem, e não o seu código²¹. Confrontando-se com o modelo ocidental positivista – a partir do qual “só é real e material aquilo que pode ser medido, pesado, tocado, manipulado, quantificado” (RIBEIRO, 2006, p. 5) –, Bakhtin e seu Círculo afastam-se das filosofias da forma (formas imutáveis) que remonta a Platão (com seu mundo das ideias, fora do tempo e do espaço). Bakhtin trabalha, em suas obras, com a filosofia do movimento, cujo objeto é o exercício da linguagem (movimento; sempre por se construir); está sempre em processo; não se submete a uma forma fixa e imutável (RIBEIRO, 2006). Na construção das relações sociais, através do movimento promovido pelo uso da linguagem, tem-se o processo de discursividade, em que se instaura a significação (produção de sentido) determinada a partir de um contexto particular.

Mikhail Bakhtin produziu o que alguns estudiosos chamam de “teoria unificadora da linguagem” ou “teoria dialógica da linguagem”, em quatro momentos distintos, que seus biógrafos chamam de “fases”. A primeira delas, entre 1918 e 1924, sob influência do

²⁰ Viktor Chklovsky, Vladimir Propp, Yuri Tynianov, Boris Eichenbaum, Roman Jakobson e Grigory Vinokur (BAKHTIN; DUVAKIN, 2012; CLARK; HOLQUIST, 2004). No Brasil há, na obra *Teoria da Literatura: formalistas russos* (TOLEDO, 1976), o contato com suas ideias e, através delas, uma noção da razão do distanciamento de Mikhail Bakhtin dos formalistas. Esse distanciamento pode ser explicado assim: “Bakhtin era dado à especulação e a largas sínteses, os Formalistas à inovação metodológica e à interpretação cerrada. [...] Bakhtin desenvolveu uma teoria da comunicação na qual a personalidade do autor, os valores éticos e o contexto social são as feições definidoras de uma elocução, inclusive um texto literário. Precisamente na mesma época, os Formalistas desenvolveram poderosos argumentos para conceber o texto literário como produto de forças impessoais em ação no próprio sistema da linguagem literária. O texto, eles o definiam como isento de todos os valores exceto os específicos ao discurso literário unicamente, um objeto auto-suficiente que independe de seu ambiente extraliterário” (CLARK; HOLQUIST, 2004, p. 209).

²¹ Na obra *Marxismo e filosofia da linguagem* (1929-2010), Mikhail Bakhtin recolhe as ideias de duas linhas que orientam o pensamento filosófico-linguístico que estão em oposição: as orientações do *subjetivismo idealista* e do *objetivismo abstrato*. Ele as critica e as contrapõem, construindo sua própria orientação filosófica-linguística.

neokantismo e da fenomenologia, ele escreveu *Para uma filosofia do ato* [1920/1924], parte da coletânea *Estética da criação verbal* [1919/1974] e da coletânea *Questões da literatura e da estética: a teoria do romance* [1923/1973]. Marília Amorim (2006) produz uma avaliação esclarecedora sobre a obra *Para uma filosofia do ato* [1920/1924]. Para ela, é um texto inteiramente filosófico e dedicado à questão da ética. A partir da oposição entre o mundo da cultura e o mundo da vida – “entre o possível e o real; entre o abstrato e o concreto; entre o universal e o singular, entre o repetível e o irrepetível, entre a unidade e a unicidade; entre a lei e o evento; entre o eterno e o instante; entre o fora e o dentro; entre o indiferente e o valorado” (AMORIM, 2006, p. 18) – para se pensar as duas verdades (do mundo da cultura e do mundo da vida) é preciso estabelecer a correlação entre a verdade e o ato real de pensar. Tem-se o dever ético, a responsabilidade por aquilo que se pensa num dado momento. Fala-se da responsabilidade de *dizer algo* em uma temporalidade contextual; do “instante ético de confronto entre a singularidade do eu e do outro” (AMORIM, 2006, p.21). Nessa obra, o princípio dialógico começa a ser parcialmente enunciado. “Já existe a ideia de diálogo, mas ainda não há a ideia completa de dialogismo” (AMORIM, 2006, p. 22). A enunciação concreta já tinha múltiplas instâncias internas, múltiplas vozes que se tensionam. O enunciado começa a ser explicado como um acontecimento; o discurso (do outro) de um lugar único e irrepetível; apresenta uma verdade da situação (*veridicidade*). Doravante, na questão da alteridade, responsabilidade passa a ser *respondibilidade*. Um trabalho comparativo entre as obras *Para uma filosofia do ato* (BAKHTIN, [1920/1924]-1986) e *Esclarecimento sobre a ética do discurso* (HABERMAS, 1991), poderá enriquecer a discussão sobre o diálogo entre governo e cidadãos.

Na segunda fase, entre 1925 e 1929, M. Bakhtin dialogou com algumas linhas de pensamento da época como, por exemplo, o freudismo, o marxismo soviético, o formalismo, a linguística e a fisiologia. Nessa fase, ele produziu, junto com Volochínov, as seguintes obras: *Discurso na vida e discurso na arte* (1926) e *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem* (1929). Mas, também, construiu as seguintes obras-solo: *Freudismo: um esboço crítico* (1927), *O método formal nos estudos literários: introdução crítica e uma poética sociológica* (1928) e *Problemas da poética de Dostoievski* (1929). As duas obras com Volochinov são resultados da influência dos artigos do russo Iakubinski [1923/1931] e das leituras de Lukács, Veselovski e Cassirer (BRANDIST, 2006). Elas amadureceram a

distinção entre linguagem e discurso, a partir da qual Bakhtin entende a engenhosidade do discurso como linguagem ideologicamente saturada. Iakubinski diferenciou discurso público de conversação. “Iakubinski argumenta que a conversação é uma troca de réplicas (diálogo), enquanto que elocuições de discurso público são ampliadas, longas e monológicas” (BRANDIST, 2006, p. 76). Mais tarde, estas distinções geraram a categoria *gêneros do discurso*. Em *Problemas da poética de Dostoievski* (1929), Bakhtin revelou a democratização das relações linguísticas (tensionamento entre discursos), por meio do romance, e nele, por meio da categoria *polifonia*, que sintetiza a “interação mútua entre palavras, pontos de vistas, sotaques” (BRANDIST, 2006, p. 82), que também caracteriza a teoria dialógica da linguagem, sem que os distintos sujeitos – neste caso, autor e herói – percam sua identidade e sua liberdade comunicativa, por causa de sua condição de igualdade.

Nos anos 1930, em sua terceira fase, Bakhtin debruçou-se sobre a poética histórica na evolução do romance, escrevendo: *A construção da enunciação* (1930), *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais* (1940) – obra lida por Habermas – e *Questões de estilística no ensino da língua* [1944/1945]. Na última fase, entre 1960 e 1970, Bakhtin retornou à metafísica, a partir de uma nova perspectiva da teoria social e da filosofia da linguagem, escrevendo a segunda parte das obras *Questões da literatura e da estética: a teoria do romance* [1923/1973] e *Estética da criação verbal* (1929). O princípio dialógico bakhtiniano está presente em todas as obras citadas. Entretanto, esta tese baseia-se em três delas: *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem* (1929), *Problemas da poética de Dostoievski* (1929) e o adendo da obra *Estética da criação verbal* (1929-[1974]). Elas direcionam a tese ao princípio dialógico que orienta o uso dialógico da linguagem dos sujeitos distintos e socialmente organizados.

Para seus biógrafos, Katerina Clark e Michael Holquist (1984-2004, p. 237-239), Mikhail Bakhtin, diferentemente dos linguistas tradicionais, estava preocupado com a comunicação, considerando-se os seguintes aspectos: a) a enunciação/enunciado é a unidade fundamental de investigação para quem estuda a comunicação em oposição à simples linguagem; b) a enunciação é assunção unificante de que falar e ouvir seriam atividades exclusivas e integrais, em que falar e ouvir são atividades sucessivas (falante ouve e ouvinte fala); c) o discurso é ação, ou seja, é uma atividade complexa; “é *endereçado* por um locutor a um interlocutor, apresentando um tom avaliativo e remetendo

a uma compreensão responsiva ativa [...]” (SOBRAL, 2014, p. 19); d) as relações entre enunciações são sempre condicionadas pela resposta do outro; e e) há inteireza da enunciação no processo de comunicação (discursiva); dito de outra forma, a enunciação tem uma identidade percebida através de seus elementos: o esgotamento semântico de seu tema, o plano locutivo do falante e os equivalentes conversacionais que indicam a finalização do processo. Esses aspectos apresentar-se-ão mais tarde, neste capítulo.

Voltando à arquitetura bakhtiniana, na obra *Marxismo e filosofia da linguagem* (1929-2010), Volochínov/Bakhtin problematizam as relações entre linguagem e sociedade²², compreendendo a natureza social do signo e da enunciação. A *fala* ou enunciação não é individual; ela está ligada às condições de comunicação e as condições de comunicação estão ligadas às estruturas sociais. Nessa obra, o(s) ator(es) tenta(m) contribuir, com sua filosofia da linguagem, para o aperfeiçoamento da abordagem sociológica marxista, considerando que a comunicação verbal implica conflitos²³, relações de dominação e de resistência, adaptação ou resistência à hierarquia e utilização da língua, pela classe dominante, para reforçar seu poder (BAKHTIN, 1929-2010). Nessa arena, Bakhtin valoriza a enunciação (a fala), afirmando sua natureza social. Ou seja, “*a situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer do seu próprio interior, a estrutura da enunciação*” (BAKHTIN, 1929-2010, p. 117, grifo do autor). Para o pensador²⁴, a situação social dá forma e estilo à enunciação. “Os estratos mais profundos da sua estrutura são determinados pelas pressões sociais mais substanciais e duráveis a que está submetido o locutor” (BAKHTIN, 1929-2010, p.118). Nesse sentido, também é pensada a natureza do signo na arquitetura bakhtiniana. O signo,

²² Diferente de Habermas que se preocupa com “sociedade civil”, 52 anos depois, Bakhtin preocupava-se com a sociedade (do latim: *societas*). Bakhtin, na relação com a linguagem, via-a como uma conjunto de pessoas que compartilham gostos, preocupações e costumes e interação entre si. Habermas já vê pela perspectiva política. Gomes (2007, p. 13-14, grifo do autor) explica a segunda perspectiva: “Na democracia nunca se trata apenas de sociedade, mas de sociedade *civil*, com ênfase no adjetivo, que vem de *civis*, cidadão. O *civis* (o plural, como se sabe, é *cives*) não é simplesmente o morador (*incola*) da cidade entendida como urbe (*urbi*) [...]; o *civis* faz parte da *civitas*, porque a cidadania não é uma circunstância, mas um status. *Civis* e *civitas* (a cidade, o Estado) se encaixam e se explicam”. No campo político, trata-se de cidadania, de *esfera civil* (grifo nosso).

²³ Retorna-se a este vocábulo para explicar que conflito é tomado como tensão própria do encontro entre interlocutores que negociam o sentidos de suas falas; que coordenam suas ações de fala, na perspectiva habermasiana. Portanto, ele pode significar um confronto de pontos de vista, de convicções ou de valores, como um acordo entre eles.

²⁴ Pensador no sentido de que ele produz um conjunto interdisciplinar de obras, e que este conjunto levanta questões fundamentais sobre valor social, crítica, ética, estética, etc., tendo como eixo a linguagem. As questões suscitadas em suas obras podem ser aplicadas a qualquer época, em qualquer contexto situacional.

em uma enunciação, é determinado por uma situação social que pode se transformar em um novo signo, refratando essa situação que lhe é exterior. Mas, Bakhtin entende que

todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é, se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. *Tudo que é ideológico possui um valor semiótico* (BAKHTIN, 1929-2010, p. 32-33, grifo do autor).

A situação social determina a natureza do signo (objeto concreto), assim como seu valor de significação, de produção de sentido contextual. Essa significação tem uma “encarnação material” para Bakhtin, o que possibilita um estudo metodologicamente objetivo sobre si. Mas, sendo enunciação e signo de natureza social, em que medida a linguagem determina a consciência, ou seja, conecta mundo social e mundo subjetivo?

Essa cadeia ideológica estende-se de consciência individual em consciência individual, ligando umas às outras. Os signos só emergem, decididamente, do processo de interação entre uma consciência individual e uma outra. E a própria consciência individual está repleta de signos. A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social (BAKHTIN, 1929-2010, p. 34).

Sabendo-se dessa ação [das consciências] *em diálogo*, sabe-se que há condições para que este diálogo se constitua, ou seja, todo diálogo existe dentro de um contexto social em que há sempre um locutor e um interlocutor em potencial – “o locutor pensa e se exprime para um auditório social bem definido” (BAKHTIN, 1929-2010, p. 16). O foco da linguagem é o falante, e não as palavras. Sua força está na capacidade das palavras significarem. Quer dizer, o importante é compreender e fazer compreender, não só pelo reconhecimento da forma da linguagem utilizada no diálogo, mas pela significação do enunciado particular naquele diálogo.

A natureza social do diálogo, a natureza social do signo e a natureza do sujeito produziram várias relações conceituais como, por exemplo, ato de fala e enunciação, tema e produção de sentido, discurso de outrem e tipos de discurso, etc., que alimentam a

concepção bakhtiniana de diálogo. O interlocutor, o ouvinte ou o “auditório social”²⁵ está interno ao texto/discurso.

No mesmo ano em que Bakhtin publica com Volochínov, *Marxismo e filosofia da linguagem*, logo após a revolução bolchevique, ele também edita sua obra solo *Problemas da poética de Dostoiévski* (1929). Nela, Bakhtin descobre o “romance polifônico” como gênero que deve ser estudado na teoria da literatura. Sua análise teórico-literária sobre algumas obras de Dostoiévski, além de identificar o fenômeno da *polifonia* e, com ele, o dialogismo que o orienta (assim como, o princípio da alteridade), a multiplanaridade²⁶, os diversos tipos de discursos, a distinção entre diálogo interior (microdiálogo) e diálogo exterior (macrodiálogo) e a relação entre a inconclusibilidade do diálogo e seu núcleo extra temático, todos pertencentes ao romance polifônico.

A concepção de diálogo em *Problemas da poética de Dostoiévski* (1929-1981), é bem mais complexa do que se aborda nesta tese. Nesta obra, Bakhtin desvela o entrelaçamento dos diálogos internos com os diálogos externos contido nos textos, assim como a pluralidade de discursos que representam a multiplicidade de vozes plenivalentes²⁷ e de consciências equipolentes²⁸ e que constitui sua maior característica: a *polifonia*. Ela é estudada sob a perspectiva das relações dialógicas entre discursos, em que o diálogo entre discursos distintos e os diálogos dentro de cada discurso pressupõem uma nova estrutura de enunciação, correspondente a posição de sujeitos investidos de plenos direitos que se comunicam²⁹. Nesse sentido, o diálogo em si é um tipo de comunicação (discursiva) “retirada da interação factual de consciências” (BAKHTIN, 1929-1981, p. 3), na qual nenhuma consciência se converte definitivamente em objeto da outra consciência. Essa

²⁵ Diferente da ideia de Aristóteles de “auditório popular” (ARISTÓTELES, [335 a 323 a.C.], 2013, p. 45), “auditório social” é algo imaginado pelo enunciatador; é a presunção de um interlocutor ideal, dentro de uma perspectiva de classe e de uma época bem definida, segundo Bakhtin (1929-2010, p. 117). É a partir dele que o indivíduo planeja dizer algo, construindo deduções interiores, suas motivações e suas apreciações.

²⁶ Para Bakhtin (1929-1981) é uma característica do romance polifônico em que a personagem expõe sua tomada de consciência do mundo e de si mesma no mundo. Pode-se, daí, considerar que o sujeito que enuncia expõe algo sobre o mundo e sobre si mesmo.

²⁷ Vozes plenivalentes, segundo a tradução de Paulo Bezerra, são vozes “plenas de valor, que mantêm com as outras vozes do discurso uma relação de absoluta igualdade como participantes do grande diálogo” (BAKHTIN, 1929-1981, nota de rodapé, p. 2). Aproxima-se da ideia de manutenção da identidade na condição de igualdade.

²⁸ Bezerra (2012) traduz este termo como consciências e vozes que participam do diálogo com outras vozes em pé de absoluta igualdade; não se objetificam, isto é, não perdem o seu SER como vozes e consciências autônomas. Aproxima-se da ideia de preservação da liberdade comunicativa na condição de igualdade.

²⁹ Essa ideia bakhtiniana também dialoga com o conceito de *liberdade comunicativa*, entendida como possibilidade de “tomar posição frente aos proferimentos de um oponente e às pretensões de validade aí levantadas, que dependem de um reconhecimento intersubjetivo” (HABERMAS, 1992-1997, v.1, p.155).

percepção de diálogo interessa à presente tese. Nessa percepção, Bakhtin questiona se o romance é uma boa representação da realidade social.

O diálogo em Dostoiévski é resgatado na primeira parte da obra *Estética da criação verbal* [1919], escrita ainda no período sociológico e marxista de Bakhtin. Na parte de *Estética da criação verbal*, escrita nos anos 1930, há o estudo sobre a diversidade das modalidades do gênero romanesco e sobre a visão do tempo e do espaço nas obras literárias, especialmente nas obras de Goethe. Entretanto, da obra *Estética da criação verbal* (1979-2011), o que mais interessa, para esta tese, é o adendo sobre os gêneros do discurso, no qual Bakhtin, ao problematizar estes gêneros (tipos diferentes de textos), detalha como o enunciado é a unidade da comunicação discursiva (*rietchevóie obschênie*). Prevalece em seu pensamento a categoria *diálogo*, compreendido como uma das formas de discursividade (experiência discursiva), contendo em si o que aqui se entende por *relações dialógicas entre enunciados individuais*. As três obras esclarecem a conexão entre vários conceitos criados por Bakhtin para se pensar a experiência discursiva, na forma *diálogo*, como uma cadeia não linear de interação que viabiliza o sentido contextual. Como os sujeitos do diálogo interferem no fluxo da cadeia discursiva, respondendo e convocando a resposta de outrem, não é possível fazer o contexto empírico falar somente abordando sua textualidade³⁰, mas sim, para além dela, abordar a discursividade, ou seja, o movimento produzido pelas *relações dialógicas entre enunciados individuais*, de tal maneira que não se separe forma e conteúdo para estudá-las. Pensa-se, primeiro, a partir do princípio dialógico para, depois, constituir os conceitos bakhtinianos necessários para conduzir o olhar da pesquisadora sobre a dimensão interna do *diálogo entre governo e cidadãos*.

2.2.1 O princípio dialógico bakhtiniano: orientação às relações entre enunciados individuais

O princípio dialógico³¹ é um dos pilares da arquitetura teórica que Mikhail Bakhtin constrói sobre a enunciação dialógica (comunicação discursiva). Este princípio articula a

³⁰ Fala-se aqui no sentido da situação de produção do texto, de debruçar-se somente sobre a superfície do texto, restringindo-se aos seus traços gramaticais, lexicais e semânticos, afastando-se da ideia da palavra isolada do seu contexto, desconectada da situação de enunciação. O texto traz potenciais de sentido, mas não o sentido do que é enunciado. O sentido depende do movimento do material textual entre interlocutores.

³¹ Adail Sobral (2009, p.123) lembra que as obras do Círculo de Bakhtin indicam que o “dialogismo” não é uma questão estritamente discursiva, pois “seus aspectos discursivos são derivados de sua definição filosófica como princípio geral do agir”. Que, só *a posteriori*, o “dialogismo” é compreendido como princípio de produção de enunciados/discurso. Nesta tese, assume-se a segunda concepção.

natureza social do diálogo (que é de essência intersubjetiva³²), a natureza do signo (o signo é um “mecanismo” de ação sobre uma determinada realidade³³) e a natureza do sujeito³⁴ (o sujeito falante é constituído de várias vozes, ou seja, ele existe através do outro, por uma alteridade, e não por um discurso interno, fechado), conforme Dahlet (2005, p.55).

Mas, qual a implicação do princípio dialógico à compreensão de como se caracteriza o diálogo? Para esta tese, é o fato de Bakhtin conceber o discurso *dito* (enunciado concreto, irrepitível), como produto das *relações dialógicas entre enunciados individuais*, como “uma construção híbrida, (in)acabada por vozes em concorrência e sentidos em conflito” (DAHLET, 2005, p. 56). Quer dizer: compreender o diálogo como produto de intercâmbio verbal fundado na interação sociocomunicativa e na tensão-interação de sentidos axiológicos, que sintetiza a diferença de pontos de vista, e nessa síntese produz significação objetiva. E isso pode ser energizador do processo social e constituir-se em força centrífuga³⁵ da participação popular, neste caso, na Administração Pública, em um governo.

O princípio dialógico ou “dialogismo” faz-se presente no uso da linguagem à medida que o diálogo vai se efetivando. Para este princípio, a intersubjetividade é anterior à subjetividade, pois o saber partilhado entre os distintos sujeitos sociais orienta (e, às vezes determina) a constituição do ponto de vista pessoal; sob orientação da teoria dialógica da linguagem, a percepção da forma e da dinâmica do uso da linguagem se dá pelo signo mutável, pois seus sujeitos são dialógicos. Entender o “dialogismo” promove uma certa

³² Significa que o sujeito não é fonte primeira de sentido (DAHLET, 2005). Para Bakhtin (1929-2010, p.47), “o psiquismo subjetivo é o objeto de uma análise ideológica, de onde se depreende uma interpretação socioideológica. O fenômeno psíquico, uma vez compreendido e interpretado, é explicável exclusivamente por fatores sociais, que determinam a vida concreta de um dado indivíduo, nas condições do meio social”. Assim, a fonte primeira de sentido na produção de diálogo, é o meio social onde os sujeitos estão inseridos. Isso é perceptível no processo de intersubjetividade que, nas obras de Bakhtin, vem para o primeiro plano.

³³ Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1929-2010), Mikhail Bakhtin pensa sobre isso ao trabalhar a relação entre o estudo das ideologias e a filosofia da linguagem. Para ele, “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência” (p. 36). A palavra penetra nas relações entre indivíduos na vida cotidiana; ela é indicador de transformações sociais.

³⁴ Para Adail Sobral (2009, p. 123), “a noção de sujeito, que sempre remete ao agir, a um agente, implica pensar o contexto da ação, que envolve tanto o princípio dialógico (que segue a direção do interdiscurso, da interação, constitutivos do discurso, dos atos), como os elementos sócio-históricos que formam o contexto mais amplo, sempre interativo (na direção da polifonia, isto é, da presença de vários pontos de vista nos atos e discursos humanos”. Sua fala representa bem o que já foi dito.

³⁵ Para Bakhtin (CLARK; HOLQUIST, 2004), os participantes do diálogo travam uma luta discursiva. Ou seja, uma luta entre forças centrífuga e centrípeta. “As forças centrífugas compelem ao movimento, ao devir e à história; elas aspiram à mudança e à vida nova. As forças centrípetas exigem estase, resistem ao devir; abominam a história e desejam a quieta mesmice da morte” (CLARK; HOLQUIST, 2004, p. 35). Em Habermas (2012, v.1), essa luta é visível nas formulações de pretensões de validade criticáveis.

aptidão para observar, com detalhes, as *relações dialógicas entre enunciados individuais* que, em tese, formam e conformam o *diálogo*, objeto de estudo desta tese.

2.2.2 As relações dialógicas entre enunciados individuais: uma marca no diálogo

Conforme Bakhtin, o enunciado é uma unidade da comunicação discursiva que se encontra no centro da relação entre linguagem e sociedade; entre linguagem e atividade humana, como materialização do efeito de estruturas sociais. Nesse sentido, o enunciado reflete uma determinada realidade (lugar externo à *fala*), que existe em uma dimensão espacial e temporal particular. Em uma mesma dimensão espacial (lugar; ambiente), a interação entre enunciados produz a passagem de uma realidade temporal para outra realidade temporal. É o que Bakhtin (1929-2010, p. 42) chama de “refração”³⁶. A interação ou *relação dialógica* entre enunciados, com distintos pontos de vista e mesma orientação contextual, modifica a forma de ser de uma dada realidade, transformando-a (para melhor ou para pior). Os enunciados individuais materializados, tanto revelam a realidade que existe (reflete), quanto modificam a direção dessa realidade (refrata), mantendo-a em transformação. Diferentes contextos históricos (realidades temporais) e diferentes lugares (realidades espaciais) apropriam-se do tema/objeto/assunto, de diferentes formas, e o transformam em enunciados distintos, produzindo uma polissemia sobre esse objeto. Por exemplo, dialogar sobre “saúde pública”, no estado do Rio Grande do Sul, no século XIX, produzia uma significação bem diferente da significação constituída pelo diálogo contemporâneo. Falar sobre “segurança no trânsito”, no século XIX, não tinha sentido, mas hoje significa falar da diferença entre viver e morrer.

³⁶ Para Bakhtin, a refração, na condição de processo capaz de produzir as fases transitórias das mudanças sociais através da palavra, do signo (ideológico), do texto, dos atos de fala, do enunciado, etc., é deixada de lado no método sociológico marxista, principalmente por negligenciar a palavra e sua ubiquidade social ao abordar o fenômeno ideológico. Sobre a relação entre a palavra, sua ubiquidade e o processo de refração da realidade, Bakhtin afirma: “[...] a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológicas, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o *indicador* mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daqueles que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem-formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais” (BAKHTIN, 1929-2010, p. 42, grifo do autor).

Voltando-se ao processo de subjetividade que se orienta pela intersubjetividade, conforme a base teórica bakhtiniana, quando um enunciado individual começa a ser constituído na mente humana, pelo processo de conscientização³⁷, esse ciclo de reflexão e refração também começa a se estabelecer. A esse processo, o enunciado individual visível, Bakhtin denominou de “enunciado concreto” (o já dito/escrito); enunciado que materializou o uso da linguagem. É na materialização do uso da linguagem que se percebe a subjetividade de quem falou/escreveu; é por ela que se entra em contato com o que o sujeito pensa sobre algo ou alguém. Nesse sentido, o *enunciado individual concreto* (já escrito/ já dito) é o ponto de partida para a análise sobre uma enunciação que se propõe dialógica e que produz uma ação discursiva. É pela relação (dialógica) entre os *enunciados individuais concretos* que se identificam as características de uma forma de comunicação discursiva, neste caso, o *diálogo*. Na perspectiva bakhtiniana, diálogo é uma forma (espécie) de comunicação discursiva, de experiência discursiva, que reflete uma dada realidade e que refrata, também, essa mesma realidade.

Para observar e compreender como o diálogo se compõe, a categoria *relações dialógicas entre enunciados individuais* precisa ser analisada, considerando os princípios que as orientam e determinam, seu aspecto interno e os elementos que a constituem, em situação de enunciação: “alteridade e responsabilidade”, “conclusibilidade específica do enunciado” e “entonação expressiva e valoração”. Estes princípios, aspecto interno e elementos podem revelar as características do diálogo estudado, assim como sua qualidade para uma atividade humana particular, a partir da materialidade de uma dada cadeia discursiva, composta pelo que se denomina, nesta tese, *sequências enunciativas*. As diversas sequências enunciativas podem desvelar as camadas que formam uma cadeia discursiva (*fluxo discursivo/comunicativo*), que cria a enunciação e, por conseguinte, efetiva o diálogo.

³⁷ A perspectiva bakhtiniana sobre consciência difere da perspectiva da filosofia idealista e da visão psicologista da cultura em que a compreensão pode manifestar-se sem o material semiótico. Para Bakhtin, a consciência constitui-se enquanto um fato socioideológico, pois “a consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social” (BAKHTIN, 1929-2010, p. 42).

2.2.2.1 Os princípios de alteridade e responsabilidade

A “alteridade” consiste na ideia de que “somente do outro eu posso obter o meu *self*”³⁸ (CLARK; HOLQUIST, 2004, p. 91). Dito de outra maneira: “O sujeito se constitui na relação que estabelece com o outro, por meio da interação. Sua individualidade se estabelece pela alteridade” (PEREIRA; RODRIGUES, 2014, p. 190). Na teoria dialógica da linguagem bakhtiniana, significa que só existe o diálogo se for ativado o reconhecimento de reciprocidade entre o eu e o outro, presente em cada enunciação.

Segundo Clark e Holquist (2004, p. 93), Bakhtin entende que há uma interdependência entre a mente e o mundo, no sentido de que “ninguém pode existir sem modificações efetuadas por outrem”. Isso gera a ideia de “vivenciamento empático” (*pereživánie sopereživánie*³⁹) (BAKHTIN, 1979-2011, p. X). Nesse sentido, o dialogismo torna-se uma orientação em que o sujeito se vê e se reconhece através do outro, na imagem que o outro faz dele. Essa é a condição para se entender que, quando um sujeito pensa e se exterioriza para *alguém* ou para um “auditório social” bem definido, ele se reconhece e é reconhecido pelo outro (BAKHTIN, 1929-2010, p. 16). Ou seja, há necessária complementariedade do eu/outro.

A “alteridade”, para Bakhtin, é princípio da alternância de vozes e de consciências independentes e imiscíveis no interior de uma enunciação; alternância de vozes “plenivalentes” e consciências “equipolentes”; é o constante deslizamento entre o “eu” e o “outro”; alternância entre dois enunciados de sujeitos distintos; significa relações semânticas tensionadas⁴⁰. Ela gera a categoria de “heteroglossia” (ocorrência de vozes diferentes) no interior do texto produzido no diálogo. Nessa perspectiva, “alteridade” torna-se um princípio para o movimento entre os enunciados do governo, seja na forma de pergunta, réplica ou tréplica, e os enunciados dos cidadãos, seja na forma de resposta, réplica ou tréplica, estabelecendo uma situação dialógica entre os enunciados, objetivando,

³⁸ No sentido de *a si mesmo*.

³⁹ *Pereživánie* é substantivo que significa vivência ou vivenciamento e *sopereživánie* é a “fusão do prefixo de contiguidade *so* (correspondente ao latino *cume* ao português *co* de coautor, companhia)”, significando empatia. Expressões em russo traduzidas por Paulo Bezerra, na obra *Estética da criação verbal* (1929-2011, p. X).

⁴⁰ Na obra *Linguagem e diálogo* (2003, p. 66), Carlos Alberto Faraco lembra que o dialogismo bakhtiniano é, tanto convergência, quanto divergência e que “o Círculo de Bakhtin entende as relações dialógicas como espaços de tensão entre enunciados”, e não simplesmente como promoção de entendimento, como alerta também Fiorin (2012, p. 170).

de um lado, legitimar uma produção de decisão político-administrativa e, do outro, influenciar os produtores de decisão política-administrativa.

Bakhtin (1979-2011, p. 294-295), em *Estética da criação verbal*, rediscute e aprofunda o princípio “alteridade” para falar de relação entre enunciados que compõem um discurso:

Nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados (inclusive as obras criadas) é pleno de palavra dos outros, de um grau vário de alteridade ou de assimilidade⁴¹, de um grau vário de aperceptibilidade⁴² e de relevância. Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos, e reacentuamos.

A alteridade marca a relação dos sujeitos, tensa e instável, no interior de uma enunciação efetivada e estabelece os limites dos enunciados individuais (seu começo e seu fim), possibilitando a “responsabilidade”⁴³: ação de “responder a alguém ou a alguma coisa” sem abdicar do caráter de “responder pelos próprios atos”. Cada autor de um enunciado individual é responsável ou “respondível” por si mesmo e pelo conteúdo de sua fala, conforme expresso em Clark; Holquist (2004, p. 89-116) e em Sobral (2012, p. 20), no texto “Ato/atividade e evento”.

Segundo Bakhtin (1979-2011, p. 271), ainda em *Estética da criação verbal*, quando um sujeito percebe e compreende o significado (linguístico) do discurso do outro sujeito, ele ocupa uma ativa posição responsiva. Quer dizer,

[...] concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc; uma posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde o seu início, às vezes literalmente a partir da primeira palavra do falante. Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante.

⁴¹ Palavra própria das obras bakhtinianas utilizada com o sentido de *assimilação*.

⁴² Palavra própria das obras bakhtinianas utilizada com o sentido de *capacidade de distinção*.

⁴³ “Responsabilidade” é um princípio e um conceito cunhado por Bakhtin por influência de suas leituras das obras de Immanuel Kant. Pode-se dizer que é fruto de sua primeira fase de produção, que é preservada em todas as suas obras, em qualquer abordagem sobre valores éticos e sobre a relação entre a alma de um sujeito e a alma do outro sujeito. Alimenta a ideia de que o sujeito-indivíduo, em condições normais, tem o dever de ser responsável pelo que ele é e pelo que ele faz.

Assim, “responsibilidade” é um princípio das *relações dialógicas entre enunciados individuais*, que se materializa em “uma resposta, uma concordância, uma participação, uma objeção, uma execução” (BAKHTIN, 1979-2011, p. 272). Para Menegassi (2009, p.158), ela é motivada pelo encontro e choque das “palavras-signos” com o mundo interior do outro, com base em pressões próprias do contexto social da enunciação. Só há *relações dialógicas entre enunciados individuais* nas experiências discursivas em que “alteridade e responsibilidade” se concretizam.

O princípio da alteridade orienta e solicita a ideia da responsibilidade nessas relações. Para que um enunciado individual interaja com outro,

[...] é preciso que aquilo que foi dito/escrito encontre eco nas vivências anteriores do outro, que ele seja envolvido pela relevância do conteúdo em questão em relação ao contexto em que ele e o locutor encontram-se imersos. Somente assim essas palavras merecerão, de fato, uma resposta (MENEGASSI, 2009, p.158).

Esses princípios pertencem à experiência discursiva que efetiva interação verbal e produz enunciados concretos. Mas só o princípio de “responsibilidade” figura, no diálogo, a necessidade humana “de provocar no seu par uma reação, uma resposta às suas ações, sejam elas de natureza atitudinal ou linguística” (MENEGASSI, 2009, p. 149). Ou seja, uma ação discursiva responsável que assuma uma posição responsiva às palavras ditas, anteriormente, por outrem.

Todavia, a *resposta responsável* de uma pessoa, em um diálogo, não se dá sempre de forma direta e imediata, mas, também, de forma subsequente, não imediata. A temporalidade não é um aspecto essencial à “responsibilidade”; pelo contrário, às vezes ela exige distanciamento temporal. Então, Bakhtin (1979-2011, p. 272) pensou dois tipos de “responsibilidade”: a) a ativa⁴⁴ (ou imediata, como denomina Menegassi) – que “pode realizar-se imediatamente na ação”; nela, “o outro, ao compreender o enunciado, apresenta, imediatamente, ao locutor, a sua devolutiva” (MENEGASSI, 2009, p. 160). Como exemplo, pode-se citar: o cumprimento de ordem ou comando entendido e aceito para execução, a réplica no diálogo cotidiano, a resposta na comunicação síncrona mediada por computador, etc.; e b) a silenciosa⁴⁵ (ou de efeito retardado) – em que “cedo ou tarde, o

⁴⁴ “Responsibilidade ativa” representa a prontidão da resposta após a compreensão do enunciado dito/escrito, sendo responsável por este ato. Essa resposta pode ser um enunciado, uma ação ou o silêncio.

⁴⁵ Na “responsibilidade silenciosa”, o sujeito que responde, requisita para si um tempo maior para elaborar sua resposta linguística ou atitudinal, sendo, *a posteriori*, responsável por sua fala ou por seu comportamento.

que foi ouvido e ativamente entendido é respondido nos discursos subsequentes ou no comportamento do ouvinte” (BAKHTIN, 1979-2011, p. 272). Como exemplo, pode-se citar os discursos escritos e lidos nos gêneros líricos e a resposta na comunicação assíncrona mediada por computador.

Sobre a relação entre alteridade e responsabilidade, considerando as possíveis situações de enunciação, Bakhtin (1979-2011, p. 297, grifo do autor) observa:

Os enunciados não são indiferentes entre si nem se bastam cada um a si mesmos; uns conhecem os outros e se refletem mutuamente uns nos outros. Esses reflexos mútuos lhes determinam o caráter. Cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera da comunicação discursiva. Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma *resposta* aos enunciados precedentes de um determinado campo (aqui concebemos a palavra ‘resposta’ no sentido mais amplo): ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta.

O autor de um enunciado orienta-se por diretrizes de sua esfera de comunicação discursiva, o que Habermas chamou de “campos de argumentação” (HABERMAS, 1981-2012, v.1, p. 81). Portanto, aquilo que diz está pleno dos ecos de outros enunciados dessa mesma esfera. Tal fato significa que o enunciador não adota uma posição responsiva só em relação ao enunciado do seu interlocutor, mas uma posição responsiva, também, em relação à identidade da esfera da comunicação discursiva a qual pertence.

De qualquer forma, a manifestação de responsabilidade marca a passagem de um enunciado a outro, gerando um *fluxo discursivo* que tem um aspecto interno a se considerar: a “conclusibilidade específica do enunciado” (BAKHTIN, 1979-2011, p. 281).

2.2.2.2 A conclusibilidade específica do enunciado: um aspecto interno do dialogismo

Em *Estética da criação verbal* (1979-2011), Bakhtin entende que a “conclusibilidade específica do enunciado” é um aspecto interno da alternância dos sujeitos do discurso que possibilita ao interlocutor se posicionar e responder ao enunciado precedente. Isto quer dizer que os limites de cada enunciado concreto (já dito/escrito e irrepitível) são definidos por essa alternância. Todo enunciado concreto, seja em um diálogo sucinto ou numa tese de doutorado, tem um início absoluto e um fim absoluto, segundo Bakhtin. O início absoluto são os enunciados precedentes (dos outros). O fim

absoluto é marcado pelo(s) enunciado(s) subsequentes e responsivo(s) dos outros. “O falante termina o seu enunciado para passar a palavra ao outro ou dar lugar à sua compreensão ativamente responsiva” (BAKHTIN, 1979-2011, p. 275).

No diálogo real, como observa Bakhtin, os enunciados dos parceiros de comunicação se alternam, mesmo quando as réplicas são breves e fragmentárias, permitindo visualizar a conclusibilidade específica de cada enunciado. Ela é um atributo do enunciado concreto (já escrito). Para Bakhtin (1979-2011, p.281), existem elementos que marcam esse atributo. São elas: a) a possibilidade de uma posição responsiva, ou seja, de responsabilidade no que se refere ao enunciado precedente do outro; b) a exauribilidade do tema e do seu sentido que, dentro de certas condições e finalidades do enunciado, entram na esfera semântica-axiológica dos interlocutores; c) a vontade de discurso do falante; e d) o gênero do discurso com suas formas típicas composicionais.

Sobre a alínea a: todo enunciado concreto deve ser compreensível por outrem para possibilitar sua resposta ou sua réplica. Se ele é compreensível, há possibilidade de resposta. É pela materialização da pretensão de inteligibilidade que se inicia a dimensão semântica do diálogo e, por meio dela, reserva-se o direito ao enunciador de aceitar ou rejeitar, e de contestar o enunciado do outro.

Sobre a alínea b: a exauribilidade semântico-objetiva, como denomina Bakhtin (1979-2011), também marca a conclusibilidade específica de um enunciado concreto, pois ao dizer *tudo* em dado enunciado, o autor produziu significação objetiva (compreensível por todos) sobre o conteúdo temático de um diálogo, a partir de sua visão pessoal da situação social concreta singular, que orienta e determina sua experiência discursiva. Aqui existe o aspecto pessoal no diálogo, ou seja, a expressividade de cada enunciador que dele participa.

Sobre a alínea c: a vontade de discurso ou o projeto pessoal do enunciador indica a conclusibilidade específica de seu enunciado. Ele (projeto) determina até onde ir por meio de seu ato de fala. Se quer apenas obter uma opinião, se quer produzir um novo sentido sobre o que normalmente é dito, etc., o enunciador escreverá ou falará até conseguir atingir seu objetivo discursivo.

Sobre a alínea d: a relação entre a forma composicional do enunciado (tipo de texto para produzir significação) e seu gênero marca a característica do enunciado particular e, conseqüentemente, sua conclusibilidade específica. A forma como o enunciador molda seu discurso é determinado pelo tipo de gênero de discurso. Entretanto, essa orientação não

retira do enunciador sua auto-representação ao enunciar. A forma pessoal de compor seu próprio enunciado, finaliza quando o enunciador já *disse tudo* que queria dizer naquele momento. Se for possível que cada enunciador marque a conclusão de seu enunciado pela forma de compor, o gênero de discurso aparece de forma flexível. Aproveita-se este “gancho” para falar em gêneros de discurso.

As formas de gênero podem ser padronizadas e estereotipadas ou flexíveis, plásticas e criativas, como percebe Bakhtin (1979-2011, p. 282). Segundo ele, existem formas “elevadas” de gênero: as formas oficiais, respeitadas, que possuem um alto grau de estabilidade. Podem-se citar enunciações dos governantes para os governados. Nelas, a entonação expressiva é mais respeitosa, mais seca, mais direta e, por vezes, mais fria. Mesmo neste tipo de gênero de discurso (formal), pode haver uma mudança de tom, quando a réplica se materializa. Os interlocutores podem ir do tom seco ao tom irônico, de um tom frio ao tom caloroso, no mesmo enunciado. Não é a mudança de tom que marca a conclusão do enunciado concreto individual, e sim, o seu conjunto, a construção toda. Dentro de um mesmo enunciado pode-se encontrar múltiplas entonações expressivas, por exemplo. O gênero do discurso determina, em parte, a forma como o enunciador compõe seu enunciado individual, podendo, ou não, ser criativo e flexível ao fazê-lo, e ela [a forma de compor o enunciado] sinaliza, ao outro enunciador, o fim absoluto do enunciado individual que o precede.

Quando um gênero do discurso é conhecido, os enunciadores interlocutores são capazes de reconhecer os limites entre os enunciados concretos [individuais]; rapidamente percebem a conclusibilidade específica de cada enunciado, tendo a indicação das posições responsivas e do seu papel no fluxo discursivo.

2.2.2.3 Os elementos da enunciação viva: entonação expressiva e valoração do enunciador

As relações dialógicas entre enunciados individuais são, também, relações de sentido e de apreciação entre o enunciador e seu objeto de discurso, por um lado, e por outro, entre dois ou mais enunciadores. Trata-se do dialogismo semântico-axiológico.

Na obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, logo de início, Bakhtin (1929-2010, p. 15, grifo nosso) afirma:

[...] A forma linguística é sempre percebida como signo mutável. A *entonação expressiva*, a *modalidade apreciativa* sem a qual não haveria enunciação, o conteúdo ideológico, o relacionamento com a situação social determinada, *afetam* a *significação*. O valor novo do signo, relativamente a um ‘tema’ sempre novo, é a única realidade para o locutor-ouvinte. Só a dialética pode resolver a contradição aparente entre unicidade e a pluralidade da significação.

Nesse trecho, Bakhtin chama a atenção de que enunciações não são monólogos, portanto a significação (produção de sentido contextual) não é estável. No interior de uma enunciação, composta por diferentes “vozes”, o sistema não é sincrônico⁴⁶. Cada enunciador valora o conteúdo temático de forma distinta; cada enunciador expressa um sentido particular sobre um *objeto/tema*, afetando a significação inicial deste. Em uma enunciação existem tantas significações sobre um *objeto/tema* quantos forem os enunciadores participantes e as situações sociais que as determinam.

Pela concepção de Bakhtin, existem duas etapas de valoração na comunicação discursiva. A primeira diz respeito à maneira que um objeto torna-se tema de uma enunciação. A segunda diz respeito ao modo como cada enunciador atribui valor ou sentido ao tema.

Sobre a primeira etapa, Bakhtin expõe sua percepção e levanta uma questão:

A cada etapa do desenvolvimento da sociedade, encontram-se grupos de objetos particulares e limitados que se tornam objeto de atenção do corpo social e que, por causa disso, tomam um valor particular. Só este grupo de objetos dará origem a signos, tornar-se-á um elemento da comunicação por signos. Como se pode determinar este grupo de objetos ‘valorizados’? (BAKHTIN, 1929-2010, p. 46).

Bakhtin responde a essa questão do ponto de vista semiótico-ideológico. Para que um objeto se torne tema de uma enunciação [entre dois ou mais sujeitos sociais], ele precisa pertencer ao horizonte social do grupo e desencadear uma reação de significação ideológica, isto é, interpretação da realidade social. Dito de outra forma, o objeto precisa afetar a existência material desse grupo. Por exemplo, a saúde e a segurança no trânsito, pela ausência, afetam de uma forma direta a existência material de qualquer grupo de cidadãos. Afetando a existência material do grupo, o objeto adquire uma significação interindividual e, por consequência, um valor social. A partir daí, torna-se socialmente pertinente falar, discutir sobre este objeto. O objeto alcança o “índice de valor social” para,

⁴⁶ A enunciação evolui, não fica estática. As vozes substituem umas às outras, na passagem do tempo.

depois, alcançar o “índice individual de valor” (BAKHTIN, 1929-2010, p. 46). A *posteriori*, por uma pretensão de consenso social, transforma-se em “índice interindividual de valor”. Para este pensador, é assim que um objeto se torna tema de enunciação em uma sociedade. Já para Habermas (1981-2012, v.1.), o tema também é resultado de um comum acordo entre as partes interessadas em dialogar. Neste caso, entre governo e cidadãos o “índice interindividual de valor” é pré-condição para o comum acordo.

Sobre a segunda etapa, em que se constitui o “índice individual de valor”, os enunciadores marcam suas *falas* (enunciados) com sua apreciação sobre o *objeto/tema*. A apreciação torna-se um traço constitutivo de seus enunciados. Observando tal constituição, Bakhtin (1929-2010) fala sobre a relação entre tema e significação e, no seu interior, a relação entre apreciação e significação. Mais tarde, ele (1979-2011, p. 270-306) retoma este assunto, na obra *Estética da criação verbal*, ao abordar a relação do falante com o tema (no enunciado) e com outros participantes da comunicação discursiva (na relação dialógica entre enunciados).

Ainda em *Marxismo e filosofia da linguagem*, Bakhtin discute a relação entre tema e significação; entre tema e produção de seu sentido (contextual), a partir de vários enunciados. Para este pensador, nesta obra, o tema da enunciação “se apresenta como a expressão de uma situação histórica concreta que deu origem à enunciação” (BAKHTIN, 1929-2010, p. 133), enunciação, que pode começar com uma interrogação, com uma afirmação, com uma negação ou com uma exclamação e “tem um sentido diferente a cada vez que é usada”. Mas, para entender a enunciação, essa ideia é insuficiente, reconhece Bakhtin. Então, ele argumenta que a enunciação não é só possuidora de um tema concreto, mas dotada de significação. Significação é um elemento do tema, mas precisa de certa estabilidade para apoiá-lo. Assim, a significação ganha clareza com a pretensão de inteligibilidade (ver 2.1.1), ou seja, o processo de *ser compreensível* para o outro e de *compreender* o outro.

O enunciado (dito) não possui somente a palavra contextualizada (tema e significação). Seu conteúdo (dito ou escrito) “é sempre acompanhado por um acento apreciativo determinado” (BAKHTIN, 1929-2010, p. 137). Bakhtin identifica dois acentos apreciativos: a entoação expressiva (mais comum à oralidade) e o valor apreciativo. Este último, que nesta tese denomina-se *valorização*, é um dos traços da enunciação viva:

Não se pode construir uma enunciação sem modalidade apreciativa. Toda enunciação compreende antes de mais nada uma *orientação apreciativa*. É por isso que, na enunciação viva, cada elemento contém ao mesmo tempo um sentido e uma apreciação (BAKHTIN, 1929-2010, p. 140, grifo do autor).

A enunciação viva, como é o caso do diálogo, efetiva-se pela alteração de significação, isto é, pelo “deslocamento de uma palavra determinada de um contexto apreciativo para outro” (BAKHTIN, 1929-2010, p. 140-141). O que se materializa em uma enunciação viva não é só uma dada significação, mas a passagem de uma produção de sentido contextual para outra produção de sentido contextual. O tema, que originou certo diálogo, transforma-se ao longo de sua constituição. Essa transformação termina quando o diálogo se encerra. Isso quer dizer que o objeto concreto (signo), que inicia o diálogo, pode não ser o mesmo (signo) que o finaliza.

Cada enunciado dito ou escrito, em um diálogo, pode valorar de distintas formas o tema em pauta. A entonação expressiva e a valoração podem atribuir ou retirar a força de uma ideia. Ênfases/silêncios, elogios/depreciações, aprovações/desaprovações, êxtase/desencantos são “entonações expressivas” que, para Bakhtin, dão um peso específico à significação, nos enunciados. “Em certa situação a palavra pode adquirir um sentido profundamente expressivo na forma do enunciado exclamativo [...]” (BAKHTIN, 1979-2011, p. 291), por exemplo. Mas em outra situação, não. A valoração, por sua vez, pode dar espaço a uma distinção ideológica de caráter apreciativo, o que ultrapassa a concepção de estar certo ou errado, em uma “embate” discursivo. A valoração diz respeito ao sentido do que é pior, melhor, belo ou repugnante, etc.

Na realidade, não são as palavras o que pronunciamos ou escrevemos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. *A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.* É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas e concernentes à vida (BAKHTIN, 1929-2010, p. 98-99, grifo do autor).

Valoração é o elemento do enunciado que produz nova significação sobre uma situação social imediata, ou melhor, valor novo do signo, como se expôs na primeira citação desta seção. Esta nova significação, não só descobre (revela) a significação antiga, como, por meio dela, a confronta (ou não) e a reconstrói (ou não). A valoração pode

ser efetivada pelo juízo de valor e por atribuições de qualidades presentes nos enunciados. Ela é o elemento do enunciado expressivo e, conseqüentemente, da atitude subjetiva do enunciatador, que revela sua vivência em uma situação social concreta. A partir dela, o mundo subjetivo desliza ao encontro do mundo social e a ele se conecta. Em outra perspectiva, valoração é elemento contido na luta entre forças centrífugas e centrípetas na enunciação, que compele ao movimento (transformação) ou à manutenção de dada realidade. É a mesma lógica adotada por Habermas (1981-2012, v.1, p. 44), ao conceber que a racionalidade comunicativa também é composta por enunciados expressivos e avaliativos.

Considerando os princípios e elementos expostos até este momento, próprios das relações dialógicas entre enunciados [concretos] individuais, aportados pelo pensamento habermasiano e bakhtiniano, cabe, a partir deste momento, entendê-los tanto na produção de sentido contextual na e pela linguagem, como na ação (discursiva) que tenta influenciar a mudança da realidade. Necessita-se, para tanto, do encontro das duas *epistèmes* distintas: a concepção pragmática de Habermas (que alicerça a percepção do processo de argumentação, no campo político) e a concepção pragmático-semântica de Bakhtin (do ponto de vista sociolinguístico, sobre o processo interno de enunciação). Na próxima seção, abordar-se-ão aproximações e distanciamentos entre as duas concepções.

2.3 AFASTAMENTOS E APROXIMAÇÕES DAS CONCEPÇÕES HABERMASIANA E BAKHTINIANA

Inexistem dúvidas sobre que a ação comunicativa, em algum momento de sua produção intelectual, toma conta dos pensamentos de Jürgen Habermas e Mikhail Bakhtin. De agora em diante, ao falar desses pensadores, obedecer-se-á à lógica temporal de suas construções teóricas para aclarar o potencial epistêmico e reflexivo de cada um sobre os usos dialógicos e racionais da linguagem.

O distanciamento entre os dois pensadores é temporal, contextual e epistemológico. Mikhail Bakhtin escreve suas principais obras entre os anos 1920 e 1960, sem sair da Rússia. Bakhtin tem como fonte de reflexão a arte, mais especificamente a literatura, apesar de também se interessar por filosofia, linguística e sociolinguística. Foi sua preocupação com a oposição entre o mundo da cultura (a arte) e o mundo da vida que suscitou sua primeira grande questão: será que um romance é uma boa representação de uma situação

social? A partir de algumas inferências, Bakhtin começa a tecer sua arquitetura teórica. Uma das questões derivada dessa primeira preocupação foi: como as atividades humanas organizam-se pela linguagem? Para Bakhtin, qualquer atividade humana é organizada pelo uso que os indivíduos fazem da linguagem. Daí a importância da filosofia da linguagem para pensar as bases de uma teoria marxista da criação ideológica. Nesse sentido, Bakhtin situa a ideologia na relação entre consciências. Ela [a ideologia] deriva da intersubjetividade, da interindividualidade:

Essa cadeia ideológica estende-se de consciência individual em consciência individual, ligando umas às outras. Os signos só emergem, decididamente, do processo de interação entre uma consciência individual e uma outra. E a própria consciência individual está repleta de signos. A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social (BAKHTIN, 1929-2010, p. 34).

Com esse entendimento, Bakhtin e seu Círculo elaboram os princípios e elementos de sua própria filosofia da linguagem, desenvolvendo uma epistemologia dialógica para as ciências humanas. O objeto das ciências humanas, para ele, é o “ser expressivo e falante” (BAKHTIN, 1979-2011, p. 39) em interação com outro “ser expressivo e falante”, ou seja, o pensador centra seu pensamento sobre o fenômeno dialógico.

Bakhtin cria o conceito *dialogismo* para identificar duas coisas: a) “um fenômeno, simultaneamente, semiótico, linguístico, enunciativo e discursivo e/ou b) um princípio de construção de conhecimento” (BRAIT; MAGALHÃES, 2014, p. 13). Por um lado, a proposta epistêmica de Bakhtin leva a pesquisadora ao interior de um contexto dialógico ou ao núcleo interior de qualquer diálogo, que solicita a compreensão da sua “complexa dialética do interior e do exterior” (BAKHTIN, 1979-2011, p. 394), e que pode ser entendida, nos estudos da linguagem, por meio dos problemas concretos sobre “a expressão dos indivíduos, das coletividades, dos povos, das épocas, da própria história” (BAKHTIN, 1979-2011, p. 395). Por outro lado, a proposta epistêmica desse autor, ao atentar para o fenômeno dialógico, redimensiona o ato de conhecer – já que ele é um ato empírico concreto de compreensão – que é também dialógico: redimensiona o sujeito *de* pesquisa (aquilo que se toma como objeto) e o sujeito *da* pesquisa (a condição subjetiva do pesquisador que dialoga com o objeto), como explicam Brait e Magalhães (2014, p. 14).

No ato de conhecer as relações dialógicas entre seres expressivos e falantes, Bakhtin orienta-se à observação da relação entre significado e sentido no interior dessas

relações, sobre o papel da filosofia no processo de interpretação daquilo que é observado e dos fenômenos discursivos que revelam o potencial de sentido da palavra do indivíduo e da palavra da coletividade. Por essa orientação, sabe-se que, no estudo da linguagem, este pensador se dedica ao campo da *fala* (da comunicação) e à natureza social do diálogo, e não ao campo da língua e de suas estruturas formais.

Diferente de Mikhail Bakhtin, que aprofunda a reflexão sobre o funcionamento interno do diálogo, Jürgen Habermas tem como fonte de reflexão e de crítica a sociedade moderna e a política e a natureza sócio-política do que aqui se denomina diálogo, apesar de se interessar também por questões filosóficas e jurídicas. Mas, é a sua convicção de que é possível ser racional na sociedade moderna que o conduz a trabalhar o tema “agir comunicativo” e a levantar a seguinte questão: que tipo de razão nos move em nossa linguagem de cada dia?

Jürgen Habermas escreve suas principais obras entre os anos 1960 e 1990, transitando entre a Europa e os Estados Unidos da América. Vivendo, de certa forma, parte do mesmo tempo histórico (algumas décadas do século XX), ele jamais debateu com Bakhtin ou teceu críticas a seu pensamento. Todavia, Habermas leu Bakhtin e percebeu que, no interior de uma cultura, havia um mecanismo contra a exclusão e que estava transformando a esfera pública do século XVIII, alterando sua função política e, mais tarde, produzindo, bem ou mal, um sistema democrático, como ele mesmo registra:

No entanto, o que me abriu os olhos para a dinâmica *interna* de uma cultura popular foi o monumental trabalho de M. Bakhtin, *Rabelais und Seine Welt* [Rabelais e seu mundo]. É evidente que essa cultura popular não era de maneira alguma apenas um pano de fundo, isto é, uma moldura passiva da cultura dominante; era também a revolta violenta ou moderada, retomada periodicamente, de um contraprojeto para o mundo hierárquico da dominação, com suas festividades oficiais e suas disciplinas cotidianas (HABERMAS, prefácio 1990, 2014, p. 44).

Na pesquisa bibliográfica para a tese, é o único registro explícito sobre o “encontro” de Habermas com o pensamento de Bakhtin.

Como se falou, entre 1960 e 1990, Habermas constrói o pensamento crítico sobre a sociedade moderna, a política e sobre as áreas mais especializadas das ciências humanas e da filosofia. Diferente dos outros teóricos críticos de seu tempo, como afirma a comissão editorial brasileira da obra *Conhecimento e interesse* (1968-2014), ele dá a devida atenção à política democrática. Com sua epistemologia crítica, ele afirma:

É preciso distinguir entre a dissolução crítica de autoilusões que limitem o sujeito vivente também em suas operações cognitivas, e a explicação daquele saber intuitivo que unicamente torna possível nossa fala, ação e conhecimentos normais. A investigação das condições de algo sabido de início ingenuamente se ramifica em diversas direções. A libertação analítica de pseudo-objetividades autoproduzidas requer um procedimento diferente de reconstrução racional de um saber universal, mas implícito, de como falar uma linguagem, efetuar uma ação ou emitir um juízo (HABERMAS, 1968-2014, p. 502).

Habermas requer a construção racional de um saber, exatamente no deslizamento da subjetividade para a objetividade. Nesse sentido, ele se afasta da metafísica ontológica clássica, substituindo-a por uma racionalidade procedimental pós-metafísica moderna⁴⁷. O problema da razão passa a ser pensado, por ele, de forma pragmática, criando procedimentos para isso. Para Habermas, a filosofia é a guardiã da racionalidade, que passa a ser problematizada na práxis comunicativa do dia a dia. Na crítica que faz da sociedade moderna, especialmente na obra *Teoria do agir comunicativo* (1981-2012, v. 1 e 2), ele entende que a práxis comunicativa cotidiana conduz à reflexão sobre o encontro entre a teoria da ação comunicativa e a pragmática linguística. Com a pragmática linguística, Habermas (1968-2014) lançou mão da dupla estrutura dos atos de fala, compreendendo que a linguagem é um meio que explica a possibilidade de identidade do sujeito (indivíduo) mediante a socialização. Nesse processo reflexivo, Habermas substituiu a Filosofia da Consciência pela Filosofia da Linguagem, produzindo o que seus comentaristas chamaram de “guinada linguístico-filosófica”: “partindo de premissas linguísticas, ele uniu teoria da ação e teoria do sistema em uma nova teoria do agir comunicativo orientado ao entendimento” (REESE-SCHÄFER, 2012, p. 152).

Um agir comunicativo, orientado ao entendimento, foi fundado no conceito de racionalidade comunicativa, criado por ele para sustentar as ideias de univocidade, de verdade, de justiça, de autenticidade e de imputabilidade, e para explicar o que conecta os mundos objetivo, subjetivo e social, capacitando os sujeitos para agir e influir na sociedade moderna. Para ele, essa ideia serve para conectar sociedade civil e Estado em iniciativas a favor da democracia participativa e deliberativa.

Habermas liga a Filosofia da Linguagem com a política prática, fundamentando teoricamente a condição exterior dos processos democráticos de comunicação e a base social cidadã da política democrática. Na autocompreensão normativa da modernidade,

⁴⁷ Cf. REESE-SCHÄFER, 2012, p. 134-157.

Habermas considerou importante um objetivo e uma conquista das sociedades democraticamente organizadas: “a fluidificação de uma dominação política que se encontra sob as pressões públicas por legitimação” (HABERMAS, 1968-2014, p. 500).

Ao se pretender ser uma sociedade democraticamente organizada, atentar para os limites e as potencialidades de uma prática comunicativa (dialógica) orientada ao entendimento, significa revelar, de alguma forma, a fluidificação⁴⁸ de uma dominação política e apurar o olhar para um possível processo de legitimidade na gestão pública co-participada. Habermas substitui razão prática (do mundo subjetivo) por razão comunicativa (do mundo intersubjetivo). Ele estabelece a ligação entre prática comunicativa e prática política. Habermas trabalha a dimensão mais ampla do processo comunicativo: relações políticas entre governo (Estado) e cidadãos (sociedade civil). Bakhtin ajuda a revelar a dimensão interna dessa relação: a enunciação viva produzida pelos dois sujeitos em interação. O que se vê é a possibilidade de complementaridade entre uma concepção semântica e uma concepção pragmática do estudo da linguagem; entre uma perspectiva dialógica e outra crítica que se relacionam dialeticamente, privilegiando a interpretação e a crítica de dado objeto e contexto empíricos que se revelam e revelam dada realidade.

Bakhtin ajuda a compreender a dimensão interior do fenômeno dialógico em dada atividade humana e, em uma perspectiva externa e mais ampla, Habermas ajuda a compreender o viés comunicativo da prática política no âmbito da Administração Pública de um governo. Como já foi dito, é uma discussão sobre duas *epistemes* distintas, mas que possibilita construir pontes de ligação que sustentam uma reflexão sobre o *diálogo entre governo e cidadãos*.

2.3.1 Ação comunicativa, linguagem e significação

Quando o *diálogo entre governo e cidadãos* torna-se objeto de estudo, a relação entre a esfera governamental e a esfera civil está em jogo no processo democrático. Dentro dela, a conexão entre a opinião e a vontade dos cidadãos e a posição do governo, na produção de decisões políticas legítimas. Esta conexão, que pode produzir um fluxo discursivo entre sujeitos concretos distintos, não prescinde de um plano teórico que ajude

⁴⁸ Fluidificação é um termo utilizado por Habermas para significar diluição do poder de decisão política, sendo este o efeito de um gestão participada na qual gestores públicos e cidadãos decidem juntos o que deve ser feito para o *bem comum*.

a refletir sobre ação e produção de significação *na e pela* linguagem, de tal forma que elas gerem, de modo colaborativo, uma decisão política que interessa a todos.

Para construir o plano teórico desta tese, parte-se da compreensão de que há dialogismo entre a concepção de razão comunicativa (própria do agir comunicativo), de Habermas, e a concepção de relações dialógicas entre enunciados individuais (própria do diálogo), de Bakhtin. Alguns aspectos dessas concepções são convergentes, como: a) é essencial haver pré-compreensão comum do objeto da enunciação (um tema) e o compartilhamento de convicções e vivências, o que depende de vínculo com um contexto⁴⁹ específico, seja ele histórico, geográfico ou situacional. No funcionamento interno do diálogo, a situação social determina a natureza do signo, o seu valor de significação, se haverá interpretação recíproca desse signo ou se haverá um comum acordo para uma outra produção de sentido sobre esse signo; b) é preciso haver “vivenciamento empático” (BAKHTIN, 1979-2011, p. X) entre os sujeitos participantes do diálogo. *Algo* deve conectá-los, para que possam aceitar a oferta de fala um do outro, as condições colocadas por um projeto enunciativo geral e para que possam construir seu próprio projeto enunciativo (coordenação de suas ações de fala); c) é preciso, ao concordar com o projeto enunciativo proposto, orientar-se por uma racionalidade que garanta o emprego da enunciação objetiva e a racionalidade do resultado final, seja uma proposta, um posicionamento ou uma decisão, dentro de uma temporalidade dada; e d) é preciso entender a importância da relação valorativa do falante com o conteúdo e o sentido de seu enunciado, para que a negociação de sentido (de significação) com o outro aconteça e, desse modo, uma produção de sentido comum (em comum acordo) também se materialize. Essa trama, entre as duas concepções, produz dois níveis de observação do diálogo: um *nível do dialogismo (relações dialógicas) entre enunciados individuais* e um *nível da racionalidade comunicativa* (uso racional da linguagem no confronto ou na consensualidade das ideias), na ação/prática discursiva geradora de síntese sobre um *objeto/tema*.

No *nível de dialogismo entre enunciados individuais*, há uma orientação sobre *como deve ser* a relação entre os enunciados individuais – na “alternância entre enunciados, entre acabamentos, ou seja, entre sujeitos falantes, entre diferentes posicionamentos” (MARCHEZAN, 2012, p. 116) – representada pela “alteridade” e pela “responsabilidade”,

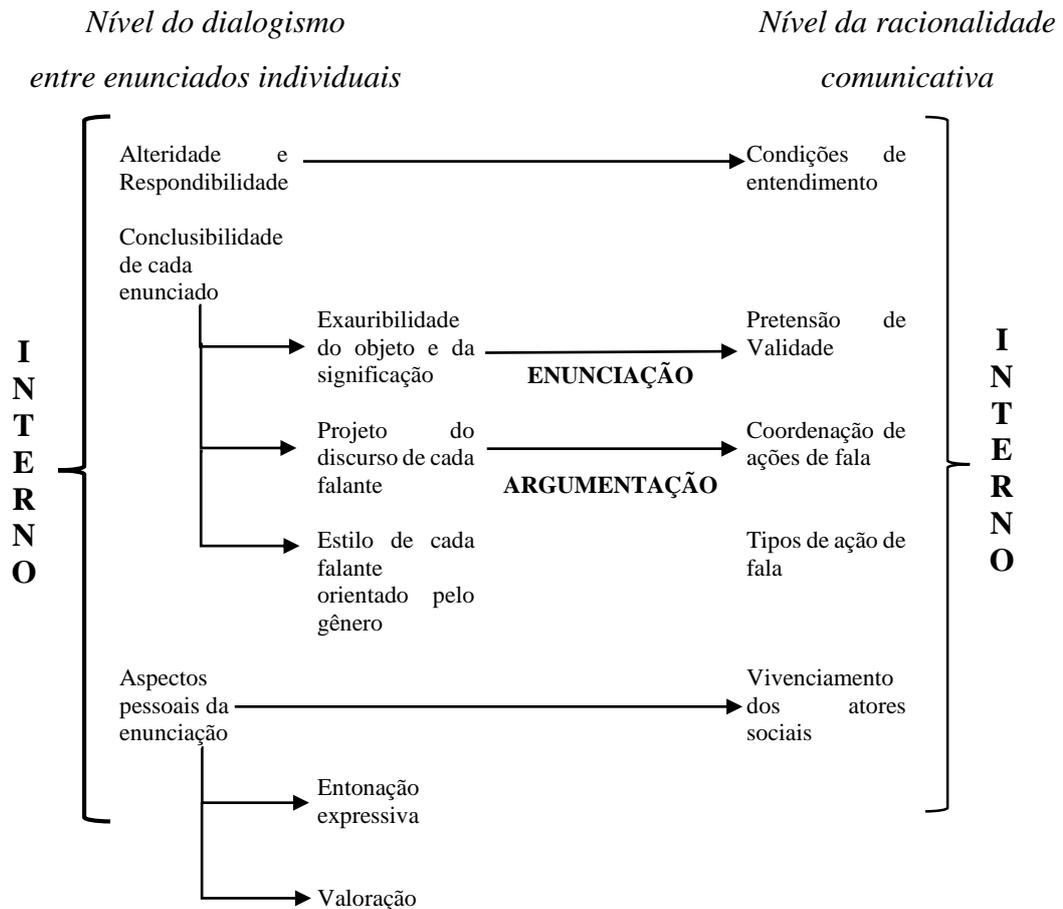
⁴⁹ Bakhtin dá importância ao contexto social amplo e às situações sociais imediatas. Habermas observa os “campos de argumentação” (institucionalizados) e o contexto social amplo (próprio da esfera pública).

dois princípios possíveis de serem observados na materialidade da enunciação (em movimento). Nesse mesmo nível, há *finitude* da alternância de enunciados e da significação sobre e do *objeto/tema* caracterizada pela “conclusibilidade específica de cada enunciado individual” (BAKHTIN, 1979-2011, p. 281). Ainda, como marca dessa “conclusibilidade”, na relação do falante com seu enunciado, há a relação valorativa do enunciadador com o *objeto/tema* e com a significação que lhe é dada no enunciado. É através dela que cada *sujeito-interlocutor* expressa sua posição particular e a influência que recebe do seu contexto social, expõe a significação que atribui ao *objeto/tema* e negocia com os *outros* a significação consensual (embora provisória) do *objeto/tema*, produzindo ou não uma transformação da realidade.

No *nível de racionalidade comunicativa*, há uma orientação sobre *como validar as falas/enunciações de cada sujeito-interlocutor*, permitindo a superação de concepções inicialmente subjetivas, orientada pelo entendimento entre os *sujeitos-interlocutores* e pela construção de um *comum acordo* sobre um *objeto/tema/coisa*, no diálogo, materializado por um projeto enunciativo colaborativo que contenha: as *razões*, para que cada sujeito fale/escreva e estabeleça diálogo com o outro, e as *regras/normas* para que o diálogo aconteça, garantindo as condições de universalidade (inclusão de todos os potencialmente afetados pelo *objeto/tema*), de não-coerção (liberdade comunicativa) e de reciprocidade (alteridade e responsabilidade).

Estes níveis entrelaçam-se para revelar como se pode agir racionalmente e dialogicamente e produzir significação pela linguagem, sobre um dado tema de interesse geral, em um espaço-tempo particular. Tem-se, nesta relação, o *modelo conceitual inicial* desta tese (ver Figura 2 a seguir).

Figura 2 – *Modelo conceitual inicial*: relação entre os dois níveis do diálogo



Fonte: Elaborada pela autora (2016)

No próximo capítulo, abordar-se-ão os múltiplos contextos que explicam as relações entre a transformação da cultura política brasileira e gaúcha, a passagem por distintos Estados de Direito⁵⁰ (democrático e não-democrático) no Brasil, os modelos de democracia⁵¹ e suas ênfases⁵², o modelo de gestão pública e os tipos de comunicação

⁵⁰ O Estado de Direito significa que a autoridade é exercida por meio da lei (uma constituição, por exemplo). Tanto nos momentos democráticos como no regime militar, o Estado brasileiro foi regido por uma constituição. No regime militar havia Estado de Direito, mas não o Estado de Direito Democrático.

⁵¹ Modelos de democracia são entendidos aqui como designação e caracterização das teorias da democracia “quando elas se concretizam, ainda que apenas como projetos, num corpo de procedimentos e de instituições. Assim, por exemplo, a teoria rousseauiana da democracia se materializa historicamente tanto em modelos de *democracia direta*, quanto nos modelos *republicano cívico e comunitarista*” (GOMES, 2007, nota de rodapé 3, p. 2, grifo nosso).

⁵² As ênfases de democracia “são características destacadas por um ou vários modelos dentre as várias dimensões da ideia de democracia. Um bom exemplo de ênfase é dado pela ideia de *participação popular ou civil*, que pode ser compartilhada por modelos muito diferentes como, por exemplo, os partidários da ‘democracia forte’ (Pateman, Barber), os deliberacionistas (vide Mutz, 2006), o comunitaristas toquevilleanos (Putnam, 2000) e a democracia radical (Mouffe)” (GOMES, 2007, nota de rodapé 3, p. 2, grifo nosso).

política praticada. Para M. Bakhtin e J. Habermas, o *contexto* – seja ele uma construção cultural histórica, seja um campo de argumentação institucional, seja uma situação social imediata ou o conjunto todo – é o território da pré-compreensão comum do objeto da enunciação, do compartilhamento de significados, do entendimento, das exposições de convicções e de vivências de um grupo social específico, em um espaço-tempo particular. Junto com os participantes do diálogo, o contexto é organizador do conteúdo e determinador da significação, da forma e do estilo dos diversos enunciados/*falas* que constituem o *diálogo entre governador e cidadãos*. O que se verá a seguir é como a multiplicidade de contextos vai determinando a forma do *diálogo entre governo e cidadãos*, no estado do Rio Grande do Sul, no período de 2011 a 2014.

3 CULTURA POLÍTICA, PARTICIPAÇÃO POPULAR E GOVERNANÇA DIGITAL NO RS

Neste capítulo, apresentam-se os contextos que vêm, historicamente, determinando a forma de diálogo entre governo e cidadãos gaúchos, até se chegar ao período entre 2011 e 2014, em que o governo gaúcho utiliza esse diálogo, via internet, como auxílio à sua gestão.

Os contextos que serão abordados aqui, revelam as raízes de uma cultura política⁵³ particular e, dentro dela, experiências práticas que ajudaram a definir a relação entre governo (esfera administrativa governamental) e cidadãos (esfera civil). Relação esta que pôde e pode ser materializada, por exemplo, pelo debate, pela negociação de vontades individuais para tomada de decisão política ou pelo ato de auscultar os cidadãos, que expressam suas vontades privadas e orientam o governo a produzir decisões políticas conforme a vontade geral agregada dos cidadãos⁵⁴.

Partiu-se de um contexto histórico-político mais amplo – a redemocratização do Estado Brasileiro – para, depois, expor, em parte, a experiência do estado do Rio Grande do Sul na construção de institucionalidades participativas. Para tal exposição, precisou-se voltar ao século XIX, quando se encontra o início do fenômeno associativo gaúcho que influencia um modo de pensar a democracia. Apresenta-se, logo em seguida, o processo de redemocratização e as primeiras experiências gaúchas de participação popular na gestão pública até surgir, em 2011, o projeto de governança digital do estado. Nele, encontra-se a estrutura governamental que tenta dar conta de um tipo específico de diálogo entre governo e cidadãos: o diálogo on-line.

⁵³ Pode-se entender, de forma ilustrativa, cultura política como um conjunto de conhecimentos relativos às instituições, à prática política, às forças políticas operantes de determinados contextos, às tendências mais ou menos difusas, às normas, à linguagem e aos símbolos, que são distribuídos entre indivíduos que a integram, conforme Giacomo Sani (1997, p. 306-308). A cultura política ainda pode ser entendida quanto aos tipos de tendência comportamental do indivíduo que dela participa – cultura cognitiva, cultura afetiva e cultura valorativa –, quanto ao tipo de cultura política, segundo seu objeto – cultura paroquial, cultura de sujeição, cultura de participação e cultura mista – e sob a perspectiva do papel dos indivíduos na definição da forma de debate e na tomada de decisões, tem-se a cultura política das elites e a cultura política de massas (Id. Ibid.).

⁵⁴ Cf. Habermas (1992-1997, v.2), seria a vontade acordada entre os cidadãos a partir de interesses ponderados e preferências concorrentes harmonizadas.

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO-POLÍTICO AMPLO: MARCO LEGAL, PARTICIPAÇÃO POPULAR E GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL

O Brasil, com sua dinâmica histórica, construiu um movimento no sentido de relativizar a representatividade de base liberal e promover a ênfase na ideia de democracia participativa a partir de 1988; de concretizar novas formas de institucionalidades participativas, produzindo nova gramática sociopolítica e nova institucionalidade democrática para o país, no sentido conceitual que Santos (2003) apresenta. Para John Gaventa, diretor do Development Research Centre on Citizenship, Participation and Accountability (University of Sussex),

o Brasil, pelas reformas constitucionais, movimentos sociais e inovações políticas que abrigou na última década, tem sido um dos mais importantes laboratórios do mundo a experimentar o que significa aprofundar a democracia na prática, e a enfrentar as dificuldades ao fazê-lo (COELHO; NOBRE, 2004, p.8).

Mas, como tudo isso começa? Para esta investigadora, o princípio de participação popular, na gestão pública, começa a ser sistematicamente pensada na década de 1980. Para Gohn (2001, p. 54),

A idéia básica presente nas políticas de participação popular nos anos 1980 era a de que elas deveriam ser incorporadas ao planejamento administrativo, desde que se considerasse o planejamento de forma diversa da que predominou durante os anos 1970, ou seja, que ele não se realiza de cima para baixo nem de fora para dentro. Não se tratava, também, de estimular meros debates. O planejamento participativo era um processo de relação entre o governo e a comunidade. A comunidade era vista em termos de forças populares que, por meio de mecanismos de atuação política, poderiam realizar uma participação concreta no exercício do poder. Quando se reivindica participação popular está se reivindicando a participação do povo nas decisões do poder político. Participação não para discutir o planejamento com técnicos, mas para beneficiar-se do planejamento programado em razão de sua força no contexto do poder.

Essa não era ainda uma dimensão de participação fomentada em várias experiências comunitárias que aconteciam no país, desde as décadas de 1960 e de 1970, como: a luta pela reforma agrária, a renovação do movimento sindical, as comunidades eclesiais de base (CEBs), as reivindicações de serviços públicos pelas associações de moradores e de

bairros, etc. (BRASIL, 2012; GOHN, 2001; TEIXEIRA, 2002;). Em Porto Alegre, por exemplo, foram criadas, em 1977, a Federação Rio-Grandense de Associações Comunitárias e Amigos de Bairro (FRACAB) e, em 1983, a União das Associações de Moradores de Porto Alegre/RS (UAMPA) (TAVARES, 2006).

Em busca da redemocratização do Estado, segundo Gohn (2001), a participação popular aparece na conjuntura política dos anos 80, no Brasil, por meio da experiência dos conselhos populares participando da gestão da coisa pública. Uns eram de caráter consultivo, outros de caráter normativo/representativo, o que causou

[...] grande confusão toda vez que estas duas formas de participação e de representação se cruzavam, pois a dos conselhos populares se fundava nos princípios de participação direta, e a dos conselhos comunitários e outros eram articuladas pelos poderes públicos segundo critérios de representatividade que supunha a participação indireta. O cruzamento das duas formas só irá aparecer nos anos 1990, nas novas redes associativas (GOHN, 2001, p. 55).

No Rio Grande do Sul, bem anterior a esta fase, pode-se citar o Conselho de Contribuintes (criado em 1938), o Conselho do Plano Diretor (criado em 1939) e o Conselho de Serviços Públicos (criado em 1952), na cidade de Porto Alegre (PORTO ALEGRE, CONSELHOS MUNICIPAIS, www2.portoalegre.rs.gov.br), além das primeiras experiências de participação popular na decisão sobre o orçamento municipal, em Pelotas (RS), entre 1984 e 1985, na gestão do prefeito Bernardo de Souza (PMDB) (HOHLFELDT, 2005).

As experiências de participação popular foi uma das dimensões de participação que fizeram crescer o movimento democrático nascido da base da sociedade civil brasileira. A partir dele, foi possível participar dos debates da Assembleia Constituinte, ampliando, no Brasil, a democratização do sistema político, nos níveis legal e institucional. Como resultado, teve-se a promulgação da Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal (CF), promulgada em 1988, permitiu construir no Brasil um sistema democrático que absorvesse, sem muitos reparos, o padrão liberal-representativo, que recepciona diversos mecanismos institucionais de participação popular na Administração Pública. Essa ênfase democrática pressupõe ação, corresponsabilidade e interação entre Estado e sociedade civil. Observe-se, no quadro a seguir, os dispositivos previstos na CF de 1988:

Quadro 10 – Dispositivos constitucionais que refletem a participação popular, na Administração Pública - Constituição Federal Brasileira de 1988

TÍTULO	CAPÍTULO	ARTIGO	DISPOSITIVO
I. Dos Princípios Fundamentais	-	Art. 1º Parágrafo único.	A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] II – a cidadania; [...] Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente , nos termos desta Constituição.
II. Dos Direitos e Garantias Fundamentais	I. Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos	Art. 5º	XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; [...] LXXVII - são gratuitas as ações de "habeas-corpus" e "habeas-data", e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania .
II. Dos Direitos e Garantias Fundamentais	II. Dos Direitos Sociais	Art. 10	É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.
II. Dos Direitos e Garantias Fundamentais	IV. Dos Direitos Políticos	Art. 14	A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

			<p>I - plebiscito;</p> <p>II - referendo;</p> <p>III - iniciativa popular.</p>
III. Da Organização do Estado	IV. Dos Municípios	Art. 29	<p>O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:</p> <p>[...]</p> <p>XII - cooperação das associações representativas no planejamento municipal;</p> <p>XIII - iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado; (Renumerado do inciso XI, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)</p>
III. Da Organização do Estado	VII. Da Administração Pública Seção I. Disposições Gerais	Art.37	<p>A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)</p> <p>[...]</p> <p>§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)</p> <p>[...]</p>
IV. Da Organização dos Poderes	I. Do Poder Legislativo	Art. 58	<p>O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo</p>

	Seção VII. Das Comissões		regimento ou no ato de que resultar sua criação. [...] II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil; [...]
IV. Da Organização dos Poderes	I. Do Poder Legislativo Seção IX. Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária	Art. 74	[...] § 2º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.
VII. Da Ordem Econômica e Financeira	III. Da Política Agrícola e Fundiária e Da Reforma	Art. 187	A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente: [...]
VIII. Da Ordem Social	II. Da Seguridade Social (Seção I – disposições gerais)	Art. 194, parágrafo único, inciso VII	Parágrafo único: Compete ao Poder Público, nos termos da Lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: [...] VII – caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.
VIII. Da Ordem Social	II. Da Seguridade Social (Seção II – Da saúde)	Art. 198, inciso III	As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado com as seguintes diretrizes: [...] III – participação da comunidade.

VIII. Da Ordem Social	II. Da Seguridade Social (Seção IV – Da assistência social)	Art. 204, inciso I e II	As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recurso do orçamento da seguridade social, previsto no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: I – descentralização político e administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como à entidade beneficente e de assistência social; II – participação da população por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
VIII. Da Ordem Social	III. Da Educação, da Cultura e do Desporto	Art. 205	A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade , visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
VIII. Da Ordem Social	III. Da Educação, da Cultura e do Desporto	Art. 206	O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VI - gestão democrática do ensino público , na forma da lei; [...]
VIII. Da Ordem Social	III. Da Educação, da Cultura e do Desporto	Art. 216, parágrafo primeiro	[...] O Poder Público, com a colaboração da comunidade , promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. [...]

Fontes: Brasil (1988) e Brasil (2012, p. 19-21)

Outra dimensão da participação orientada pela Constituição Federal de 1988, levaria à utilização, pelo cidadão, dos instrumentos jurídicos-judiciais para o controle da Administração Pública, em diversos níveis, como, por exemplo, o *habeas data*:

Art. 5º [...] LXXII – conceder-se-á *habeas data*: a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público (BRASIL, 1988).

Já os (nossos) grifos apresentados no Quadro 10 são as marcas do viés jurídico e da institucionalização do processo de cidadania que atribuiu o título de “Constituição Cidadã”, ao atual texto constitucional do nosso país. Estes grifos indicam a conquista do direito às várias formas de participação da sociedade junto ao Estado, quer seja participação popular, participação comunitária ou participação social.

A partir da CF de 1988, foram criadas leis que, no *todo* ou em *parte*, dão suporte à participação popular na Administração Pública, como, por exemplo:

- a) Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei que regula ações e serviços de saúde, art.7º, inciso VIII);
- b) Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 (Lei de participação da comunidade na gestão do SUS, *cf.* arts, 194 e 198 da CF/88);
- c) Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (Lei do Programa Nacional de Apoio à Cultura, art.32, inciso V);
- d) Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, art. 12, VI e VIII);
- e) Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998 (Sobre plebiscito, referendo e iniciativa popular, *cf.* art. 14 da CF/88);
- f) Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal e sobre consulta pública no §1º e §2º, art. 31);
- g) Lei Complementar nº 101, de 14 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (sobre transparência, divulgação e participação popular, via audiência pública, arts. 48 e 48-A) e Lei Complementar nº 131, de 25 de maio de 2009; e
- h) Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade (sob influência dos arts. 182 e 183 da CF/88, orientam a gestão democrática por meio de participação popular *cf.* art.2º, inciso II e arts. 43 e 44 do Capítulo V).

Delas surgem os seguintes instrumentos processuais de participação e de controle civil na Administração Pública⁵⁵ (Quadro 11) e os espaços de diálogo com o governo, próprios da participação social (Quadro 12):

Quadro 11 – Instrumentos processuais de participação e de controle civil na Administração Pública

INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE	DESCRIÇÃO
Colegiados Públicos	Órgão de consulta ou de deliberação colegiada no poder público que integra cidadãos ou entidades representativas.
Assessoria externa	Espaço de colaboração de especialistas, que são convocados para formulação de projetos, relatórios ou diagnósticos sobre questões a serem decididas pelo poder público.
Denúncia pública	Instrumento de formalização de denúncia quanto ao mau funcionamento ou responsabilidade especial do agente público.
Reclamação relativa ao funcionamento dos serviços públicos	Instrumento de formalização de reclamação que se fundamenta na relação jurídica entre o Estado ou concessionário do Estado e o particular-usuário.
Colaboração executiva	Ações de organizações que desenvolvem, sem fins lucrativos, com alcance amplo ou comunitário, atividades de colaboração em áreas de atendimento social direto.
Ação popular, ação civil pública, mandado de segurança coletivo, ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo	Instrumento de participação ou controle social das ações governamentais mediante ações judiciais.

⁵⁵ A partir da criação desses instrumentos processuais, surgem obras no Direito que ressaltam a importância da gestão participada (CANOTILHO, 1992) e do processo de Administração Pública cogestionária (JACOBI, 2000). Dentre os efeitos positivos da participação popular na Administração Pública, Oliveira (2006, p. 6812) aponta que “o emprego de mecanismos participativos enseja a criação de espaços de efetiva negociação, nos quais as decisões administrativas são tomadas, não somente a partir da perspectiva da ponderação ou da harmonização dos interesses envolvidos, mas também sob a ótica da reciprocidade de concessões. O enfoque da negociação significa que Administração pública, empresas, organizações não-governamentais e cidadãos mutuamente cedem sobre pontos relativos ao objeto em discussão, favorecendo a obtenção de um equilíbrio de interesses originalmente contrapostos, que permaneceriam contrapostos se não fosse pela ocorrência de trocas e concessões entre as partes”.

Fiscalização orgânica

Instrumento de participação de entidades representativas em bancas de concursos públicos.

Fonte: Modesto (2005)

O Quadro 11 diz respeito à intervenção e ao auxílio individual ou coletivo dos cidadãos na gestão dos órgãos e entidades que integram a Administração Pública, interferindo ou influenciando no conteúdo de suas decisões. Entretanto, para que essa interferência ou influência se materialize, necessitou-se da criação de “espaços de efetiva negociação” (OLIVEIRA, 2006), no sentido do processo administrativo. No Quadro 12, encontram-se alguns espaços para efetivação do diálogo entre Estado e sociedade civil, no sentido de auxílio à gestão de governo. Dentre eles, está listada a *consulta pública*.

Quadro 12 - Espaços de participação social e de diálogo na Administração Pública

ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DE DIÁLOGO	DESCRIÇÃO
Conselhos de Política Pública	<p>Conselhos são espaços participativos, que podem ser tanto consultivos como deliberativos, nos quais é prevista certa permanência no tempo. São compostos por representantes do poder público e da sociedade civil, podendo ser divididos em diferentes segmentos. Os conselhos têm como finalidade incidir nas políticas públicas de determinado tema, e suas atribuições variam nos diversos contextos (PIRES; VAZ, 2012, p. 11).</p> <p style="text-align: right;">[Participação social]</p>
Conferências de políticas públicas	<p>São eventos que ocorrem com periodicidade específica (geralmente bianual) nos quais as principais questões e direcionamentos normativos de áreas temáticas em políticas públicas são determinadas. As conferências ocorrem geralmente nos três níveis de governo, municipal, estadual e nacional, sendo que, a cada nível, problemáticas correlatas são discutidas e, conforme o avançar das negociações, levadas ao próximo nível. A participação é aberta ao público, ainda que, nos níveis estadual e nacional, apenas delegados escolhidos no âmbito das conferências do nível anterior tenham poder de voto (TEIXEIRA; SOUZA; LIMA, 2012, p. 14 e 15).</p> <p style="text-align: right;">[Participação social]</p>
Ouvidoria Pública	<p>A ouvidoria pública deve ser compreendida como uma instituição que auxilia o cidadão em suas relações com o Estado. Deve atuar no processo de interlocução entre</p>

	<p>o cidadão e a Administração Pública, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania provoquem contínua melhoria dos serviços públicos prestados.</p> <p>A existência de uma unidade de ouvidoria na estrutura de um órgão público pode estreitar a relação entre a sociedade e o Estado, permitindo que o cidadão participe da gestão pública e realize um controle social sobre as políticas, os serviços e, indiretamente, os servidores públicos.</p> <p>A ouvidoria tem por propósito, portanto, buscar soluções para as demandas dos cidadãos; oferecer informações gerenciais e sugestões ao órgão em que atua, visando o aprimoramento da prestação do serviço, além de contribuir para a formulação de políticas públicas (BRASIL, 2012, p. 19-21).</p> <p style="text-align: center;">[Participação popular como auxílio à gestão do governo]</p>
<p>Audiências públicas</p>	<p>Audiências públicas são encontros públicos presenciais, promovidos pelo governo em torno de temáticas específicas, com o objetivo de <i>discutir aspectos concernentes a uma determinada política</i>, sendo aberta a participação dos indivíduos e grupos interessados. É muito comum, por exemplo, a realização de audiências públicas na área ambiental, quando, em geral, o governo está obrigado a analisar os impactos não apenas ambientais, mas também sociais, de determinados projetos e, por isso, resolve <i>consultar a sociedade acerca de suas principais opiniões e demandas</i> para o caso específico (PIRES; VAZ, 2012, p. 11, grifo nosso).</p> <p style="text-align: center;">[Participação popular como auxílio à gestão do governo]</p>
<p>Consultas públicas</p>	<p>As consultas públicas são instrumentos bastante semelhantes às audiências públicas, principalmente no que tange à compreensão das principais demandas e reclamos da sociedade em questões bastante específicas. No entanto, a principal diferença da consulta pública é que <i>sua estruturação não se dá presencialmente, mas através de ferramentas de votação e colaboração a distância, como internet e telefone</i>.</p> <p>Grosso modo, é possível observar sua utilização relativamente frequente por parte de agências reguladoras e também na área da saúde (PIRES; VAZ, 2012, p. 11, grifo nosso).</p> <p style="text-align: center;">[Participação popular como auxílio à gestão do governo]</p>
<p>Grupos de Trabalho</p>	<p>Espaço de debate e proposição sobre um tema específico ou de acompanhamento de um processo político. Podem existir grupos de trabalho estritamente governamentais</p>

	<p>(com a presença de representantes da sociedade civil como convidados); grupos de trabalho paritários; e grupos de trabalho, cuja maioria dos integrantes são representantes da sociedade. Em geral, são criados por algum instrumento normativo (decreto, portaria, etc.) que define seus objetivos, prazo de funcionamento e composição. Um exemplo de grupo de trabalho: Grupo de Trabalho formado para organizar a 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos que produziu diretrizes para a construção do III Programa Nacional de Direitos Humanos e Grupo de Trabalho sobre o Marco legal das organizações da sociedade civil (BRASIL, 2012, p. 19-21).</p> <p style="text-align: center;">[Participação popular como auxílio à gestão do governo]</p>
<p>Reuniões</p>	<p>São espaços comuns de participação não institucionalizada, nos quais organizações da sociedade civil, sindicatos, movimentos sociais, empresários, etc., estabelecem um diálogo presencial com representantes do poder público sobre determinada agenda. Esse espaço permite a interação com grupos específicos, apresentação de demandas, negociação, recebimento de informações, etc. (BRASIL, 2012, p. 19-21).</p> <p style="text-align: center;">[Participação social]</p>
<p>Mesas de negociação ou Mesas de diálogo</p>	<p>Essa nova interface, estabelecida entre os âmbitos do Estado e da sociedade civil, constituiu, via de regra, iniciativa do próprio governo, em resposta à representação e/ou demandas de entidades ou movimentos sociais, com fins de solucionar eventuais e/ou potenciais conflitos [...]. Esse tipo de experiência teve caráter de ineditismo no país e três tipos de mesas ocorreram no governo Lula, variando tanto em termos de temática quanto em termos de desenho e/ou dinâmica: a <i>Mesa Nacional de Negociação Permanente com os Servidores Públicos</i>, instituída em 2003; a <i>Mesa de Negociação do Salário Mínimo</i>, instituída em 2005; e a <i>Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar</i>, instituída em 2008 (PIRES; VAZ, 2012, p. 11, grifo nosso).</p> <p style="text-align: center;">[Participação social]</p>
<p>PPAs participativo</p>	<p>Em 2003, o governo federal estabeleceu, em conjunto com diversas redes e fóruns de organizações da sociedade civil e movimentos sociais, um processo participativo pioneiro de participação popular no Plano Plurianual (PPA 2004- 2007). Foram realizadas plenárias nos 27 estados da federação. Em 2011, o governo federal iniciou um novo processo participativo na formulação da dimensão estratégica e no estabelecimento de uma sistemática de monitoramento participativo do PPA 2012-2015. Esse processo deu-se</p>

por meio da criação de um espaço de participação chamado *Fórum Interconselhos*, que contava com a presença de representantes da sociedade civil de diversos Conselhos Nacionais, assim como outras organizações, redes e movimentos sociais (BRASIL, 2012, p. 19-21, grifo nosso).

[Participação popular como auxílio à gestão do governo e participação social]

Fontes: Brasil (2012, p. 19-21), Pires; Vaz (2012) e Teixeira; Souza; Limas (2012).

Para o pesquisador do campo da Comunicação, é fácil confundir a consulta pública, entendida como mecanismo ou instrumento do processo administrativo (KLIKSBURG, 2007; MELLO; MARQUES, 2012; NOHARA, 2011), com a consulta pública utilizada para auscultar os cidadãos em auxílio à gestão do governo (governança). Pode haver, ainda, uma terceira confusão: a consulta popular do Orçamento Participativo. No entanto, as três formas de consulta são formas distintas de participação da sociedade civil no Estado Democrático de Direito brasileiro, por reflexo da CF de 1988. Esta tese trata do diálogo entre governo e cidadãos no interior de consultas públicas que, neste caso específico, são entendidas como instrumentos de escuta da população utilizados, como auxílio à gestão do governo, no sentido exposto no Quadro 12.

Com esse arcabouço legal que reflete o caráter da democracia participativa, o Brasil (Estado) começou organizar uma política de diálogo com a sociedade civil brasileira, entrelaçando, de forma racional, instrumentos e uma engenharia de procedimentos⁵⁶ participativos, mantendo, ao mesmo tempo, a robustez da democracia representativa. Entretanto, o Estado Brasileiro ainda enfrentaria desafios próprios do amadurecimento democrático.

A partir de 1995, no período da Nova República, quando o sistema democrático se estabiliza, dois modelos de prática administrativa da Administração Pública aparecem no projeto político do país: o de Administração Pública Gerencial e o de Administração Pública Societal. O confronto entre esses modelos gerou a reflexão sobre a cogestão (de governo e cidadãos) dos assuntos públicos. Não se está falando de construção normativa, mas de viabilizar a legitimidade do planejamento da gestão pública e de produção de

⁵⁶ Refere-se à articulação entre ambientes, metodologias e ferramentas de participação presencial e não presencial, somada às estratégias de comunicação e de mobilização que incorporam múltiplas formas de expressão e de linguagem.

decisão governamental. O que se apresentará, a seguir, é a luta entre duas ênfases de gestão do Estado ou gestão pública.

3.1.1 O governo brasileiro e os modelos de gestão pública

Na metade dos anos de 1990, havia um consenso político, de base liberal, a partir do debate sobre a reforma gerencial do Estado, que se preocupava em combater o patrimonialismo e o autoritarismo que, nas décadas anteriores, promoveram a crise de desenvolvimento do Brasil. Para Paula (2005), a concepção liberal adotada se baseou na articulação de estratégias de desenvolvimento dependente e associado, estratégias neoliberais de estabilização econômica e estratégias administrativas dominantes no cenário das reformas orientadas para o mercado.

Em 1996, após a eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso (gestão 1995-2002), o governo brasileiro adota um novo modelo de gestão pública, chamada “Nova Administração Pública”. Este modelo foi apresentado pelo ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira, no Plano Diretor da Reforma do Estado. Segundo Paula (2005, p. 38), nesse plano, havia duas vertentes que sustentavam a implantação do modelo de “administração pública gerencial”: a cultural (vinculada à dimensão institucional-administrativa) e a de gestão (vinculada à dimensão econômico-financeira):

No que se refere à dimensão cultural, Bresser-Pereira apontou a necessidade de transformar a cultura burocrática do Estado em uma cultura gerencial. Já a dimensão gestão deveria ser explorada pelos administradores públicos, que colocariam em prática idéias e ferramentas de gestão utilizadas no setor privado, “criticamente” adaptadas ao setor público, tais como os programas de qualidade e a reengenharia organizacional.

Entretanto, a gestão pública democrática, orientada pela Constituição Federal de 1988, em tese, possuía três dimensões:

1) A dimensão econômico-financeira, que se relaciona com os problemas do âmbito das finanças públicas e investimentos estatais, envolvendo questões de natureza fiscal, tributária e monetária; 2) a dimensão institucional-administrativa, que abrange os problemas de organização e articulação dos órgãos que compõem o aparato estatal, como as dificuldades de planejamento, direção e controle das ações estatais, e a questão da profissionalização dos servidores públicos para desempenho de suas funções; 3) a dimensão sociopolítica, que compreende problemas

situados no âmago das *relações entre o Estado e a sociedade*, envolvendo os *direitos dos cidadãos e sua participação na gestão* (PAULA, 2005, p.40, grifo nosso).

A crítica que o modelo de “Administração Pública Gerencial” sofreu por parte das lideranças dos partidos políticos da esquerda, principalmente pelo Partido dos Trabalhadores (PT), dizia respeito a:

- a) concentração de poder no núcleo estratégico;
- b) separação dos grupos de técnicos do sistema político, ratificando o discurso “sou técnico, não sou político”;
- c) concentração de poder decisório nas instâncias executivas, especialmente nas equipes ministeriais;
- d) desativação das Câmaras Setoriais de composição tripartite (ver Art. 194, parágrafo único, inciso VII da CF/88);
- e) ausência de canais de mediação entre entidades da sociedade civil e a cúpula do governo e que permitisse a infiltração das demandas populares; e
- f) participação popular “administrada”, havendo confusão entre participação dos funcionários e participação da sociedade civil (PAULA, 2005, p. 43-44).

Naquele período, especificamente em 2000, sob a orientação do Plano Diretor da Reforma do Estado, o governo federal começa seus investimentos no governo eletrônico⁵⁷, com o Decreto Presidencial de 3 de abril, que instituiu o Grupo de Trabalho sobre Novas Formas Eletrônicas de Interação. Sua missão era examinar e propor políticas, diretrizes e normas relacionadas com as novas formas eletrônicas de interação. A partir daí, são construídas orientações e práticas que vão, aos poucos, materializando, até o final de 2002,

⁵⁷ Em 20 de setembro de 2000, foi lançada a *Proposta de Política de Governo Eletrônico para o Poder Executivo Federal* (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, GRUPO DE TRABALHO NOVAS FORMAS ELETRÔNICAS DE INTERAÇÃO, 2000, p. 5), com dois objetivos amplos: a) “estabelecer um novo paradigma cultural de inclusão digital, focado no cidadão/cliente, com a redução de custos unitários, a melhoria na gestão e qualidade dos serviços públicos, a transparência e a simplificação de processos”, b) “o uso do “peso institucional do governo” no mercado, integrando ações de compra e contratação de tecnologias da informação que possam reduzir custos unitários” e c) “a inclusão social e a ampliação do uso da tecnologia da informação pelo cidadão brasileiro”. Em 2001, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) lança a obra *Des citoyens partenaires: Manuel de l’OCDE sur l’information, la consultation et la participation à la formulation des politiques publiques*, em que entende governo eletrônico como o uso de novas tecnologias de informação e comunicação pelos governos, aplicadas a todas as suas funções. Em 2002, as Nações Unidas definiram governo eletrônico (e-government) como “*utilizing the internet and the world-wide-web for delivering government information and services to citizens*” [utilização da internet e da web para ofertar informações e serviços governamentais aos cidadãos] (2002, p.1).

o e-Governo⁵⁸, a e-Administração⁵⁹ e o início da e-Governança⁶⁰ (ou Governança Digital), no nível federal.

As críticas ao processo de gestão pública gerencial, mesmo com o investimento feito no e-Governo, parecem ter, também, influenciado o processo eleitoral de 2002. O candidato Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), vence as eleições nesse ano. A partir de 2003, o governo do presidente Lula repensa os formatos institucionais e o modelo de gestão pública. Mantém as dimensões econômica e financeira, bem como a institucional e administrativa, nos aspectos que deram certo, e isso inclui todo o trabalho realizado para sustentação do governo eletrônico, mas pratica uma Administração Pública com ênfase social, tentando materializar a cogestão (Estado-sociedade civil) e a participação dos cidadãos nas decisões políticas do governo:

No âmbito da vertente societal, estão em curso algumas experiências participativas que possuem essas características, como, por exemplo, os Fóruns Temáticos, dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas e do Orçamento Participativo. Uma análise da literatura pertinente demonstra que essas experiências se diferenciam pelos seguintes motivos: colocam em questão a tradicional prerrogativa do executivo estatal de monopolizar a formulação e o controle das políticas públicas; permitem a inclusão dos setores marginalizados na deliberação a respeito do interesse público; e possibilitam que os diferentes interesses presentes na sociedade sejam explicados e negociados num espaço público transparente. Em síntese, procuram contribuir para a construção de uma cultura política democrática nas relações entre Estado e a sociedade combinando ação e estrutura, política e técnica (PAULA, 2005, p. 44).

Essa síntese revelou o projeto ideológico do Partido dos Trabalhadores (PT)⁶¹, na época, e sua estratégia política de relação entre governantes e governados. Um

⁵⁸ E-Governo ou Governo Eletrônico preocupa-se com as relações interorganizacionais, coordenando a formulação de políticas e sua implementação e ofertando serviços públicos aos cidadãos (Cf. MEDEIROS, 2004).

⁵⁹ E-Administração preocupa-se com as relações intra-organizacionais, desenvolvendo políticas específicas, atividades organizacionais e gerindo conhecimento. É uma consequência da dimensão institucional-administrativa de um modelo de gestão pública (Cf. MEDEIROS, 2004).

⁶⁰ E-Governança (ou Governança Digital) preocupa-se com a interação entre cidadãos, organizações governamentais, servidores públicos e políticos, concentrando-se em processos democráticos, na ideia de governo aberto e na tomada de decisão transparente. É uma consequência da dimensão sócio-política de um modelo de gestão pública. Segundo Medeiros (2004, p. 75), e-Governo, e-Administração e e-Governança são estruturas de Governança Eletrônica. Hoje, em 2016, o Estado Brasileiro entende Governança Digital como “a utilização, pelo setor público, de tecnologias da informação e comunicação com o objetivo de melhorar a informação e a prestação de serviços, incentivando a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão e tornando o governo mais responsável, transparente e eficaz” (Cf. o portal governamental <www.participa.br/egd#>).

⁶¹ No “modo petista de governar”, há uma forte preocupação com a alocação de recursos e com a ampliação de canais de comunicação, pelo menos em tese, voltada ao fortalecimento de setores sociais que, para o PT, estavam antes marginalizados, e à consolidação de organizações populares que dialogavam com sua

posicionamento ideológico que dialogava com a ideia de expansão dos *deliberative publics*⁶², conforme orientaram Avritzer e Costa (2004). A ideia de que o cidadão pode se relacionar diretamente com o Estado ou com o sistema político era considerada racional. A questão seria: por quais práticas? Como indica Gomes (2007, p. 18), a democracia representativa gozava de “boa saúde”:

E o Estado brasileiro, nesses quase vinte e cinco anos depois da ditadura militar, deu uma guinada na direção da democracia com tal decisão⁶³ que é impossível não a reconhecer. Tanto assim, que atende de maneira bastante satisfatória aos requisitos liberal-democráticos, tanto aqueles relacionados à democracia eleitoral como, de certo modo, aqueles atinentes à garantia das liberdades políticas. Do ponto de vista da democracia eleitoral, sobram poucos reparos ao Estado brasileiro, no que tange ao atendimento dos seus pré-requisitos: há eleições livres e limpas baseadas em sufrágio universal, há pluralismo e liberdade de partidos políticos, há opinião pública livre e crítica em face do governo e das instituições, há normas e poderes regulatórios das disputas eleitorais, há participação eleitoral da população que, embora compulsória, alcança níveis saudáveis de interesse, há informação política à profusão para a tomada de uma decisão política qualificada, há respeito legal pela vontade do eleitor manifestada nas urnas, há rotação do poder político. Do ponto de vista das liberdades políticas, a sua garantia está assegurada: liberdades de expressão, opinião, imprensa, associação estão todas firmadas na Constituição.

Com esse cenário, a ideia de que o cidadão pode se relacionar diretamente com o Estado ou com o sistema político não poderia substituir a ideia da democracia representativa pela democracia participativa direta. Por outro lado, o modelo de democracia para o Brasil não pôde se resumir a um bom padrão de democracia eleitoral.

perspectiva ideológica. Para o PT, “isto permite, no mínimo, que surjam interlocutores desta relação com capacidade de estabelecer comunicação direta, permanente e orgânica com os movimentos sociais e com a população desorganizada, no desenvolvimento de políticas públicas” (BITTAR, 2003, p. 23).

⁶² Termo utilizado pelos autores para representar a ideia de públicos deliberativos, ao apresentar complementações da concepção discursiva da esfera pública de Jürgen Habermas ao pensá-la para a América Latina. Eles partem de uma crítica feita ao modelo discursivo de Habermas, por outros autores. Essa crítica aponta “[...] a negligência de Habermas no que se refere às possibilidades (ou à necessidade) de ampliação dos mecanismos institucionalizados de formação da vontade política, conferindo-se poderes efetivos aos *deliberative publics*” (AVRITZER; COSTA, 2004, p. 713). Para os autores, os públicos deliberativos são os sujeitos da horizontalização dos processos decisórios. Para esta pesquisadora, Habermas deixa aberta essa possibilidade ao problematizar o agir comunicativo.

⁶³ Gomes (2007, p. 17-18) fala da justaposição de temas do passado – autogoverno, soberania popular, participação do povo, engajamento cívico, opinião pública – e ideias recentes, como: esfera pública, deliberação civil, controles sociais do governo, visibilidade. Para ele, as teorias democráticas se renovaram, no Brasil, “na direção do acolhimento de agendas mais decididamente interessadas em valorizar e reconhecer a cidadania em sua relação com o Estado ou incluir a justiça social como parte do projeto de justiça política”.

No governo da presidente Dilma Rousseff, outro desafio se apresentou para a vertente societal de Administração Pública: desenvolver um processo colaborativo de decisão de políticas públicas, de cogestão de práticas governamentais e de legitimação do planejamento de políticas e ações governamentais. O desafio que está em pauta, no Brasil, não é mais a criação, reformulação e ampliação dos mecanismos de participação social. Por hora, o que desafia é qualificar a participação que já existe (BRASIL, 2012), considerando o interesse dos cidadãos em participar.

3.1.2 Os modelos de gestão pública e suas concepções de participação

O modelo de gestão pública gerencial e o modelo de gestão pública societal pensam processos de participação civil distintos. Maria da Glória Gohn (2001), Elenaldo Teixeira (2002) e Boaventura de Sousa Santos (2003) ajudam a entendê-los teoricamente.

Para Gohn (2001, p. 13), *participação* é um processo que pode ser observado nas práticas cotidianas da sociedade, nos discursos e nas práticas das políticas estatais, “com sentimentos e significados completamente distintos”. Neste momento, interessa a concepção de participação – luta por melhores condições de vida e pelos benefícios da civilização – nas práticas das políticas estatais. Esta autora apresenta cinco concepções de participação produzidas por diferentes paradigmas: a liberal, a autoritária, a democrática, a revolucionária e a democrática-radical (Quadro 13). Cada uma delas guia diferentes produções de sentido sobre participação e orienta diferentes estratégias de ação específica.

Quadro 13 – Relação entre concepções democráticas e seus próprios significados de participação

CONCEPÇÃO	OBJETIVO DA CONCEPÇÃO	O QUE É PARTICIPAÇÃO	O QUE FAZER QUANTO À PARTICIPAÇÃO	DERIVAÇÕES
Liberal	“[...] sempre reformar a estrutura da democracia representativa e melhorar a qualidade da democracia nos marcos das relações capitalistas” (p. 15).	A participação é o meio, o instrumento para a busca de satisfação das necessidades dos membros da sociedade. Esses membros da sociedade são todos iguais.	- Desestimular a intervenção governamental no processo de participação, via obstáculos burocráticos; e - Ampliar os canais de informação aos cidadãos, de forma	Participação corporativa Participação comunitária

			que eles possam manifestar suas preferências antes das decisões.	
Autoritária	“[...] é aquela orientada para a integração e o controle social da sociedade e da política” (p. 17).	A participação é de natureza cooptativa.	“Nesse caso, a arena participativa são as políticas públicas, quando se estimula, de cima para baixo, a promoção de programas que visam apenas diluir os conflitos sociais” (p. 17)	
Democrática	É a que tem o princípio da soberania popular como reguladora do processo político.	“[...] a participação é concebida como um fenômeno que se desenvolve tanto na sociedade civil – em especial entre os movimentos sociais e as organizações autônomas da sociedade; quanto no plano institucional – nas instituições formais políticas” (p. 17).	Participação por representação institucionalizada (via processo eleitoral). Há competição na sociedade civil pelo poder de representação.	
Revolucionária	O sistema partidário é o ator fundamental. Ele tem como missão formar quadros para participação qualificada no sistema político e nos aparelhos burocráticos do Estado. Seus ativistas “questionam e buscam substituir a democracia representativa por outro sistema, em muitos casos pela denominada ‘democracia participativa’” (p. 18).	“[...] a participação estrutura-se em coletivos organizados para lutar contra as relações de dominação e pela divisão do poder político” (p. 18).		
Democrática-radical	“O pluralismo é a marca dessa concepção, os partidos políticos não são mais	“A participação tem caráter plural. [...] A participação articula-se, nesta concepção, com o	- Constituir uma linguagem democrática não-excludente nos espaços	

	importantes que os movimentos sociais, e os agentes de organização da participação social são múltiplos” (p. 19).	tema da cidadania. Participar é visto como criar uma cultura de dividir as responsabilidades na construção coletiva de um processo, é dividir responsabilidade com a comunidade” (p.19).	participativos criados ou existentes; - dar acesso aos cidadãos a todo tipo de informação; e - estimular a criação e o desenvolvimento de meios democráticos de comunicações.	
--	---	--	---	--

Fonte: Gohn (2001, p.15-20).

O modelo de gestão gerencial no Brasil, que parte da combinação das concepções liberal e neoliberal, preocupou-se com os ajustes estruturais que gerariam uma eficiência administrativa, enfatizando as dimensões econômico-financeira e institucional-administrativa. A dimensão sociopolítica foi operacionalizada apenas pela construção de canais de difusão de informações. Esse modelo praticava a comunicação instrumental⁶⁴, que fortalecia o novo projeto estrutural de gestão, e a comunicação estratégica, que ampliava a simulação de alternativas políticas e a racionalização na tomada de decisão, assim como criava infraestrutura tecnológica para manter a rede de processamento de dados e os sistemas de informação nos diversos ambientes governamentais – E-Administração (MARGETTS, 2010).

Assim, houve uma alteração na organização do aparelho do Estado e a qualificação dos métodos de gestão, mas não investimentos robustos na relação entre Estado e sociedade presencial (participação social) ou on-line (e-Governança), em um sistema democrático representativo, como o brasileiro. Deixou-se de lado, naquele momento, a efetiva participação dos cidadãos na gestão pública, de tal maneira que possibilitasse aos cidadãos

⁶⁴ Aqui não há oposição à constituição da comunicação instrumental, até porque ela é uma etapa intrínseca da ação comunicativa habermasiana. Segundo Reis (2004, p. 63, grifo do autor), “além disso, a ação comunicativa é também *ação*, o que significa que ela mesma envolve inevitavelmente um problema de eficácia. É preciso que tenhamos normas e sanções adequadas para assegurar a autonomia de todos no processo de comunicação, e a situação ideal de discurso cria, nas palavras do próprio Habermas, comunicação *competente*, não obstante o fato de que o atributo de ser competente ou incompetente seja em princípio, para Habermas, algo que caracteriza a observância de regras técnicas (no trabalho) ou de estratégias válidas, ou seja, a esfera em que supostamente prevalece a instrumentalidade (apesar das vacilações de Habermas quanto à interação estratégica)”.

desenvolver habilidades de argumentação e negociação com o Estado. Por isso, o modelo de gestão gerencial sofreu muitas críticas.

Gohn (2001, p.32) observa, também, que, entra em cena, nesse momento, o conceito de “governabilidade”, algo característico da concepção liberal. A partir dela,

o tema da participação, propriamente dito, não existe ou tem papel coadjuvante de auxiliar uma boa gestão. O olhar é focalizado no poder político, nos dirigentes – governantes de plantão. A sociedade entra no cenário como consumidora, cliente ou contribuinte/beneficiária. Acesso a recursos, bens e serviços parecem ser metas últimas dos indivíduos e grupos sociais, em uma sociedade em que todos são vistos de forma indiferenciada, do ponto de vista de suas condições socioeconômicas.

Ao comparar a vertente gerencial com a vertente societal, Paula (2005, p. 43) entende que, na vertente gerencial, adotada pelo Brasil, na metade dos anos de 1990, não foram criados canais ou espaços de participação que possibilitassem a infiltração das demandas populares no processo de gestão pública, o que gerou o aumento do “isolamento dos decisores, estimulando as práticas personalistas e voluntaristas”. Assim, para a autora, não houve permeabilidade do governo à participação popular.

Ao considerar as dimensões de participação discutidas por Teixeira (2002, p. 33-41), a decisória, a educativa e integrativa, a de controle social e a expressivo-simbólica, o modelo de gestão gerencial se deteve mais na dimensão de controle social, em observação à Lei de Responsabilidade Fiscal, mesmo já tendo tal marco legal para operar a dimensão decisória e as dimensões educativa e integrativa da participação.

Com a adoção do modelo de gestão pública societal, buscou-se outra realidade. O governo, por achar que a dimensão sociopolítica não foi levada a efeito na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, passa a priorizá-la na gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), sem perder de vista os avanços já alcançados pelo “gerencialismo”. São repensados desenhos institucionais para viabilizar maior participação dos cidadãos na gestão pública, criando espaços de influência civil, de negociação e espaços deliberativos, com suas lógicas operativas, pelo menos programaticamente (Quadro 12). Incluía-se o sentido da relação entre governo e população no modelo de gestão gerencial. Começou-se a entender esse sentido do ponto de vista do modelo de gestão societal, a partir de 2003.

Mas, algumas experiências anteriores das gestões societais indicaram que esse caminho não seria fácil. Por exemplo, Boaventura Santos (2003, p. 501-502), ao descrever a experiência do Orçamento Participativo em Porto Alegre, ilustra as dificuldades:

Em primeiro lugar, nem os dirigentes partidários que encabeçavam o Executivo nem os dirigentes das comunidades tinham qualquer experiência na promoção da participação institucionalizada. Ambos haviam sido socializados na cultura política do confronto e não estavam preparados para ir além do protesto e da confrontação. Esse contexto não permitia a criação de espaços de negociação capazes de articularem e de tornarem compatíveis todas as diferentes reivindicações e exigências das diversas regiões, e ainda menos de estabelecer um contrato político e de tomar parte nas mediações institucionais necessárias para o efetivar. Em segundo lugar, tornou-se rapidamente evidente que os líderes das comunidades não só estavam socializados numa cultura política do clientelismo, com base na qual canalizavam recursos para as comunidades. Assim, o carreirismo do poder comunitário continha em si risco de carreirismo da política tradicional. A participação popular de tipo não-clientelista vinha, pois, perturbar tanto a política tradicional quanto as estruturas de poder das comunidades.

Como se percebe, não é só mudando as ênfases de democracia e/ou os modelos de gestão pública que se consegue implementar a participação do cidadão, com suas várias dimensões, na Administração Pública. Talvez com o modelo de gestão societal seja possível, apenas, perceber algumas mudanças de ênfase no processo de gestão: de governabilidade, para governança local; de participação presencial para participação virtual. Talvez seja possível, também, testar, conforme Santos (2003), a relativização da representatividade, a “demodiversidade”⁶⁵ e novas formas de institucionalidades participativas, abrindo espaço para o que ele chama de “nova institucionalidade democrática”, sempre provisória. A questão agora é entender como são criadas as novas combinações de procedimentos participativos e a partir de qual cultura política elas são geradas.

No estado do Rio Grande do Sul, que tem uma história produtiva sobre participação na administração pública, existem experiências de participação democrática, direta ou indireta, espontâneas ou institucionalizada, orientadas para a expressão ou para a decisão (TEIXEIRA, 2002), que podem ajudar a desvelar como o governo chegou à decisão de

⁶⁵ Utiliza-se o termo no sentido de coexistência pacífica ou conflituosa de diferentes modelos e práticas democráticas. É um dos termos utilizados, por Santos (2003), para falar do processo de qualificação da democracia.

promover a participação do cidadão gaúcho, na gestão pública estadual, de forma on-line, como etapa suplementar ao processo de participação popular presencial.

3.2 A EXPERIÊNCIA DO RIO GRANDE DO SUL NA CONSTRUÇÃO DE INSTITUCIONALIDADES PARTICIPATIVAS

Quando um governo toma a decisão política de organizar uma experiência sistemática de diálogo com a população de seu estado sobre questões que afetam o interesse geral e sobre decisões que precisam ser tomadas sobre elas, ele poderá ser solicitado, em tese, a enfrentar as possibilidades e a dinâmica de:

- 1) diminuir as relações assimétricas de poder [de decisão política material] entre o governo e os cidadãos;
- 2) perceber as diversas narrativas regionais do próprio estado;
- 3) ampliar a “alfabetização” política⁶⁶ no estado;
- 4) materializar a racionalidade prático-moral na vivência do poder dos sujeitos desse diálogo;
- 5) horizontalizar os processos decisórios sobre a gestão e as ações governamentais⁶⁷;

e

6) produzir condições sistemáticas e contínuas, para que haja diálogo entre ele (governo) e os cidadãos, em todo e qualquer espaço governamental que seja criado para esta finalidade⁶⁸.

Este último aspecto, bem próprio do campo da Comunicação, pressupõe uma ação que ultrapassa a prática instrumental de fornecimento de acesso público aos serviços governamentais. Implica um exercício que leva cidadãos e cidadãs (direta ou indiretamente) a opinar, a argumentar, a negociar e a participar da esfera de decisão governamental do seu Estado sobre temas que lhes digam respeito, compartilhando responsabilidades.

⁶⁶ Fala-se da prática contínua de negociação entre diferentes sujeitos sociais que aprendem a mutuamente cederem sobre pontos de vista relativos ao objeto em debate para, depois, avançarem na construção coletiva de um processo político racional.

⁶⁷ Conforme a concepção do uso do modelo de discurso da esfera pública, repensado por Avritzer e Costa (2004) para a América Latina, entendendo que, nele, o governo passa a ser incluído no rol dos atores, juntamente com a sociedade civil, quando se visualiza uma democracia deliberativa participativa.

⁶⁸ A predisposição para essa ação está visível em materializações como as do “Gabinete Digital”.

O estado do Rio Grande do Sul construiu politicamente um processo evolutivo de participação social, desde o século XIX, e depois, outro mais institucionalizado, respaldado pela Constituição do estado, promulgada em 3 de outubro de 1989. Dividir-se-ão esses momentos em: momento da constituição do fenômeno associativo e momento de redemocratização, conforme Avritzer (2003).

3.2.1 O fenômeno associativo na cultura política do RS

O fenômeno associativo surge, no mundo, em particular após a Revolução Industrial, quando a capacidade das estruturas tradicionais – Igreja e família patriarcal – são reduzidas, o processo de industrialização e de urbanização crescem e os regimes democráticos se instauram. Os regimes democráticos garantiram a liberdade, às vezes ilimitada, de se associar em matéria política, cultural, religiosa, recreativa, econômica, profissional, etc., matérias estas, que se confundem com as funções das associações (CESAREO, 1992).

Na América, por exemplo, o direito de associação foi importado da cultura inglesa que se integrou aos hábitos e costumes (TOCQUEVILLE, [1835] 2005, Livro 1). Para Tocqueville ([1835] 2005, Livro 1, p. 223 et seq.), naquele tempo-espaço (dos Estados Unidos da América), “a liberdade de associação tornou-se uma garantia necessária contra a tirania da maioria”. Para este autor, a liberdade de associação diz respeito à liberdade comunal. Nesse sentido, para ele, “não há país em que as associações sejam mais necessárias para impedir o despotismo dos partidos ou a arbitrariedade do príncipe, do que aquele em que o estado social é democrático”. Tocqueville explica que o fenômeno associativo lida com dois tipos de liberdade humana: a liberdade de agir e a liberdade de “conjugar seus esforços com os esforços de seus semelhantes e agir em comum”. É a entrega da vontade individual à vontade geral agregada dos cidadãos. Contudo, pode-se desnaturar esse uso próprio da associação, quando um grupo hegemônico (economicamente ou politicamente) “coloniza” uma entidade associativa, usando-a em prol dos interesses de poucos, e não em prol da comunidade que a constituiu.

Voltando à percepção de Tocqueville, o indivíduo, ao aderir publicamente a uma doutrina de determinada associação, contraindo o compromisso para fazê-la prevalecer, adquire certos hábitos que vão compor, *a posteriori*, sua cultura política, como por exemplo: a) o hábito de se encontrar periodicamente com seus semelhantes – poder de se

reunir – aprendendo a conhecer uns aos outros; b) o hábito de estabelecer os vínculos entre consciências, que Tocqueville chamou de “vínculo puramente intelectual”, de tal forma que passam a apresentar uma opinião mais nítida e precisa sobre *algo* que represente essa coletividade; e c) o hábito de coordenar suas ações individuais para o comum acordo, como abordou Habermas (1981-2012, v.1), de tal forma que a associação possa reunir “em feixe os esforços espirituais divergentes impelindo-os com vigor em direção a um só objetivo claramente indicado por ela” (TOCQUEVILLE, [1835] 2005, Livro 1, p. 220).

O fenômeno associativo é tratado por muitos autores, mas aqui tem-se como referência Tocqueville ([1835]2005, Livro I), Cesareo (1992), Rioux (1996) e alguns pesquisadores gaúchos, quando se trata do associativismo que constituiu a cultura política gaúcha como, por exemplo, Kreutz (2000), Pacheco (2004), Silva (2010), Gertz (2013) e Santos (2013). Tocqueville ([1835] 2005, Livro 1), Cesareo (1992) e Rioux (1996) pensam o fenômeno associativo nos sistemas democráticos. Cesareo, por exemplo, entende que as associações diferenciam-se quanto a sua natureza, suas funções e seus graus de organização e de participação dos membros. Para este autor,

as associações voluntárias consistem em grupos formais livremente constituídas, aos quais se tem acesso por própria escolha e que perseguem interesses mútuos e pessoais ou então escopos coletivos. O fundamento desta particular configuração de grupo social é sempre normativo, no sentido de que se trata de uma entidade organizada de indivíduos coligados entre si por um conjunto de regras reconhecidas e repartidas, que definem os fins, os poderes e os procedimentos dos participantes, com base em determinados modelos de comportamento oficialmente aprovados (CESAREO, 1992, p. 64).

Segundo ele, as associações diferem amplamente quanto ao grau de organização, quanto aos critérios (mais ou menos seletivos) de recrutamento de seus membros, quanto ao nível (mais ou menos elevado) de envolvimento pessoal de seus membros, quanto a interdependência deste, podendo ocorrer o fenômeno da pluricolocação⁶⁹, quanto às suas principais funções⁷⁰, podendo uma associação ser plurifuncional. Em tese, as associações procuram garantir a participação de seus membros através de incentivos e gratificações, integrando-os por meio de um sistema eficiente de comunicação interna e controlando suas

⁶⁹ Refere-se às várias posições sociais que o membro de uma associação é capaz de ocupar, aumentando as relações de interdependência que este indivíduo possa ter com outros indivíduos.

⁷⁰ Lembre-se que as associações podem desempenhar funções culturais, recreativas, religiosas, profissionais, econômicas, políticas, etc., de forma manifesta ou latente. Podem desempenhar simultaneamente mais de duas funções na relação indivíduo-sociedade.

atividades. Em uma perspectiva mais ampla e externa, as associações têm uma função mediadora nas conexões que pretendem estabelecer entre indivíduo e sociedade e entre indivíduo e Estado:

Em termos de relação indivíduo-Estado, as associações voluntárias são consideradas essenciais para a manutenção de uma democracia substancial, enquanto se posicionam como atividade de equilíbrio do poder central e como instrumento para a compreensão dos processos sociais e políticos (CESAREO, 1992, p. 65).

Nessa relação, as associações, por terem uma direção e por serem visíveis, segundo Rioux (1996, p.103), são essenciais para entender as disputas de poder dentro de uma comunidade (ou sociedade), pois se tornam grupos de pressão sobre a opinião e os poderes públicos, e “não apenas tem acesso ao político, mas contribuem para estruturar o que os cientistas políticos chamam de um ‘sistema’ político”. Para Pacheco (2004), essas entidades, com propósito manifesto ou latente, interferem na comunidade política, constituindo-se em um espaço de sociabilidade onde se articulam representações e práticas sociais como, por exemplo, novas relações interpessoais, novos discursos e novos valores que transformam a cultura política. Essas e outras práticas sociais são utilizadas por determinada comunidade, segundo Pacheco (2004, p.152), “para codificar, interpretar e agir no campo político”. Como o fenômeno associativo fomentou, historicamente, nos cidadãos do Rio Grande do Sul, o entendimento sobre a importância da prática contínua de participação social?

O povo do estado do Rio Grande do Sul tem uma tradição associativa que parece ter início no século XIX. Em Pelotas (RS), por exemplo, foram criadas associações negras⁷¹ e abolicionistas⁷² divididas em dois grupo: as beneficentes e os clubes pró-abolição

⁷¹ Na pesquisa de Fernanda Oliveira da Silva (2010), são descritas as irmandades: associações que permitiam negros entre os seus mantenedores com finalidade beneficente, ou seja, assistiam aos pobres, principalmente os negros, nos momentos de fome, de enfermidades e de morte. Elas precederam à abolição e eram supervisionadas pela Igreja Católica. São elas: Irmandade Nossa Senhora da Conceição (1820-1915), Irmandade de Nossa Senhora Assumpção da Boa Morte (1829-1915) e Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1831-1915).

⁷² As associações abolicionistas eram desvinculadas da supervisão de qualquer Igreja e, no início, congregando homens brancos e negros livres, buscavam adquirir fundos para a libertação dos escravos, como é o caso da Associação Lotérica Beneficente Feliz Esperança (1878-1880) e o Club Abolicionista (1882-1884). Outras associações que, além de buscar tais fundos, também se preocupavam com a inclusão social dos escravos libertos, dando-lhes instrução (em escolas e oficinas), colocando-os no mercado de trabalho local e atendendo às necessidades dos trabalhadores negros, da forma que era possível naquela época. São exemplos desse trabalho, as seguintes associações: Sociedade Beneficente Feliz Esperança (1878-1917), Sociedade Beneficente Fraternidade Artística (1880-1911) e Sociedade Beneficente Harmonia dos Artistas

(SILVA, F., 2010). No século posterior, até onde se sabe, vários tipos de associativismo, além do político e do religioso-beneficente, vão sendo compostos: o social, o educacional, o econômico (cooperativismo), o cultural e o misto (que associa dois ou mais tipos).

Além do associativismo negro e pró-abolição, a partir de 1888, percebe-se, pelo registro de René Gertz, no texto *Médicos alemães no Rio Grande, na primeira metade do século XX: integração e conflito* (2013), a ideia de participação cidadã na criação de hospitais e das sociedades de beneficência, a partir da colonização portuguesa, alemã e italiana, o que sinaliza uma preocupação anterior com um trabalho voltado para o “outro” e a constituição do signo *hospital filantrópico e religioso*.

De natureza religioso-beneficente e cultural, o associativismo luso-brasileiro, no Rio Grande do Sul, surgiu no início do século XIX, com a criação da *Fundação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia* de Porto Alegre, em 1814, reorganizando as atividades filantrópicas de saúde e cura da *Santa Casa* criada, com autorização régia para funcionar, em 1803. Os luso-brasileiros associados recebiam atendimento médico-hospitalar. Mais tarde a Beneficência Portuguesa⁷³ se expandiu para atendimentos a escravos (em 1884, doando cartas de alforria), aos órfãos (em 1837, com a criação da Roda de Expostos) e aos idosos (em 1937, com a criação do Retiro da Velhice, em Gravataí) (OLIVEIRA; MOREIRA, 2010). O segundo aspecto dessa malha associativa luso-brasileira, no Rio Grande do Sul, era e é a preocupação com a manutenção de valores culturais oriundos da imigração portuguesas – através da gastronomia, das danças, dos cantos, da produção literária, etc. – e com uma boa relação entre Brasil e Portugal. Dessa preocupação surgiram sentimentos solidariedade, fortes laços comunitários e a manutenção da identidade cultural portuguesa com destaque para os trabalhos do *Centro Português 1º de Dezembro*, em Pelotas (criado em 1929), da *Casa de Portugal*, em Porto Alegre (criada em 1934) e outras associações portuguesas⁷⁴ (FISS, 2001) em funcionamento até hoje.

(1881-1916). Havia ainda o Centro Ethiópico (1884-1895) que, após a abolição, lutava pelos direitos do negros (Cf. SILVA, F., 2010).

⁷³ Lista-se hoje a *Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre* (criada em 1854), da *Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas* (criada em 1857), a *Sociedade Portuguesa de Beneficências de Rio Grande* (criada em 1859) e a *Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé* (criada em 1871). Associações filantrópicas que mantêm atividades médico-hospitalares no Rio Grande do Sul (FISS, 2001; OLIVEIRA; MOREIRA, 2010).

⁷⁴ Pode-se listar o *Centro Português*, em Rio Grande (criado em 1932), o *Instituto Cultural Português*, em Porto Alegre (criado em 1979), a *Câmara Luso-Brasileira de Comércio do Rio Grande do Sul*, em Porto Alegre (criada em 1978), o *Clube de Portugal*, em Passo Fundo (criado em 1986) e o *Centro Cultural Português*, em Ijuí (criado em 1988), segundo Fiss (2001).

O associativismo teuto-brasileiro, no Rio Grande do Sul, também foi abordado por Gertz (2013) e por outros como Schalleberger⁷⁵ (2001), Schmidt⁷⁶ (2002 e 2004), Santos⁷⁷ (2013), Vogt⁷⁸ (2006) e Teló⁷⁹ (2014) e, como algo mais que redes de significados com caráter cultural, mas também como estratégia de pressão das comunidades de origem germânica junto ao Estado, conforme a obra *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião* (2002), o que se transformou, mais tarde, na década de 1920, segundo Pacheco (2004), em movimentos de pressão pela eleição de nomes alemães para cargos políticos e administrativos. Pode-se entender melhor, por exemplo, a participação política dos teuto-brasileiros, no Rio Grande do Sul, no século XIX, também, pelo trabalho de Oliveira (2008), que aborda a construção da relação entre esse grupo social e o Estado através da mediação de suas associações. Mas é no século XX que o associativismo teuto-brasileiro começa a se estruturar no Rio Grande do Sul e a produzir sistemas simbólicos próprios.

Voltando um pouco ao século XIX, no Rio Grande do Sul, segundo Oliveira (2008), havia nesse tempo-espaço uma atuação cidadã de teuto-brasileiros nas atividades político-econômicas que constituíram, também, a cultura política desse estado, principalmente nas estratégias coletivas de se tornar visível e de se fazer ouvir na luta por seus direitos.

A história da conquista de direitos dos teuto-brasileiros, fruto da atuação cidadã de teuto-brasileiros e brasileiros, capazes de se valerem dos mais diversos canais de negociação com o poder público, é a história da luta pela ampliação da cidadania no Brasil. Diante das restrições e dos obstáculos ao exercício da cidadania, os teuto-brasileiros reagiram, reivindicaram e questionaram a própria legislação brasileira contribuindo para levar à Assembléia Provincial ou Geral a necessidade de se regulamentarem e cumprirem seus direitos. As discussões em torno das

⁷⁵ Erneldo Schalleberger, na sua tese de doutorado *O associativismo cristão no sul do Brasil: a contribuição da Sociedade União Popular e da Liga das Uniões Coloniais para a organização social e o desenvolvimento sul-brasileiro* (2001), aborda a relação da Igreja Católica com questões sociais vividas pelos colonos alemães e suas estratégias associativistas para enfrentá-las.

⁷⁶ João Schmidt, em dois textos, *Cultura política alemã: autoritarismo secular e construção democrática recente* (2002) e *Capital social e participação política em Santa Cruz do Sul: um aparente paradoxo* (2004), analisou as influências da cultura política alemã nos processos de participação dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil.

⁷⁷ Alba Cristina Santos (2013), em seu trabalho dissertativo *As marcas de Amstad no Cooperativismo e no Associativismo gaúcho: as memórias da Associação Theodor Amstad e da SINCREDI Pioneira*, ilustra um caso do fenômeno associativo criado pelos colonos alemães de orientação confessional católica. Sobre o cooperativismo, ainda, se tem como fonte Schmidt (2002).

⁷⁸ Olgário Vogt, na tese *A colonização alemã no Rio Grande do Sul e o capital social* (2006), analisa a vasta rede de associativismo comunitário entre os colonos alemães.

⁷⁹ Em 2014, Fabrício Teló defendeu a dissertação *Dimensões não-institucionais da ação política: a relação entre fumicultores e organizações em Santa Cruz do Sul/RS*, reunindo vários trabalhos anteriores e analisando os processos de construção de problemas públicos que conformam a vinculação dos agricultores às entidades de colonização alemã que se propõem como suas representantes, dando pistas sobre o fenômeno associativo na zona rural do Rio Grande do Sul.

questões como naturalização, liberdade religiosa e elegibilidade dos acatólicos⁸⁰ favoreceram mudanças legislativas significativas durante o século XIX. [...] As reformas legislativas que tinham como objeto os direitos de cidadãos teuto-brasileiros foram influenciadas por vozes que não se calaram nos rincões das colônias. Se de um lado havia resistência, é porque de outro havia uma força que não podia ser desconsiderada (OLIVEIRA, 2008, p. 87).

Os colonos alemães tinham características que provocaram, mais tarde, o fenômeno associativo: sua laboriosidade para a construção da prosperidade da província, sua capacidade de organização, sua relativa autonomia, sua fidelidade e sua obediência, como cidadão, ao Estado brasileiro (OLIVEIRA, 2008, p. 91-93). Foi ainda destacado a singularidade do comportamento dos teuto-brasileiros: capacidade de equacionar as diferenças e o esforço brando e contínuo em manter os traços definidores da “germanidade”, de tal modo que sua “identidade dual” fosse positiva para sua integração na vida pública do Brasil (OLIVEIRA, 2008).

Um dos deputados provinciais de origem alemã, no Rio Grande do Sul do século XIX, mais influentes, Karl von Koseritz, atuava como mediador entre os colonos e a Assembleia Legislativa Provincial; fazia por meio de abaixo-assinados, representações, queixas e requerimentos à Assembleia sobre questões de imposto territorial, autonomia municipal, livre mercado e luta contra monopólios. O exercício contínuo, mas nem sempre brando, pela defesa da cidadania política dos teuto-brasileiros, parece iniciar-se aí.

No início século XX, segundo Alba Santos (2013), o padre jesuíta Theodor Amstad marcou a história do associativismo socioeducativo⁸¹ e do cooperativismo socioeconômico do estado, com colonos alemães, portugueses e italianos, a partir de 1902. Ele entreteceu a vida associativa, cooperativa e religiosa, em um único trabalho. Inspirado nos líderes do

⁸⁰ No Rio Grande do Sul, chegaram, no século XIX, dois grupos de imigrantes alemães: o de confissão evangélica luterana e o de confissão católica. Os imigrantes alemães luteranos e católicos foram influenciados pelo *Movimento da Restauração*, um pelo ideal da Igreja Luterana, o outro pelo ideal de romanização da Igreja Católica (KREUTZ, 2000). No Brasil, nesse tempo-espaço, encontraram a força da Constituição de 1824, que institucionalizava a divisão entre católicos e acatólicos em razão da adoção da religião católica com oficial, como explica Oliveira (2008, p. 89).

⁸¹ O associativismo socioeducativo era materializado pela iniciativa singular de criação das *escolas comunitárias de imigrantes* com uma conotação fortemente étnica e confessional cristã, conforme Lúcia Kreutz (2000). Para cada grupo de imigrantes (alemães, italianos e poloneses), se deu por orientações e objetivos distintos. Outro aspecto que os diferenciou foi o momento em que imigraram e a quantidade que imigrou para o RS. Os alemães imigraram a partir de 1824 (39 alemães), até 1947 eram 253.846 no Brasil (KREUTZ, 2000). Já os italianos imigram a partir de 1875, até 1914, sendo 80 mil imigrantes, conforme o portal Itália-Brasil. No Brasil, a partir de 1875 foram 1.513.151 imigrantes italianos, 1.462.117 imigrantes portugueses, 598.802 imigrantes espanhóis, 123.724 russos, 94.453 austríacos, 79.509 sírio-libaneses, 50.010 poloneses e 349.354 de diversas nacionalidades. A partir de 1908, foram 188.622 japoneses (Id. Ibid.). Kreutz destaca que, em 1930, havia 1.579 escolas de imigração alemã no Brasil.

Catolicismo Social de meados do século XIX, na Alemanha, ele desenvolveu, no Rio Grande do Sul o espírito associativo que pode ser representado pela seguinte argumentação feita em uma reunião com colonos, em 1902, em Nova Petrópolis:

A reflexão tem de ser complementada pela ação. Um sem o outro nada resolve. E quando se trata de resolver um problema muito sério, não basta que se tente isoladamente. Não basta que um indivíduo ponha a mão à obra. Será tarefa de muitos em regime de cooperação. Assim se quiserem mover uma grande pedra e estiverem presentes vinte homens, e cada um isoladamente tenta removê-la, nada conseguirá. Se, porém, os vinte homens agarrarem em conjunto, obedecendo a um comando, fizerem força ao mesmo tempo, levantarão com facilidade a pesada carga. [...] Se, porém, nos reunirmos, se criarmos uma associação de grande porte e abrangente, tornar-nos-emos fortes e sempre mais fortes (SANTOS, A., 2013, p. 34).

Com esse ideal foi criada a Associação Rio-Grandense de Agricultores, em 1902, no congresso de São José do Hortêncio. Além disso, havia, como afirma Kreutz (2000, p. 164), uma tradição cultural dos imigrantes associada ao momento histórico de oposição entre Igreja e Estado, motivando a dinamização de uma forte estrutura comunitária, com ampla rede de associações, numa perspectiva predominantemente religiosa.

E foi neste momento que foram aprovados os estatutos e o órgão oficial de comunicação, o *Bauernfreund*, o ‘amigo do agricultor’, que circulava desde 1900, e passou a ser um veículo de comunicação entre a associação e os colonos, com o formato jornal. (...) A associação fundamentava-se em quatro princípios básicos: o da cooperação, do comprometimento mútuo, da interconfessionalidade e da interetnicidade (SANTOS, 2013, p.35).

O processo de difusão de informações, da associação para os colonos, foi ineficaz, pela barreira da língua. O jornal⁸² era produzido em alemão, o que beneficiou apenas os colonos alemães, deixando sem acesso às informações os associados lusos e italianos. Entretanto, não era só a língua que os mantinha afastados. Enquanto os alemães buscavam

⁸² As ordens e congregações religiosas oriundas da Alemanha, de origem evangélica luterana, mas principalmente de origem católica, agiram na integração da vida social, cultural e econômica priorizando o espiritual como primazia dessa relação. Nesse sentido, segundo Kreutz (2000), criaram três núcleos de ação: a) acentuada difusão da imprensa; b) ampla rede de organização; e c) associações religiosas e culturais, principalmente escola e professor. O jornal é um instrumento de mediação na vida dos imigrantes alemães. Francisco Rüdiger, no artigo *Imprensa e esfera pública* (1998, p. 133), entende que a imprensa, nessa época, como articuladora do processo da cidadania política, ajudava os teuto-brasileiros a se tornarem visíveis e a se fazerem ouvir pelo Estado brasileiro.

um coesão cultural e ensino comunitário, os italianos procuravam preservar, também, seu patrimônio cultural e, simultaneamente, desejavam aprender o português e, para isso, reivindicavam para si escolas públicas. Para Kreutz (2000, p.168), “os italianos foram os que menos vincularam a escola com a dimensão de organização comunitária e cultural”.

Os alemães, coesos que eram, procuravam solucionar comunitariamente seus problemas básicos econômicos e educacionais. Para sobreviver, dois problemas precisaram ser resolvidos: a busca de crédito para os associados e a educação dos colonos. Em busca de crédito para os pequenos agricultores, fundaram, em dezembro de 1902, a primeira Caixa Rural de Crédito (chamada depois de SICREDI Pioneira). Logo depois, a Associação dos Professores⁸³.

E Amstad frisou que o sucesso e o desenvolvimento só viriam com a elevação cultural da população. A escola tinha a missão de eliminar o analfabetismo e formar um membro comunitário. A ideia foi de implantar bibliotecas paroquiais e nos distritos, oferecendo aos agricultores algumas obras que lhes acrescentassem conhecimento mínimo de ação em suas atividades (SANTOS, 2013, p.37).

Em 1904, em Santa Cruz do Sul, o Pe. Amstad indicou quais seriam as principais cooperativas rurais: as de produção, as de compra e venda e as de crédito, cuidando de modo especial da última. O associativismo socioeconômico, promovido pelas ideias do Pe. Theodor Amstad, em 1912, foi deixando de lado os princípios de interconfessionalidade e de interetnicidade, com a fundação da Sociedade União Popular (a *Volksverein*), na cidade de Venâncio Aires. Esta outra forma de associativismo tinha a finalidade de promover os interesses espirituais e materiais dos católicos alemães, através de uma sociedade com fins confessionais. Para Santos (2013, p. 42-43), é a partir desse projeto que o Pe. Amstad “concentrou seus trabalhos no Vale do Caí e Vale dos Sinos, no primeiro momento, estendendo sua dedicação, mais tarde, para novas áreas de colonização, Vale do Taquari, região do Cerro Largo e região noroeste do estado”.

Uma década depois, saindo da zona rural para a zona urbana do Rio Grande do Sul, especificamente, a cidade de Porto Alegre, tem-se pistas do fenômeno associativo na

⁸³ Os imigrantes alemães eram orientados pelas igrejas católicas e luteranas para serem bons cristãos. O ensino comunitário considerava ler, escrever, contar e a catequese como ações prioritárias. Era essencial reavivar a tradição do professor comunitário e paroquial. Segundo KREUTZ (2000, p. 163), “o professor ideal seria aquele com raízes no povo, vivendo com o povo, comprometido com os fundamentos da religião, imbuído de santo respeito por sua missão, entendida como vocação e sacerdócio”. As associações dos professores foram incentivadas pelas igrejas para que “servissem de elemento catalisador e que se tornassem um canal de intervinculação entre igreja e escola”.

constituição da cultura política daquele tempo-espaço particular, como observa Pacheco (2004).

Na década de 1920, com a cidade de Porto Alegre constituindo-se como centro dinâmico da vida política no estado, por conta da remodelação urbana e industrial, o fenômeno associativo transforma-se e, com ele, o processo de sociabilidade ganha outros contornos com as associações locais. Proliferam em Porto Alegre as associações de caráter político, resultado do esgotamento da estratégia política de fraude e violência característica da República Velha⁸⁴. Algumas já faziam parte do movimento republicano de 1880, outras surgiram nos anos 20 do século XX. Entre elas, pode-se citar: Centro Republicano Júlio de Castilhos, Grêmio Republicano Marcos de Andrade, Centro Cívico Honório Lemos, etc. Eram 20 associações republicanas e 16 associações oposicionistas, conforme Pacheco (2004). Segundo este pesquisador, havia também sociedades mutualistas e assistenciais como, por exemplo, a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS) e associações profissionais como: Associação dos Padeiros, Associação Comercial de Porto Alegre, Clube Caixeiral, União dos Proprietários de Padarias, União dos Operários Estivadores, Associação dos Funcionários Municipais, Associação Comercial dos Varejistas e Centro Acadêmico de Direito (PACHECO, 2004). Estas últimas lutavam por uma adequação na regulamentação trabalhista e por isenção ou redução de impostos.

Para Pacheco (2004, p. 291, grifo nosso), as associações eram agentes coletivos que, através de estratégias institucionais, davam legitimidade às deliberações e posições que adotavam. Eram espaços de sociabilidade em que “se operacionalizava um conjunto de práticas e representações sociais que delimitavam as possibilidades de manifestação dos agentes no interior do campo político”. Nessa lógica, elas operavam “jogos de mediação política” e formavam laços identitários “que reforçavam, em cada indivíduo, o sentimento de pertencimento a uma mesma *comunidade de sentidos*”. Especificamente, as associações de caráter político – centros, grêmios e clubes – arregimentavam e inseriam os eleitores no campo político local. No ambiente interno, constituíam uma rede de significados expressa

⁸⁴ Está se falando das estratégias políticas de Antônio Borges de Medeiros, em que “era possível cooptar alguns eleitores com favores ou silenciar outros com truculência”. O coronelismo dessa época era o sistema político que legitimava o poder institucional do Rio Grande do Sul, “fundamentado na prática da barganha e na troca de favores” (PACHECO, 2004, p. 283-284). Nessa época, é constituído o *Pacto das Pedras Altas*, um tratado de paz, em que havia sido proibido a reeleição, assinado após a Revolução de 1923, última guerra civil no Rio Grande do Sul (CORTÉS, 2007, p. 85), na qual confrontaram-se chimangos (partidários de Antônio Borges de Medeiros) e maragatos (partidários de Joaquim Francisco de Assis Brasil). A rejeição à reeleição marca até hoje a cultura política do Rio Grande do Sul.

pelas maneiras de codificar, interpretar e agir, segundo este autor. Ou seja, constituíam uma cultura política particular caracterizada:

- a) pela existência de uma extensa rede de associações, que organizava o eleitorado urbano com base numa *divisão tanto territorial como social do espaço urbano* incorporando-o ao campo político local;
- b) pela utilização de uma dinâmica burocrática que *delimitava as possibilidades de movimentação dos seus membros*, mas que, no sentido inverso, *reforçava sua legitimidade social* enquanto entidades representativas de interesses coletivos;
- c) pela articulação de espaços de sociabilidade através dos quais os eleitores tornavam públicas as suas preferências eleitorais, criando *vínculos identitários e laços de lealdade* entre líderes e partidários, entre candidatos e eleitores;
- d) pela possibilidade de emergência no interior desse espaço de sociabilidade, de agentes coletivos e de personagens individuais como *representantes dos interesses de grupos sociais particulares* existentes no interior dessa comunidade política urbana (PACHECO, 2004, p. 286, grifo nosso).

É possível que esses traços da cultura política associativa tenha constituído a genética da participação popular que surgiu após a promulgação da Constituição Federal de 1988, pelo acúmulo de determinado capital simbólico e de agir coletivo. Esses traços sofrem manutenções e alterações nas próximas décadas.

As décadas de 1930 e 1940 foram marcadas por processos de restrição e de manutenção do fenômeno associativo. Getúlio Vargas, através do Decreto nº 19.170, em 1931, no início da “Era Vargas” (1930-1946), proibiu a existência de mais de uma entidade de classe em um mesmo território, provocando uma reorganização das associações econômicas e profissionais, época em que é criada a Federação dos Sindicatos Agrícolas do Rio Grande do Sul (SCHALLENDER, 2001). Atento às consequências da Segunda Guerra Mundial, Getúlio Vargas impôs inúmeras restrições às comunidades de colonização europeia, entre 1940 e 1950. Havia uma preocupação com o que denominavam de “perigo alemão”, ou seja, uma ideologia que defendia o imperialismo alemão (TELÓ, 2014).

Na década de 1950, o contexto político proporcionou a adesão de diversas organizações de trabalhadores rurais demandando reforma agrária e direitos sociais. Em Porto Alegre, ocorreu a criação de diversas associações locais que, após lutarem cinco décadas, fundaram, em 19 de setembro de 1959, a Federação Rio-Grandense de Associações Comunitárias e Amigos do Bairro (FRABAC), já citada. Ela é um dos braços

do movimento comunitário em Porto Alegre, atuando fortemente até 1964, voltando a atuar depois da abertura política (AVRITZER, 2003; FRACAB, 2013). Eis um resumo da gênese do que Avritzer (2003) chamou de “sociabilidade comunitária”, no Rio Grande do Sul.

Nas décadas seguintes há, na zona rural, as mudanças do cooperativismo para o sindicalismo e do sindicalismo para os movimentos sociais de luta pela terra, com forte participação da Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Partido dos Trabalhadores (PT), nas décadas de 1990 e 2000, cuja estratégia predominante era a mobilização (TELÓ, 2014). No final da década de 1980, acompanhando o que acontecia no Brasil, é promulgada a atual Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, que tem caráter democrático e participativo, conforme seu preâmbulo e seu art. 19, que orienta o Estado à observância dos princípios da Constituição Federal Brasileira de 1988 e do princípio da participação. A Constituição do estado do Rio Grande do Sul reflete e sintetiza a cultura política construída historicamente nesse estado e orienta a criação e a atuação de entidades mediadoras entre sociedade e estado: os Conselhos Populares.

Desse percurso histórico, pode-se concordar com algumas das consequências do fenômeno associativo no Rio Grande do Sul, apontadas por Pacheco (2004) e Teló (2014) como:

- a) aprendizagem de organizar indivíduos em entidades coletivas;
- b) constituição de uma dinâmica burocrática que alimenta e legitima a vida associativa;
- c) conjunto de práticas (políticas) que podem ser utilizadas também em espaços públicos;
- d) articulação de sujeitos coletivos que defendem interesses coletivos de diferentes grupos sociais, sejam urbanos ou rurais;
- e) legitimação de espaços sociais para mobilizar, culturalmente e politicamente, grupos sociais;
- f) construção de redes de significados, em que a alteridade é essencial, que orienta o agir, o codificar e o interpretar dessa sociedade; e
- g) construção de um mundo material e social concretamente experimentado pelos sujeitos que compartilham, entre si, conhecimentos comuns que, por conseguinte, não se restringem a um mesmo tempo-espço particular dessa sociedade específica.

Sabe-se que a criação de distintos espaços de diálogo e participação, em diversos modelos de gestão pública, adotados no âmbito estadual e municipal, no estado do Rio Grande do Sul, também é fruto dessa longa tradição associativa. Ela suscitou o processo de participação comunitária. Então, precisa-se entender essa história para saber o que resta dela nos atuais processos de participação social deste estado.

3.2.2 O momento da Redemocratização

Na década de 1970, havia a ideia de participação comunitária na constituição de diversas associações comunitárias de bairros, como por exemplo, a criação, em 1977, da Federação Rio-Grandense de Associações Comunitárias e Amigos de Bairro (FRACAB) e, em 1983, a criação da União das Associações de Moradores de Porto Alegre/RS (UAMPA) (TAVARES, 2006). Três anos depois do surgimento da UAMPA, os gaúchos puderam contar com um suporte legal: uma nova Constituição Estadual acolhia a ideia da participação comunitária.

A Constituição do estado do Rio Grande do Sul, de 1989, acompanha fielmente a Constituição Federal de 1988. A ideia de participação, contida nas duas constituições, é ampla e produz orientações sobre os seguintes tipos de participação: a política, a cidadã, a comunitária e a popular.

A Constituição do estado do Rio Grande do Sul de 1989 traz, no seu preâmbulo, a conciliação entre democracia representativa e participativa:

Nós, representantes do povo Rio-Grandense, com os poderes constituintes outorgados pela Constituição da República Federativa do Brasil, voltados para a construção de uma sociedade fundada nos princípios da soberania popular, da liberdade, da igualdade, da ética e *do pleno exercício da cidadania, em que o trabalho seja fonte de definição das relações sociais e econômicas, e a prática da democracia seja real e constante, em formas representativas e participativas*, afirmando nosso compromisso com a unidade nacional, a autonomia política e administrativa, a integração dos povos latino-americanos e os elevados valores da tradição gaúcha, promulgamos, sob a proteção de Deus, esta Constituição do Estado do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL. Constituição 1989, grifo nosso).

Ademais, orienta os tipos de participação como, por exemplo: participação política (art. 2º; art. 27, inciso I e § 2º), participação comunitária (art. 19, §2º; art. 173; art. 177;

art. 179; art. 235; e art. 260, §1º) e participação popular (art. 56, §2º, inciso I; art. 126; art. 167; art. 168; art. 190, §1º; art. 225, parágrafo único; e art. 238). Como se percebe, o princípio da participação social⁸⁵ perpassa toda a Constituição Estadual, através de tipos correlatos de participação. Este arcabouço legal orientou várias experiências de participação social na Administração Pública, em nível estadual e municipal, como se verá em seguida.

3.2.3 As primeiras experiências de inserção da participação popular na gestão pública

As primeiras experiências de participação popular, na gestão pública no Rio Grande do Sul, foram as dos Conselhos Municipais, entre os anos de 1930 e 1950⁸⁶, na Prefeitura de Porto Alegre; em seguida, a experiência do Conselho Popular em Pelotas⁸⁷; depois, no Estado, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), em meados de 1990 (TAVARES, 2006; BÜTTENBENDER; SIGDENBERG; ALLEBRANDT, 2011 e MARCONDES, 2011); do Orçamento Participativo⁸⁸, a partir de 1989, na cidade de Porto Alegre (FEDOZZI, 1997; AVRITZER; NAVARRO, 2003; AVRITZER E WAMPLER, 2004; GIRARDI, 2004; TAVARES, 2006 e MARCONDES, 2011) e com a criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento (COMUDES), uma das instituições mediadoras da Consulta Popular⁸⁹ sobre a aplicação do orçamento público, a partir de 1998, no estado (HOHLFELDT, 2006; TAVARES, 2006 e MARCONDES, 2011). Só em 2003, o sistema chamado “Processo de Participação Popular”, envolvendo COREDES e COMUDES, se efetiva.

⁸⁵ O art. 19 expressa a orientação à observância de vários princípios, dentre eles, o da participação. Além disso, aponta um dos meios de acompanhamento e avaliação da ação político-administrativa do Estado: “§ 2º. A ação político-administrativa do Estado será acompanhada e avaliada, através de mecanismos estáveis, por Conselhos Populares, na forma da lei” (RIO GRANDE DO SUL, Constituição Estadual, 1989, p. 05).

⁸⁶ Pode-se citar o Conselho de Contribuintes (1938), o Conselho do Plano Diretor (1939) e o Conselho de Serviços Públicos (1952) (Disponível em: < www2.portoalegre.rs.gov.br >. Acesso em 21 maio 2014).

⁸⁷ Para Hohlfeldt (2005), as primeiras experiências de participação popular, na decisão sobre o orçamento municipal, foram em Pelotas (RS), entre 1984 e 1985, na gestão do prefeito Bernardo de Souza (PMDB). Mas essa experiência não foi legalmente formalizada em projeto de lei.

⁸⁸ Segundo Avritzer (2003, p. 573), “a proposta de orçamento participativo surge como resposta a uma proposta de conselhos populares feita pelo prefeito de Porto Alegre pelo PDT, Alceu Collares, às associações de moradores da cidade, no início da sua gestão, em março de 1986”. Foi a União das Associações dos Moradores de Porto Alegre (UAMPA) que respondeu à proposta.

⁸⁹ Amparada pela Lei Estadual nº 11.179/1998, utiliza-se das audiências públicas e das assembleias públicas como instrumentos processuais de participação popular.

3.2.3.1 Os COREDES e os COMUDES: nova forma de relacionamento entre sociedade civil, Estado e mercado

A partir de meados de 1990, no final do governo de Alceu Collares (PDT), já sob orientação da Constituição do estado do Rio Grande do Sul de 1989, art. 149, § 8º e art. 167, são criados os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES). Para Büttendbender, Sigdenberg e Allenbrandt (2011, p. 83-84), “os Coredes foram sendo estruturados a partir do início de 1991, mas instituídos legalmente pela Lei Estadual nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, e regulamentados através do Decreto nº 35.764, de 28 de dezembro de 1994”. Para estes autores, os COREDES devem ser entendidos como “fóruns de discussão sobre estratégias, políticas e ações que visam o desenvolvimento regional”. Aqui, são entendidas como instituições mediadoras de participação social na Administração Pública, que dão conta de necessidades e interesses regionais no estado.

Pelo Decreto nº 35.764/94, os COREDES são associações civis (pessoas jurídicas de direito privado) sem fins lucrativos, que formulam e fiscalizam políticas públicas capazes de desenvolver sua região, e fomentam a participação de todos os segmentos de sua região, conforme art. 3º da Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994. Eles tentam construir parcerias sociais e econômicas, articulando os interesses locais e setoriais (postura política), como estratégias de desenvolvimento para cada região. Eles produzem seus próprios espaços de participação social. De natureza discursiva, deliberativa e fiscalizadora, combinam instâncias representativa e participativa em sua estrutura⁹⁰ e criam procedimentos próprios para si. Seus objetivos estratégicos são:

- I) Formular e executar estratégias regionais, consolidando-as em planos estratégicos de desenvolvimento regional;
- II) *Avançar a participação social e cidadã, combinando múltiplas formas de democracia direta com representação política;*

⁹⁰ Estruturação dos COREDES: “a) Uma Assembleia Geral Regional, composta por *representantes* da sociedade civil organizada e dos poderes públicos existentes na região, assegurada a paridade entre trabalhadores e empregadores; b) Um Conselho de *Representantes* (grifo nosso) como órgão executivo e deliberativo de primeira instância; c) Uma Direção Executiva, composta por um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro e um secretário executivo, que têm mandato de dois anos, cabendo-lhes dirigir a Assembleia Geral, o Conselho de Representantes; d) As Comissões Setoriais, que tratam dos temas específicos, com competência para assessoramento, estudos dos problemas regionais e elaboração de programas e projetos regionais; e e) O conjunto dos Conselhos Regionais das regiões constitui o Fórum Estadual dos COREDES, instância de articulação e coordenação da ação dos conselhos no Estado do RS”. (BÜTTENBENDER; SIGDENBERG; ALLENBRANDT, 2011, p. 86 e 87, grifo nosso).

- III) Constituir-se em instância de regionalização das estratégias e das ações dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Rio Grande do Sul, conforme estabelece a Constituição do Estado;
- IV) Avançar na construção de espaços públicos de controle social dos mercados e dos demais diversos aparelhos do Estado;
- V) *Conquistar e estimular a crescente participação social e cidadã na definição dos rumos do processo de desenvolvimento gaúcho;*
- VI) Intensificar o processo de construção de uma organização social pró-desenvolvimento regional; e
- VII) Difundir a filosofia da prática cooperativa de se pensar e fazer o desenvolvimento regional em parceria. (BÜTTENBENDER; SIGDENBERG; ALLENBRANDT, 2011, p. 89, grifo nosso).

Os 28 COREDES⁹¹ constituem o Fórum dos COREDES: um espaço de interlocução coletiva. Os encontros anuais de avaliação e planejamento, realizados por este fórum, assim como a eleição de representantes das regiões, é possível que constituam um dos procedimentos mais participativos no contexto regional. Esses procedimentos, hoje, habilitam as regiões para participar da Consulta Popular – um procedimento de participação direta deliberativa sobre o destino de parte do orçamento do estado. Os procedimentos participativos dos COREDES também habilitam os cidadãos para o controle das contas e obras públicas, e para a criação de fundos regionais de desenvolvimento (art. 9º do Decreto 35.764/1994).

Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento (COMUDES), apesar de tentativas anteriores, foram institucionalizados no governo Germano Rigotto, em 2003, através dos art. 1º (§2º) e art. 3º (incisos III, IV e VI) da Lei nº 11.920/2003, para dar apoio aos COREDES, viabilizando, com o poder local, a implantação de sistemas locais de participação popular na discussão sobre a distribuição orçamentária do estado e no Plano Plurianual – PPA (HOHLFELDT, 2006). Esta instituição é representativa do que se chama governança local. Até 2014, os COMUDES coordenavam a discussão orçamentária nos municípios do Rio Grande do Sul, através de audiências públicas, no processo de escolha de prioridades locais.

⁹¹ Em 1991, foram criados os seguintes COREDES: Central, Noroeste Colonial, Produção, Hortências, Fronteira Noroeste, Norte, Litoral Norte, Missões, Nordeste, Fronteira Oeste, Alto Jacuí, Médio Alto Uruguai, Sul, Serra, Vale do Rio Pardo, Vale do Taquari e Centro Sul. Daí para frente, foram criados: Vale do Caí e Campanha (1992), Paranhana-Encosta da Serra (1993), Vale do Rio Sinos (1994), Metropolitano do Delta do Jacuí (1996), Alto da Serra do Botucarai (2002), Jacuí-Centro (2004), Campos de Cima da Serra e Vale do Rio da Várzea (2006) e Celeiro e Vale do Rio Jaguarí (2008) (cf. BÜTTENBENDER; SIGDENBERG; ALLENBRANDT, 2011, p. 84).

Os COREDES e os COMUDES, como instituições mediadoras de participação social, e seus procedimentos participativos (direto e indireto), constituem, em tese, junto com outros sujeitos de participação, um processo de descentralização do planejamento socioeconômico estadual. Aparentemente, há desconcentração de poder decisório e o empoderamento das comunidades locais. Trata-se de um encontro negociado entre esfera governamental e esfera pública. É uma forma de gerir o negócio público a partir de coalizões. Tem-se, aí, exemplos de governanças regional e local, efetivando controle e intervenção cidadã.

Büttenbender, Sigdenbreg e Allenbrandt (2011) lembram que as duas décadas de caminhada e aprendizagem com os COREDES, que passaram por diversas transições governamentais e partidárias – PDT, PMDB, PT, PMDB, PSDB e PT – no âmbito estadual, significam que

[...] não se trata de um projeto político-partidário, mas da institucionalização social de um processo participativo de desenvolvimento regional que ainda precisa ser desenvolvido e aprimorado em vários aspectos. Os mecanismos de participação, mais do que um direito, já apresentam mostras de se incorporarem como patrimônio de participação direta da sociedade na definição de prioridades de investimento no orçamento estadual (BÜTTENBENDER; SIGDENBERG; ALLENBRANDT, 2011, p. 101).

Nesta pesquisa, impacta o fato da participação social na gestão pública ter sobrevivido a diferentes perspectivas ideológicas e formas de governar. Precisa-se considerar melhor as expertises construídas para isso. A relação entre sistemas, seus espaços de participação e diálogo, seus procedimentos e as ferramentas que canalizaram o processo, é fundante, aqui. Mas, necessita-se, também, abordar os outros sistemas, instituições mediadoras, espaços e procedimentos de participação, criados no estado do Rio Grande do Sul, após os COREDES e os COMUDES.

3.2.3.2 O Orçamento Participativo Gaúcho

O Orçamento Participativo tornou-se um dos temas mais abordados na literatura brasileira sobre participação social na Administração Pública, de natureza socioeconômica. Ele está enquadrado na concepção de governança democrática participativa, tanto quanto

os COREDES e os COMUDES. Este sistema de participação e diálogo, que também tem uma abordagem econômica forte, recebe as participações discursivas (presenciais e on-line), consultivas e deliberativas na sua dinâmica, de forma direta e indireta, simultaneamente. Hoje, o Orçamento Participativo de Porto Alegre é considerado, pela Organização das Nações Unidas (ONU), uma referência de “nova forma de ação coletiva e de energia cívica”, que se engaja politicamente a nível local, através de audiências sociais, para aumentar a transparência e a prestação de contas das autoridades locais, que usam verba pública em programas de assistência básica às comunidades (ONU, 2014, p. 105-106).

No estado do Rio Grande do Sul, a prática do Orçamento Participativo se constituiu em agosto de 1989, em Porto Alegre, na gestão de Olívio Dutra (PT). Mas antes, na gestão de Alceu Collares, foram criados os Conselhos Populares, pela Lei Complementar nº 195/88, como espaço de participação social na Administração Pública municipal. Os movimentos comunitários de Porto Alegre discordavam da criação de Conselhos Populares, fazendo com que o próximo governo municipal repensasse essa proposta (TAVARES, 2006).

Parece que a luta argumentativa dos movimentos comunitários pelo direito de discutir a distribuição de recursos públicos da cidade de Porto Alegre começa em meados de 1980, quando havia, na cidade, o crescimento de vários movimentos comunitários que reivindicavam habitação, rede de esgoto, pavimentação de ruas, linhas de ônibus, centros de saúde, educação, etc. (bens e serviços públicos). As associações de bairro começavam a lutar por uma gestão democrática dos recursos urbanos.

Segundo Avritzer e Wampler (2004, p. 219),

[...] estes movimentos criaram a UAMPA, a União das Associações de Moradores de Porto Alegre, uma organização “guarda-chuva” para representação coletiva das associações em uma gama variada de assuntos. A UAMPA identificava o orçamento como ponto crítico e tema a ser problematizado, merecedor de atenção de seus membros. E, assim, propunha a participação direta dos cidadãos no processo de confecção do orçamento como um passo para a democratização da cidade. Sua proposta de 1986 remonta, de forma muito semelhante, ao que é conhecido hoje como Orçamento Participativo.

Para estes autores, esse momento corresponde ao segundo estágio de desenvolvimento do que eles chamaram de “públicos participativos”: o de novas práticas democráticas.

O Orçamento Participativo da cidade de Porto Alegre, segundo Fedozzi (1997, p. 111), seguia três orientações:

- a) ter regras universais de participação em instâncias institucionais e regulares de funcionamento;
- b) ter um método objetivo de definição dos recursos para investimentos, que perfazem um ciclo anual de atividades públicas de orçamentação do Município;
- e
- c) ser um processo decisório descentralizado, tendo por base a divisão da cidade em 16 regiões orçamentárias.

A partir dessa orientação, foi criado um desenho institucional que desse conta do tipo de esfera pública existente e da relação desta com a esfera governamental e com o marco legal sobre a utilização da verba pública. Que desse conta da “autoseleção” voluntária dos participantes, da escolha do assunto público a ser apreciado por eles, do modo de discussão e deliberação do controle das ações governamentais, da frequência de ações participativas e da razão de suas ações (FUNG, 2004).

O sistema de participação se constituiu de espaços diferenciados de diálogo e de decisão. Segundo Tavares (2006, p. 45) e Boaventura Santos (2003, p. 469), são eles: o Conselho de Orçamento Participativo (COP), as Assembleias Regionais, o Fórum Regional do Orçamento, as Plenárias Temáticas e o Fórum Temático do Orçamento.

Para cada espaço de diálogo e de decisão, foram pensados procedimentos diferentes de participação. Por exemplo, para o COP, foi pensada uma complexa engenharia que combina a participação deliberativa de diversos sujeitos da esfera pública e da esfera governamental. Nas Assembleias Regionais e nas Plenárias Temáticas, movidas por debates entre moradores (participação individual), conselhos populares e entidades comunitárias (participação institucional) de uma determinada região, o procedimento escolhido foi a deliberação face a face – escolha de demandas com observância dos critérios de prioridades⁹² – e a escolha de representantes para o processo de cogestão. No Fórum Regional do Orçamento e no Fórum Temático de Orçamento, o procedimento é de acompanhamento da elaboração do “Plano de Investimento” e de fiscalização das obras públicas. Aqui, os representantes das regiões (delegados) trabalham com o planejamento e

⁹² Os critérios de prioridade são capazes de estabelecer equilíbrio entre mobilização, discussão e carência, permitindo uma política distributiva mais justa (AVRITZER, 2003).

o controle das ações governamentais e exercem a cogestão. Temos um ciclo contínuo de consulta-discussão-deliberação-cogestão-consulta.

Figura 3 – Ciclo contínuo de atividade do Orçamento Participativo em Porto Alegre



Fonte: Elaborada pela autora (2016)

O ciclo contínuo de participação administrativa se altera a partir das seguintes variáveis: tradição e infraestrutura associativa, vontade política da Administração Pública, capacidade financeira para constituir o sistema de participação, desenho institucional e a relação entre densidade populacional e escala de participação (AVRITZER, 2003).

O Orçamento Participativo tem características diferentes em municípios e no estado. Aponta-se a relação entre densidade populacional e escala de participação como a que chama logo a atenção. Em tese, em grandes extensões territoriais, é necessário simplificar os desenhos institucionais. Ou seja, simplificar o processo de priorização das demandas, o processo de eleição de conselheiros e as etapas de mediação do processo deliberativo. O Orçamento Participativo, na dimensão estadual, é mais complexo, exigindo tais simplificações e a combinação de procedimentos presenciais e on-line. Essa diferença pode ser observada nos desenhos institucionais municipais e estadual no Rio Grande do Sul. Em 2003, ele ganha o reforço da “Consulta Popular”.

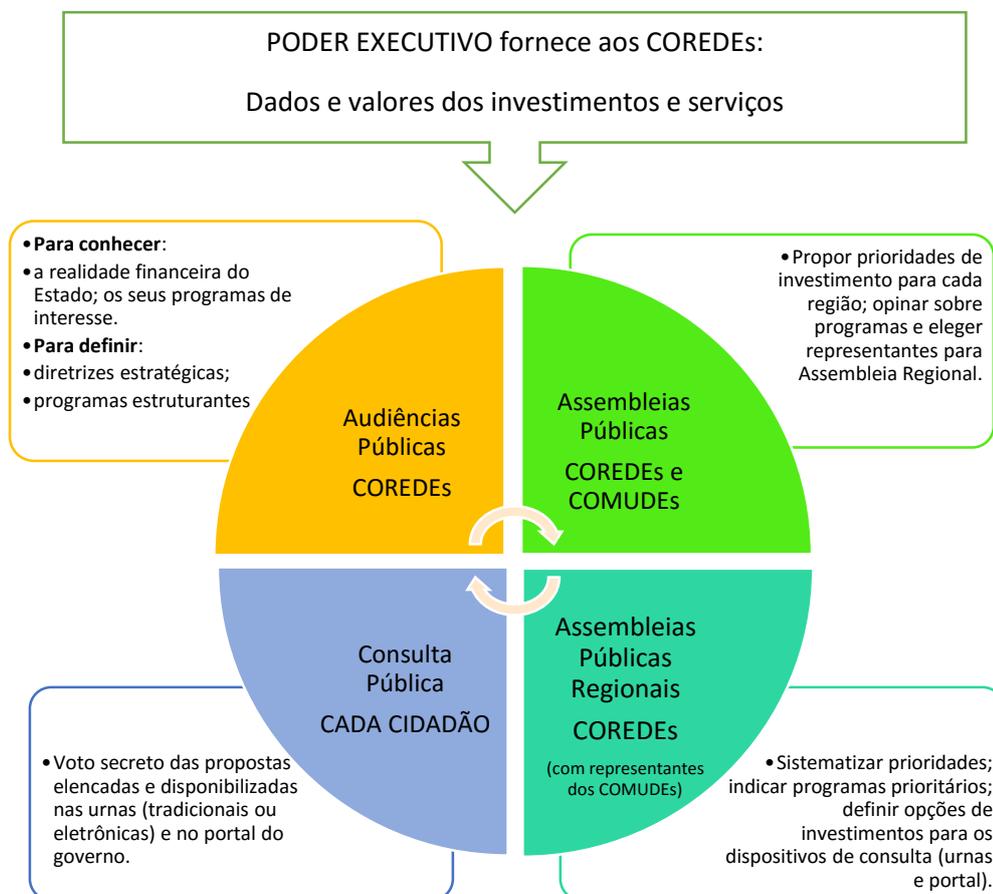
3.2.3.3 A Consulta Popular Gaúcha

Como se falou antes, a Consulta Popular é um procedimento de participação social da Administração Pública, de natureza socioeconômica, também criado no âmbito estadual, pela Lei nº 11.179, de 25 de junho de 1998 e aperfeiçoada pela Lei nº 11.920, de 10 de junho em que:

Art. 1º - O Poder Executivo promoverá, anualmente, consulta popular direta à população, visando a destinar parcela do Orçamento do Estado para serviços e investimentos de programas finalísticos a serem incluídos na Proposta Orçamentária do Estado, para fim de atendimento a prioridades de interesse municipal e regional (RIO GRANDE DO SUL, 2003).

Nos seus primeiro e segundo parágrafos, respectivamente, a lei, já alterada, orienta que a consulta popular seja precedida de audiência pública regional e de assembleias públicas municipais e regionais, e determina a competência dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) e dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento (COMUDES) para organizar a consulta popular. Essa alteração entrelaçou as ações dos COREDES e COMUDES, qualificando os procedimentos à consulta popular. Pode-se dizer que a Lei nº 11.179/98 instaurou um procedimento participativo, enquanto a Lei nº 11.920/2003 iniciou um sistema complexo de participação social na Administração Pública Estadual. Criara-se um sistema que entretencia participação individual direta (Consulta Popular) com participação representativa (COREDES, COMUDES, FAMURS, UVERGS, AGM, Assembleia Legislativa). A participação representativa significava a presença de instituições mediadoras, como sujeitos do processo de participação social. Os sujeitos (cidadãos) participaram, individualmente e diretamente, apenas no final do processo deliberativo, por meio do procedimento de consulta popular.

Figura 4 - Procedimentos da Consulta Popular no RS



Fonte: Elaborada pela autora (2016)

Percebe-se que a Consulta Popular tem um desenho institucional mais simples do que o Orçamento Participativo municipal, respeitando a lógica de que, quanto mais extenso é o território a ser coberto pelas ações governamentais, e quanto mais plural forem as demandas, mais simples deve ser o desenho institucional (AVRITZER, 2003).

O desenho institucional desse sistema funciona com dois espaços de participação e diálogo: Assembleias Públicas e Municipais, que utilizam o procedimento de discussão e deliberação presencial, via representantes das regiões e dos municípios. E finaliza sua sistemática com um amplo procedimento de participação deliberativo individual: a votação secreta para escolha das ações que entram na Proposta Orçamentária do Estado, no ano seguinte.

Hohlfeldt (2006, p. 110, grifo nosso) expõe a seguinte dinâmica:

Fundamentalmente, o processo seguia o seguinte cronograma:

- entre **janeiro e fevereiro**: fixação das regras do processo para o ano em curso (após avaliação do processo anterior);
- **março**: edição de decreto formalizando tais regras;
- **abril**: fixação, pela Secretaria de Estado do Planejamento, do valor total disponível para a Consulta Popular daquele ano, tendo em vista o orçamento do ano vindouro;
- **maio e junho**: visitas, pelo Vice-Governador, à totalidade dos COREDES, realizando-se *assembléias públicas* (grifo nosso) em que o Governo apresentava uma análise da administração, os balanços anuais e propunha a divisão do valor total liberado, entre diferentes COREDES;
- **junho e julho**: realização de *assembléias municipais* (grifo nosso); fixação da lista de prioridades municipais e a lista regional;
- **agosto**: realização da *Consulta Popular* (grifo nosso); homologação das prioridades votadas regional e localmente; entrega do resultado à Secretaria do Estado do Planejamento; homologação das mesmas e inclusão na proposta orçamentária do ano, então enviada à Assembléia Legislativa.

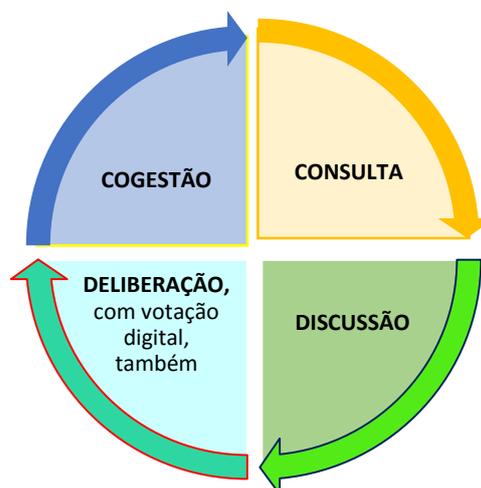
A partir dessa explicação percebe-se que, nos espaços de participação e diálogo, o procedimento consistia em discussão e deliberação de prioridades por representantes regionais (COREDES) e municipais (COMUDES), a partir de critérios baseados nos Índices de Desenvolvimento Social e Econômico (IDESE)⁹³, criados e produzidos pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Estado. Já o procedimento de participação direta consistia na escolha, por votação tradicional ou digital⁹⁴, de prioridades listadas por

⁹³ O IDESE foi criado, por força do Decreto nº 42.293, de 10 de junho de 2003, para orientar a distribuição regional de recursos no orçamento estatal, preenchendo as lacunas da periodização decenal do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) que não alcançava a grande extensão geográfica do estado do Rio Grande do Sul. Segundo A ideia era fortificar as regiões mais fracas economicamente e socialmente, sob a lógica de distribuição de renda de natureza transitória. Segundo Hohlfeldt (2006, p. 110-111), vice-governador nesse momento, “o IDESE era constituído de dois grandes blocos de diferentes índices, que permitiam, respectivamente, uma avaliação sobre o estado de desenvolvimento social e econômico de cada município e de cada região do estado. No caso das regiões, tomava-se como base o parâmetro do índice de desenvolvimento do próprio estado: as regiões que se colocavam neste mesmo índice, recebiam um índice 1,0; as regiões acima deste índice, recebiam índices de 0,8 – 0,6, etc., ou seja, possuíam um potencial de repasse menor que as demais regiões; e aquelas situadas abaixo do índice médio do estado, recebiam índices superiores, com variações de 1,3 – 1,6 – 1,9 etc. O mesmo se aplicava aos municípios, tomando-se então como base o índice médio da região. Os municípios situados acima desse índice teriam direito a repasses percentualmente menores, enquanto que os municípios situados abaixo do índice teriam um potencial maior de repasses. Garantia-se, com isso, um procedimento respeitoso em relação a um tópico do programa de campanha, ou seja, a diminuição das diferenças regionais”. Em 2013, por razões teóricas e empíricas, o IDESE é reformulado incluindo alguns indicadores de qualidade, conforme Kang et al.(2014).

⁹⁴ A votação podia se dar pessoalmente, com urnas distribuídas pelas regiões dos COREDES, ou podia se dar on-line, desde que o cidadão se cadastrasse, fornecendo o número do título de eleitor. Segundo Hohlfeldt

região. Neste sistema, observa-se um ciclo contínuo de consulta-discussão-deliberação-cogestão-consulta.

Figura 5 – Ciclo contínuo de atividade do Programa de Participação Popular no RS



Fonte: Elaborada pela autora (2016)

Os dois sistemas de participação social na administração pública, apesar de serem expostos por distintos partidos políticos como sistemas concorrentes⁹⁵, são evoluções de institucionalidades e de procedimentos participativos. Eles demonstram a necessidade de vários desenhos institucionais com uma pluralidade de procedimentos participativos (metodologias) que podem ser combinados, ou não. Dependendo da extensão territorial, da diversidade e da pluralidade das necessidades e dos interesses de cada lugar, os sistemas de participação simplificam-se ou se complexificam, assim como seus desenhos institucionais, seus procedimentos e seus processos de argumentação entre governo e cidadãos.

(2006, p.112), “a necessidade de se mencionar o título eleitoral procurava solucionar uma das maiores críticas que o processo do OP sofria: o descontrole do processo. Muita gente votava mais do que uma vez; alguém de determinada região ou município podia votar sobre as demandas de uma outra região ou município, e assim por diante. O processo desenvolvido a partir de 2003 impedia tais procedimentos: digitando o número do título eleitoral, imediatamente a tela do computador abria-se para as demandas locais e regionais de origem daquele título. Assim, alguém de Porto Alegre só poderia votar em demandas do Delta do Rio Jacuí, e em demandas locais vinculadas a Porto Alegre. Em compensação, mesmo que estivesse no Japão, por exemplo, todo e qualquer eleitor, naquela data, poderia exercer o seu direito de cidadania, sem qualquer problema, bastando acessar os *sites* <www.consultapopular.rs.gov.br> ou <www.ppp.rs.gov.br>. Concluída a votação, a tela era imediatamente bloqueada, de modo que era impossível ter um voto duplicado”.

⁹⁵ Esta aparente concorrência é fruto de contextos sociopolíticos que não estão simplesmente justapostos. O que se observa é o que Bakhtin (1929-2010, p. 111) chamou de “mudança do acento avaliativo da palavra”. Ou seja, há uma polissemia sobre participação popular, e não uma posição binária.

Segundo Avritzer (2003), algumas variáveis interferem na construção das práticas de participação e diálogo. São elas: a tradição e a infraestrutura associativa já existente no contexto social, a vontade política da Administração Pública, a capacidade financeira da Administração Pública, o desenho institucional escolhido, a densidade populacional e escala de participação.

Em relação ao desenho institucional, por exemplo, pode-se simplificar ou complexificar: o processo de priorização de demandas, o processo de escolha de representantes dos cidadãos, a implantação de instituições e estruturas mediadoras, os modos de discussão e de deliberação e a associação de diferentes dispositivos técnicos para manifestações e interações dos participantes. Estes aspectos determinam a criação de novos instrumentos/canais/dispositivos técnicos que permitam expandir ou complementar o diálogo entre governo e cidadãos. O governo do estado do Rio Grande do Sul acumulou expertises e aprendizagem⁹⁶ na prática de participação social, criando, em 2012, o “Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã” (COCCO, 2013; RIO GRANDE DO SUL, 2014), composto pelo Orçamento Participativo (sistema), pela Consulta Popular (sistema) e pelo “Gabinete Digital” (*site*). Ao serem combinados, constituem “uma estrutura tão abrangente de consultas e deliberações públicas” (COCCO, 2013, p. 9). Esse sistema estadual de participação social, no âmbito da Administração Pública, vai sofrendo alterações conforme muda o tipo de gestão governamental e sua orientação ideológica.

3.3 O GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL (2011-2014) E SEU PROJETO DE GOVERNANÇA DIGITAL

Com a democratização do país, uma pluralidade de ideologias, às vezes muito próximas, puderam ser debatidas no espaço público. Em 1990, após a publicação da Constituição do Estado de 1989, o estado do Rio Grande do Sul elege um governador de centro-esquerda e de ideologia trabalhista, do PDT: Alceu de Deus Collares. Nesse período, já havia uma orientação institucionalizada, no âmbito federal e estadual, para que

⁹⁶ As expertises e a aprendizagem na história governamental do Rio Grande do Sul influenciam a vontade política governamental e o desenho institucional escolhido pela Administração Pública. Quanto aos cidadãos, o que se compreende é que a tradição associativa e o hábito de discussão e deliberação influenciam a escala de participação.

várias formas de participação fizessem parte da Administração Pública, como já foi dito nesta tese.

A partir de 1990, alternam-se no comando do estado, grosso modo, os partidos políticos de esquerda e de direita. Após o governo do PDT, quem governa é Antônio Britto do PMDB (1995-1999). Em 1999, é eleito Olívio Dutra do PT, com experiência de gestão municipal que enfatizava a ideia de participação popular, no âmbito da Administração Pública. Com Olívio Dutra, começa, no Rio Grande do Sul, no âmbito estadual, o que o PT chamou de o “modo petista de governar”. O discurso programático do PT, fruto de seu caminho teórico natural, é sintetizado assim:

A tarefa de governar estados parte dos mesmos princípios basilares do modo petista de governar formulados para os municípios: inversão de prioridades⁹⁷, estabelecimento de valores éticos⁹⁸ na administração pública e de relação de novo tipo entre o Estado e a sociedade⁹⁹ (BITTAR, 2003, p. 15).

O “modo de governar petista” não proporcionou a vitória do PT na eleição para governador do Rio Grande do Sul, em 2002, após a gestão de Olívio Dutra (PT). O fato é

⁹⁷ O discurso petista de inversão de prioridades contempla a tese de redirecionamento da ação do Estado Brasileiro, voltando-se à criação de condições para uma maior justiça na distribuição de renda. Para Vaz (2003, p. 107-108), em termos de planejamento e desenvolvimento regional, essa inversão possui três níveis: o primeiro nível “significa oferecer às regiões dentro dos estados-membros tradicionalmente excluídas dos esforços de desenvolvimento novas oportunidades para superarem uma polarização econômica e política que lhes é historicamente desfavorável”; o segundo nível, “trata-se de um desafio fundamental, na promoção da inclusão social, garantir que os esforços de desenvolvimento regional ocorram de modo a evitar que a redução das desigualdades regionais não se fundamente na criação de novas exclusões internamente às regiões, privilegiando apenas alguns setores em detrimento de outros” e o terceiro nível, “trata-se de colocar os recursos públicos a serviço de investimentos que em vez de concentrar a renda a distribuam, estimulando a produção que reforça as identidades culturais e econômicas locais, por meio do reforço dos sistemas produtivos locais”.

⁹⁸ No discurso petista, os valores éticos são representados pela preocupação com a transparência, controle social dos atos de seus gestores públicos e participação popular. Nesse sentido, Vaz (2003, p. 105) explicita: “essa situação significa que os governos estaduais, em suas ações de planejamento e desenvolvimento local, precisam dispor de especial preocupação com a transparência e o controle social de seus atos. Essa necessidade é profundamente correlacionada com a criação de instrumentos de participação popular e a democratização das discussões sobre investimentos e ações estaduais de impacto na dinâmica econômica. É preciso que a sociedade perceba as ações de forma transparente e tenha oportunidade de controlá-las”.

⁹⁹ No discurso programático do PT, “é necessário, em primeiro lugar, tornar o Estado mais legítimo e democrático, por meio do aperfeiçoamento da democracia representativa e da consolidação do controle social, a partir de mecanismos de participação direta. No que se refere ao controle social, trata-se de adotar práticas de gestão públicas que envolvam a participação conjunta de governos e de atores sociais relevantes. Tais práticas devem compreender a transparência total da maneira de atuar da administração e o estabelecimento de programas e *canais de participação da sociedade civil*, de forma a resgatar a esfera pública como instrumento de expressão da cidadania e fórum de aprendizado social. É necessário compreender, no entanto, que essa nova relação entre Estado e sociedade tem natureza dual, exigindo esforços das duas partes” (BELCHIOR, 2003, p. 90, grifo nosso).

que, apesar da gestão pública de vertente societal, da experiência do Orçamento Participativo e da vitória do PT nas eleições presidenciais, o Rio Grande do Sul elegeu, no segundo turno, Germano Rigotto (PMDB), com uma diferença de 5,34% para o segundo colocado, Tarso Genro (PT). Germano Rigotto (PMDB) acompanha as orientações para iniciar o projeto de governo eletrônico no estado, iniciando um percurso no sentido da Governança Digital (e-Governança). A inclusão do formato digital na Consulta Popular do Orçamento Participativo foi uma ação nesse sentido.

Em 2006, Olívio Dutra (PT), com 46,05%, perde, no segundo turno, a eleição estadual para Yeda Crusius (PSDB), com 53,94%¹⁰⁰, e Germano Rigotto (PMDB) não passa do primeiro turno. Há, na cultura política do estado, a convicção de que o gaúcho não reelege um governante. Talvez fruto da mudança constitucional do estado, em 1923, a partir do “Pacto de Pedras Altas”, que fundou o fim da ideia das reeleições para governador (CORTÉS, 2007, p. 38).

A gestão de Yeda Crusius (2007-2010) deu ênfase ao desenvolvimento e à materialização da política de informática, no seu projeto de e-Administração, por meio da Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) e à oferta de serviços públicos ao cidadão e às empresas gaúchas, no seu projeto de e-Governo, materializando-se no portal “Tudo fácil” (ARAÚJO, 2013), o que, na época, parecia um grande avanço rumo à governança digital. Entretanto, ainda não havia qualquer nova iniciativa para incentivar a participação do cidadão na tomada de decisão sobre questões de interesse geral, no âmbito da Administração Pública Estatal ou, pelo menos uma abertura para que o cidadão influenciasse a produção de decisão dos agentes públicos estaduais.

Em 2010, Tarso Genro candidata-se ao governo do estado. Seu programa de governo segue o caminho teórico-ideológico natural do PT. O título do Programa de Governo – Caderno de Proposta é “Um convite ao diálogo” (GENRO, 2010), representando o tipo de relação que, em tese, ele pretendia estabelecer entre Estado e sociedade civil. O *slogan* de sua campanha foi “Rio Grande no ritmo de crescimento do Brasil” – na mesma campanha está Dilma Rousseff (PT), candidata à presidência do Brasil. O programa de governo de Tarso Genro, apresentado aos gaúchos, tinha seis diretrizes amplas (GENRO, 2012, p. 05 et seq.): a) equilíbrio fiscal com recuperação do investimento e do crescimento, b) desenvolvimento econômico com distribuição de renda, c) relações

¹⁰⁰ Cf.< www.tse.jus.br>).

internacionais que acompanhem as mudanças na geopolítica mundial, focadas na integração regional, na cooperação solidária e a ousadia na inserção da economia gaúcha em novos mercados, d) gestão e controle público do Estado com ética, transparência e combate à corrupção, e) uma nova relação com os servidores públicos e f) por uma comunicação pública, democrática e de qualidade. Além das diretrizes, foi apresentada ao povo gaúcho a proposta do “Programa de Retomada do Desenvolvimento Econômico Social do Rio Grande do Sul – ProRede RS”. Vinculado ao Gabinete do Governador, continha as várias propostas de políticas públicas para o Estado, chamadas de “redes”¹⁰¹, com uma pluralidade de ações amplas e complexas para quatro anos de governo.

O que interessa, de fato, a esta tese, é o discurso desse programa sobre democracia participativa e as propostas para sua materialização. No programa, lê-se:

A gestão participativa, o controle público e a transparência das ações e decisões do Estado são referências centrais para um projeto democrático e popular. A prática da democracia participativa caminha na direção da democratização do estado, visando constituir uma nova relação do estado com a sociedade. A constituição de esferas públicas democráticas, dirigidas para a partilha do poder público e para a articulação política, entre a democracia representativa e participativa, é um fator chave para o desenvolvimento econômico e o combate às desigualdades, ao patrimonialismo e à corrupção. Assim, as conquistas estão vinculadas não apenas à melhoria imediata das condições de vida, mas também, ao protagonismo da sociedade na esfera pública, que vise a construção de uma nova perspectiva de transformação social (GENRO, 2010, p. 11).

Com essa proposta, o candidato Tarso Genro (PT) se viabilizou para o governo do Estado, contando com os seguintes dispositivos e procedimentos: Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul¹⁰² (CDES RS); Participação popular e Redes Sociais; Participação Digital; Orçamento Participativo e Sistema de

¹⁰¹ “Rede Educação” (p. 18-22), “Rede Segurança Pública” (p. 22-25), “Rede atenção à Saúde” (p. 25-30), “Rede Empreender para Crescer” (p. 30 e 31), “Rede Desenvolvimento Regional e Microrregional” (p.31 e 32), “Redes Cadeias Produtivas Locais e Regionais” (p.32-34), “Redes Porto Alegre e Região Metropolitana” (p.35), “Redes Desenvolvimento Urbano” (p. 35 e 36), “Redes Infraestrutura e Logística” (p.37-41), “Redes Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Agrário” (p. 41-43), “Redes Meio Ambiente” (p.43-45), “Redes Saneamento” (p.45 e 46), “Redes Pesquisa e Inovação Tecnológica” (p.46-48), “Redes Tecnologia da Informação e Inclusão Digital” (p. 48 e 49), “Redes Cultura” (p.49-51), “Redes Assistência Social e Combate à Pobreza” (p.51-53), “Redes Inclusão Social, Justiça e Dignidade” (p. 53-59) e “Redes Esporte e Lazer” (GENRO, 2010, p. 59-61).

¹⁰² O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul (CDES RS) foi instituído pela Lei nº 11.931, de 24 de junho de 2003, pelo governo Germano Rigotto e mantém-se instituído até hoje.

Participação Popular; Conferências estaduais, plenárias públicas temáticas, plebiscito e referendos; Fóruns de Entidades de âmbito estadual; Conselhos Estaduais; e Gabinete dos Municípios.

Com a insatisfação dos gaúchos para com o governo de Yeda Crusius, Tarso Genro (PT) vence as eleições de 2010, com 54,35% dos votos contra Fogaça (PMDB), com 24,74% e Yeda Crusius (PSDB), com 18,40% dos votos.

Na gestão “Tarso Genro e Beto Grill” (2011-2014), há uma mudança de ênfase em relação à estrutura de Governança Eletrônica: manteve-se o desenvolvimento do e-Governo e da e-Administração e criou-se, desenvolvendo continuamente e vigorosamente, a e-Governança. Como principal produto, se assim pode-se dizer, foi criado o *site* “Gabinete Digital”. Em 2012, ele (“Gabinete Digital”) foi acoplado ao “Sistema Estadual de Participação Cidadã”, a principal estrutura da dimensão sócio-política e de ênfase participativa desse governo. É sobre o “Gabinete Digital” que se falará a seguir.

3.4 “GABINETE DIGITAL”: ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DIGITAL DO GOVERNO “TARSO GENRO/BETO GRILL” (2011-2014)

No processo histórico de participação popular, na Administração Pública do estado do Rio Grande do Sul, as experiências anteriores influenciaram, de várias maneiras, nas experiências posteriores, por aproximação, afastamento ou combinação. Há uma prática discursiva na vida política gaúcha que, por vezes, fica só na dimensão discursiva, ou operacionaliza-se deliberativamente como, por exemplo, nos COREDES e COMUDES. Essa prática molda vários hábitos de “tomar parte em”. A sociedade civil gaúcha habituou-se, se assim pode-se dizer, a tomar parte nas decisões do Estado sobre a condução dos negócios públicos, por influência da ideia de participação popular ou civil possivelmente orientada pelo modelo comunitarista toquevilleano (associativismo no século XIX), pelo modelo liberal-democrata e pelo modelo democrata participativo (que hoje tem um projeto de democracia digital direta).

O histórico de participação cidadã e de participação comunitária e popular dessa sociedade sugere uma ampliação da combinação de práticas sociopolíticas, levando-a a criar novos mecanismos, dentro de um sistema, que contenham novos espaços para a expressão dos mais diversos atores. Novos espaços que tentam incorporar *outra* forma de uso da linguagem, em novas formas de participação social e outras regras de argumentação.

Fala-se de um dispositivo [técnico] que se constituiu aos poucos: um ambiente virtual de participação social com seus espaços enunciativos on-line: o “Gabinete Digital”.

Em 2011, 82,6% dos estudantes do estado do Rio Grande do Sul e 34,3% de não estudantes utilizavam internet. Dos estudantes, 77,4% eram da rede pública de ensino e 98,1% da rede privada de ensino. Em relação ao uso de internet e ocupação no mercado de trabalho, o estado tinha 50,5% de “pessoas ocupadas”¹⁰³, utilizando esse suporte, e 44% de “pessoas não ocupadas”¹⁰⁴, fazendo o mesmo. As atividades educacionais e de trabalho impulsionavam a utilização da internet, na condição de espaço/suporte de informação e de conexão (IBGE/PNAD, 2011).

Esse mesmo censo apontou que o telefone celular era usado por 76,9% da população gaúcha. Desse percentual, 70,2% eram estudantes; 78,6% não eram estudantes; 85,1% eram “pessoas ocupadas”; e 64% eram “pessoas não ocupadas”. As pessoas que estavam no mercado de trabalho utilizavam mais o telefone nesse lugar, nesse momento, o que indicava a possível utilidade desse dispositivo em ações participativas futuras.

Comparando o Rio Grande do Sul (RS) com os estados de Santa Catarina (SC) e Paraná (PR), verificou-se que o Rio Grande do Sul utilizou menos a internet, mas se valeu mais do telefone celular móvel que os outros dois estados, nesse período (IBGE/PNAD, 2011). Outro dado interessante é que o Rio Grande do Sul, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tinha, em 2010, um Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) alto (0,746), constituído pelos seguintes valores: IDHM Renda 0,769, IDHM Longevidade 0,840 e IDHM Educação 0,642 (BRASIL, PNUD, 2010), colocando-o como o sexto estado em desenvolvimento no país.

É com essa realidade que o “Gabinete Digital”, “portal governamental para comunicação colaborativa com a sociedade e governança democrática digital” (COCCO, 2013, p. 151), é criado, em 24 maio de 2011, pelo Decreto nº 48.056 (ANEXO L), no início do “Governo de Tarso Genro/Beto Grill”, juntamente com a Comissão Permanente de Cultura e Governança Digital, a ele vinculada. É definido objetivamente como:

¹⁰³ Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “pessoas ocupadas” é uma categoria que compreende as pessoas que tinham trabalho na semana anterior à da entrevista, ou seja, os indivíduos que tinham um patrão, os que exploravam seu próprio negócio e os que trabalhavam sem remuneração em ajuda a membros da família. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet3.shtm>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

¹⁰⁴ Já para “pessoas não ocupadas”, o IBGE compreende pessoas que se encontravam em longos períodos de afastamento do exercício do seu trabalho remunerado, naquela semana anterior à da entrevista.

Art. 1º Fica instituído o Gabinete Digital, órgão articulador da política de Cultura e Governança Digital, vinculado ao Gabinete do Governador e coordenado por seu Chefe de Gabinete, com o objetivo de promover a cultura democrática e o fortalecimento da cidadania, visando aumentar a eficiência e o controle social sobre o Estado, e estruturar a relação do Governador com as diversas formas de escuta e de participação, por meio das novas tecnologias de informação (RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 48.056, 2011).

Na condição de órgão público, que deveria estruturar a relação do Governador com as diversas formas de escuta e de participação e, em sequência, promover a cultura democrática e o fortalecimento da cidadania no estado do Rio Grande do Sul, a ele competia, segundo o art. 2º do Decreto nº 48.056/2011:

- I – articular a relação do Governador do Estado com a sociedade gaúcha por intermédio das novas tecnologias de informação;
- II – assessorar o Governador do Estado nas decisões sobre Cultura e Governança Digital;
- III – fomentar políticas públicas transversais de transparência e governança digital; e
- IV – auxiliar na disponibilização digital de dados públicos (RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 48.056, 2011).

O *site* “Gabinete Digital” era entendido por esse Governo, até 19 de novembro de 2012, como “canal direto da população com o governador”¹⁰⁵. Ele continha quatro “ferramentas” de participação: “Governador Pergunta”¹⁰⁶, “Governador Responde”¹⁰⁷, “Governo Escuta”¹⁰⁸ e “Agenda Colaborativa”¹⁰⁹.

¹⁰⁵ Essa definição poder ser encontrada na página inicial do *site*. Disponível em: <www.gabinetedigital.rs.gov.br>. Acesso em: 22 maio 2012.

¹⁰⁶ É o espaço virtual de consulta popular que lança uma pergunta sobre um tema de interesse geral para a sociedade gaúcha, para opiniões e propostas dos cidadãos, cidadãs e entidades de representação civil sobre o tema proposto.

¹⁰⁷ Esse espaço virtual foi reservado para que os cidadãos e cidadãs gaúchos enviassem perguntas, sobre temas de interesse geral, diretamente para o governador. Essas perguntas passavam por uma competição. A mais votada pelo conjunto de cidadãos, em cada mês, seria respondida pelo governador, presencialmente ou em vídeo.

¹⁰⁸ O espaço virtual é destinado aos cidadãos que desejassem formular questões aleatórias ou por temática. As perguntas são colocadas em votação para que outros cidadãos escolham as que mais representam suas vozes. Esse espaço também combina esse procedimento com o procedimento de audiências públicas transmitidas, ao vivo, pelo “Gabinete Digital”, permitindo a participação dos cidadãos, via sugestões e perguntas, também pelas redes sociais, sobre o tema em pauta no debate.

¹⁰⁹ A “Agenda Colaborativa” era um espaço virtual em que os cidadãos gaúchos sugeriam ao governador regiões e cidades no estado onde ele deveria estar para ouvir da população suas próprias

Enquanto espaço de diálogo, uma das pesquisas que se dedicou a investigar a funcionalidade do “Gabinete Digital” foi realizada por Camilo Aggio e Rafael Cardoso Sampaio (2013), do Centro de Estudos Avançados em Democracia Digital e Governo Eletrônico da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2011, atualizada em 2012. Nela, eles descrevem as múltiplas formas de consultar on-line o cidadão, seja via votação on-line¹¹⁰ (*e-voting*), ou via deliberação on-line (*e-deliberation*), ou ainda a consulta on-line propriamente dita (AGGIO; CARDOSO, 2013).

Estes pesquisadores fazem uma crítica a esses procedimentos de participação:

Apesar de algumas iniciativas de participação do Gabinete Digital apresentarem fases de *e-voting* (ex. Governador Responde e Governador Pergunta), defende-se aqui que, fundamentalmente, todas as iniciativas se enquadram na última categoria. São ferramentas, essencialmente, consultivas na medida em que consistem em convocar os cidadãos a opinarem, reivindicarem demandas, ou formularem questões, em geral, *a partir de um eixo temático pré-estabelecido*. Não há clareza nas regras ou procedimentos sobre como tais contribuições serão usadas. Ou sequer se serão usadas (AGGIO; SAMPAIO, 2013, p. 29, grifo nosso).

O problema levantado por Aggio e Sampaio (2013) leva a questionar sobre até que ponto, nesse processo, há prática de produção de sentido em comum acordo, com alternância de vozes, de tal modo que os sujeitos enunciativos realmente negociem, uns com os outros, a síntese de uma proposta de interesse geral? Mas, antes de responder, ilustra-se algumas das tentativas de compreender o que, de fato, é o “Gabinete Digital”.

Em estudo anterior, verificou-se que, desde maio de 2011, até o final de 2012, este ambiente virtual de participação popular concretizou:

- a) quatro edições de audiências públicas digitais no “Governo Escuta”¹¹¹, entre maio de 2011 a junho de 2012;

demandas. Esse espaço estava conectado à ideia de interiorização da gestão pública e de descentralização de ações governamentais. No atual formato, o espaço não existe mais.

¹¹⁰ Pode-se também chamar de *votação eletrônica pela internet* ou *voto eletrônico*.

¹¹¹ Em junho de 2012, o espaço “Governo Escuta” começa a combinar a participação via *website* com a participação via redes sociais digitais e via celular. O “Gabinete Digital” expõe seu termo de uso para os cidadãos, com base no art. 12 da Lei nº 9.610/1998.

- b) Duas consultas públicas amplas, no “Governador Pergunta”: sobre “Atendimento na saúde pública” ¹¹²(novembro e dezembro de 2011) e sobre “Segurança no trânsito” ¹¹³(outubro e novembro de 2012); e
- c) Nove edições de respostas dadas pelo Governador aos questionamentos da população gaúcha, no “Governador Responde”¹¹⁴, sobre, por exemplo: “Desvinculação dos bombeiros das polícias militares” (15/06/2011), “Nomeação de agentes fiscais concursados” (15/07/2011), “*Software* livre” (15/07/2011), “Compromissos do Governo com os técnicos científicos” (16/08/2011), “Copa do mundo e turismo” (23/09/2011), “Polícia civil” (25/10/2011), “Agente administrativo do quadro geral” (05/03/2012), “Auxílio moradia” (05/03/2012), “Crédito educativo do RS” (05/03/2012), “Assédio Moral” (25/06/2012), “Concurso público para o Sindicato dos Auditores do Estado do Controle Interno do Rio Grande do Sul (SindiCirgs)” (16/04/2012), “Duplicação de RS-118” (16/04/2012), “Nota fiscal paulista” (16/08/2012) e “Negociação coletiva dos servidores” (16/08/2012).

Nesse mesmo estudo, identificou-se que

[...] o “Gabinete Digital” iniciou a expansão de seu processo de ubiquidade¹¹⁵, em junho de 2012, quando permitiu a participação do cidadão, via celular, nas audiências públicas do ambiente “Governo Escuta”, pelo número 27556. A primeira audiência foi sobre a Copa do Mundo de 2014 (JERÔNIMO, 2013, p. 941-942).

Em 2012, o *site* “Gabinete Digital” passou a integrar o “Sistema de Participação Popular” do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, projeto criado em abril de 2012 e gerido pela Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã¹¹⁶, conforme ilustra o desenho a seguir.

¹¹² A pergunta lançada para a população foi: “Como podemos melhorar o atendimento na saúde pública?”. Foram 30 dias de consulta pública.

¹¹³ A pergunta, aqui, foi: “Como governo e sociedade podem, juntos, promover a paz no trânsito?”. Foram 38 dias de mobilização, já funcionando com uma nova arquitetura digital.

¹¹⁴ Em agosto de 2012, este ambiente digital de participação política suspende suas atividades para ser reestruturado técnica e metodologicamente, com previsão de retorno para início de 2013. Em 2013, houve um único envio de pergunta ao governador sobre “Agente administrativo do quadro geral – um exemplo de miséria dentro do governo” (05/03/2013).

¹¹⁵ Capacidade de estar em inúmeros lugares ao mesmo tempo, apesar de não ter lugar fixo. Significa “estar lá, de onde me chamam, e estar aqui, onde sou chamado, ao mesmo tempo” (SANTAELLA, 2007, p. 236).

¹¹⁶ Pela Lei nº 13.601, de 01 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul (RS), entre 2011 e 2014, no inciso IV do art.24, a Secretaria do

Figura 6 – Desenho do Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã do RS, em 2012



Fonte: Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (2012)

O “Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã” foi um projeto que unificou todas as ações de interação entre Governo e a sociedade gaúcha por meio de mecanismos participativos (Web 2.0 e Governo 2.0), em uma plataforma única. Para isso, o projeto foi orçado em US\$ 3.970.000,00 (três milhões, novecentos e setenta mil dólares), segundo a própria Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (2012). Esse valor destinava-se ao desenvolvimento de quatro estruturas: a) o *design* de especificação dos sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) b) o módulo de avaliação dos serviços públicos multicanal; c) a plataforma multicanal – Portal da Participação e d) a racionalização de procedimentos participativos e monitoramento de terceiros. Os objetivos do projeto eram:

- (i) Consolidar o componente Participação nos processos de formulação, implementação, controle e avaliação das políticas públicas no Estado do Rio Grande do Sul;

Planejamento, Gestão e Participação Cidadã tinha como uma de suas competências “coordenar as relações do Governo com a comunidade, estimulando a participação popular nas atividades de discussão, elaboração e execução do orçamento e *das políticas públicas* (grifo nosso), promovendo as relações comunitárias dos diversos órgãos do Governo”. Por isso, tinha legitimidade para criar e gerir o projeto “Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã” do RS.

- (ii) Articular os diferentes atores e mecanismos de participação existentes no Estado do Rio Grande do Sul;
- (iii) Implantar um sistema informatizado de suporte ao Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã (RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ, 2012, p.5).

No ano anterior, o Governo fizera alteração no art. 3º do Decreto nº 48.056/2011, publicando o Decreto nº 48.223, em 04 de agosto de 2011 (ANEXO M), mudando a composição da Comissão Permanente de Cultura e Governança Digital, subordinada ao Gabinete Digital, aumentando sua composição, que assim ficou:

Art. 3º Fica instituída Comissão Permanente de Cultura e Governança Digital, sob coordenação do Gabinete Digital do Governador, composta por representantes, titulares e suplentes, dos órgãos:

I-Gabinete do Governador;

II- Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social;

III – Casa Civil;

IV- Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã;

V- Secretaria-Geral do Governo;

VII – Secretaria de Educação;

VIII- Secretaria da Cultura;

IX – Secretaria da Segurança Pública;

X- Secretaria da Fazenda;

XI- Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos;

XII – Secretaria de Justiça e dos Direitos Humanos;

XIII – Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico;

XIV –Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS;

XV- Fundação para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul – FDRH. (RIO GRANDE DO SUL, Decreto nº 48.223, 2011, grifo nosso).

Nessa composição, o que muda, em relação à composição original, formada pelo decreto anterior, é o acréscimo dos representantes dos órgãos e fundação grifados acima. As mudanças ocorridas foram fruto do próprio processo de participação e governança digital e, em sequência, produziram a mudança no próprio “Gabinete Digital”.

A partir de novembro de 2012, visualizavam-se apenas três “ferramentas”¹¹⁷ em funcionamento, pois uma delas ficou “fora do ar” por oito meses. Segundo a equipe que administrava o *site*, a ferramenta “Governador Responde” estava sendo reestruturada técnica e metodologicamente.

Em 16 de novembro de 2012, o Governo gaúcho anunciou no próprio “Gabinete Digital”, que ele [o *site*] estava “de cara nova”. A partir daí, foi anunciado como “a página do projeto de participação digital do governo gaúcho”. A notícia afirmava:

[...] O desenvolvimento do novo site se baseou em tendências internacionais de design web para criar um site totalmente compatível com dispositivos móveis como tablets e smartphone.

Com um design mais moderno e interativo, o site também traz novidades nas áreas de conteúdo e participação. No que se refere a conteúdo, foram adicionadas novas áreas para que a população possa acompanhar e monitorar os resultados e encaminhamentos das consultas já realizadas pelo Gabinete Digital.

Também foi criado um espaço de interação para promover a discussão de questões ligadas ao trânsito gaúcho. A intenção é que esse espaço se torne uma grande rede para realizar ações que promovam a paz no trânsito, a exemplo do que ocorreu durante a consulta pública sobre trânsito, quando estudantes, entidades, clubes e escolas realizaram suas próprias ações em parceria com o Gabinete Digital [...] (GABINETE DIGITAL, 2012b).

Em 2012, o “Gabinete Digital” incluiu, na sua arquitetura, além dos espaços de participação – como passaram a ser entendidas suas “ferramentas” –, dois espaços para imagens-arquivo (fotos e vídeos)¹¹⁸, o de resultados de consultas e audiências públicas operacionalizadas, via internet, e o espaço de notícias e *links* para várias redes sociais, ampliando seu potencial de recepção e circulação de produção de sentidos. O “Gabinete Digital” passou a ser anunciado pelo governo do RS como “um canal de participação e diálogo entre governo e sociedade”, vinculado diretamente ao Gabinete do Governador.

Em 26 de fevereiro de 2013, entra em vigor o Decreto nº 50.111 (ANEXO N) que altera, novamente, o Decreto nº 48.056/2011, que instituía o Gabinete Digital e a Comissão Permanente de Cultura e Governança Digital. Por ele, foi alterada a definição

¹¹⁷ Com a reformulação do *site* (como era designado), o espaço chamado “Agenda Colaborativa” foi retirado do projeto, ficando os espaços “Governador Pergunta”, “Governador Escuta” e “Governador Responde”. Este último ficou “fora do ar” de agosto de 2012 a março de 2013, para ser repensado seu *modus operandi*.

¹¹⁸ Em novembro de 2012.

do “Gabinete Digital” e a composição da Comissão, sendo acrescentados dois artigos sobre a estrutura de cargos e sobre o acervo patrimonial e material do “Gabinete Digital”. Sobre a definição do “Gabinete Digital”, tem-se a seguinte redação:

Art. 1º Fica instituído o Gabinete Digital, órgão articulador da política de Cultura e Governança Digital, *vinculado à Secretaria-Geral de Governo e coordenado por seu Titular*, com o objetivo de promover a cultura democrática e o fortalecimento da cidadania, visando aumentar a eficiência e o controle social sobre o Estado, e estruturar a relação do Governador com as diversas formas de escuta e de participação, por meio das novas tecnologias de informação e comunicação. (RIO GRANDE DO SUL, Decreto nº 50.111, 2013, grifo nosso).

A partir da nova redação, amplia-se a concepção sobre o *meio* de participação e a real possibilidade de materialização do *diálogo entre governo e cidadãos*. Quanto à nova composição da Comissão Permanente de Cultura e Governança Digital, sai o Gabinete do Governador e, no seu lugar, fica a Secretaria-Geral de Governo. Seu titular, assim como o anterior, passa a coordenar o *site* “Gabinete Digital”.

Com o Decreto nº 50.111/2013, o “Gabinete Digital” ganha autonomia política e estrutura burocrática e material própria, conforme ilustram os artigos abaixo:

Art. 3º Os servidores designados para atuarem no Gabinete Digital de que trata este Decreto, passam a ter lotação na Secretaria-Geral de Governo, com seus respectivos cargos em comissão, funções gratificadas e gratificações equivalentes.

Art. 4º O acervo patrimonial e material do Gabinete Digital será transferido para a Secretaria-Geral de Governo (RIO GRANDE DO SUL, Decreto nº 50.111, 2013).

Essa alteração dá mais “musculatura” às ações do “Gabinete Digital”, como estrutura de Governança Digital, possibilitando-lhe novas alterações, como se vê a seguir.

Nesse mesmo ano (2013), o “Gabinete Digital” acrescenta à sua arquitetura o *link* para sua conta no Twitter, um mapa digital da cultura com geolocalizador e, nas consultas públicas, a explicação sobre o que acontece depois de seu encerramento. Nesse ano, duas consultas públicas foram realizadas: a do “Plano Estadual de Cultura”¹¹⁹ (entre 18 de

¹¹⁹ A questão norteadora foi: “O que você quer para a cultura do Rio Grande do Sul nos próximos anos?” Essa consulta pública durou de 18 de março a 30 de abril. Ela finalizou o processo de participação social sobre o Plano Estadual de Cultura que combinou procedimentos presencial e

março e 30 abril de 2013) e a de “Reforma política”¹²⁰ (entre 03 e 19 julho de 2013). Em outubro, o “Gabinete Digital” inicia o programa “Diálogos em Rede”: espaço de debates informais sobre temas evidentes nas redes sociais e nas ruas. O primeiro deles foi “Marco Civil da Internet” (em 31/10/2013). Nesse mesmo ano, mais dois: “Direitos autorais em debate” (em 25/11/2013) e “Feminismo e Novas Tecnologias” (em 19/12/2013). Em novembro, começa “De olho nas obras”: um espaço virtual de monitoramento colaborativo e fiscalização cidadã sobre a execução de obras públicas. Nele, o cidadão podia colaborar postando comentários, fotos e vídeos sobre obras que estivesse monitorando. Nesse mesmo momento, o Governo do Estado lança o livro *Gabinete Digital: análise de uma experiência* (COCCO, 2013).

Em 2014, o “Gabinete Digital” experimenta novas combinações de procedimentos: audiência pública on-line, participação através redes sociais digitais, participação presencial e videoconferência no programa “Diálogos em Rede”, com o debate “Copa do Mundo 2014” (em 26/02/2014). Essa combinação de procedimentos foi para que cidadãos gaúchos, em audiência pública, perguntassem sobre a realização da “Copa2014”, em Porto Alegre. Nas redes sociais, a participação era identificada com a *hashtag* (#) e o termo *DialogoCopa*. Esse debate foi muito criticado pelos participantes, conforme ilustra o Anexo A. “Diálogos em Rede” ainda realizou os seguintes debates: “O papel da mídia no Golpe de 64” (em 10/04/2014), “Participação digital no Brasil” (em 19/04/2014) e “Diálogos com a juventude” (em 27/05/2014).

Ainda em 2014, foi lançado “Meu RS”, identidade digital do gaúcho que possibilita, ao cidadão, acessar diversos serviços públicos, via internet, através do cruzamento do banco de dados de domínio do Estado. O “Gabinete Digital” também começou a trabalhar com dois novos procedimentos: “Cultura *hacker*”, que promove relação de proximidade, espaço de intercâmbio tecnológico e troca de experiências com coletivos *hackers* e desenvolvedores independentes; e “Seminários e debates” entre governo, sociedade, academia e instituições privadas sobre “Governo Aberto”, participação digital e novos caminhos para a democracia, em vários eventos locais e internacionais.

on-line. Esta consulta pública foi realizada fora do arquivo “Governador Pergunta”, mas dentro do *site* “Gabinete Digital” com direcionamento a outro sistema.

¹²⁰ A questão foi: “Na sua opinião, quais devem ser as prioridades da reforma política?”. Essa consulta foi feita entre 03 e 19 de julho de 2013, no arquivo “Governador Pergunta”.

No final desse ano, o governo do Rio Grande do Sul, o gestor e os desenvolvedores do “Gabinete Digital” apresentaram o “Balanço 2011/2014” (GABINETE DIGITAL, 2014), com o resumo das atividades produzidas nos espaços de diálogo e participação popular mais amadurecidos como, por exemplo, “Governador Pergunta”, “Governador Escuta” e “Governador Responde”, e outros mais recentes, como “Diálogos em Rede” e “Votação de prioridades”; com o recente programa de monitoramento colaborativo “De Olho nas Obras”; com a mais antiga atividade participativa: “Seminários e Debates”; e com as mais novas ferramentas de Governança Digital, respectivamente “Meu RS” e “Cultura *hacker*”. Dentro desse sistema, interessa a esta tese o espaço de diálogo e de participação popular “Governador Pergunta”, *espaço enunciativo on-line* que materializa uma espécie de *diálogo entre governo e cidadãos* por meio de consultas públicas digitais e, conseqüentemente, uma *relação dialógica* entre Estado e sociedade gaúcha. Expõe-se, então, as seguintes razões para a escolha dessa experiência dialógica:

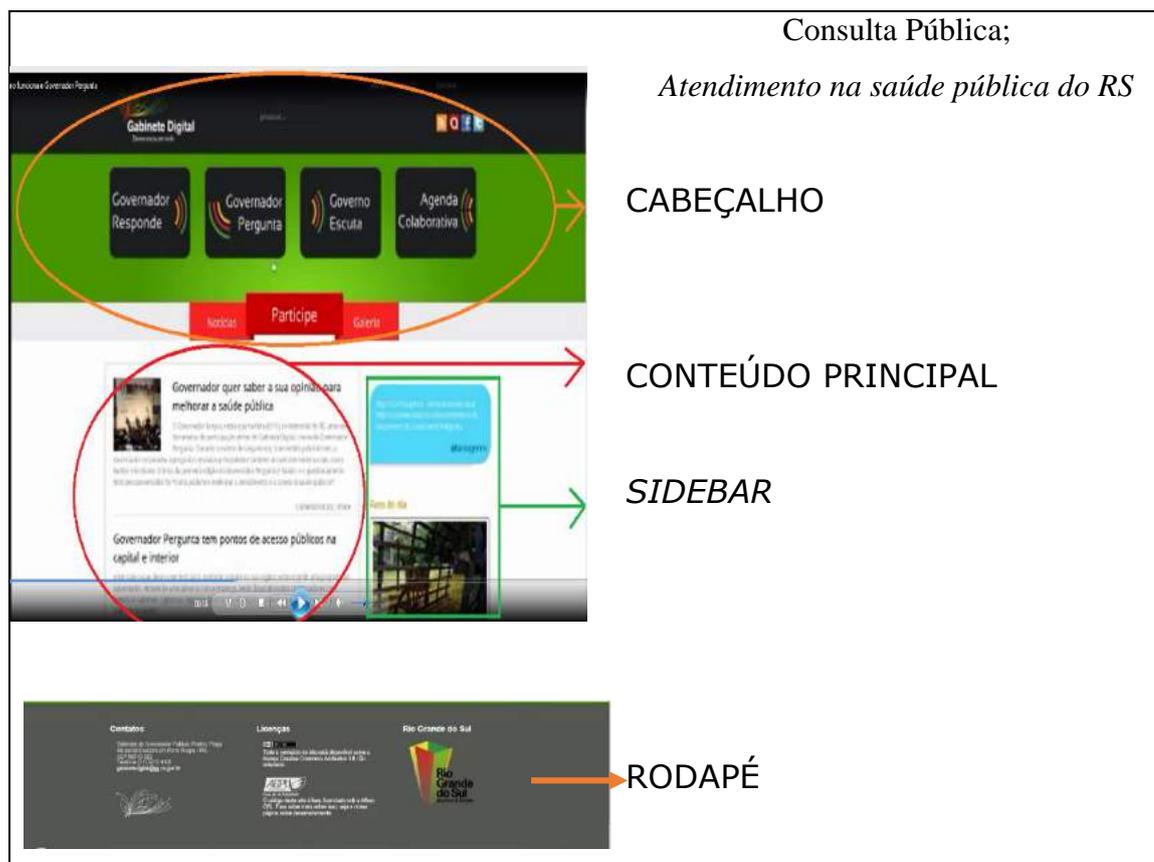
- a) é uma experiência que se manteve ativa do início ao fim de uma gestão governamental (2011-2014), constituindo, dentro de um limite temporal (4 anos), uma certa prática de produção de sentido negociado e colaborativo sobre um *tema* de interesse geral;
- b) possui regras de participação, com pequenas distinções entre um caso e outro, publicadas, com fácil visualização on-line;
- c) possui um delineamento argumentativo, com poucas distinções entre um caso e outro, mantido por uma estabilidade metodológica; e
- d) possui um conjunto de enunciados publicados (postados) que, ao se relacionarem, produz um padrão comunicativo formado em dois momentos: primeiro, por pergunta → contribuição (resposta) → resposta do governador (réplica) e segundo, por adesão à ideia por votação/ questões agregadas (novas contribuições) → resposta/encaminhamento do governador(réplica) → comentário final do cidadão (tréplica). Esse padrão comunicativo, considerado amplo, pode ser ampliado, ou seja, o diálogo, que o caracteriza, pode ter extensão longa, média ou curta.

3.4.1 “Governador Pergunta”: espaço de consultas públicas digitais

Pode-se entender este objeto, pelo menos, por duas perspectivas entretecidas: a da Governança Digital (e-Governança) e a das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTIC). Do ponto de vista da Governança Digital, “Governador Pergunta” cumpre a função de auscultar a sociedade sobre assuntos de interesse geral que precisam ser administrados pelo governo, incentivando a participação do cidadão e abrindo a possibilidade da população influenciar a produção de decisões políticas e administrativas. A estratégia governamental, por trás desse espaço, parece ser aproximar o processo administrativo da realidade e da vontade dos cidadãos, legitimar as decisões do governo e produzir discurso sobre a abertura e transparência do governo.

Do ponto de vista tecnológico, “Governador Pergunta” é um espaço de enunciação on-line que faz parte da estrutura do *site* “Gabinete Digital” (ANEXO B). Seu projeto de informação possui processos próprios, com componentes e inter-relações lógicas de um conjunto de arquivos, neste caso, as distintas consultas públicas digitais. Como todo conjunto de arquivos, possui na página de entrada: cabeçalho, menu de navegação horizontal, área de conteúdo principal, *sidebar* (opcional) e rodapé (Figura 7). O cabeçalho e o rodapé são fixos em cada *layout* desenvolvido para este espaço, mas podem ser reformulados (no *layout*) de tempos em tempos (ANEXO C) e de acordo com o dispositivo tecnológico (ANEXO D).

Figura 7 - Layout do “Governador Pergunta”, em 2011



Fonte: Gabinete Digital (2011b)

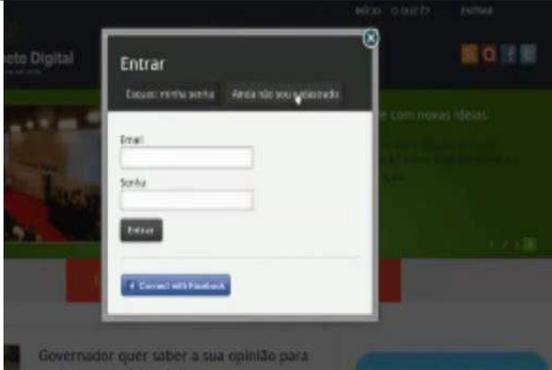
No caso da consulta pública digital sobre o “Atendimento na saúde pública”, por exemplo, a navegação se dá clicando o botão “participe” no menu horizontal, depois clicando o botão “Governador Pergunta” no mesmo menu. Abre-se, então, o formulário de *login*¹²¹ para o cidadão gaúcho (Figura 7), para cadastrá-lo, dando-lhe acesso aos temas listados¹²² (Figura 8). O cidadão, a partir dessa etapa, clica no tema que abre a caixa de postagem para sua resposta/ideia sobre o assunto de interesse público pautado pelo

¹²¹ No caso do “Governador Pergunta”, bastava preencher o perfil, *e-mail* e cadastrar uma senha particular para ter acesso às consultas públicas desse espaço on-line. No caso desta pesquisadora, após cadastramento, todas as vezes em que havia uma consulta pública on-line, bastava entrar com o *e-mail* e com a senha particular para ter acesso à página. No canto superior direito, no cabeçalho da página, acima dos botões das redes sociais, aparecia “Olá, Luciana Jerônimo” (Figura 8).

¹²² Subtemas listados na consulta pública on-line sobre “Atendimento na saúde pública”: *Saúde na sua Região* (com 10 contribuições iniciais dos cidadãos, 07 questões agregadas às primeiras contribuições, 11 respostas/encaminhamentos do governador e 01 comentário final de cidadão), *Saúde da Família* (com 10 contribuições iniciais dos cidadãos, 06 questões agregadas às primeiras contribuições e 09 respostas/encaminhamentos do governador), *Cuidado Integral* (com 10 contribuições iniciais dos cidadãos, 01 questão agregada à uma das contribuições, 10 respostas/encaminhamentos do governador), *Urgência e Emergência* (com 10 contribuições iniciais dos cidadãos, 03 questões agregadas e 10 respostas/encaminhamentos do governador) e *Acesso a Medicamentos* (com 10 contribuições iniciais dos cidadãos, 15 questões agregadas e 11 respostas/encaminhamentos do governador).

governo, que foi chamada de “contribuição”. A partir dela, o governador posta sua “resposta”.

Figura 8 – *Login* e subtemas da consulta pública digital sobre “Atendimento na saúde pública”

FORMULÁRIO DE <i>LOGIN</i>	SUBTEMAS DA CONSULTA PÚBLICA “ATENDIMENTO NA SAÚDE PÚBLICA”
	
	<p style="text-align: center;">→ Cidadã conectada</p>

FONTE: Gabinete Digital (2011b)

Após a conclusão dessa etapa de postagem das “contribuições” e “respostas”, a equipe responsável pelo *site* disponibilizam-nas on-line para a etapa de votação e de acréscimo de novas contribuições, chamada de “questões agregadas”, relacionadas às “contribuições” escolhidas pelo cidadãos, via voto on-line (*e-voting*). Após votação on-line, há postagens de “questões agregadas” à primeira contribuição e à primeira resposta do governador. Então, o governador responde novamente, agora, tanto à “contribuição”, quanto às suas “questões agregadas”, o que se chama, nesta tese, de *réplica*. Após à postagem da *réplica*, o cidadão ainda pode postar um “comentário” que, nesta tese, chama-se *tréplica*. Fecha-se, então, a consulta pública digital.

Contudo, essa é a extensão máxima de relações entre enunciados observadas nas consultas públicas digitais do “Governador Pergunta”. Outras possibilidades são as

consultas públicas de extensão média¹²³, que vão da primeira postagem até a “resposta” do governador, incluindo, no máximo, duas contribuições/questões agregadas de outros cidadãos, e as de extensão curta¹²⁴, que vão só até à etapa de “resposta” do governador, sem qualquer questão agregada de outros cidadãos. A extensão das relações entre enunciados determina a qualidade da relação entre linguagem e entendimento no processo de interação do governo com os cidadãos e, conseqüentemente, da consistência ou fragilidade da relação entre Estado e sociedade. Essa extensão é determinada pela escolha metodológica do procedimento. Algo de que se fala na próxima abordagem.

3.4.1.1 Os procedimentos do “Governador Pergunta”

Até 2013, nesse espaço de diálogo, foram contabilizadas três consultas públicas digitais, conforme o documento “Balanço 2011/2014” (RIO GRANDE DO SUL, 2014). As consultas públicas digitais sobre “Atendimento na Saúde Pública” (em 2011), sobre “Segurança no trânsito” (em 2012) e sobre “Reforma política” (em 2013) foram pensadas a partir do projeto colaborativo chamado de “*All Our Ideas*”, do Centro de Tecnologia da Informação da Universidade de Princeton, Nova Jersey, Estados Unidos, mantido pelo Google, pela Fundação Nacional de Ciências dos Estados Unidos, pelo Banco Mundial e pelo próprio centro de pesquisa. O projeto “*All Our Ideas*” busca pesquisar a *cultura de participação em rede*, fornecendo uma metodologia particular chamada de “*wiki-survey*” para indivíduos ou grupos que desejem desenvolver qualquer projeto de participação em *web*. Como trabalha com código aberto (*open source*), permite que qualquer desenvolvedor altere a forma original da metodologia, criando uma forma particular de participação em rede, desde que compartilhe com o projeto “*All Our Ideas*” os dados colhidos no processo de participação – a média dos votos em cada consulta pública digital – para que se possa entender, de modo amplo, o padrão de dados sociais agregados em uma participação em rede, conforme sua “Política de Consentimento e Privacidade” (ANEXO E).

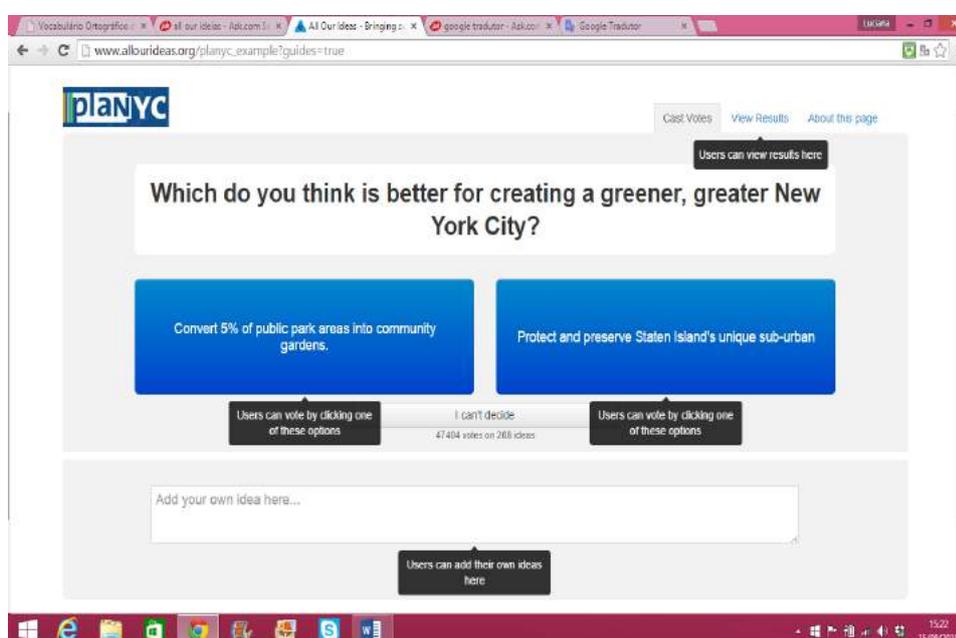
A estrutura básica de “*wiki-survey*” fornecida pelo “*All Our Ideas*”, aos desenvolvedores do “Gabinete Digital”, para iniciar o procedimento do “Governador Pergunta”, foi composta por 5 passos: 1) “crie seu *site*”, 2) “Escolha o seu URL”, 3)

¹²³ Considera-se a sequência: pergunta-contribuição do cidadão-resposta do governador-questão agregada de outro cidadão (com ou sem resposta do governador) -votação on-line.

¹²⁴ Considera-se a sequência: pergunta-contribuição do cidadão-votação on-line.

“Carregar pergunta ou ideias para semear o *site*”, 3) “Criar uma conta no *All Our Idea*”, 4) “Informe-nos o que está tentando realizar” (é opcional), 5) “Clicar no botão *create*” (Cf. ANEXO F). A partir daí, o desenvolvedor do “Gabinete Digital” recebe uma cópia da estrutura de um inquérito compartilhado (*wiki-survey*) contendo: a) o espaço para postar a questão do inquérito, b) o espaço para o *post* das contribuições dos cidadão que respondem à questão, c) o espaço para a votação on-line das contribuições preferidas e d) o espaço de questões agregadas a uma determinada contribuição (Figura 9).

Figura 9 – Base do inquérito *wiki-survey*, do projeto “*All Our Ideas*”



Fonte: Princeton University (2011)

O programa ainda oferece o processamento dos dados e a visualização dos resultados da votação on-line, assim como respostas a possíveis dúvidas¹²⁵ sobre a votação on-line simples e o carregamento aberto de ideias.

Esse programa (*wiki-survey*) pode ser embutido em qualquer *site* ou portal, dentro de qualquer provedor; ou pode ser “customizado” por qualquer desenvolvedor de interface

¹²⁵ Dúvidas de usuários previstas e previamente respondidas: Quantas vezes posso votar? Quando posso encerrar minha votação? Quantas ideias posso acrescentar? O que acontece com a minha ideia uma vez que eu a poste? Posso ver o que todo mundo pensa? Este programa de inquérito compartilhado é básico? Posso desenvolver meu próprio inquérito? Disponível em: < http://www.allourideas.org/planyc_example/about >.

amigável. Os dados brutos podem ser transferidos ao projeto “*All Our Idea*” para análise *off-line* e, ainda, integrar o Google Analytics.

Essas duas particularidades do “Governador Pergunta” devem ser consideradas ao analisar as *relações dialógicas entre enunciados* do governador e dos cidadãos, pois elas podem interferir na paridade enunciativa que deve haver em qualquer diálogo e na manifestação de valor de graduação e de ordenação sobre o tema em discussão, quando cidadãos negociam seu sentido.

Tem-se, neste capítulo, um conjunto mínimo de contextos que poderão explicar as construções simbólicas compartilhadas entre os participantes de uma consulta pública digital, assim como suas estratégias de interação para negociar, valorar e validar suas ideias sobre determinado assunto público, proposto pelo poder estatal, por força de uma situação social imediata.

O que cada cidadão propõe, opina, reivindica, questiona, é apreendido da comunidade à qual ele pertence. A voz de cada cidadão só significa algo se estiver em diálogo com essa comunidade, a partir de costumes e dos protocolos dessa própria comunidade. O cidadão parte e retorna à comunidade para produzir significado.

Sabe-se que os contextos têm poder de significar as palavras, que dão movimento ao processo. São os contextos que fazem os indivíduos entender as palavras expressas pelos governantes e o expressivo silêncio dos governados, e vice-versa; assim como quando os dois se expressam em convergência ou em confronto. Como diz Bakhtin (1929-2010), o sentido da palavra é determinado pelo contexto. Ampliando um pouco essa ideia, o sentido do diálogo, de suas particularidades e de sua produção simbólica é determinado por múltiplos contextos, assim como sua prática determinará a constituição de um *outro* contexto, *quicá*, a [muito] longo prazo, a constituição de uma *outra* cultura.

4 CONSULTA PÚBLICA DIGITAL E INTERAÇÃO VERBAL ON-LINE: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DO PROCESSO DIALÓGICO

Neste capítulo, a prática discursiva se encontra com a prática política, tornando-se parte dela. Na situação de participante de uma consulta pública digital, governo (seus agentes públicos) e cidadãos são sujeitos [distintos] da Governança Digital. Eles constroem, juntos, um processo dialógico concreto por meio de suas enunciações (em relação). Nesse processo dialógico, via internet, existem, de um lado, aquele que escuta (e, às vezes, fala, legitimando sua própria posição); do outro, aquele que fala (e, às vezes, influencia a tomada de decisão). Nessa relação dialógica e dialética, governo e cidadãos vão fazendo fluir o processo de participação popular no âmbito da Administração Pública Estadual. Desse cenário, nascem as seguintes questões: quais as características da ação comunicativa que efetiva e define o diálogo entre governo e cidadãos, via internet, nas consultas públicas digitais realizadas pelo governo do Rio Grande do Sul, entre 2011 e 2014? O que torna peculiar este tipo de diálogo? A que ele serve? A princípio, pensa-se que as consultas públicas digitais só se realizam porque há diálogo entre governo e cidadãos. Que esse diálogo tem peculiaridades que o definem. Que há uma ação comunicativa própria no seu funcionamento interno, que se estrutura por meio da relação dialógica entre enunciados do governo e dos cidadãos e da racionalidade necessária a uma ação comunicativa que não seja instrumental. Nesse sentido, considera-se a hipótese de que, em uma dada consulta pública digital, há um diálogo peculiar entre governo e cidadãos, capaz de qualificar a participação popular no âmbito da Administração Pública estatal, de tal forma que, tanto o cidadão possa influenciar o governo, quanto o governo possa, ao escutar o cidadão, ter maior segurança na produção de decisões políticas.

Para responder às questões colocadas e a verificar esta hipótese, precisa-se descrever cada consulta pública digital contida no espaço “Governador Pergunta”, para depois desenvolver uma proposta conceitual que sirva à análise qualitativa das sequências enunciativas dessas consultas, material empírico que poderá revelar a estrutura da interação verbal que efetiva (ou não) o diálogo entre governo e cidadãos, via internet.

4.1 AS TRÊS CONSULTAS PÚBLICAS DIGITAIS NO “GOVERNADOR PERGUNTA”: DESCRIÇÃO DO CONTEXTO EMPÍRICO DA ANÁLISE

No espaço enunciativo “Governador Pergunta”, no período de 2011 a 2014, três consultas públicas digitais foram materializadas: a primeira, sobre “Atendimento na saúde pública”; a segunda, sobre “Segurança no trânsito”; e, a terceira, sobre “Reforma política” (em ANEXO C). Fora deste espaço, mas no interior do *site* governamental “Gabinete Digital”, foram realizadas as seguintes consultas públicas digitais sobre: “Plano Estadual de Cultura”, “A criação do Conselho Estadual de Comunicação Social” e uma parte complementar da “Votação de prioridades para o Orçamento 2015”. Entretanto, escolheu-se como *corpus* de análise as sequências enunciativas contidas nas três consultas públicas digitais realizadas, somente, no espaço enunciativo “Governador Pergunta”, por serem administradas exclusivamente pela equipe do *site* “Gabinete Digital”.

O cidadão gaúcho e a cidadã gaúcha, para participarem das consultas públicas digitais, nesse espaço virtual, acessavam o portal “Gabinete Digital”. Na página de abertura, havia três botões: “notícias”, “participe” (ao meio) e “galeria”. Clicavam o botão “participe” e, depois, escolhiam o botão “Governador Pergunta”. Nesse acesso, aceitavam os “Termos de Uso” do *site* “Gabinete Digital” e preenchiam um cadastro. Então, o sistema liberava o acesso.

É interessante observar os “Termos de Uso” (ANEXO G), pois neles, sob a perspectiva do Direito Privado, estão contidas as condições de participação, direitos e deveres dos usuários/cidadãos e do governo, expressando o tipo de controle sobre quem está fazendo uso dos espaços/ferramentas do *site*. Os “Termos de Uso” foram estruturados em cinco pontos: aceitação plena e integral desta regra pelo usuário/cidadão, limitação de responsabilidades, política de privacidade e confidencialidade, licença de livre uso do conteúdo e informações sobre como reportar violações. Os “Termos de Uso”, neste caso, é um contrato de caráter privado estabelecido entre governo e cidadão que o aceita. Lendo atentamente o texto, percebem-se as garantias *possíveis* que o governo estabelece para expressar que aquele sujeito social do diálogo – o cidadão participante – é real, concreto. *Possíveis* porque, considerando o sistema de plataforma digital, o *site* é construído a partir de dados legais (agasalhado pelo contexto legal daquele momento) e de dados técnicos (agasalhado pelo contexto tecnológico daquele momento) previamente criados, mas que, com o desenvolvimento de novos aparatos legais e tecnológicos, podem mudar. Dentro

dessa possibilidade, o governo garante a honestidade legal, intelectual e científica desse processo de consulta pública digital.

4.1.1 Consulta pública digital sobre “Atendimento na saúde pública”

A primeira consulta pública digital executada pelo “Gabinete Digital”, no espaço enunciativo “Governador Pergunta”, foi sobre “Atendimento na saúde pública”, no período de 09 de novembro a 10 de dezembro de 2011. Segundo Vinicius Wu, Secretário Chefe de Gabinete e Coordenador do Gabinete Digital, foi “a primeira experiência concreta e articulada de democracia digital do país” (RIO GRANDE DO SUL, 2011a, p. 2) e do “Governo Tarso Genro/Beto Grill”.

No seu programa de governo, apresentado à sociedade gaúcha, na época da campanha eleitoral para governo do estado (2010), Tarso Genro e Beto Grill, indicaram três diretrizes que iriam alicerçar sua gestão na área da saúde pública, no RS:

- Financiamento - cumprimento do que estabelece a Constituição Federal 12% do Orçamento do Estado para a Saúde - com compromisso sobre a aplicação da recomposição orçamentária na área da saúde;
- Gestão Democrática - com efetivo fortalecimento do Controle Social, a partir da atuação do Conselho Estadual de Saúde e das instâncias do Controle Social do RS (Conselhos Municipais e Conselhos Regionais de Saúde, Plenária de Conselhos, Conferências de Saúde, entre outros). Participação e valorização dos trabalhadores na gestão;
- Rede Estadual de Serviços de Saúde – Enfrentamento dos vazios assistenciais do estado a partir da Atenção Básica resolutive e de fácil acesso, estruturando os serviços de saúde especializados, de forma regionalizada, diminuindo “superlotação nas emergências”, pelas “filas para acesso às especialidades”, com infraestrutura e capacitação técnico/gerencial para a gestão integrada de todas as áreas da saúde e estas, integrada às demais redes de serviços do Estado (saúde, educação, segurança, meio ambiente, assistência social, entre outras), e a serviço dos municípios. A estratégia é o PACTO DA SAÚDE, criado no Governo Lula, que tem como principal prioridade a descentralização e a regionalização das ações e serviços de saúde, constituindo REDES Solidárias e Resolutivas que inclui o Pacto pela Vida, voltado para a melhoria das condições de saúde da população, o Pacto em Defesa do SUS, voltado para a defesa dos princípios fundamentais registrados na Constituição, e o Pacto de Gestão, voltado para melhorias na gestão, com a implantação de uma cultura de resultado, e nos serviços do SUS (GENRO, 2010, p. 26).

A partir dessas diretrizes, Tarso Genro e Beto Grill propuseram treze pontos de recuperação e qualificação da saúde pública do RS: a) Ênfase na Atenção Básica, b) Política de vigilância em saúde, c) Enfrentamento aos principais problemas de saúde da população e as filas de espera, d) Saúde da mulher e da criança, e) Saúde mental, f) Medicamentos e assistência farmacêutica, g) Regionalização da saúde, h) Gestão democrática, participativa, regionalizada e com controle social, i) Política de saúde do trabalhador, j) Gestão do trabalho e educação em saúde, k) Raça, etnia, gênero, acessibilidade e mobilidade, l) A Rede de Saúde e suas transversalidades e m) Financiamento da saúde (GENRO, 2010, p. 26-30).

Após dez meses de governo e cinco meses de lançamento do *site* governamental “Gabinete Digital”¹²⁶, o “Governo Tarso Genro/Beto Grill” lança a primeira consulta pública digital sobre a saúde pública no Rio Grande do Sul. Segundo o secretário estadual de saúde, Ciro Simoni, em 2011, “a saúde desponta, em diversas pesquisas de opinião, como um dos temas que mais preocupam os gaúchos e gaúchas” (RIO GRANDE DO SUL, 2011a). Eis a explicação do governo para a escolha do *tema* de sua primeira ação rumo à democracia digital no espaço¹²⁷ “Governador Pergunta”. Antes dessa iniciativa, o governo promovera seis edições¹²⁸ de interação verbal (perguntas dos cidadãos – votação – respostas do governador) no espaço “Governador Responde”, três edições¹²⁹ de audiências públicas interativas do “Governador Escuta” e algumas sugestões de pauta¹³⁰, via internet,

¹²⁶ Como foi dito no item 3.4 do segundo capítulo, o governo o definiu como “canal direto da população com o governador” que utilizava “o método de consulta virtual” articulado com o Sistema Estadual de Participação Cidadã do governo gaúcho, entre 2011 a 2014.

¹²⁷ *Espaço* é o termo que se utiliza nesta tese, por considerá-lo mais adequado à perspectiva enunciativo-discursiva própria do diálogo. O “Governo Tarso Genro/Beto Grill” entretanto, utilizam o termo “ferramenta” para denominá-los, por influência do campo da Tecnologia da Informação. Assim, em todos os *textos* governamentais encontrar-se-á a “ferramenta Governador Responde/Escuta/Pergunta ou Agenda Colaborativa” sendo expressa.

¹²⁸ Para relembrar o que foi dito no item 3.4 do segundo capítulo, três edições do “Governador Responde” foram realizadas no mesmo dia (15/06/2011) – sobre “Desvinculação dos Bombeiros da Brigada Militar”, “Nomeação de fiscais do tesouro” e “*Software* Livre no governo do RS” – e outras três depois: sobre “Reajuste para técnicos científicos”, no dia 16/08/2011; “Copa do Mundo e turismo”, no dia 23/09/2011; e “Déficit de policiais civis”, no dia 23/10/2011.

¹²⁹ As audiências públicas interativas (via redes sociais) foram sobre “*Bullying* nas escolas públicas”, no dia 04/05/2011; “Debate sobre a Lei do Estrangeirismo”, no dia 11/05/2011; e “Cultura digital, democracia e governos do século XXI”, no dia 29/06/2011.

¹³⁰ Na “Agenda Colaborativa”, o governo abriu espaço no “Gabinete Digital” para que os cidadãos postassem uma sugestão de pauta para ser abordada pelo governador em sua visita aos municípios, estimulando-os a participar, através do seguinte enunciado: “Quer fazer parte da agenda do governador na sua cidade? Indique uma pauta colaborativa” (Cf. tela capturada em 22/05/2012). Pôde-se capturar quatro colaborações populares, nessa data: a) em 01/07/2011, o cidadão do município Bagé (RS), Pablo Lisboa, sugeriu on-line que o governador abordasse sobre a “qualidade de vida para o povo” e a “indicação da criação de telecentros com Linux”. O governador falou do projeto “Santa Tecla”, sob responsabilidade da Secretaria Estadual da Educação; b) em 20/07/2011, o cidadão do município Santana do Livramento (RS), Paulo Brum Ferreira,

para serem abordadas nas visitas do governador aos municípios, chamada de “Agenda Colaborativa”.

A consulta pública digital sobre “Atendimento na saúde pública” teve três momentos estratégicos:

1º) O momento inicial da consulta: o governo lança a pergunta do governador “Como podemos melhorar o atendimento na saúde pública?” e, a partir dela, cria cinco subtemas para que o cidadão possa responder à questão e postar sua contribuição: saúde na sua região, saúde da família, cuidado integral, urgência e emergência e acesso a medicamentos. Ao entrar no *site* “Gabinete Digital”, o cidadão encontrava, no cabeçalho da página de abertura, três botões: “notícias”, “participe” (ao meio) e “galeria”. Clicando em “participe” depois escolhia o acesso a uma das quatro “ferramentas” de participação (Figura 7). Ao clicar no botão “Governador Pergunta”, o cidadão acessava a página inicial da consulta pública sobre saúde pública. Nela, visualizava a pergunta e, após se cadastrar para participar, o cidadão clicava no botão “contribua”. A partir daí, tinha acesso aos cinco subtemas (Figura 10). Escolhendo um deles, abria um espaço para postagem da resposta/contribuição. De 09 a 24/11/2011, o espaço ficou acessível para postagem dos cidadãos. No dia 24/11/2011, os gestores do “Gabinete Digital” organizaram as respostas/contribuições, agregando-as pela proximidade de conteúdo e sentido, preparando o sistema para a segunda etapa.

sugeriu que o governador abordasse sobre o investimento do estado na “articulação da Comissão Binacional de Integração Cultural Brasil-Uruguai através da Escola Binacional de Conservação e Restauo de Patrimônio Cultural” e sobre “a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica: Governo do Estado/UFPEL/Fundação Simón Bolívar/Prefeitura de Santana do Livramento”. O governo falou sobre a continuidade de reconstrução e o asfaltamento da RS 566 (Maçambará-Alegrete) sob responsabilidade da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística, c) em 30/08/2011, o cidadão do município Esteio (RS), Paulo Renato Menezes, sugeriu a pauta sobre “o sistema de esgoto existente e o abastecimento de água por fontes não confiáveis (poços não controlados)” em Esteio e sobre “os investimentos feitos pelo Governo Federal e a CORSAN” a respeito desse assunto. O governador falou sobre os “25 mil metros de redes de abastecimento de água financiados pelo BNDES, no valor de R\$ 2,5 milhões e d) em 30/09/2011, os cidadãos do município Taquara (RS), Maria Helena Dapper e Raviel Thagli da Silva, “pediram atenção para a saúde na região, em especial para o Hospital Bom Jesus”. Então, o governador falou sobre a assinatura do Termo Aditivo entre a Associação Educadora São Carlos e o Hospital Bom Jesus para ampliação de leitos, inclusive de UTI, com valor anual de R\$ 6.488.959, 80 milhões.

Figura 10 - Os subtemas da consulta pública digital sobre “Atendimento na saúde pública” no RS



Fonte: Gabinete Digital (2011b)

2º) Momento da votação (*e-voting*) nas propostas postadas e visualizadas: por similaridade, as respostas/contribuições foram organizadas e apresentadas, aos pares, para votação. Cada vez que um cidadão clicava no botão “participe”, uma tela se abria com duas contribuições agregadas e selecionadas para exposição, que apareciam lado a lado na tela (Figura 9). A cada exposição, o cidadão votava em uma das duas contribuições/propostas ou clicava o botão “não consigo decidir”. Novos pares de contribuições/propostas eram então apresentados sucessivamente, até que dado cidadão terminasse sua votação. Embora não seja objetivo desta tese, percebe-se que a quantidade de votos não representa diretamente a quantidade de cidadãos votantes. A votação durou de 25 de novembro até o dia 9 de dezembro. De 9 a 13 de dezembro, foi processado o resultado da votação e feita a seleção das cinquenta propostas mais votadas pelos cidadãos, sendo dez para cada subtema.

3º) Momento do debate presencial: no dia 14 de dezembro, os autores das cinquenta propostas priorizadas pelos cidadãos votantes discutiram, presencialmente, com o governador, suas contribuições. Este foi o momento em que foram registradas respostas e encaminhamento do governador e possíveis réplicas dos cidadãos. Em dezembro de 2011, o governo publica o relatório com o resultado desta consulta (ANEXO H). A partir dele, e de algumas telas capturadas, é possível ter acesso aos nomes dos cidadãos que postaram

as respostas/contribuições mais votadas e consideradas como prioridades pelo governo (ver também APÊNDICE A).

No “Gabinete Digital” foram divulgados os dados finais (Quadro 14), as ações de sensibilização e mobilização em relação à sociedade civil gaúcha, todos os registros em vídeo e foto e, por um período determinado, o “Relatório – Primeira Edição Novembro/Dezembro 2011” da consulta pública digital sobre o “Atendimento na saúde pública” no Rio Grande do Sul.

4.1.2 Consulta pública digital sobre “Segurança do trânsito”

A segunda consulta pública digital no “Governador Pergunta” foi sobre “Segurança no trânsito”, lançada pelo “Gabinete Digital”, em 9 de outubro de 2012, com a pergunta: “Como governo e sociedade podem, juntos, promover a paz no trânsito?”. Da mesma forma que a consulta anterior, ao entrar no *site* “Gabinete Digital”, o cidadão encontrava no cabeçalho da página de abertura, três botões: “notícias”, “participe” (ao meio) e “galeria”. Clicava em “participe” e, depois, no botão “Governador Pergunta”. Assim, o cidadão acessava a página inicial da consulta pública sobre segurança no trânsito. Nela, visualizava a pergunta e, após se cadastrar para participar, o cidadão tinha acesso às informações necessárias para entender esta consulta: “COMO FUNCIONA?” (botão azul), “POR QUE TRÂNSITO?” (botão vermelho) e “ENTENDA O PROCESSO” (botão verde).

Figura 11 – Página da consulta pública digital sobre “Segurança no trânsito”



Fonte: Gabinete Digital (2012c).

Na Figura 11, o texto inicial, referente ao botão “COMO FUNCIONA?”, era:

Diminuir a violência no trânsito depende de todos nós. Participe!

O Governador quer saber a sua opinião para melhorar a segurança no nosso trânsito. Vote nas ações que você considera como prioridades para resolver problemas e tornar o trânsito mais seguro, mais humano e que respeite todos os cidadãos. As dez ações mais votadas serão prioridades do Governo do Rio Grande do Sul nos próximos dois anos (GABINETE DIGITAL, 2012c).

Abaixo desse texto, havia três botões para o cidadão ter acesso a algumas explicações. Ao clicar o botão azul, o cidadão tinha informação sobre como funcionava a consulta pública digital sobre “Segurança no trânsito”. O texto visível on-line era:

As ações para melhorar o trânsito aparecem em pares, para você escolher entre uma ou outra, clicando em uma das caixas azuis. A cada voto, um novo par de sugestões é apresentado.

Você pode votar quantas vezes quiser, cada voto é computado e não há limite na votação. A ferramenta permite isso porque não é o número de votos que determina a posição da contribuição. A cada comparação, a contribuição vencedora ganha pontos em relação a outra. Essa pontuação varia de 0 a 100. Você pode conferir a pontuação e todas as questões em votação em “Ver Resultados”.

Caso fique em dúvida entre as opções, você pode pular para um novo par de sugestões clicando no botão “Não consigo decidir”.

Você pode também enviar sua própria ideia. Para isso, apenas digite na área de texto e clique no botão “Submeter”. A sua sugestão entrará para votação juntamente com as demais (GABINETE DIGITAL, 2012c).

O botão “POR QUE TRÂNSITO?” (vermelho), sobre as razões da escolha do tema desta consulta pública, explicitava:

A Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o período de 2011 a 2020 como a Década Mundial de Ações de Segurança no Trânsito, com o objetivo de reduzir acidentes e mortes no trânsito.

O Rio Grande do Sul vem fazendo a sua parte, investindo em uma série de iniciativas para promover a segurança no nosso trânsito. Agora chegou a sua vez de participar! (GABINETE DIGITAL, 2012c).

Duas coisas precisavam ser esclarecidas ao cidadão: como se estabeleceu a relação entre o que declarou a ONU e o engajamento do Governo do Rio Grande do Sul¹³¹, nessa proposta, e quais as ações do governo que representavam a afirmação “vem fazendo a sua parte”. Sem elas, estabeleceu-se uma lacuna à compreensão das reais razões para este processo.

No próximo botão, o verde, apresenta-se uma sequência de informações para que o cidadão “Entenda o processo”. Nesse sentido, há uma navegação secundária na página, onde o cidadão acessa a informação por etapas: a cada clique, em sequência, ele acessa, continuamente, o conteúdo total. Na primeira tela do botão “Entenda o processo”, o texto encontrado era: “As ações que você irá priorizar fazem parte do Plano Estadual de Segurança no Trânsito para a década 2011-2020 e foi elaborado pelo Comitê Estadual de Mobilização pela Segurança no Trânsito” (GABINETE DIGITAL, 2012c).

Com um segundo clique, o cidadão acessava a segunda tela do “Entenda o processo”, que dizia: “O Comitê, criado em 2011 pelo Governo do RS, foi dividido em cinco Câmaras Temáticas, que se encarregaram dos temas: Saúde, Comunicação, Educação, Segurança Viária e Legislação no Trânsito” (GABINETE DIGITAL, 2012c).

Com um terceiro clique, o cidadão acessava a terceira tela, que dizia: “Além de realizar diversas conferências em várias regiões do Estado, o Plano também se baseou no trabalho realizado a nível federal, com o Plano Nacional de Redução de Acidentes e Segurança Viária” (GABINETE DIGITAL, 2012c).

Com o quarto clique, o cidadão acessava a última tela do botão “Entenda o processo”, contendo a seguinte informação: “Para aplicação do Plano foi elaborado um decreto que cria a Política e Plano Estadual para Segurança no Trânsito. O Plano é baseado em conferências regionais e nesta consulta pública” (GABINETE DIGITAL, 2012c).

Na última tela, o Governo deixa claro que as contribuições dos cidadãos, seja aderindo por votação em uma proposta de outrem, seja apresentando sua própria proposta, iriam ser incorporadas a um documento que conteria uma política pública. Diferente da

¹³¹ Pode-se esclarecer que, em 11 de maio de 2011, foi lançado em Brasília, o *Pacto Nacional para a Redução dos Acidentes de Trânsito* pelos Ministérios da Cidade e da Saúde, em evento a que estavam presentes diretores e presidentes de vários Departamentos Estaduais de Trânsito (DETRANS). Com essa ação política (o evento), o governo federal oficializou a participação do Brasil no projeto da Organização das Nações Unidas chamado “Década de Ação pela Segurança no Trânsito: 2011-2020”, solicitado pela Resolução da ONU A/64/255 de 2 de março de 2010 (Disponível em: <www.un.org/en/ga/64/resolutions.shtml>) e apresentou o *Plano Nacional de Redução de Acidentes e Segurança Viária para a Década 2011-2020*, que fora finalizado em 8 de setembro de 2010. A partir daí, ficou a cargo dos estados a construção de suas próprias políticas públicas para melhorar a segurança no trânsito.

primeira consulta, postagem de contribuições e votação on-line aconteceram simultaneamente, pelo que foi expresso no espaço “Governador Pergunta”.

Nesta consulta pública, o novo *design web* foi visualizado, principalmente nas áreas de conteúdo e de participação, como se mencionou no segundo capítulo. Como estratégia de divulgação, além das notícias veiculadas em meios de comunicação de massa e no próprio “Gabinete Digital”, foram criados espaços de fotos e vídeos institucionais que serviam para rememoração das ações governamentais, nesse tempo particular (JERÔNIMO, 2014b) e uma página no Facebook (ANEXO J), em que cidadãos podiam se informar e comentar sobre a consulta pública. Foram mantidas as estratégias de mobilização, como as de abordagem de pessoas na rua onde havia um ponto de participação com a “Van da Participação”. Mas criou-se outro espaço de sensibilização com o Facebook. Os acessos aos cidadãos, para contribuição e votação, foram ampliados. Além da “Van da Participação”, que se deslocou para 22 cidades no interior do RS, segundo informação do próprio *site*, ampliou-se o acesso via *tablets* e *smartphones* (JERÔNIMO, 2013) e os espaços – públicos e privados – onde foram disponibilizados computadores com acesso a internet, totalizando 150 pontos fixos de participação (GABINETE DIGITAL, 2012c).

4.1.3 Consulta pública digital sobre “Reforma política”

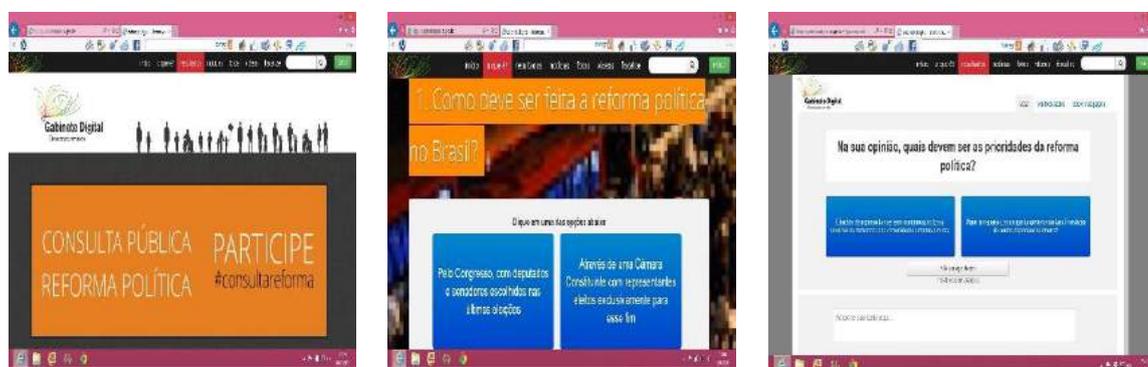
A terceira consulta pública digital, no “Governador Pergunta”, sobre “Reforma política”, foi lançada pelo “Gabinete Digital”, em 3 de julho de 2013 com duas perguntas, uma seguida da outra. Com um *design* diferente das consultas anteriores, na página de abertura do “Gabinete Digital” havia uma chamada à consulta pública sobre “Reforma política” (Figura 16). Nela, o cidadãos clicavam e entravam na página da consulta. Lá, encontravam três abas: “Votar”, “Ver resultados” e “Sobre esta Página”. Na aba “Sobre esta página” havia explicações sobre a metodologia adotada. Já na aba “Votar”, havia duas sequências de participação: a primeira, com a questão “Como deve ser a reforma política no Brasil?”; duas opções de respostas eram dadas pelo governo para ser votada, conforme relatório do governo e tela do *site*:

- a) Pelo Congresso com deputados e senadores escolhidos nas últimas eleições.
- b) Através de uma Câmara Constituinte, com representantes eleitos exclusivamente para este fim (GABINETE DIGITAL, 2013c).

O procedimento de participação, com a primeira pergunta publicada é de caráter “reativo”, ou seja, predeterminam a escolha dos cidadãos em duas opções, quando pode haver muitas outras. Foi estabelecida o que Alex Primo (2000) chamou de “interação reativa”. Nesse sentido, quem posta a pergunta e as respostas prontas torna-se o polo hegemônico, impossibilitando ao polo receptor qualquer ação e produção de sentido pela linguagem. Assim, há uma substituição do paradigma de interlocução pelo paradigma emissor-receptor. Isso será observado no momento da escolha do *corpus* de análise.

Com a segunda pergunta, o procedimento solicitado para participação se altera. Tem-se um processo de enunciação por parte do cidadão, mesmo que frágil, quando ele escreve e posta sua contribuição, e esta disputa o voto da população com outras propostas. Além dele votar, ele também *fala* (a seguir, ver terceiro quadro da Figura 12).

Figura 12 – Páginas da consulta pública digital sobre “Reforma política”



Fonte: Gabinete Digital (2013c)

Outro aspecto que chama a atenção: diferente das duas primeiras, a consulta pública digital sobre “Reforma política” durou 16 dias, ou seja, teve curta duração. Por que? E, o que motivou a escolha do tema desta consulta?

Em junho de 2013, o Brasil vivenciou uma série de manifestações populares que se espalharam por diversas regiões do país: o movimento “Vem pra rua” (#vemprarua)¹³². A

¹³² O movimento “Vem pra rua” foi organizado através das redes sociais digitais, no primeiro momento, em São Paulo, pelo “Movimento do Passe Livre”, que reivindicava a diminuição da tarifa de transporte público. Pelas redes sociais, o movimento convocou a população para ir à rua e se manifestar sobre o tema. Isso gerou

cidade de Porto Alegre foi um desses cenários, em 17 e 20 de junho de 2013. Através da internet, cidadãos e cidadãs gaúchos, como em todo Brasil, organizaram-se e transformaram ruas e praças (espaços públicos) em espaços de reivindicações, sobre diversas questões de interesse geral, junto às diversas instituições governamentais, chamando a atenção para as políticas públicas estatais mal elaboradas e mal implantadas, às questões de corrupção, do mau uso do dinheiro público, entre outras. Embora não fosse essencialmente sua competência constitucional provocar esse debate, o Governo Gaúcho aproveitou a situação social imediata para realizar uma audiência pública e uma consulta pública sobre o tema “Reforma política”. Um debate surge como consequência das insatisfações manifestadas nos espaços públicos e propagadas pela mídia, no Brasil. Em 3 de julho, 13 dias após as manifestações, o Governo do estado do Rio Grande do Sul fez uma audiência pública, através do espaço “Governo Escuta”, sobre reforma política. Naquele mesmo dia, lançou à sociedade a consulta pública digital sobre “Reforma política”. Durante 16 dias, o espaço “Governador Pergunta” ficou aberto às contribuições e às votações dos cidadãos gaúchos.

No relatório do “Gabinete Digital” (ANEXO K) sobre esta consulta pública digital, destaca-se um trecho que explica rapidamente sua metodologia:

Na primeira pergunta, “Como deve ser feita a reforma política no Brasil?”, *o participante podia escolher entre duas respostas* (grifo nosso): a) Pelo Congresso, com deputados e senadores escolhidos nas últimas eleições; b) Através de uma Câmara Constituinte, com representantes eleitos exclusivamente para este fim.

Apenas um voto por pessoa era permitido. Após esta primeira etapa, o participante era convidado a responder à segunda questão: “Na sua opinião, quais devem ser as prioridades da reforma política?”. Era possível *optar por uma das propostas já existentes* ou sugerir novas ideias a serem incorporadas na consulta pública. Mantivemos a limitação de 140 caracteres para cada proposta. Cabe então interpretá-las como ideias concisas, esboços de políticas maiores que devem ser elaboradas a partir destas provocações (GABINETE DIGITAL, 2013b, grifo nosso).

a presença de milhares de pessoas em determinada rua de São Paulo. Nessa massificação física, a situação saiu de controle. A ela misturaram-se vândalos e a multidão foi exposta à força policial (militar) do Estado de São Paulo. A partir daí, foram convocadas novas manifestações, não só em São Paulo, mas em todas as capitais e cidades de médio e grande porte no Brasil. O protesto que lutava contra o poder econômico passou a lutar contra a deficiência das políticas públicas de Saúde, Educação e Segurança Pública dos estados. À medida que novos protestos iam acontecendo, novas reivindicações entravam na pauta – umas legítimas e outras de ocasião - até que o movimento #vempruar reivindicava tudo e nada, ao mesmo tempo.

Os grifos acima ressaltam uma mudança metodológica. A primeira pergunta oferece respostas pré-estabelecidas pelo governo e, na segunda pergunta, apesar de utilizar o mesmo procedimento de *wiki-survey* das duas primeiras consultas, as “propostas existentes” não são de autoria do cidadãos. Deles, apenas existiram as “novas ideias a serem incorporadas”. Por trás desse procedimento, existe a pretensão de verdade do discurso de quem se encontra no poder, que reivindica para si o ideal da Razão. Dito de outra maneira, o governo determinou a racionalidade do que foi decidido, que se encarnou, por outro lado, na tecnologia. Isso permite pensar *a quem serviu* esta consulta pública digital.

Neste caso particular, as estratégias de divulgação foram mantidas, mas as estratégias de acesso e participação foram alteradas. Segundo o próprio relatório,

para oportunizar uma maior participação da população gaúcha, foi disponibilizada uma van equipada com tablets e promotores de participação que visitaram locais de grande circulação em Porto Alegre e Região Metropolitana. Cerca de 40% dos votos coletados foram oriundos da ação de divulgação de rua através desta iniciativa. Em circulação desde o dia 8 de julho, a Van da Participação passou pelos seguintes locais: Rodoviária, Gasômetro, Parque Redenção, Largo Glênio Peres e Esquina Democrática, em Porto Alegre, e, na Região Metropolitana em Viamão (Praça da Santa Isabel) e Canoas (Centro) (GABINETE DIGITAL, 2013b, grifo nosso).

Esta consulta pública digital, até pelo curto tempo em que ficou aberta, caracterizou-se pela grande participação individual on-line, já que não foram montadas estruturas para votação digital em espaços físicos, nas cidades interioranas. Os votos e, *quiza*, as “novas ideias” incorporadas para votação vieram, em sua maioria, através da internet. Neste caso, a inclusão digital dos gaúchos parece ter sido um fator determinante à participação popular. Considerar-se-ão todas essas questões no momento de interpretação das informações.

Os resultados quantitativos das três consultas públicas digitais podem ser visualizados no quadro, a seguir.

Quadro 14 – Resumo dos resultados quantitativos das consultas públicas digitais no “Governador Pergunta”

CONSULTAS PÚBLICAS ON-LINE	DURAÇÃO	PROPOSTAS PRIORIZADAS	PROPOSTAS ENVIADAS	PESSOAS ENVOLVIDAS	VOTOS
“Atendimento na saúde pública”	31 dias	50	1.338	60 mil	122 mil
“Segurança no trânsito”	37 dias	10	2 mil	10 mil	240 mil
“Reforma política”	16 dias	10	2.840, sendo 242 escolhidas para votação	Não informado	180 mil

Fonte: Gabinete Digital (2014)

O quadro ajuda a visualizar a relação entre o esforço do governo e os resultados obtidos no momento de interpretação do material empírico. Precisa-se, agora, entender a relação dialógica entre governo e cidadãos nas situações empíricas descritas, partindo-se da compreensão do tipo de interação verbal que efetivou, de fato, tal relação.

Considerando o que se apresentou até agora, precisa-se elaborar uma proposta conceitual de interação, com todos os seus elementos, que possa dar conta do contexto empírico.

4.2 A IDEIA DE INTERAÇÃO VERBAL ON-LINE

Para Bakhtin/Volochínov (1929-2010, p. 117 e 127), a interação verbal, realizada através da enunciação ou de enunciações, é um fenômeno social, pois “a situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação”. A interação verbal pode se materializar na forma de diálogo, estruturado por enunciações, mas pode também estruturar uma comunicação verbal. Aí ela passa a ser o funcionamento interno dessa comunicação. Para este autor,

o diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja (BAKHTIN, 1929-2010, p. 127).

Nesta tese, considera-se o diálogo no sentido estrito. Um fenômeno dialógico-racional que acontece na consulta pública digital. A *interação verbal on-line* é, neste caso, condição intrínseca desse tipo de fenômeno.

Nessa perspectiva, considera-se que a *interação verbal on-line* contém, em si, relações dialógicas e dialéticas (semântica-axiológica) entre enunciados do governo e dos cidadãos. Investigar o diálogo, agora on-line, entre governo e cidadãos, significa buscar entender o *funcionamento interno de um fenômeno dialógico-racional em plataformas digitais de colaboração* e identificar sua particularidade nas consultas públicas digitais que, por sua vez, são instrumentos de Governança Digital. Uma investigação que diz respeito a um trabalho discursivo realizado, por dois ou mais sujeitos enunciadore concretos colocados em contato para produzir relações objetivas (vínculos simbólicos concretos) pela *coenunciação on-line*.

Interação verbal on-line, a princípio, pressupõe compartilhamento de saberes, experiências, opiniões e significações provisórias, pela parceria momentaneamente estável e produtiva entre dois atores autônomos e distintos, que articulam (ou tentam articular) suas vozes, produzindo dialogismo.

A *interação verbal on-line*, então, é entendida como *ação comunicativa interindividual e intersubjetiva, formada por relações dialógicas e dialéticas entre enunciados individuais que, construtivamente, apesar das tensões naturais, produzem racionalmente um enunciado coletivo que possa representar a vontade geral agregada*¹³³ *dos sujeitos enunciadore*. Na interação verbal on-line, cada enunciado é individual, único e singular que, ao se inter-relacionar com outro enunciado individual, único e singular, produz uma articulação de vozes que se exprimem (ARAÚJO, 2002) de forma única, singular e provisória.

¹³³ Conforme mencionado na seção 3, é a vontade acordada entre governo e cidadãos a partir de interesses ponderados e preferências concorrentes harmonizadas.

Na observação empírica, a interação verbal on-line é representada pela articulação da totalidade dos enunciados individuais¹³⁴ que, ao se confrontarem ou se entremear, produzem um sentido negociado (uma nova significação; uma síntese semântica), sobre o *objeto/tema* do diálogo. Ela é o resultado de um projeto enunciativo específico (consulta pública digital) que, neste caso, guia os planos enunciativos individuais e a relação entre eles, que se materializa de forma colaborativa on-line.

Considerando as pistas do primeiro capítulo, a interação verbal on-line se estrutura através da enunciação. Uma estrutura (conteúdo, forma e estilo) orientada e determinada por dois “elementos”: os múltiplos contextos (situações extraverbais) e os seus atores (em diálogo). Eles são seus centros organizadores. Para além desses elementos, a própria interação verbal on-line contém princípios próprios (alteridade, responsabilidade), um aspecto interno (conclusibilidade específica do enunciado), elementos semântico-axiológicos (emoções, tom e valoração) e condições e elementos da racionalidade comunicativa (razões para *dizer*, organização metodológica e temática das relações dialógicas, regras/normas que possibilitam e limitam as relações dialógicas, momentos de aceitação ou recusa de cada enunciado individual e as pretensões de validade criticáveis de cada enunciado). Se *diálogo on-line entre governo e cidadãos* existe por causa da interação verbal on-line, precisa-se entendê-la para poder caracterizá-lo e distingui-lo de outras forma de diálogo, compreendendo se ele é um modelo de prática comunicativa para as consultas públicas digitais.

4.2.1 Contextos: organizadores e determinadores da interação verbal on-line

Inicia-se com uma fala direta de Bakhtin (1979-2011, p. 320, grifo nosso): “dois enunciados alheios confrontados, que não se conhecem e toquem levemente o mesmo tema (ideia), entram inevitavelmente em relações dialógicas entre si. *Eles tocam no território do tema comum, do pensamento comum*”. É impossível a existência de qualquer interação verbal (presencial ou on-line) sem um pensamento comum. Uma das condições de existência de relações dialógicas é uma pré-compreensão comum entre distintas consciências, como observaram Bakhtin e Habermas. Bakhtin (1929-2010) chamou o lugar

¹³⁴ Considera-se essa expressão como a produção enunciativa (ato de fala) de cada indivíduo/sujeito social, apesar dela poder ser considerada uma *contradictio in adjecto* (contradição em termos), como observara Bakhtin (1929-2010, p. 132).

do pensamento comum de “situação social dada”. Habermas (1981-2012, v.1) chamou-o “contexto de ação do ator social”. As duas designações são resumidas, aqui, como *contextos*.

No capítulo anterior, múltiplos contextos dão pistas de como uma cultura política se forma, e nela, como são construídos modos de negociação para sujeitos enunciadorez produzir uma enunciação objetiva (ou não) e empregar uma racionalidade no processo de participação e deliberação, envolvendo questões de interesse geral, em dada sociedade.

Os contextos histórico-políticos – as distintas “matrizes espaçotemporais” – expostos anteriormente, explicam o desenvolvimento de determinado padrão de democracia que vislumbra, através da interlocução entre governo e cidadãos, vários protagonistas com poder de influenciar, propor e/ou decidir sobre a orientação política de projetos e ações governamentais que visem melhoria social. O contexto particular do Rio Grande do Sul, com o desenvolvimento de uma cultura política própria – ora com ênfase comunitarista, ora com ênfase liberal, ora com ênfase participativa –, pode explicar o hábito (BOURDIEU, 2004) de participação popular no estado, através da experiência acumulada de coordenar ações individuais para alcançar um acordo comum entre os atores do processo político, passando por confrontos e/ou acordos. Dentro desse contexto particular, o processo de redemocratização e suas experiências de inserção da participação popular nas decisões governamentais trouxeram a explicação sobre as construções de sistemas complexos e contemporâneos de prática consultiva¹³⁵ e/ou deliberativa a respeito de políticas públicas, projetos governamentais, orçamento público, obras e serviços públicos – os casos dos COREDES e COMUDES, do Orçamento Participativo e da Consulta Popular – destarte o desenvolvimento dessa prática de forma complementar, às vezes combinada, pelos modos presencial e on-line. Tais experiências ajudam a compreender como governo (ou seus agentes) e cidadãos gaúchos chegaram ao ponto de produzir várias formas de diálogo e negociação sobre suas questões coletivas, assim como o movimento de avanço e retrocesso nesse sentido. Entretanto, no momento em que tal desenvolvimento democrático torna-se mais explícito, muitas questões surgem.

¹³⁵ Consultar é ouvir o outro. Para Bakhtin (1979-2011, p. 334, “a audibilidade como tal já é uma relação dialógica. A palavra quer ser ouvida, entendida, respondida e mais uma vez responder à resposta, e assim *ad infinitum*. Ela entra no diálogo, que não tem final semântico (mas que pode ser fisicamente interrompido ou por esse ou aquele participante). [...] O rompimento entre eles só acontece na palavra deliberadamente falsa, isto é, naquela que visa a enganar (o rompimento entre a intenção concreta e a intenção de audibilidade e inteligibilidade).

Os contextos organizam a forma ocasional das relações dialógicas entre enunciados individuais, impondo-lhes um tipo de ressonância como, por exemplo, “a exigência ou a solicitação, a afirmação de direitos ou a prece pedindo graça, um estilo rebuscado ou simples, a segurança ou a timidez, etc.” (BAKHTIN, 1929-2010, p. 118). Os vários contextos submetem os participantes *em diálogo* à tomada de consciência e a certas pressões sociais; eles determinam os ouvintes possíveis – formam seu “auditório social” – de um dado discurso, já que são responsáveis pela criação ideológica do grupo social e da época a qual pertencem.

Segundo Bakhtin (1929-2010, p. 118), “o grau de consciência, de clareza, de acabamento formal da atividade mental é diretamente proporcional ao seu grau de orientação social”. Ou seja, em tese, quanto mais submetido forem os sujeitos enunciadorees de uma interação verbal on-line a uma orientação social, mais consciente e claro será seu raciocínio e, por conseguinte, seu discurso interno e a objetivação dele para outrem e, conseqüentemente, a materialização de relações objetivas. Sujeitos enunciadorees que estão submetidos à mesma orientação social têm, para si, um território comum para compreensão de determinado tema, que dele brota. Isso possibilita a inter-relação entre o uso da linguagem, o entendimento entre os interlocutores e a força da interação verbal, no processo de coesão sociopolítico.

Conforme observa Habermas, coincidindo com a visão bakhtiniana, os contextos sociais e os contextos práticos específicos (campos de argumentação) são essenciais à ação comunicativa argumentativa/discursiva. Eles orientam e/ou determinam as falas dos interlocutores rumo à compreensibilidade (comum). Ser inteligível é pressuposto para concretizar pretensões de verdade, de correção normativa e de veracidade, próprias do uso racional da linguagem, em uma ação comunicativa, assim como aborda Habermas (1981-2012, v.1). A ação racional pela linguagem exige inteligibilidade que, por sua vez, é determinada pelos contextos, ou seja, sem eles não se consegue uma *pré-compreensão comum* entre os interlocutores. O sentido do que é dito e entendido é dependente do contexto. Por outro lado, os contextos são constituídos pela ação comunicativa racional dos interlocutores que conseguem objetivar suas estruturas de pensamento. Dito de outra forma, “nosso acesso ao mundo já está sempre impregnado pela linguagem” (REESE-SCHÄTER, 2012, p. 29).

Os contextos histórico-políticos brasileiro e gaúcho e as experiências de institucionalização¹³⁶ da participação popular no Rio Grande do Sul fornecem, a esses atores *em diálogo* (governo e cidadãos gaúchos), conhecimentos comuns; podem criar hábitos e capacidades de organização coletiva e de articulação de espaços de interlocução – capacidade de discussão e de decidirem coletivamente; possibilitam a utilização desse arcabouço de informações acumuladas na própria enunciação, para disputar ou negociar, no campo simbólico, manutenção ou mudança de suas ideias ou opiniões, na síntese provisória de cada diálogo estabelecido, no seu tempo-espaço particular. Os “campos de argumentação”, como é o caso do campo político, orientam as pretensões de inteligibilidade, de verdade e de correção normativa, em seu interior, assim como a produção de sentido sobre *algo e/ou alguém*. Os sujeitos enunciadore, orientados por um campo de argumentação, ao falarem, enunciam também o sentido dado por esse campo e expõem o seu “lugar de fala”. As situações sociais imediatas, por sua vez, dão origem a determinado *objeto/tema* do diálogo on-line entre governo e cidadãos. Os temas são reflexos de uma dada realidade vivenciada e/ou percebida ao longo de uma época. Esse conjunto responde pelo estoque social de signos disponíveis, utilizados no diálogo, e por um signo social concreto do diálogo, construído e reconstruído por seus participantes. Entretanto, apesar do uso da linguagem atender a determinações históricos-sociais e institucionais, apesar da expressão verbal ser socialmente dirigida, “diante da linguagem, o sujeito é, ao mesmo tempo, livre e determinado; embora seja impensável algo fora da linguagem, temos possibilidades ilimitadas dentro dela” (ATAÍDE, 2011, p. 29).

4.2.2 Governo e cidadãos: sujeitos organizadores e determinadores da interação verbal on-line

Os sujeitos da interação verbal on-line determinam o conteúdo, a forma e o estilo de seus enunciados; determinam como devem participar das relações dialógicas entre eles; coordenam suas ações comunicativas por meio de atos de entendimento. *Alguém* inicia o diálogo (interação verbal); aquele que é o primeiro enunciadore. Ele retira do estoque social de signos, disponíveis nos múltiplos contextos sociais dos quais participa, o conteúdo e a

¹³⁶ Fala-se no sentido da manutenção, de modo normativo e cognitivo, de um padrão de atividades, em um dado número de unidades, que é assumido como legítimo, seja a partir de uma lei, de um costume ou do conhecimento (Cf. MEYER; BOLI; THOMAS apud MEDEIROS, 2004, p. 48).

forma de sua enunciação; ele constrói a primeira significação (provisória, é claro!) sobre um objeto/tema, considerando o “auditório social” que ele imagina; pressupõe compartilhar com ele (auditório social) compreensões comuns oriundas dos contextos que ambos conhecem e vivenciam. Ele também se orienta pelo “campo de argumentação” ao qual pertence. A partir deste campo, organiza a racionalidade de sua fala e enuncia, primeiramente, o sentido que o campo solicita. Ele constrói a primeira estratégia discursiva, utilizando procedimentos de discursivização e de textualização. O primeiro enunciador é quem *começa* a gerenciar a construção de nova significação (sentido e apreciação valorativa contextualizados).

O primeiro enunciador, no contexto estudado, é o governo, por meio do governador (autoridade instituída). O primeiro enunciador, só assim o é, quando *outro* enunciador o compreende e aceita sua oferta de *fala*. Isso quer dizer: há um *horizonte social* que os une, um contexto que possibilita uma *compreensão responsiva ativa*. Cada um deles opera o movimento do conteúdo interior (pensamento) à exteriorização objetiva (expressão do pensamento) para *outrem*. Nesse movimento, cada participante do diálogo muda a natureza do conteúdo interior e produz suas significações (provisórias) sobre certo tema. No *fluxo discursivo*, próprio da interação verbal on-line, um dado tema recebe tantas significações quantos forem as situações reais vividas ou percebidas por cada participante do diálogo. Pode-se perguntar: quem é este sujeito que se enuncia e enuncia *algo*? Quem são esses sujeitos enunciadorens desenhados pela interação (verbal)?

É pelo enunciado, na condição de unidade da comunicação discursiva, que se nota a individualidade do sujeito enunciador, com sua posição semântica em relação ao seu objeto de discurso, com seu movimento sensível¹³⁷ em direção ao seu interlocutor (ao outro) e com suas convergências e divergências de sentido na relação com outro enunciado.

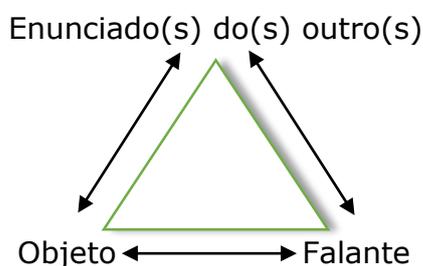
Para Bakhtin (1979-2011, p. 329), “a relação com os enunciados dos outros não pode ser separada da relação com o objeto (porque sobre ele discutem, sobre ele concordam, nele as pessoas se tocam) nem de relação com o próprio falante. Trata-se de uma tríade viva”.

Bakhtin faz perceber que a “tríade viva do enunciado” é formulada no plano individual de enunciação. É ela que revela o plano de *dizer* de cada enunciador. Ao observar cada enunciado, descobre-se a relação dialógica entre: a) o enunciador e o objeto

¹³⁷ Movimento que busca a subjetividade do outro, valorizando o que Bakhtin chamou de “vivenciamento empático” (BAKHTIN, 1979-2011, p. X).

de seu discurso, b) o enunciador e o(s) enunciado(s) do(s) outro(s) e c) o objeto dos discursos e o(s) enunciado(s) do(s) outro(s), como se ilustra na Figura 13.

Figura 13 – Tríade viva do enunciado



Fonte: Bakhtin (1979-2011, p. 329), adaptada pela autora (2016)

Ao se visualizarem as relações dialógicas contidas em cada enunciado escrito e postado, identifica-se sua tríade viva, que expõe o sujeito que enuncia, com sua identidade e expressividade, sua posição semântica e apreciativa sobre o assunto (objeto do ato de fala); identifica-se o movimento sensível que ele faz para obter a atenção do seu interlocutor e a relação dialética de sentidos produzida após a resposta do interlocutor. Enxergar a “tríade viva do enunciado” é entender como cada enunciador coordena suas ações discursivas para interagir com o outro. A autoridade instituída do governo elabora seu plano de enunciação. Neste caso, ele é institucional. Cada cidadão elabora seu plano de enunciação. Neste caso, é individual. Em tese, cada enunciador preserva sua individualidade, mesmo que participe de uma enunciação coletiva.

4.2.2.1 O governo: dos pontos de vista administrativo, político e discursivo

Do ponto de vista administrativo, o governo decide e produz o lugar de enunciação: a plataforma digital de colaboração. Decide qual deve ser o “mecanismo legal de interlocução com a sociedade civil”: consulta pública digital. Decide a arquitetura e o procedimento da ferramenta criada para materializar essa interlocução: o “Governador Pergunta”. Do mesmo modo que decide a metodologia de coleta e análise das informações postadas pelos cidadãos. Neste sentido, governo é órgão que utiliza procedimentos técnico-materiais para efetivar um objetivo público.

Nesse cenário, considerando que a consulta pública pode ser facultativa ou obrigatória, por força de lei específica, sua estruturação e seu procedimento metodológico

fica, como se diz no campo jurídico, “a juízo da autoridade”. Nesse sentido, o processo, à luz das concepções política e jurídica, não parte de um *comum acordo* entre governo e cidadãos sobre o procedimento metodológico, apesar da instauração da consulta pública na Administração Pública Federal no Brasil, por força da Lei 9.784/1999, ser condicionada a requisitos como:

(i) o *interesse público revelado pela matéria* discutida no processo, (ii) a *motivação*, através da qual se explica o fato e o direito que levaram o administrador a instaurá-la (a exposição da existência, veracidade e coerência dos motivos) e (iii) a *ausência de prejuízo para o interessado...* (MELLO; MARQUES, 2012, p. 7, grifo nosso).

Os requisitos citados apenas orientam o processo administrativo, no âmbito da Administração Pública Federal, sobre o caráter do objeto de discussão da consulta pública, sobre a necessidade de explicar as razões de instaurá-la e sobre a proteção ao indivíduo que dela participa. Não há obrigação, para Administrações Públicas de estados e municípios, de seguir esta orientação.

Do ponto de vista político, neste caso, é pelo governo que começa a responsabilidade de: a) empoderar os cidadãos, aproveitando a forma produtiva da liberdade comunicativa¹³⁸; b) alcançar o entendimento com os cidadãos sobre um assunto de interesse geral (coletivo), isento de violência e de manipulações, por meio do fluxo de opiniões, contribuições e argumentações; e c) considerar a formação pública e racional da opinião e da vontade dos cidadãos, ao exercer seu poder administrativo (sanção, organização e execução), na gestão pública do Estado (HABERMAS, 1992-1997, v.1., p. 190-210). Neste sentido, governo é compreendido como “o conjunto de pessoas que exercem o poder político e que determinam a orientação política de uma determinada sociedade” (LEVI, 1997, v.1, p. 553).

Do ponto de vista discursivo, o governo é o primeiro enunciador que provoca efeitos de sentido *em* e resposta *de* outrem. Utiliza estratégia discursiva para instituir o discurso situado em dada relação “espaço/tempo¹³⁹”. Utiliza estratégia discursiva para realizar a primeira significação e, assim, gerenciar o contato do seu “auditório social”, com

¹³⁸ No sentido habermasiano, é “a possibilidade – pressuposta no agir que se orienta pelo entendimento – de tomar posição frente aos proferimentos de um oponente e às pretensões de validade aí levantadas, que dependem de um reconhecimento intersubjetivo” (HABERMAS, 1992-1997, v. 1, p. 155).

¹³⁹ Nesse sentido, “o tempo aparece como elemento móvel, o que flui como devir, enquanto o espaço é o elemento fixo, o elemento que dá forma” (AMORIM, 2006, p. 19).

o que foi postado (enunciado escrito), e o efeito de sentido daí produzido. Precisa-se pensar até que ponto, utilizando estratégia discursiva, com apoio textual, este sujeito concreto organiza sua própria participação na interação verbal on-line, que efetiva o diálogo (com os cidadãos).

4.2.2.2 Os cidadãos: respondentes do primeiro enunciado

Os cidadãos têm responsabilidades distintas. Sua responsabilidade pode ser vista pelas perspectivas política e discursiva. Do ponto de vista político, estes atores políticos utilizam a força produtiva da liberdade comunicativa que têm para expor uma situação social imediata vivenciada e sua vontade particular e, em regra, utilizam a função expressiva da linguagem como um traço de sua racionalidade, com o objetivo de influenciar a produção de decisão política.

Do ponto de vista discursivo, são responsáveis imediatos pelo *fluxo de discurso*, já que, sem a sua participação, ele não se constitui. Assim como o primeiro enunciador, utilizam estratégias discursivas e apoios textuais, após compreenderem e aceitarem a fala do outro (primeiro enunciador), para estabelecer relação com o objeto/tema do seu próprio enunciado e com sua produção de significação, tanto quanto para estabelecer relação com seu(s) interlocutor(es), gerenciando, através da construção discursiva, o contato dele(s) com seu ponto de vista, sobre o tema em pauta, e com a sua vivência. Os cidadãos buscam um entendimento com seus interlocutores (governo e outros cidadãos); buscam uma saída comum, quando possível. Portanto, eles atuam, tanto na perspectiva de uma comunicação racional, que produz objetivações sobre um objeto/tema de interesse geral, quanto numa perspectiva dialógica, que negocia e produz a totalidade do sentido sobre um objeto/tema que compartilham. Precisa-se pensar até que ponto, utilizando estratégia discursiva, este sujeito concreto (cidadão) organiza, também, sua participação na interação verbal on-line, visando, talvez, influenciar a produção de decisões políticas.

Governo e cidadãos, em uma interação verbal on-line, se quiserem, produzem juntos dois movimentos: um interno, a própria interação, e um externo, a objetivação de vontades que influencia e legitima a produção de decisões políticas em prol da própria população. Os dois movimentos podem ser percebidos pelo dialogismo entre enunciados individuais e pela racionalidade comunicativa que marcam a interação verbal on-line.

4.2.3 *Dialogismo entre enunciados individuais: uma das marcas de interação verbal on-line*

O diálogo estudado, em tese, efetiva-se por meio da interação verbal on-line. Ela sintetiza seu processo interno e seu caráter dialógico (no sentido bakhtiniano) e racional (no sentido habermasiano). Porém, que princípios, elementos e condições definem concretamente o caráter dialógico-racional da interação verbal on-line?

Resgatando o que foi desenhado em 2.2.2 desta tese, existem dois princípios, um aspecto e dois elementos que, juntos, constituem o dialogismo entre enunciados individuais: a) os princípios de *alteridade* e *responsabilidade*, b) o aspecto de *conclusibilidade específica do enunciado* e c) os elementos *entonação expressiva* e *valorização*.

Inexiste interação verbal on-line sem o estabelecimento de alteridade e responsabilidade (entre os interlocutores). O enunciador faz da enunciação seu espaço de negociação com o outro, enfatizando a necessária alteridade do outro. O enunciador é responsável pelo outro, por meio da linguagem. Resgatando a ideia de *alteridade*, procura-se identificar, no objeto empírico escolhido, a alternância de vozes – consciências independentes e que se articulam – na interação verbal on-line, que pode ser representada pelos distintos momentos de *fala*. Habermas refere-se à oferta do ato de fala ao outro e, conseqüentemente, a aceitação dessa oferta por um possível interlocutor. Para isso, é preciso colocar-se no lugar do outro, escutar seu “auditório social”¹⁴⁰, como defende Bakhtin. Ter alteridade, na interação verbal on-line, é um princípio que materializa o diálogo on-line. É o deslizamento entre o mundo subjetivo e o mundo social. Logo, colocar-se na posição do outro é condição *sine qua non* para a articulação de vozes que se expressam. Nesse sentido, a situação social mais imediata e o contexto social mais amplo determinam o compartilhamento de saberes e experiências, conectando aqueles que escolhem construir sentidos juntos; prestar atenção no outro, para ofertar-lhe seu ato de fala, significa que há algo que os conecta e que pode ser compartilhado.

¹⁴⁰ Utiliza-se *auditório social* para se referir a todos os cidadãos gaúchos (sentido genérico), racionalmente capazes, que sofrem efeito das decisões governamentais de forma indistinta. É em função deste auditório que, num primeiro momento, o governo constrói seu projeto enunciativo e o leva a efeito em um espaço e um tempo específicos. É a partir da ideia que os agentes públicos têm desses cidadãos, que são construídas as deduções interiores, as motivações e as apreciações no diálogo on-line.

Quando um cidadão aceita a oferta de fala do governo (pergunta), respondendo a ele, tem-se uma alternância de posições. Para Bakhtin (1979-2011, p. 408, grifo do autor),

pergunta e resposta não são relações (categorias) lógicas; não podem caber em uma só consciência (una e fechada em si mesma); toda resposta gera uma nova pergunta. Perguntas e respostas supõem uma distância recíproca. Se a resposta não gera uma nova pergunta, separa-se do diálogo e entra no conhecimento sistêmico, no fundo impessoal. Diferentes cronótopos¹⁴¹ de quem pergunta e de quem responde e diferentes universos do sentido (*eu e o outro*). A pergunta e a resposta do ponto de vista da *terceira* consciência e do seu mundo “neutro”, onde tudo é *substituível* e fatalmente se despersonaliza.

Resposta não é só um enunciado neutro gramaticalmente composto. Ela é um ato, uma prática, uma ação pela linguagem. Realizá-la requer responsabilidade; significa responder pelo próprio ato de dizer *algo* ao outro. Tem-se o segundo princípio que funda o dialogismo entre enunciados individuais: a *responsabilidade*. A responsabilidade ativa (imediate) pode significar a aceitação da fala do outro, pela compreensão rápida do sentido construído pelo outro, pelo interesse de produzir um sentido próprio sobre o *objeto/tema* e pelo interesse em disputar o sentido final com o outro ou construir um sentido final junto com o outro (uma postura construtiva). Alteridade e responsabilidade representam o movimento entre enunciados individuais de tal forma que a interação verbal on-line se materialize. Em cada sequência enunciativa (ou cadeia discursiva, segundo Bakhtin), é possível visualizar um padrão ou tipo de extensão de alteridade-responsabilidade, ou seja, uma “tonalidade dialógica”. Por exemplo, na consulta pública, quando o governo faz uma pergunta e obtém a resposta de um cidadão/uma cidadã, tem-se uma extensão bem curta do elemento alteridade-responsabilidade. Uma *extensão bem curta* significa que a resposta não gerou uma nova pergunta. Ela “separa-se do diálogo e entra no conhecimento sistêmico, no fundo impessoal” (BAKHTIN, 1979-2011, p. 408). Para esta pesquisa, propõe-se observar três tipos de extensão concreta que representam *alteridade-responsabilidade* dos sujeitos enunciadore, na interação verbal on-line, como se ilustra no quadro a seguir.

¹⁴¹ Bakhtin utiliza o termo *cronótopo* quando se refere a uma matriz “espaçotemporal”. Por exemplo: Rio Grande do Sul, no século XIX.

Quadro 15 – Extensões do processo alteridade/responsabilidade na interação verbal on-line

Alteridade-responsabilidade		
Extensão curta	Extensão média	Extensão longa
<p>1º Enunciado = Pergunta do Governador (PG)</p> <p>2º Enunciado = Contribuição do(a) cidadão/ã (CC)</p> <p>Votação/adesão à contribuição</p> <p>3º Enunciado = Resposta/ encaminhamento do Governador (RG)</p>	<p>1º Enunciado = Pergunta do Governador (PG)</p> <p>2º Enunciado = Contribuição do(a) cidadão/ã (CC)</p> <p>↳ 3º Enunciado = Questão Agregada 1 ao 2º enunciado(QA1)</p> <p>↳ 4º Enunciado = Questão Agregada 2 ao 2º enunciado (QA2)</p> <p>Votação/adesão à contribuição</p> <p>5º Enunciado = Resposta/ encaminhamento do Governador (RG)</p>	<p>1º Enunciado = Pergunta do Governador (PG)</p> <p>2º Enunciado = Contribuição do(a) cidadão/ã (CC)</p> <p>3º Enunciado = Resposta/ do Governador (RG1) à primeira contribuição</p> <p>↳ 4º Enunciado = Questão Agregada 1 ao 2º enunciado (QA1)</p> <p>↳ 5º Enunciado = Questão Agregada 2 ao 2º enunciado(QA2)</p> <p>↳ 6º Enunciado = Questão Agregada 3 ao 2º enunciado (QA3)</p> <p>Votação/adesão à contribuição</p> <p>7º Enunciado = Resposta/ encaminhamento do Governador (RG2)</p> <p>8º Enunciado = Comentário final do cidadão/ã (COM)</p>
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA		
Extensão curta	Extensão média	Extensão longa

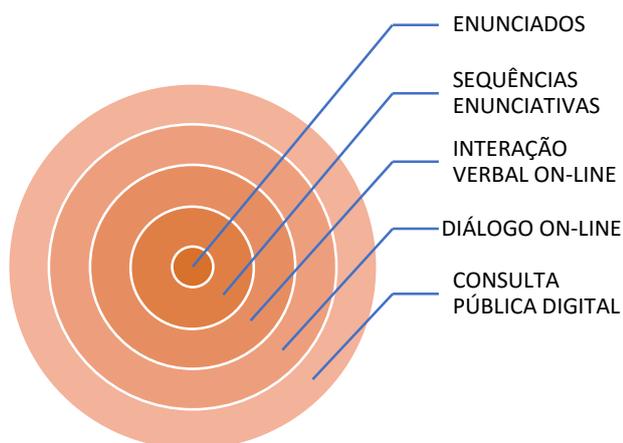
Fonte: Elaborado pela autora (2016)

A questão que se coloca aqui é: qual a extensão mínima de *alteridade-responsibilidade*, em uma sequência enunciativa, para que se considere a construção de uma interação verbal on-line concreta e real e, conseqüentemente, que estabeleça um diálogo? Em tese, um conjunto de extensões curtas já pode, se juntas e entretecidas, formar uma interação verbal on-line. Entretanto, o diálogo terá mais qualidade se for representado por extensões longas e médias na constituição dessa interação. Então, que padrões ou tipos de extensões do processo *alteridade-responsibilidade* podem ser identificadas nas sequências enunciativas, das três consultas públicas digitais, no “Governador Pergunta”? Existem diferenças entre elas?

4.2.3.1 Os limites no interior da interação verbal on-line

Ao adentrar mais nas relações dialógicas entre enunciados, não se pode deixar de observar a *conclusibilidade específica de cada enunciado* ou seu acabamento específico. Isso quer dizer que, em uma consulta pública digital, há limites na construção de cada enunciado pertencente a uma dada sequência enunciativa. Cada sequência enunciativa determina o limite da interação verbal on-line que, logo, efetiva o *diálogo on-line* entre governo e cidadãos, em dada consulta pública digital (Figura 14).

Figura 14 – Camadas da experiência discursiva na consulta pública digital



Fonte: Elaborada pela autora (2016)

Na obra *Estética da criação verbal* (1979-2011, p. 270-306), ao apresentar o enunciado como unidade da comunicação discursiva, Bakhtin destacou a “conclusibilidade específica do enunciado” como peculiaridade dessa comunicação:

A conclusibilidade do enunciado é uma espécie de *aspecto interno* da alternância dos sujeitos do discurso; essa alternância pode ocorrer precisamente porque o falante disse (ou escreveu) *tudo* o que quis dizer em dado momento ou sob certas condições. Quando ouvimos ou vemos, percebemos nitidamente o fim do enunciado, como se ouvíssemos o “dixi” conclusivo do falante. Essa conclusibilidade é específica e determinada por categorias (BAKHTIN, 1979-2011, p. 280, grifo nosso).

A “conclusibilidade específica do enunciado”, em uma sequência enunciativa, é percebida na extensão *alteridade-responsabilidade*, já que ela é um aspecto interno dessa extensão. Como disse Bakhtin, é o “dixi” conclusivo do autor, percebido pelo interlocutor a partir de três elementos: a) a exauribilidade semântico-objetal do tema – algo que se falará, imediatamente, na próxima seção –, b) a vontade discursiva do enunciador, que Habermas chamou de “plano de ação individual” e c) os gêneros do discurso do enunciado, que são padrões para a produção do enunciado. Esse padrão é determinado pelo campo de argumentação (conforme, Habermas) ou campo da comunicação discursiva (conforme, Bakhtin), pelas considerações temáticas (semânticas), pela situação concreta da comunicação discursiva e pela composição pessoal de cada interlocutor (com toda sua individualidade e subjetividade). Entende-se que os elementos podem ter pesos diferentes em cada construção de enunciado. Se houver um peso maior da composição pessoal de cada enunciador e um peso menor da influência do campo de argumentação, ter-se-á gêneros discursivos mais flexíveis, plásticos e criativos. Se o peso maior for dos campos de argumentação, ter-se-á gêneros discursivos padronizados, formais ou estereotipados. Mas, esta é só inferência provisória desta investigação.

Propõe-se, para esta pesquisa, que se estabeleçam dois níveis de conclusibilidade (Figura 15) para melhor compreender os acabamentos específicos de cada enunciado e de cada sequência enunciativa, no interior da interação verbal on-line. Observando as camadas desenhadas na Figura 14, sugere-se que se visualize um *micronível* de conclusibilidade – aquele pensado por Bakhtin, chamado de “conclusibilidade específica do enunciado” – e um outro, o *macronível* de conclusibilidade.

O *macronível* de conclusibilidade se refere ao acabamento de uma sequência enunciativa em dada interação verbal on-line. No *macronível*, a conclusibilidade de cada

sequência enunciativa pode ser percebida por meio do *conjunto dos enunciados individuais em relação*, ou melhor, no *todo do discurso*. Cada acabamento, de cada sequência enunciativa, é desenhado:

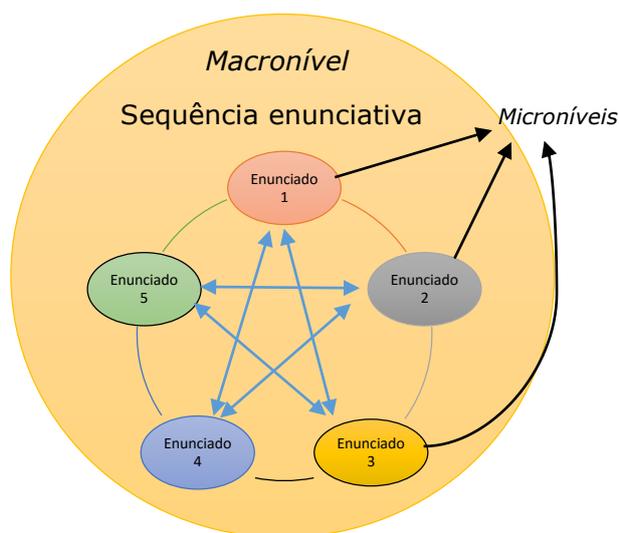
- a) pela relação entre o mecanismo de interlocução (consulta pública digital) e a gestão da interlocução, orientada por regras de participação – tratando-se da interlocução entre governo e cidadãos, num ambiente da esfera governamental, pressupõe-se que a relação entre consulta pública digital (mecanismo de interlocução) e a gestão dessa interlocução (realizada pela “observância das regras técnicas de ação”), sob certo controle do governo (sujeito que propõe a ação), instituem o gênero discursivo adequado que, por sua vez, orienta cada plano enunciativo individual;
- b) pelo momento em que o último enunciado é expresso – trata-se do “dixi” conclusivo do último falante que sinaliza a finalização de uma das “matrizes de opinião”; e
- c) a significação coletiva, produzida (ou reproduzida) em dada sequência enunciativa – trata-se do resultado (provisório) das relações semântico-axiológicas estabelecidas que geraram um efeito de sentido e uma apreciação coletiva em dada sequência enunciativa.

No *micronível*, a conclusibilidade específica do enunciado contém:

- a) a elaboração do plano de enunciação de cada interlocutor, com suas razões próprias para *dizer o que dizem e dizer como dizem* – trata-se da forma particular de se pensar uma mensagem para *outrem*, após decidir *querer-dizer algo*. Antes de escrever e postar, o enunciador ajusta sua escrita para obter atenção do outro e para apresentar sua ideia, da forma a mais adequada possível, à sensibilidade do outro (seu interlocutor real ou presumido), adentrando o seu campo perceptivo. Neste plano particular, considera-se: 1) a esfera da comunicação verbal (ou campo de argumentação) em que o plano deve se concretizar; 2) o objetivo do enunciador; 3) tanto o interlocutor, quanto os enunciados já postados; 4) a força do *objeto/tema* frente a uma dada situação social; e 5) a necessidade de expressividade do enunciador;
- b) a gestão do contato com *outrem* e os efeitos de sentido suscitados ao *escrever-postar*, formando a “tríade viva do enunciado” – trata-se da forma pessoal de

- cada enunciador de responder ao enunciado precedente e, simultaneamente, apresentar à sensibilidade dos enunciadores subsequentes seu ponto de vista sobre o *objeto/tema*, demonstrando a força de seu argumento; e
- c) o estilo pessoal do enunciador se dirigir ao(s) interlocutor(es) – que começa no momento em que ele imagina o destinatário de seu enunciado. Depende de seu grau de percepção da situação em que o tema se constituiu, do seu conhecimento especializado, ou não, sobre ele e do seu ponto de vista. No estilo de cada enunciador há escolhas de recursos lexicais, gramaticais e composicionais que revelam a relação emotivo-valorativa do enunciador com o *objeto/tema* e com outros enunciados.

Figura 15 – Dois níveis da conclusibilidade da interação verbal on-line



Fonte: Elaborada pela autora (2016)

Para efeito desta pesquisa, os dois níveis de conclusibilidade marcam os limites internos da interação verbal on-line. Considerando o que foi proposto, entende-se que os dois níveis de conclusibilidade, um referente a cada enunciado e outro referente a cada sequência enunciativa, só podem ser discutidos após a identificação dos aspectos emotivo-avaliativos contidos em cada enunciado que estabelecem, também, o *micronível de conclusibilidade* e expõem o plano enunciativo de cada interlocutor. Todavia, pode-se identificar, neste momento, alguns elementos que participam da composição, tanto do *micronível*, quanto do *macronível*. Com essa finalidade, pergunta-se: que tríade viva

(enunciado dos outros + assunto + o próprio falante) pode ser identificada em cada *enunciado*, revelando o plano comunicativo de cada participante da interação verbal on-line e o acabamento de seu enunciado? Em relação ao *macronível*: o que identifica o acabamento de uma sequência enunciativa?

Dentro dos limites das sequências enunciativas, observa-se, em seguida, como as expressões pessoais ganham destaque nas relações dialógicas entre enunciados individuais, compreendendo a dimensão dialética da interação verbal on-line, que efetiva o diálogo.

4.2.3.2 Relações semântico-axiológicas na interação verbal on-line: entonação e valoração materializadas

Como cada voz, ao se expressar, não só se refere à existência do estado de coisas no mundo, mas pode solicitar uma correção no modo de agir, ou explicar uma regra de significação, ou expor um sentimento, um desejo, uma preferência, um estado de espírito, ou, ainda, julgar *algo* ou *alguém*, empregando um padrão valorativo. As expressões pessoais fazem do enunciado um campo de presença; estabelecem acesso ao campo perceptivo do interlocutor, permitindo uma interlocução sensível¹⁴². As expressões pessoais permitem revelar o lugar ideológico do discurso, pelo aspecto emotivo-valorativo resultante de uma vivência e da relação com outros enunciados.

Mikhail Bakhtin, na obra *Marxismo e filosofia da linguagem* (1929-2010), estabelece duas relações que revelam o aspecto emotivo-valorativo do enunciado: a) a relação entre tema e significação e b) a relação entre apreciação e significação. Para Bakhtin (1929-2010, p. 136), o tema constitui o “estágio superior real da capacidade linguística de significar”, enquanto a significação é o “estágio inferior da capacidade de significar.” Para ele, a distinção entre tema e significação tem clareza em conexão com o problema da *compreensão*.

Compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica. Quanto mais numerosas e

¹⁴² No sentido de uma conversa afetiva, em que há empatia de uns para com os outros.

substanciais forem, mais profunda e real é a nossa compreensão (BAKHTIN, 1929-2010, p. 137).

Produzir significação sobre um tema revela a compreensão que se tem sobre a enunciação de outrem, em dado contexto, pois ela é produto da interação entre enunciadores, através de um material que, neste caso específico, é escrito, postado, recebido e visto. A significação contém um “acento de valor” produzido pelos enunciadores. O tema e a significação são aspectos objetivos das relações enunciativas, e a entonação expressiva e a valoração são aspectos subjetivos dessa relação. Para Bakhtin, o tema, de forma ampla, é fruto de um contexto social abrangente, enquanto a entonação expressiva e a valoração que cada enunciator expõe “é determinada pela situação imediata e frequentemente por suas circunstâncias mais efêmeras” (BAKHTIN, 1929-2010, p. 138). Nesta pesquisa, por exemplo, os temas “atendimento na saúde pública”, “segurança no trânsito” e “reforma política” são determinados por contextos sociais históricos no RS e por circunstâncias que os fazem emergir, mas as diferentes *falas* dos participantes na consulta pública digital, sobre esses temas – o *tom* que usam para falar positivamente ou negativamente e sua intensidade e o *valor* qualitativo ou hierarquizador que atribuem ao tema – podem ser orientadas pela situação imediata e provisória vivenciada ou percebida por eles, naquela dada temporalidade (2011, 2012 e 2013 respectivamente) e espacialidade (Estado do Rio Grande do Sul). Ou melhor, vivência e percepção estão, com esse pensamento de Bakhtin, vinculadas ao um “cronótopo”. Todas as *falas* poderão ser diferentes mesmo que sejam representadas por uma mesma e única palavra (BAKHTIN, 1929-2010). Para produzir diferentes significações, utilizam-se de procedimentos discursivos e textuais. Os procedimentos textuais são suportes da entonação expressiva e da valoração que caracteriza o enunciado, ou seja, a “palavra em situação”:

Em qualquer enunciação, por maior que seja a amplitude do seu espectro semântico e da audiência social de que goza, uma enorme importância pertence à apreciação. É verdade que a entoação não traduz adequadamente o valor apreciativo; esse serve antes de mais nada para orientar a escolha e a distribuição dos elementos mais carregados de sentido da enunciação. Não se pode construir uma enunciação sem modalidade apreciativa. Toda enunciação compreende antes de mais nada uma *orientação apreciativa*. É por isso que, na enunciação viva, cada elemento contém ao mesmo tempo um sentido e uma apreciação (BAKHTIN 1929-2010, p. 140, grifo do autor).

Em dada sequência enunciativa e, à vista disso, em dada interação verbal on-line, cada participante pode utilizar uma palavra com *tom* e *apreciação valorativa* próprios: pode contestar de forma desdenhosa; pode contrariar a afirmação do antecedente; pode injuriar o outro; pode exaltar algo; pode reclamar de algo; pode qualificar algo, pode hierarquizar algo, etc. O enunciador põe em prática suas estratégias discursivas, com seus recursos expressivos, pelas quais manifesta sua subjetividade, ou seja, sua atitude emotivo-valorativa, em relação ao *objeto/tema*, em seu discurso e em relação ao *outro* (seu interlocutor). Visualiza-se, aqui, a “tríade viva do enunciado” (Figura 9). Nela, entonação (tom afetivo e intelectual) e valoração são dois recursos que evidenciam a relação emotivo-valorativa do enunciador com seu objeto de discurso (*algo* ou *alguém*).

Na interação verbal escrita, percebe-se a entonação expressiva pelas orações interrogativas direta e indireta (Como podemos melhorar o atendimento na saúde pública?); pelas orações exclamativas que expressam o aspecto emotivo do enunciador (Melhor prevenir que remediar!) e orações imperativas que expressam ordem ou súplica (Pois sim! Pois não! Saia da frente!); pelas interjeições de alegria, de animação, de aplauso, de desejo, de dor, de espanto ou surpresa, de impaciência, de invocação, de silêncio, de suspensão, de terror (Oba! Coragem! Bravo! Quem me dera! Ai de mim! Puxa! Hum! Olá! Psiu! Basta! Credo! etc.); pelas locuções interjectiva (Valha-me Deus! etc.); pelo uso de maiúsculas e negrito para ser enfático (TODOS, PACIENTE, **hospitais**); e, ainda, por ícones ilustrativos (*emoticons* - 😊 😞), no caso da comunicação on-line, que representam o estado psicológico ou emotivo do enunciador. Percebe-se também o estado psicológico ou o indicador de atitude do enunciador por expressões como: “francamente”, “infelizmente”, “é com prazer”, etc. (KOCH, 2013, p. 53).

O outro elemento, a valoração (apreciação valorativa) do objeto de discurso, é a “relação subjetiva emocionalmente valorativa do falante com o conteúdo do objeto e do sentido de seu enunciado” (BAKHTIN, 1979-2011, p. 289). Ela determina, também, a escolha de recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado individual. É nela que se encontram os juízos de valor que conduzem a uma percepção específica do tema, mas que dependem do horizonte comum de determinada cultura. Qualquer enunciado contrário a um juízo de valor pressupõe uma pré-compreensão comum dos debatedores. Ao expor um juízo de valor sobre um tema, sob o aspecto do que é “bom”, por exemplo, qualquer participante pode, também, constituir uma “valoração de graduação” ou um “valor de ordenação”, segundo Habermas (1981-2012, v.1, p. 84-85). Isto é, valor

qualificativo (que equivale a afirmar que *algo* ou *alguém* cumpriu certos padrões em grau superior à maioria) ou valor hierarquizador¹⁴³ (que significa que *algo* ou *alguém* tem alto grau em relação ao um padrão ideal). Segundo Koch (2013, p. 53), uma das formas de identificar a valoração dos fatos, estados ou qualidade dos referentes, é identificar as expressões adjetivas (excelente, extremamente feliz, tão bom quanto, o bom/o melhor, ótimo/péssimo, superior/inferior, etc.). Aqui, conta-se com a utilização de adjetivos para indicar o valor de graduação (qualitativo) e o valor de ordenação (hierarquizador) de um *objeto/tema* ou de um objeto no interior do tema, e, ainda, seu grau de intensidade. Entretanto, o valor qualitativo e o valor hierarquizador podem ser representados pela menção de um objeto em detrimento da omissão de outro objeto. Pode, também, ser percebido pela forma como o enunciador fala desse objeto e o coloca frente a uma realidade.

Considerando o que foi exposto, questiona-se: Como o aspecto emotivo-valorativo aparece nas sequências enunciativas?

A emoção e o juízo de valor são constitutivos da significação (produção de sentido e de apreciação contextuais) sobre um tema. Compõem a objetivação do mundo subjetivo do enunciador sobre o conteúdo do diálogo, logo, fazem parte do acabamento específico do seu discurso para o *outro* e, por consequência, da *relação dialógica entre enunciados individuais* e a *racionalidade comunicativa*.

4.2.4 Racionalidade comunicativa: outra marca da interação verbal on-line

Participar de uma consulta pública digital, que é um mecanismo institucional de interlocução do governo com a sociedade civil, pressupõe usar a razão ao *dizer algo*. Dito de outra forma, significa levar a efeito relações objetivas (vínculos entre os enunciadores formados pela linguagem), através de enunciados claramente percebidos e fundamentados, que podem ser criticados ou defendidos. Dizer algo de maneira racional, em um processo de construção conjunta, exige regras claras de execução, razões para agir discursivamente, organização metodológica, um contexto social como referência, a produção intersubjetiva de sentido e relações objetivas como resultado.

¹⁴³ O valor hierarquizador depende de uma referência que se tenha como ideal e da distância em que cada um introduz entre o ideal e a realidade (Cf. HABERMAS, 1981-2012, v.1, p. 692).

A princípio, o *diálogo on-line* entre governo e cidadãos, constituído através da interação verbal on-line, em uma democracia participativa e deliberativa, traz em si a racionalidade comunicativa própria, que envolve as razões da esfera civil e da esfera governamental, no contexto político do Estado democrático de direito. Tal fato permite o entendimento discursivo entre sujeitos políticos distintos, capazes de falar e de agir, orientados por normas/regras e capazes de utilizar sua liberdade comunicativa. Como se viu no primeiro capítulo (seção 2), é por causa da racionalidade comunicativa que enunciadores-interlocutores “superam suas concepções inicialmente subjetivas para então, graças à concordância de convicções racionalmente motivadas, assegurar-se ao mesmo tempo da unidade do mundo objetivo e da intersubjetividade de seu contexto vital” (HABERMAS, 1981-2012, v.1, p. 35-36).

Lembre-se que, para Habermas, a racionalidade comunicativa é própria da fala argumentativa (enunciação), que gera um comum acordo e, por isso, tem em si uma força espontaneamente unitiva. Essa *força unitiva*¹⁴⁴ é fruto da dinâmica de discensos e consensos, de confrontos e acordos, instituída pelo uso da razão comunicativa, afastando-se o uso exclusivo da razão instrumental. Nesse sentido, ao *dizer algo*, cada sujeito enunciador plenivalente se dispõe a relativizar sua enunciação, pois pressupõe o reconhecimento do outro sujeito enunciador plenivalente ou de outros sujeitos enunciadores plenivalentes (anteriormente, seu auditório social). O sujeito enunciador plenivalente dirige-se a alguém que reconhece seu enunciado; seu enunciado é endereçado a determinado(s) sujeito(s) reconhecido(s).

Ao *falar com o outro*, cada sujeito enunciador busca ser compreendido e entender-se com o outro. Considerando isso, a racionalidade comunicativa está presente em quatro validações pretendidas pelo sujeito enunciador ao *dizer algo*. A primeira, e dela derivam todas as outras, é ser inteligível para o outro (fazer-se entender), por meio de estratégia discursiva. Sem ela não há compreensão, nem alteridade, nem responsabilidade ativa. Ou seja, neste caso, governador e cidadãos precisam ser inteligíveis em suas enunciações individuais. A partir do êxito na pretensão de inteligibilidade, o sujeito enunciador pode pretender as outras três validações ao *dizer algo*: a) dizer a verdade, o que induz à ideia de saber confiável ou desconfiável sobre a existência do estado das coisas no mundo (agir

¹⁴⁴ Termo utilizado por Habermas (1981-2012, v.2, p. 35-36) para qualificar a *racionalidade comunicativa* enquanto atitude que produz conexão entre diversos participantes de uma argumentação, ao superarem suas concepções inicialmente subjetivas, e constroem concordâncias de convicções racionalmente motivadas, assegurando intersubjetividade e a unidade do mundo objetivo.

teleológico que expõe o mundo objetivo); b) ser correto, normativamente, ao agir discursivamente (agir normativo que expõe o mundo social), o que leva à ideia de obediência a um pacto (comum acordo) que garante igualdade aos participantes da interação verbal on-line; e c) ser sincero e autêntico ao expressar sua vivência (agir dramático que expõe o mundo subjetivo), o que leva à ideia de veracidade da apresentação de si próprio, através de seu juízo de valor e de sua entonação expressiva (que revelam sentimentos, desejos, estado de espírito, segredo, etc.) sobre *algo*.

A racionalidade comunicativa, em tese, une os mundos objetivo, social e subjetivo mediante a construção de um universo simbólico, comum aos participantes de uma enunciação. É um aspecto que instaura, também, a colaboração em uma enunciação, a partir da razão permitida no uso da linguagem (orientada ao entendimento) para produção de uma proposta coletiva. Considerando esse pensamento, propõe-se, nesta tese, identificar, também, as condições de racionalidade comunicativa nas consultas públicas digitais escolhidas para análise e detectar sua materialidade.

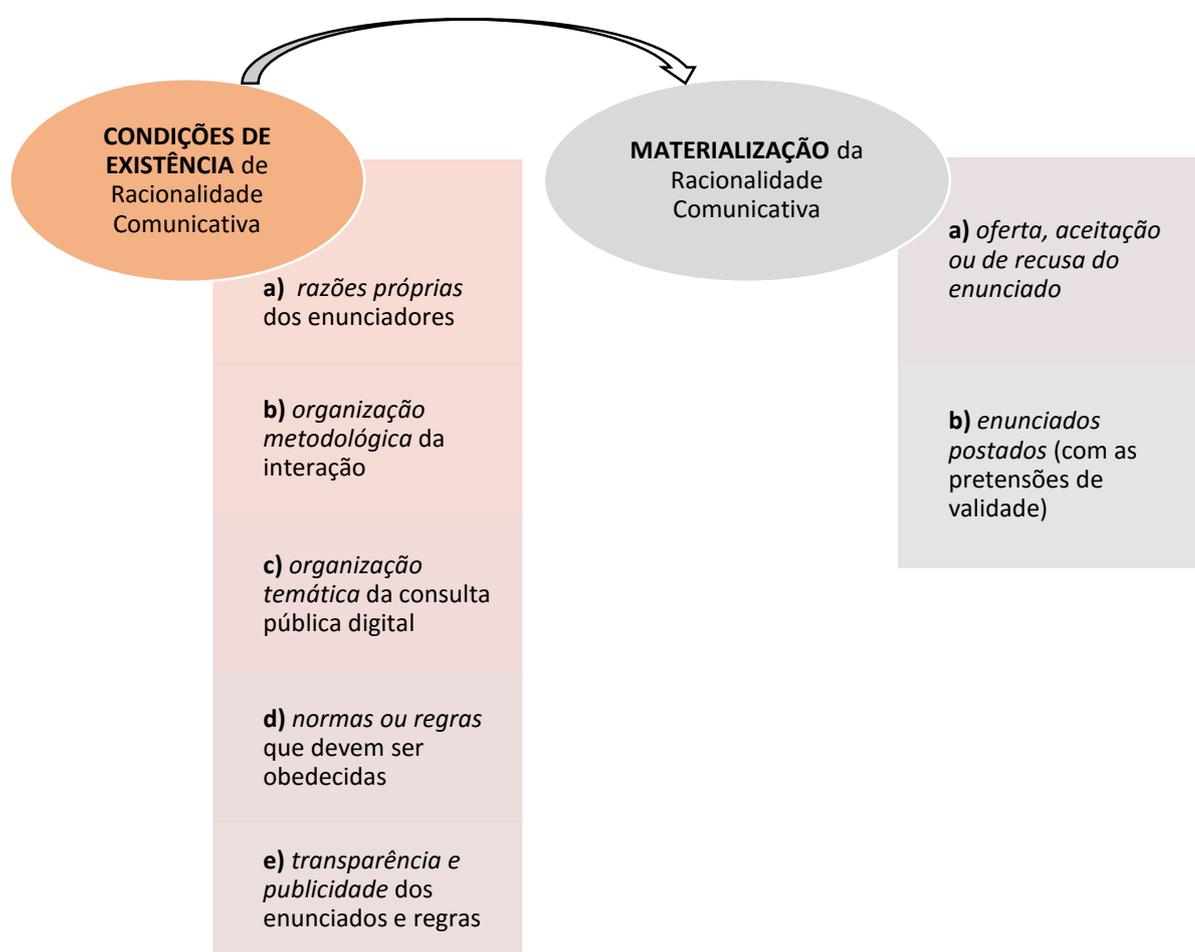
O *diálogo on-line* entre governo e cidadão, por se tratar de um processo da cultura democrática, naturalmente deve orientar-se pelo uso da razão. A condição de racionalidade não está vinculada, obrigatoriamente, a uma posição simétrica dos sujeitos interlocutores do ponto de vista político, mas vincula-se às regras de paridade argumentativa no funcionamento da enunciação colaborativa, de não-coerção (liberdade comunicativa), de universalidade (acesso a todos os cidadãos gaúchos) e de reciprocidade (alteridade e responsabilidade).

Do ponto de vista discursivo, a assimetria entre governo e cidadão garante a existência da pluralidade das vozes, o movimento entre confrontos e acordos, a própria dinâmica característica do diálogo. Nessas condições, só é possível considerar as relações dialógicas entre enunciados individuais (distintos), se o uso da razão, nessa ação pela linguagem, se fizer presente. Então, para identificar que condições foram dadas, nas consultas públicas digitais, para que a interação verbal on-line, de fato, produzisse um diálogo crítico-racional entre governo e cidadãos, decidiu-se observar: a) *razões próprias*, implícitas e/ou explícitas, tanto do governo quanto dos cidadãos, para *dizerem o que e como dizem* sobre um tema de interesse geral; b) *organização metodológica* da interação verbal on-line, nas consultas públicas digitais em análise; c) *organização temática* de cada consulta pública digital e suas condições de comum acordo; d) *normas/regras* que devem ser obedecidas durante o processo de produção colaborativa (ver Figura 12, a seguir); e, e)

transparência e publicidade de todos os enunciados e regras de participação postados nas consultas públicas digitais, no espaço “Governador Pergunta”.

Em seguida, verificar se há *as materializações* da racionalidade comunicativa, ou seja: a) *momentos de oferta, aceitação ou de recusa do enunciado* (ato de fala) de dado sujeito participante da interação verbal on-line e o êxito *ilocucionário* de cada um; e b) *enunciados postados* que expõem os fatos, solicitam o cumprimento de normas, esclarecem um detalhe do fato, valoraram o tema ou algum aspecto dele e exteriorizam as vivências dos interlocutores sobre os temas das consultas públicas digitais (ver figura a seguir).

Figura 16 – Elementos para análise da racionalidade comunicativa



Fonte: Elaborada pela autora (2016)

Considerando o que foi exposto, questiona-se, neste momento: que condições foram construídas para que houvesse racionalidade comunicativa nas três consultas

públicas digitais? O que encarna a racionalidade comunicativa nessas consultas? Supõe-se que o conjunto de princípios, aspectos e elementos que marcam a interação verbal on-line poderão dar conta da caracterização desse tipo de diálogo.

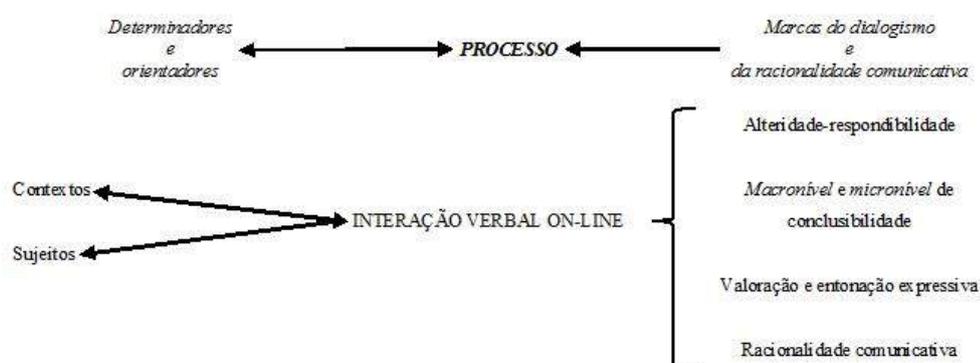
4.3 OUTROS ASPECTOS DA PROPOSTA: ETAPAS E ESCOLHA DO *CORPUS*

Para responder a tais questões, este estudo foi dividido em duas etapas. A primeira, a *descrição* das consultas públicas digitais, objeto de observação desta pesquisa. Ela está contida neste capítulo. A segunda, a *análise e interpretação* qualitativa das sequências enunciativas e dos seus respectivos enunciados individuais, em cada consulta pública digital.

Seguindo a orientação da lógica da prática metodológica dos pesquisadores bakhtinianos (BRAIT; MAGALHÃES, 2014), própria de seu método fenomenológico (BAKHTIN, 1979-2011, p.391-410), é na interpretação que se demonstra compreender se as sequências enunciativas contém, ou não, os elementos que caracterizam o dialogismo, próprio de uma interação verbal, se as condições de racionalidade comunicativa foram respeitadas e como ela está materializada na experiência discursiva analisada. É nesta etapa que fica demonstrada se as abordagens bakhtiniana (BAKHTIN, 1979-2011, p.391-410) e habermasiana (HABERMAS, 1981-2012, v.1), são capazes de dar conta da análise do diálogo enquanto fenômeno de discurso que produz intersubjetividade.

A partir do *modelo conceitual inicial* (Figura 2, seção 2.3.1), construiu-se um *modelo conceitual próprio da pesquisa*:

Figura 17 – *Modelo conceitual próprio da pesquisa*



Em uma dimensão operacional, esta investigação escolheu dez sequências enunciativas que puderam ser vistas e lidas on-line, pelos participantes da consulta ou por qualquer cidadão que desejasse acompanhá-las, do universo de 60 contribuições de cidadãos acatadas pelo governo gaúcho (Quadro 15). Supõe-se que cada contribuição gerou uma sequência enunciativa. Desse *corpus*, sete sequências enunciativas são da consulta pública digital sobre “Atendimento na saúde pública”; duas sequências da consulta sobre “Segurança no trânsito” e uma da consulta sobre “Reforma política”. Desconsiderou-se todo enunciado que não estivesse visível ao acessar o *site* “Gabinete Digital” e o espaço “Governador Pergunta”.

Abre-se, aqui, um espaço para explicar melhor a escolha do *corpus*. Nesta investigação, o *corpus* é representativo das sequências enunciativas que constituem uma interação verbal on-line particular e que dê pistas da peculiaridade do diálogo que produz sentido sobre um tema de interesse geral e de sua interferência em uma dada realidade. Mas, neste caso, quais os critérios para constituir essa representação?

Bauer e Aarts (2014) sugerem os critérios de Barthes (1967), extraídos da obra *Elementos da semiologia*: relevância, homogeneidade e sincronicidade. Por *relevância*, entende-se as sequências enunciativas do suposto diálogo que tem um grau de importância e convergência aos propósitos do estudo. Neste caso, podem revelar a particularidade do *diálogo entre governo e cidadãos*. Por *homogeneidade*, concebe-se padrões repetíveis de sequências enunciativas. Neste caso, pergunta e respostas (contribuições, opiniões, adesões e réplicas) postadas no espaço comunicacional destinado à consulta pública digital. Por *sincronicidade*, reconhece-se a intersecção histórica das sequências enunciativas que, neste caso, significam os extratos do possível diálogo produzido na mesma temporalidade (em 2011, 2012 e 2013), num mesmo governo (2011 a 2014). Nesse sentido, temos extratos sincrônicos.

Outro critério, aqui considerado, é o de *saturação*. Neste caso, “investigam-se diferentes representações, apenas até que a inclusão de novos estratos não acrescente mais nada de novo” (BAUER; AARTS, 2014, p. 59). Só serão analisadas as primeiras sequências enunciativas de cada padrão de extensão do processo de alteridade/responsabilidade (em 4.2.3, Quadro 14). Assim, pretende-se evitar acumulação de dados que não sejam utilizados na análise, por não acrescentarem algo de novo à reflexão.

Respeitando o aspecto de saturação dos dados qualitativos, identificou-se, nas consultas públicas digitais, quatro padrões de extensão *alteridade-responsabilidade*: longa, média, curta (Quadro 14) e curtíssima. A partir dessas extensões, escolheu-se as sequências enunciativas mais votadas, que correspondessem a esses padrões, para esta análise.

Então, tomou-se como orientação o que foi construído neste capítulo sobre *interação verbal on-line*, observando seus dois níveis de funcionamento interno para fazer a análise: a) o do *dialogismo entre enunciados individuais* e b) o da *racionalidade comunicativa*.

No próximo capítulo, apresentar-se-á análise/interpretação dos dados revelados pelo objeto empírico e reunidos na pesquisa, procurando responder às questões específicas levantadas neste capítulo.

5 ANÁLISE DO QUE SE VIU E DO QUE SE LEU NAS SEQUÊNCIAS ENUNCIATIVAS

Das três consultas públicas digitais contidas no espaço “Governador Pergunta”, das quais 60 contribuições de cidadãos foram acatadas pelo governo gaúcho (ver Quadro 14), em que cada contribuição gerou algum tipo de sequência enunciativa, retirou-se, para análise, dez sequências enunciativas que puderam ser vistas e lidas on-line, pelos participantes da consulta ou por qualquer cidadão que desejasse acompanhá-las. Desse *corpus*, sete sequências enunciativas são da consulta pública digital sobre “Atendimento na saúde pública”, duas sequências da consulta sobre “Segurança no trânsito” e uma da consulta sobre “Reforma política”. Desconsiderou-se todo enunciado que não estivesse visível ao acessar o *site* “Gabinete Digital” e o espaço “Governador Pergunta”.

Seguindo a lógica construída no terceiro capítulo (seção 4), os primeiros dados qualitativos reunidos dizem respeito à essência das relações dialógicas entre enunciados individuais: a extensão *alteridade-responsabilidade* em cada sequência enunciativa observada. Tenta-se, por meio dos dados reunidos, responder às seguintes questões: *que tipos ou padrões de extensão do processo alteridade-responsabilidade são percebidos nas sequências públicas selecionadas nas três consultas públicas digitais, no “Governador Pergunta”? Quais as diferenças entre eles?*

5.1 ALTERIDADE E RESPONSABILIDADE

Na consulta pública digital sobre “Atendimento na saúde pública”, as sequências enunciativas observadas foram extraídas das 50 contribuições de cidadãos gaúchos (que geraram sequências enunciativas) acatadas pelo governo gaúcho. As 50 contribuições estavam divididas por cinco subtemas: a) saúde na sua região, b) cuidado integral, c) urgência e emergência, d) saúde da família e e) acesso a medicamentos. Mas, os padrões identificados não estão igualmente presentes nos cinco subtemas.

Quanto à extensão *alteridade-responsabilidade*, neste caso, identificou-se: 1) dois padrões longos de extensão enunciativa. Um padrão que não se repetiu (SEL1) e outro padrão (SEL2) que se repetiu em outras sequências enunciativas, com menor pontuação na votação on-line, nesta consulta pública digital; 2) três padrões médios de extensão

enunciativa (SEM1, SEM2 e SEM3), que se repetiram em outras sequências enunciativas de menor pontuação na votação; e 3) dois padrões curtos de extensão enunciativa (SEC1 e SEC2), que se repetiram em outras sequências enunciativas de menor pontuação na votação. Nestes padrões (curtos), a diferença entre eles ficou por conta da extensão da resposta do governador: uma resposta curta e outra resposta longa. Expõe-se, a seguir, a análise sobre os três itens listados.

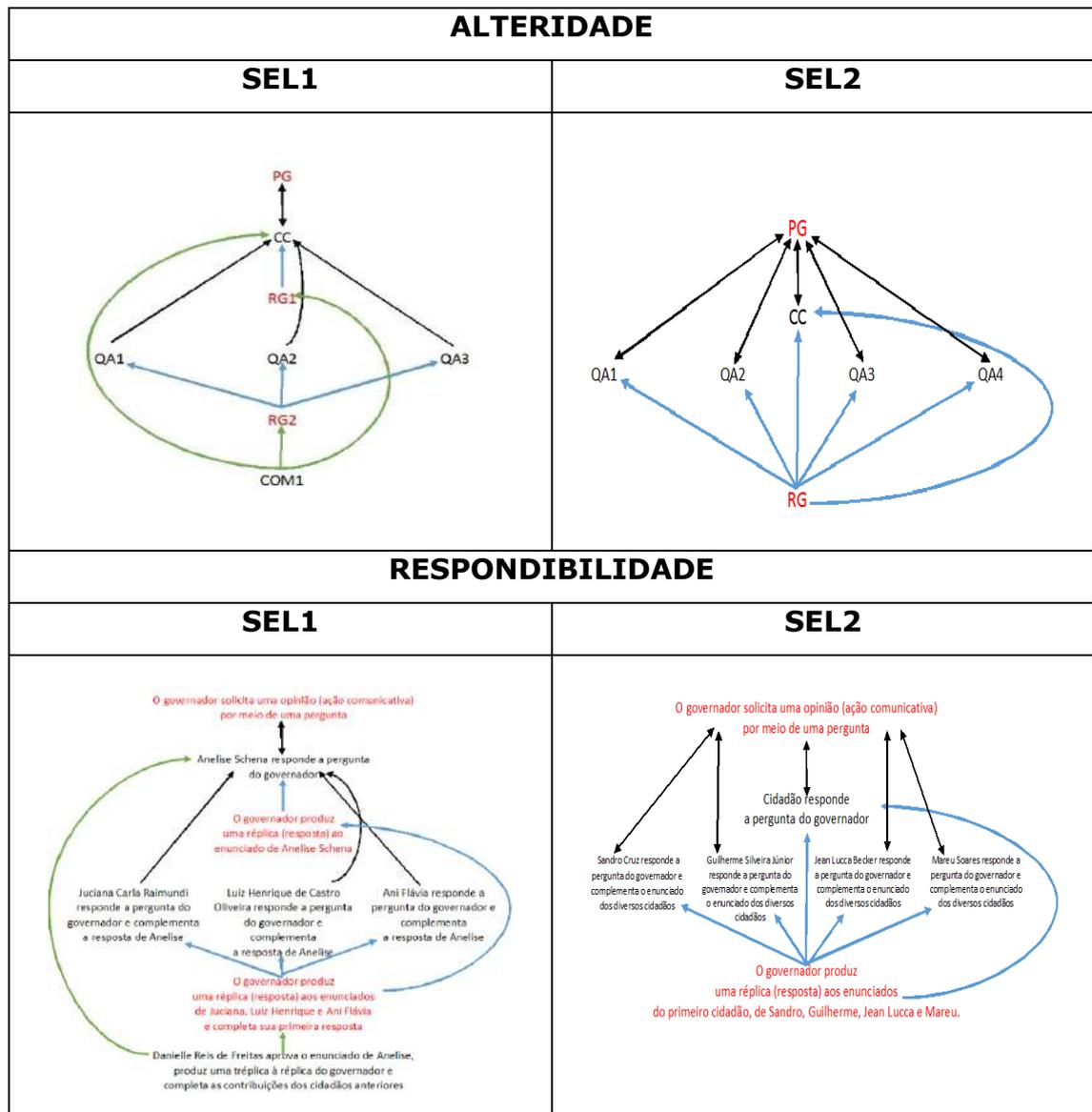
Sobre o item (1): na primeira sequência enunciativa longa (SEL1), tem-se a seguinte alternância de posições: (1) o governador escreve e posta a pergunta inicial (PG); (2) o auditório social (cidadãos gaúchos) lê a pergunta postada, os “Termos de Uso” do *site* e as regras de participação na consulta pública digital; (3) Anelise Schena [1ª interlocutora] escreve e posta a primeira resposta/contribuição (CC) à pergunta do governador; (4) o governador produz sua réplica/resposta (RG) à resposta/contribuição de Anelise, chamando-a de “resposta do governador”; (5) no mesmo momento em que Anelise posta sua contribuição, Juciana Carla Raimundi (QA1), Luiz Henrique de Castro Oliveira (QA2) e Ani Flávia (QA3) escrevem e postam suas contribuições; as contribuições são postas em votação; a de Anelise é a mais votada no subtema “Saúde da sua região” e as demais contribuições, por serem convergentes à dela, passam a ser “questões agregadas”; (6) o governador responde (RG/EG)¹⁴⁵, agora, às questões agregadas; e, (7) por último, Danielle Reis de Freitas [5ª interlocutora] faz um comentário final (COM1), dirigindo-se a Anelise e ao governador.

A segunda sequência enunciativa longa (SEL2) é encontrada no subtema “Saúde da Família”. Ela se constitui de forma distinta da primeira SEL. Nela, encontra-se a seguinte alternância de posições: (1) o governador escreve e posta a pergunta inicial (PG); (2) o auditório social (cidadãos gaúchos) lê a pergunta postada, os “Termos de Uso” do *site* e as regras de participação na consulta pública digital; (3) vários cidadãos [primeiros interlocutores], conforme relatório da consulta pública (GABINETE DIGITAL, 2011a), escrevem e postam a primeira resposta/contribuição (CC) à pergunta do governador; (4) no mesmo momento em que “vários cidadãos postam sua contribuição, Sandro Roberto C. Tomé da Cruz (QA1), Guilherme Silveira Júnior (QA2), Jean Lucca de Oliveira Becker (QA3) e Mareu Soares (QA4), escrevem e postam suas contribuições/ questões agregadas (QA); as contribuições são postas em votação; a de “vários cidadãos” é a mais votada no

¹⁴⁵ Na tela capturada sobre os resultados da consulta pública sobre “Atendimento na saúde pública”, a segunda resposta do governador foi denominada por sua equipe de “encaminhamento do governador” (Cf. ANEXO H).

subtema “Acesso a medicamentos” e as demais contribuições, por serem convergentes à deles, passam a ser “questões agregadas”; (5) por último, o governador responde (RG) à primeira contribuição (CC) e às questões agregadas (QAs) a ela. O que se identifica são dois padrões longos de extensão *alteridade-responsabilidade* (ver, também, no APÊNDICE C), como se ilustra a seguir.

Quadro 16 – Extensões de *alteridade-responsabilidade* – seqüências enunciativas longas¹⁴⁶



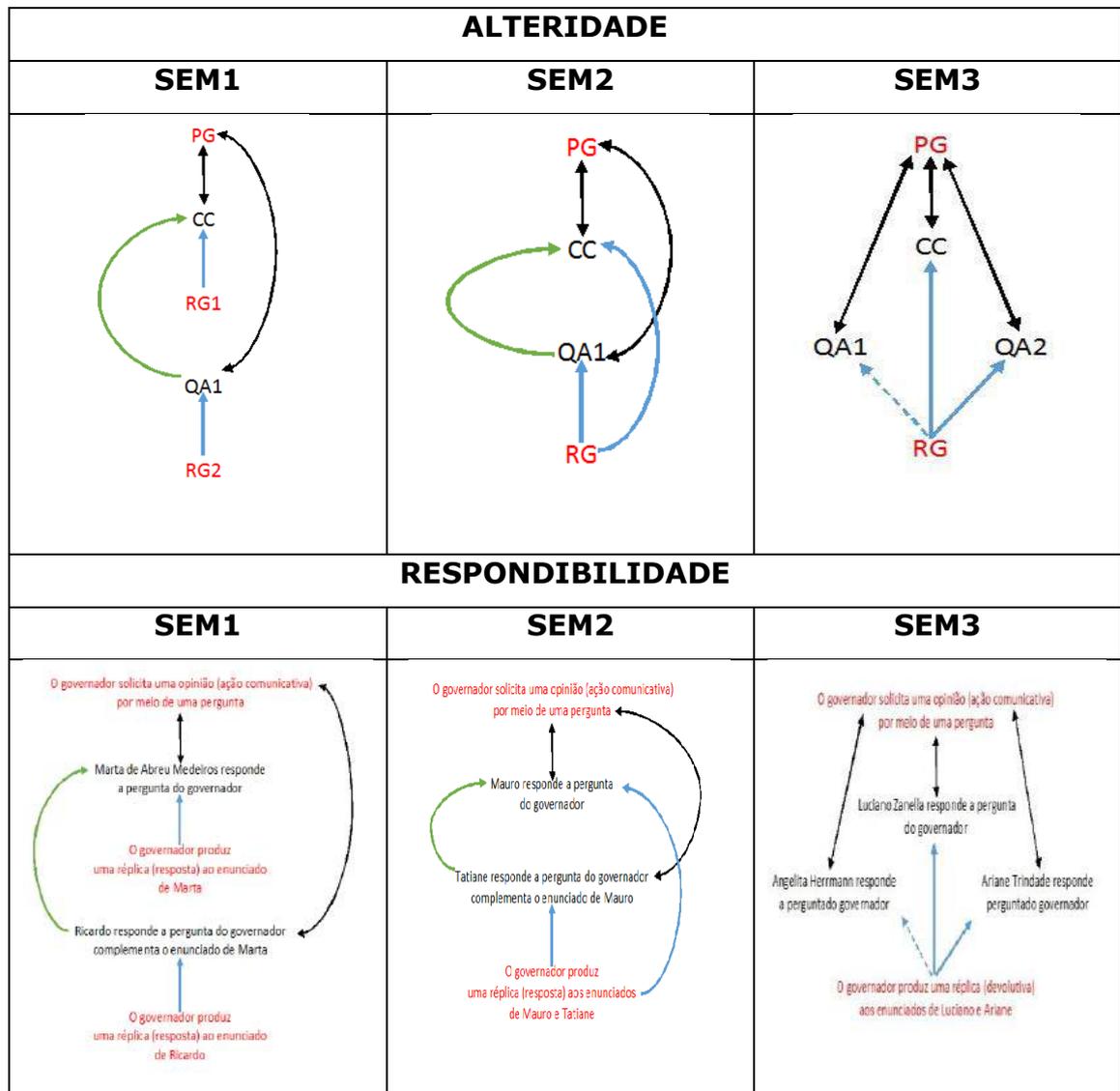
Fonte: Elaborado pela autora (2016)

¹⁴⁶ Elementos das SEL: Pergunta do governador (PG); primeira contribuição do cidadão/da cidadã (CC); primeira contribuição/questão agregada (QA1); segunda contribuição/questão agregada (QA2); terceira contribuição/questão agregada (QA3); quarta contribuição/questão agregada (QA4); resposta do governador (RG).

Sobre o item (2): encontrou-se três padrões médios de extensão *alteridade-responsabilidade* nas sequências enunciativas. Na primeira sequência enunciativa média (SEM1), tem-se a seguinte alternância de posições: (1) o governador escreve e posta a pergunta inicial (PG); (2) o auditório social (cidadãos gaúchos) lê a pergunta postada, os “Termos de Uso” do *site* e as regras de participação na consulta pública digital; (3) Marta de Abreu Medeiros [1ª interlocutora] escreve e posta a primeira resposta/contribuição (CC) à pergunta do governador; (4) o governador produz sua réplica/resposta (RG) à resposta/contribuição de Marta; (5) no mesmo momento em que Marta posta sua contribuição, Ricardo Ferreira dos Anjos (QA1) escreve e posta sua contribuição; as contribuições são postas em votação; a de Marta é a mais votada no subtema “Urgência e Emergência” e a contribuição de Ricardo [2º interlocutor], por ser convergente à dela, passa a ser uma “questão agregada”; (6) por último, o governador responde (RG) a Ricardo.

Na segunda sequência enunciativa média (SEM2), tem-se a seguinte alternância de posições: (1) o governador escreve e posta a pergunta inicial (PG); (2) o auditório social (cidadãos gaúchos) lê a pergunta postada, os “Termos de Uso” do *site* e as regras de participação na consulta pública digital; (3) Mauro [1º interlocutor] escreve e posta a primeira resposta/contribuição (CC) à pergunta do governador; (4) no mesmo momento em que Mauro posta sua contribuição, Tatiane Oss-Emer da Silva (QA1) escreve e posta sua contribuição; as contribuições são postas em votação; a de Mauro é a mais votada no subtema “Saúde na sua região” e a contribuição de Tatiane [2ª interlocutora], por ser convergente à dele, passa a ser uma “questão agregada”; (6) por último, o governador responde (RG) a Mauro e Tatiane.

Na terceira sequência enunciativa média (SEM3), que se refere ao subtema “Saúde na sua região”, tem-se a seguinte alternância de posições: (1) o governador escreve e posta a pergunta inicial (PG); (2) o auditório social (cidadãos gaúchos) lê a pergunta postada, os “Termos de Uso” do *site* e as regras de participação na consulta pública digital; (3) Luciano Zanella [1º interlocutor] escreve e posta a primeira resposta/contribuição (CC) à pergunta do governador; (4) no mesmo momento em que Luciano posta sua contribuição, Angelita Herrmann (QA1) e Ariane Trindade (QA2) escrevem e postam suas contribuições/questões agregadas; as contribuições são postas em votação e a de Luciano é a mais votada dentre as três; e (6) por último, o governador responde (RG) a Luciano, Angelita [2ª interlocutora] e Ariane [3ª interlocutora] em seu enunciado final. O que se identificam são três padrões médios de extensão *alteridade-responsabilidade* (APÊNDICE C), como se ilustra a seguir.

Quadro 17 – Extensões de *alteridade-responsabilidade* – sequências enunciativas médias

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Sobre o item (3): as últimas extensões de *alteridade-responsabilidade*, identificadas nesta consulta pública digital, são de padrão curto, que se distinguem por dois tipos de resposta do governador (RG): uma réplica curta e outra longa. Na primeira sequência enunciativa curta (SEM1), que se refere ao subtema “Cuidado integral”, tem-se a seguinte alternância de posições: (1) o governador escreve e posta a pergunta inicial (PG); (2) o auditório social (cidadãos gaúchos) lê a pergunta postada, os “Termos de Uso” do *site* e as regras de participação na consulta pública digital; (3) Cássia Lopes [única interlocutora] escreve e posta a primeira resposta/contribuição (CC) à pergunta do governador; (4) o governador produz sua réplica/resposta **longa** (RG) à resposta/contribuição de Cássia.

Na segunda sequência enunciativa curta (SEC2), que se refere ao subtema “Saúde na sua região”, tem-se a seguinte alternância de posições: (1) o governador escreve e posta a pergunta inicial (**PG**); (2) o auditório social (cidadãos gaúchos) lê a pergunta postada, os “Termos de Uso” do *site* e as regras de participação na consulta pública digital; (3) Belani Chaves [única interlocutora] escreve e posta a primeira resposta/contribuição (**CC**) à pergunta do governador; (4) o governador produz sua réplica/resposta **curta** (**RG**) à resposta/contribuição de Belani. O que se identifica são dois padrões curtos de *alteridade-responsabilidade* (APÊNDICE C), como se ilustra a seguir.

Quadro 18 – Extensões de *alteridade-responsabilidade* – sequências enunciativas curtas

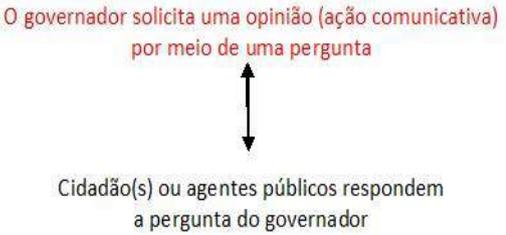
ALTERIDADE	
SEC1	SEC2
<p style="text-align: center;">PG ↕ CC ↑ RG</p>	<p style="text-align: center;">PG ↕ CC ↑ RG</p>
RESPONDIBILIDADE	
SEC1	SEC2
<p style="text-align: center;">O governador solicita uma opinião (ação comunicativa) por meio de uma pergunta</p> <p style="text-align: center;">↕</p> <p style="text-align: center;">Cássia Lopes responde a pergunta do governador</p> <p style="text-align: center;">↑</p> <p style="text-align: center;">O governador produz uma réplica (devolutiva) longa ao enunciado de Cássia Lopes</p>	<p style="text-align: center;">O governador solicita uma opinião (ação comunicativa) por meio de uma pergunta</p> <p style="text-align: center;">↕</p> <p style="text-align: center;">Belani Chaves responde a pergunta do governador</p> <p style="text-align: center;">↑</p> <p style="text-align: center;">O governador produz uma réplica (devolutiva) curta ao enunciado de Belani Chaves</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Nas sequências enunciativas observadas na consulta pública digital sobre “Atendimento na saúde pública”, identificaram-se sete (07) tipos ou padrões distintos de extensão *alteridade-responsabilidade* (APÊNDICE B). Estes 07 padrões estão distribuídos, nas 50 contribuições acatadas pelo governo gaúcho, da seguinte maneira: 01 com padrão SEL1, 02 com padrão SEL2, 02 com padrão SEM1, 04 com padrão SEM2, 04 com padrão SEM3, 14 com padrão SEC1 e 22 com padrão SEC2. Esses dados revelam o nível de heterogeneidade do fluxo discursivo derivado da variação de compreensão do que o outro diz, da aceitação do sentido produzido pelo outro e do *querer-dizer* algo sobre o *objeto/tema* proposto pelo governo. Há uma variabilidade na alteridade e na responsabilidade ativa na interação verbal on-line, entre governo e cidadãos gaúchos, sobre “Atendimento na saúde pública”.

Ainda em relação à extensão *alteridade-responsabilidade*, identificou-se, nas consultas públicas digitais sobre “Segurança no trânsito” e “Reforma política, *um único padrão de extensão*: (1) o governador escreve e posta a pergunta inicial (PG); (2) o auditório social (cidadãos gaúchos) lê a pergunta postada, os “Termos de Uso” do *site* e as regras de participação na consulta pública digital; (3) a cidadã/o cidadão ou grupo de pessoas [único interlocutor] escreve e posta uma resposta/contribuição (CC) à pergunta do governador e finaliza a sequência enunciativa, que se entende ser *curtíssima* (PG ↔ CC). Este padrão se repete tanto nas dez contribuições ou sequências enunciativas que compõem a consulta pública digital sobre “Segurança no trânsito”, quanto nas dez sequências que compõem a segunda etapa da consulta pública digital sobre “Reforma política” (APÊNDICE E).

Quadro 19 - Extensões de *alteridade-responsabilidade* – sequências enunciativas curtíssimas

ALTERIDADE	RESPONDIBILIDADE
	

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Na consulta pública digital sobre “Segurança no trânsito”, escolheu-se, como *corpus* de análise, duas (02) sequências enunciativas que tinham um padrão que se repetia: a primeira, mais votada pelos cidadãos, tendo como enunciador um (01) cidadão e a segunda, mais votada, com esta característica, tem como enunciador um grupo de pessoas ou cidadãos, ou seja, a coletividade, um sujeito enunciador, explicitamente polifônico. Nestes dois casos, há somente uma relação semântico-axiológica, como se vê a seguir:

Quadro 20 – Relação semântico-axiológica no *corpus* da consulta pública digital sobre “Segurança no trânsito”

	PADRÃO DA SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA	RELAÇÃO SEMÂNTICO-AXIOLÓGICA
PRIMEIRO EXEMPLO	 <p>PG ↕ CC</p>	<p>Tom interrogativo do governador. Valoriza o agente coletivo.</p> <p>↕</p> <p>O cidadão sugere <i>algo</i>, que considera ser valoroso, ao governador</p>
SEGUNDO EXEMPLO	 <p>PG ↕ CC</p>	<p>Tom interrogativo do governador. Valoriza o agente coletivo.</p> <p>↕</p> <p>A sociedade gaúcha sugere <i>uma ação</i>, que considera valorosa, ao governador</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Na consulta pública digital sobre “Reforma política”, escolheu-se como *corpus* de análise apenas uma sequência enunciativa *curtíssima*, mas que, assim como as outras dez sequências, não apresenta a identificação do autor. Tal padrão se repete em todas as sequências enunciativas desta consulta pública digital. Por isso, escolheu-se para análise a sequência enunciativa (contribuição) mais votada pelos cidadãos, nesta consulta.

O que se percebeu foi uma padronização do processo de *alteridade-responsabilidade ativa* nas duas últimas consultas, mesmo com a identificação, ou não, dos sujeitos interlocutores do governo.

A primeira consulta pública digital, em relação à *alteridade-responsabilidade*, é bem distinta das duas consultas públicas que foram realizadas em momentos posteriores, o que distingue, também, seu processo de reciprocidade entre os participantes e o próprio

diálogo entre eles. Nela, os diversos fluxos discursivos representam melhor a categoria [bahktiniana] *dialogismo*.

5.2 MICRONÍVEL E MACRONÍVEL DE CONCLUSIBILIDADE DA INTERAÇÃO VERBAL ON-LINE

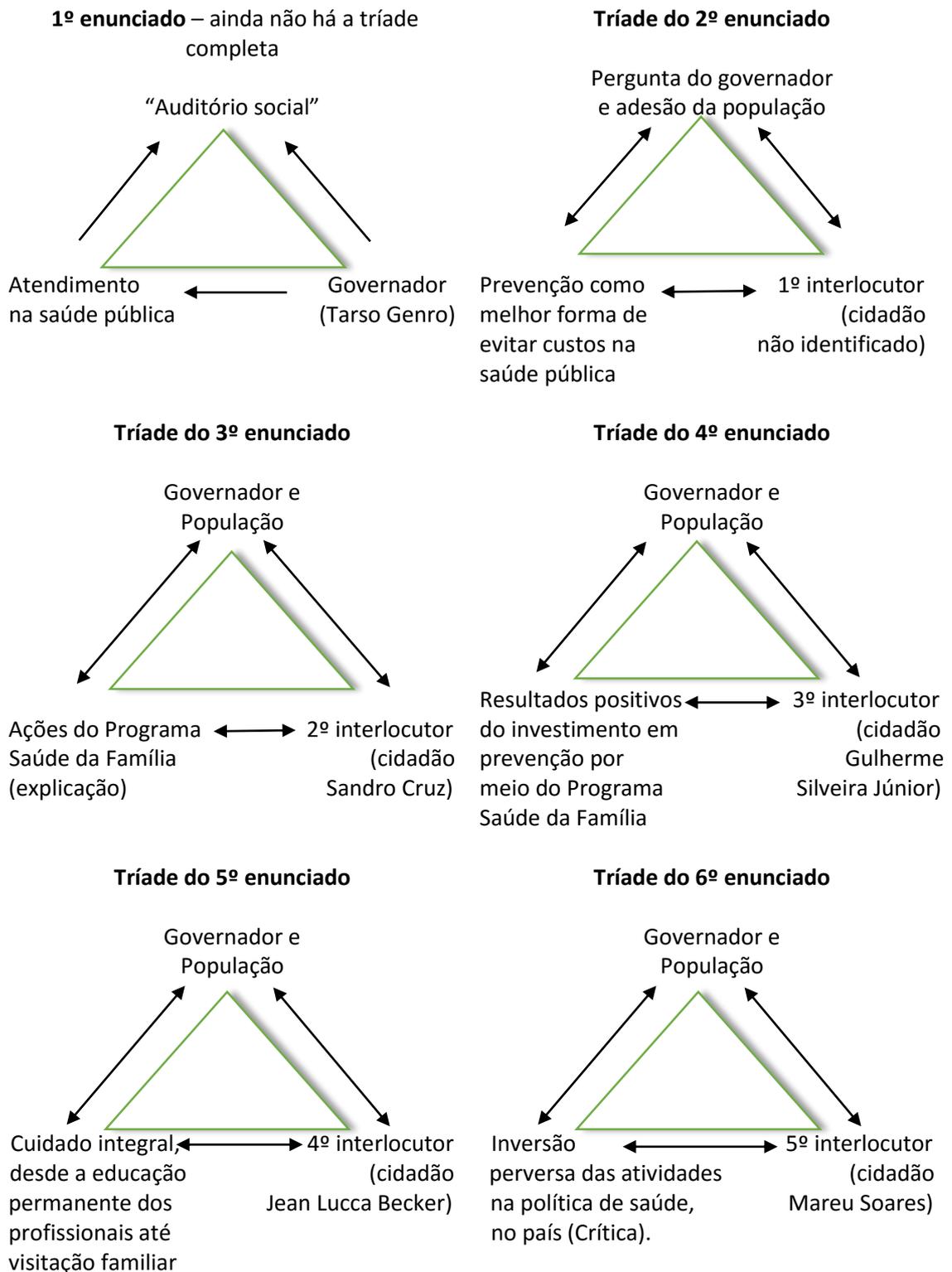
A interação verbal on-line é constituída por uma série de sequências enunciativas, tendo elas o mesmo padrão, ou não. Pôde-se identificar, no *corpus* analisado, dois níveis de conclusibilidade no interior dessa forma de interação verbal, como havia sido proposto em 4.2.3.1: o *micronível* – a conclusibilidade específica de cada enunciado individual, marcada pela tríade viva de cada enunciado – e o *macronível* – a conclusibilidade específica de cada sequência enunciativa (SEL1, SEL2, SEM1, SEM2, SEM3, SEC1, SEC2, SEc1 e SEc2), que é composta por dois ou mais enunciados individuais e que tecem uma, ou mais, interação verbal on-line (própria da consulta pública digital).

Ao observar cada enunciado escrito/postado, seja pelo governador, seja pelo cidadão gaúcho ou por um grupo de cidadãos (comunidade discursiva), enxerga-se, dentre outros aspectos, uma relação tríade pela qual cada enunciador compartilha saberes, experiências, posicionamentos e significados provisórios e negocia o conjunto de sentidos com outro enunciador: a relação que o enunciador estabelece com outro enunciador, com outros enunciados e com o objeto/tema em discussão. Essa tríade viva existe no interior de cada enunciado. Ela revela, em parte, o plano particular de cada enunciador e está presente na conclusibilidade específica do enunciado. Se, por um lado, o momento em que um enunciador particular *disse tudo que queria dizer* marca a conclusibilidade específica de um enunciado individual, por outro, a tríade viva de cada enunciado estabelece uma dinâmica própria que, também, faz parte desse nível de conclusibilidade. Mais adiante, um dos marcadores de conclusibilidade específica do enunciado apresentar-se-á formado entre enunciados individuais, na articulação das vozes que se expressam nas consultas públicas digitais: a relação semântico-axiológica.

No *corpus* analisado, tem-se distintas tríades vivas e distintas quantidades de tríades vivas de enunciados em cada sequência enunciativa. Nas sequências enunciativas selecionadas da consulta pública digital sobre “Atendimento na saúde pública”, tem-se: oito (08) tríades vivas de enunciado na SEL1, sete (07) tríades vivas na SEL2, cinco (05)

na SEM1 e na SEM3, quatro (04) na SEM2 e três (03) nas SEC1 e SEC2 (ver APÊNDICE D). Na SEL2, encontrou-se, por exemplo:

Figura 18 – Tríades vivas dos enunciados na SEL1 – consulta sobre “Atendimento na saúde pública”



Tríade do 7º enunciado

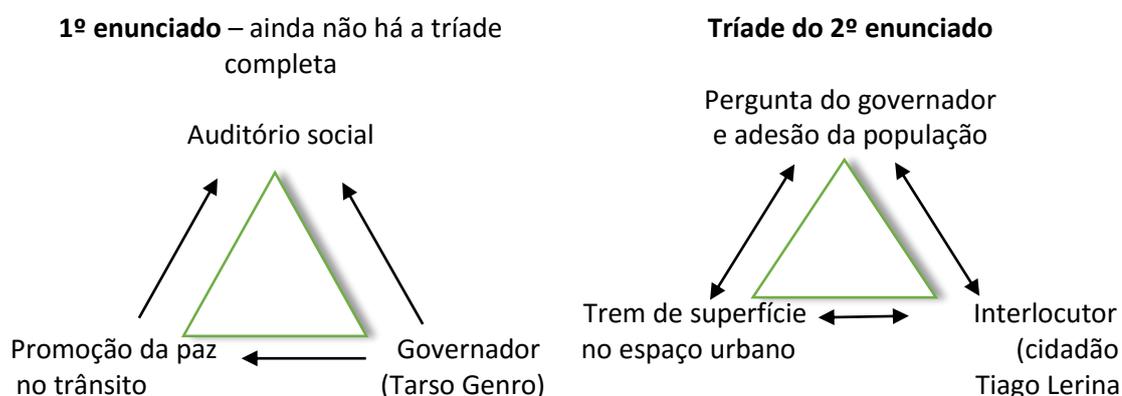


Fonte: Elaborada pela autora (2016)

Cada uma dessas tríades expõe os elementos que particularizam cada enunciado com sua conclusibilidade específica: quem fala, com quem fala, sobre o que fala e com que sentido fala. Neste caso, a quantidade de tríades identifica, também, o padrão da sequência enunciativa, definido nesta investigação como *longo*. Cada sequência enunciativa tem uma assinatura própria que pode ser revelada, também, pela quantidade de tríades posta em relação. Quanto maior for o número de tríades formadas em uma sequência enunciativa, mais robusta será a interação verbal on-line. Quanto mais robusto for o tecido da interação verbal on-line, mais efetivo é o *diálogo on-line* entre governo e cidadãos.

Nas sequências enunciativas das consultas públicas digitais sobre “Segurança no trânsito” e “Reforma política” identificam-se, somente, duas (02) tríades vivas do enunciado (ver APÊNDICES D e E). Na SEc da primeira sequência enunciativa da consulta sobre “Segurança no trânsito, encontraram-se, as seguintes tríades:

Figura 19 – Tríades vivas dos enunciados na SEc – consulta sobre “Segurança no trânsito”



Fonte: Elaborada pela autora (2016)

Esse padrão se repete em todas as sequências enunciativas das duas últimas consultas, alterando, em cada tríade, seu enunciador, seu interlocutor e o assunto de sua enunciação. Nele, só há uma tríade viva de enunciado em cada sequência enunciativa, ficando estável essa quantidade ao longo da interação verbal on-line. O que é relevante, nestes dois casos, é sobre o que cada autor fala no conjunto das sequências enunciativas, e não no interior de cada uma delas. Entretanto, este é apenas um dos aspectos a ser considerado. A questão norteadora sobre o *macronível* de conclusibilidade no interior da interação verbal on-line ainda precisa ser respondida: *que elemento revela o acabamento de uma sequência enunciativa?*

Ao observar a alternância de sujeitos enunciadores em uma sequência enunciativa particular, vê-se, pelo que está publicado, o momento [abstrato] em que o primeiro enunciador finaliza seu discurso/sua fala. Percebe-se o que Bakhtin (1979-2011, p. 280) chamou de “dixi conclusivo do falante”¹⁴⁷. O “dixi” sinaliza, ao próximo enunciador, que [ele] pode assumir a posição de falante e que o primeiro enunciador assumirá a posição de ouvinte. Da mesma maneira, enxerga-se este movimento quando, novamente, ouvinte e falante trocam de posição. Pode-se, então, apreender o instante de conclusibilidade específica de cada enunciado e da sequência enunciativa, conforme se demonstra no quadro a seguir.

¹⁴⁷ Emprega-se o termo “dixi” para o instante em que “o falante disse (ou escreveu) *tudo* o que quis dizer em dado momento ou sob dadas condições” (BAKHTIN, 1979-2011, p. 280).

Quadro 21 – *Micronível* e *macronível* de conclusibilidade da interação, na SEL1¹⁴⁸, consulta pública digital sobre “Atendimento na saúde pública”

<p>“Como podemos melhorar o atendimento na saúde pública?”</p> <p>Governador (PG)</p>	<p>► O “dixi” conclusivo do governador, no primeiro enunciado: o ponto de interrogação na única oração e a postagem do enunciado. Entendendo-o como <i>dixi1</i>.</p>
<p>“Gostaria que os hospitais do interior fossem dotados de mais recursos para dar mais atenção aos pacientes evitando lotação nos hospitais da capital”.</p> <p>Anelise Schena (CC)</p>	<p>► O “dixi” conclusivo da resposta/contribuição mais votada (matriz de opinião¹⁴⁹) e, portanto, da primeira interlocutora que aparece em tela, é o ponto final na única e a postagem do enunciado. Entendendo-o como <i>dixi2</i>.</p>
<p>“Estão previstas a adequação e ampliação dos Leitos Hospitalares de referência Regional, por meio da Ampliação dos Hospitais já existentes ou da construção de Hospitais Regionais, qualificando estes leitos e disponibilizando-os regionalmente, a fim de diminuir a concentração de encaminhamentos para a região metropolitana”.</p> <p>Governador (RG1)</p>	<p>► O “dixi” conclusivo da resposta/réplica do governador ao enunciado da primeira interlocutora que aparece em tela, é o ponto final na única oração e a postagem do enunciado. Entendendo-o como <i>dixi3</i>.</p>
<p>“Valorizar os hospitais filantrópicos de pequeno porte da Região do RS”.</p> <p>Juciana Carla Raimundi (QA1)</p>	<p>► O “dixi” conclusivo da resposta/contribuição da segunda interlocutora, que aparece em tela, é o ponto final na única oração e a postagem do enunciado. Entendendo-o como <i>dixi4</i>.</p>
<p>“Transformar Hospitais Filantrópicos e Religiosos que dependem mais de 70% de recursos Públicos em Hospitais Públicos Estaduais. com financiamento Tripartite (União, Estado, Município) com investimento, qualificação, e conselho gestor com participação do controle social”.</p> <p>Luiz Henrique de Castro Oliveira (QA2)</p>	<p>► O “dixi” conclusivo da resposta/contribuição do terceiro interlocutor, que aparece em tela, é o ponto final na única oração e a postagem do enunciado. Entendendo-o como <i>dixi5</i>.</p>

¹⁴⁸ Abreviaturas dos elementos da SEL1: **PG** = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa; **CC** = Primeira contribuição/resposta do cidadão; **RG1** = Primeira réplica/resposta do governador; **QA1** = Primeira questão/contribuição/resposta do cidadão agregada à primeira contribuição (CC); **QA2** = Segunda questão/contribuição/resposta do cidadão agregada à primeira contribuição (CC); **QA3** = Terceira questão/contribuição/resposta do cidadão agregada à primeira contribuição (CC); **RG2** = Segunda réplica/resposta do governador e **COM1** = Comentário final/tréplica do cidadão, na sequência enunciativa.

¹⁴⁹ “Matriz de opinião” é a designação da contribuição mais votada na consulta pública digital, que representa a valorização do assunto postado pela população que votou on-line. Ela é dada pelo projeto “All Our Ideas” (Cf. SALGANIK; LEVY, 2015), que processa e acolhe os dados do “Governador Pergunta”.

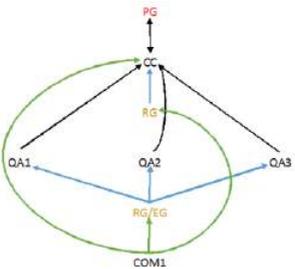
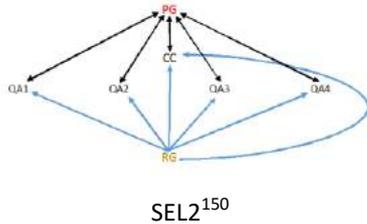
<p>“Valorizar os hospitais filantrópicos e de pequeno porte do interior RS”.</p> <p>Ani Flávia (QA3)</p>	<p>► O “dixi” conclusivo da resposta/contribuição da quarta interlocutora, que aparece em tela, é o ponto final na única oração e a postagem do enunciado. Entendendo-o como dixi6.</p>
<p>“Historicamente, os Hospitais Filantrópicos são responsáveis pela maior parte do atendimento hospitalar pelo SUS no Estado. Para garantir a manutenção desse atendimento, e melhorá-lo, o Governo do Estado vem trabalhando na qualificação da contratualização dos estabelecimentos, o que inclui, também, a fiscalização da prestação de contas e a avaliação da produção dos hospitais. Veja mais detalhes sobre estas ações na resposta sobre os hospitais, abaixo”.</p> <p>Governador (RG2)</p>	<p>► O “dixi” conclusivo da resposta/réplica do governador aos enunciados dos três últimos interlocutores, que aparece em tela, é o ponto final, na última oração, e a postagem do enunciado. Entendendo-o como dixi7.</p>
<p>“Apoio Anelise. De tempos para cá se fala muito em Humanização. Inclusive existe uma cláusula nos contratos dos Hospitais como obrigação a ser cumprida. Acredito que todo o Hospital Filantrópico deveria adotar as sistemáticas de Humanização e Acreditação Hospitalar como prioridade. Infelizmente, a preocupação atual destas entidades resume-se em não fechar suas portas. Os recursos repassados pelo Estado e União são capazes de cobrir as despesas operacionais, mas não sobram recursos para investimento e pagamento do Passivo. Assim, poucos Hospitais conseguem chegar a um nível tecnológico e de recursos humanos capazes de oferecer serviços de maior complexidade, evitando assim o deslocamento de seus munícipes para a Capital. Neste ano, o Estado está investindo em Hospitais através de financiamento de obras e aquisição de equipamentos com repasses fundo a fundo. Parabenizo esta iniciativa, mas somente ofereço uma crítica. Em relação ao custeio, deveria ocorrer o repasse mensal de todos os incentivos estaduais, pois as obrigações destes entidades são exigidas mensalmente,</p>	<p>► O “dixi” conclusivo da resposta/contribuição da quinta e última interlocutora, que aparece em tela, é o ponto final, na última oração, e a postagem do enunciado. Entendendo-o como dixi8.</p> <p>► O dixi8, neste caso, também marca a conclusibilidade específica da sequência enunciativa, ou o <i>macronível</i> de conclusibilidade no interior de uma interação verbal colaborativa.</p>

porém, o maior incentivo estadual é pago trimestralmente”.	
Danielle Reis de Freitas (COM1)	

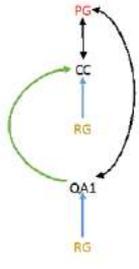
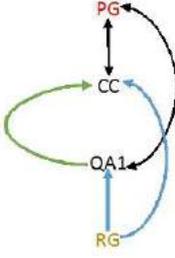
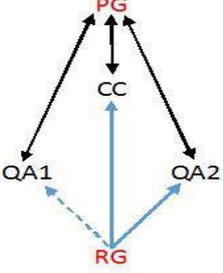
Fonte: Elaborado pela autora (2016)

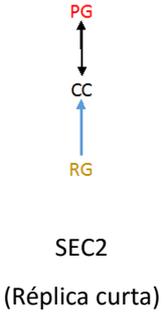
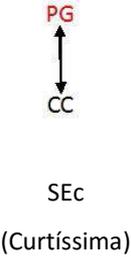
Como foi ilustrado no Quadro 21, é possível identificar os “dixi” em cada padrão de sequência enunciativa e estabelecer a relação entre sua quantidade em uma sequência enunciativa e a potencialidade ou limitação da interação verbal on-line, em dada consulta pública digital. A variabilidade quantitativa de “dixi”, nos padrões de sequência enunciativa, encontrados nas três consultas públicas digitais, é ilustrado no Quadro 22.

Quadro 22 – Variabilidade quantitativa de “dixi” nas três consultas públicas digitais, no “Governador Pergunta”

TIPO DE SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA	MICRONÍVEL DE CONCLUSIBILIDADE	MACRONÍVEL DE CONCLUSIBILIDADE
 <p>SEL1</p>	<p>08 “dixi”</p> <p>07 possibilidades do enunciador subsequente adotar uma atitude responsiva em relação ao enunciado precedente.</p>	<p>O dixi8 sinaliza a conclusibilidade específica da sequência enunciativa.</p>
 <p>SEL2¹⁵⁰</p>	<p>07 “dixi”</p> <p>06 possibilidades do enunciador subsequente adotar uma atitude responsiva em relação ao enunciado precedente.</p>	<p>O dixi7 sinaliza a conclusibilidade específica da sequência enunciativa.</p>

¹⁵⁰ O padrão SEL2 de sequência enunciativa pode ter o número de “dixi” ampliado, se houver uma quantidade maior de questões agridadas (QA) ao enunciado votado (matriz de opinião).

 <p>SEM1</p>	<p>05 “dixi”</p> <p>04 possibilidades do enunciador subsequente adotar uma atitude responsiva em relação ao enunciado precedente.</p>	<p>O <i>dixi5</i> sinaliza a conclusibilidade específica da sequência enunciativa.</p>
 <p>SEM2</p>	<p>04 “dixi”</p> <p>03 possibilidades do enunciador subsequente adotar uma atitude responsiva em relação ao enunciado precedente.</p>	<p>O <i>dixi4</i> sinaliza a conclusibilidade específica da sequência enunciativa.</p>
 <p>SEM3</p>	<p>05 “dixi”</p> <p>04 possibilidades do enunciador subsequente adotar uma atitude responsiva em relação ao enunciado precedente.</p>	<p>O <i>dixi5</i> sinaliza a conclusibilidade específica da sequência enunciativa.</p>
 <p>SEC1 (Réplica longa)</p>	<p>03 “dixi”</p> <p>02 possibilidades do enunciador subsequente adotar uma atitude responsiva em relação ao enunciado precedente.</p>	<p>O <i>dixi3</i> sinaliza a conclusibilidade específica da sequência enunciativa.</p>

 <p>SEC2 (Réplica curta)</p>	<p>03 “dixi”</p> <p>02 possibilidades do enunciador subsequente adotar uma atitude responsiva em relação ao enunciado precedente.</p>	<p>O dixi3 sinaliza a conclusibilidade específica da sequência enunciativa.</p>
 <p>SEc (Curtíssima)</p>	<p>02 “dixi”</p> <p>01 possibilidade do enunciador subsequente adotar uma atitude responsiva em relação ao enunciado precedente.</p>	<p>O dixi2 sinaliza a conclusibilidade específica da sequência enunciativa.</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

A partir da identificação dos “dixi”, no interior das sequências enunciativas e nas suas finalizações, pode-se visualizar quais as possibilidades de dada consulta pública digital gerar atitudes responsivas, típicas de relações dialógicas entre enunciados individuais que sustentam a interação verbal on-line. Além das relações de alteridade e de responsabilidade, o acabamento específico de cada enunciado revela, em si, até que ponto aquela sequência enunciativa possibilitou ou gerou uma tomada de posição em relação ao assunto discutido. Mas esses dois aspectos precisam ser complementados pela identificação das relações semântico-axiológicas entre tais enunciados, nesse movimento já marcado pela *alteridade-responsabilidade*, no interior (*intra*) de cada sequência enunciativa. Precisa-se entender a importância dessa fase expressiva, de entonação e valorização, em que é revelada, de forma mais espontânea, a vontade individual do cidadão, que pode se tornar uma “matriz de opinião” para uma tomada de decisão política. Por esse ângulo, pergunta-se: *Como o aspecto emotivo-valorativo aparece nas sequências enunciativas? O que o tom (forma de dizer) e o juízo de valor, contidos nos distintos enunciados, expõem o que pensa cada enunciador e sua relação com outro(s) enunciador(es)?*

5.3 VALORAÇÃO E ENTONAÇÃO EXPRESSIVA DO TEMA, EM CADA ENUNCIADO

Na relação semântico-axiológica, quando um enunciador escreve e posta, ao ler o que ele escreveu, e pertencendo ao mesmo cronótopo dele, seu interlocutor compreende sua *intenção* ou sua *vontade*. Ao responder, o interlocutor também expõe sua *intenção/vontade*. É nessa tensão entre *intenções/vontades*, expostas por meio das expressividades dos falantes, que se dá a relação entre o sentido e a posição valorativa que cada falante constrói sobre um *tema/objeto/assunto*, ou seja, uma luta discursiva para se chegar a uma articulação de vozes (BRANDÃO, 2005; PEREIRA; RODRIGUES, 2014).

Face a um tema e/ou a seus desdobramentos, seja em subtemas, tópicos ou assuntos, é possível identificar, em cada enunciado pertencente a uma sequência enunciativa, a posição valorativa e a entonação manifesta por cada enunciador/falante e, a partir dela, explicar como as relações semântico-axiológicas alteram ou mantêm o sentido deste tema, em dada interação verbal on-line. O que, mais tarde, terá o papel de distinguir, ou não, as consultas públicas digitais, caracterizando-as, ou não, como *diálogo on-line* entre governo e cidadãos.

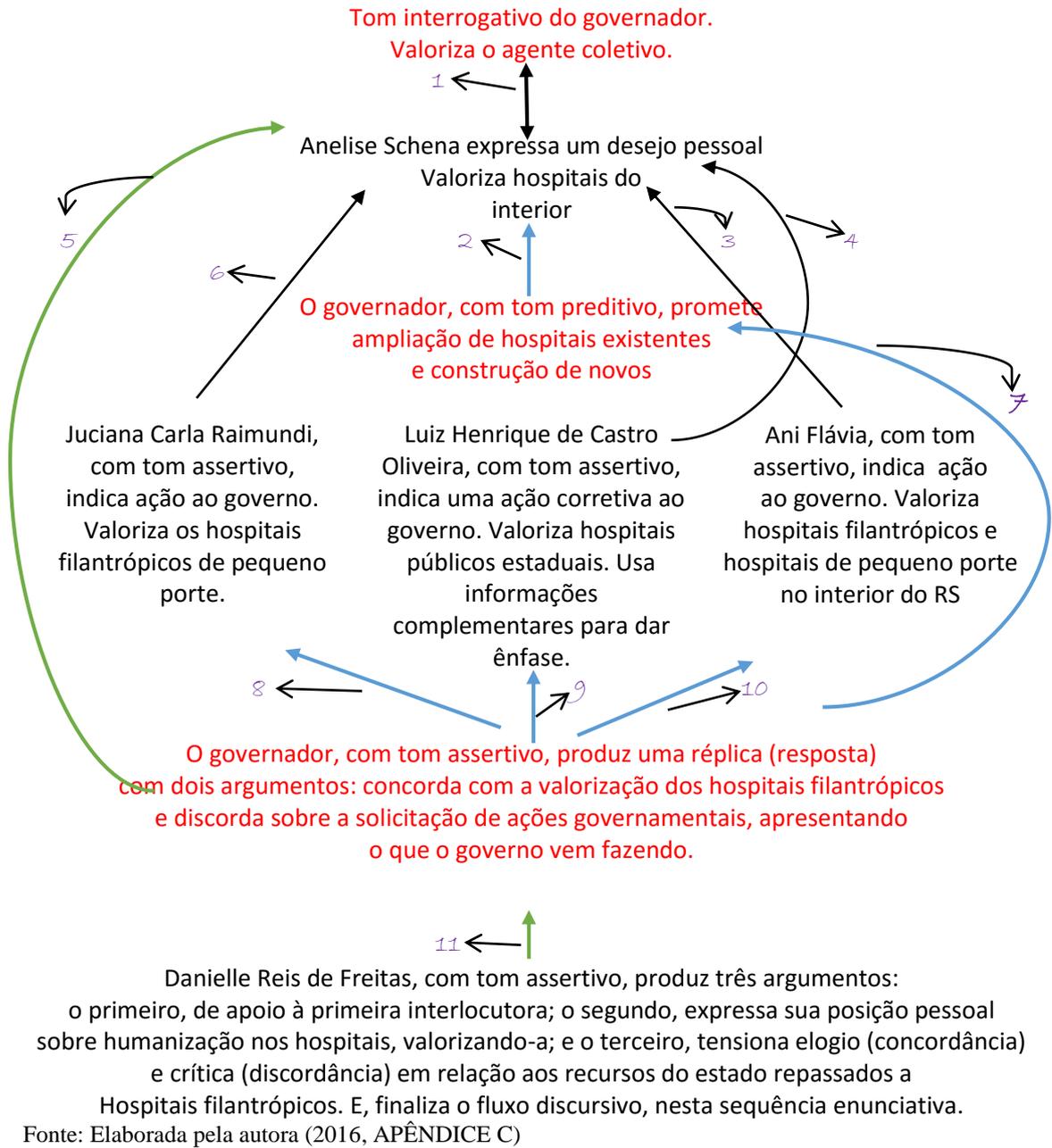
Os dados qualitativos sobre o *tom*, por meio do qual o enunciador escreve, e sobre a *avaliação* que ele constrói a respeito do *objeto/tema* da consulta pública digital, aparece no *corpus* por meio de recursos textuais (lexicais, morfológicos e sintáticos) que indicam a relação emocionalmente valorativa e contextualizada do enunciador com o tema/subtema/assunto, e deste com o outro enunciador, por meio do enunciado. A partir do que foi escrito e postado, seguindo a lógica de *alteridade-responsabilidade*, pôde-se identificar a variabilidade de produção de sentido, de negociação de sentido e do grau emotivo-valorativo contidos nas relações semântico-axiológicas formadas pelos sujeitos enunciadorees que participam das consultas públicas digitais.

Na consulta pública digital sobre “Atendimento na saúde pública”, nos sete padrões de sequência enunciativa, há distintas expressividades que revelam os diferentes *tons discursivos*. Cada enunciador revela sua própria relação emotivo-valorativa com o tema e utiliza a linguagem para estabelecer um contato sensível¹⁵¹ com o outro enunciador – seu interlocutor – negociando uma produção de significação coletiva sobre o tema, quando

¹⁵¹ No sentido de criar vínculos de identificação e empatia com outros participantes do diálogo.

possível. Ao observar a sequência enunciativa SEL1, notaram-se as seguintes relações semântico-axiológica (entre vários enunciadores):

Figura 20 – Relações semântico-axiológicas na SEL1 – consulta pública digital sobre “Atendimento na saúde pública”



Nesta sequência enunciativa, cada número corresponde a uma relação semântico-axiológica estabelecida a partir do momento em que há alternância de vozes. Na Figura 19, há uma descrição das relações entre o enunciador e seu objeto de discurso e entre cada

enunciador e o discurso do enunciador precedente. Ainda pode-se identificar essas relações da seguinte forma:

[Primeiro enunciador – SEL1 – subtema “Saúde na sua Região]

“Como podemos melhorar o atendimento na saúde pública?”

[A expressividade do enunciador é marcada pelo tom interrogativo de seu enunciado. Marca a posição de quem não formou uma ideia sobre o tema e que deseja fazê-lo. O tom interrogativo indica aos interlocutores presumidos que eles podem adotar uma atitude responsiva para com ele (primeiro enunciador). É um ajuste da *fala* para com os interlocutores presumidos].

[Interlocutora 1 – SEL1 – subtema “Saúde na sua Região]

“Gostaria que os hospitais do interior fossem dotados de mais recursos para dar mais atenção aos pacientes evitando lotação nos hospitais da capital”.

[A expressividade da enunciativa é marcada pelo tom assertivo de seu enunciado que, ao apresentar seu ponto de vista sobre o subtema, expõe o objeto que considera mais eficiente e estimula uma mudança na ação governamental (posição responsiva). Sua subjetividade está marcada, também, pela expressão de um desejo pessoal, o que identifica a veracidade da sua autorrepresentação. Ou seja, indica ao seu interlocutor, uma atitude sincera].

[Primeira resposta do governador (RG1) – SEL1 – subtema “Saúde na sua Região”]

“Estão previstas a adequação e ampliação dos Leitos Hospitalares de referência Regional, por meio da Ampliação dos Hospitais já existentes ou da construção de Hospitais Regionais, qualificando estes leitos e disponibilizando-os regionalmente, a fim de diminuir a concentração de encaminhamentos para a região metropolitana”.

[A expressividade do enunciador (governador) é marcado pelo tom assertivo institucional de seu enunciado, que promete uma ação governamental futura. Na relação com o discurso da cidadã gaúcha (postado), o governador tenta transmitir-lhe segurança e a ideia de que ele é responsável pelas ações objeto de seu discurso. A predição é própria de gêneros retóricos, natural ao campo político. Nela, o governador marca o que considera importante (hospitais já existentes e hospitais regionais), sem entrar na sua tipificação].

[Interlocutora 2 – SEL1 – subtema “Saúde na sua Região]

“Valorizar os hospitais filantrópicos de pequeno porte da Região do RS”.

[A expressividade da enunciativa é marcada pelo tom imperativo e enxuto (“seco”) de seu enunciado, sem qualquer emotividade, como se

fosse uma ordem. Valoriza os hospitais filantrópicos de pequeno porte ao torná-lo o único objeto de seu discurso. Esta forma de apresentação de um ponto de vista sugere, talvez, objetividade, ou pressa, ou o desinteresse em uma em uma réplica, parando, assim, o fluxo discursivo].

[Interlocutor 3 – SEL1 – subtema “Saúde na sua Região]

“Transformar Hospitais Filantrópicos e Religiosos que dependem mais de 70% de recursos Públicos em Hospitais Públicos Estaduais. com financiamento Tripartite (União, Estado, Município) com investimento, qualificação, e conselho gestor com participação do controle social”.

[A expressividade do enunciador é marcada pelo tom imperativo de seu enunciado, como uma ordem. Valoriza os hospitais públicos estaduais, trazendo-os para o primeiro plano de sua *fala*. Mesmo usando esse *tom*, na relação que estabelece com a pergunta do governador, ele solicita, como resposta, uma ação governamental. Tal solicitação, possibilita uma réplica do governo, mesmo que seja apenas no nível discursivo].

[Interlocutora 4 – SEL1 – subtema “Saúde na sua Região]

“Valorizar os hospitais filantrópicos e de pequeno porte do interior RS”.

[A expressividade da enunciativa é marcada pelo tom imperativo e enxuto (“seco”) de seu enunciado, sem qualquer emotividade, como se fosse uma ordem. Valoriza tanto os hospitais filantrópicos, quanto os de pequeno porte, ao torná-los objetos de seu discurso. Esta forma de apresentação de um ponto de vista sugere, talvez, objetividade, ou pressa, ou o desinteresse em uma em uma réplica, parando, assim, o fluxo discursivo].

[Segunda resposta do governador (RG2) – SEL1 – subtema “Saúde na sua Região”

“Historicamente, os Hospitais Filantrópicos são responsáveis pela maior parte do atendimento hospitalar pelo SUS no Estado. Para garantir a manutenção desse atendimento, e melhorá-lo, o Governo do Estado vem trabalhando na qualificação da contratualização dos estabelecimentos, o que inclui, também, a fiscalização da prestação de contas e a avaliação da produção dos hospitais. Veja mais detalhes sobre estas ações na resposta sobre os hospitais, abaixo”.

[A expressividade do enunciador (governador) é marcada pelo tom explicativo (institucional e impessoal) de seu enunciado. Na relação com os discursos dos cidadãos gaúchos (postados), o governador relembra uma construção simbólica coletiva mantida historicamente pela cultura gaúcha (os hospitais filantrópicos), apoiando o sentido de enunciados precedentes. Mas, esclarece seus interlocutores sobre conteúdos não abordados por eles (a qualificação da contratualização), preenchendo lacunas para a produção de sentido coletiva. Desta forma, valoriza tanto os hospitais filantrópicos, lembrado pelas interlocutoras, quanto a necessidade de qualificação da contratualização (com suas derivações), ao torná-los objeto de seu discurso. Sua posição responsiva é

consequência do que foi expresso nos enunciados precedentes e é, ainda, uma abertura para outra atitude responsiva, *a posteriori*].

[Interlocutora 5 – última da SEL1– subtema “Saúde na sua Região”]

“Apoio Anelise. De tempos para cá se fala muito em Humanização. Inclusive existe uma cláusula nos contratos de Hospitais como obrigação a ser cumprida. Acredito que todo o Hospital Filantrópico deveria adotar as sistemáticas de Humanização e Acreditação Hospitalar como prioridade. Infelizmente, a preocupação atual destas entidades resume-se em não fechar suas portas. Os recursos repassados pelo Estado e União são capazes de cobrir as despesas operacionais, mas não sobram recursos para investimento e pagamento do Passivo. Assim, poucos Hospitais conseguem chegar a um nível tecnológico e de recursos humanos capazes de oferecer serviços de maior complexidade, evitando assim o deslocamento de seus municípios para a Capital. Neste ano, o Estado está investindo em Hospitais através de financiamento de obras e aquisição de equipamentos com repasses fundo a fundo. Parabéns esta iniciativa, mas somente ofereço uma crítica. Em relação ao custeio, deveria ocorrer o repasse mensal de todos os incentivos estaduais, pois as obrigações destas entidades são exigidas mensalmente, porém, o maior incentivo estadual é pago trimestralmente”.

[A expressividade da enunciadora é marcada pelos tons assertivo e crítico. Eles traduzem estímulo às ações governamentais, assim como, sua aprovação e reprovação a respeito das ações governamentais; revelam uma experiência na área de saúde (exteriorizada pelas palavras *Humanização e Acreditação Hospitalar*, municípios, *repasses fundo a fundo*, por exemplo) e uma sinceridade (exteriorizada pelos modos verbais *apoio*, *acredito*, e pela expressão *infelizmente*), o que dá à posição responsiva (para com os enunciados antecedentes) um colorido emotivo-valorativo, marcando a subjetividade de sua *fala*. Sua forma de apresentação e de apreciação de múltiplos assuntos marca a complexidade da sua construção enunciativa. Ela é uma “matriz de opinião” rica.]

Nesta sequência enunciativa, há uma série de tensionamentos semântico-axiológicos. Diferentes tons de fala (assertivo, imperativo, explicativo, crítico, institucional, pessoal), diferentes objetos/assuntos valorados sobre o *tema* (e seus subtemas). Eles estão presentes, tanto nesta sequência enunciativa, quanto em outras sequências enunciativas e no *todo* da consulta pública digital sobre “Atendimento na saúde pública. O padrão SEL1 só é encontrado uma única vez nesta consulta pública digital. O que chama a atenção, nele, é que as últimas posições ativamente responsivas foram mais ricas do que as primeiras. Elas apresentaram um *colorido emotivo-valorativo*, o que indica uma manifestação mais intensa da subjetividade dos enunciadores, a objetivação (para *outrem*) de sua vontade particular. Se esta sequência enunciativa não tivesse um

acabamento, ela exporia, cada vez mais, as vontades subjetivas dos cidadãos e produziria uma orientação mais segura à produção de decisão política, e esta estaria mais próxima ao interesse geral da população gaúcha. Entretanto, não é esse tipo de sequência enunciativa que predominou na referida consulta pública digital. Os padrões SEL2, SEM1, SEM2, SEM3, SEC1 e SEC2 são encontrados mais de uma vez. A quantidade de padrões SEC é maior do que a quantidade de padrões SEM, e a quantidade de padrões SEM é maior do que os padrões SEL. Há uma desproporção entre quantidade e qualidade das relações dialógicas entre enunciados individuais, nesta consulta pública digital, o que poderia comprometer a qualidade do diálogo on-line entre governo e cidadãos. A quantidade de padrões SEC tenta compensar essa desproporção e manter a qualidade desse tipo de diálogo.

Ao observar isoladamente cada sequência enunciativa, percebe-se que, quanto mais curta for a sequência enunciativa, mais pobre é a tensão semântico-axiológicas, diminuindo o *colorido emotivo-valorativo*, ou seja, a espontaneidade do discurso. Porém, ao se observar o *todo* da consulta pública digital sobre “Atendimento na saúde pública”, o encurtamento das sequências é recompensado pela quantidade de vezes em que um mesmo padrão pode ser produzido, alterando a forma como as relações semântico-axiológicas são compostas (APÊNDICE C). Por exemplo, o padrão SEL2 apresenta-se em duas sequências enunciativas, mas cada uma manifesta sua própria forma ao estabelecer as relações semântico-axiológicas entre enunciados individuais – cada enunciativo expressa em tom próprio um assunto que eleger como valoroso¹⁵² sobre o tema pautado na consulta. Dessa forma, o mesmo padrão SEL2 produz distintas relações semântico-axiológicas próprias das relações dialógicas entre enunciados individuais. As articulações de vozes que se expressam são materializadas por caminhos diferentes. Ao se considerar a quantidade de sequências enunciativas por padrão encontrado, identifica-se a quantidade de relações semântico-axiológicas possíveis produzidas pelo contato entre os enunciados, representando a capacidade de enriquecimento na produção e negociação de sentido sobre um tema, e que podem ser visualizadas, nesta tese, pelos números nas setas, no esquema gráfico apresentado, no APÊNDICE C, representado na Figura 17.

¹⁵² Do ponto de vista bakhtiniano, que tem valor para si (o enunciativo) e para seu projeto enunciativo.

Pelos dados reunidos no APÊNDICE C, chega-se a uma noção das relações semântico-axiológicas contidas no *corpus* extraído da primeira consulta pública digital, realizada no “Governador Pergunta”, como se ilustra no quadro a seguir.

Quadro 23 - Quantidade de relações semântico-axiológicas possíveis, em cada tipo de sequência enunciativa, na consulta pública digital sobre “Atendimento na saúde pública”

QUANT.	TIPO (PADRÃO) DE SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA ¹⁵³	QUANTIDADE DE RELAÇÕES SEMÂNTICO-AXIOLÓGICAS POSSÍVEIS
01	SEL1	11
02	SEL2	32 ¹⁵⁴
02	SEM1	10
04	SEM2	16
04	SEM3	24
14	SEC1	28
22	SEC2	44

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Já na consulta pública digital sobre “Segurança no trânsito”, encontrou-se apenas um padrão de sequência enunciativa (PG ↔ CC), que se repetiu nas dez (10) sequências enunciativas oriundas das dez contribuições acatadas pelo governo (ver Quadro 14). Com esse padrão invariável, escolheu-se então, como dito anteriormente, duas sequências enunciativas representativas do *corpus* de análise desta consulta, que se diferenciavam pelo grau de polifonia. Uma tinha como respondente um cidadão e a outra, um grupo de pessoas representantes da sociedade gaúcha. Nas duas sequências enunciativas, há apenas uma relação semântico-axiológica construída a partir de seu(s) enunciador(es) respondente(s). Elas são distintas, não só pelo objeto do discurso, ou pela relação do enunciador com esse objeto, mas pela polifonia nela contida. Na sequência enunciativa 1,

¹⁵³ O *corpus* da análise foi composto, neste caso, das sequências enunciativas mais votadas, de cada padrão, totalizando sete (07).

¹⁵⁴ No padrão SEL2, há duas sequências enunciativas com quantidade distintas de participantes. Por isso, cada uma tece diferentes quantidades de relações semântico-axiológicas. A primeira, parte do *corpus* desta investigação, tece onze (11) relações semântico-axiológicas na interação de um enunciador com o(s) outro(s), já a segunda SEL2, como o número de cidadãos que produzem questões agregadas sobe de 04 para 14, sobem para 21 as relações semântico-axiológicas tecidas pelos interlocutores.

quem responde é um cidadão, cujo objeto de discurso expressa uma vontade particular. Já na quarta sequência enunciativa 4, a resposta é uma síntese de várias vontades particulares ou, na pior das hipóteses, é a vontade de um ou de poucos apresentada em nome de um grupo. O grau de polifonia é maior na sequência 4 e em outras sequências enunciativas que foram construídas por um grupo.

Em qualquer dos casos citados, não há relações semântico-axiológicas (plural) da forma como as apresentadas em cada sequência enunciativa da primeira consulta pública digital. Com apenas dois enunciadores, só existe uma relação semântico-axiológica: a que se desenvolve a partir do enunciador respondente, como se demonstra a seguir:

Quadro 24 – Relação semântico-axiológica nas sequências enunciativas 1 e 4, com padrão SEc – consulta pública digital sobre “Segurança no trânsito”

SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA 1 (um único enunciador)	SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA 2 (enunciador coletivo)
<p style="text-align: center;">Tom interrogativo do governador. Valoriza o agente coletivo.</p> <p style="text-align: center;">↕</p> <p style="text-align: center;">O cidadão, Tiago Lerina, com tom assertivo, sugere <i>uma ação</i>, que considera ser valorosa, ao governador.</p>	<p style="text-align: center;">Tom interrogativo do governador. Valoriza o agente coletivo.</p> <p style="text-align: center;">↕</p> <p style="text-align: center;">Um grupo de cidadãos, com tom assertivo, sugere <i>uma ação</i>, que considera valorosa, ao governador</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Neste caso, é o respondente (sendo singular ou coletivo) que apresenta um juízo de valor sobre o tema; é quem expõe seu ponto de vista ao outro de uma forma particular, sem que o outro lhe ofereça uma réplica ou qualquer sinal de compreensibilidade e de responsividade. A entonação e a valoração, neste segundo exemplo, são elementos que só podem ser revelados por um dos sujeitos da interação verbal on-line. É invariável a forma como a relação semântico-axiológica é tecida, ou seja, o caminho é o mesmo para articular as vozes do governo e do cidadão.

Na terceira consulta pública digital encontrou-se o mesmo padrão de sequência enunciativa (PG ↔ CC) da segunda consulta, que, também, se repetiu nas dez (10) sequências enunciativas/contribuições acatadas pelo governo (ver Quadro 14, no capítulo anterior). Com esse único padrão, escolheu-se apenas a sequência enunciativa que continha a contribuição mais votada pela população. Assim, a sequência enunciativa 1 ilustra a

relação *pergunta-resposta* constituída pela segunda questão da consulta sobre “Reforma política”. A forma como se estabelece a relação semântico-axiológica é a mesma nas dez sequências enunciativas que, em si, são curtas e mantêm a produção de sentido e a posição valorativa do tema apenas em um dos polos: a do cidadão (Figura 21). O único elemento que varia nessa consulta pública digital é o objeto de discurso dos respondentes.

Figura 21 – Relação semântico-axiológica na sequência enunciativa 1, com padrão SEc – consulta pública digital sobre “Reforma política”



Fonte: Elaborada pela autora (2016)

A sequência enunciativa 1, padrão SEc, da consulta pública digital sobre “Reforma política”, possui os seguintes enunciados:

Pergunta do governador – “Na sua opinião, quais devem ser as prioridades da reforma política?”

Resposta do cidadão/cidadã – “Fim do voto secreto no Congresso Nacional e demais instâncias legislativas” (GABINETE DIGITAL, 2013b).

Há diferenças significativas entre as sequências enunciativas das três consultas públicas digitais, não só pela extensão da alteridade, como também pela relação entre compreender, aceitar e responder o enunciado antecedente e pelo peso do aspecto emotivo-valorativo na interação verbal on-line. Se há diferença quantitativa e qualitativa entre as sequências enunciativas, que é o núcleo discursivo de cada interação verbal on-line, a construção discursiva racional poderá ser afetada, de tal forma que, respeite-se, ou não, o interesse geral da população. Contudo, é necessário, ainda, identificar, na relação exterior-interior das sequências enunciativas, a materialização da racionalidade comunicativa, como condição interna da interação, e, fora dela, as condições para que ela se efetive na arquitetura discursiva do espaço “Governador Pergunta”.

5.4 CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA DA RACIONALIDADE COMUNICATIVA: ASPECTO EXTERIOR AO NÚCLEO DISCURSIVO

Racionalidade comunicativa é um dos princípios *ideais* habermasianos para se caracterizar processos deliberativos face a face, em espaços públicos. Para adaptar a construção habermasiana ao estudo de deliberações on-line, Ângela Marques (2011) desenhou uma prática metodológica para este tipo de estudo que, aqui, toma-se emprestado como referência para a elaboração metodológica de coleta de dados qualitativa própria.

Para abordar qualitativamente os processos deliberativos on-line, Marques (2011, p. 36-37) considera três aspectos: a natureza e a organização dinâmica das trocas comunicativas on-line, os vínculos de sociabilidade entre os parceiros e as características dos dispositivos técnicos. Além desses aspectos, a autora afirma:

O estudo do engajamento discursivo na rede não pode ser reduzido unicamente à investigação da troca argumentativa. É preciso sobretudo observar as situações e os contextos nos quais essa troca se produz, assim como a construção, por meio de debate, das regras às quais os interlocutores se submetem (MARQUES, 2011, p. 36-37).

Para analisar o processo de deliberação on-line, Marques (2011) define duas dimensões das interações comunicativas: a) a afetivo-política das conversações e b) a discussão política e deliberativa. Em relação à primeira dimensão, acredita-se que ela pode ser revelada pelas relações dialógicas semântico-axiológicas explicitadas anteriormente, e que têm como base a orientação bakhtiniana. Já a segunda dimensão ajuda a desenhar os aspectos que serão revelados nesta seção secundária. Nessa lógica, considera-se, em parte, os operadores analíticos deliberativos desenvolvidos por Marques expostos no quadro a seguir.

Quadro 25 – Síntese dos operadores analíticos deliberativos

Princípios	Operacionalização
Discussão crítico-racional	<i>Fazer uma análise de conteúdo de todas as mensagens: mapear afirmações e respostas acompanhadas de justificativas; definir as evidências e fontes que fundamentam as razões apresentadas (incluir também o uso da narrativa e do testemunho). O desacordo pode ser</i>

	avaliado a partir da identificação de refutações e opiniões contrárias. A <i>coerência e a continuidade</i> podem ser avaliadas a partir do momento em que o pesquisador ordena, em fios de discussão ¹⁵⁵ , as mensagens postadas.
Reciprocidade	Ver a <i>alternância de turnos de fala</i> entre os participantes (quem responde a quem: os participantes respondem somente a um interlocutor? Em que medida uma mensagem leva em consideração argumentos e opiniões de uma mensagem precedente? Notar se os participantes estão se engajando uns com os outros ou se estão simplesmente se dedicando a monólogos nos quais os parceiros não respondem (indicada análise de conteúdo).
Reflexividade	Verificar se os participantes utilizam <i>evidências para sustentar um argumento ou desafiar outros</i> , o que indica que tiveram tempo de conhecer, avaliar, refletir e de contrapor a visão oposta à sua. Os participantes demonstram interesse em considerar e entender outras perspectivas (análise de conteúdo). Para saber se os participantes mudaram de opinião ou revisaram seus argumentos à luz do que foi dito no debate é indicada a realização de entrevista.
Igualdade discursiva	Verificar se há <i>equilíbrio entre a quantidade de mensagens de cada participante</i> . Observar se existem mensagens que degradam ou negligenciam um participante e/ou os argumentos por ele apresentados. Verificar se os participantes trocam razões e oferecem <i>evidências baseadas em narrativas pessoais</i> , que se constituem como modo de comunicação e busca do entendimento alternativo à racionalidade.
Liberdade discursiva	Perceber e verificar se os <i>dispositivos técnicos, a arquitetura discursiva</i> dos espaços online e/ou a <i>presença de um moderador</i> constroem as manifestações e interações dos participantes. Existem arquiteturas discursivas mais favoráveis ao debate e outras menos favoráveis.

Fonte: Marques (2011, p. 35, grifo da autora)

¹⁵⁵ Para Marques (2011, p. 27), “os fios de discussão (ou *threads*) designam as diferentes discussões que se desdobram em um mesmo fórum ou espaço virtual de conversação, sendo que cada uma foi iniciada quando um participante posta uma mensagem inicial. Todo fio de discussão deve ter uma forte coerência temática”. Nesta pesquisa, como o objeto empírico são três consultas públicas digitais, utiliza-se a categoria *sequência enunciativa* para diferentes trocas comunicativas contidas em dada consulta que é iniciada quando o primeiro cidadão responde/posta contribuição no espaço enunciativo digital.

Acontece que o objeto empírico desta investigação não é a interação comunicativa de uma deliberação on-line que ocorre no “novo” espaço público, e sim, a interação verbal on-line de três consultas públicas digitais que ocorrem em espaço governamental digital. Esta distinção exige uma adaptação metodológica.

Considerando o *diálogo on-line* entre governo e cidadão um processo da cultura democrática que, naturalmente, deve orientar-se pelo uso da razão, desenhou-se as seguintes condições que deveriam existir no espaço “Governador Pergunta” para que a racionalidade comunicativa se materializasse nos processos de trocas enunciativas on-line, em consulta pública digital: a) *razões próprias* explícitas, tanto do governo quanto dos cidadãos, para *dizerem o que e como dizem* sobre o assunto abordado em seu enunciado, fundamentando seu ponto de vista com dados, “fato concreto, comparação, exemplo (real, ficcional ou hipotético), experiência pessoal¹⁵⁶ ou histórias de outras fontes que podem ser verificadas (jornais, sites, artigos, citações livros ou *experts*)”(MARQUES, 2011, p.30-31); b) *organização metodológica* da interação verbal on-line, nas consultas públicas digitais em análise, exposta no dispositivo técnico e na arquitetura discursiva do “Governador Pergunta”, que impactam, ou não, a igualdade e a liberdade discursiva dos participantes; c) *organização temática* de cada consulta pública digital, com vistas à construção de uma lógica discursiva particular, negociada ou não, pelos parceiros de interação; d) *normas/regras* que devem ser obedecidas durante o processo de produção colaborativa, de tal forma que determinem os papéis dos participantes (moderador, contribuinte, editor, etc.), os modos [normativos] de censura, a paridade argumentativa, a exposição dos enunciados, etc.; e, e) *transparência e publicidade* de todos os enunciados postados e das regras de participação postadas no espaço digital destinado às consultas públicas digitais.

Da matriz operadora de Marques (2011), deixa-se de fora a identificação do princípio de reflexividade, pelo tempo destinado à pesquisa e pelo tipo de objeto empírico que se tem para análise. Inexistia tempo hábil para entrevistar os participantes das consultas públicas digitais, já que o doutorado interinstitucional tem prazo restrito para sua finalização e a pesquisa já tinha uma complexidade significativa. Outro aspecto é a característica de uma consulta pública digital: não tem função decisória como uma deliberação. Ela um mecanismo de auxílio para tomada de decisões políticas, por parte do

¹⁵⁶ As experiências pessoais, segundo Marques (2011, p. 31), podem ser reveladas por narrativas ou testemunhos, que podem ser uma “forma de criar vínculos de identificação e empatia com outros participantes [...]”.

governo, e um mecanismo de influência popular na produção dessas decisões, de caráter complementar, que é realizado via internet. Dentro dessa limitação, observou-se os itens anteriormente desenhados.

Sobre a alínea a: identificou-se que o governo apresenta, seja no formato de relatório, seja uma explicação na tela do *site* “Gabinete Digital”, as razões para auscultar a população gaúcha sobre “Atendimento na saúde pública”, “Segurança no trânsito” e “Reforma política”. No relatório sobre a consulta pública digital – “Atendimento na saúde pública” –, o governo expõe sua razão para realizá-la:

A saúde desponta *em diversas pesquisas de opinião*, como um dos temas que mais preocupam os gaúchos e gaúchas. Sabemos das inúmeras dificuldades que os governos brasileiros, em todos os níveis, têm encontrado na implementação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Sabemos também que o tema do financiamento da saúde é decisivo, mas seria equivocado reduzir o problema a uma questão exclusivamente orçamentária. Há um amplo conjunto de questões que podem, e devem, ser debatidas pelos usuários do sistema de saúde, fornecendo aos gestores públicos subsídios para a tomada de decisões capazes de melhorar significativamente o atendimento à população.

É certo que todo governo segue uma determinada orientação, originada em um programa de governo aprovados pelas urnas. Entretanto, isso não impede que os governos façam – e é isso que propomos – uma permanente atualização de suas estratégias e políticas públicas, *recolhendo da cidadania sínteses capazes de orientar ações e procedimentos decisivos para o funcionamento de um sistema* tão complexo quanto o da saúde (GABINETE DIGITAL, 2011a, p. 3, grifo nosso).

Há, nos dois grifos anteriores, a explanação, pela voz do Secretário Estadual de Saúde, Ciro Simoni, da razão própria do Estado para interpelar a população sobre o tema escolhido pelo governo. No outro polo da consulta pública digital, os cidadãos têm suas razões (próprias) para *dizerem o que e como dizem* sobre o atendimento na saúde pública no Rio Grande do Sul e, dentro desse tema, sobre assuntos/tópicos relacionados aos seus cinco subtemas: cuidado integral, saúde da família, urgência e emergência, acesso a medicamentos e saúde na sua região (Figura 10). No *corpus* referente à consulta pública digital sobre “Atendimento na saúde pública”, encontram-se algumas fundamentações para as contribuições mais votadas dos cidadãos, para as réplicas do governador e para a única tréplica da cidadã (ver completo no APÊNDICE C). Na SEL1, por exemplo, encontrou-se, os seguintes dados:

[Interlocutora 1 – SEL1 – subtema “Saúde na sua Região]

“Gostaria que os hospitais do interior fossem dotados de mais recursos para dar mais atenção aos pacientes evitando lotação nos hospitais da capital”. **[Razão para sugerir o que sugere]**

[Primeira resposta do governador (RG1) – SEL1 – subtema “Saúde na sua Região”

“Estão previstas a adequação e ampliação dos Leitos Hospitalares de referência Regional, por meio da Ampliação dos Hospitais já existentes ou da construção de Hospitais Regionais, qualificando estes leitos e disponibilizando-os regionalmente, a fim de diminuir a concentração de encaminhamentos para a região metropolitana”. **[Razão da ação futura]**

[Interlocutor 3 – SEL1 – subtema “Saúde na sua Região]

“Transformar Hospitais Filantrópicos e Religiosos que dependem mais de 70% de recursos Públicos **[Razão da sugestão]** em Hospitais Públicos Estaduais. com financiamento Tripartite (União, Estado, Município) com investimento, qualificação, e conselho gestor com participação do controle social”.¹⁵⁷

[Segunda resposta do governador (RG2) – SEL1 – subtema “Saúde na sua Região”

“Historicamente, os Hospitais Filantrópicos são responsáveis pela maior parte do atendimento hospitalar pelo SUS no Estado. **[Razão para explicar, a seguir, o que faz]** Para garantir a manutenção desse atendimento, e melhorá-lo, o Governo do Estado vem trabalhando na qualificação da contratualização dos estabelecimentos, o que inclui, também, a fiscalização da prestação de contas e a avaliação da produção dos hospitais. Veja mais detalhes sobre estas ações na resposta sobre os hospitais, abaixo”.

[Interlocutora 5 – última da SEL1– subtema “Saúde na sua Região”]

“Apoio Anelise. De tempos para cá se fala muito em Humanização. Inclusive existe uma cláusula nos contratos de Hospitais como obrigação a ser cumprida. **[Razão para solicitar correção de ação normativa]** Acredito que todo o Hospital Filantrópico deveria adotar as sistemáticas de Humanização e Acreditação Hospitalar como prioridade. Infelizmente, a preocupação atual destas entidades resume-se em não fechar suas portas. Os recursos repassados pelo Estado e União são capazes de cobrir as despesas operacionais, mas não sobram recursos para investimento e pagamento do Passivo. **[Razão para dizer o que diz em seguida]** Assim, poucos Hospitais conseguem chegar a um nível tecnológico e de recursos humanos capazes de oferecer serviços de maior

¹⁵⁷ Os enunciados foram mantidos exatamente como aparecem no relatório do “Gabinete Digital”, com seus erros ortográficos e gramaticais.

complexidade, evitando assim o deslocamento de seus munícipes para a Capital. Neste ano, o Estado está investindo em Hospitais através de financiamento de obras e aquisição de equipamentos com repasses fundo a fundo. **[Razão para o elogio, para a crítica e para a sugestão]** Parabenizo esta iniciativa, mas somente ofereço uma crítica. Em relação ao custeio, deveria ocorrer o repasse mensal de todos os incentivos estaduais, pois as obrigações destas entidades são exigidas mensalmente, porém, o maior incentivo estadual é pago trimestralmente”.

Os enunciados anteriores apresentam uma ou mais razões para *dizerem o que e como dizem* sobre o assunto abordado em cada enunciado. Entretanto, essa mesma sequência enunciativa contém enunciados sem qualquer fundamentação para o que dizem.

[Interlocutora 2 – SEL1 – subtema “Saúde na sua Região”]

“Valorizar os hospitais filantrópicos de pequeno porte da Região do RS”.
[A cidadã não apresenta a fundamentação para sua contribuição].

[Interlocutora 4 – SEL1 – subtema “Saúde na sua Região”]

“Valorizar os hospitais filantrópicos e de pequeno porte do interior RS”.
[A cidadã não apresenta a fundamentação para sua contribuição].

Na mesma sequência enunciativa, existem enunciados com fundamentações ou evidências daquilo que falam e enunciados desprovidos de qualquer fundamentação ou evidência, indicando que alguns enunciados tem força argumentativa e outros não. No interior das sete (07) sequências enunciativas da consulta pública digital sobre “Atendimento na saúde pública”, identificou-se, na maioria dos enunciados, a expressão das razões que os sustentam (no APÊNDICE C), pelo menos na perspectiva do cidadão.

Infelizmente, nas consultas públicas digitais sobre “Segurança no trânsito” e “Reforma política”, não existem, nos enunciados postados, argumentos potencialmente aceitáveis por todos, capazes de serem justificados. Inexiste nelas qualquer fato revelado, exemplo concreto, experiência pessoal narrada ou história de outra fonte que fundamentem os enunciados dos cidadãos ou dos grupos de cidadãos, ao proporem algo.

Sobre a alínea b: pode-se afirmar que o “Governador Pergunta” adotou *wiki-survey* como instrumento de coleta de dados quantitativos e qualitativos, conforme descrito no segundo capítulo, em 3.4.1.1. O espaço enunciativo “Governador Pergunta” abrigou-se no projeto “*All Our Ideas*”, que utiliza pesquisa *wiki* para estimar a “matriz de opinião” dos cidadãos sobre cada tema pré-determinado pelo governo. Esta metodologia gera uma

quantidade razoável de contribuições que, depois, são colocadas, duas a duas, para votação on-line. A partir da votação, o sistema de processamento do projeto gera várias “matrizes de opinião” para que o governo possa utilizá-las como orientadoras para produção de decisão política. Como usa código aberto, a equipe do “Gabinete Digital” pôde ampliar a metodologia, como o fez na aplicação da primeira consulta, acrescentando um momento de debate presencial, após obter as contribuições mais votadas por método simples de pontuação estimada (SALGANIL; LEVY, 2015).

Ao adotar, nas duas outras consultas públicas digitais, apenas a metodologia *wiki-survey* ou “inquérito *wiki* por pares” (do projeto “*All Our Ideas*”), a equipe do “Gabinete Digital” limitou a capacidade de interação verbal on-line do próprio “Governador Pergunta”, mantendo-se em uma baliza funcionalista que, ora mensura quantitativamente as respostas particulares dos entrevistados, ora oferece a eles respostas prontas para sua escolha. Os próprios autores do projeto “*All Our Ideas*” observaram as limitações desse tipo de instrumento.

One next step for improving our understanding of the measurement properties of pairwise wiki surveys would be additional studies to assess the consistency and validity of responses. Consistency could be assessed by measuring the extent to which respondents provide identical responses to the same pair and provide transitive responses to a series of pairs. Assessing validity would be more difficult, however, because wiki surveys tend to measure subjective states, such as attitudes, for which gold-standard measures rarely exist.

Despite the inherent difficulty of validating measures of subjective states, there are several approaches that could lead to increased confidence in the validity of pairwise wiki surveys. First, studies could be done to assess discriminant validity by measuring the extent to which groups of respondents who are thought to have different preferences produce different wiki survey results. Second, construct validity could be assessed by measuring the extent to which responses for items that we believe to be similar are in fact similar. Third, studies could assess predictive validity by measuring the ability of results from pairwise wiki surveys to predict the future behavior of respondents. Finally, the results of pairwise wiki surveys could be compared to data collected through other quantitative and qualitative methodologies¹⁵⁸ (SALGANIL; LEVY, 2015, p. 7).

¹⁵⁸ Um próximo passo para melhorar a nossa compreensão das propriedades mensuráveis da pesquisa wiki de contribuições emparelhadas poderia adicionar outros estudos adicionais para avaliar a consistência e a validade das respostas. A consistência pode ser avaliada medindo a extensão em que os respondentes proporcionam respostas idênticas para o mesmo par e fornecer respostas provisórias para uma série de pares. Já a avaliação da validade seria mais difícil, porque as pesquisas wiki tendem a medir estados subjetivos, tais como atitudes, para as quais, raramente, existem medidas-padrão.

Para Salganil e Levy (2015, p. 7), é necessário aperfeiçoar a metodologia de inquérito *wiki* por pares, avaliando a consistência das respostas idênticas, no mesmo par de votação, e a validade das respostas que expõem a subjetividade dos respondentes, principalmente as respostas que indicam o comportamento futuro da população. Além disso, os resultados da *wiki-survey* devem ser comparados com os resultados das pesquisas quantitativas e qualitativas tradicionais, para melhorar sua metodologia de captação e análise de dados.

Na consulta pública digital sobre “Atendimento na saúde pública”, a equipe do “Gabinete Digital” utilizou o *inquérito wiki por pares de ideias* nos dois primeiros momentos da consulta, mas criou, de forma complementar, um terceiro momento: um debate presencial entre governador e os autores das cinquenta ideias postadas e mais votadas pela população nas etapas anteriores, conforme descrição em 4.1.1, no capítulo anterior.

Importa a esta investigação se o *inquérito wiki por pares de ideias* comprometeu, ou não, a igualdade e a liberdade de comunicação dos sujeitos enunciadores envolvidos (por decisão própria), nesta consulta pública digital. Observou-se, por meio da análise do *corpus*, que a igualdade de comunicação não foi comprometida pela utilização do *inquérito wiki*, já que o tempo (30 dias) e o espaço para postagem de ideias foi suficiente para quem quisesse participar da consulta. Pelos diferentes tamanhos de enunciados, percebe-se que havia a disponibilidade de um espaço que comportasse diferentes quantidades de *caracteres*. Por exemplo, na SEL1, a pergunta do governador ocupou o espaço de 53 *caracteres*, os quatro enunciados postados on-line pelos cidadãos ocuparam, cada um, respectivamente, os espaços de 148, 70, 270 e 71 *caracteres* e a resposta postada on-line pelo governador (RG1) ocupou o espaço de 322 *caracteres*. Nesta sequência enunciativa, o espaço projetado para a exposição de ideias próprias respeitou a igualdade de comunicação para quem teve acesso ao espaço “Governador Pergunta” e para quem soube

Apesar da dificuldade inerente em validar as medidas de estados subjetivos, há várias abordagens que poderiam levar a um aumento da confiança nos inquéritos *wiki*. Em primeiro lugar, estudos poderiam ser feitos para avaliar a validade discriminante, medindo o grau em que grupos de inquiridos, que se pensa ter preferências diferentes, produzem diferentes resultados, na pesquisa *wiki*. Em segundo lugar, a validade de respostas poderia ser avaliada medindo o grau em que as respostas, que se acredita serem semelhantes, são de fato similares. Terceiro, os estudos poderiam avaliar a validade preditiva das respostas, pela medição da capacidade de resultados de pesquisas *wiki* emparelhadas poderem prever o comportamento futuro dos entrevistados. Finalmente, os resultados dos inquéritos *wiki* poderiam ser comparados aos dados recolhidos através de outras metodologias quantitativas e qualitativas.

transitar pelos passos da própria consulta pública digital. Entretanto, uma outra condição de racionalidade comunicativa teve, também, impacto na igualdade de comunicação e, talvez, maior impacto na liberdade de comunicação: as regras próprias de participação do “Gabinete Digital” e as regras próprias do sistema de *inquérito wiki* do projeto “*All Our Ideas*”.

Nas duas consultas públicas digitais posteriores, o desenho metodológico foi outro. Na consulta sobre “Segurança no trânsito”, com a utilização do *inquérito wiki por pares de ideias*, a equipe do “Gabinete Digital” decidiu diminuir e simplificar as etapas da consulta, reduzindo para dois momentos associados, postagem e votação on-line, modificando o formato do processo *alteridade-responsabilidade de pergunta do governador → respostas/contribuições dos cidadãos → resposta/réplica do governador → tréplica do cidadão para pergunta do governador → resposta/contribuição do cidadão/cidadã*. Observou-se, contudo, por meio da análise do *corpus*, que a igualdade de comunicação, no nível interno da consulta, não foi comprometida pela utilização do *inquérito wiki*, já que o tempo (37 dias) e o espaço para postagem de ideias (em caracteres) foi suficiente para a expressão dos cidadãos que quiseram participar da consulta. A preocupação da equipe do “Gabinete Digital”, pelos dados até o momento reunidos nestes dois casos, centrou-se na geração de *matrizes de opinião* e não com a interação verbal on-line dos interlocutores, comprometendo a qualidade do *diálogo on-line*.

Na consulta pública digital sobre “Reforma política”, o desenho metodológico apresentado restringiu ainda mais a liberdade comunicativa dos cidadãos, oferecendo, simultaneamente, e de forma distinta, duas perguntas para serem respondidas. A primeira, como descrito em 4.1.3, disponibiliza duas respostas construídas pela equipe do “Gabinete Digital” (governo) para ser, uma delas, escolhida pela(o) cidadã(o). Essa opção metodológica de coleta de dados, usada no *inquérito wiki por pares de ideias*, facilita a análise dos dados pelo sistema do “*All Our Ideas*”, mas retira dos cidadãos a possibilidade de responder *com suas próprias palavras*. Significa que se retira da consulta pública digital a possibilidade de manifestação espontânea de novas contribuições, diferentes das apresentadas pelo governo. Sobre essa forma de restrição, os próprios idealizadores do projeto “*All Our Ideas*” fazem o seguinte comentário:

The dominance of closed questions, however, has led to some missed opportunities, as open approaches may provide insights that closed methods cannot. For example, in one study, researchers conducted a

split-ballot test of an open and closed form of a question about what people value in jobs. When asked in close form, virtually all respondents provided one of the five researcher-created answer choices. But, when asked in open form, nearly 60% of respondents provided a new answer that fell outside the original five choices. In some situations, these unanticipated answers can be the most valuable, but they are not easily collected with closed questions. Because respondents tend to confine their responses to the choices offered, researchers who construct all the possible choices necessarily constrain what can be learned¹⁵⁹ (SALGANIL; LEVY, 2015, p. 1).

Nessa perspectiva, o governo gaúcho retirou da prática de consulta a ideia de *ouvir o outro*, optando por *ouvir a si mesmo*. Bakhtin diria que foi materializado um monólogo. Habermas pensaria em colonização, pelo governo, do mundo da vida que, por isto, perde liberdade e sentido. Não há estruturas dos pensamentos para serem lidas e compreendidas, ou seja, não há a expressividade do que realmente pensam os cidadãos gaúchos sobre *como dever ser feita a reforma política no Brasil*. A própria pergunta é problemática pois, para respondê-la, é necessário ter um conhecimento específico sobre processo legislativo e sobre Direito Eleitoral. Mesmo assim, cidadãos que dominam esses conteúdos, ainda poderiam responder; poderiam esclarecer dúvidas dos leigos; o processo poderia estimular uma interação interessante entre os que sabem e os que se interessam pelo tema.

Nessa mesma consulta, pôde-se considerar a segunda questão. Realizada com formato aberto, mas com restrição ao número de caracteres para resposta – 140 caracteres, no máximo –, ela capturou 2.840 ideias em 16 dias, das quais 10 foram acatadas pelo governo, conforme Relatório do Gabinete Digital (2013). Apesar da arquitetura criar um espaço igual para todos os cidadãos que quisessem responder à consulta pública digital, isso não caracteriza necessariamente igualdade de comunicação. Assim como o formato aberto para respostas não caracteriza liberdade de comunicação. As duas condições de racionalidade comunicativa necessitam da materialização do *dialogismo entre enunciados individuais*. Ficou comprometido tanto o nível dialógico, quanto o uso da razão, nesta

¹⁵⁹ O predomínio de questões fechadas, no entanto, levou a algumas perdas de oportunidades, como as que surgem com as abordagens abertas, que podem fornecer compreensões que os métodos fechados não podem. Por exemplo, em um estudo, os pesquisadores realizaram um teste com divisão de perguntas abertas e fechadas sobre o que as pessoas valorizam no trabalho. Quando as perguntas foram fechadas, praticamente todos os inquiridos apresentaram uma das cinco opções de resposta criadas pelo pesquisador. Mas, quando perguntados de forma aberta, quase 60% dos inquiridos apresentaram, cada um, uma nova resposta que estava fora das cinco escolhas apresentadas no formato fechado. Em algumas situações, essas respostas inesperadas podem ser mais valiosas, mas elas não são facilmente capturadas por meio de perguntas fechadas. Uma vez que os entrevistados tendem a limitar suas respostas, às opções oferecidas, os investigadores que constroem todas as possíveis escolhas, necessariamente, restringem o que pode ser apreendido.

consulta pública digital. Contudo, não se pode responsabilizar a arquitetura do espaço “Governador Pergunta”, mas pode-se perceber que a opção metodológica acolhida pela equipe do “Gabinete Digital” é responsável pela fragilidade da interação verbal on-line e, por consequência, pela limitação do diálogo on-line. Também é frágil o momento para realização da consulta: logo após movimentos populares, em que a emoção supera o pensamento crítico. Não houve tempo, nem etapas anteriores de reflexão. O tempo destinado à consulta foi exíguo (16 dias), próprio ao modelo de captura de dados quantitativos e de impressões superficiais, impróprio para o processo de participação popular que se volte a um tema tão complexo e especializado.

Sobre a alínea c: pode-se observar diferentes *organizações temáticas*. Na primeira consulta, sobre “Atendimento na saúde pública”, o tema foi dividido em cinco subtemas, o que, de certa forma, facilitou a elaboração de contribuições, pois a temática é muito ampla e complexa. Da forma como foi organizada, os sujeitos enunciadorez puderam, dentro dos subtemas, expressar seu ponto de vista sobre qualquer assunto a eles vinculado, levando a uma objetividade maior, sem perder a subjetividade dos enunciadorez. A relação entre mundo subjetivo, mundo social e mundo objetivo se concretizou de alguma forma. Entretanto, a pré-determinação do tema pelo governo afeta a ideia de comum acordo, pensada por Habermas, como condição de racionalidade na ação comunicativa. Mais adiante, voltar-se-á a esta questão.

Na consulta sobre “Segurança no trânsito”, não houve uma organização temática mais detalhada. Vinculou-se a organização da consulta à ideia da *promoção da paz no trânsito*, definido pela pergunta do governador. Sem subdivisões, o tema exigiu dos cidadãos e dos grupos de cidadãos um esforço maior para produzir um enunciado objetivo. Daí surgiu uma diversidade de objetos/assuntos relativos à temática que só poderiam ser organizados pelo próprio governo (APÊNDICE E). Considerando que foram 2 mil contribuições postadas, havia uma considerável quantidade de pares de ideias disponibilizadas para votação. Quem votou, não teve uma orientação por subtemas. Tal fato exigia um nível de atenção maior do votante. Já na consulta sobre “Reforma política”, a organização temática se deu pelo objetivo que o governo desejava alcançar. A divisão em duas perguntas foi uma divisão temática e por finalidade. A primeira pergunta sobre *como deve ser feita a reforma política*, com duas respostas elaboradas pelo governo, para votação sobre *que instituição deveria fazer a resposta política*, indica que a organização temática servia ao objetivo de reforçar um posição ideológica governamental, inclusive

colocando-a, para a população, antes do segundo assunto. Na segunda pergunta, o assunto foi *as prioridades da reforma política*. Sendo aberta, gerou 2.840 prioridades sugeridas pela população, que foram postas, duas a duas, para votação on-line, até que o governo obtivesse 10 “matrizes de opinião”. A *organização temática* e a pré-determinação do tema pelo governo gerou a ratificação de uma ideia *não negociada* e a indicação de contribuições *não debatidas* pelos cidadãos e governo gaúchos.

Sobre a alínea d: pode-se indicar as duas regras que orientaram a participação do governo e dos cidadãos nas três consultas públicas digitais: i) os “Termos de Uso” do Gabinete Digital (ANEXO G) e ii) as regras próprias de cada consulta pública digital, quando explicitadas no *site*. Habermas (1992-1997, v.1 e v.2), ao pensar nas dimensões da discussão política e deliberativa, idealiza as condições de igualdade e de liberdade discursiva próprias do debate público face a face. Essa idealização é reformulada, por alguns pesquisadores, frente ao paradigma tecnológico que vai se impondo no final do século XX. A paridade discursiva, as regras de conversação, a atribuição de papéis e o comportamento comunicativo passam a ser organizados, em meio eletrônico, por um documento digital, entendido como documentação imaterial (NOGUEIRA, 2008), que tem validade jurídica. As relações entre os sujeitos enunciadores que interagem em meio eletrônico são orientadas por um comum acordo estabelecido a partir da *declaração de vontade*. Quando se trata de relações entre sujeitos enunciadores distintos via internet, o processo se torna mais complexo, pois na internet enfrentam-se os problemas da despersonalização e da desmaterialização das relações contratuais (NOGUEIRA, 2008). A assinatura dos “Termos de Uso” do *site* “Gabinete Digital” é uma *assinatura digital* de um documento digital particular, ou seja, é uma assinatura, equivalente à assinatura manuscrita, que estabelece uma relação jurídica entre usuário e mantenedor do *site* governamental. Isso significa que os princípios de igualdade e de liberdade discursiva, pensados por Habermas, sofrem significativas mudanças de interpretação. Tanto a igualdade, quanto a liberdade discursiva, nesse cenário, dependem das relações virtuais, de natureza imaterial, estabelecidas por meio do documento digital. Este, por sua vez, sendo um consenso, depende da garantia de segurança que o sistema oferece à interação verbal on-line, mediante a declaração de vontade, a assinatura digital e a certificação digital à luz do Direito Privado, que tenta conciliar o Direito dos Contratos com o paradigma tecnológico. A *declaração de vontade* indica, em parte, a idoneidade do consentimento dos sujeitos que se relacionam, a segurança de sua integridade e a intercompreensão de

usuários e mantenedores, o que assegura a validade do documento digital. Essa idoneidade de consentimento depende diretamente da definição de autoria, ou seja, da determinabilidade do sujeito que usa e do agente público que mantém o *site*, já que “a credibilidade do ambiente eletrônico é frágil”, segundo Nogueira (2008, p. 130). Os mantenedores do “Gabinete Digital” utilizam o art. 12¹⁶⁰ da Lei nº 9.610/1998 como base para a identificação do autor das informações postadas nos seus espaços enunciativos.

Para se identificar como autor, poderá o criador do conteúdo enviado ao Gabinete Digital usar o nome civil, completo ou abreviado até por iniciais, pseudônimo ou qualquer outro sinal convencional (Lei 9.610/1998, Art. 12). Não são permitidos conteúdos de autor não identificado. Embora *não seja possível tecnicamente garantir que os pseudônimos e endereços de e-mail fornecidos sejam sempre corretos e identificáveis*, a administração do site solicita seu correto preenchimento em todas as ocasiões e identifica o autor através do registro (e possível exibição) do endereço de origem e do horário de cada comentário (ANEXO G, grifo nosso).

A ausência de garantias de correção dos endereços de *e-mails* fornecidos e de pseudônimos no registro de identificação do usuário que assina o documento digital pode criar um problema quanto à idoneidade de consentimento e que deve ser problematizada pelo setor jurídico da instituição governamental. Essa é uma questão bastante sensível para quem lida com as relações jurídicas em meio eletrônico.

Para tentar garantir a segurança do comum acordo em documento digital, os modelos tecnológicos trazem duas soluções acatadas na legislação brasileira: a assinatura digital e a certificação digital. Ambas problematizadas por Nogueira (2008).

Quando qualquer cidadão brasileiro que desejasse participar de qualquer espaço enunciativo, por meio das ferramentas disponibilizadas pelo “Gabinete Digital”, preenchia um cadastro e assinava, com um clique, os “Termos de Uso”. Dessa forma, o sistema liberava o acesso, por meio de senha, às ferramentas ou espaços enunciativos, como foi dito em 4.1, do capítulo anterior. Ao assinar digitalmente esse documento eletrônico, uma espécie de comum acordo era efetivado entre os usuários e os mantenedores do *site*, formando a convergência das declarações de vontades, própria do contrato eletrônico. Sua assinatura digital é: uma declaração de vontade que determina quem ele é

¹⁶⁰ Na Lei nº 9.610/1998, o art. 12 determina: “Para se identificar como autor, poderá o criador de obra literária, artística ou científica usar de seu nome civil, completo ou abreviado até por suas iniciais, de pseudônimo ou qualquer outro sinal convencional” (BRASIL, 1998).

(determinabilidade do sujeito); sua capacidade de vontade expressa (imputabilidade de responsabilidade civil), através do uso da senha a ele destinada; a integridade de sua declaração de vontade (idoneidade do consentimento); e o “não-repúdio”¹⁶¹ da declaração de vontade (aceitabilidade do documento eletrônico assinado digitalmente) (NOGUEIRA, 2008). A assinatura digital é uma espécie do gênero da assinatura eletrônica. Para Nogueira (2008, p. 140), a assinatura digital é “o resultado de uma operação matemática, que, necessariamente, empregue a técnica da criptografia assimétrica¹⁶²”. A assinatura digital gera um par de chaves assimétricas que garante a segurança das ações em ambientes digitais públicos ou privados. Sistemas desse tipo (on-line) precisam ter *certificação digital*, ou seja, ter chave pública concedida pela autoridade certificadora¹⁶³, com prazo de validade – 1 ano ou 3 anos –, de maneira que garanta o uso confiável e a validade legal das informações. Essa estrutura está por trás do ato de aceitar os “Termos de Uso” e de se cadastrar para a participação no “Gabinete Digital”. Porém, é algo que depende da honestidade de quem assina e de quem administra o *site*.

Os “Termos de Uso” é um comum acordo de uso, de caráter privado, assinado pelo cidadão, por meio do qual ele aceita as regras de uso da plataforma digital de colaboração e cocriação cidadã, ou portal, ou *site* “Gabinete Digital”. Seu uso está condicionado à aceitação de quatro termos: “termos de limitação de responsabilidade, a política de privacidade e confidencialidade, a licença de livre uso do conteúdo e as informações de como reportar violações” (em ANEXO G). Em relação à responsabilidade dos autores dos enunciados, identificam-se as seguintes *limitações de responsabilidade*:

Em nenhuma situação o Gabinete Digital, seus autores, editores ou mantenedores serão responsáveis por quaisquer danos, prejuízos ou outro efeito, direto ou indireto, relacionado ao uso, por parte de seus usuários,

¹⁶¹ Para esclarecer melhor, a sistemática da assinatura digital no Brasil assegura que o sujeito que firma sua vontade, por meio de assinatura digital, não volte atrás na sua declaração de vontade, como se não a tivesse firmado ao assinar o contrato eletrônico.

¹⁶² Uma rápida explicação para entender o que significa “criptografia assimétrica”. É chamada, também, de *criptografia de chave pública*. São duas chaves de cifrar e decifrar mensagens. Neste caso, as chaves são diferentes. Uma delas é publicada (a chave é pública), enquanto a outra é mantida sob guarda e exclusivo controle do signatário (chave privada) (Cf. NOGUEIRA, 2008, p. 134-135). Na assinatura digital dos “Termos de Uso”, a chave privada fica sob controle governamental, que tem a certificação digital.

¹⁶³ No Brasil, a autoridade certificadora é uma entidade pública ou privada subordinada ao Comitê Gestor (Decreto nº 6.605/2008) da Infraestrutura de Chaves Pública Brasileira (ICP-Brasil), instituída pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. Qualquer informação sobre certificação digital no Brasil pode ser obtida no *site* do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, autarquia que faz a gestão desse processo (www.iti.gov.br).

leitores ou de qualquer outra pessoa, deste site, de seu conteúdo ou de qualquer outro site aqui mencionado.

Todo autor de conteúdo exibido no Gabinete Digital retém os seus direitos e responsabilidades autorais, nos termos da Lei 9.610/1998, sem prejuízo dos termos de licenciamento de livre uso, conforme exposto nestes Termos de Uso, no item Licença de uso do conteúdo, abaixo.

Se qualquer comentário ou participação infringir um direito seu, entre em contato na forma indicada neste documento, envie uma reclamação ao gabinetedigita@gg.rs.gov.br (ANEXO G).

Em relação à *privacidade* e à *confidencialidade*, o documento explicita:

O Gabinete Digital não deseja nem aceita receber ou intermediar material confidencial por nenhuma das ferramentas oferecidas ou mencionadas no site, nem pelos contatos de sua equipe. Toda informação enviada pelos recursos do site ou recebida por intermédio deles ou dos endereços de contato de sua equipe, será tratada como não sendo confidencial, independente de qualquer declaração do autor da comunicação, que não tenha sido previamente aceita por escrito pelos responsáveis pelo Gabinete Digital.

O envio de material para o site implica que a parte que está enviando aceita a responsabilidade plena e não compartilhada com o Gabinete Digital quanto ao conteúdo enviado, e quanto às implicações legais e morais de sua eventual publicação (ANEXO G).

Em relação à *licença de uso do conteúdo*:

Todo o conteúdo original do Gabinete Digital está disponível livremente para leitura, uso, redistribuição ou modificação, entre outros direitos, conforme definido na licença Creative Commons – Atribuição – Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não Adaptada. Exceto quando mencionado explicitamente, ou quando se tratar de citação (adequadamente indicada no corpo do texto, por intermédio de tipo diferenciado, aspas e/ou margem esquerda adicional) de material alheio ou ilustração, nos limites estabelecidos pela Lei 9.510/98 (ANEXO G).

Em relação a *como reportar violações*:

Se algum artigo, notícia, comentário ou outro conteúdo do Gabinete Digital violar algum direito seu ou a legislação aplicável, entre em contato pelos endereços indicados abaixo, mencionando de forma específica e detalhada:

- título da página específica em que se encontra a violação;

- endereço (URL) da página específica em que se encontra a violação;
- natureza da violação;
- trecho específico em que ocorre a violação;
- a providência desejada; e
- as suas informações de contato, incluindo e-mail.

[...]

Comunicações de violações e solicitações de providências enviadas por outros canais *não serão atendidas*. O Gabinete Digital responderá preferencialmente ao endereço de e-mail do requerente, indicado na sua mensagem enviado pelos canais acima (ANEXO G, grifo nosso).

Algumas reclamações foram publicadas fora do “Gabinete Digital”, tanto no Facebook, quanto no Twitter, sobre o processo de votação ou sobre a determinabilidade de algum enunciador. Entretanto, como rege o próprio comum acordo assinado digitalmente entre as partes, as “comunicações de violações e solicitações de providências enviadas por outros canais não serão atendidas”, e assim ocorreu. O que não quer dizer que o *site* não pudesse sofrer qualquer questionamento administrativo ou jurídico por parte de outros agentes públicos ou dos cidadãos.

Assim como o sistema de criptografia que dá segurança às informações que transitam no “Gabinete Digital” parece ser assimétrico, a igualdade discursiva é relativa. Ela é garantida aos cidadãos, mas não entre cidadãos e o governo, pois a responsabilidade pelo sistema é totalmente do governo. É ele que presta esclarecimentos por qualquer falha de segurança no sistema. O cidadão tem responsabilidade subjetiva sobre as informações que publica, enquanto o governo tem uma responsabilidade objetiva por todo o funcionamento do sistema e por sua função social, e por ele responde administrativa e criminalmente.

Quanto à liberdade discursiva, percebe-se logo que ela é balizada pela relação *postar/ler/usar conteúdo*. Assim, três acordos são firmados com a assinatura digital: sobre as responsabilidades autorais, sobre as responsabilidades editoriais dos mantenedores e sobre as responsabilidades do uso ou redistribuição do conteúdo. Ao administrador do *site* é reservado o direito de “não publicar contribuições repetidas” e de “editar mensagens enviadas pelo usuário”, nas situações previstas na segunda página dos “Termos de Uso” (ANEXO G). Além disso, orienta sobre o comportamento discursivo do usuário.

O comum acordo assinado digitalmente também deixa claro algo muito específico nas relações entre usuários e *sites* governamentais: a inexistência de vínculos trabalhistas.

Estes Termos de Uso não importam na criação de qualquer vínculo trabalhista, societário, de parceria ou associativo entre o usuário-colaborador e o site, sendo excluídas quaisquer presunções de solidariedade entre ambos no cumprimento de suas obrigações (ANEXO G).

O texto deixa explícito que a relação entre o mantenedor do *site* (Governo do Estado do RS) e o usuário (qualquer cidadão) é de colaboração. Complementando esse comum acordo, as consultas públicas digitais publicaram, em seus respectivos espaços, regras próprias de participação, de acordo com o desenho metodológico escolhido. As regras próprias, por exemplo, aparecem na tela da consulta sobre “Segurança no trânsito” com o termo “COMO FUNCIONA?”, descrita em 4.1.2 e exposta na Figura 11, no capítulo anterior.

Sobre a alínea e: a *transparência e publicidade das informações*, pode-se dizer que ela foi considerada nos “Termos de Uso” quando, ao assinar, o usuário reconhece que o conteúdo do “Gabinete Digital” vai ser disponibilizado a todos, conforme texto a seguir:

Todo o conteúdo original do Gabinete Digital está disponível livremente para leitura, uso, redistribuição ou modificação, entre outros direitos, conforme definido na licença Creative Commons – Atribuição – Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não Adaptada. Exceto quando mencionado explicitamente, ou quando se tratar de citação (adequadamente indicada no corpo do texto, por intermédio de tipo diferenciado, aspas e/ou margem esquerda adicional) de material alheio ou ilustração, nos limites estabelecidos pela Lei 9.610/1998 (ANEXO G).

Com a assinatura digital dos “Termos de Uso”, qualquer cidadão ou entidade civil reconhece que sua postagem tem a mesma licença livre que o restante do *site* “Gabinete Digital”. E, ainda, reconhece que aos mantenedores é reservado o direito de “fazer o uso irrestrito do conteúdo postado” (ANEXO G). Inexiste qualquer tipo de confidencialidade do conteúdo postado no *site*, sendo ele considerado público.

5.5 A RACIONALIDADE COMUNICATIVA MATERIALIZADA

Após constatar as condições que foram dadas para que fosse possível uma troca crítico-racional de ideias entre governo e cidadãos gaúchos, identificou-se a materialidade da racionalidade comunicativa por dois aspectos na interação verbal on-line: a) *momentos de oferta, aceitação ou de recusa do enunciado* e, conseqüentemente, seu *êxito ilocucionário*; e b) *enunciados postados* que expõem os fatos, solicitam o cumprimento de normas, esclarecem um detalhe do fato, valorizam o tema ou algum aspecto dele e exteriorizam as vivências dos interlocutores sobre os temas das consultas públicas digitais. O conteúdo referente à alínea a) pode ser visualizado nas extensões do processo de *alteridade-responsabilidade*. Quanto maior for essa extensão, maior será a materialização da relação entre oferta e aceitação do enunciado e os êxitos ilocucionários possíveis em um cronótopo particular. Quanto menor ela for, mais precária é a materialização da racionalidade comunicativa. Já o conteúdo referente à alínea b) pode ser visualizado por meio da observação atenta de cada enunciado. Por exemplo, na SEL2 (APÊNDICE C), pode-se ver, de alguma forma, afirmações acompanhadas de justificativas, com evidências ou fontes, ou não, utilizadas para acordos ou desacordos, refutações ou concordâncias, nos seguintes enunciados:

[Interlocutor(a) 1 – SEL2 – subtema “Saúde da Família”]

“Penso que a prevenção é a melhor forma de evitar custos com a saúde pública e melhorar a qualidade de vida da população. A atuação direta nas comunidades, verificando as deficiências, as necessidades, são medidas mais eficazes. Agentes verificando e orientando nas residências, especialmente comunidades mais pobres, carentes de informação, cuidados e medidas a serem observadas”.

[A cidadã ou cidadão apresenta justificativa para afirmar que “a prevenção é a melhor forma de evitar custos com a saúde pública”].

[Interlocutor 2 – SEL2 – subtema “Saúde da Família”]

“Saúde da família envolve desde a concepção, gravidez, desejada ou não, acompanhamento do nascimento indo até a fase idosa, onde nessa fase o cidadão em muitas vezes não tem condições de locomoção necessitando a visita do profissional de saúde até a sua residência, um médico, enfermeiro(a), para medição de pressão, aconselhamento (sic) sobre saúde, administrando medicamentos...”

[O cidadão apresenta uma explicação sobre o que é “Saúde da Família”. A afirmação sugere que ele deseja a compreensibilidade dos interlocutores sobre o assunto].

[Interlocutor 3 – SEL2 – subtema “Saúde da Família”]

“Melhor Prevenir que Remediar!!! Esta é a ideia para se investir num programa que já mostrou que resultados positivos são possíveis. Basta um investimento forte nesta área para a diminuição de filas nos hospitais, pronto socorros e postos de saúde. Em fim, um estado mais saudável e produtivo é isso que necessitamos!”

[O cidadão, por meio de um ditado popular, expressa seu desejo. Continua seu processo de validação argumentativa por meio da exteriorização de um desejo].

[Interlocutor 4 – SEL2 – subtema “Saúde da Família”]

“A fim de se vislumbrar condições mais dignas aos usuários da saúde pública, propõem-se o cuidado integral. Um dos exemplos práticos dessa rede de cuidados é a educação permanente de profissionais de saúde, nos quais atuaram dentro das comunidades. Logo, o serviço procurará o cidadão, através da visita domiciliar, por exemplo. Assim, muitas doenças que estão em desenvolvimento podem ser tratadas, em consonância com a medicina preventiva. Também cada cidadão ou família recebe orientação preventiva de higiene, vacinas, etc. de modo a evitar as doenças...”

[O cidadão, por meio de exemplos, sustenta sua ideia].

[Interlocutor 5 – SEL2 – subtema “Saúde da Família”]

“A Saúde no país é uma falácia porque está intrinsecamente embasada numa inversão perversa das atividades da quase totalidade dos profissionais que atuam na área. Não somente os profissionais, mas também as instituições, públicas e/ou privadas, se preocupam e investem todos os seus recursos nos eventos relacionado às doenças”.

[O cidadão explica sua afirmação, mas não a justifica ou fundamenta].

[Interlocutor 6 – SEL2 – subtema “Saúde da Família”]

“O propósito do governo é o indicado nas propostas (1): trabalhar com a integralidade da atenção incluindo a promoção da saúde para contribuir com a qualidade de vida das pessoas e a prevenção das doenças evitando que se desenvolvam, além de intervir oportunamente, tratar e reabilitar quando necessário. A estratégia mais efetiva é a da Saúde da Família (2), por esse motivo que o governo optou por investir na ampliação das equipes da saúde da família no estado. O objetivo é de abrangermos 70% da população gaúcha com as equipes. O trabalho é nos territórios, com equipes multidisciplinares (várias profissões) e intersetoriais (transversais). Para informar (3), o seminário sobre os bebês de 2011 teve

como tema a visitação: dos visitantes do programa Primeira Infância Melhor e dos Agentes comunitários de Saúde. Houve Uma premiação em homenagem ao psiquiatra infantil Salvador Célia e em reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelas visitadoras: tivemos 262 trabalhos inscritos. Ainda, há em conjunto com o MS, outras secretarias estaduais e municípios projetos em desenvolvimento (4): saúde na escola, vigilância em saúde, academia da saúde, RS mais igual e RS na Paz, saúde mental, redução de danos e atendimento domiciliar. O projeto de governo inclui a educação permanente das equipes da atenção básica de saúde, em especial da saúde da família (5)”.

[O governador concorda com o que foi dito pelos interlocutores 1, 3 e 4, por meio dos argumentos (1) e (2); discorda do interlocutor 4, com as informações (3) e esclarece a todos com os argumentos (4) e (5)].

Na sequência enunciativa apresentada, existem alguns enunciados cujas afirmações são acompanhadas de justificativas frágeis, ou que não possibilitam uma discordância ou concordância. Neste caso, a materialidade da racionalidade comunicativa é frágil, mesmo que esteja contida em uma sequência enunciativa longa. Ou seja, não há, necessariamente, uma relação direta entre a extensão *alteridade-responsabilidade* e a produção de discursos racionais em uma sequência enunciativa. Por outro lado, se a sequência enunciativa se encurta, há uma possibilidade bem menor de posicionamentos crítico-racionais que possam ser negociados. Há a possibilidade de não existir nem acordo, nem desacordo entre os sujeitos enunciadore, o que compromete consideravelmente a interação verbal on-line e, por conseguinte, o fenômeno dialógico.

Apenas na primeira consulta pública digital se encontram algumas marcas de posicionamento discursivo que, por mais ou menos frágeis que sejam, possibilitam uma discussão crítico-racional, como indicou Habermas. Porém, deve-se considerar que fatores como a pré-determinação do tema, sem um comum acordo entre governo e cidadãos, a existência de uma temporalidade curta e as condições (restritas) de reciprocidade, desenhadas no espaço enunciativo da consulta pública digital em análise, podem ser razões de restrição da discussão crítico-racional, nos moldes habermasianos. Isso não quer dizer, observando sob outra perspectiva epistemológica e reflexiva, que não haja racionalidade comunicativa nessa forma de interação verbal on-line.

Ao analisar o *corpus* retirado das consultas públicas digitais, afirma-se que só as sequências enunciativas contidas na consulta sobre “Atendimento na saúde pública” abrangem, de alguma forma, todos os princípios, condições e elementos próprios de uma interação verbal on-line. É a partir desses dados reunidos que se estabelece, no próximo

momento, algumas interpretações sobre a existência, ou não, de um tipo particular de *diálogo on-line* entre governador e cidadãos, no âmbito de uma consulta pública digital.

5.6 AS PARTICULARIDADES DE UM DIÁLOGO ON-LINE: UMA INTERPRETAÇÃO PROVOCADA PELO OBJETO EMPÍRICO

A questão norteadora deste momento é: o que revelam os dados identificados e reunidos mediante o aporte teórico escolhido? O que expõe a análise do *corpus* sobre a materialização do processo de interação verbal on-line que efetiva o *diálogo on-line* entre o governo e os cidadãos gaúchos, quando eles participam de consultas públicas digitais? Quais as características deste tipo de diálogo?

Para expor uma compreensão sobre a relação dialógica existente entre os dados reunidos e o recorte teórico construído, consideraram-se duas orientações da prática metodológica: 1) a de Sobral (2014), sobre a etapa de interpretação dos dados revelados em uma situação discursiva; e 2) alguns aspectos metodológicos discutidos por Marques (2011), para a análise do processo comunicativo de deliberação on-line. Os dois pesquisadores auxiliam, em parte, as escolhas para o processo de interpretação e, conseqüentemente, de compreensibilidade da realidade, “que se abre livremente ao nosso ato de conhecimento”, como diria Bakhtin (1979-2011, p. 395). De Sobral (2014), aproveita-se a orientação para se definir a característica particular do objeto de estudo – *diálogo entre governo e cidadãos*. A partir das relações aqui desenvolvidas por Marques (2011), usufrui-se de seu olhar atento e reflexivo sobre trocas argumentativas on-line, principalmente ao abordar a dimensão da discussão política com suas condições e práticas de debate crítico-racional. A interpretação aqui construída tenta, de alguma maneira, materializar as orientações de Bakhtin (1979-2011), sobre a índole dialógica da interpretação e as orientações de Habermas (1968-2014), sobre o valor da interpretação e da crítica para restituir à experiência esquecida da reflexão.

Conforme Bakhtin (1979-2011, p. 400-401), a interpretação tem índole dialógica, pois correlaciona textos, textos e dados, contextos atual e futuro, os movimentos retrospectivos e prospectivos e texto (como este) e a experiência dialógica vivida (como a observada). Ela coabita a análise. Mas, aqui, ela se apresenta em sequência para melhorar a compreensibilidade do trabalho. Considerando a índole dialógica da interpretação, tece-se a relação entre *dialogismo dos enunciados individuais* e a *racionalidade comunicativa*

nela incorporada, revelando-se a materialização da interação verbal on-line, que define: se há *diálogo entre governo e cidadãos*, via internet; se há, quais suas características; e como as características reveladas apresentam e definem uma espécie de diálogo à pesquisadora.

O *corpus* observado revela as características que marcam uma interação verbal on-line: a) vários padrões de extensão *alteridade-responsabilidade* das sequências enunciativas, b) relações semântico-axiológicas constituídas na interação, c) racionalidade comunicativa razoavelmente materializada, d) os dois níveis do acabamento interno da interação verbal on-line e e) o tema, inicialmente, pré-determinado pelo governo.

5.6.1 Vários padrões de extensão das sequências enunciativas

A extensão de uma sequência enunciativa, neste caso, é a forma como os princípios de alteridade e de responsabilidade são incorporados nas práticas discursivas, ou seja, é a maneira como a individualidade de cada sujeito enunciador se estabelece na relação [dele] com outro(s) sujeito(s) – o sujeito enunciador se vê e se reconhece através do outro –, na alternância de vozes “plenivalentes”, de consciências “equipolentes”, entre dois enunciados distintos. Esse deslizamento entre o *eu* e o *outro* só é possível pelo uso racional da mesma linguagem, que vincula intersubjetivamente os sujeitos enunciativos de um mesmo contexto social, que vivenciam a mesma situação social imediata. A alteridade, na experiência discursiva, indica a existência de outro princípio que marca a objetivação da ação dialógica: a responsabilidade – ação de responder a alguém sem abdicar do caráter de responder pelos próprios atos.

Na extensão da sequência enunciativa, segue-se o fluxo em que falar e ouvir são ações que se alternam, em que o *falante ouve* e o *ouvinte fala*, até que um assunto se esgote entre os interlocutores. Nesse sentido, procurou-se o fluxo discursivo de cada consulta pública digital, descobrindo-se que havia vários fluxos discursivos em sequências enunciativas distintas, isto é, em diferentes núcleos discursivos de cada consulta. Considerou-se então, neste caso, que fluxo discursivo, em uma sequência enunciativa, seria, no mínimo, o movimento de *pergunta-resposta-réplica*. Com isto, o único *corpus* que revelou essa condição mínima, foi o que representava a consulta pública digital sobre “Atendimento na saúde pública”.

Nas sete sequências escolhidas, pôde-se observar as alternâncias de “vozes”: as do governador (representando o governo) e a dos cidadãos gaúchos (representando a

sociedade civil) (ver APÊNDICE C). Eles alteram as posições de quem *escreve e posta* e as de quem *vê e lê*. Nesse deslizamento entre a “voz” do governador e as “vozes” dos cidadãos – entre o “eu” e o “outro” –, encontrou-se três tipos de extensão de *alteridade-responsabilidade*: a longa, que é composta por uma grande quantidade de conexões entre enunciados de cidadãos; a média, que é composta por pelo menos três conexões entre enunciados postados por cidadãos; e, a curta, que contém, pelo menos, um enunciado da(o) cidadã(o).

As extensões longas de *alteridade-responsabilidade* marcam a produção de sequências enunciativas distintas, com pluralidade e alternância de vozes e devolutivas imediatas, materialmente presentes. A pluralidade de vozes indica a presença da categoria bakhtiniana chamada “heteroglossia” em que todos os participantes tornaram-se a *si mesmos* compreensíveis, indicando, por sua vez, que suas ações de fala foram construídas com a pretensão de serem inteligíveis. Além disso, indicam que houve vários “êxitos ilocucionários”, ou melhor, que os cidadãos entenderam e aceitaram a pergunta do governador e as regras de participação, e que aceitaram os resultados naturais desse tipo de interação verbal, postando suas contribuições. Em seguida, o governador (governo) produz uma réplica às contribuições dos cidadãos, mantendo em movimento o fluxo discursivo. Cada sequência enunciativa produziu um movimento próprio, com caminhos distintos de articulação de vozes. Se muda o padrão da sequência enunciativa, sua extensão se amplia ou se encurta, o que põe ou retira a potência da força centrífuga própria do diálogo, que compele a um novo contexto.

No caso observado, há mudança na forma como se constitui o fluxo discursivo, por causa da diferença dos padrões de extensão *alteridade-responsabilidade*. Por exemplo, observou-se uma mudança na forma do fluxo discursivo da SEM1 para a SEM2. Isso indica que a sequência de *falas* pode ser construída de diversas maneiras, o que talvez garanta certa variabilidade na interação verbal on-line. A pluralidade, a alternância de vozes e as devolutivas (respostas) imediatas estão materialmente presentes, porém de forma mais restrita que nas sequências enunciativas longas. Ainda há “heteroglossia”, compreensão do que é postado e êxitos ilocucionários, no entanto, tudo isso se encurta e “empobrece” à sequência enunciativa.

Ao observar, por exemplo, as SECs, percebe-se que ainda há uma distinção entre elas. Existem as sequências com réplicas curtas do governador e outras com réplicas longas. Isso significa que a relação semântico-axiológica se estabelece com forças distintas

de argumentações para governo e para cidadãos. Também indica que a relação entre falar e ouvir se distingue. O último enunciado tem força argumentativa distinta e o enunciado que o antecede tem força provocativa distinta, também.

Um outro aspecto das SECs é que não há variação em sua estrutura. Elas se apresentam da mesma maneira, criando um padrão de interação idêntico sob a perspectiva da *alteridade*: pergunta-resposta-réplica (PG ↔ CC ← RG), mas sem o mesmo potencial da paridade e liberdade comunicativa das demais sequências enunciativas com padrões mais extensos. Nas sequências enunciativas da consulta pública digital sobre “Atendimento na saúde pública”, elas são a maioria. Isso sinaliza uma compensação quantitativa à diminuição da intersubjetividade e da pluralidade de vozes sobre um dado subtema ou, ainda, sobre a produção de sentido restrito a respeito do tema.

No todo, o que se percebe é que os princípios de alteridade e de responsabilidade estão materializados, por distintas dinâmicas de posicionamento de vozes e de respostas postadas, nas sequências enunciativas da consulta pública digital sobre “Atendimento à saúde pública”, de forma não padronizada, o que pode significar pouca interferência da instância governamental na interação verbal e mais ação comunicativa construtiva e colaborativa em busca do interesse comum dos interlocutores. Isto é, menor controle discursivo e ideológico por parte do governo, se se comparar com as duas consultas seguintes.

Em uma democracia participativa, quanto mais os princípios de alteridade e de responsabilidade forem incorporados na relação discursiva entre governo e cidadãos, cidadãos e cidadãos, tanto mais será a variabilidade de extensões de sequências enunciativas, provocando contribuições inesperadas e, *quixá*, valiosas à produção de decisões políticas justas. Colocar-se no lugar do outro que fala, ou ouve, e responder, de forma responsável, ao outro, representa o primeiro estágio para uma produção colaborativa com resultado coletivo (objetivado). Responder, produzir uma réplica e uma tréplica significa levar em consideração os argumentos, as opiniões, os pontos de vista do outro e, nesse processo, até que o tempo determine um acabamento provisório, os participantes vão se engajando uns com os outros e com o tema, inicialmente pautado.

Os diversos movimentos que os participantes da consulta pública digital fizeram, um em direção ao outro, sinaliza a liberdade comunicativa possível naquele espaço-tempo particular. Sinaliza, também, nos distintos momentos de fala, a polifonia natural de um

diálogo como, também, diferentes cronótopos de quem pergunta e responde – Bakhtin¹⁶⁴ fala dos “pequenos tempos”: do passado imediato, da atualidade e do futuro representável – e diferentes universos de sentido (estrito) e de apreciação sobre um *objeto/tema*. Os distintos padrões de extensão *alteridade-responsabilidade* é condição *sine qua non* para se começar a afirmar que existe relação dialógica entre enunciados individuais, que há uma das condições de existência da racionalidade comunicativa e, em consequência, da efetividade do diálogo, ou da argumentação, seja à luz da concepção bakhtiniana, seja à luz da concepção do agir comunicativo habermasiano.

5.6.2 Relações semântico-axiológicas constituídas na interação

Quando há alternância de vozes, há responsabilidade ativa e, em consequência, há produções de sentido e de apreciações tecidas no diálogo on-line. Por meio da manifestação de sua posição valorativa, com uma entonação adequada, cada enunciador constrói sua parcela de contribuição para efetivar uma relação dialógica com o objeto de seu enunciado, com os outros enunciadores e com o discurso dos outros enunciadores. Cada exposição subjetiva mantém ativa as relações semântico-axiológicas próprias da interação verbal on-line. Pode-se dizer que a primeira consulta pública digital – sobre “Atendimento na saúde pública” – deu visibilidade a essa característica do diálogo on-line: construção de relações semântico-axiológicas, sobre um tema, na tensão entre enunciados individuais. Neste diálogo, há um fluxo discursivo composto por atitudes emotivo-valorativas próprias de cada sujeito participante. Nele [diálogo nesta consulta], foram produzidas diferentes relações semântico-axiológicas sobre o tema, por sequência enunciativa: umas mais robustas, outras mais simples. Isso significa que a forma como a primeira consulta pública digital foi realizada possibilitou melhor a manifestação das subjetividades (emoções e juízos de valor). Pressupõe-se que, se tais manifestações não forem parte de uma “simulação de relações comunicativas” (HABERMAS, 1992-1997, v.1) – o que limitaria a vida democrática – ela [manifestação de subjetividades] pode ser a oportunidade do governo de captar “os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas [...]” (HABERMAS, 1992-1997, v.2, p. 99) – o que, talvez, potencialize a vida democrática

¹⁶⁴ Cf. Bakhtin (1979-2011, p. 407).

atual. Deduz-se que diferentes relações semântico-axiológicas no diálogo on-line criam o que Habermas chamou de “*designs* discursivos” (HABERMAS, 1992-1997, v.2, p. 99).

Já as duas consultas públicas digitais posteriores – sobre “Segurança no trânsito” e “Reforma política” – não possibilitaram o mesmo grau de manifestação de subjetividades em relação. A relação entre as expressões de assimilação privada de problemas sociais não se constituiu, como pretende Habermas (1992-1997, v.2). Em cada sequência enunciativa nelas contida é possível observar a manifestação de juízo de valor sobre o tema apenas pelo respondente, sem um tom que revelasse algo mais sobre a veracidade da sua autorrepresentação ou de sua vivência, como problematiza Bakhtin. A expressividade dos participantes, que se desenvolve com réplicas e tréplicas, ficou comprometida. O que fez lembrar a perspectiva de que a manifestação da subjetividade do enunciador é entendida como um “sobrecrescimento” à função representativa da linguagem por quem planejou as duas últimas consultas públicas digitais, no “Governador Pergunta”, o que lembra a crítica que Bakhtin/Volochínov (1979-2010) fizeram sobre o rigor do objetivismo abstrato de Ferdinand Saussure, determinado pela formação cartesiana racionalista (BRANDÃO, 2005). Também reflete a crítica de Habermas sobre a colonização do mundo da vida pela política, em que se substitui a racionalidade comunicativa – constituída, também, pela manifestação das subjetividades, pela racionalidade instrumental. A diminuição ou a eliminação da expressividade dos enunciadores (em relação) em um suposto diálogo limita a capacidade de solucionar problemas e de transformar as soluções em questões de interesse geral. Quer dizer, limita a forma de vida democrática e constrói um simulacro de participação popular.

Os projetos estatais sempre visam a estabilidade de um sistema. Então, o planejamento de uma consulta pública digital segue uma orientação para estabilizar o processo. Entretanto, para se perceber a realidade, e dela retirar as informações necessárias às ações que visem o interesse geral, precisa-se abrir um real processo discursivo à manifestação sincera dos cidadãos. A expressividade do cidadão é, naturalmente, um elemento desestabilizador do processo institucional, pois ele materializa diferentes relações (de sentido e de valor) dos enunciadores com o tema. Daí as relações semântico-axiológicas estabelecerem sempre um problema a ser resolvido por projetos institucionais que envolvem diálogo on-line entre governo e cidadãos: a tensão entre estabilidade e variabilidade. Ou o planejamento opta pela variabilidade, como foi o caso da primeira consulta pública digital. Ou o planejamento opta pela estabilidade do processo, como

aconteceu com as duas últimas consultas. Variabilidade significa maior probabilidade de captação de opiniões de enunciadores que vivenciam o tema. Estabilidade significa maior controle sobre o que é dito sobre o tema. Cabe à equipe governamental decidir qual o caminho mais adequado para o tipo de democracia que precisa e/ou deseja desenvolver.

5.6.3 Racionalidade comunicativa razoavelmente materializada

A racionalidade comunicativa está atrelada à pluralidade de extensões do processo de *alteridade-responsabilidade* e, simultaneamente, é composta da expressividade dos “atores sociais”, pela qual estes revelam a veracidade de sua vivência e dá ao “ouvinte” a possibilidade de tirar consequências práticas dela e de comportar-se, a partir de sua manifestação, de maneira consistente dentro de uma realidade social específica.

No processo de *alteridade-responsabilidade*, ocorre uma coordenação de atos de fala consensuais, em que cada enunciador procura sintonizar seus planos discursivos individuais para alcançar seus objetivos ilocucionários (ação pelo uso racional da linguagem). Se um enunciador responde ao outro, então ele pretende, sob dadas condições do uso da palavra, um entendimento com seu interlocutor. A intenção de entendimento, no ato de *alteridade-responsabilidade*, é uma das marcas de materialidade da racionalidade comunicativa. Outras marcas de racionalidade comunicativa, presentes no processo *alteridade-responsabilidade*, são: a) apreensão do significado do que foi dito (quem responde compreendeu o outro); b) aceitação ou recusa da oferta do ato de fala (porque compreendeu o outro); e c) produção do enunciado de acordo as normas estabelecidas e estabilizadoras, neste caso, da interação verbal on-line (compreendidas como comum acordo).

A racionalidade comunicativa é composta e materializada tanto pelos enunciados que exprimem a verdade (algo que de fato ocorre no mundo), a correção normativa de um modo de agir e explicações (que servem para uma boa compreensão do mundo simbólico), quanto pelos enunciados que exprimem a veracidade de uma vivência, de uma subjetividade. Quanto maior for a possibilidade dos cidadãos se manifestarem e, quanto maior for a pluralidade dessa manifestação, maior será a possibilidade de presença da racionalidade comunicativa.

Pôde-se observar, na primeira consulta pública digital, comparando com as duas últimas, que, quanto mais espaço é projetado para a manifestação das pessoas, maior será

a possibilidade de existência de discursos fundamentados prontos para uma discussão crítico-racional. Sob as condições certas, a racionalidade comunicativa, própria do debate crítico, materializa-se por meio do emprego da argumentação objetiva e da racionalidade decisional. Ou seja, por meio da manifestação sincera das vontades particulares e pelo comportamento consistente dos gestores públicos que se guiam pela síntese dessas vontades particulares, respeitando o que é melhor para o interesse geral.

Apenas a primeira consulta pública digital do “Governador Pergunta” materializa, razoavelmente, a racionalidade comunicativa, no interior da interação verbal on-line, quando há condições para isso e quando os enunciadores real e concretamente puderam afirmar ou responder algo com justificativas, exemplos concretos, testemunhos ou informações de outras fontes, de tal modo que conseguiram dar ao seu interlocutor a possibilidade de criticá-lo, como pôde ser demonstrado em 5.2.4. De certa forma, o *corpus* revelou o quanto a racionalidade comunicativa pode ser afetada por uma escolha metodológica. A metodologia da consulta pública digital precisa ser bem avaliada e repensada para garantir melhor a reciprocidade, a igualdade e a liberdade discursivas e, desse modo, um debate crítico-racional sobre temas de interesse geral.

5.6.4 Dois níveis do acabamento interno da interação verbal on-line

No interior do fluxo discursivo, próprio da interação verbal on-line (fenômeno discursivo) encontrou-se dois níveis de acabamento: um *micronível*, tal qual havia sido pensado por Bakhtin (1979-2011, p. 280-284): a conclusibilidade específica de cada enunciado (individual) postado em dada consulta; e um *macronível*, chamado aqui de *conclusibilidade específica* de cada sequência enunciativa (ou núcleo discursivo), que compõe um tipo específico de *diálogo*, nas consultas públicas digitais. Enquanto o *micronível* é um aspecto interno do processo de alteridade, o *macronível* é um aspecto interno do processo de interação verbal on-line.

Como indica o aporte teórico bakhtiniano, no *micronível*, cada enunciador escreveu *tudo* o que quis dizer sobre um dado assunto, em um dado momento (período da consulta) e sob certas condições (metodologia escolhida para cada consulta). No *micronível* é possível perceber o desenho de cada tríade viva, em cada enunciado: a relação do enunciador com seu objeto de discurso, a relação do enunciador com o enunciado dos outros (os que antecedem e os que são presumidos) e a relação entre o seu objeto de

discurso e o objeto de discurso do *outro*. A tríade revela o enunciado como “um conjunto de sentidos” (BAKHTIN, 1979-2011, p. 329). Outro aspecto que aparece na análise é a relação entre as condições de produção da enunciação, prescritas pela metodologia e pela arquitetura da consulta, e a capacidade do enunciado individual sinalizar ao *outro* que ele pode assumir a posição ativamente responsiva, pela forma como o “dixi” do enunciado é apresentado. Nas consultas públicas digitais investigadas, há tanto “dixis” que viabilizam uma atitude de responsabilidade ativa, quanto há “dixis” que possibilitam responsabilidade de efeito retardado, como, também, “dixis” que eliminam a possibilidade de responsabilidade. Por exemplo, os “dixis” de enunciados fora do horizonte social do leitor, ou aqueles enunciados que não podem ser criticados (testados em discurso).

Há, também, outros aspectos peculiares do *micronível* ou, ainda, da “inteireza acabada do enunciado” (BAKHTIN, 1979-2011, p. 280-281), nesta investigação: a) a exauribilidade semântica do assunto abordado por cada enunciador, b) a vontade discursiva de cada enunciador e c) a forma de exteriorização (apelo) de cada ponto de vista (sobre o tema ou subtema), os três aspectos analisados em 5.2.3 e interpretado em 5.3.2, deste capítulo. Ampliando o olhar do acabamento específico de cada enunciado para o entretencimento desses acabamentos, enxerga-se um *macronível* de acabamento. Por meio dele, é possível entender o *todo* de dada sequência enunciativa que, para esta tese, é a unidade dialógica da consulta pública digital. Neste *todo*, encontrou-se uma “teia” formada pelo conjunto de tríades vivas dos enunciados, ou seja, um conjunto de sentidos estritos dentro de um conjunto de sentidos mais amplo, que pode ser visto na Figura 17, deste capítulo. Tal dado demonstra o grau de complexidade de cada sequência enunciativa – quanto mais extensa ela for, mais complexo é o seu acabamento – e, desse modo, o grau de complexidade da consulta pública digital na qual a(s) sequência(s) se localiza(m).

Outro aspecto próprio do *macronível* de acabamento é a capacidade do conjunto de enunciados de uma sequência enunciativa gerar múltiplas atitudes responsivas com expressividade crítica, formando padrões robustos de *alteridade-responsabilidade*. Daí, verifica-se que o *micronível* alimenta o *macronível*. A integração dos dois níveis também caracteriza como o diálogo se apresenta a partir da análise do *corpus*. Algo que importa aos sujeitos enunciadorees que se interessam por produzirem uma efetiva participação popular, no âmbito da Administração Pública Estadual, por meio de consultas públicas digitais.

5.6.5 O tema, inicialmente, pré-determinado pelo governo

Analisando o *corpus* das três consultas públicas digitais, ainda um elemento chama a atenção por causa da orientação habermasiana: o tema. Explica-se. Habermas considera que, quando um ouvinte/leitor aceita a oferta do ato de fala do falante/escritor, ele dá início a um comum acordo, na perspectiva da racionalidade comunicativa. Nessa perspectiva, entendimento e comum acordo estão entretecidos. Para Habermas, eles são necessários para uma aproximação entre Estado e sociedade civil, em uma democracia participativa e deliberativa. Todavia, nas consultas públicas digitais analisadas, o tema não é uma escolha feita em comum acordo com os cidadãos gaúchos. O governo gaúcho não perguntou, abertamente, à população, sobre o que ela gostaria de debater ou falar, por meio do “Governador Pergunta”. O governo escolheu os temas, por razões e caminhos distintos.

Por outro lado, ao olhar através da perspectiva bakhtiniana, esse aspecto não é relevante, pois para Bakhtin o tema é um dos feixes de sentido articulado por contextos sociais históricos e situações sociais imediatas. O tema é sempre interindividual e reúne em si as vozes de todos os cidadãos que o têm abordado historicamente ou as vozes dos cidadãos que o abordaram no momento das consultas. Por essa orientação, entende-se que os temas escolhidos pelo governo não são “território” privado da esfera governamental. Mas, mudando-se novamente a perspectiva, jamais se saberá se os temas evocados pelo governo seriam os mesmos evocados pela população, naquele cronótopo. Para Habermas, não havendo um comum acordo até mesmo sobre o tema de um diálogo, há o comprometimento da racionalidade da ação comunicativa. Daí, pode-se pensar que a escolha do tema é uma questão ideológica e estratégica para quem o escolhe. Por exemplo, pode reforçar o conteúdo de um projeto de governo; ou pode colocar o governo, naquele momento, em posição privilegiada; ou é um tema que a equipe de governo está mais preparada para discutir. Mesmo que tais hipóteses possam ser verdadeiras, há algo que o governo não consegue controlar somente pela escolha do tema: os vários sentidos estritos colocados em tensão, ou em concordância, pelos cidadãos, em uma interação verbal on-line. A forma de controlar esses tensionamentos seria impossibilitar a constituição de sequências enunciativas com extensões robustas, reduzindo o diálogo para pergunta-resposta. Mas, ainda assim, seria aceito como diálogo por Bakhtin.

Na primeira consulta pública digital, a pré-determinação do tema pelo governo não limitou ou estabeleceu, exatamente, um controle sobre a interação verbal on-line. O tema

evocado – “atendimento na saúde pública” – tem, inicialmente, um sentido amplo para a consulta. A partir da participação dos cidadãos (interlocutores), o tema ganha nova identidade. Ele se abre, atualiza-se, de alguma forma, expõe os vários sentidos estritos, que se tensionam e se articulam na interação verbal on-line. Nesta consulta pública digital, especificamente, o tema passa a ser orientado (BAHKTIN, 1929-2010, p. 133-141) por: a) finalidade da enunciação (do governo e dos cidadãos); b) identidade dos interlocutores (Governo do Estado e cidadãos gaúchos que vivem no interior e na capital); c) momento histórico (meados de 2011), d) ideologia (ideias e valores gaúchos sobre saúde pública) e e) discursos que circulam por meio de enunciados concretos nas enunciações. Do sentido amplo do tema, passa-se às tensões dos sentidos estritos, até que nessa interação verbal on-line se chegue a uma síntese provisória ou a vários sentidos divergentes sobre a nova identidade do tema. De qualquer forma, tem-se, no tema, a conjugação do sentido potencial do signo com o sentido que o signo assume no momento da interação verbal on-line. Nessa perspectiva, o *dialogo on-line* é temático.

6 CONCLUSÃO

Julgava-se, no início da construção desta tese que, através das marcas do *dialogismo entre enunciados individuais* e da materialidade da *racionalidade comunicativa* (contida nesse dialogismo), fosse possível identificar os atributos do diálogo entre governo e cidadãos gaúchos, efetivado por meio de consultas públicas digitais. Tentou-se responder às seguintes questões de pesquisa: quais as características da ação comunicativa que efetiva e define o diálogo entre governo e cidadãos, via internet, nas consultas públicas digitais realizadas pelo governo do Rio Grande do Sul, entre 2011 e 2014? O que torna peculiar este tipo de diálogo? A que ele serve?

O governo do estado do Rio Grande do Sul, entre 2011 e 2014, lançou três consultas públicas digitais para ouvir a população gaúcha sobre três temas por ele escolhido: “Atendimento à saúde pública”, “Segurança no trânsito” e “Reforma política”. No lançamento da consulta sobre “Segurança no trânsito” (em 09/10/2012), o governador Tarso Genro falou sobre o resultado da primeira consulta, deixando explícita a ideia de legitimação de uma decisão política:

[...] Aqui foi informado o número de pessoas que votaram nas questões relacionadas com a saúde pública. Eu quero dizer que exatamente por participações como essa do Gabinete Digital, por participações no Orçamento Participativo, por participações no Conselho de Desenvolvimento Social, por participações em instâncias que o governo criou de comunicação com a sociedade, diretamente nas interiorizações, é que nós, pela primeira vez na história do Estado do Rio Grande do Sul, estamos remetendo para a Assembleia Legislativa um projeto, em que está escrito ali, 12% para a saúde pública. Isto veio dessa participação. Os nossos quadros técnicos, a Secretaria de Saúde, o nosso comando de governo têm que fazer um exercício de organização orçamentária para cumprir esta norma, porque ela foi uma exigência da sociedade para o processo de ação orçamentária para o próximo ano. Portanto, vamos participar! [...] (GABINETE DIGITAL, 2012a).

Para que haja legitimidade na produção de decisões políticas, o governo precisa ouvir a população de seu estado. O governo do estado do Rio Grande do Sul, no período entre 2011 e 2014, optou por vários mecanismos de escuta e participação, dentre eles o de consulta pública digital. Por meio dela [consulta], tornou-se importante entender de que forma governo e cidadãos interagem, via internet, efetivando uma espécie de diálogo para, de um lado, poder influenciar (cidadãos) a produção de decisão política e, por outro, poder

legitimar a decisão política produzida (governo). Tentando compreender essa faceta da participação popular no âmbito da Administração Pública estatal, buscou-se dois aportes teóricos que dessem conta de duas dimensões – uma externa e uma interna – do *diálogo entre governo e cidadãos*. Por meio desses suportes teóricos, as duas dimensões começaram a ser pensadas e, a partir delas, entendeu-se que algumas categorias, aspectos e elementos, oriundos desses aportes teóricos, ajudariam a enxergar o funcionamento interno do diálogo entre governo e cidadãos, no formato on-line, e como esse funcionamento interno se exterioriza em uma prática política de gestão governamental, mais especificamente, de Governança Digital.

Do aporte teórico bahktiniano, surgiu o nível do *dialogismo entre enunciados individuais*, com os princípios de *alteridade* e de *responsabilidade*, o aspecto interno de alteridade chamado de “*conclusibilidade específica do enunciado*” e seus elementos *entonação expressiva* e *valoração*, contidos nas relações semântico-axiológicas constituídas pela intersubjetividade daqueles que dialogavam.

Do aporte teórico habermasiano, surgiu o nível da *racionalidade comunicativa*, sem a qual, em uma democracia, não seria possível um diálogo crítico-racional e a aproximação entre Estado e sociedade civil. Sem essa categoria, própria da complexa ideia de “ação comunicativa”, não seria possível visualizar e compreender as tentativas de entendimento entre sujeitos enunciadoreis tão distintos.

Teoricamente, os dois níveis precisavam dialogar. Precisava-se, também, entender a partir de quais contextos, de alguma forma conectados, tanto a prática política acontecia e se anunciava, quanto aquela forma de ação comunicativa surgia nessa prática política. Nesse sentido, muito dos contextos e dos sujeitos enunciadoreis, que orientam e determinam o diálogo, foi revelado. Só com tais informações, e pela tentativa teórica de constituir a relação do nível do *dialogismo entre enunciados individuais* e com o nível da *racionalidade comunicativa*, é que se teceu o conceito de *interação verbal on-line*, seus elementos constitutivos e o *modelo conceitual próprio* da pesquisa (Figura 17, em 4.3 desta tese).

Começou-se a observar o material empírico. Das três consultas públicas digitais levadas a cabo no espaço “Governador Pergunta”, do site “Gabinete Digital”, selecionou-se algumas sequências enunciativas que formaram o *corpus* da pesquisa. Observou-se, nesse *corpus*, todas as categorias pertencentes ao conceito de *interação verbal on-line*. O *corpus* revelou os dados que responderam, até o momento, à questão principal da pesquisa

e que suportaram o alcance do objetivo principal desta tese: identificar as características do diálogo entre governo e cidadãos, via consulta pública digital, para que se possa defini-lo melhor.

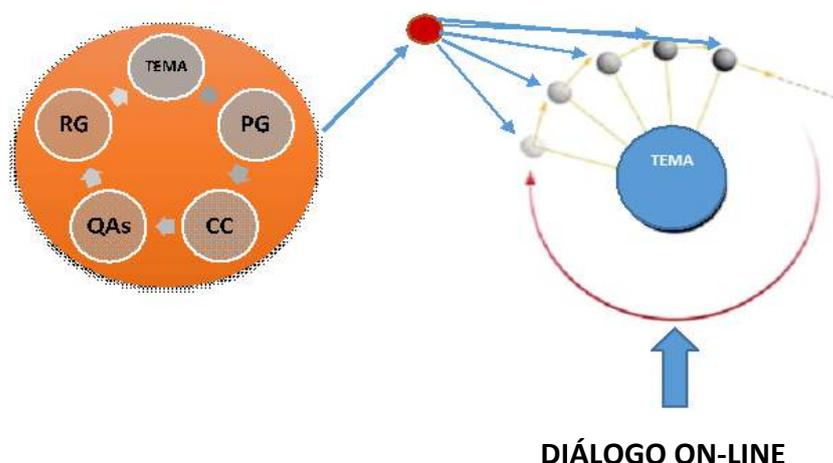
Entendendo interação verbal on-line como *ação comunicativa interindividual e intersubjetiva formada por relações dialógicas e dialéticas entre enunciados individuais que, construtivamente, apesar das tensões naturais, produzem racionalmente um enunciado coletivo que possa representar a vontade dos cidadãos participantes*, visualizou-se sua possível composição. A materialização de seus componentes, revelada pelo material empírico, foi a porta de entrada para uma caracterização e, conseqüentemente, para uma nova definição do tipo de diálogo realizado em consulta pública digital.

Da interação verbal on-line entre governo e cidadãos gaúchos, cinco características do *diálogo on-line* surgiram: a) vários padrões de extensão das sequências enunciativas, consideradas aqui os núcleos discursivos; b) relações semântico-axiológicas constituídas na interação e que marcam uma intersubjetividade própria; c) materialização razoável da racionalidade comunicativa; d) dois tipos de acabamento interno, um próprio de cada enunciado e outro de cada sequência enunciativa; e e) um tema, pré-determinado pelo governo, que inicia o processo de conexão entre Estado e sociedade civil no Rio Grande do Sul, que vai se abrindo e se transformando pela ação comunicativa interindividual.

Os vários padrões de extensão das sequências enunciativas revelaram os distintos caminhos pelos quais os enunciados individuais se vinculam e se articulam para expressarem, ao mesmo tempo, diferentes vozes sobre um tema específico. Desta forma, formavam distintos fluxos discursivos em uma mesma interação verbal on-line. Descobriu-se que, com essa pluralidade, existem condições mínimas (mais pobres) e condições ilimitadas (mais robustas) de se constituir um diálogo on-line entre governo e cidadãos. A condição mínima, neste caso, foi representada pelo movimento de *pergunta-resposta-réplica*. A partir daí, entende-se que, quanto mais se agregam novos momentos [abstratos] de produção de enunciados, chega-se a uma condição de inconclusibilidade do diálogo. Mas, se se coloca um limite, sem restringir à condição mínima de movimento, tem-se uma diálogo robusto. Se, por exemplo, permitir-se acrescentar, depois da primeira réplica, uma tréplica, ou ainda, acrescentar outras respostas diferentes da primeira, amplia-se o movimento entre quem *escreve e posta* e quem *vê e lê*; amplia-se a quantidade de conexões simbólicas entre governo e cidadãos e, ainda, entre cidadãos e cidadãos, alterando todo

processo de interação verbal on-line. É provável que a ampliação das extensões de cada sequência enunciativa possa gerar uma força centrífuga maior pelo diálogo on-line (Figura 22) do que uma força centrípeta. A força centrífuga¹⁶⁵ do diálogo on-line compele a um outro sentido do tema e a um novo contexto, mesmo que não leve à transformações sociais perceptíveis de imediato.

Figura 22 – Força centrífuga do diálogo on-line entre governo e cidadãos



Fonte: Elaborada pela autora (2016)

Pôde-se olhar o outro lado desta questão: o encurtamento das extensões das sequências enunciativas poder gerar uma força centrípeta por meio do diálogo on-line que compele à manutenção de um sentido particular e do mesmo contexto inicial que, talvez, desconsidere ou se afaste da vontade dos cidadãos. O que se pôde observar é que a variabilidade do padrão de extensão das sequências enunciativas, revelada na primeira consulta pública digital, fez com que se entenda que é possível um menor controle discursivo e ideológico por parte do governo e uma maior captação de informações que ressoam das esferas privadas, em dada consulta pública digital. A variabilidade da extensão *alteridade-responsabilidade*, encontrada na primeira consulta, indicou uma produção maior de força centrífuga, favorecida por uma ação comunicativa que, realmente,

¹⁶⁵ Fala-se da força do funcionamento interno do diálogo on-line, e não sobre a perspectiva de “direção centrífuga” do “fluxo de temas” problematizado por Habermas (1992-1997, v.2, p. 114), que indica a direção de um tema de interesse geral do centro (sistema político) para fora, “contrariando a direção espontânea que se origina na periferia social”.

influencie a produção de decisão política, que representou melhor a vontade expressa de todos os interlocutores da consulta. A partir daí, pôde-se ver, também, o quanto as produções de sentido e as apreciações pessoais em tensionamento, pelas várias relações semântico-axiológicas sobre um dado tema, constituem a vontade compartilhada por todos os interlocutores da consulta. Quanto maior for a quantidade e a qualidade de relações semântico-axiológicas (sentidos estritos e juízos de valor), sobre um dado tema, entre os enunciados postados em dada consulta, maiores serão as possibilidades da construção e de expressão de um interesse simétrico dos interlocutores. E tanto melhor e mais bem embasada será a produção de decisão política por parte do governo. Essa possibilidade foi maior na primeira consulta pública digital observada.

Outra característica que marca o funcionamento interno do diálogo on-line, em dada consulta pública digital, é a materialização razoável da racionalidade comunicativa, vinculada à pluralidade de extensões das sequências enunciativas e à qualidade das relações semântico-axiológicas. Quanto maior for o espaço de manifestação discursiva, quanto mais plurais forem os caminhos de articulação de vozes, maior será a possibilidade de construção de discursos crítico-rationais e, à vista disso, maior será o emprego de argumentação objetiva e de racionalidade ao influenciar a produção de decisões políticas. Porém, a existência de racionalidade comunicativa, em um diálogo on-line, entre governo e cidadãos, depende das condições que lhes são dadas para realmente se concretizar. Tais condições são pensadas e desenhadas no momento de construção metodológica da consulta pública digital, como se explicou no capítulo anterior.

Dois outras características marcam o diálogo on-line: os dois níveis de acabamento interno da interação verbal on-line e a pré-determinação inicial do tema. A interação verbal on-line que é, simultaneamente, o funcionamento interno e a ação que efetiva o diálogo on-line, apresentou no *corpus* analisado, dois acabamentos internos: o de cada enunciado individual postado na consulta e o de cada sequência enunciativa constituída por esses enunciados. O segundo acabamento não foi indicado pelos aportes teóricos. Ele aparece a partir do material empírico, o que pode significar uma particularidade real de um tipo de diálogo on-line ainda não problematizada. Outra característica é que todos os temas, inclusive o da primeira consulta pública digital, foram pré-determinados pelo governo, o que, em um primeiro olhar, poderia sugerir uma ação, tão somente, estratégica do governo, que busca justificar e legitimar suas próprias decisões. No entanto, observar apenas por esse prisma seria desconsiderar o fato de que um tema se abre e se atualiza na interação

verbal on-line, formando um *outro* tema, distinto do tema inicial (potencial). O conjunto de sentidos estritos (particulares), em tensionamento, levam à uma síntese provisória ou a vários sentidos divergentes, coabitando a nova identidade do tema. Considerando isso, o diálogo on-line é temático. Essas características, como se pensou no início da investigação, definem um tipo específico de diálogo entre governo e cidadãos, via internet.

Pelas características aqui apresentadas, pergunta-se: como a categoria *diálogo* reaparece depois da análise realizada?

Nos casos investigados, apenas na primeira consulta pública digital há um bom funcionamento interno do fenômeno dialógico. É nela que se pode visualizar uma interação verbal on-line concreta. Essa interação efetiva o que, agora, chamar-se-á de *diálogo temático on-line*, conceituando-o como *um processo dialógico-racional concreto intencional, cujo funcionamento interno se dá pela interação verbal on-line entre governo e cidadãos, que são sujeitos enunciativos distintos, concretos, identificáveis e contextualmente situados; que se inicia a partir de um tema pré-determinado que, logo depois, se transforma pelas diferenças de sentidos estritos e pela construção negociada desses sentidos, em busca de entendimento, a priori*. No diálogo temático on-line, as diferenças dos sujeitos enunciativos podem ser mantidas na expressão da vontade acordada sobre um assunto de interesse geral da população. Ele [diálogo temático on-line] externa um agir concreto – discursivo, é claro – dos sujeitos enunciativos na esfera política governamental. Por meio dele, neste caso concreto, pode-se perceber duas estratégias de participação política: a) a que tenta influenciar a produção de decisões políticas na esfera governamental – a dos cidadãos; e b) a que tenta justificar e legitimar a produção de decisões políticas – a do governo. As duas são faces distintas da mesma ação comunicativa, na prática política, no âmbito da Administração Pública. É na reflexão sobre a situação de comunicação, específica dessa prática [política], que o conceito de *diálogo temático on-line* entre governo e cidadãos pode servir. Este conceito pode ser útil, também, para repensar o ato de participação popular na Administração Pública, por meio da Governança Digital; pode ajudar, também, para pensar uma outra teoria da participação popular via internet; ou, ainda, pode ser uma categoria para auxiliar a sustentar uma nova teoria da comunicação política, refletindo demandas de uma sociedade cada vez mais tecnológica.

Ainda dentro do campo da Comunicação, mais especificamente na área de comunicação governamental, o conceito *diálogo temático on-line*, observando as características aqui identificadas, sob condições específicas, comprova a tese de que há um

diálogo específico entre governo e cidadãos, que não se generaliza nem se confunde com outras formas de diálogo, nem no sentido amplo, nem no sentido estrito já materializado na prática política no âmbito da Administração Pública, seja ela federal, estadual ou municipal. Além disso, o processo identificado como *diálogo temático on-line* e suas características podem ser úteis à construção de: a) diretrizes específicas de comunicação política, b) metodologias de interação verbal on-line mais adequadas a um contexto de participação popular concreto e c) novos critérios de avaliação de interlocução on-line entre governo e cidadãos. É assim que a categoria diálogo reaparece no final desta investigação.

REFERÊNCIAS

AGGIO, Camilo; SAMPAIO, Rafael Cardoso. Democracia digital e participação: os modelos de consulta e os desafios do Gabinete Digital. In: COCCO, Giuseppe (Org.). *Gabinete Digital: Análise de uma experiência*. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2013. p. 19-36.

AMORIM, Marília. Ato *versus* objetivação e outras oposições fundamentais no pensamento bakhtiniano. In: FARACO, Alberto; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto de (Org.). *Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin*. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 17-24.

ARAÚJO, Inesita Soares de. *Mercado simbólico: Interlocução, luta, poder. Um modelo de comunicação para políticas públicas*. 2002. 352f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

ARAÚJO, Margarete Panerai. *Governo eletrônico: Políticas de gestão, comunicação e participação no Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2013.

ARISTÓTELES (384-322 a.C.). *Retórica*. São Paulo: EDIPRO, 2013.

ATAÍDE, Joanita Mota de. *Discurso jornalístico, política e liderança no Brasil (1985-1990)*. São Luís: EDUFMA, 2011.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.

AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (Ed.). *A inovação democrática no Brasil: O orçamento participativo*. São Paulo: Cortez, 2003.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: Concepções e usos na América Latina. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 703-728, 2004.

AVRITZER, Leonardo; WAMPLER, Brian. Públicos participativos: Sociedade civil e novas instituições no Brasil democrático. In: COELHO, Vera; NOBRE, Marcos (Org.). *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 210-238.

BAKHTIN, Mikhail M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 14.ed. São Paulo: Hucitec, 1929-2010.

_____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1929-1981.

_____. *Estética da criação verbal*. 6.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1979-2011.

BAKHTIN, Mikhail; DUVANKIN, Viktor. *Mikhail Bakhtin em diálogo – Conversas de 1973 com Viktor Duvalin*. 2.ed. São Carlos: Pedro & João Ed., 2012.

BARRETO, M. I. As organizações sociais na reforma do Estado brasileiro. In: BRESSER-PEREIRA, L.C.; GRAU, N. C. G. (Org.). *O público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

BARTHES, Roland. (1964). *Elementos da semiologia*. 16.ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 39-63.

BELCHIOR, Miriam. O PT a e reforma do Estado: A experiência dos governos estaduais petistas. In: BITTAR, Jorge (Org.) *Governos Estaduais: Desafios e avanços: Reflexões e relatos de experiências petistas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 86-102.

BEZERRA, Paulo. Polifonia. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chaves*. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 191-200.

BITTAR, Jorge (Org.). *Governos Estaduais: Desafios e avanços: Reflexões e relatos de experiências petistas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRAIT, Beth; MAGALHÃES, Anderson Salvaterra (Org.) *Dialogismo: Teoria e(m) prática*. São Paulo: Terracota, 2014.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. Da estilística aos gêneros do discurso no ensino de línguas. *Revista Estudos Linguísticos*, São Paulo, n. 34, p. 14-27, 2005. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2005/4publica-estudos-2005-pdfs/1-convidado-helena.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

BRANDIST, Craig. Mikhail Bakhtin e os primórdios da sociolinguística soviética. In: FARACO, Alberto; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto de (Org.). *Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin*. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 67-88.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 maio 2013.

_____. *Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm>. Acesso em: 29 maio 2014.

_____. *Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990*. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 12 maio 2014.

_____. *Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990*. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm>. Acesso em: 12 maio 2014.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 12 maio 2014.

_____. *Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998*. Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9709.htm>. Acesso em: 12 maio 2014.

_____. *Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999*. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm>. Acesso em: 12 maio 2014.

_____. *Lei Complementar nº101, de 04 de maio de 2000*. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em 12 maio 2014.

_____. *Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001*. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10257-10-julho-2001-327901-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 12 maio 2014.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. *Documento base para gestores e trabalhadores do SUS*. 4.ed. Brasília, DF, 2008.

_____. Ministério da Saúde. *Redes de produção de saúde*. Brasília, DF, 2009.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Secretaria Geral da Presidência da República. *Relatório participação social na administração pública federal: Desafios e perspectivas para a criação de uma política nacional de participação: diálogos setoriais*. União Europeia/Brasil, 2012. Disponível em: <www.dialogossetoriais.org>. Acesso em: 21 mar.2014.

_____. Presidência da República. Grupo de Trabalho Novas Formas Eletrônicas de Interação. *Proposta de política de governo eletrônico para o poder executivo federal*. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <[file:///C:/Users/pc/Downloads/E15_90proposta_de_politica_de_governo_eletronico%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/pc/Downloads/E15_90proposta_de_politica_de_governo_eletronico%20(1).pdf)>. Acesso em: 12 maio de 2014.

_____. Secretaria-Geral da Presidência da República. *Plano de Ação do Compromisso Nacional pela Participação Social: Guia técnico orientador*. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.participa.br/participacaosocial/gallery/guia-tecnico-orientador.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2014.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís; SIEDENBERG, Dieter Rugard; ALLEBRANDT, Sérgio Luís. Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) RS: Articulações regionais, referenciais estratégicos e considerações críticas. *Revista DRd – Desenvolvimento Regional em Debate*. Ano I, nº 1, p. 81-106, dez. 2011.

CANOTILHO, José Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7.ed. [Lisboa]: Almedina, 1992-2008.

CESAREO, Vincenzo. Associacionismo voluntário. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1992. 2.v., v. 1, p. 64-66.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CLARK, Katerina; HOLQUIST, Michael. *Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

COCCO, Giuseppe (Org.). *Gabinete digital: Análise de uma experiência*. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2013.

COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos (Org.). *Participação e deliberação: Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

CORTÉS, Carlos E. *Política gaúcha (1930-1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

CUNHA, Celso. *Nova gramática de português contemporâneo*. 3.ed.rev.ampl. Rio de Janeiro: Lexikon Informática, 2007.

DAHLET, Patrick. Dialogização enunciativa e paisagem do sujeito. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: Dialogismo e construção do sentido*. 2.ed.rev. Campinas: Ed. Unicamp, 2005. p. 55-84.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem e diálogo: as idéias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar Edições, 2003.

FEDOZZI, Luciano. *Orçamento participativo: Reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2010.

FIORIN, José Luiz. Interdiscursividade e intertextualidade. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: Outros conceitos-chave*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 161-194.

FISS, Regina Sá Britto. A imigração portuguesa e as associações como forma de manutenção da identidade lusitana – sul do Brasil. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, v. 94 (27), 1 ago. 2001, p. 1-19. Disponível em: <www.ub.edu/geocit/sn-94-27.htm>. Acesso em: 20 mar. 2015.

FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. 9.ed. ver. ampl. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2013.

FUNG, Archon. Receitas para esferas públicas: Oito desenhos institucionais e suas consequências. In: COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos (Org.). *Participação e deliberação: Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. 34, 2004, p. 173-209.

GABINETE DIGITAL. *Balanço 2011/2014*. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <www.gabinetedigital.rs.gov.br>. Acesso em: 05 fev. 2015.

_____. *Gabinete digital lança Consulta Pública sobre Reforma Política*. Porto Alegre, 2013a. Disponível em: < Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vKLNH8O6vu>>. Acesso em: 19 nov.2014.

_____. *Governador Pergunta Relatório 1º Edição*. Porto Alegre, 2011a. Disponível em: <www.gabinetedigital.rs.gov.br>. Acesso em: 28 dez.2011.

_____. *Lançamento da consulta pública sobre segurança no trânsito do Gabinete Digital*. Porto Alegre, 2012a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HIuha1BPOw4> >. Acesso em: 19 nov. 2014.

_____. *Notícias*. Gabinete Digital estreia novo website. Porto Alegre, RS: 2012b. Disponível em: <www.gabinetedigital.rs.gov.br>. Acesso em: 17 nov. 2012.

_____. *Relatório Consulta Pública sobre Reforma Política*. Porto Alegre, 2013b. Disponível em: <www.gabinetedigital.rs.gov.br>. Acesso em: 18 ago. 2014.

_____. *Telas da Consulta Pública sobre Atendimento na saúde pública*. Porto Alegre, RS: 2011b. Disponível em: <www.gabinetedigital.rs.gov.br>. Acesso em: 28 dez. 2011.

_____. *Telas da Consulta Pública sobre Segurança no Trânsito*. Porto Alegre, RS: 2012c. Disponível em: <www.gabinetedigital.rs.gov.br>. Acesso em: 27 dez. 2012.

_____. *Telas da Consulta Pública sobre Reforma Política*. Porto Alegre, 2013c. Disponível em: <www.gabinetedigital.rs.gov.br>. Acesso em: 18 jul. 2013.

_____. *Termos de uso do Gabinete Digital*. Porto Alegre, RS: 2011c. Disponível em: <www.gabinetedigital.rs.gov.br>. Acesso em: 28 dez. 2011.

_____. *Veja como funciona o Governador Pergunta*. Porto Alegre, 2011d. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sTE9vQw9lQs>>. Acesso em: 19 nov.2014.

GENRO, Tarso; GRILL, Beto. *Programa de Governo: Caderno de proposta. Um convite ao diálogo*. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/pdf/8772915.pdf>>. Acesso em: 27 mar.2015.

GERTZ, René E. *O aviador e o carroceiro: Política, etnia e religião*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

_____. Médicos alemães no Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX: Integração e conflito. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 20, n.1, p.141-157, jan./mar. 2013.

GIRARDI, Luiz Alberto. Orçamento participativo: Considerações sobre origem e funcionamento. In: DORNELLES, Beatriz (Org.). *Porto Alegre em destaque: História e cultura*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p.271 – 278.

GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. Democracia digital: que democracia? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 2., 2007, Belo Horizonte. *Anais ...* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/13906_Cached.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2015.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. São Paulo: Ed. Unesp, 1962-2014.

_____. *Conhecimento e interesse*. São Paulo: Ed. Unesp, 1968-2014.

_____. *Teoria do agir comunicativo: Racionalidade da ação e racionalização social*. São Paulo: Ed. WMF, Martins Fontes, 1981-2012. 2 v.

_____. *Direito e democracia: Entre factilidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992-1997. 2 v.

HOHLFELDT, Antonio. Nós, que fazemos política. In: GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto. *Nós, os gaúchos*. 4.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. p. 59-63.

_____. A participação popular e seu amadurecimento no Rio Grande do Sul. In: ROTH, J. L. O. (Ed.). *Sala 406: Onde tudo começou*. COREDES: A participação popular. Santa Maria: Casa Editorial, 2005. p. 63-69.

_____. (Org.). *O Rio Grande da conciliação: Administração Germano Rigotto 2003/2006*. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães – PMDB/RS, 2006.

IBGE/PNAD. *Acesso à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2011*. Disponível em:
<www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rs&terra=pnad_internet_celular_2011>.
Acesso em: 1 jun. 2014.

JACOBI, P. *Políticas sociais e ampliação da cidadania*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

JERÔNIMO, Luciana S. de O. Articulações conceituais para pensar interação on-line entre governo e cidadãos. In: GERBASE, Carlos (Org.). *Imaginário em Rede: Comunicação, memória e tecnologia*. Porto Alegre: Sulinas, 2014a.

_____. As linguagens convergentes e líquidas do “Gabinete Digital”: Estratégias que possibilitam a expansão da participação política civil. In: NOVELLI, Ana Lúcia; MOURA, Cláudia Peixoto de; CURVELLO, João José Azevedo. ABRAPCORP, 7, 2013. *Teorias e métodos de pesquisa em comunicação organizacional e relações públicas: Entre a tradição e a inovação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013. p.931-948. Disponível em: <www.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Pdf/978-85-397-0312-8.pdf>. Acesso em: 1 out. 2013.

_____. Através das imagens: Estratégias de rememoração e de sobrevivência histórica do “Gabinete Digital” na relação com os cidadãos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 37., 2014b, Foz do Iguaçu. *Anais eletrônicos...* Foz do Iguaçu: Intercom, 2014. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/sis/2014/resumos/R9-0157-1.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. Dimensão argumentativa da participação cidadã no processo deliberativo: Perspectiva habermasiana de racionalidade comunicativa na consulta pública *online*. *Revista Eletrônica Razón y Palabra, Comunicación y Ciudadanía*, año 19, n.86, p.1-18, abr./jun., 2014c. Disponível em: <http://old.razonypalabra.org.mx/N/N86?08_Luciana_M86.pdf>. Acesso em: 22 set. 2014.

_____. Do ponto de vista da Relação Dialógica entre Enunciados: Como Podemos Pensar o Diálogo entre Governo e Cidadãos na Consulta Pública On-line. In: LOPES, Valéria de Siqueira Castro; FARIAS, Luiz Alberto; SCROFERNEKER, Cleusa Maria Andrade (Org.). ABRAPCORP, 9, 2015. *Comunicação, governança e organizações (Anais)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015a. Disponível em: <www.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Pdf/978-85-397-0751-5.pdf>. Acesso em: 14 set. 2015.

_____. O campo da comunicação e o conceito de diálogo em Bakhtin: Contribuição à investigação sobre interação dialógica nos ambientes digitais na internet. In: HOHLFELDT, Antonio; CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da. (Org.). *Teorias da comunicação: leituras e aplicações*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015b. Disponível em: <www.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Pdf/978-85-397-0770-6.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2015.

KANG, Thomas H. et. al. O novo Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Novo Idese): aspectos metodológicos. *Fundação de Economia e Estatística*, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/20140805novo-idese-artigo-metodologia-28anpec-sul29-2.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

KLIKSBERG, Bernardo. ¿Cómo avanzar la participación en el continente más desigual de todos? *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 41, n.3, p. 537-581, mai./jun. 2007. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6598/5182>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 11.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

KREUTZ, Lúcio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: Instâncias de coordenação e estruturas de apoio. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 15, set./dez. 2000. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE15_11_LUCIO_KREUTZ.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2015.

LIAKOPOULOS, M. Análise Argumentativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático*. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 218-243.

MAIA, Rousiley C. M. Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERNET, DEMOCRACIA E BENS PÚBLICOS, 2000, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, nov. 2000. Disponível em: <[file:///C:/Users/pc/Downloads/Democracia+e+a+internet+como+esfera+publica+virtual%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/pc/Downloads/Democracia+e+a+internet+como+esfera+publica+virtual%20(2).pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2015.

MAIA, Rousiley; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco (Org.). *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MARCHEZAN, Renata Coelho. Diálogo. In: BRAIT, Beth. *Bakhtin: Outros conceitos-chave*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 115-131.

MARCONDES, Valéria. *Internet, democracia e participação popular: Discutindo experiências participativas*. 2011. 233f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MARGETTS, Helen. Governo eletrônico: Uma revolução na administração pública? In: PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (Org.). *Administração pública: Coletânea*. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: ENAP, 2010.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Aspectos teórico-metodológicos do processo comunicativo de deliberação online. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n.6, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522011000200002>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

MARTINS, Eleni Jacques. *Enunciação e diálogo*. 1987. 255p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987.

MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos. *Governo eletrônico no Brasil: Aspectos institucionais e reflexos na governança*. 2004. 315f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2004.

MELLO, Shirlei S. de F.; MARQUES, Stanley S. Consulta popular e audiência pública: Por um administrativo federal dialogado. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 21, 2012, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: UFU, 2012. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=b51a15f382ac9143>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

MENEGASSI, Renilson José. Aspectos da responsividade na interação verbal. *Revista Línguas e Letras*, Cascavel, v. 10, n. 18, 2009, p. 147-170. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/viewArticle/2257>>. Acesso em: 2 mar. 2015.

MODESTO, Paulo. Participação popular na administração pública. Mecanismos de operacionalização. *Revista Eletrônica de Direito do Estado*, Salvador, n. 2, abr./jun. 2005. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/19909-19910-1-PB.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2013.

NOGUEIRA, Roberto Henrique Pôrto. *Contrato eletrônico, assinatura e certificações digitais: Da interpretação dos princípios dos contratos na atualidade aos pressupostos, elementos e requisitos de existência e validade*. 2008. 198f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Direito_NogueiraRH_1.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2015.

NOHARA, Irene Patrícia. Participação popular no processo de administração federal: Consulta, audiência pública e outros meios de interlocução comunitária na gestão democrática dos interesses públicos. In: NOHARA, Irene P.; MORAES FILHOS, Marco Antonio P. de (Org.). *Processo administrativo: Temas polêmicos da Lei 9.784/99*. São Paulo: Atlas, 2011. p. 77-100.

OLIVEIRA, Daniel; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Saúde, cura e associativo: o acervo da Sociedade e Hospital Beneficência Portuguesa de Porto Alegre. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 10, 2010, Santa Maria, *Anais...* Santa Maria, RS: UFMS/UNIFRA, 2010. Disponível em: <http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279056421_ARQUIVO_saude_cura_acervo_ANPUH.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2015.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. Administração pública democrática e efetivação de direitos fundamentais. In: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, 15., Manaus, 2006. *Anais...* Manaus: CONPEDI/EUA, 2006. Disponível em: <www.conpedi.org.br/manaus/arquivo/anais/bh/gustavo_justino_de_oliveira.pdf>. Acesso em: 29 maio 2014.

OLIVERIA, Ryan de Sousa. Colonização alemã e cidadania: A participação política dos teutos-brasileiros no Rio Grande do Sul (século XIX). *Textos de História*, v.16, n.2, Brasília, DF: UnB, 2008. p.79-104.

ORGANISATION DE COOPÉRATION ET DE DÉVELOPPEMENT ÉCONOMIQUES (OCDE). *Des citoyens partenaires: Manuel de l'OCDE sur l'information, la consultation et la participation à la formulation des politiques publiques*. Paris: OCDE, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Benchmarking e-Government: A global perspective*. New York, NY: United Nations – Division for Public Economics and Public Administration, American Society for Public Administration, 2002.

_____. Human development report. *Sustaining human progress: Reducing vulnerabilities and building resilience*. New York, NY: United Nations Development Programme (UNDP), 2014.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. *A vaga sombra do poder: Vida associativa e cultura política na Porto Alegre da década de 1920*. 2004. 317f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

PAULA, Ana Paula Paes de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. *Revista de Administração Empresarial (eRAE)*, São Paulo, v.45, n. 1, p. 36-49, jan./mar. 2005.

PEREIRA, Rodrigo Acosta; RODRIGUES, Rosângela Hammes. O conceito de valoração nos estudos do círculo de Bakhtin: A inter-relação entre ideologia e linguagem. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 14, n. 1, p. 177-194, jan./abr. 2014.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (Org.). *Administração pública: Coletânea*. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: ENAP, 2010.

PIRES, Roberto ; VAZ, Alexandre. *Participação social como método de governo? Um mapeamento das “interfaces socioestatais” nos programas federais*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, fevereiro de 2012. (Texto para Discussão 1707).

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. *Conselhos municipais*. Disponível em: <www2.portoalegre.rs.gov.br>. Acesso em: 21 maio. 2014.

PRIMO, Alex. Interação mútua e interação reativa: Uma proposta de estudo. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 12, p. 81-92, jun. 2000.

PRINCETON UNIVERSITY. Center for Information Technology. *Research project “All Our Ideas”*. New Jersey, 2011. Disponível em: <http://www.allourideas.org/planyc_example?guides=true>. Acesso em: 30 jul. 2014.

REIS, Fábio Wanderley. Deliberação, interesses e “sociedade civil”. In: COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos (Orgs.). *Participação e deliberação: Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. 34, 2004. p. 63-92.

RIBEIRO, Luís Filipe. O conceito de linguagem em Bakhtin. *Palestra*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2006. Disponível em: <www.revistabrasil.org/revista/artigos/crise.htm>. Acesso em: 25 set. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. *Constituição do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1989. Disponível em: <www.al.rs.gov.br/prop/Legislacao/Constituicao/constituicaoestadual.pdf>. Acesso em: 5 maio 2013.

_____. *Lei nº 11.920, de 10 de junho de 2003*. Introduz alterações na Lei nº 11.179, de 25 de junho de 1998, que dispõe sobre a consulta direta à população quanto à destinação de parcela do Orçamento do Estado do Rio Grande do Sul voltada a investimentos e serviços de interesse regional. Porto Alegre, 2003. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100018.asp?Hid_IdNorma=46429&Texto=&Origem=1>. Acesso em: 29 maio 2014.

_____. *Lei nº 13.601, de 01 de janeiro de 2011*. Dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011a. Disponível em:

<http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=55663&hTexto=&Hid_IDNorma=55663>. Acesso em: 29 maio de 2014.

_____. *Decreto nº 48.056, de 24 de maio de 2011*. Institui o Gabinete Digital do governador do Estado e a Comissão Permanente de Cultura e Governança Digital. Porto Alegre, 2011b. Disponível em:

<http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=56175&hTexto=&Hid_IDNorma=56175>. Acesso em: 29 maio 2014.

_____. *Decreto nº 48.223, de 04 de agosto de 2011*. Altera o Decreto nº 48.056, de 24 de maio de 2011. Porto Alegre, 2011c. Disponível em:

<http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=56468&hTexto=&Hid_IDNorma=56468>. Acesso em: 29 maio 2014.

_____. *Decreto nº 50.111, de 25 de fevereiro de 2013*. Altera o Decreto nº 48.056, de 24 de maio de 2011, e dispõe sobre o Gabinete Digital e a Comissão Permanente de Cultura e Governança Digital. Porto Alegre, 2013. Disponível em:

<http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=59041&hTexto=&Hid_IDNorma=59041>. Acesso em: 29 maio 2014.

_____. Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. *Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã: diretrizes iniciais*. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.consultapopular.rs.gov.br/wp-content/uploads/2013/01/EJ-007-Livreto-Portugues-1.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

RIOUX, Jean-Pierre. A associação em política. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p.99-139.

RÜDIGER, Francisco. Imprensa e esfera pública. FISCHER, Luís A.; GERTZ, René Ernaini (Org.) *Nós, os teuto-gaúchos*, 2.ed. Porto Alegre: UFRGS: 1998.

SANTAELLA, Lucia. *Linguagens líquidas na era da mobilidade*. São Paulo: Paulus, 2007.

SALGANIR, Matthew J.; LEVY, Karen E. C. *Wiki surveys: Open and quantifiable social data collection*, 2015. Disponível em:
<<http://www.journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0123483>>.
Acesso em: 11 out. 2015.

SANI, Giacomo. Cultura política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). *Dicionário de política*. 9. ed. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1997. 2v. v.1. p. 306-308.

SANTOS, Alba Cristina Costa dos. *As marcas de Amstad no Cooperativismo e no Associativismo gaúcho: As lembranças da Associação Theodor Amstad e da SINCREDI pioneira*. 2013.154f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa*. Porto: Ed. Afrontamento, 2002.

SCHALLENBERGER, Erneldo. *O associativismo cristão no Sul do Brasil – A contribuição da Sociedade União Popular e da Liga das Uniões Coloniais para a organização social e para o desenvolvimento sul-brasileiro*. 2001. 593 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

SILVA, Fernanda Oliveira da. Associativismo negro e a constituição das identidades étnicas e sociais em Pelotas. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 10., 2010, Santa Maria. *Anais ...* Santa Maria, RS: UFMS/UNIFRA, 2010. Disponível em:
<http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279398194_ARQUIVO_ASSOCIATIVISMONEGROEACONSTITUICAODEIDENTIDADESETNICASESOCIAISEMPELOTAS_1_.pdf>.
Acesso em: 20 mar. 2015.

SILVA, Juremir Machado da. *O que pesquisar quer dizer. Como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da CAPES*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SILVA, Sivaldo Pereira da. Exigências democráticas e dimensões analíticas para a interface digital do Estado. In: MAIA, Rousiley; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco (Org.). *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 123-146.

SCHMIDT, João Pedro. Cultura política alemã: Autoritarismo secular e construção democrática recente. *Revista Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n.16, jan./jun., 2002.

_____. *Capital social e participação política em Santa Cruz do Sul: Um aparente paradoxo*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2004. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/moduloEleicoes/documentos/capital-social.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2015.

SOBRAL, Adail. O conceito de ato ético de Bakhtin e a responsabilidade moral do sujeito. *Revista eletrônica Bioéticos*, p. 121-126, 2009. Disponível em: <<http://www.saocamilo-sp.br/pdf/bioethikos/68/121a126.pdf>>. Acesso em: mar. 2015.

_____. Ato/atividade e evento. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: Conceitos-chaves*. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 11-36.

_____. Uma proposta bakhtiniana de estudo dos gêneros discursivos. In: BRAIT, Beth; MAGALHÃES, Anderson Salvaterra (Org.). *Dialogismo: Teoria e(m) prática*. São Paulo: Terracota Editora, 2014, p. 19-36.

TAVARES, Paulo de Tarso Sant'Anna. *Os modelos de participação popular no estado do Rio Grande do Sul: As experiências do orçamento participativo (OP) e do processo de participação popular (PPP)*. 2006. 77f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O local e o global: Limites e desafios da participação cidadã*. 3.ed. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2002.

TEIXEIRA, Ana Cláudia; SOUZA, Clóvis; LIMA, Paula. *Arquitetura da Participação no Brasil: Uma leitura das representações políticas em espaços participativos nacionais*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2012. (Texto para Discussão 1735).

TELÓ, Fabrício. *Dimensões não-institucionais da ação política: A relação entre fumicultores e organizações em Santa Cruz do Sul/RS*. 2014. 206f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

TENÓRIO, F. Gestão social: Uma perspectiva conceitual. *Revista de Administração Pública*, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998.

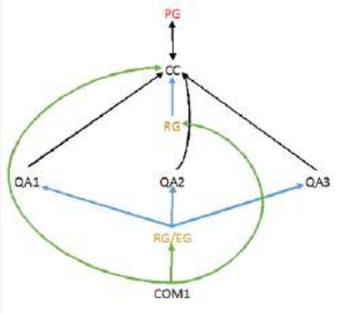
TOCQUEVILLE, Alexis de (1835). *A democracia na América: Leis e costumes: De certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático*. Livro 1. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 2 v.

TOLEDO, Dionísio de Oliveira (Org.). *Teoria da literatura: Formalistas russos*. Porto Alegre, RS: Editora Globo, 1976.

VAZ, José Carlos. Planejamento e desenvolvimento regional: Uma mudança de paradigma. In: BITTAR, Jorge (Org.) *Governos Estaduais: desafios e avanços: reflexões e relatos de experiências petistas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 103-120.

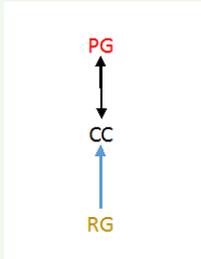
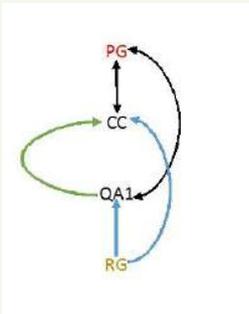
VOGT, Olgário P. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul e o capital social*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2006

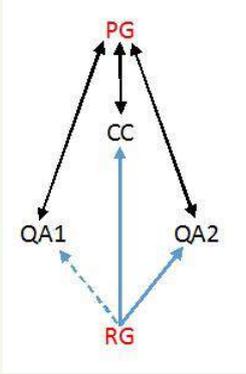
APÊNDICE A – QUADRO DOS CIDADÃOS AUTORES DAS 50 CONTRIBUIÇÕES, NA CONSULTA PÚBLICA DIGITAL SOBRE “ATENDIMENTO NA SAÚDE PÚBLICA”

SUBTEMA	TIPO DE CONTRIBUIÇÃO	AUTORES DAS CONTRIBUIÇÕES
<p>Saúde na sua região</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA LONGA</p> <p><i>CORPUS: SEL1</i></p> 	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: hospitais (agilidade nos diagnósticos).</p>	<p>► Anelise Schena</p> <p>Assunto em primeiro plano: mais recursos para hospitais no interior do RS.</p> <p>(Primeira mais votada) 74.6765 pontos¹⁶⁶</p>
	<p>Questões/contribuições agregadas</p>	<p>► Juciana Carla Raimundi ⁽¹⁶⁷⁾</p> <p>Assunto em primeiro plano: hospitais filantrópicos de pequeno porte.</p>
		<p>► Luiz Henrique de Castro Oliveira</p> <p>Assunto em primeiro plano: transformar hospitais filantrópicos e religiosos em hospitais públicos estaduais.</p> <p>► Ani Flávia</p> <p>Assunto em primeiro plano: hospitais filantrópicos e de pequeno porte.</p>

¹⁶⁶ Em cada consulta pública digital, vinculada ao projeto “All Our Ideas”, da Universidade de Princeton (USA), as votações on-line são convertidas em pontos por um modelo estatístico próprio do projeto. Este modelo estatístico utiliza as respostas para estimar o que eles denominam de “matriz de opinião”, ou seja, o quanto cada respondente valoriza cada tema, utilizando o método de amostragem de Gibbs. A pontuação vai de zero (0) a cem (100) para as preferências relativas dos cidadãos que acessaram e votaram em alguma proposta (Cf. SALGANIK; LEVY, 2015).

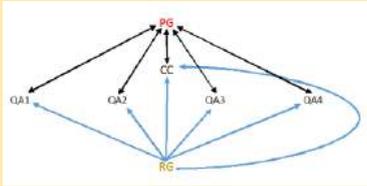
¹⁶⁷ Todos os nomes grifados em azul referem-se àqueles que tiveram mais de uma participação na consulta pública digital sobre “Atendimento na saúde pública”.

	Comentário final da SEL1	<p>► Danielle Reis de Freitas</p> <p>Assunto em primeiro plano: humanização dos hospitais e repasses financeiros (feito pelo Estado) aos hospitais.</p>
<p>Saúde na sua região</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p><i>CORPUS: SEC2</i></p> 	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Agilidade nos diagnósticos.</p>	<p>► Belani Chaves</p> <p>Assunto em primeiro plano: formar plantões médicos para agilizar diagnósticos.</p> <p>(Segunda mais votada) 71.134 pontos</p>
<p>Saúde na sua região</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA MÉDIA</p> <p><i>CORPUS: SEM2</i></p> 	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Centros de especialidades.</p>	<p>► Mauro</p> <p>Assunto em primeiro plano: criação de centro de especialidades regionais para cada 100 mil habitantes.</p> <p>(Terceira mais votada) 67.0588 pontos</p>
	Questão/contribuição agregada	<p>► Tatiane Oss-Emer da Silva</p> <p>Assunto em primeiro plano: Montar veículo (Unidade de Saúde Móvel) para melhorar o atendimento às famílias de Catuípe (RS).</p>

<p>Saúde na sua região</p> <p>SEQÜÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC2</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Regionalização do atendimento de saúde.</p>	<p>► Carlos Lied Sessegolo</p> <p>Assunto em primeiro plano: dividir o atendimento de saúde por regiões.</p> <p>(Quarta mais votada) 66.8008 pontos</p>
<p>Saúde na sua região</p> <p>SEQÜÊNCIA ENUNCIATIVA MÉDIA</p> <p><i>CORPUS: SEM3</i></p> 	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Ampliar o atendimento regional.</p>	<p>► Luciano Zanella</p> <p>Assunto em primeiro plano: gestão autônoma, pelas Coordenadorias Regionais de Saúde, dos serviços médicos de média e alta complexidade, consultas especializadas, leitos de UTI e atendimento do SAMU.</p> <p>(Quinta mais votada) 65.8228 pontos</p>
	<p>Questões/contribuições agregadas</p>	<p>► Angelita Herrmann</p> <p>Assunto em primeiro plano: Controle social, pela gestão e pela participação popular, das solicitações dos prestadores de serviço antes da aprovação por votação.</p> <p>► Ariane Trindade</p> <p>Assunto em primeiro plano: criação de UPAS nos municípios do RS e preservação da função da ESF (Equipe de Saúde da Família).</p>

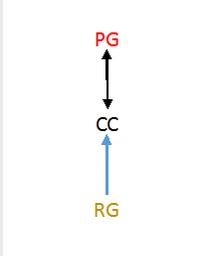
<p>Saúde na sua região</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC2</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: postos de saúde.</p>	<p>► Jefferson Silva dos Santos</p> <p>Assunto em primeiro plano: Aumento de postos com urgência 24 horas.</p> <p>(Sexta mais votada) 65.3484 pontos</p>
<p>Saúde na sua região</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA MÉDIA</p> <p>Repete padrão SEM3</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Hospitais filantrópicos e de pequeno porte.</p>	<p>► Ani Flávia</p> <p>Assunto em primeiro plano: hospitais filantrópicos e de pequeno porte do interior do RS.</p> <p>(Sétima mais votada) 65.1515 pontos</p> <p>OBS: Contribuição agregada na SEL1.</p>
	<p>Questões/contribuições agregadas</p>	<p>► Juciana Carla Raimundi</p> <p>Assunto em primeiro plano: hospitais filantrópicos de pequeno porte da região do RS.</p> <p>OBS: Contribuição agregada também na SEL1.</p>
		<p>► Luiz Henrique de Castro Oliveira</p> <p>Assunto em primeiro plano: transformar hospitais filantrópicos e religiosos em hospitais públicos estaduais.</p> <p>OBS: Contribuição agregada também na SEL1.</p>
<p>Saúde na sua região</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC2</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Hospitais microrregionais especializados.</p>	<p>► Cristiano Aquino</p> <p>Assunto em primeiro plano: uma especialidade em cada hospital de pequeno porte, em cada municípios do RS.</p> <p>(Oitava mais votada) 65 pontos</p>

<p>Saúde na sua região</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC2</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Regionalização da saúde.</p>	<p>► Marcos Alberto Leidens Assunto em primeiro plano: credenciamento de hospitais pelo SUS.</p> <p>(Nona mais votada) 64.7059 pontos</p>
<p>Saúde na sua região</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA MÉDIA</p> <p>Repete padrão SEM3</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Unidade móvel.</p>	<p>► Leandro Ferreira Assunto em primeiro plano: implantação de unidades móveis nas áreas rurais do RS.</p> <p>(Décima mais votada) 64.2857 pontos</p>
	<p>Questões/contribuições agregadas</p>	<p>► Renilda Rodrigues Randolph Assunto em primeiro plano: melhor atendimento nas regiões menores do RS e mais transparência na gestão dos recursos.</p> <p>► Rosinara Melleo Coelho Assunto em primeiro plano: acesso às unidades de pronto atendimento nas cidades menores do RS.</p>
<p>Saúde da família</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC2</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Saúde regional.</p>	<p>► Marcos André Harff Assunto em primeiro plano: hospitais regionais como centro de referência da saúde no interior do estado.</p> <p>(Primeira mais votada) 68.2927 pontos</p>

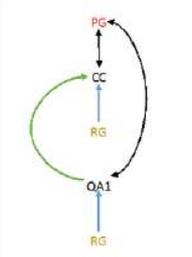
<p>Saúde da família</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC1</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Consultas.</p>	<p>► Elaine Bressan Andrade</p> <p>Assunto em primeiro plano: agendamento das consultas por telefone.</p> <p>(Segunda mais votada) 67.4797 pontos</p>
<p>Saúde da família</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC1</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: A saúde vai até as comunidade.</p>	<p>► Marco Antonio Glanzner</p> <p>Assunto em primeiro plano: Criação de vans equipadas para atendimento em vilas e regiões carentes.</p> <p>(Terceira mais votada) 67.2241 pontos</p>
<p>Saúde da família</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC1</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Investir no Programa Saúde da Família.</p>	<p>► Kátia Regina Frizzo</p> <p>Assunto em primeiro plano: Investimento estadual maciço na ampliação do Programa Saúde da Família.</p> <p>(Quarta mais votada) 65.3226 pontos</p>
<p>Saúde da família</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA LONGA</p> <p><i>CORPUS: SEL2</i></p> 	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Prevenção</p>	<p>► Vários autores, segundo o relatório do governo.</p> <p><i>Obs: Para a investigadora, um(a) autor(a).</i></p> <p>Assunto em primeiro plano: Prevenção como a melhor forma de evitar custos com a saúde pública.</p> <p>(Quinta mais votada) 65.0974 pontos</p>

	Questões/contribuições agregadas	<p>► Sandro Roberto C. Tome da Cruz Assunto em primeiro plano: Ações do Programa Saúde da Família.</p> <p>► Guilherme Silveira Júnior Assunto em primeiro plano: Resultados positivos do investimento em prevenção através do Programa Saúde da Família.</p> <p>► Jean Lucca de Oliveira Becker Assunto em primeiro plano: Cuidado integral, desde a educação permanente dos profissionais até a visitação domiciliar.</p> <p>► Mareu Soares Assunto em primeiro plano: Inversão perversa das atividades na política de saúde, no país.</p>
<p>Saúde da família</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC2</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Saúde</p>	<p>► Jurandy Mattana Assunto em primeiro plano: Atendimento diferenciado para pessoas da terceira idade.</p> <p>(Sexta mais votada) 63.7097 pontos</p>
<p>Saúde da família</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC1</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Hospitais regionais.</p>	<p>► Maria Orsola Rosa de Souza Assunto em primeiro plano: Criação de hospitais na região do Vale dos Sinos.</p> <p>(Sétima mais votada) 63.2479 pontos</p>

<p>Saúde da família</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC2</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Integração entre SUS e escola.</p>	<p>► Robson Lemos Vargas</p> <p>Assunto em primeiro plano: Integração das estruturas físicas do SUS e da escola para melhorar a saúde da família.</p> <p>(Oitava mais votada) 61.7188 pontos</p>
<p>Saúde da família</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA MÉDIA</p> <p>Repete padrão SEM3</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Postos de saúde.</p>	<p>► Ademar Moraes da Cruz</p> <p>Assunto em primeiro plano: Criação de mais postos de saúde para as cidades.</p> <p>(Nona mais votada) 61.3475 pontos</p>
	<p>Questão/contribuição agregada</p>	<p>► Tauã Antonio Borge Fagundes</p> <p>Assunto em primeiro plano: Mais médicos e mais remédios para melhorar o atendimento à comunidade.</p>
<p>Saúde da família</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC2</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Medicina preventiva</p>	<p>► Francisco Vargas</p> <p>Assunto em primeiro plano: Ampliação do modelo de saúde preventiva de competência do Programa Saúde da Família.</p> <p>(Décima mais votada) 60.8483 pontos</p>

<p>Cuidado integral</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p><i>CORPUS: SEC1</i></p>  <p>Réplica longa</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Centros regionais de exames SUS</p>	<p>► Cassia Lopes</p> <p>Assunto em primeiro plano: Centros regionais de exames para melhorar seu tempo de execução e entrega.</p> <p>(Primeira mais votada) 72.1519 pontos</p>
<p>Cuidado integral</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC2</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Saúde na sua região.</p>	<p>► Gisela Kern</p> <p>Assunto em primeiro plano: Treinamento para profissionais da saúde de humanização dentro de hospitais e postos de saúde.</p> <p>(Segunda mais votada) 71.1519 pontos</p>
<p>Cuidado integral</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC1</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Mais leitos hospitalares.</p>	<p>► Sílvia Fernanda Castro de Oliveira</p> <p>Assunto em primeiro plano: Construção de um “mega” hospital, pelo IPERGS para seus conveniados, aumentando a quantidade de leitos hospitalares.</p> <p>(Terceira mais votada) 71.0145 pontos</p>

<p>Cuidado integral</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC2</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Integração Hospital-Posto de Saúde.</p>	<p>► Cristian Mondadori</p> <p>Assunto em primeiro plano: Criação de um sistema de comunicação e informações, relativas aos usuários do sistema de saúde, entre Postos e Hospitais.</p> <p>(Quarta mais votada) 70.8333 pontos</p>
<p>Cuidado integral</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC1</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Médicos no serviço público.</p>	<p>► João Edmundo Apel</p> <p>Assunto em primeiro plano: Todos formados em instituição pública poderiam, após concluir o curso, prestar um ano de atendimento em postos de pronto atendimento.</p> <p>(Quinta mais votada) 69.8795 pontos</p>
<p>Cuidado integral</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC1</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Qualidade de vida é cuidar da saúde!</p>	<p>► Lídia Devitte Fontes</p> <p>Assunto em primeiro plano: São vários. Valorização dos médicos e agentes; maior investimento nos hospitais públicos; aumento do número de médicos, agentes e funcionários dos hospitais; atendimento priorizado e igualitário e pronto atendimento.</p> <p>(Sexta mais votada) 69.3548 pontos</p>
<p>Cuidado integral</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC2</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Saúde na região.</p>	<p>► Leia Rahal</p> <p>Assunto em primeiro plano: Mais recursos estatais para prevenção e tratamento da população.</p> <p>(Sétima mais votada) 66.8942 pontos</p>

<p>Cuidado integral</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC2</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Saúde integral da mulher.</p>	<p>► Liane Terezinha de Araújo Oliveira</p> <p>Assunto em primeiro plano: qualidade e agilidade do diagnóstico e tratamento do câncer de mama, principalmente no interior do estado.</p> <p>(Oitava mais votada) 66.6667 pontos</p>
<p>Cuidado integral</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC1</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Prestação de contas.</p>	<p>► Ângelo Frizzo</p> <p>Assunto em primeiro plano: prestação de contas dos hospitais e do Conselhos Municipais de Saúde, por força de lei.</p> <p>(Nona mais votada) 69.3333 pontos</p>
<p>Cuidado integral</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC1</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Maior resolutividade nos postos de saúde.</p>	<p>► Cristian Mondadori</p> <p>Assunto em primeiro plano: debilidade e pouca resolutividade nos postos de saúde.</p> <p>(Décima mais votada) 67.1053 pontos</p>
<p>Urgência e emergência</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA MÉDIA</p> <p><i>CORPUS: SEM1</i></p> 	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Urgência.</p>	<p>► Marta de Abreu Medeiros</p> <p>Assunto em primeiro plano: agilidade no atendimento; fim das filas de espera; mais UPAS.</p> <p>(Primeira mais votada) 68.6492 pontos</p>
	<p>Contribuição agregada</p>	<p>► Ricardo Ferreira dos Anjos</p> <p>Assunto em primeiro plano: postos de saúde 24 horas, com especialistas.</p>

<p>Urgência e emergência</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA MÉDIA</p> <p>Repete padrão SEM2</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Saúde.</p>	<p>► Egydio G. Manske</p> <p>Assunto em primeiro plano: melhoria do atendimento nos hospitais; aumento da infraestrutura e o quadro de médicos, enfermeiros; e melhoria do salário dos funcionários.</p> <p>(Segunda mais votada) 65.1256 pontos</p>
	<p>Questão/contribuição agregada</p>	<p>► Elias Abip Musa</p> <p>Assunto em primeiro plano: aumento do número de postos de saúde; capacitação de pessoal; e sugestão de receita.</p>
<p>Urgência e emergência</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC2</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Deslocamento da viatura da SAMU.</p>	<p>► Sérgio Gilvani Kohl</p> <p>Assunto em primeiro plano: descentralizar o atendimento telefônico, agilizando o procedimento de triagem.</p> <p>(Terceira mais votada) 63.981 pontos</p>
<p>Urgência e emergência</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC2</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Urgência e emergência.</p>	<p>► Ercília Neves</p> <p>Assunto em primeiro plano: implantação de mais hospitais com capacidade maior para atendimento de emergência.</p> <p>(Quarta mais votada) 63.974 pontos</p>
<p>Urgência e emergência</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC1</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Hospitais.</p>	<p>► Vitor dos Santos Medeiros</p> <p>Assunto em primeiro plano: maior número de médicos na rede pública, de leitos e de ambulâncias; rapidez nos serviços oferecidos.</p> <p>(Quinta mais votada) 63.6199 pontos</p>

<p>Urgência e emergência</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA MÉDIA</p> <p>Repete padrão SEM2</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Pronto Atendimento a todos.</p>	<p>► Alex Winter Quartieri</p> <p>Assunto em primeiro plano: construção de pequenas UPAS em todos os municípios, com população até 50.000, que não possuam hospital de referência.</p> <p>(Sexta mais votada) 63.4049 pontos</p>
	<p>Questão/contribuição agregada</p>	<p>► Marta de Abreu Medeiros</p> <p>Assunto em primeiro plano: criar mais hospitais nos municípios com atendimento prioritário para câncer e doenças graves.</p>
<p>Urgência e emergência</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA MÉDIA</p> <p>Repete padrão SEM2</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Qualificação do serviço de urgência e emergência.</p>	<p>► Cristian Mondadori</p> <p>Assunto em primeiro plano: maiores recursos para os serviços de urgência e emergência dos hospitais de baixa e média complexidade.</p> <p>(Sétima mais votada) 61.4035 pontos</p>
	<p>Questão/contribuição agregada</p>	<p>► Cristian Mondadori</p> <p>Assunto em primeiro plano: resolutividade nos postos de saúde.</p>
<p>Urgência e emergência</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC2</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Urgência e emergência.</p>	<p>► Eduardo Bento Sica</p> <p>Assunto em primeiro plano: Abertura de mais pronto socorro nos municípios do RS.</p> <p>(Oitava mais votada) 59.8253 pontos</p>

<p>Urgência e emergência</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC2</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Reformulação do SUS e hospitais públicos.</p>	<p>► Jackson Adair Gonçalves</p> <p>Assunto em primeiro plano: cursos gratuitos de profissionalização e atualização dos profissionais dos hospitais; supervisão e reestruturação dos hospitais.</p> <p>(Nona mais votada) 59.2417 pontos</p>
<p>A décima questão não foi publicada no relatório.</p>		
<p>Acesso a medicamentos</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC1</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Acesso a medicamentos.</p>	<p>► Flora Maria Portugal Costa Leite</p> <p>Assunto em primeiro plano: desburocratizar o acesso a medicamentos.</p> <p>(Primeira mais votada) 63.0573 pontos</p>
<p>Acesso a medicamentos</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA LONGA</p> <p>Repete padrão SEL2</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Distribuição de medicamentos “essenciais” para controle das doenças.</p>	<p>► Vários autores</p> <p>Assunto em primeiro plano: política de distribuição da medicação, a partir de postos específicos.</p> <p>(Segunda mais votada) 62.9428 pontos</p>
		<p>► Júlio César Padoin</p> <p>Assunto em primeiro plano: consumo de alimentos orgânicos e integrais.</p>

	<p>Questões/contribuições agregadas</p>	<p>► André Moraes Assunto em primeiro plano: mais informações, mais acesso aos medicamentos a preço mais acessível.</p>
		<p>► Rejane Oliveira de Souza Assunto em primeiro plano: disponibilizar mais remédios para diabetes e pressão na região de Sapucaia.</p>
		<p>► Vera Lúcia Ferreira Melo Assunto em primeiro plano: melhorar o atendimento público para acesso a medicamentos.</p>
		<p>► Carlos Lemos Martins Assunto em primeiro plano: maior quantidade de medicamentos para diabéticos na região de Viamão.</p>
		<p>► Suzana Conceição dos Reis Assunto em primeiro plano: maior quantidade de medicamentos para cada bairro, em São Leopoldo.</p>
		<p>► Polyana de Carli Ellwanger Assunto em primeiro plano: mais acesso à medicação na rede pública de atendimento do SUS.</p>
		<p>► Francisco Vargas Assunto em primeiro plano: o governo deve se responsabilizar pelo acesso aos medicamentos dos usuários do SUS e do IPE.</p>

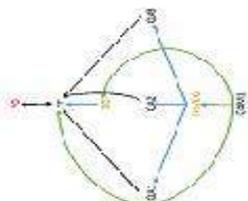
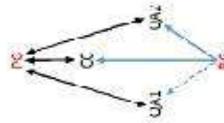
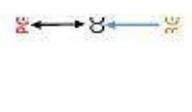
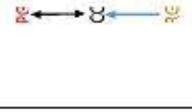
		<p>▶ Simone Flores Assunto em primeiro plano: avaliação estadual das necessidades de cada cidadão sobre acesso à medicamentos.</p>
		<p>▶ Alessandra Cazzuni Assunto em primeiro plano: maior atenção e agilidade com processos de obtenção de medicamentos via estado.</p>
		<p>▶ Marco Aurélio Antunes Assunto em primeiro plano: preço de medicamentos acessível à população.</p>
		<p>▶ Viviane Gouvea Fernandes Assunto em primeiro plano: postos itinerantes para acesso aos medicamentos e maior variedade de medicamentos.</p>
		<p>▶ Eneida Brasil Assunto em primeiro plano: ampliação do estoque de medicamentos e acesso via postos de saúde.</p>
		<p>▶ Renilda Galão Pereira Assunto em primeiro plano: aumentar a distribuição gratuita de medicamentos, nos municípios próximos de Sapucaia do Sul.</p>
<p>Acesso a medicamentos</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Remédios sem burocracia.</p>	<p>▶ Isis Gadenz de Agostinho Assunto em primeiro plano: facilidade de distribuição de</p>

<p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC2</p>		<p>remédios gratuitos e compra simplificada de medicamentos.</p> <p>(Terceira mais votada) 62.8049 pontos</p>
<p>Acesso a medicamentos</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC2</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Facilitar a retirada de receita médica para os idosos.</p>	<p>► Claudia Maria Gonçalves de Freitas</p> <p>Assunto em primeiro plano: facilidade de retirada de receita médica para os idosos.</p> <p>(Quarta mais votada) 62.735 pontos</p>
<p>Acesso a medicamentos</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC1</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Controle na distribuição de medicamentos.</p>	<p>► Guilherme Silveira Júnior</p> <p>Assunto em primeiro plano: distribuição com eficiência e eficácia, sem burocracia para medicamentos.</p> <p>(Quinta mais votada) 61.7166 pontos</p>
<p>Acesso a medicamentos</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC2</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Medicamentos gratuitos.</p>	<p>► Marta de Abreu Medeiros</p> <p>Assunto em primeiro plano: Triagem do governo de quem não tem condições de comprar medicamentos caros.</p> <p>(Sexta mais votada) 61.4152 pontos</p>
<p>Acesso a medicamentos</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC2</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Aumentar a oferta de medicamentos nos postos de saúde.</p>	<p>► André Luiz de Abreu Porto</p> <p>Assunto em primeiro plano: utilização de Atas de Registro de Preços obtidas por licitações públicas, pelas Prefeituras, para compra de medicamentos.</p> <p>(Sétima mais votada) 60.8974 pontos</p>

<p>Acesso a medicamentos</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA MÉDIA</p> <p>Repete padrão SEM1</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: SUS para quem precisa.</p>	<p>► Micheli</p> <p>Assunto em primeiro plano: Aumento da verba para compra de medicamentos; distribuição de medicamentos; e pesquisa sobre quais os medicamentos necessários para cada local.</p> <p>(Oitava mais votada) 59.6257 pontos</p>
	<p>Questão/contribuição agregada</p>	<p>► Archimedes Xiscatti da Silveira</p> <p>Assunto em primeiro plano: cadastro das famílias com uma relação de medicamentos; ampliação da relação de medicamentos na Farmácia Popular; e agenda estatal com visitação de médicos especialistas aos municípios.</p> <p>OBS: O cidadão se identificou como ex-Secretário Adjunto da Saúde e Conselheiro Municipal de Saúde.</p>
<p>Acesso a medicamentos</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC1</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Projeto Poupa Tempo.</p>	<p>► Marcelo Marques Lopes de Oliveira</p> <p>Assunto em primeiro plano: sistema integrado a postos do estado, do município e do país para acesso a medicamentos.</p> <p>(Nona mais votada) 59.4286 pontos</p>

<p>Acesso a medicamentos</p> <p>SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA CURTA</p> <p>Repete padrão SEC2</p>	<p>Tópico dominante, segundo o relatório do governo: Controle Digital de Medicação.</p>	<p>► Margarete Machado</p> <p>Assunto em primeiro plano: criação de um cadastro dos usuários de medicamento de uso controlado e disponibilização de cartão magnético para liberação de medicamento.</p> <p>(Décima mais votada) 58.7017 pontos</p>
--	--	---

APÊNDICE B – TIPOS DE EXTENSÃO DE SEQUÊNCIA ENUNCIATIVA NA CONSULTA PÚBLICA DIGITAL SOBRE “ATENDIMENTO NA SAÚDE PÚBLICA”

	Quant. SEL1	Quant. SEL2	Quant. SEM1	Quant. SEM2	Quant. SEM3	Quant. SEC1	Quant. SEC2	
Atendimento na saúde pública. SUBTFM AS								Réplica curta
Saúde na sua Região	01	-	-	01	03	-	05	
Saúde da Família	-	01	-	-	01	04	04	
Cuidado Integral	-	-	-	-	-	06	04	
Urgência e Emergência	-	-	01	03	-	01	04	
Acesso a Medicamentos	-	01	01	-	-	03	05	

APÊNDICE C – SEQUÊNCIAS ENUNCIATIVAS DA CONSULTA PÚBLICA DIGITAL SOBRE “ATENDIMENTO NA SAÚDE PÚBLICA”

I – SEQUÊNCIAS ENUNCIATIVAS LONGAS

Sequência enunciativa longa 1 (SEL1) – subtema “Saúde na sua Região”

<p>“Como podemos melhorar o atendimento na saúde pública?”</p> <p>Governador (PG)</p> <p>PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Postagem on-line em 09/11/2011. ▶ O enunciado utiliza plural de convite (<i>como podemos</i>). O verbo vai para o plural com a intenção de chamar <i>alguém</i> para uma ação (<u>opinião/contribuição/resposta de alguém</u>) e estabelece o sujeito coletivo (o governo e os cidadãos gaúchos). De forma direta, pelo plural de convite, indica negociação de ideias e de posições avaliativas para chegar a uma significação objetiva que, poderá servir ao planejamento da política pública sobre o <u>atendimento na saúde pública</u>, no RS. ▶ A expressividade do enunciador é marcada pelo tom interrogativo de seu enunciado. Marca a posição de quem não formou uma ideia sobre o tema. O tom interrogativo indica, aos interlocutores presumidos, que eles podem adotar uma atitude responsiva para com o primeiro enunciador. É um ajuste da <i>fala</i> para com os interlocutores presumidos. ▶ Razão para tornar o enunciado aceitável: a saúde desponta <i>em diversas pesquisas de opinião</i> como um dos temas que mais preocupa os gaúchos e gaúchas.
<p>“Gostaria que os hospitais do interior fossem dotados de mais recursos para dar mais atenção aos pacientes evitando lotação nos hospitais da capital”.</p> <p>Anelise Schena (CC)</p> <p>CC = Primeira contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Postagem da contribuição entre 09 a 24/11/2011 e votação on-line 25/11 a 09/12/2011. ▶ Tomada de posição frente à realidade: neste enunciado, a cidadã Anelise Schena responde, de forma direta, à pergunta postada. Ela marca seu enunciado com a expressão de um desejo (<i>gostaria que</i>). Traz para o primeiro plano a ideia sobre <u>dotar de mais recursos os hospitais do interior</u> e, simultaneamente, de forma indireta, produz

<p>Votação on-line da contribuição: 74.6765 pontos¹⁶⁸</p>	<p>um valor qualificativo para os <i>hospitais do interior</i>. Ela se posiciona sobre <i>atendimento na saúde pública do RS</i>. Também indica a motivação de sua contribuição (<i>mais atenção aos pacientes, evitando lotação nos hospitais da capital</i>) e, simultaneamente, a insuficiência de atenção aos pacientes no interior do estado do RS. Ela disputa com outros sentidos e avaliações subjetivas a possibilidade de tornar seu enunciado parte da significação objetiva da consulta para o planejamento de ações governamentais voltado à <i>saúde na sua região</i>.</p> <p>► A expressividade da enunciativa é marcada pelo tom assertivo que, ao apresentar seu ponto de vista sobre o subtema, expõe o objeto que considera mais eficiente e estimula uma mudança na ação governamental (posição responsiva). Sua subjetividade está marcada também pela expressão de um desejo pessoal, o que identifica a veracidade da sua auto-representação. Ou seja, indica ao seu interlocutor, uma atitude sincera.</p> <p>► Razão para tornar o enunciado aceitável: a justificativa – (...<i>para dar mais atenção aos pacientes, evitando lotação nos hospitais da capital</i>).</p>
<p>“Estão previstas a adequação e ampliação dos Leitos Hospitalares de referência Regional, por meio da Ampliação dos Hospitais já existentes ou da construção de Hospitais Regionais, qualificando estes leitos e disponibilizando-os regionalmente, a fim de diminuir a concentração de encaminhamentos para a região metropolitana”.</p> <p>Governador (RG1)</p>	<p>► Postagem da réplica entre 09 a 24/11/2011.</p> <p>► Tomada de posição frente ao discurso da primeira interlocutora: este enunciado é um posicionamento responsivo do governador perante ao enunciado da primeira interlocutora (Anelise). O enunciado indica que, no presente, o que existe é uma previsão de ação futura, mas não diz quando – (<i>Estão previstas a adequação e ampliação...</i>). Caracteriza-se como uma promessa que está sendo feita sobre <i>adequação e ampliação de</i></p>

¹⁶⁸ Em cada consulta pública digital, vinculada ao projeto “All Our Ideas”, da Universidade de Princeton (USA), as votações on-line são convertidas em pontos por um modelo estatístico próprio do projeto. Este modelo estatístico utiliza as respostas para estimar o que eles denominam de “matriz de opinião”, ou seja, o quanto cada respondente valoriza cada tema, utilizando o método de amostragem de Gibbs. A pontuação vai de zero (0) a cem (100) para as preferências relativas dos cidadãos que acessaram e votaram em alguma proposta (Cf. SALGANIK; LEVY, 2015).

<p>RG1 = Primeira réplica/resposta do governador</p>	<p><i>leitos hospitalares</i> condicionados à <u>ampliação dos hospitais já existentes</u> ou à <u>construção de Hospitais Regionais</u>. Ou seja, uma promessa dentro de outra promessa (um fenômeno de discurso). A promessa é a tentativa de produção de sentido, de mudar o sentido total da realidade, sem mudar sua característica material. O <i>tom</i> da enunciação gera alguma dúvida, mas indica algo possível no futuro imediato. A finalidade da ação futura é expressa assim: <u>a fim de diminuir a concentração de encaminhamentos para a região metropolitana</u>. Aqui, o governo (respondente), implicitamente, abre outras questões: quando vai acontecer? Será verdade? Existirá só como promessa? Sua réplica materializa o discurso sobre uma vontade, mas não indica sua concretude. Neste enunciado, o governo disputa com a primeira interlocutora a valoração do objeto do subtema (<u>saúde na sua região</u>), substituindo “hospitais do interior” por “hospitais regionais”, tentando validá-lo à produção de significação objetiva.</p> <p>► A expressividade do enunciador (governador) é marcado pelo tom assertivo institucional do seu enunciado que promete uma ação governamental futura. Na relação com o discurso da cidadã gaúcha (postado), o governador tenta transmitir-lhe segurança e a ideia de que ele é responsável pelas ações objeto de seu discurso. A predição enunciada pelo governo é própria de gêneros retóricos, natural ao campo político. Por meio dela, o governador indica o que considera importante (hospitais já existentes e hospitais regionais), sem entrar na sua tipificação.</p> <p>► Razão para tornar o enunciado aceitável: a justificativa – (... <u>a fim de diminuir a concentração de encaminhamentos para a região metropolitana</u>).</p>
<p>“Valorizar os hospitais filantrópicos de pequeno porte da Região do RS”.</p> <p>Juciana Carla Raimundi (QA1)</p>	<p>► Postagem da contribuição entre 09 a 24/11/2011 e votação on-line 25/11 a 09/12/2011.</p>

<p>QA1 = Primeira questão/contribuição/resposta de cidadão agregada à primeira contribuição (CC).</p>	<p>► Tomada de posição frente à realidade: neste enunciado, a cidadã Juciana Raimundi responde, de forma direta, à pergunta do governador. Ela marca seu enunciado com um tom imperativo que impele o governo a concretizar uma ação: <u>valorizar os hospitais filantrópicos de pequeno porte</u>. Dentre todos os tipos de hospitais do RS, esta interlocutora (Juciana) traz para o primeiro plano o objeto <u>hospitais filantrópicos de pequeno porte</u>. Ela valora esse objeto em grau superior aos outros tipos de hospitais, ou seja, ela está hierarquizando a partir do padrão que ela idealizou. Uma idealização que reflete uma concepção histórica do gaúcho sobre esse tipo de hospital. Ela produz sentido e valor subjetivos sobre <u>atendimento na saúde pública do RS</u> e disputa com outros sentidos e posicionamentos subjetivos a possibilidade de tornar seu enunciado parte da significação objetiva da consulta para o planejamento de ações governamentais voltado à <u>saúde na sua região</u>.</p> <p>► A expressividade da enunciativa é marcada pelo tom imperativo e enxuto (“seco”) de seu enunciado, sem qualquer emotividade, como se fosse uma ordem. Valoriza os hospitais filantrópicos de pequeno porte ao torná-lo o único objeto de seu discurso. Esta forma de expressão do ponto de vista da enunciativa sugere, talvez, objetividade, ou pressa, ou o desinteresse na réplica, parando assim o fluxo discursivo.</p> <p>► Razão para tornar o enunciado aceitável: não apresenta.</p>
<p>“Transformar Hospitais Filantrópicos e Religiosos que dependem mais de 70% de recursos Públicos em Hospitais Públicos Estaduais. com financiamento Tripartite (União, Estado, Município) com investimento, qualificação, e conselho gestor com participação do controle social”.</p> <p>Luiz Henrique de Castro Oliveira (QA2)</p>	<p>► Postagem da contribuição entre 09 a 24/11/2011 e votação on-line 25/11 a 09/12/2011.</p> <p>► Tomada de posição frente à realidade: neste enunciado, o cidadão Luiz Henrique de Castro Oliveira responde, de forma direta, à pergunta do governador. Ele solicita do governador uma ação a respeito de um objeto/tema: <u>transformar hospitais filantrópicos e religiosos em hospitais públicos estaduais</u>. Ele explica a razão de sua</p>

<p>QA2 = Segunda questão/contribuição/resposta de cidadão agregada à primeira contribuição (CC).</p>	<p>proposta, validando-a com dados (<i>...dependem mais de 70% de recursos Públicos...</i>), tentando ser mais preciso na significação e explicando a razão de sua solicitação; propõe como financiar sua ideia e como controlar a gestão daquilo que propôs (<i>com financiamento Tripartite (União, Estado, Município) com investimento, qualificação, e conselho gestor com participação do controle social</i>); produz sentido e valor subjetivos sobre <i>atendimento na saúde pública do RS</i>; disputa com outros sentidos e posicionamentos subjetivos a possibilidade de tornar seu enunciado parte da significação objetiva da consulta para o planejamento de ações governamentais voltado à <i>saúde na sua região</i>. Diferente do enunciado da segunda interlocutora, seu enunciado marca uma mudança de posição: refrata a realidade histórica (comunitária) de valorização dos hospitais filantrópicos, propondo outro objeto para seu lugar (hospitais públicos estaduais).</p> <p>► A expressividade do enunciador é marcada pelo tom imperativo de seu enunciado, como uma ordem. Valoriza os hospitais públicos estaduais, trazendo-o para o primeiro plano de sua <i>fala</i>. Mesmo usando esse <i>tom</i>, na relação que estabelece com a pergunta do governador, solicita como resposta uma ação governamental. Tal solicitação, possibilita a réplica do governador, mesmo que seja apenas no nível discursivo.</p> <p>► Razão para tornar o enunciado aceitável: Hospitais Filantrópicos e Religiosos dependem mais de 70% de recursos Públicos.</p>
<p>“Valorizar os hospitais filantrópicos e de pequeno porte do interior RS”.</p> <p>Ani Flávia (QA3)</p> <p>QA3 = Terceira questão/contribuição/</p>	<p>► Postagem da contribuição entre 09 a 24/11/2011 e votação on-line 25/11 a 09/12/2011.</p> <p>► Tomada de posição frente à realidade: com a mesma estratégia discursiva da segunda interlocutora (Juciana), a cidadã Ani Flávia responde, de forma direta, à pergunta do governador. Ela marca seu enunciado com tom assertivo que impele o governador a concretizar uma ação: <i>valorizar os hospitais</i></p>

<p>resposta de cidadão agregada à primeira contribuição (CC).</p>	<p><i>filantrópicos de pequeno porte</i>. Dentre todos os tipos de hospitais do RS, Ani Flávia (quarta interlocutora) traz para o primeiro plano os <i>hospitais filantrópicos de pequeno porte</i>. Ela valora esse objeto em grau superior aos outros tipos de hospitais, ou seja, ela também está hierarquizando a partir do padrão que ela idealizou. Uma idealização que reflete uma concepção histórica do gaúcho sobre esse tipo de hospital; que expõe a polifonia de sua <i>fala</i>. Ela produz sentido e valor subjetivos sobre <i>atendimento na saúde pública do RS</i> e disputa com outros sentidos e posicionamentos subjetivos a possibilidade de tornar seu enunciado parte da significação objetiva da consulta para o planejamento de ações governamentais voltado à <i>saúde na sua região</i>.</p> <p>► A expressividade da enunciativa é marcada pelo tom imperativo e enxuto (“seco”) de seu enunciado, sem qualquer emotividade, como se fosse uma ordem. Valoriza, tanto os hospitais filantrópicos, quanto os de pequeno porte, ao torná-los objeto de seu discurso. Esta forma de expressão de seu ponto de vista sugere, talvez, objetividade, ou pressa, ou o desinteresse em uma em uma réplica, parando assim, o fluxo discursivo.</p> <p>► Razão para tornar o enunciado aceitável: não apresentada.</p>
<p>“Historicamente, os Hospitais Filantrópicos são responsáveis pela maior parte do atendimento hospitalar pelo SUS no Estado. Para garantir a manutenção desse atendimento, e melhorá-lo, o Governo do Estado vem trabalhando na qualificação da contratualização dos estabelecimentos, o que inclui, também, a fiscalização da prestação de contas e a avaliação da produção dos hospitais. Veja mais detalhes sobre estas ações na resposta sobre os hospitais, abaixo”.</p> <p>Governador (RG2)</p>	<p>► Resposta, presencialmente, no evento em 14/12/2011.</p> <p>► Tomada de posição frente à realidade e aos discursos dos enunciadores precedentes: Este enunciado é uma resposta/réplica do governador aos enunciados de Juciana, Luiz Henrique e Ani Flávia. O governador utiliza dois argumentos para concordar com os enunciados anteriores.</p> <p>No 1º argumento: o governador expõe que reconhece uma orientação comunitária histórica na <i>fala</i> de seus interlocutores, dizendo: <i>historicamente, os Hospitais Filantrópicos são responsáveis pela maior</i></p>

RG2 = Segunda réplica/resposta do governador

parte do atendimento hospitalar pelo SUS no Estado; expõe a hegemonia dos hospitais filantrópicos nesse tipo de atendimento. Este aspecto do enunciado indica uma produção de sentido coletiva que perpassa várias épocas no estado do Rio Grande do Sul. Hospitais filantrópicos são valorizados nesse estado desde a metade do século XX e as vozes *do passado* aparecem na *fala* atual do governador, reafirmando as vozes dos interlocutores precedentes e presentes.

No 2º argumento: o enunciado indica uma ação de continuidade do governo (que ainda não acabou) para manter essa realidade (o Governo do Estado vem trabalhando na qualificação da contratualização dos hospitais filantrópicos). Mas, antes, antecipa a razão para esta ação. Em seguida, ele detalha a ação em curso: (fiscalização da prestação de contas e avaliação da produção dos hospitais). Por último, ele parece remeter sua fala à outro enunciado que fala de hospitais. Ao esclarecer suas ações, o governador reafirma seu posicionamento de gestor público e adere à valoração (histórica) dos hospitais filantrópicos.

Com o 1º argumento, o governador concorda com os enunciados anteriores. Com o 2º argumento, ele discorda dos enunciados anteriores.

► A expressividade do enunciador (governador) é marcada pelo tom explicativo institucional e impessoal do seu enunciado. Na relação com os discursos dos cidadãos gaúchos (postados), o governador relembra uma construção simbólica coletiva, mantida historicamente pela cultura gaúcha (os hospitais filantrópicos), reforçando o sentido contido nos enunciados precedentes. Mas, esclarece a seus interlocutores sobre conteúdos não abordados por eles (a qualificação da contratualização), preenchendo lacunas para a produção de sentido coletivo. Dessa forma, valoriza tanto os hospitais filantrópicos, lembrado pelas interlocutoras, quanto a necessidade de qualificação da contratualização (com suas derivações), ao torná-los objeto de seu

	<p>discurso. Sua posição responsiva é consequência do que foi expresso nos enunciados precedentes e é, ainda, uma abertura para outra atitude responsiva para com ele.</p> <p>► Razão para tornar o enunciado aceitável: a fundamentação de que <u>historicamente, os Hospitais Filantrópicos são responsáveis pela maior parte do atendimento hospitalar pelo SUS no Estado.</u></p>
<p>“Apoio Anelise. De tempos para cá se fala muito em Humanização. Inclusive existe uma cláusula nos contratos dos Hospitais como obrigação a ser cumprida. Acredito que todo o Hospital Filantrópico deveria adotar as sistemáticas de Humanização e Acreditação Hospitalar como prioridade. Infelizmente, a preocupação atual destas entidades resume-se em não fechar suas portas. Os recursos repassados pelo Estado e União são capazes de cobrir as despesas operacionais, mas não sobram recursos para investimento e pagamento do Passivo. Assim, poucos Hospitais conseguem chegar a um nível tecnológico e de recursos humanos capazes de oferecer serviços de maior complexidade, evitando assim o deslocamento de seus municípios para a Capital. Neste ano, o Estado está investindo em Hospitais através de financiamento de obras e aquisição de equipamentos com repasses fundo a fundo. Parabenizo esta iniciativa, mas somente ofereço uma crítica. Em relação ao custeio, deveria ocorrer o repasse mensal de todos os incentivos estaduais, pois as obrigações destes entidades são exigidas mensalmente, porém, o maior incentivo estadual é pago trimestralmente”.</p> <p>Danielle Reis de Freitas (COM1)</p>	<p>► Tréplica, presencialmente, no evento em 14/12/2011.</p> <p>► Tomada de posição frente à realidade e aos discursos do primeiro interlocutor e do governador, utilizando três argumentos no seu enunciado:</p> <p>No 1º argumento: este enunciado começa com uma concordância ao enunciado da primeira interlocutora (Anelise): <u>Apoio Anelise</u>. Com ele, a última interlocutora reafirma o valor qualitativo dos hospitais do interior para a saúde pública do RS. Isso só é compreensível para quem conhece o enunciado de Anelise e em que momento da consulta pública digital ele é postado.</p> <p>No 2º argumento: em seguida, referindo-se ao passado e ao presente imediatos, ela valora, em seu enunciado, um assunto relativo à regionalização da saúde pública: <u>a humanização nos hospitais</u>. Sobre este objeto, ela solicita uma correção normativa no modo de agir do governo (<u>Inclusive existe uma cláusula nos contratos dos Hospitais como obrigação a ser cumprida</u>); expressa sua convicção (<u>Acredito que...</u>) sobre a importância do assunto (<u>Humanização e Acreditação Hospitalar</u>) em relação com outro assunto (<u>Hospital Filantrópico</u>); expressa seu sentimento (<u>Infelizmente...</u>) sobre a situação concreta imediata dos hospitais filantrópicos. Logo depois, muda de objeto/tópico.</p> <p>No 3º argumento: fala de outro assunto (<u>Os recursos repassados pelo Estado e União</u>) e</p>

COM1 = Comentário final/tréplica de cidadão na sequência enunciativa.

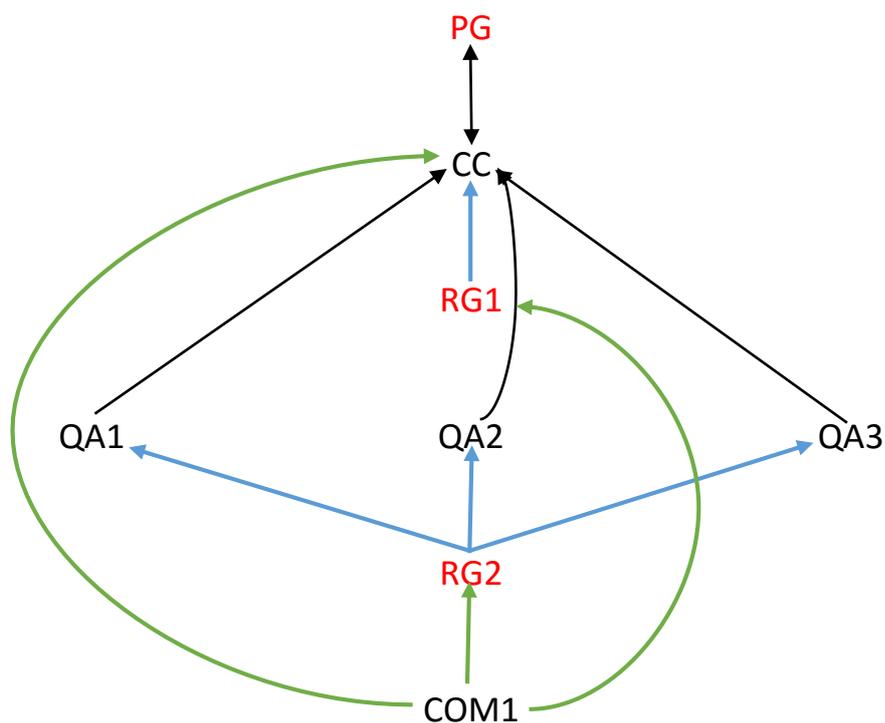
apresenta o contraditório sobre os investimentos estaduais (...*mas não sobram recursos para investimentos e pagamento de Passivo*) nos hospitais filantrópicos. Ao falar dos recursos repassados pelo Estado, produz uma tréplica em relação ao segundo enunciado do governo (RG2) e revela uma realidade: *poucos Hospitais conseguem chegar a um nível tecnológico e de recursos humanos capazes de oferecer serviços de maior complexidade...* Ancora sua fala em uma dimensão espaço-temporal particular (2011), através do termo *Neste ano*. Esse cronótopo serve para produzir sentido sobre a seguinte *fala: o Estado está investindo em Hospitais através de financiamento de obras e aquisição de equipamentos com repasses fundo a fundo*. Ela revela a realidade vivenciada por ela mesma. A partir dessa revelação, parabeniza e critica, simultaneamente, o governo: (*Parabenizo esta iniciativa, mas somente ofereço uma crítica*); ela contrapõe duas posições, tensionando elogio e crítica. Ela explica a razão de sua crítica: *Em relação ao custeio, deveria ocorrer o repasse mensal de todos os incentivos estaduais, pois as obrigações destes entidades são exigidas mensalmente, porém, o maior incentivo estadual é pago trimestralmente*. A crítica é, também, uma solicitação de correção de ação.

Os termos “humanização” e “pagamento de passivos” não são termos da linguagem cotidiana. São termos próprios de um campo argumentativo: a área da saúde. A enunciadora os utiliza.

Danielle Reis de Freitas (a última cidadã a falar) fecha a sequência enunciativa, produzindo uma pluralidade de apreciações sobre assuntos distintos e conexos, e conectados ao subtema “saúde na sua região”. Com a força própria de quem fecha uma enunciação, ela disputa com sentidos subjetivos e apreciações anteriores, sobre a realidade gaúcha de atendimento na saúde pública, a possibilidade de ser ouvida e de contribuir com a significação objetiva do planejamento de ações governamentais para

	<p>a melhoria do atendimento na saúde pública do RS.</p> <p>► A expressividade da enunciadora é marcada pelos tons assertivo e crítico de seu enunciado. Eles traduzem estímulo às ações governamentais, assim como sua aprovação e sua reprovação delas; revelam uma experiência na área de saúde (exteriorizada pelas palavras <i>Humanização e Acreditação Hospitalar, municípios, repasses fundo a fundo</i>, por exemplo) e uma sinceridade (exteriorizada pelos modos verbais <i>apoio, acredito</i>, e pela expressão <i>infelizmente</i>), o que dá à posição responsiva (para com os enunciados antecedentes) um colorido emotivo-valorativo, marcando a subjetividade de sua <i>fala</i>. Sua forma de apresentação e de apreciação de múltiplos assuntos marca a complexidade da sua construção enunciativa. Seu enunciado produz uma “matriz de opinião” rica.</p> <p>► Razões para tornar o enunciado aceitável:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) <u><i>Inclusive existe uma cláusula nos contratos de Hospitais como obrigação a ser cumprida.</i></u> [Razão para solicitar correção de ação normativa]; 2) <u><i>Os recursos repassados pelo Estado e União são capazes de cobrir as despesas operacionais, mas não sobram recursos para investimento e pagamento do Passivo.</i></u> [Razão para dizer o que diz em seguida]; e 3) <u><i>Neste ano, o Estado está investindo em Hospitais através de financiamento de obras e aquisição de equipamentos com repasses fundo a fundo.</i></u> [Razão para o elogio, para a crítica e para a sugestão].
--	---

Extensão [longa] da sequência enunciativa – SEL1



PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa

CC = Primeira contribuição/resposta do cidadão

RG1 = Primeira réplica/resposta do governador

QA1 = Primeira questão/contribuição/resposta do cidadão agregada à primeira contribuição (CC).

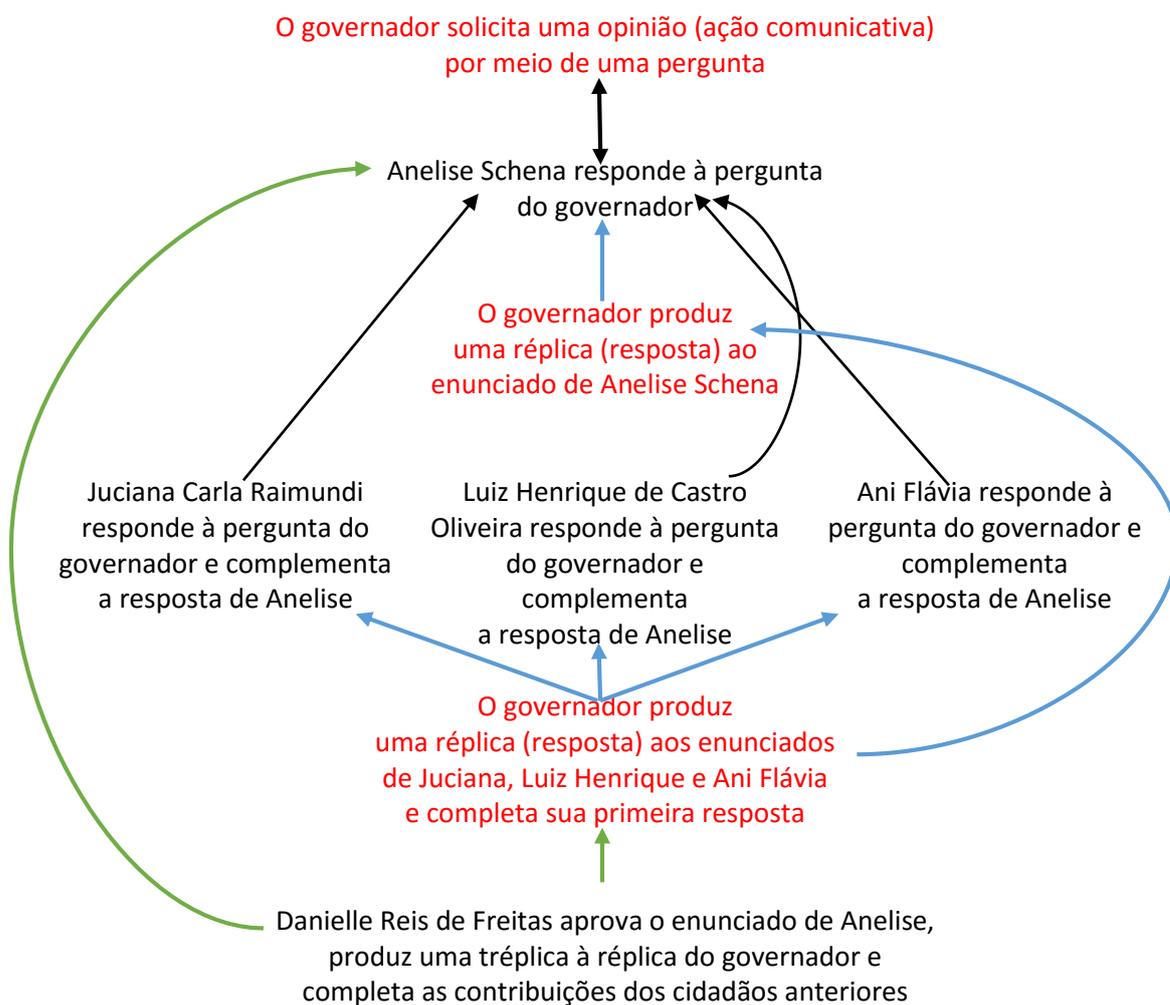
QA2 = Segunda questão/contribuição/resposta do cidadão agregada à primeira contribuição (CC).

QA3 = Terceira questão/contribuição/resposta do cidadão agregada à primeira contribuição (CC).

RG2 = Segunda réplica/resposta do governador

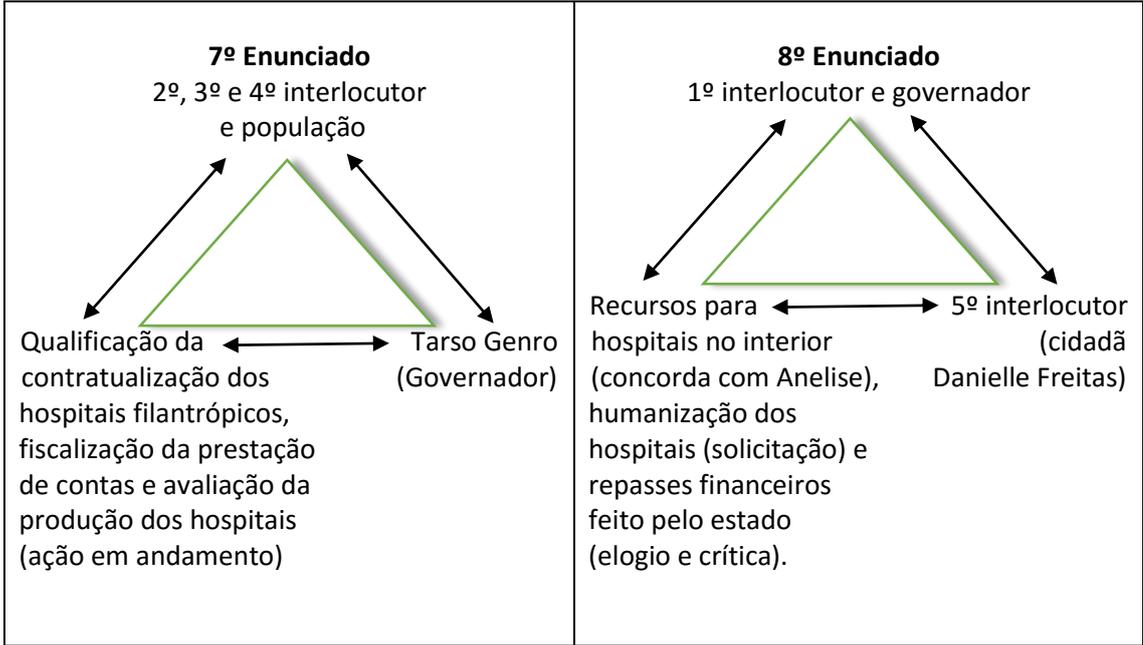
COM1 = Comentário final/tréplica do cidadão, na sequência enunciativa.

**Formação da sequência enunciativa longa (SEL1) –
pergunta, respostas, réplicas e tréplica (fluxo discursivo).**

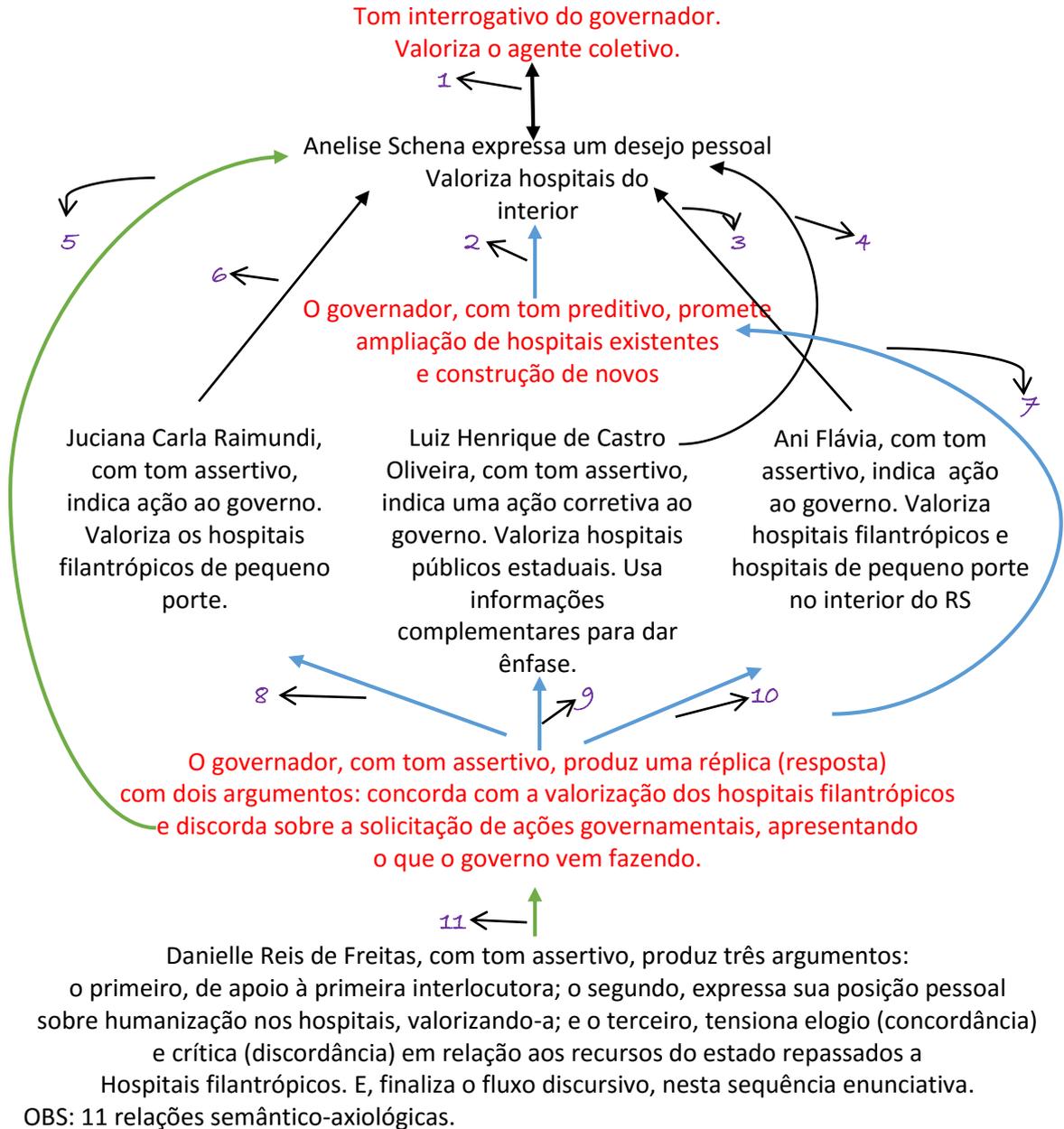


A Tríade viva de cada enunciado (SEL1)

<p>1º Enunciado Tríade inconclusa "Auditório social"</p> <p>Atendimento na saúde pública Governador (Tarso Genro)</p>	<p>2º Enunciado Pergunta do governador e adesão da população</p> <p>Recursos para hospitais no interior 1º interlocutor (cidadã Anelise Schena)</p>
<p>3º Enunciado Réplica/resposta à Anelise e à população</p> <p>Adequação e ampliação dos leitos hospitalares de referência regional (Promessa) Governador (Tarso Genro)</p>	<p>4º Enunciado Governador, Anelise e População</p> <p>Hospitais filantrópicos de pequeno porte 2º interlocutor (cidadã Juciana Carla)</p>
<p>5º Enunciado Governador, Anelise e População</p> <p>Transformação de hospitais filantrópicos e religiosos em hospitais públicos estaduais 3º interlocutor (cidadão Luiz Henrique)</p>	<p>6º Enunciado Governador, Anelise e População</p> <p>Hospitais filantrópicos e de pequeno porte 4º interlocutor (cidadã Ani Flávia)</p>



Sequência enunciativa longa (SEL1) – Relações semântico-axiológicas



Sequência enunciativa longa 2 (SEL2) – subtema “Saúde da Família”

<p>“Como podemos melhorar o atendimento na saúde pública?”</p> <p>Governador (PG)</p> <p>PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Postagem on-line em 09/11/2011. ▶ O enunciado utiliza plural de convite (<i>como podemos</i>). O verbo vai para o plural com a intenção de chamar <i>alguém</i> para uma ação (<u>opinião/contribuição/resposta de alguém</u>) e estabelece o sujeito coletivo (o governo e os cidadãos gaúchos). De forma direta, pelo plural de convite, indica negociação de ideias e de posições avaliativas para chegar a uma significação objetiva que poderá servir ao planejamento da política pública sobre o <u>atendimento na saúde pública</u>, no RS. ▶ A expressividade do enunciador é marcada pelo tom interrogativo de seu enunciado. Marca a posição de quem não formou uma ideia sobre o tema e que deseja fazê-lo. O tom interrogativo indica aos interlocutores presumidos que eles podem adotar uma atitude responsiva para com o primeiro enunciador. É um ajuste da <i>fala</i> para com os interlocutores presumidos. ▶ Razão para tornar o enunciado aceitável: A saúde desponta <i>em diversas pesquisas de opinião</i>, como um dos temas que mais preocupa os gaúchos e gaúchas.
<p>“Penso que a prevenção é a melhor forma de evitar custos com a saúde pública e melhorar a qualidade de vida da população. A atuação direta nas comunidades, verificando as deficiências, as necessidades, são medidas mais eficazes. Agentes verificando e orientando nas residências, especialmente comunidades mais pobres, carentes de informação, cuidados e medidas a serem observadas”.</p> <p>Cidadão ou cidadã não identificado/a (CC)</p> <p>CC = Primeira contribuição/resposta do cidadão</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Postagem da contribuição entre 09 a 24/11/2011 e votação on-line 25/11 a 09/12/2011. ▶ Tomada de posição frente à realidade: neste enunciado, uma cidadã ou um cidadão (não identificado/a) responde, de forma direta, à pergunta postada. Ela/ele marca seu enunciado com a expressão do seu ponto de vista (<i>Penso que</i>); traz para o primeiro plano sua ideia sobre (... <u>melhor forma de evitar custos com a saúde pública e melhorar a qualidade de vida da população</u>). Ela/ele sugere como fazer isso ([...] <u>agentes verificando e orientando nas residências, especialmente comunidades mais pobres</u>). Estabelece relação de comparação entre sua sugestão e ações realizadas pelo Estado (<u>A</u>

<p>Votação on-line: 65.0974 pontos</p>	<p><u>atuação direta nas comunidades</u> [...] <u>são medidas mais eficazes</u>). Ela/ele produz sentido e valor subjetivos sobre <u>atendimento na saúde pública</u> do RS e disputa com outras produções de sentido subjetivo a possibilidade de ser votado e, logo, de tornar seu enunciado parte da significação objetiva da consulta para o planejamento de ações governamentais voltado à “Saúde na família”.</p> <p>► A expressividade do(a) enunciator(a) é marcada pelo tom assertivo do seu enunciado que, ao apresentar seu ponto de vista sobre o subtema “saúde da família”, expõe sua crença na “atuação direta nas comunidades”, em nada alheia à cultura comunitária do RS. A forma de expor seu ponto de vista é, também, marcada pela ênfase que dá utilizando a palavra “mais” (<u>mais eficazes</u>, <u>mais pobres</u>). Ao afirmar <u>penso que</u>, o(a) enunciator(a) faz com que se compreenda que ele(a) está tendo uma atitude sincera, o que caracteriza veracidade de sua autorrepresentação.</p> <p>► Razões para tornar o enunciado aceitável: fundamenta dizendo: <u>a atuação direta nas comunidades, verificando as deficiências, as necessidades, são medidas mais eficazes</u>.</p>
<p>“Saúde da família envolve desde a concepção, gravidez, desejada ou não, acompanhamento do nascimento indo até a fase idosa, onde nessa fase o cidadão em muitas vezes não tem condições de locomoção necessitando a visita do profissional de saúde até a sua residência, um médico, enfermeiro(a), para medição de pressão, aconselhamento sobre saúde, administrando medicamentos...”</p> <p>Sandro Roberto C. Tome da Cruz (QA1)</p> <p>QA1 = Primeira questão/contribuição/resposta do cidadão agregada à primeira contribuição (CC).</p>	<p>► Postagem da contribuição entre 09 a 24/11/2011 e votação on-line 25/11 a 09/12/2011.</p> <p>► Tomada de posição frente à realidade: neste enunciado, Sandro Cruz responde, de forma direta, à pergunta postada. Ele marca seu enunciado com uma explicação detalhada sobre “o que é” <u>saúde da família</u>. Parece quer melhorar a compreensibilidade a respeito do assunto. Disputa a validação de um saber que “deve” tornar-se significação objetiva em qualquer documento ou discurso governamental sobre “Saúde na Família”.</p> <p>► Há um tom explicativo na expressividade do enunciator, como a de um professor que explica um conceito. Não há uma apreciação ou uma sugestão sobre o que lhe foi</p>

	<p>perguntado. Assim, o enunciador produziu um sentido referencial sobre o subtema, sem estabelecer, necessariamente, uma relação com o discurso dos enunciadores precedentes, sem possibilitar uma devolutiva natural a uma argumentação menos elaborada, própria da vida cotidiana.</p> <p>► Razões para tornar o enunciado aceitável: o enunciado é aceitável à luz de uma racionalidade cognitiva, que leva a perceber se o saber é confiável. A racionalidade cognitiva também faz parte da racionalidade comunicativa.</p>
<p>“Melhor Prevenir que Remediar!!! Esta é a ideia para se investir num programa que já mostrou que resultados positivos são possíveis. Basta um investimento forte nesta área para a diminuição de filas nos hospitais, pronto socorros e postos de saúde. Em fim, um estado mais saudável e produtivo é isso que necessitamos!”</p> <p>Guilherme Silveira Júnior (QA2)</p> <p>QA2 = Segunda questão/contribuição/resposta do cidadão agregada à primeira contribuição (CC).</p>	<p>► Postagem da contribuição entre 09 a 24/11/2011 e votação on-line 25/11 a 09/12/2011.</p> <p>► Tomada de posição frente à realidade: neste enunciado, Guilherme Silveira Júnior responde, de forma direta, à pergunta postada. Ele marca, primeiro, seu enunciado com uma expressão popular (<u>Melhor prevenir que remediar!!!</u>), o que revela o caráter polifônico do enunciado, pois há nele diferentes vozes que ecoam por diferentes tempos históricos e por diferentes regiões do Brasil. Logo depois, deixa implícito o assunto de que fala: “Saúde na Família”, exigindo do seu interlocutor um conhecimento próprio de um contexto social comum. Elogia o programa “Saúde da Família”: <u>Esta é a ideia para se investir num programa que já mostrou que resultados positivos são possíveis. Basta um investimento forte nesta área ...</u> Finaliza com uma expressão emotivo-valorativa que traduz a ênfase em uma crença: <u>Em fim, um estado mais saudável e produtivo é isso que necessitamos!</u> Ele produz sentido subjetivo sobre o subtema “Saúde na família”, por meio de expressões emotivo-valorativas, e disputa com outras produções de sentido subjetivo a possibilidade de ser votado e, conseqüentemente, de tornar seu enunciado parte da significação objetiva da consulta para o planejamento de ações governamentais voltado ao “Atendimento na saúde pública” do RS.</p>

	<p>► A expressividade do enunciador é marcada pelo tom exclamativo de seu enunciado, caracterizado por sua forte carga emotiva. Nesse sentido, ele traduz aprovação a respeito de um programa que parece ter um peso nas condições da vida político-social da qual participa. Sua expressividade não se apresenta moldada ao estilo formal que muitos debates públicos têm; ela parece manter uma relação imediata com situações cotidianas em que a espontaneidade tem valor. A forma de expor seu ponto de vista provoca uma atitude responsiva por parte do seu principal interlocutor: o governo.</p> <p>► Razões para tornar o enunciado aceitável: Um explicação sobre seu ponto de vista a respeito de um programa de saúde: <u><i>Esta é a ideia para se investir num programa que já mostrou que resultados positivos são possíveis.</i></u></p>
<p>“A fim de se vislumbrar condições mais dignas aos usuários da saúde pública, propõem-se o cuidado integral. Um dos exemplos práticos dessa rede de cuidados é a educação permanente de profissionais de saúde, nos quais atuaram dentro das comunidades. Logo, o serviço procurará o cidadão, através da visitação domiciliar, por exemplo. Assim, muitas doenças que estão em desenvolvimento podem ser tratadas, em consonância com a medicina preventiva. Também cada cidadão ou família recebe orientação preventiva de higiene, vacinas, etc. de modo a evitar as doenças...”</p> <p>Jean Lucca de Oliveira Becker (QA3)</p> <p>QA3 = Terceira questão/contribuição/ resposta do cidadão agregada à primeira contribuição (CC).</p>	<p>► Postagem da contribuição entre 09 a 24/11/2011 e votação on-line 25/11 a 09/12/2011.</p> <p>► Tomada de posição frente à realidade: neste enunciado, Jean Lucca responde, de forma direta, à pergunta postada. Ele marca seu enunciado propondo <u><i>algo: A fim de se vislumbrar condições mais dignas aos usuários da saúde pública, propõem-se o cuidado integral.</i></u> Ele explica, primeiro, a finalidade de sua proposta. Depois, ele apresenta uma ilustração sobre o assunto: <u><i>Um dos exemplos práticos dessa rede de cuidados é a educação permanente de profissionais de saúde, nos quais atuaram dentro das comunidades.</i></u> Em seguida, antecipa os possíveis efeitos de sua escolha: <u><i>Logo, o serviço procurará o cidadão, através da visitação domiciliar, por exemplo. Assim, muitas doenças que estão em desenvolvimento podem ser tratadas, em consonância com a medicina preventiva. Também cada cidadão ou família recebe orientação preventiva de higiene, vacinas, etc. de modo a evitar as doenças...</i></u> Ele produz sentido e valor subjetivos sobre um tópico do</p>

	<p>subtema “Saúde na família”, utilizando a lógica. Ele disputa, com outras produções de sentido subjetivo, a possibilidade de ser votado e, conseqüentemente, de tornar seu enunciado parte da significação objetiva da consulta para o planejamento de ações governamentais voltado ao “Atendimento na saúde pública” do RS.</p> <p>► A expressividade do enunciador é marcada pelos tons assertivo, explicativo e propositivo de seu enunciado. Ao expor o objeto de seu discurso, o faz por valorizá-lo em relação a outros assuntos sobre “saúde da família”. Desta forma, ele expõe também os ecos de sua comunidade e provoca uma atitude responsiva do seu principal interlocutor: o governador</p> <p>► Razões para tornar o enunciado aceitável: <u>A fim de se vislumbrar condições mais dignas aos usuários da saúde pública...</u> O exemplo exposto também compõe a racionalidade comunicativa própria de uma pretensão de validade criticável (do enunciador).</p>
<p>“A Saúde no país é uma falácia porque está intrinsecamente embasada numa inversão perversa das atividades da quase totalidade dos profissionais que atuam na área. Não somente os profissionais, mas também as instituições, públicas e/ou privadas, se preocupam e investem todos os seus recursos nos eventos relacionado às doenças”.</p> <p>Mareu Soares (QA4)</p> <p>QA4 = Quarta questão/contribuição/resposta do cidadão agregada à primeira contribuição (CC).</p>	<p>► Postagem da contribuição entre 09 a 24/11/2011 e votação on-line 25/11 a 09/12/2011.</p> <p>► Tomada de posição frente à realidade: neste enunciado, Mareu Soares responde, de forma direta, à pergunta postada. Ele marca seu enunciado com uma crítica, tentando explicá-la: <u>A Saúde no país é uma falácia porque está intrinsecamente embasada numa inversão perversa das atividades da quase totalidade dos profissionais que atuam na área.</u> Entretanto, sua explicação só faz sentido para um grupo específico de pessoas que vivencia uma situação social bem particular. Este enunciador completa a crítica: <u>Não somente os profissionais, mas também as instituições, públicas e/ou privadas, se preocupam e investem todos os seus recursos nos eventos relacionado às doenças;</u> ele produz sentido e valor (subjetivos) sobre o tema “Saúde”, generalizando este sentido. Ele disputa, com</p>

	<p>outras produções de sentido subjetivo, a possibilidade de ser votado e, conseqüentemente, de tornar seu enunciado parte da significação objetiva da consulta para o planejamento de ações governamentais voltado ao “Atendimento na saúde pública” do RS.</p> <p>► A expressividade do enunciador é marcada pelo tom assertivo e crítico de seu enunciado e pela valoração do aspecto negativo do investimento feito pelo poder público, na saúde pública. Ele demonstra sua descrença, provocando um contra-argumento do governador. Ao mesmo tempo, denuncia sua percepção de dada realidade sobre o tema pautado.</p> <p>► Razões para tornar o enunciado aceitável: não há no próprio enunciado.</p>
<p>“O propósito do governo é o indicado nas propostas: trabalhar com a integralidade da atenção incluindo a promoção da saúde para contribuir com a qualidade de vida das pessoas e a prevenção das doenças evitando que se desenvolvam, além de intervir oportunamente, tratar e reabilitar quando necessário. A estratégia mais efetiva é a da Saúde da Família, por esse motivo que o governo optou por investir na ampliação das equipes da saúde da família no estado. O objetivo é de abrangermos 70% da população gaúcha com as equipes. O trabalho é nos territórios, com equipes multidisciplinares (várias profissões) e intersetoriais (transversais). Para informar, o seminário sobre os bebês de 2011 teve como tema a visitação: dos visitantes do programa Primeira Infância Melhor e dos Agentes comunitários de Saúde. Houve Uma premiação em homenagem ao psiquiatra infantil Salvador Célia e em reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelas visitantes: tivemos 262 trabalhos inscritos. Ainda, há em conjunto com o MS, outras secretarias estaduais e municípios projetos em</p>	<p>► Resposta, presencialmente, no evento em 14/12/2011.</p> <p>► Tomada de posição frente à realidade e aos discursos dos enunciadores precedentes. Para isso, o enunciador apresenta dois argumentos:</p> <p>O 1º argumento: neste enunciado, o governador concorda com as propostas anteriores, afirmando: <u>O propósito do governo é o indicado nas propostas (...)</u>; sintetiza as falas anteriores e refaz o discurso. Dá ênfase ao subtema “Saúde na família” e apresenta as ações de governo sobre ele, indicando uma meta para o atendimento das famílias: <u>O objetivo é de abrangermos 70% da população gaúcha com as equipes</u>. Ele detalha a metodologia do trabalho: <u>O trabalho é nos territórios, com equipes multidisciplinares (...) e intersetoriais (...)</u>. O governador informa também sobre o tema do seminário sobre bebês (2011): <u>visitação</u>; e sobre a premiação estatal ao trabalho das visitantes, fazendo a publicidade do governo;</p>

desenvolvimento: saúde na escola, vigilância em saúde, academia da saúde, RS mais igual e RS na Paz, saúde mental, redução de danos e atendimento domiciliar. O projeto de governo inclui a educação permanente das equipes da atenção básica de saúde, em especial da saúde da família”.

Governador (RG)

RG = Única réplica/resposta do governador aos cidadãos, que encerra esta sequência enunciativa

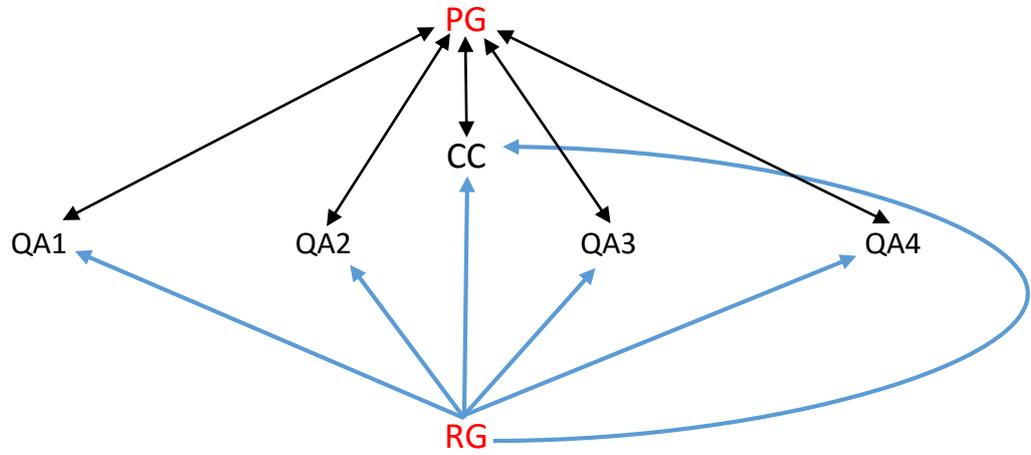
O 2º argumento: Fala de parcerias e de projetos futuros. O enunciador agrega valor a todos os tópicos levantados pelos cidadãos – ele produz valor qualificado sobre eles – e responde, de forma indireta, à crítica do 5º interlocutor e à definição do 2º interlocutor.

► A expressividade do enunciador (o governador) é marcada pelos tons assertivo, preditivo e informativo de seu enunciado. O governador expõe o valor que atribui aos assuntos abordados anteriormente e aos que ainda não foram abordados. Assim, ele se conecta com os enunciados anteriores, confirmando-os e completando-os.

► Razões para tornar o enunciado aceitável:

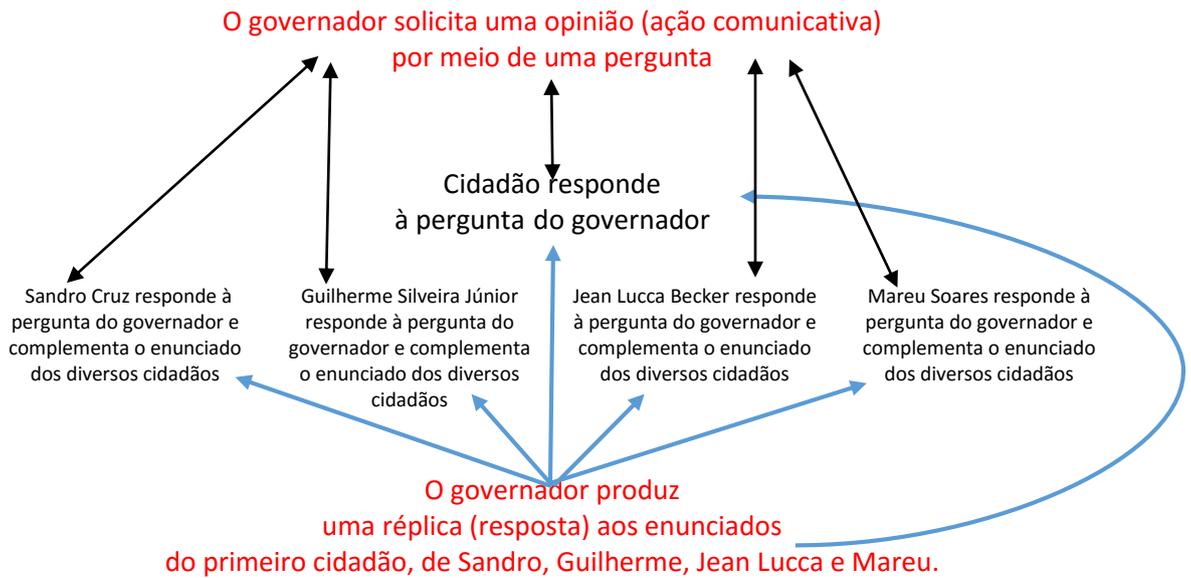
- 1) A estratégia mais efetiva é a da Saúde da Família, por esse motivo que o governo optou por investir na ampliação das equipes da saúde da família no estado. O objetivo é de abrangermos 70% da população gaúcha com as equipes nos territórios, com equipes multidisciplinares (várias profissões) e intersetoriais (transversais) [Razão para afirmar o propósito do governo];
- 2) Para informar, o seminário sobre os bebês de 2011 teve como tema a visitação: dos visitantes do programa Primeira Infância Melhor e dos Agentes comunitários de Saúde. Houve Uma premiação em homenagem ao psiquiatra infantil Salvador Célio e em reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelas visitadoras: tivemos 262 trabalhos inscritos [Razão para afirmar o propósito do governo]; e
- 3) Ainda, há em conjunto com o MS, outras secretarias estaduais e municípios projetos em desenvolvimento ... [Razão para afirmar o propósito do governo].

Extensão [longa] da sequência enunciativa - SEL2

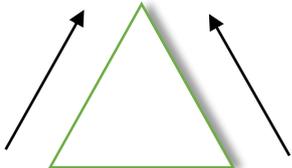
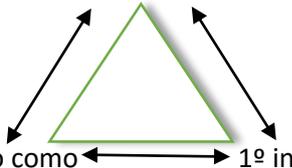
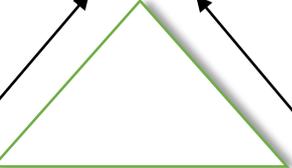


- PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa**
- CC = Primeira contribuição/resposta do cidadão**
- QA1 = Primeira questão/contribuição/resposta do cidadão agregada à primeira contribuição (CC).**
- QA2 = Segunda questão/contribuição/resposta do cidadão agregada à primeira contribuição (CC).**
- QA3 = Terceira questão/contribuição/resposta do cidadão agregada à primeira contribuição (CC).**
- QA4 = Quarta questão/contribuição/resposta do cidadão agregada à primeira contribuição (CC).**
- RG = Única réplica/resposta do governador aos cidadãos, que encerra esta sequência enunciativa**

**Formação da sequência enunciativa longa (SEL2)
pergunta, respostas, réplicas e tréplica (fluxo discursivo)**

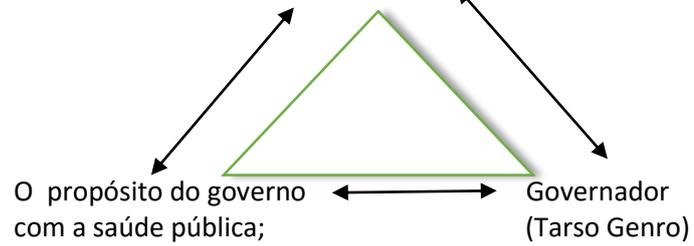


A Tríade viva de cada enunciado (SEL2)

<p>1º Enunciado Tríade inconclusa “Auditório social”</p>  <p>Atendimento na saúde pública Governador (Tarso Genro)</p>	<p>2º Enunciado Pergunta do governador e adesão da população</p>  <p>Prevenção como melhor forma de evitar custos na saúde pública 1º interlocutor (cidadão não identificado)</p>
<p>3º Enunciado Governador e População</p>  <p>Ações do Programa Saúde da Família (explicação) 2º interlocutor (cidadão Sandro Cruz)</p>	<p>4º Enunciado Governador e População</p>  <p>Resultados positivos do investimento em prevenção por meio do Programa Saúde da Família 3º interlocutor (cidadão Guilherme Silveira Júnior)</p>
<p>5º Enunciado Governador e População</p>  <p>Cuidado integral, desde a educação permanente dos profissionais até a visitação familiar 4º interlocutor (cidadão Jean Lucca Becker)</p>	<p>6º Enunciado Governador e População</p>  <p>Inversão perversa das atividades na política de saúde, no país (Crítica). 5º interlocutor (cidadão Mareu Soares)</p>

7º Enunciado

Réplica/resposta do governador
aos cinco interlocutores
e à população



Investimento na Saúde
da Família (estratégia);

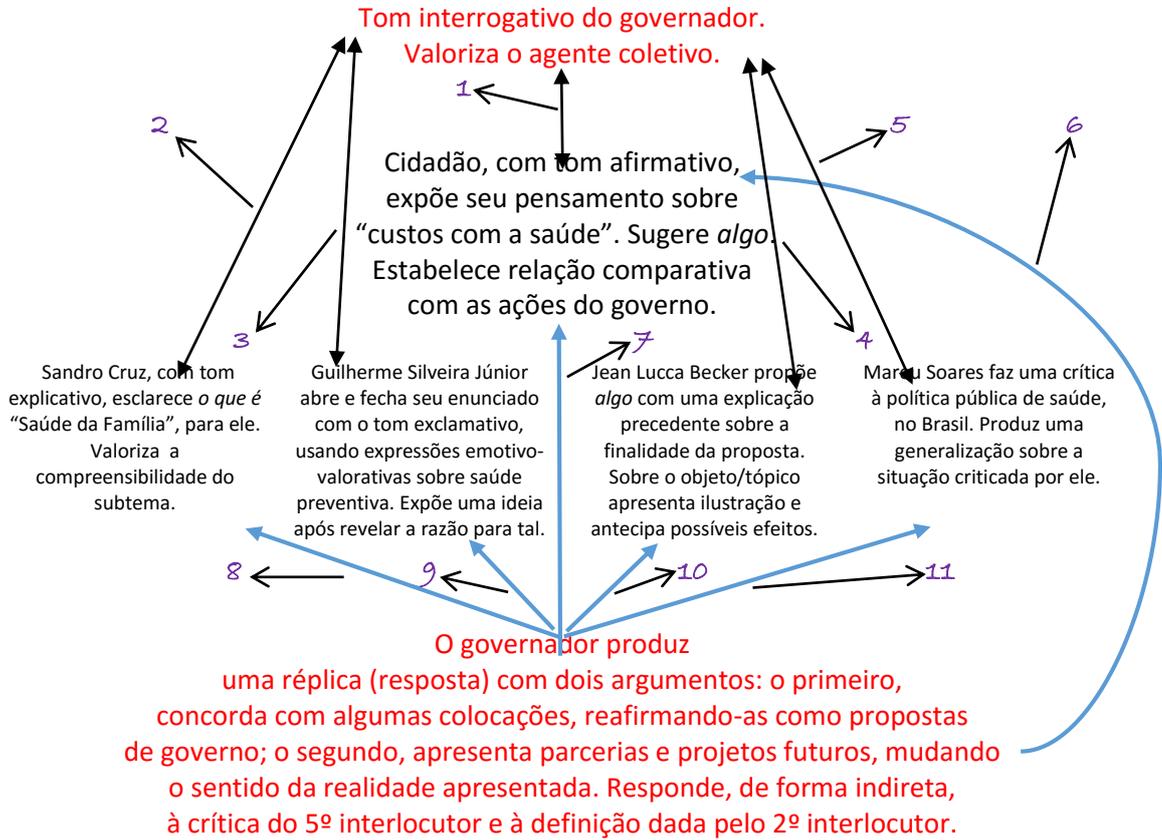
Ampliação das equipes
de visitação;

Premiação de visitantes;

Parceria entre Ministério da
Saúde, Estado e Municípios;

Educação permanente das
Equipes (Projeto).

Sequência enunciativa longa (SEL2) – Relações semântico-axiológicas



OBS: 11 relações semântico-axiológicas.

II – SEQUÊNCIAS ENUNCIATIVAS MÉDIAS

Sequência enunciativa média 1 (SEM1) – subtema “Urgência e Emergência”

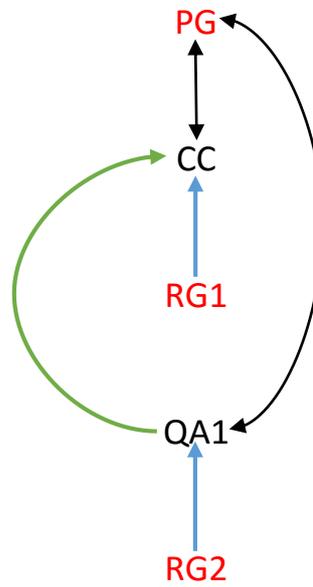
<p>“Como podemos melhorar o atendimento na saúde pública?”</p> <p>Governador (PG)</p> <p>PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Postagem on-line em 09/11/2011. ▶ O enunciado utiliza plural de convite (<i>como podemos</i>). O verbo vai para o plural com a intenção de chamar <i>alguém</i> para uma ação (<i>opinião/contribuição/resposta de alguém</i>), e estabelece o sujeito coletivo (o governo e os cidadãos gaúchos). De forma direta, pelo plural de convite, indica negociação de ideias e de posições avaliativas para chegar a uma significação objetiva que poderá servir ao planejamento da política pública sobre o <u>atendimento na saúde pública</u>, no RS. ▶ A expressividade do enunciador é marcada pelo tom interrogativo de seu enunciado. Marca a posição de quem não formou uma ideia sobre o tema e que deseja fazê-lo. O tom interrogativo indica aos interlocutores presumidos que eles podem adotar uma atitude responsiva para com o primeiro enunciador. É um ajuste da <i>fala</i> para com os interlocutores presumidos. ▶ Razão para tornar o enunciado aceitável: A saúde desponta <i>em diversas pesquisas de opinião</i>, como um dos temas que mais preocupa os gaúchos e gaúchas.
<p>“Mais agilidade no atendimento para os pacientes. Acabar com as filas de espera. O governo deveria abrir mais unidades de pronto atendimento – UPA – para atender os pacientes, desafogando um pouco mais as emergências dos hospitais”.</p> <p>Marta de Abreu Medeiros (CC)</p> <p>Votação on-line: 68.6492 pontos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Postagem da contribuição entre 09 a 24/11/2011 e votação on-line 25/11 a 09/12/2011. ▶ Tomada de posição frente à realidade: neste enunciado, a cidadã Marta de Abreu Medeiros responde, de forma direta, à pergunta postada. Ela expõe o que quer em relação ao subtema “Urgência e Emergência”. Sugere ao governo uma correção no modo de agir e prediz a consequência do que sugere. Dessa forma, ela produz sentido particular sobre o subtema e valoriza o assunto “UPA”, dentro do subtema “urgência e emergência”, disputando com outras produções de sentido

	<p>subjetivo a possibilidade de ser votado e, logo, de tornar seu enunciado parte da significação objetiva da consulta para o planejamento de ações governamentais voltado à “Urgência e Emergência”, no RS.</p> <p>► A expressividade da enunciadora é marcada pelo tom assertivo do seu enunciado, ao apresentar assuntos que derivam do seu objeto de discurso: <u>Mais agilidade no atendimento para os pacientes. Acabar com as filas de espera.</u> Com tom regulativo, solicita uma atitude responsiva, de caráter corretivo (no modo de agir), ao governador, ao mencionar o assunto que lhe é mais relevante: <u>O governo deveria abrir mais unidades de pronto atendimento – UPA.</u></p> <p>► Razões para tornar o enunciado aceitável: A existência de filas de espera e a lotação das emergências dos hospitais.</p>
<p>“Um dos objetivos do governo do Estado é aumentar número de leitos e criar mais UPAs 24 horas em todo o Rio Grande do Sul e melhorar e equipar os postos de pronto atendimento já existentes para garantir o acesso qualificado para todos, em todas as regiões. Mas é importante esclarecer que os Postos de Saúde e UBS têm um papel fundamental para prevenir a doença e tratar precocemente o paciente e devem existir em todos os municípios independentemente do tamanho da população”.</p> <p>Governador (RG1)</p> <p>RG1 = Primeira réplica/resposta do governador</p>	<p>► Postagem on-line.</p> <p>► Tomada de posição frente ao discurso da primeira interlocutora. Para isso, o governador apresenta três argumentos:</p> <p>O 1º argumento: indica uma ação futura do governo: <u>Um dos objetivos do governo do Estado é aumentar número de leitos e criar mais UPAs 24 horas em todo o Rio Grande do Sul e melhorar e equipar os postos de pronto atendimento já existentes ...</u>; indica também a finalidade da ação futura: ... <u>para garantir o acesso qualificado para todos, em todas as regiões.</u> Neste momento, a réplica expressa a vontade do governador, mas não indica “quando”. Caracteriza-se como uma promessa que está sendo feita. A promessa (produção de sentido) é uma tentativa de mudar o sentido total da realidade, sem mudar sua característica material. Indica algo no futuro imediato.</p> <p>O 2º argumento: Logo em seguida, o governador contrapõe a preocupação antecedente, explicando o papel do posto de saúde e da Unidade Básica de Saúde (UBS), reconstruindo o sentido apresentado por</p>

	<p>Marta: <u>Mas é importante esclarecer que os Postos de Saúde e UBS têm um papel fundamental para prevenir a doença e tratar precocemente o paciente [...].</u></p> <p>O 3º argumento: Acrescenta um novo sentido: [...] <u>e devem existir em todos os municípios independentemente do tamanho da população.</u></p> <p>Com este enunciado, o governador disputa com a primeira interlocutora o sentido das UPAS para o “Atendimento na saúde pública” do RS.</p> <p>► A expressividade do enunciador (governador) é marcado pelo tom assertivo institucional do seu enunciado que promete uma ação governamental futura. Na relação com o discurso da cidadã gaúcha (que foi postado), o governador tenta transmitir-lhe segurança e a ideia de que ele é responsável pelas ações objeto de seu discurso. A predição é própria de gêneros retóricos, natural ao campo político. Com tom explicativo, o governador esclarece ao mesmo tempo que contrapõe a interlocutora, como se dissesse “não é bem assim”. No terceiro argumento, há um tom regulativo, com o qual o governador expressa a obrigação moral do Estado.</p> <p>► Razões para tornar o enunciado aceitável: a intenção de garantir acesso qualificado para todos aos postos de pronto atendimento para prevenir doenças e tratar, precocemente, o paciente em todos os municípios.</p>
<p>“Necessitamos de Postos de saúde 24horas, necessitamos também de mais especialistas, e que os postos de saúde fiquem abertos sempre, todos os dias, inclusive nos, feriados, sábados e domingos”.</p> <p>Ricardo Ferreira dos Anjos (QA1)</p>	<p>► Postagem da contribuição entre 09 a 24/11/2011 e votação on-line 25/11 a 09/12/2011.</p> <p>► Tomada de posição frente à realidade: neste enunciado, o cidadão Ricardo Ferreira dos Anjos, responde, de forma direta, à pergunta postada pelo governador. Ele utiliza a primeira pessoa do plural para instaurar o agente coletivo que precisa de assistência do</p>

<p>QA1 = Primeira questão/contribuição de cidadão agregada à primeira contribuição (CC)</p>	<p>Estado (<i>necessitamos de Postos de saúde 24horas, necessitamos também de mais especialistas...</i>), por tempo indeterminado. Ele enfatiza a forma como a assistência médica deve ser (<i>... e que os postos de saúde fiquem abertos sempre, todos os dias, inclusive nos, feriados, sábados e domingos</i>). A força de sua solicitação está no agente coletivo: plural; polifônico.</p> <p>Com isso, ele disputa com outros sentidos e valorações subjetivas, a adesão da população e a possibilidade de tornar seu enunciado parte da significação objetiva da consulta para o planejamento de ações governamentais voltado à “Urgência e Emergência”, embora sua solicitação tenha mais força no planejamento de ação sobre “Atendimento na saúde pública”.</p> <p>► A expressividade do enunciador é marcado pelo tom assertivo de seu enunciado que indica uma necessidade da população.</p> <p>► Razão para tornar o enunciado aceitável: não foi expressa.</p>
<p>“É importante esclarecer que os Postos de Saúde têm um papel fundamental para prevenir a doença e tratar precocemente o paciente e devem existir em todos os municípios independentemente do tamanho da população. Isso evita o aumento do número de casos que viram urgência e emergência – que muitas vezes ocorrem em consequência da falta de um atendimento rotineiro adequado, como por exemplo, o infarto em hipertensos e diabéticos, as crises graves de asma, e os AVCs, também chamados de derrames”.</p> <p>Governador (RG2)</p> <p>RG2 = Segunda réplica/resposta do governador na sequência enunciativa</p>	<p>► Resposta, presencialmente, no evento em 14/11/2011.</p> <p>► Tomada de posição frente ao discurso do segundo interlocutor: esta réplica, ao enunciado do cidadão Ricardo F. dos Anjos, é uma contestação sobre papel dos postos de saúde exposto por ele, por meio de um esclarecimento: <i>É importante esclarecer que os Postos de Saúde têm um papel fundamental para prevenir a doença e tratar precocemente o paciente</i> [...]. Para reforçar seu argumento, o governador explica o alcance espacial dos postos de saúde (<i>... devem existir em todos os municípios independentemente do tamanho da população.</i>) e as consequências dele (<i>Isso evita o aumento do número de casos que viram urgência e emergência – que muitas vezes ocorrem em consequência da falta de um atendimento rotineiro adequado...</i>). Apresenta também exemplos para</p>

	<p>demonstrar veracidade de seu discurso (<u>...como por exemplo, o infarto em hipertensos e diabéticos, as crises graves de asma, e os AVCs, também chamados de derrames</u>).</p> <p>Com este enunciado, o governador disputa com a primeira interlocutora o sentido de “postos de saúde” no “Atendimento na saúde pública” do RS.</p> <p>► A expressividade do enunciador (governador) é marcado pelos tons assertivo, explicativo e institucional do seu enunciado que esclarece sobre o papel dos postos de saúde, dando exemplos, e tomando para si a produção de sentido sobre o assunto.</p> <p>► Razão para tornar o enunciado aceitável: Evitar o aumento no número de casos que viram urgência e emergência nos municípios, <u>como por exemplo, o infarto em hipertensos e diabéticos, as crises graves de asma, e os AVCs, também chamados de derrames</u>.</p>
--	--

Extensão [média] da sequência enunciativa – SEM1

PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa

CC = Primeira contribuição/resposta do cidadão

RG1 = Primeira réplica/resposta do governador

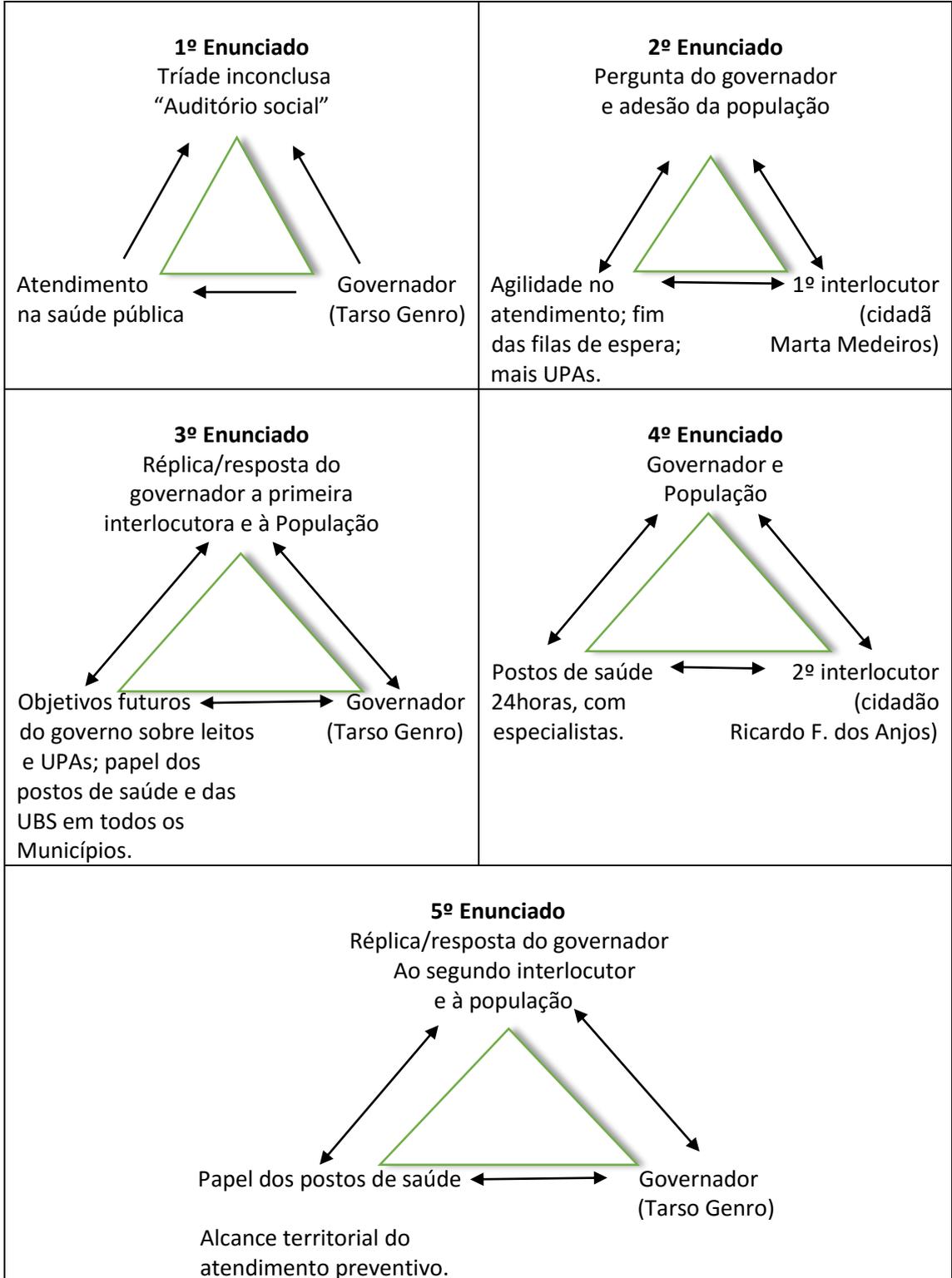
QA1 = Primeira questão/contribuição/resposta do cidadão agregada à primeira contribuição (CC).

RG2 = Segunda réplica/resposta do governador

**Formação da sequência enunciativa média (SEM1) –
pergunta, respostas e réplicas (fluxo discursivo).**



A Tríade viva de cada enunciado (SEM1)



Sequência enunciativa média (SEM1) – Relações semântico-axiológicas



OBS: 05 relações semântico-axiológicas.

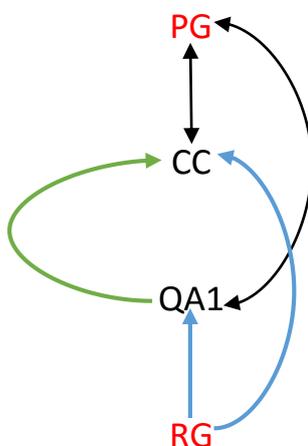
Sequência enunciativa média 2 (SEM2) – subtema “Saúde na sua Região”

<p>“Como podemos melhorar o atendimento na saúde pública?”</p> <p>Governador (PG)</p> <p>PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Postagem on-line em 09/11/2011. ▶ O enunciado utiliza plural de convite (<i>como podemos</i>). O verbo vai para o plural com a intenção de chamar <i>alguém</i> para uma ação (<u>opinião/contribuição/resposta de alguém</u>), e estabelece o sujeito coletivo (o governo e os cidadãos gaúchos). De forma direta, pelo plural de convite, indica negociação de ideias e de posições avaliativas para chegar a uma significação objetiva que poderá servir ao planejamento da política pública sobre o <u>atendimento na saúde pública</u> no RS. ▶ A expressividade do enunciador é marcada pelo tom interrogativo do seu enunciado. Marca a posição de quem não formou uma ideia sobre o tema e que deseja fazê-lo. O tom interrogativo indica aos interlocutores presumidos que eles podem adotar uma atitude responsiva para com o primeiro enunciador. É um ajuste da <i>fala</i> para com os interlocutores presumidos. ▶ Razão para tornar o enunciado aceitável: A saúde desponta <i>em diversas pesquisas de opinião</i>, como um dos temas que mais preocupa os gaúchos e gaúchas.
<p>“Sugiro que se crie centro de especialidades regionais para cada 100 mil habitantes por exemplo ou tantos km2 de área. Serviria para desafogar Porto Alegre e diminuir a tortura aos doentes que aguardam meses por uma vaga, meses para um exame, retorno ou procedimento e que necessitam viajar várias horas”.</p> <p>Mauro (CC)</p> <p>CC = Primeira contribuição/resposta do cidadão</p> <p>Votação on-line: 67.0588 pontos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Postagem da contribuição entre 09 a 24/11/2011 e votação on-line 25/11 a 09/12/2011. ▶ Tomada de posição frente à realidade: neste enunciado, o cidadão Mauro responde, de forma direta, à pergunta postada. Ele sugere, com tom afirmativo, <i>algo</i> sobre o subtema “Saúde na sua Região”, com dados numéricos, para ser mais exato: <u>Sugiro que se crie centro de especialidades regionais para cada 100 mil habitantes por exemplo ou tantos km2 de área</u>. Logo em seguida, apresenta a finalidade de sua sugestão, indicando situações prospectivas: <u>Serviria para desafogar Porto Alegre e diminuir a tortura aos doentes que aguardam meses por</u>

	<p><u>uma vaga, meses para um exame, retorno ou procedimento e que necessitam viajar várias horas.</u></p> <p>Com esta sugestão, ele disputou com outros sentidos e avaliações subjetivas a adesão da população, pelo voto on-line, e a possibilidade de tornar seu enunciado parte da significação objetiva da consulta para o planejamento de ações governamentais voltado à “Saúde na sua Região”.</p> <p>► Razão para tornar o enunciado aceitável: <u>desafogar Porto Alegre e diminuir a tortura aos doentes que aguardam meses por uma vaga, meses para um exame, retorno ou procedimento e que necessitam viajar várias horas.</u></p>
<p>“Catuípe tem 9.843 habitantes. Onde segundo dados do IBGE, somente 54% da população moram na zona urbana. O município possui 3 ESF que atendem na zona urbana, deste modo pensando em melhor atender a população rural, uma vez que a base econômica do município é agrícola, merecem um atendimento ímpar, então pretendendo melhorar o acesso desta população, pensamos em montar um veículo”.</p> <p>Tatiane Oss-Emer da Silva (QA1)</p> <p>QA1 = Primeira questão/contribuição/resposta do cidadão agregada à primeira contribuição (CC).</p>	<p>► Postagem da contribuição entre 09 a 24/11/2011 e votação on-line 25/11 a 09/12/2011.</p> <p>► Tomada de posição frente à realidade: neste enunciado, a cidadã Tatiane Oss-Emer da Silva responde, de forma direta, à pergunta postada.</p> <p>O argumento: Ela informa alguns dados sobre o lugar (espaço) de onde fala (<u>Catuípe tem 9.843 habitantes. Onde segundo dados do IBGE, somente 54% da população moram na zona urbana. O município possui 3 ESF que atendem na zona urbana...</u>) para depois expor o que quer, a partir de uma circunstância (<u>...deste modo pensando em melhor atender a população rural, uma vez que a base econômica do município é agrícola, merecem um atendimento ímpar...</u>). Antecipa uma ação prospectiva final; utiliza a primeira pessoa do plural para instaurar sua própria sugestão e concretizá-la (<u>...então pretendendo melhorar o acesso desta população, pensamos em montar um veículo</u>). Está cidadã atribui valor qualitativo ao <u>veículo</u> para atendimento de saúde.</p> <p>Com sua argumentação, ela disputou com outros sentidos e avaliações subjetivas a adesão da população, pelo voto on-line, e a</p>

	<p>possibilidade de tornar seu enunciado parte da significação objetiva da consulta para o planejamento de ações governamentais voltado à “Saúde na sua Região”.</p> <p>► Razão para tornar o enunciado aceitável: <u>Catuípe tem 9.843 habitantes. Onde segundo dados do IBGE, somente 54% da população moram na zona urbana. O município possui 3 ESF que atendem na zona urbana...</u></p>
<p>“Está prevista como projeto prioritário de governo a construção de CENTROS DE ESPECIALIDADES REGIONAIS, que darão suporte regional para as unidades básicas de saúde e hospitais na realização de consultas especializadas e exames”.</p> <p>Governador (RG)</p> <p>RG = Réplica/resposta do governador</p>	<p>► Resposta, presencialmente, no evento em 14/12/2011.</p> <p>► Tomada de posição frente à realidade e aos discursos dos enunciadores precedentes: Este enunciado é uma resposta/réplica do governador aos enunciados de Mauro e Tatiane.</p> <p>O argumento: O governador instaura uma previsão e enfatiza o objeto/tópico de uma ação futura com letras maiúsculas (<u>Está prevista como projeto prioritário de governo a construção de CENTROS DE ESPECIALIDADES REGIONAIS...</u>); expõe as possíveis consequências da ação futura (<u>...que darão suporte regional para as unidades básicas de saúde e hospitais na realização de consultas especializadas e exames</u>).</p> <p>Seu discurso é uma tentativa de mudar o sentido da realidade apresentada pelos enunciadores precedentes. Com essa estratégia discursiva, o governador disputa com os seus interlocutores a produção de sentido sobre o subtema “Saúde na sua Região”, tentando validar seus discurso para a produção de significação objetiva.</p>

Extensão [média] da sequência enunciativa – SEM2



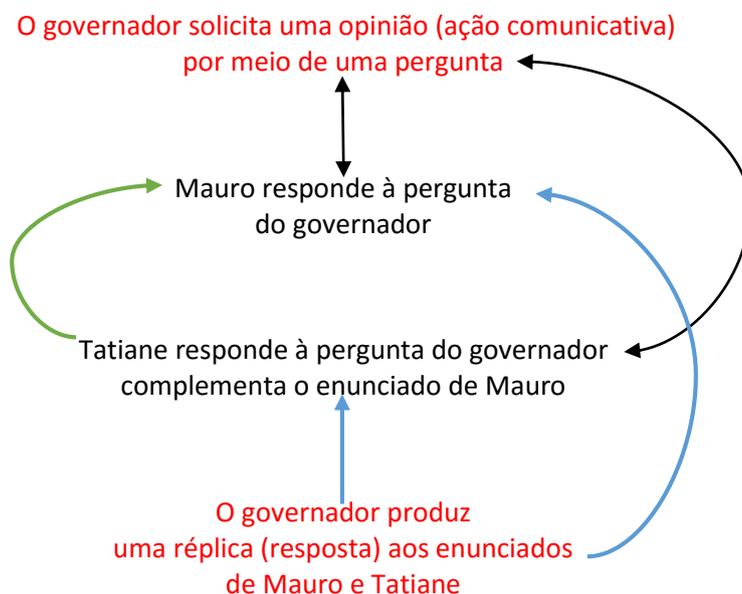
PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa

CC = Primeira contribuição/resposta do cidadão

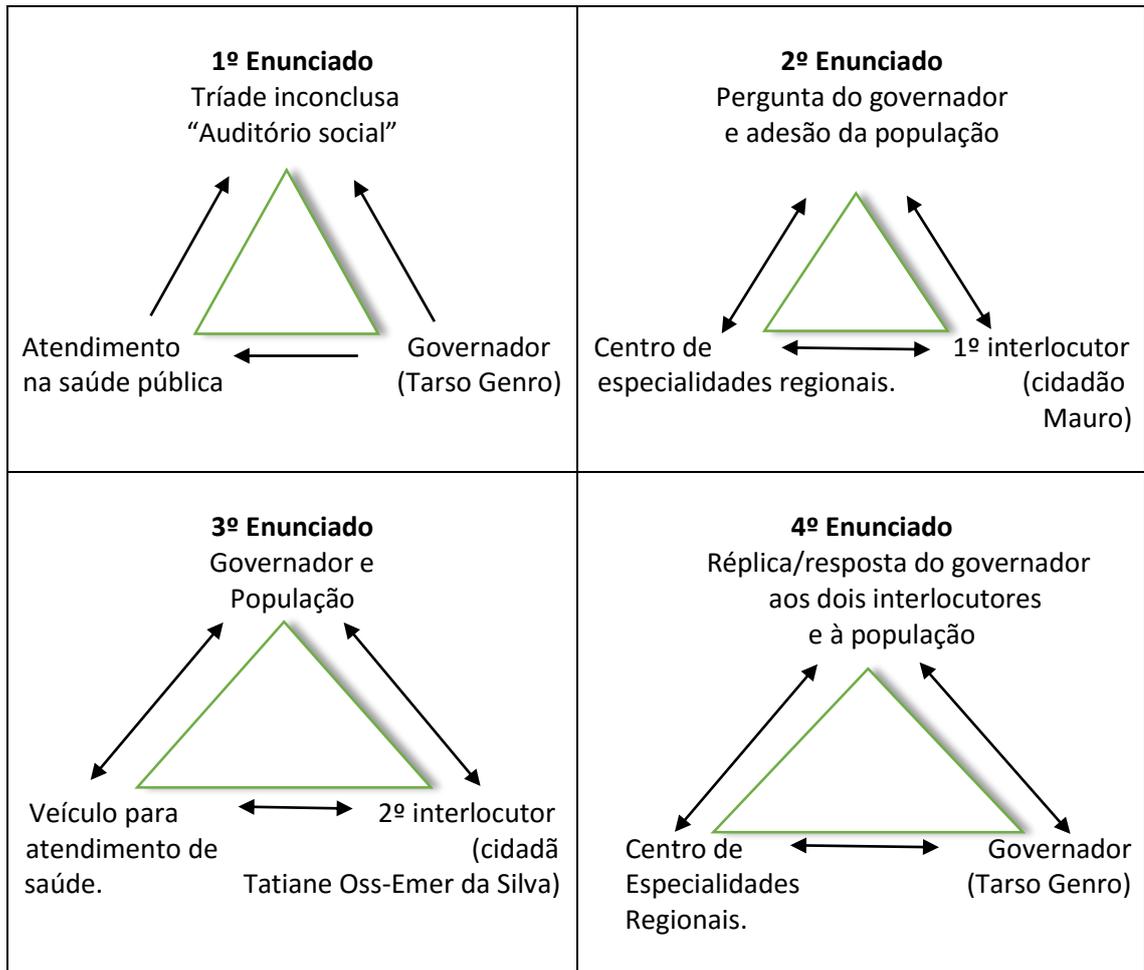
QA1 = Primeira questão/contribuição/resposta do cidadão agregada à primeira contribuição (CC).

RG = Réplica/resposta do governador aos enunciados dos interlocutores precedentes

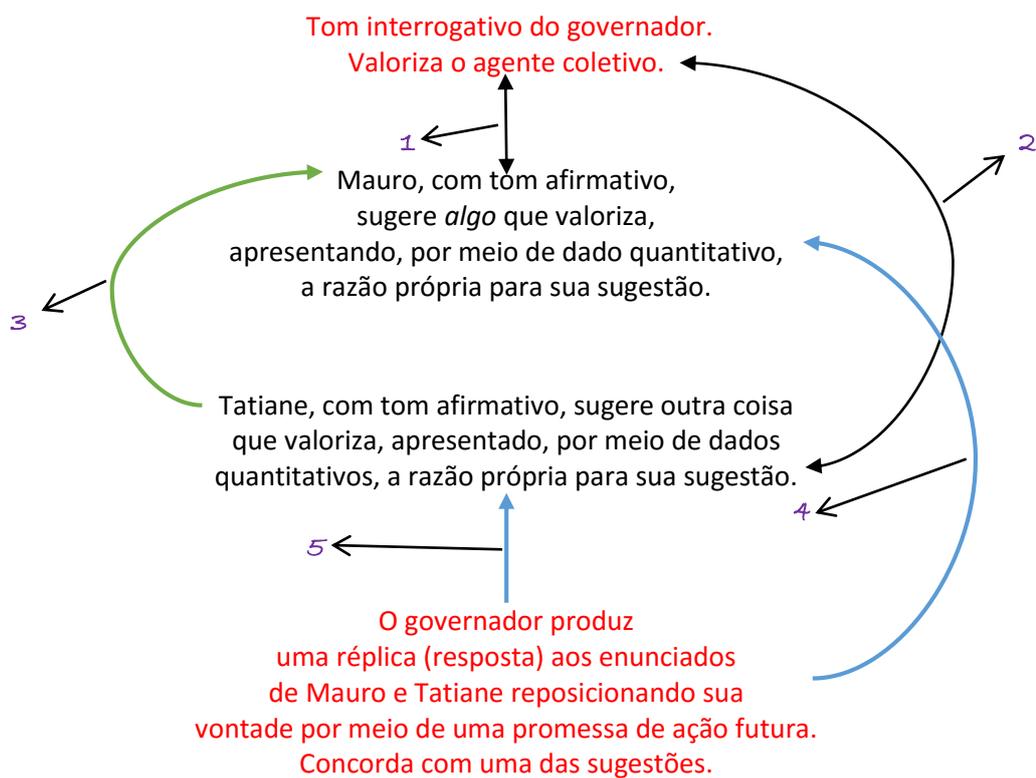
Formação da sequência enunciativa média 2 (SEM2) – pergunta, respostas e réplicas.



A Tríade viva de cada enunciado (SEM2)



Sequência enunciativa média (SEM2) – Relações semântico-axiológicas



OBS: 05 relações semântico-axiológicas.

Sequência enunciativa média 3 (SEM3) – subtema “Saúde na sua Região”

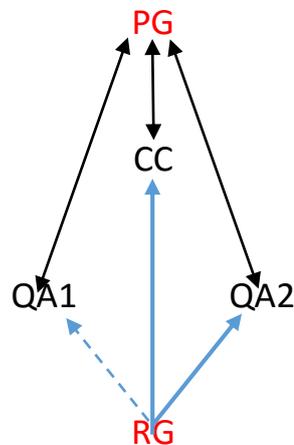
<p>“Como podemos melhorar o atendimento na saúde pública?”</p> <p>Governador (PG)</p> <p>PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa</p>	<p>► Postagem on-line em 09/11/2011.</p> <p>► O enunciado utiliza plural de convite (<i>como podemos</i>). O verbo vai para o plural com a intenção de chamar <i>alguém</i> para uma ação (<u>opinião/contribuição/resposta de alguém</u>), e estabelece o sujeito coletivo (o governo e os cidadãos gaúchos). De forma direta, pelo plural de convite, indica negociação de ideias e de posições avaliativas para chegar a uma significação objetiva que poderá servir ao planejamento da política pública sobre o <u>atendimento na saúde pública</u> no RS.</p> <p>► A expressividade do enunciador é marcada pelo tom interrogativo do seu enunciado. Marca a posição de quem não formou uma ideia sobre o tema e que deseja fazê-lo. O tom interrogativo indica aos interlocutores presumidos que eles podem adotar uma atitude responsiva para com o primeiro enunciador. É um ajuste da <i>fala</i> para com os interlocutores presumidos.</p> <p>► Razão para tornar o enunciado aceitável: A saúde desponta <i>em diversas pesquisas de opinião</i>, como um dos temas que mais preocupa os gaúchos e gaúchas.</p>
<p>“Sugiro que os serviços regionais, de média e alta complexidade, consultas especializadas, leitos de UTI e atendimento de emergência do SAMU, sejam gerenciados com autonomia pelas coordenadorias regionais de Saúde, sem deslocar o paciente, automaticamente, para Porto Alegre, formatando uma rede integrada de atendimento em hospitais regionais que tenham viabilidade técnica, operacional, demanda”.</p> <p>Luciano Zanella (CC)</p> <p>CC = Primeira contribuição/resposta do cidadão</p>	<p>► Postagem da contribuição entre 09 a 24/11/2011 e votação on-line 25/11 a 09/12/2011.</p> <p>► Tomada de posição frente à realidade: neste enunciado, o cidadão Luciano Zanella responde, de forma direta, à pergunta postada. Ele sugere ao governador, com tom afirmativo, uma ação imediata, indicando um efeito possível dessa ação: <u>Sugiro que os serviços regionais, de média e alta complexidade, consultas especializadas, leitos de UTI e atendimento de emergência do SAMU, sejam gerenciados com autonomia pelas coordenadorias regionais de Saúde, sem deslocar o paciente, automaticamente, para Porto Alegre</u>. Também indica um modo de fazer (...<u>formatando uma rede integrada</u></p>

<p>Votação on-line: 65.8228 pontos</p>	<p><i>de atendimento em hospitais regionais)</i> e as qualidades do hospital para pertencer a essa rede (<i>...que tenham viabilidade técnica, operacional, demanda</i>). Ele valoriza a gestão regional de saúde e produz uma significação subjetiva sobre <i>atendimento na saúde pública do RS</i>; disputa com outros sentidos subjetivos a possibilidade de tornar seu enunciado parte da significação objetiva da consulta para o planejamento de ações governamentais voltado ao <i>atendimento regional</i>.</p>
<p>“Importante lembrar que as solicitações dos prestadores de serviços, através das consultas populares, ou participação popular e cidadã, passem por todas as instâncias de gestão e controle social ANTES da aprovação para votação, para que o dinheiro seja investido naquilo que a sociedade da região efetivamente precisa, e não naquilo que o prestador quer, muitas vezes para melhorar seu...”</p> <p>Angelita Herrmann (QA1)</p> <p>QA1 = Primeira questão/contribuição/resposta do cidadão agregada à primeira contribuição (CC).</p>	<p>► Postagem da contribuição entre 09 a 24/11/2011 e votação on-line 25/11 a 09/12/2011.</p> <p>► Tomada de posição frente à realidade: Neste enunciado, a cidadã Angelita Herrmann responde, de forma direta, à pergunta postada. Ela sugere, com tom afirmativo, um outro procedimento à consulta popular que delibera sobre o valor orçamentário destinado à saúde em cada região: <i>Importante lembrar que as solicitações dos prestadores de serviços, através das consultas populares, ou participação popular e cidadã, passem por todas as instâncias de gestão e controle social ANTES da aprovação para votação...</i> Utiliza maiúscula para chamar atenção para o aspecto temporal da ação. Logo depois, explica a razão de sua sugestão: <i>... para que o dinheiro seja investido naquilo que a sociedade da região efetivamente precisa, e não naquilo que o prestador quer, muitas vezes para melhorar seu...</i> Utiliza o sinal de reticência para omitir uma opinião, mas sinalizar que ela existe. Há, aqui, um tom de crítica. Ela valoriza a mediação dos gestores da saúde no processo de “consulta popular” e produz uma significação subjetiva sobre <i>atendimento na saúde pública do RS</i>; disputa com outros sentidos subjetivos a possibilidade de tornar seu enunciado parte da significação objetiva da consulta para o planejamento de ações governamentais voltado ao <i>atendimento regional</i>.</p>

<p>“Criar UPAS nos municípios. O pronto atendimento é realizado pelos ESFs, quando não há UPAS, é a maior demanda diária, isso, descaracteriza sua atividade de trabalhar com prevenção e promoção da saúde. É causa de queixas, e insatisfação. No pronto atendimento não há possibilidade de agendar ou remarcar consultas”.</p> <p>Ariane Trindade (QA2)</p> <p>QA2 = Segunda questão/contribuição/resposta do cidadão agregada à primeira contribuição (CC).</p>	<p>► Postagem da contribuição entre 09 a 24/11/2011 e votação on-line 25/11 a 09/12/2011.</p> <p>► Tomada de posição frente à realidade: Neste enunciado, a cidadã Ariane Trindade responde, de forma direta, à pergunta postada. Ela sugere, com tom afirmativo, uma ação corretiva imediata (<i>Criar UPAS nos municípios</i>) e explica porque: <i>O pronto atendimento é realizado pelos ESFs, quando não há UPAS, é a maior demanda diária, isso, descaracteriza sua atividade de trabalhar com prevenção e promoção da saúde. É causa de queixas, e insatisfação. No pronto atendimento não há possibilidade de agendar ou remarcar consultas.</i> Ela valoriza a distinção entre serviços de pronto atendimento à saúde (UPAS) e serviço de prevenção (ESF) e produz uma significação subjetiva sobre <i>atendimento na saúde pública do RS</i>; disputa com outros sentidos subjetivos a possibilidade de tornar seu enunciado parte da significação objetiva da consulta para o planejamento de ações governamentais voltado ao <i>atendimento regional</i>.</p>
<p>“Os serviços de média e alta complexidade, eletivos e de urgência são regulados por Centrais Reguladoras nos municípios onde estão situados e acompanhados pela Central de Regulação Estadual. Está prevista a implantação de centros locais, que contarão com técnicos/reguladores lotados nas coordenadorias regionais de saúde, que devem auxiliar a Central de Regulação Estadual, por meio da verificação e da validação das informações que serão disponibilizadas, instituindo assim, observadores locais dos serviços Disponíveis”.</p> <p>Governador (PG)</p>	<p>► Resposta, presencialmente, no evento em 14/12/2011.</p> <p>► Tomada de posição frente à realidade e aos discursos dos enunciadores precedentes. Este enunciado é uma réplica do governador aos enunciados de Luciano e Ariane. Ele não responde ao enunciado de Angelita. O governador explica como são controlados os serviços de saúde oferecidos pelo estado nos municípios: <i>Os serviços de média e alta complexidade, eletivos e de urgência são regulados por Centrais Reguladoras nos municípios onde estão situados e acompanhados pela Central de Regulação Estadual.</i> Logo em seguida, ele anuncia <i>algo</i> para o futuro, ou seja, tenta retomar o sentido do discurso por meio de uma previsão: <i>Está prevista a implantação de centros locais, que contarão com técnicos/reguladores lotados nas</i></p>

<p>RG = Réplica/resposta do governador aos enunciados dos interlocutores precedentes</p>	<p><i>coordenadorias regionais de saúde, que devem auxiliar a Central de Regulação Estadual, por meio da verificação e da validação das informações que serão disponibilizadas, instituindo assim, observadores locais dos serviços disponíveis.</i></p> <p>O governador cria uma expectativa para dois interlocutores precedentes. Com essa estratégia discursiva, o governador disputa com seus interlocutores a produção de sentido sobre o subtema “Saúde na sua Região”, tentando validar seu discurso para a produção de significação objetiva (sentido e valor coletivo).</p>
---	--

Extensão [média] da sequência enunciativa – SEM3



PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa

CC = Primeira contribuição/resposta do cidadão

QA1 = Primeira questão/contribuição/resposta do cidadão agregada à primeira contribuição (CC)

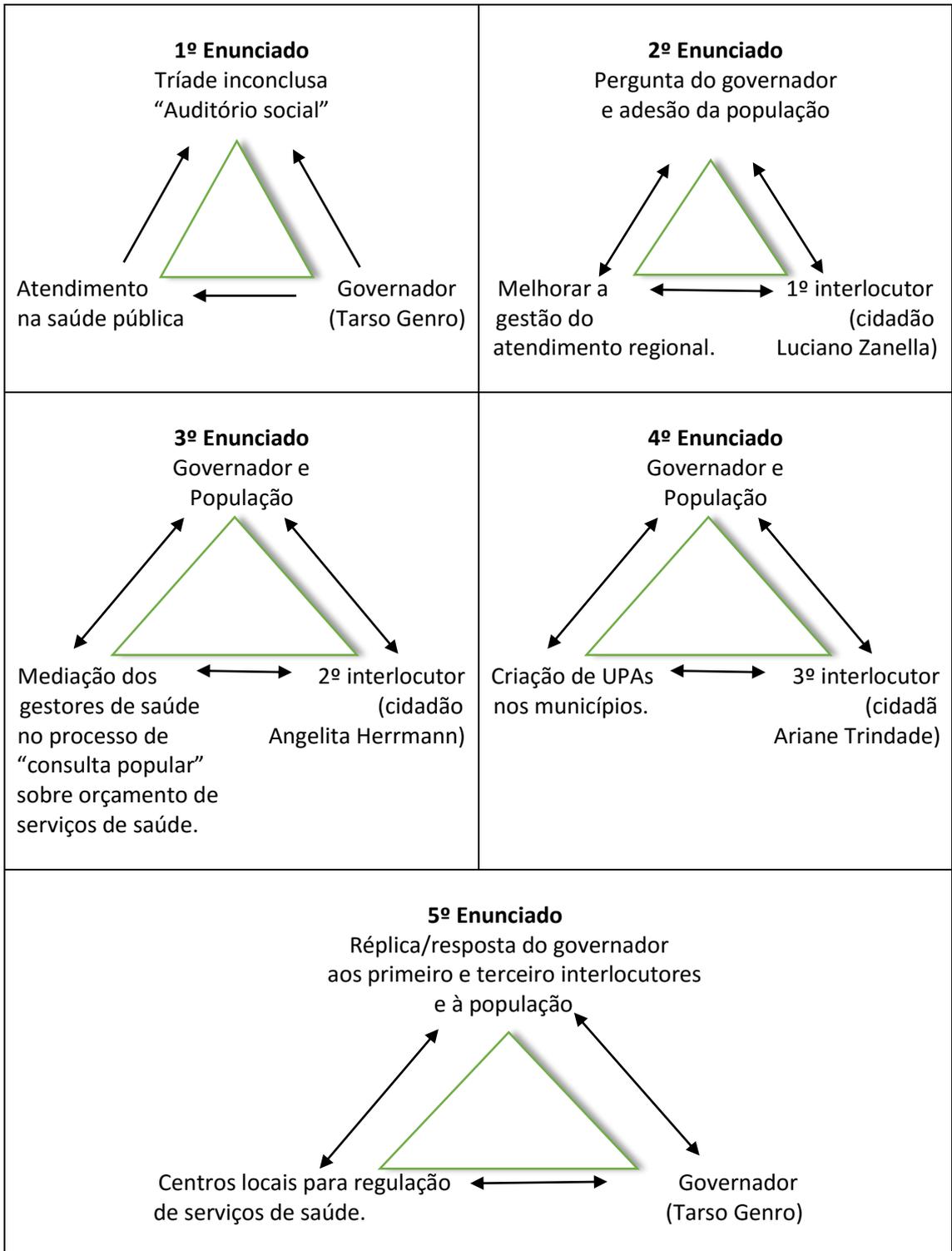
QA2 = Segunda questão/contribuição/resposta do cidadão agregada à primeira contribuição (CC)

RG = Réplica/resposta do governador aos enunciados dos interlocutores precedentes

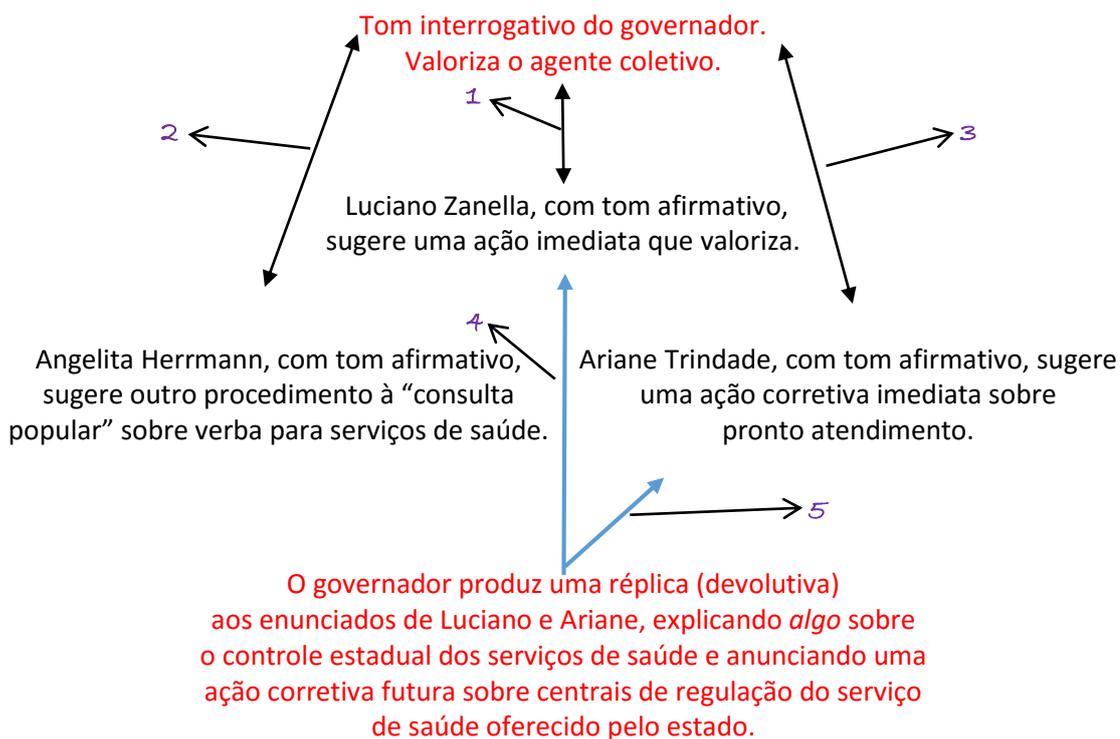
Formação da sequência enunciativa média 3 (SEM3) – pergunta, respostas e réplica (fluxo discursivo).



A Tríade viva de cada enunciado (SEM3)



Sequência enunciativa média (SEM3) – Relações semântico-axiológicas



OBS: 05 relações semântico-axiológicas.

III – SEQUÊNCIAS ENUNCIATIVAS CURTAS

Sequência enunciativa curta 1 (SEC1) – subtema “Cuidado Integral”

<p>“Como podemos melhorar o atendimento na saúde pública?”</p> <p>Governador (PG)</p> <p>PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Postagem on-line em 09/11/2011. ▶ O enunciado utiliza plural de convite (<i>como podemos</i>). O verbo vai para o plural com a intenção de chamar <i>alguém</i> para uma ação (<u>opinião/contribuição/resposta de alguém</u>) e estabelece o sujeito coletivo (o governo e os cidadãos gaúchos). De forma direta, pelo plural de convite, indica negociação de ideias e de posições avaliativas para chegar a uma significação objetiva que poderá servir ao planejamento da política pública sobre o <u>atendimento na saúde pública</u> no RS. ▶ A expressividade do enunciador é marcada pelo tom interrogativo de seu enunciado. Marca a posição de quem não formou uma ideia sobre o tema e que deseja fazê-lo. O tom interrogativo indica aos interlocutores presumidos que eles podem adotar uma atitude responsiva para com o primeiro enunciador. É um ajuste da <i>fala</i> para com os interlocutores presumidos. ▶ Razão para tornar o enunciado aceitável: A saúde desponta <i>em diversas pesquisas de opinião</i>, como um dos temas que mais preocupa os gaúchos e gaúchas.
<p>“Uma grande deficiência na saúde são as questões em relação ao tempo de execução e entrega dos exames. Muitos pacientes pioram suas situações por suas doenças não serem diagnosticadas corretamente devido a ausência de seus exames. Centros regionais para de exames, seria fundamental para acelerar o processo em todas as fases. Mais agilidade para fazer o exame, retirar e diagnosticar corretamente a doença e com isso uma maior eficácia no tratamento gerando menos custo e tempo para o estado”.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Postagem da contribuição entre 09 a 24/11/2011 e votação on-line 25/11 a 09/12/2011. ▶ Tomada de posição frente à realidade: Neste enunciado, a cidadã Cássia Lopes responde, de forma direta, à pergunta postada. Ela expõe, com tom crítico, o que na sua opinião é uma deficiência no “Atendimento na saúde pública” do RS: <u>Uma grande deficiência na saúde são as questões em relação ao tempo de execução e entrega dos exames</u>. Ela indica as consequências dessa deficiência para reforçar seu

<p>Cássia Lopes (CC)</p> <p>CC = Contribuição/resposta do cidadão</p> <p>Votação on-line: 72.1519</p>	<p>argumento: <u>Muitos pacientes pioram suas situações por suas doenças não serem diagnosticadas corretamente devido a ausência de seus exames</u>; ela aponta uma sugestão para o problema: <u>Centros regionais para de exames, seria fundamental para acelerar o processo em todas as fases</u>; ela atribui valor qualitativo aos “centros regionais para exames”. Para reforçar sua sugestão, apresenta possíveis consequências: <u>Mais agilidade para fazer o exame, retirar e diagnosticar corretamente a doença e com isso uma maior eficácia no tratamento gerando menos custo e tempo para o estado</u>. Com esse enunciado, ela disputa com outras contribuições a adesão da população à sua ideia e, posteriormente, a possibilidade de transformar sua significação subjetiva em significação objetiva para o planejamento de ações governamentais sobre “cuidado integral”.</p>
<p>“A Secretaria da Saúde do Estado trabalha para o fortalecimento da atenção básica de saúde, de modo que a maior parte dos exames clínicos (sangue e urina, por exemplo) seja coletada nas unidades de saúde, próximas às casas de cada gaúcho e gaúcha em novembro de 2011, o Ministério da Saúde liberou mais R\$ 11 milhões para a reforma de 148 unidades em 76 municípios do RS. O Governo do Estado destinou em 2011 mais de R\$ de 5 milhões da consulta popular e RS mais igual para ampliação, reforma e construção de unidades básicas de saúde. Nosso estado tem 2555 Unidades Básicas de Saúde. Também destaca-se a implantação a estratégia da saúde da família (ESF) em todos os municípios do RS para que 70% da população gaúcha seja atendida por equipes da saúde da família. Para que os laboratórios atinjam a qualidade desejada é essencial a existência de outro sistema de apoio: o logístico. O sistema precisa estar informatizado: projeto estratégico do governo estadual. Para os exames de maior densidade tecnológica há a programação de oferta nas regiões com garantia de transporte seguro tanto do usuário como do</p>	<p>► Resposta, presencialmente, no evento em 14/12/2011.</p> <p>► Tomada de posição frente à realidade e ao discurso do enunciador precedente. Este enunciado é uma réplica do governador ao enunciado da cidadã Cássia Lopes. O governador rebate a crítica, com os seguintes argumentos:</p> <p>1º argumento: explica o trabalho atual da Secretaria da Saúde do Estado: <u>A Secretaria da Saúde do Estado trabalha para o fortalecimento da atenção básica de saúde, de modo que a maior parte dos exames clínicos (sangue e urina, por exemplo) seja coletada nas unidades de saúde, próximas às casas de cada gaúcho e gaúcha</u>.</p> <p>2º argumento: a partir de dado cronótopo, detalha o manuseio de recursos da saúde: <u>Em novembro de 2011, o Ministério da Saúde liberou mais R\$ 11 milhões para a reforma de 148 unidades em 76 municípios do RS. O Governo do Estado destinou em 2011 mais de R\$ de 5 milhões da consulta popular e RS mais igual para ampliação, reforma e construção de unidades básicas de saúde</u>.</p>

<p>material coletado. Outro projeto estratégico do governo é a instalação de Centros Regionais de Especialidades, os quais estarão articulados com os laboratórios”.</p> <p>Governador (RG)</p> <p>RG = Réplica/resposta do governador ao enunciado precedente</p>	<p>3º argumento: dá uma referência quantitativa sobre Unidades Básicas de Saúde (UBS) e complementa com outras informações: <u>Nosso estado tem 2555 Unidades Básicas de Saúde. Também destaca-se a implantação a estratégia da saúde da família (ESF) em todos os municípios do RS para que 70% da população gaúcha seja atendida por equipes da saúde da família.</u></p> <p>4º argumento: expõe uma deficiência e sua vontade de corrigi-la: <u>Para que os laboratórios atinjam a qualidade desejada é essencial a existência de outro sistema de apoio: o logístico. O sistema precisa estar informatizado: projeto estratégico do governo estadual.</u></p> <p>5º argumento: expõe uma das ações governamentais sobre exames: <u>Para os exames de maior densidade tecnológica há a programação de oferta nas regiões com garantia de transporte seguro tanto do usuário como do material coletado.</u></p> <p>6º argumento: por fim, o governador fala de um projeto para o futuro, buscando criar expectativa em Cássia Lopes: <u>Outro projeto estratégico do governo é a instalação de Centros Regionais de Especialidades, os quais estarão articulados com os laboratórios.</u></p> <p>Com essa estratégia discursiva, o governador disputa com sua interlocutora a produção de sentido sobre um tópico do subtema “cuidado integral”, tentando validar seu discurso para a produção de significação objetiva.</p>
--	--

Extensão [curta] da sequência enunciativa – SEC1



PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa

CC = Contribuição/resposta do cidadão

RG = Réplica/resposta do governador ao enunciado precedente

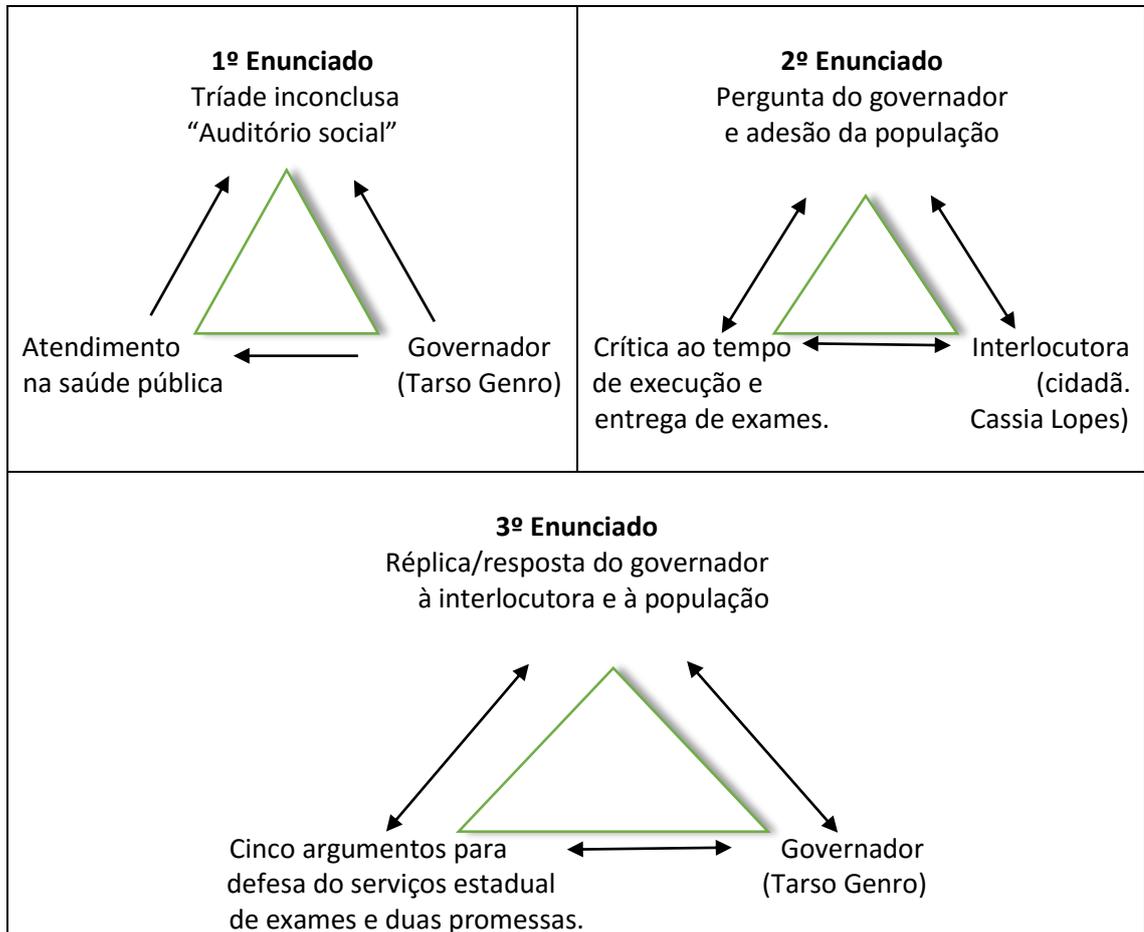
Formação da sequência enunciativa curta (SEC1) – pergunta, resposta e réplica longa (fluxo discursivo).

O governador solicita uma opinião (ação comunicativa) por meio de uma pergunta

Cássia Lopes responde à pergunta do governador

O governador produz uma réplica (devolutiva) **longa** ao enunciado de Cássia Lopes

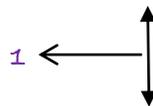
A Tríade viva de cada enunciado (SEC1)



Sequência enunciativa média (SEC1) – Relações semântico-axiológicas

Tom interrogativo do governador.

Valoriza o agente coletivo.



Cassia Lopes, com tom crítico, expõe deficiência do serviço de exames e aponta solução.



O governador produz uma réplica (devolutiva) **longa** ao enunciado de Cássia Lopes elaborando seis argumentos. A maioria defendendo o serviço estatal de saúde, um admitindo o problema e dois, prometendo correções.

OBS: 03 relações semântico-axiológicas.

Sequência enunciativa curta 2 (SEC2) – subtema “Saúde na sua Região”

<p>“Como podemos melhorar o atendimento na saúde pública?”</p> <p>Governador (PG)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Postagem on-line em 09/11/2011. ▶ O enunciado utiliza plural de convite (<i>como podemos</i>). O verbo vai para o plural com a intenção de chamar <i>alguém</i> para uma ação (<u>opinião/contribuição/resposta de alguém</u>), e estabelece o sujeito coletivo (o governo e os cidadãos gaúchos). De forma direta, pelo plural de convite, indica negociação de ideias e de posições avaliativas para chegar a uma significação objetiva que poderá servir ao planejamento da política pública sobre o <u>atendimento na saúde pública</u> no RS. ▶ A expressividade do enunciador é marcada pelo tom interrogativo de seu enunciado. Marca a posição de quem não formou uma ideia sobre o tema e que deseja fazê-lo. O tom interrogativo indica aos interlocutores presumidos que eles podem adotar uma atitude responsiva para com o primeiro enunciador. É um ajuste da <i>fala</i> para com os interlocutores presumidos. ▶ Razão para tornar o enunciado aceitável: A saúde desponta <i>em diversas pesquisas de opinião</i>, como um dos temas que mais preocupa os gaúchos e gaúchas.
<p>“Formar plantões médicos para diagnosticar logo após a realização dos exames, com mais rapidez. Podendo este ser formado por médicos residentes, para irem ganhando experiência. Assim o atendimento, o exame e o resultado do diagnóstico, tudo será imediato, pelo menos nos casos de mais urgência”.</p> <p>Belani Chaves (CC)</p> <p>Votação on-line: 71.134 pontos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Postagem da contribuição entre 09 a 24/11/2011 e votação on-line 25/11 a 09/12/2011. ▶ Tomada de posição frente à realidade: neste enunciado, a cidadã Belani Chaves responde, de forma direta, à pergunta postada. Ela sugere ao governador uma ação corretiva para realização de exames: <u>Formar plantões médicos para diagnosticar logo após a realização dos exames, com mais rapidez</u>; Também sugere como “formar plantões médicos”: <u>Podendo este ser formado por médicos residentes, para irem ganhando experiência</u>; indica o possível efeito da ação, concluindo seu argumento: <u>Assim o atendimento, o exame e o resultado do</u>

	<p><i>diagnóstico, tudo será imediato...; e pondera sobre o alcance do efeito (<u>pelo menos nos casos de mais urgência</u>). Ela produz uma significação subjetiva sobre <u>atendimento na saúde pública do RS</u> e disputa com outros sentidos subjetivos a possibilidade de tornar seu enunciado parte da significação objetiva da consulta para o planejamento de ações governamentais voltado à “Saúde na sua Região”.</i></p>
<p>“Está prevista como projeto prioritário de governo a construção de CENTROS DE ESPECIALIDADES REGIONAIS, que darão suporte regional para as unidades básicas de saúde e hospitais na realização de consultas especializadas e exames”.</p> <p>Governador (PG)</p>	<p>► Resposta, presencialmente, no evento em 14/12/2011.</p> <p>► Tomada de posição frente à realidade e ao discurso do enunciador precedente: Este enunciado é uma réplica do governador ao enunciado da cidadã Belani Chaves. A resposta é a mesma dada pelo governador na SEM2.</p> <p><i>Argumento:</i> O governador instaura uma previsão e enfatiza o <i>objeto/tópico</i> de uma ação futura com letras maiúsculas (<u>Está prevista como projeto prioritário de governo a construção de CENTROS DE ESPECIALIDADES REGIONAIS...</u>); expõe as possíveis consequências da ação futura (<u>...que darão suporte regional para as unidades básicas de saúde e hospitais na realização de consultas especializadas e exames</u>).</p> <p>Seu discurso é uma tentativa de mudar o sentido da realidade apresentada pelos enunciadores precedentes. Com essa estratégia discursiva, o governador disputa com os seus interlocutores a produção de sentido sobre o subtema “Saúde na sua Região”, tentando validar seu discurso para a produção de significação objetiva.</p>

Extensão [curta] da sequência enunciativa 2 - SEC2



PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa

CC = Contribuição/resposta do cidadão

RG = Réplica/resposta do governador ao enunciado precedente

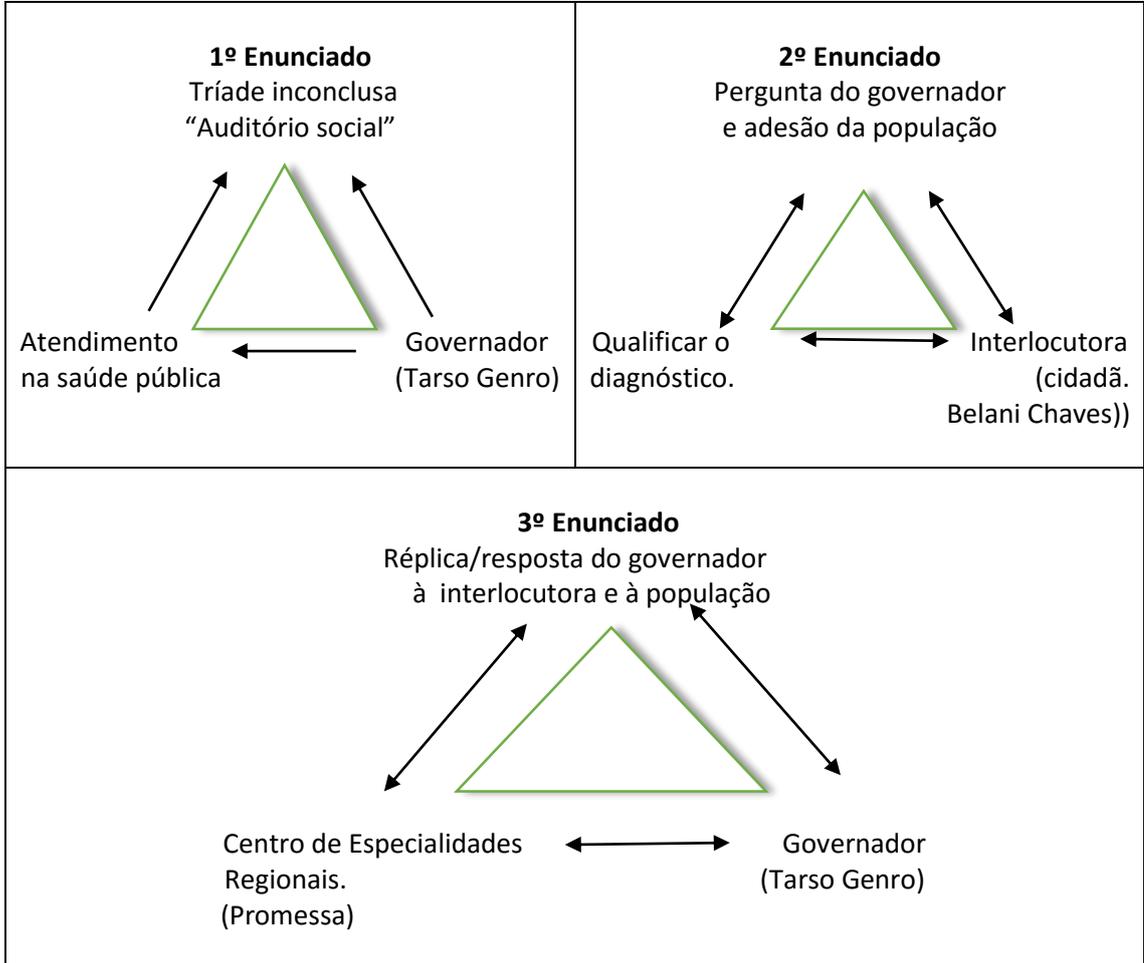
Formação da sequência enunciativa curta (SEC2) – pergunta, resposta e réplica curta (fluxo discursivo)

O governador solicita uma opinião (ação comunicativa) por meio de uma pergunta

Belani Chaves responde à pergunta do governador

O governador produz uma réplica (devolutiva) **curta** ao enunciado de Belani Chaves

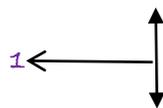
A Tríade viva de cada enunciado (SEC2)



Sequência enunciativa média (SEC2) – Relações semântico-axiológicas

Tom interrogativo do governador.

Valoriza o agente coletivo.



Belani Chaves, com tom afirmativo, sugere a qualificação do diagnóstico e aponta como.



O governador produz uma réplica (resposta) curta ao enunciado de Belani Chaves, reposicionando sua vontade por meio da promessa de ação futura.

A réplica é a mesma da SEM2.

OBS: 02 relações semântico-axiológicas

APÊNDICE D – SEQUÊNCIAS ENUNCIATIVAS DA CONSULTA PÚBLICA DIGITAL SOBRE “SEGURANÇA NO TRÂNSITO”

Sequência enunciativa 1 - padrão SEc – consulta pública “Segurança no trânsito”

<p>“Como governo e sociedade podem, juntos, promover a paz no trânsito?”</p> <p>Governador (PG)</p> <p>PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Postagem on-line em 09/10/2012. ▶ O enunciado utiliza plural de convite (<i>como governo e sociedade podem</i>). O verbo vai para o plural com a intenção de chamar <i>alguém</i> para uma ação (opinião/contribuição/ resposta de <i>alguém</i>); acrescenta o aposto (<i>juntos</i>) e estabelece o sujeito coletivo (o governo e os cidadãos gaúchos). De forma direta, pelo plural de convite, indica negociação de ideias e de posições avaliativas para chegar a uma significação objetiva que poderá servir ao planejamento da política pública sobre “Segurança no trânsito” no RS. ▶ A expressividade do enunciado é marcada pelo tom interrogativo. Indica a posição de quem não formou uma ideia e que deseja fazê-lo.
<p>“Implantação de trem de superfície, dentro do espaço urbano, que utilize-se de energias limpas e equipamento moderno que reduza a poluição sonora”.</p> <p>Tiago Lerina (CC)</p> <p>CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão</p> <p>Votação on-line da contribuição: 67,46 pontos¹⁶⁹</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Postagem e votação on-line entre 09/10/2012 e 16/11/2012. ▶ Tomada de posição frente à realidade: neste enunciado, o cidadão Tiago Lerina responde, de forma direta, à pergunta postada. Ele marca seu enunciado com a indicação de uma ação e traz para o primeiro plano o assunto <i>implantação de trem de superfície</i>. Também indica <i>onde</i> a ação deve materializar-se e as características iniciais do objeto sugerido: ... <i>que utilize-se de energias limpas e equipamento moderno que reduza a poluição sonora</i>. Com essa contribuição, ele disputa com outros sentidos subjetivos a votação da população e a possibilidade de tornar seu ponto de vista uma significação

¹⁶⁹ Em cada consulta pública digital, vinculada ao projeto “All Our Ideas”, da Universidade de Princeton (USA), as votações on-line são convertidas em pontos por um modelo estatístico próprio do projeto. Este modelo estatístico utiliza as respostas para estimar o que eles denominam de “matriz de opinião”, ou seja, o quanto cada respondente valoriza cada tema, utilizando o método de amostragem de Gibbs. A pontuação vai

	objetiva para o planejamento de ações governamentais sobre “Segurança no trânsito” no RS.
--	---

Alteridade na extensão [curtíssima] da sequência enunciativa 1 – padrão SEc



PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa

CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão

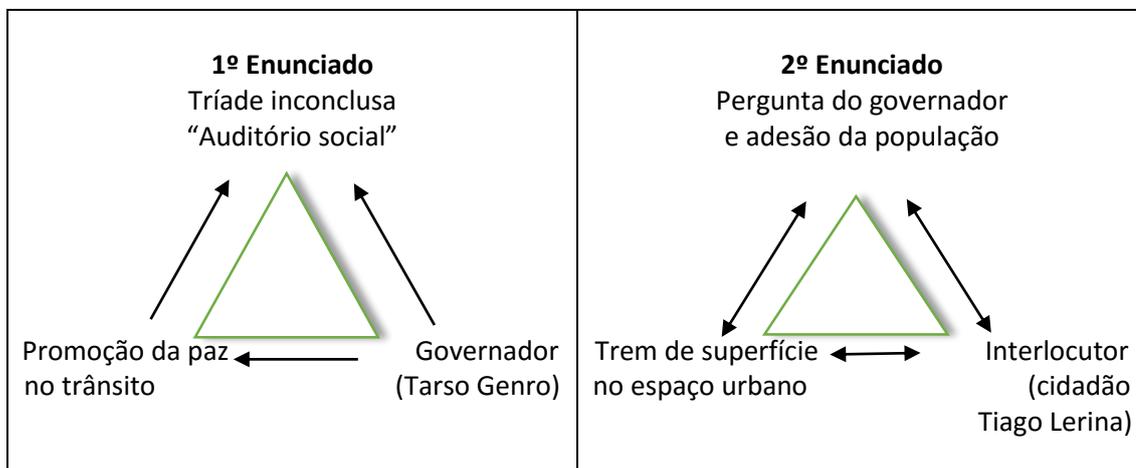
Responsibilidade na sequência enunciativa curtíssima 1 – SEc pergunta e resposta

O governador solicita uma opinião (ação comunicativa)
por meio de uma pergunta



O cidadão, Tiago Lerina, responde
à pergunta do governador

**A Tríade viva de cada enunciado
na sequência enunciativa 1 – padrão SEc**



**Relação semântico-axiológica
sequência enunciativa 1 – padrão SEc**

Tom interrogativo do governador.
Valoriza o agente coletivo.



O cidadão, Tiago Lerina, com tom assertivo,
sugere *uma ação*, que considera ser valorosa,
ao governador.

Sequência enunciativa 2 – padrão SEc – consulta pública “Segurança no trânsito”

<p>“Como governo e sociedade podem, juntos, promover a paz no trânsito?”</p> <p>Governador (PG)</p> <p>PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Postagem on-line em 09/10/2012. ▶ O enunciado utiliza plural de convite (<i>como governo e sociedade podem</i>). O verbo vai para o plural com a intenção de chamar <i>alguém</i> para uma ação (opinião/contribuição/ resposta de <i>alguém</i>); acrescenta o aposto (<i>juntos</i>) e estabelece o sujeito coletivo (o governo e os cidadãos gaúchos). De forma direta, pelo plural de convite, indica negociação de ideias e de posições avaliativas para chegar a uma significação objetiva, que poderá servir ao planejamento da política pública sobre o “Segurança no trânsito” no RS. ▶ A expressividade do enunciado é marcada pelo tom interrogativo. Indica a posição de quem não formou uma ideia e que deseja fazê-lo.
<p>“Solicitar aos legisladores lei de trânsito mais severa e criar uma política permanente de educação no trânsito junto a todos os meios de comunicação, bem como entidades que formam opinião, para modificar a cultura do condutor”.</p> <p>Cristiano Peres de Oliveira (CC)</p> <p>CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão</p> <p>Votação on-line da contribuição: 65,04 pontos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Postagem e votação on-line entre 09/10/2012 e 16/11/2012. ▶ Tomada de posição frente à realidade: neste enunciado, o cidadão Cristiano Peres de Oliveira responde, de forma direta, à pergunta postada. Ele marca seu enunciado com a indicação de duas ações: <u>solicitar aos legisladores lei de trânsito mais severa e criar política permanente de educação no trânsito(...)</u>. Também indica <i>em que espaço</i> deve-se tornar público a “política de educação no trânsito” (... <u>junto a todos os meios de comunicação, bem como entidades que formam opinião...</u>) e qual será seu <i>efeito</i> (...<u>para modificar a cultura do condutor</u>). Com essa contribuição, ele disputa com outros sentidos subjetivos a votação da população e a possibilidade de tornar seu ponto de vista uma significação objetiva para o planejamento de ações governamentais para a “Segurança no trânsito” no RS.

Alteridade na extensão [curtíssima] da sequência enunciativa 2 – padrão SEc



PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa

CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão

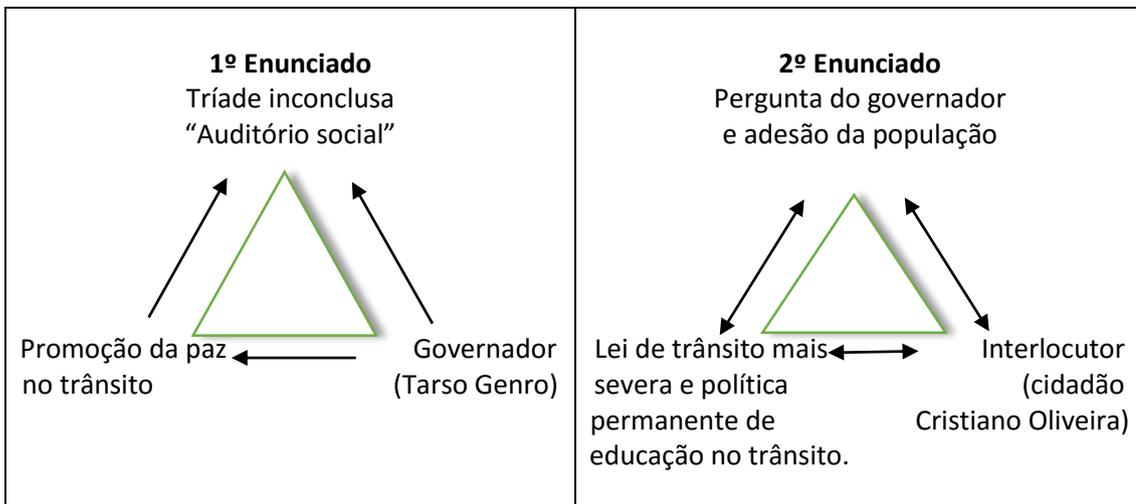
Responsabilidade na sequência enunciativa curtíssima 2 – SEc pergunta e resposta

O governador solicita uma opinião (ação comunicativa)
por meio de uma pergunta



O cidadão, Cristiano Peres de Oliveira, responde
à pergunta do governador

**A Tríade viva de cada enunciado
na sequência enunciativa 2 – padrão SEc**



**Relação semântico-axiológica
na sequência enunciativa 2 – padrão SEc**

Tom interrogativo do governador.
Valoriza o agente coletivo.



O cidadão, Cristiano Peres de Oliveira, com tom assertivo, sugere *duas ações*, que considera valorosas, ao governador

Sequência enunciativa 3 – padrão SEc – consulta pública “Segurança no trânsito”

<p>“Como governo e sociedade podem, juntos, promover a paz no trânsito?”</p> <p>Governador (PG)</p> <p>PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Postagem on-line em 09/10/2012. ▶ O enunciado utiliza plural de convite (<i>como governo e sociedade podem</i>). O verbo vai para o plural com a intenção de chamar <i>alguém</i> para uma ação (opinião/contribuição/ resposta de <i>alguém</i>); acrescenta o aposto (<i>juntos</i>) e estabelece o sujeito coletivo (o governo e os cidadãos gaúchos). De forma direta, pelo plural de convite, indica negociação de ideias e de posições avaliativas para chegar a uma significação objetiva, que poderá servir ao planejamento da política pública sobre “Segurança no trânsito” no RS. ▶ A expressividade do enunciado é marcada pelo tom interrogativo. Indica a posição de quem não formou uma ideia e que deseja fazê-lo.
<p>“Diminuir mais ainda o IPVA e taxas para os motoristas que não possuem infrações e que não se envolveram em acidentes no ano anterior. Aumentar a fiscalização direcionada para prática de direção perigosa nas ruas e rodovias”.</p> <p>Fabício Azolin (CC)</p> <p>CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão</p> <p>Votação on-line da contribuição: 64,51 pontos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Postagem e votação on-line entre 09/10/2012 e 16/11/2012. ▶ Tomada de posição frente à realidade: neste enunciado, o cidadão Fabício Azolin responde, de forma direta, à pergunta postada. Ele marca seu enunciado com a indicação de duas ações: <u>Diminuir mais ainda o IPVA e taxas para os motoristas que não possuem infrações(...)</u> e <u>aumentar a fiscalização direcionada para prática de direção perigosa (...)</u>. Com essa contribuição, ele disputa com outros sentidos subjetivos a votação da população e a possibilidade de tornar seu enunciado parte da significação objetiva da consulta para o planejamento de ações governamentais voltado à “Segurança no trânsito” no RS.

Alteridade na extensão [curtíssima] da sequência enunciativa 3 – padrão SEc



PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa

CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão

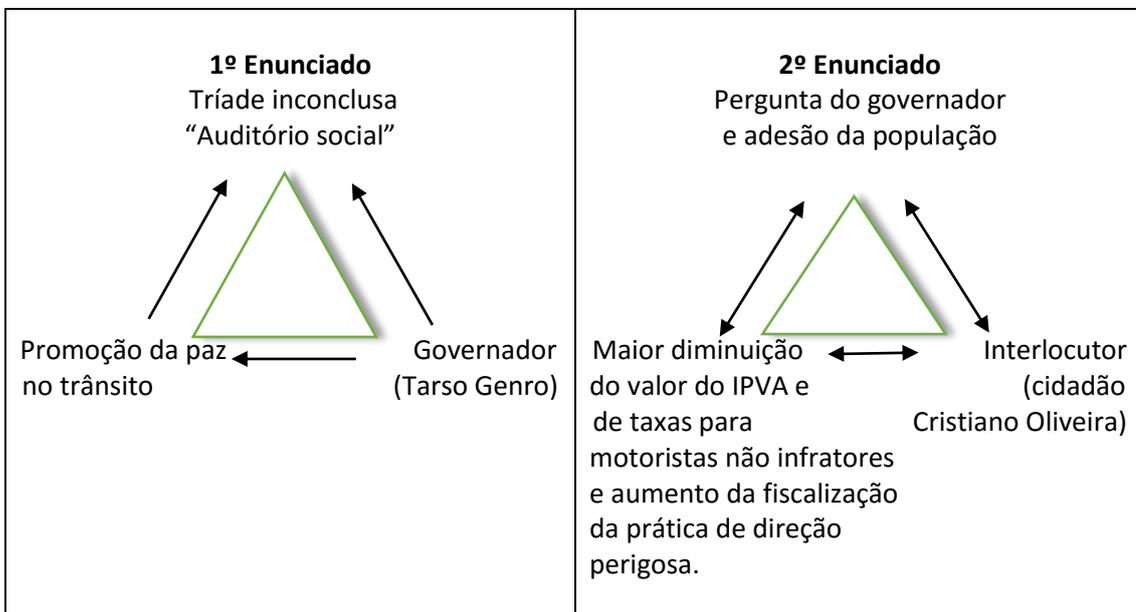
Responsabilidade na sequência enunciativa curtíssima 3 – SEc pergunta e resposta

O governador solicita uma opinião (ação comunicativa)
por meio de uma pergunta



O cidadão, Fabrício Azolin, responde
à pergunta do governador

**A Tríade viva de cada enunciado
na sequência enunciativa 3 – padrão SEc**



**Relação semântico-axiológica
na sequência enunciativa 3 – padrão SEc**

Tom interrogativo do governador.
Valoriza o agente coletivo.



O cidadão, Fabrício Azolin, com tom assertivo, sugere *duas ações*, que considera valorosas, ao governador

Sequência enunciativa 4 – Padrão SEc – consulta pública “Segurança no trânsito”

<p>“Como governo e sociedade podem, juntos, promover a paz no trânsito?”</p> <p>Governador (PG)</p> <p>PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Postagem on-line em 09/10/2012. ▶ O enunciado utiliza plural de convite (<i>como governo e sociedade podem</i>). O verbo vai para o plural com a intenção de chamar <i>alguém</i> para uma ação (opinião/contribuição/ resposta de <i>alguém</i>); acrescenta o aposto (<i>juntos</i>) e estabelece o sujeito coletivo (o governo e os cidadãos gaúchos). De forma direta, pelo plural de convite, indica negociação de ideias e de posições avaliativas para chegar a uma significação objetiva, que poderá servir ao planejamento da política pública sobre “Segurança no trânsito”, no RS. ▶ A expressividade do enunciado é marcada pelo tom interrogativo. Indica a posição de quem não formou uma ideia e que deseja fazê-lo.
<p>“Implantar a educação para o trânsito no ensino fundamental em escolas estaduais e municipais”.</p> <p>Enviada pela sociedade (CC)</p> <p>CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão</p> <p>Votação on-line da contribuição: 62,32 pontos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Postagem e votação on-line entre 09/10/2012 e 16/11/2012. ▶ Tomada de posição frente à realidade: neste enunciado, várias vezes produzem uma única resposta, de forma direta, à pergunta postada. Elas marcam o enunciado com a indicação de uma única ação corretiva: <u>Implantar a educação para o trânsito no ensino fundamental em escolas estaduais e municipais</u>. Seu discurso é explicitamente polifônico. Com essa contribuição, elas disputam com outros sentidos subjetivos a votação da população e a possibilidade de tornar seu enunciado parte da significação objetiva da consulta para o planejamento de ações governamentais voltado à “Segurança no trânsito” no RS.

Alteridade na extensão [curtíssima] da sequência enunciativa 4 – padrão SEc



PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa

CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão

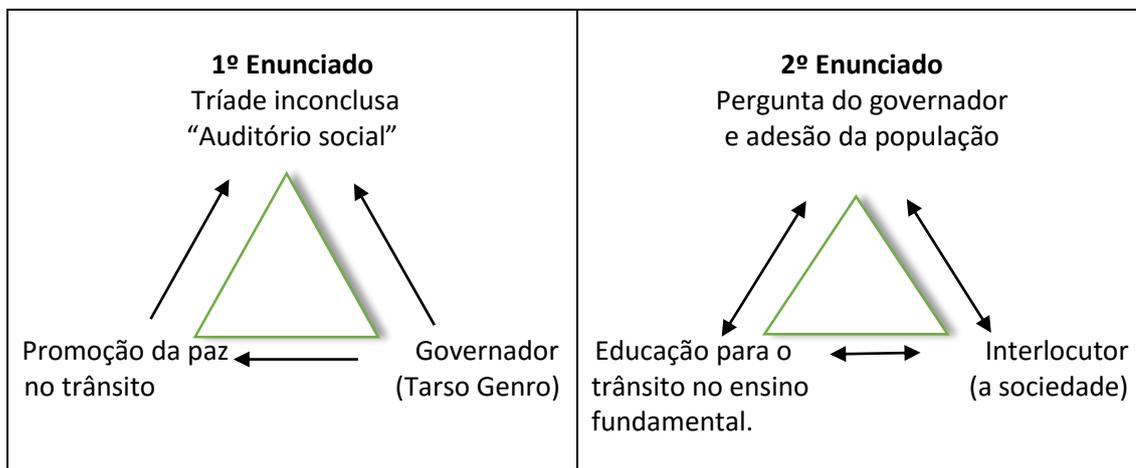
Responsabilidade na sequência enunciativa curtíssima 4 – SEc pergunta e resposta

O governador solicita uma opinião (ação comunicativa)
por meio de uma pergunta



Vários cidadãos constroem uma única resposta
à pergunta do governador

**A Tríade viva de cada enunciado
na sequência enunciativa 4 – padrão SEc**



**Relação semântico-axiológica
na sequência enunciativa 4 – padrão SEc**

Tom interrogativo do governador.
Valoriza o agente coletivo.



Um grupo de cidadãos, com tom assertivo,
sugere *uma ação*, que considera valorosa,
ao governador

Sequência enunciativa 5 – padrão SEc – consulta pública “Segurança no trânsito”

<p>“Como governo e sociedade podem, juntos, promover a paz no trânsito?”</p> <p>Governador (PG)</p> <p>PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Postagem on-line em 09/10/2012. ▶ O enunciado utiliza plural de convite (<i>como governo e sociedade podem</i>). O verbo vai para o plural com a intenção de chamar <i>alguém</i> para uma ação (opinião/contribuição/ resposta de <i>alguém</i>); acrescenta o aposto (<i>juntos</i>) e estabelece o sujeito coletivo (o governo e os cidadãos gaúchos). De forma direta, pelo plural de convite, indica negociação de ideias e de posições avaliativas para chegar a uma significação objetiva, que poderá servir ao planejamento da política pública sobre o <i>atendimento na saúde pública</i>, no RS. ▶ A expressividade do enunciado é marcada pelo tom interrogativo. Indica a posição de quem não formou uma ideia e que deseja fazê-lo.
<p>“Precisamos de vias expressas, viadutos e passagens maiores, afastando a população e ciclistas do trânsito, um projeto completo de escoamento do trânsito com o início e o fim do curso da maioria dos veículos”.</p> <p>Marcelo da Silva Silveira (CC)</p> <p>CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão</p> <p>Votação on-line da contribuição: 61,24 pontos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Postagem e votação on-line entre 09/10/2012 e 16/11/2012. ▶ Tomada de posição frente à realidade: Neste enunciado, o cidadão Marcelo da Silva Silveira responde, de forma direta, à pergunta postada. Ele marca seu enunciado com a indicação de uma ação futura (... <u>um projeto completo de escoamento do trânsito com o início e o fim do curso da maioria dos veículos.</u>), após expor uma necessidade coletiva: <u>Precisamos de vias expressas, viadutos e passagens maiores, afastando a população e ciclistas do trânsito</u> [...]. Com essa contribuição, ele disputa com outros sentidos subjetivos a votação da população e a possibilidade de tornar seu enunciado parte da significação objetiva da consulta para o planejamento de ações governamentais voltado à “Segurança no trânsito” no RS.

Alteridade na extensão [curtíssima] da sequência enunciativa 5 – padrão SEc



PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa

CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão

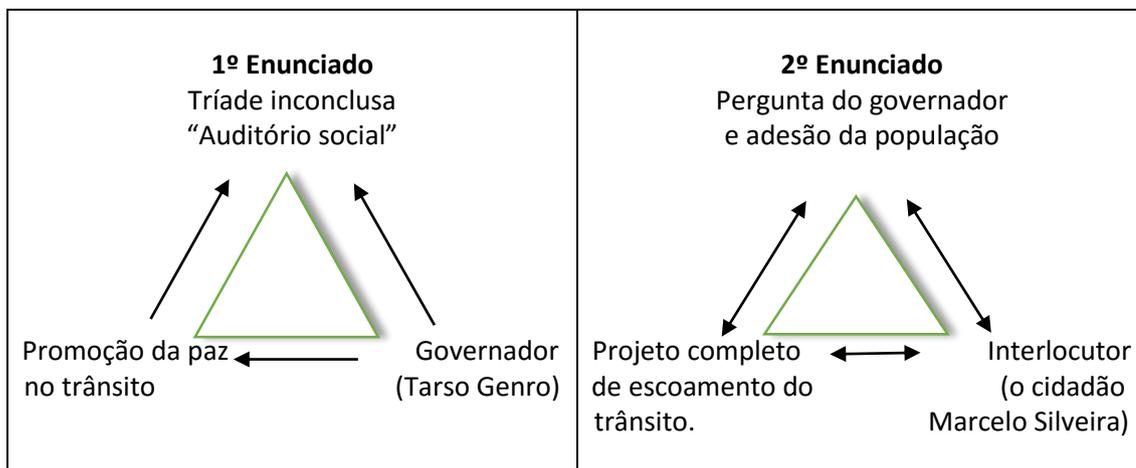
Responsabilidade na sequência enunciativa curtíssima 5 – SEc pergunta e resposta

O governador solicita uma opinião (ação comunicativa)
por meio de uma pergunta



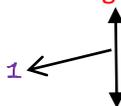
O cidadão, Marcelo da Silva Silveira, responde
à pergunta do governador

**A Tríade viva de cada enunciado
na sequência enunciativa 5 – padrão SEc**



**Relação semântico-axiológica
na sequência enunciativa 5 – padrão SEc**

Tom interrogativo do governador.
Valoriza o agente coletivo.



O cidadão, Marcelo da Silva Silveira, sugere *um projeto*,
que considera valoroso, ao governador

Sequência enunciativa 6 – padrão SEc – consulta pública “Segurança no trânsito”

<p>“Como governo e sociedade podem, juntos, promover a paz no trânsito?”</p> <p>Governador (PG)</p> <p>PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Postagem on-line em 09/10/2012. ▶ O enunciado utiliza plural de convite (<i>como governo e sociedade podem</i>). O verbo vai para o plural com a intenção de chamar <i>alguém</i> para uma ação (opinião/contribuição/resposta de <i>alguém</i>); acrescenta o aposto (<i>juntos</i>) e estabelece o sujeito coletivo (o governo e os cidadãos gaúchos). De forma direta, pelo plural de convite, indica negociação de ideias e de posições avaliativas para chegar a uma significação objetiva, que poderá servir ao planejamento da política pública sobre o <u>atendimento na saúde pública</u> no RS. ▶ A expressividade do enunciado é marcada pelo tom interrogativo. Indica a posição de quem não formou uma ideia e que deseja fazê-lo.
<p>“Criar um projeto anual nas escolas promovendo a cultura no trânsito que tenha premiação para os alunos e principalmente professores que desenvolveram o projetos em sua classe”.</p> <p>Rodrigo Pichler (CC)</p> <p>CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão</p> <p>Votação on-line da contribuição: 61,16 pontos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Postagem e votação on-line entre 09/10/2012 e 16/11/2012. ▶ Tomada de posição frente à realidade: Neste enunciado, o cidadão Rodrigo Pichler responde, de forma direta, à pergunta postada. Ele marca seu enunciado com a indicação de uma ação (<u><i>Criar um projeto anual nas escolas promovendo a cultura no trânsito...</i></u>), indicando a forma de valorizá-la: (<u><i>... que tenha premiação para os alunos e principalmente professores que desenvolveram o projetos em sua classe</i></u>). Com essa contribuição, ele disputa com outros sentidos subjetivos a votação da população e a possibilidade de tornar seu enunciado parte da significação objetiva da consulta para o planejamento de ações governamentais voltado à “Segurança no trânsito” no RS.

Alteridade na extensão [curtíssima] da sequência enunciativa 6 – padrão SEc



PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa

CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão

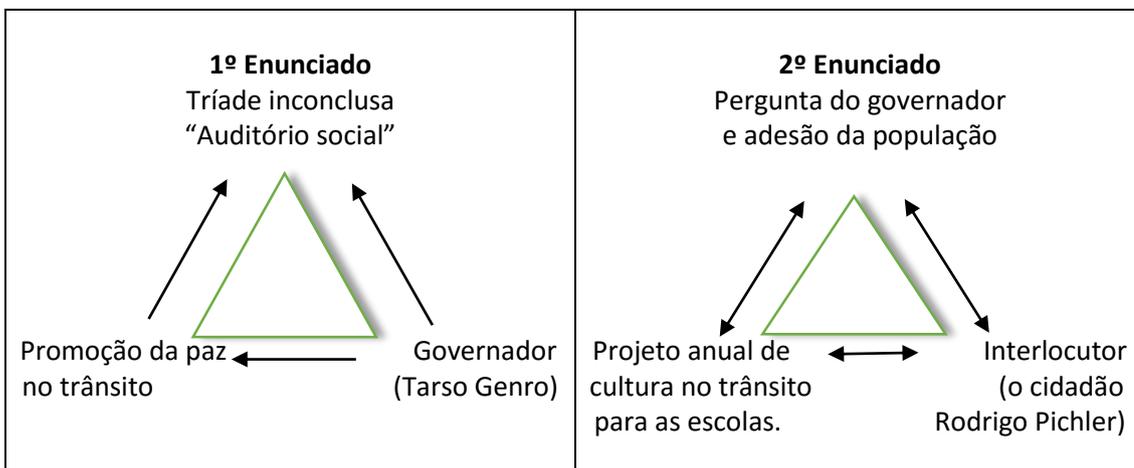
Responsabilidade na sequência enunciativa curtíssima 6 – SEc pergunta e resposta

O governador solicita uma opinião (ação comunicativa)
por meio de uma pergunta



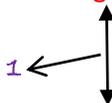
O cidadão, Rodrigo Pichler, responde
à pergunta do governador

**A Tríade viva de cada enunciado
na sequência enunciativa 6 – padrão SEc**



**Relação semântico-axiológica
na sequência enunciativa 6 – padrão SEc**

Tom interrogativo do governador.
Valoriza o agente coletivo.



O cidadão, Rodrigo Pichler, sugere *um projeto educativo*, que considera valoroso, ao governador

Sequência enunciativa 7 – padrão SEc – consulta pública “Segurança no trânsito”

<p>“Como governo e sociedade podem, juntos, promover a paz no trânsito?”</p> <p>Governador (PG)</p> <p>PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Postagem on-line em 09/10/2012. ▶ O enunciado utiliza plural de convite (<i>como governo e sociedade podem</i>). O verbo vai para o plural com a intenção de chamar <i>alguém</i> para uma ação (opinião/contribuição/resposta de <i>alguém</i>); acrescenta o aposto (<i>juntos</i>) e estabelece o sujeito coletivo (o governo e os cidadãos gaúchos). De forma direta, pelo plural de convite, indica negociação de ideias e de posições avaliativas para chegar a uma significação objetiva, que poderá servir ao planejamento da política pública sobre o <u>atendimento na saúde pública</u> no RS. ▶ A expressividade do enunciado é marcada pelo tom interrogativo. Indica a posição de quem não formou uma ideia e que deseja fazê-lo.
<p>“Realização de campanhas, não só para condutores de veículo, e sim para as demais pessoas que não conhecem as leis e regras de trânsito, divulgar as campanhas em igrejas, clubes, hospitais, etc.”.</p> <p>Enviada pela sociedade (CC)</p> <p>CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão</p> <p>Votação on-line da contribuição: 58,41 pontos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Postagem e votação on-line entre 09/10/2012 e 16/11/2012. ▶ Tomada de posição frente à realidade: Neste enunciado, várias vozes produzem uma única resposta, de forma direta, à pergunta postada. Elas marcam o enunciado com a indicação de uma única ação: <u>Realização de campanhas</u> (...). Indicam os <u>alvos da ação</u> (... <u>não só para condutores de veículo, e sim para as demais pessoas que não conhecem as leis e regras de trânsito</u>...) e os <u>espaços</u> onde a ação deve acontecer (...<u>divulgar as campanhas em igrejas, clubes, hospitais, etc.</u>). Seu discurso é explicitamente polifônico. Com essa contribuição, elas disputam com outros sentidos subjetivos a votação da população e a possibilidade de tornar seu ponto de vista uma significação objetiva para o planejamento de ações governamentais para a “Segurança no trânsito” no RS.

Alteridade na extensão [curtíssima] da sequência enunciativa 7 – padrão SEc



PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa

CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão

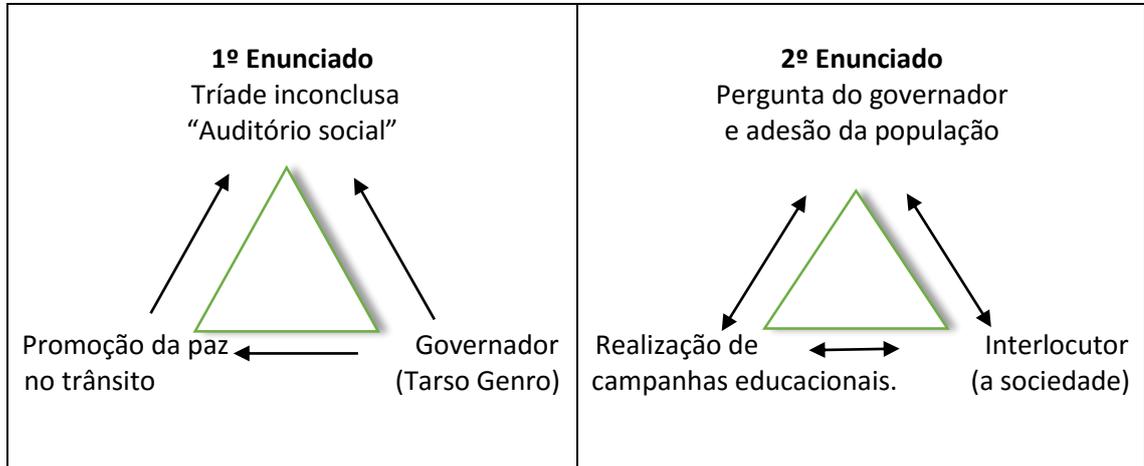
Responsabilidade na sequência enunciativa curtíssima 7 – SEc pergunta e resposta

O governador solicita uma opinião (ação comunicativa)
por meio de uma pergunta



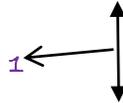
Vários cidadãos constroem uma única resposta
à pergunta do governador

**A Tríade viva de cada enunciado
na sequência enunciativa 7 – padrão SEc**



**Relação semântico-axiológica
na sequência enunciativa 7 – padrão SEC**

Tom interrogativo do governador.
Valoriza o agente coletivo.



A sociedade gaúcha sugere *uma ação educativa*,
que considera valorosa, ao governador

Sequência enunciativa 8 – padrão SEc – consulta pública “Segurança no trânsito”

<p>“Como governo e sociedade podem, juntos, promover a paz no trânsito?”</p> <p>Governador (PG)</p> <p>PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Postagem on-line em 09/10/2012. ▶ O enunciado utiliza plural de convite (<i>como governo e sociedade podem</i>). O verbo vai para o plural com a intenção de chamar <i>alguém</i> para uma ação (opinião/contribuição/resposta de <i>alguém</i>); acrescenta o aposto (<i>juntos</i>) e estabelece o sujeito coletivo (o governo e os cidadãos gaúchos). De forma direta, pelo plural de convite, indica negociação de ideias e de posições avaliativas para chegar a uma significação objetiva, que poderá servir ao planejamento da política pública sobre o <u>atendimento na saúde pública</u> no RS. ▶ A expressividade do enunciado é marcada pelo tom interrogativo. Indica a posição de quem não formou uma ideia e que deseja fazê-lo.
<p>“Destinação de uma parte dos recursos Levantados com aplicação de multas em um Fundo de Prevenção de Acidentes, destinado a Campanhas de conscientização, pesquisas sobre Melhorias no trânsito e investimento em infraestrutura...”</p> <p>Enviada pela sociedade (CC)</p> <p>CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão</p> <p>Votação on-line da contribuição: 55, 94 pontos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Postagem e votação on-line entre 09/10/2012 e 16/11/2012. ▶ Tomada de posição frente à realidade: Neste enunciado, várias vozes produzem uma única resposta, de forma direta, à pergunta postada. Elas marcam o enunciado com a indicação de uma única ação: <u>Destinação de uma parte dos recursos levantados com aplicação de multas em um Fundo de Prevenção de Acidentes</u> (...). Indicam, também, o detalhamento da ação (... <u>destinado a Campanhas de conscientização, pesquisas sobre Melhorias no trânsito e investimentos em infraestrutura</u>). Seu discurso é explicitamente polifônico, já que é assinado pela sociedade. Com essa contribuição, elas disputam com outros sentidos subjetivos a votação da população e a possibilidade de tornar seu ponto de vista uma significação objetiva para o planejamento de ações governamentais para a “Segurança no trânsito” no RS.

Alteridade na extensão [curtíssima] da sequência enunciativa 8 – padrão SEc



PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa

CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão

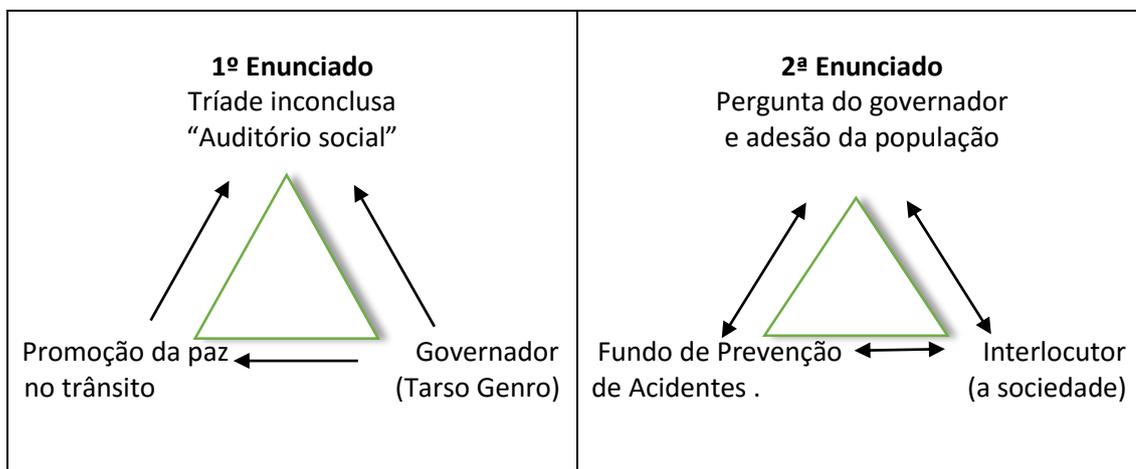
Responsabilidade na sequência enunciativa curtíssima 8 – SEc pergunta e resposta

O governador solicita uma opinião (ação comunicativa)
por meio de uma pergunta



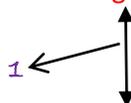
Vários cidadãos constroem uma única resposta
à pergunta do governador

**A Tríade viva de cada enunciado
na sequência enunciativa 8 – padrão SEc**



**Relação semântico-axiológica
na sequência enunciativa 8 – padrão SEc**

Tom interrogativo do governador.
Valoriza o agente coletivo.



A sociedade gaúcha sugere *uma ação*,
que considera valorosa, ao governador

Sequência enunciativa 9 – padrão SEc – consulta pública “Segurança no trânsito”

<p>“Como governo e sociedade podem, juntos, promover a paz no trânsito?”</p> <p>Governador (PG)</p> <p>PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Postagem on-line em 09/10/2012. ▶ O enunciado utiliza plural de convite (<i>como governo e sociedade podem</i>). O verbo vai para o plural com a intenção de chamar <i>alguém</i> para uma ação (opinião/contribuição/resposta de <i>alguém</i>); acrescenta o aposto (<i>juntos</i>) e estabelece o sujeito coletivo (o governo e os cidadãos gaúchos). De forma direta, pelo plural de convite, indica negociação de ideias e de posições avaliativas para chegar a uma significação objetiva, que poderá servir ao planejamento da política pública sobre “Segurança no trânsito” no RS. ▶ A expressividade do enunciado é marcada pelo tom interrogativo. Indica a posição de quem não formou uma ideia e que deseja fazê-lo.
<p>“Ampliar e qualificar o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, SAMU, atingindo até 2020 a cobertura de 100%. Cobertura Estadual de 92% até 2014”.</p> <p>Comitê de Trânsito¹⁷⁰ (CC)</p> <p>CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão</p> <p>Votação on-line da contribuição: 54,38 pontos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Postagem e votação on-line entre 09/10/2012 e 16/11/2012. ▶ Tomada de posição frente à realidade: Neste enunciado, várias vozes produzem uma única resposta, de forma direta, à pergunta postada. São vozes dos membros do “Comitê de Trânsito”. Elas marcam o enunciado com a indicação duas ações interligadas: <u>Ampliar e qualificar o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, SAMU</u> (...). Indicam, também, metas quantitativas para dois cronótopos, reforçando o discurso: (... <u>atingindo até 2020 a cobertura de 100%. Cobertura Estadual de 92% até 2014</u>). Seu discurso é explicitamente polifônico, já que é assinado pelos titulares dos órgãos estatais que compõem o Comitê. Com essa contribuição, elas disputam com outros sentidos subjetivos a votação da população e a possibilidade de tornar seu ponto de vista uma significação objetiva para o planejamento de ações governamentais para a “Segurança no trânsito” no RS.

¹⁷⁰ O Comitê Estadual de Mobilização pela Segurança no Trânsito, do Estado do Rio Grande do Sul, foi criado pelo Decreto Estadual nº 48013/2011.

Alteridade na extensão [curtíssima] da sequência enunciativa 9 – padrão SEc



PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa

CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão

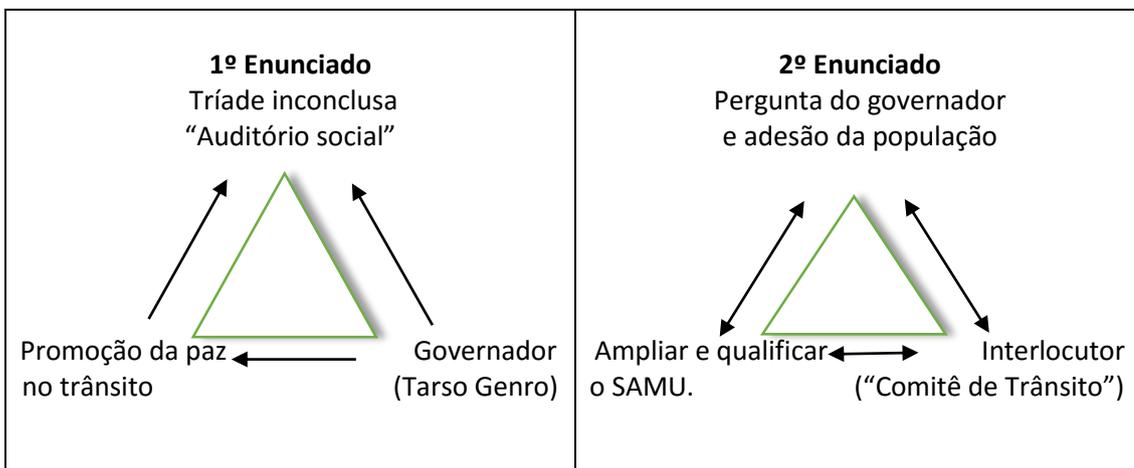
Responsabilidade na sequência enunciativa curtíssima 9 – SEc pergunta e resposta

O governador solicita uma opinião (ação comunicativa)
por meio de uma pergunta



Membros do “Comitê de Trânsito” do RS constroem uma única resposta
à pergunta do governador

**A Tríade viva de cada enunciado
na sequência enunciativa 9 – padrão SEc**



**Relação semântico-axiológica
na sequência enunciativa 9 – padrão SEc**

Tom interrogativo do governador.
Valoriza o agente coletivo.



O “Comitê de Trânsito” do RS sugere *uma ação corretiva*,
que considera valorosa, ao governador

Sequência enunciativa 10 – padrão SEc – consulta pública “Segurança no trânsito”

<p>“Como governo e sociedade podem, juntos, promover a paz no trânsito?”</p> <p>Governador (PG)</p> <p>PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Postagem on-line em 09/10/2012. ▶ O enunciado utiliza plural de convite (<i>como governo e sociedade podem</i>). O verbo vai para o plural com a intenção de chamar <i>alguém</i> para uma ação (opinião/contribuição/resposta de <i>alguém</i>); acrescenta o aposto (<i>juntos</i>) e estabelece o sujeito coletivo (o governo e os cidadãos gaúchos). De forma direta, pelo plural de convite, indica negociação de ideias e de posições avaliativas para chegar a uma significação objetiva, que poderá servir ao planejamento da política pública sobre o <u>atendimento na saúde pública</u> no RS. ▶ A expressividade do enunciado é marcada pelo tom interrogativo. Indica a posição de quem não formou uma ideia e que deseja fazê-lo.
<p>“Ampliar e qualificar o atendimento das Unidades de Pronto Atendimento, UPA, com a meta de implantar 34 UPAs, até 2014”.</p> <p>Comitê de Trânsito (CC)</p> <p>CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão</p> <p>Votação on-line da contribuição: 48,50 pontos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Postagem e votação on-line entre 09/10/2012 e 16/11/2012. ▶ Tomada de posição frente à realidade: Neste enunciado, várias vozes produzem uma única resposta, de forma direta, à pergunta postada. São vozes dos membros do “Comitê de Trânsito”. Elas marcam o enunciado com a indicação duas ações interligadas: <u>Ampliar e qualificar o atendimento das Unidades de Pronto Atendimento, UPA</u> (...). Indicam, também, uma meta quantitativa para 2014, reforçando o discurso: (... <u>com a meta de implantar 34 UPAs, até 2014</u>). Seu discurso é explicitamente polifônico, já que é assinado pelos titulares dos órgãos estatais que compõem o Comitê. Com essa contribuição, elas disputam com outros sentidos subjetivos a votação da população e a possibilidade de tornar seu ponto de vista uma significação objetiva para o planejamento de ações governamentais para a “Segurança no trânsito” no RS.

Alteridade na extensão [curtíssima] da sequência enunciativa 10 – padrão SEc

PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa

CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão

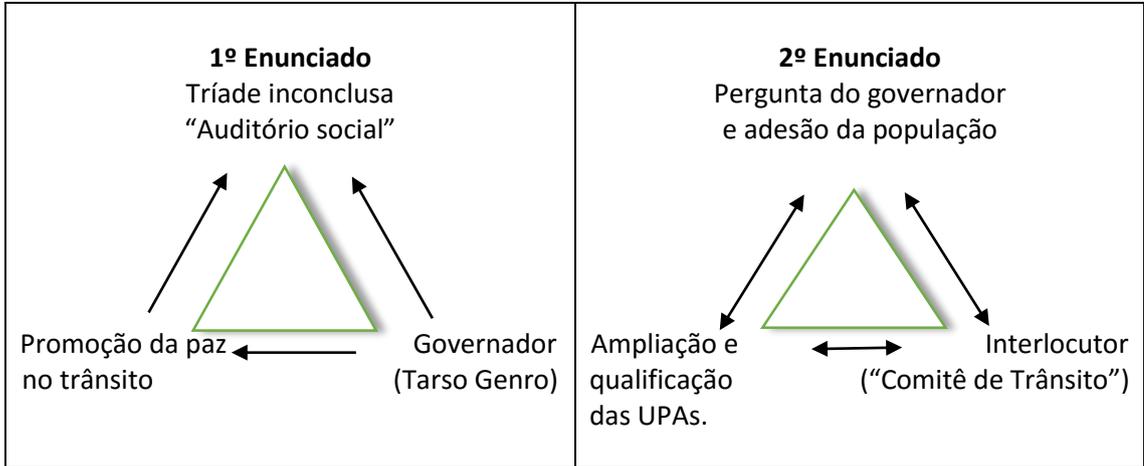
**Responsabilidade na sequência enunciativa curtíssima 10 – SEc
pergunta e resposta**

O governador solicita uma opinião (ação comunicativa)
por meio de uma pergunta



Membros do “Comitê de Trânsito” do RS constroem uma única resposta
à pergunta do governador

**A Tríade viva de cada enunciado
na sequência enunciativa 10 – padrão SEc**



**Relação semântico-axiológica
na sequência enunciativa 10 – padrão SEc**

Tom interrogativo do governador.
Valoriza o agente coletivo.



O “Comitê de Trânsito” do RS sugere *uma ação corretiva*,
que considera valorosa, ao governador.

APÊNDICE E – SEQUÊNCIAS ENUNCIATIVAS DA CONSULTA PÚBLICA DIGITAL SOBRE “REFORMA POLÍTICA”

Sequência enunciativa 1 – padrão SEc – consulta pública “Reforma política” - segunda pergunta

<p>“Na sua opinião, quais devem ser as prioridades da reforma política?”</p> <p>Governador (PG)</p> <p>PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa</p>	<p>► Postagem on-line em 03/07/2013.</p> <p>► Neste enunciado interrogativo, o governador solicita, de forma direta, a <u>opinião de alguém</u> (sentido subjetivo) sobre quais <u>devem ser</u> (expressão de natureza ontológica, que indica que a opinião pode ser normativamente válida, ou seja, de se tornar significação jurídica) as <u>prioridades</u> (podendo ser múltiplas) vinculadas ao tema (<u>reforma política</u>). Tema que só tem sentido por força de uma situação social imediata concreta. O enunciado sugere que o sentido subjetivo pode ser alçado a uma significação objetiva.</p>
<p>“Fim do voto secreto no Congresso Nacional e demais instâncias legislativas”.</p> <p>Cidadão/cidadã (CC)</p> <p>CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão</p> <p>Votação on-line da contribuição: 81 pontos¹⁷¹</p>	<p>► Postagem e votação on-line entre 3 e 19/07/2013.</p> <p>► Tomada de posição frente à realidade: Neste enunciado responsivo, o cidadão/a cidadã responde, de forma direta, à pergunta postada. Ele ou ela traz para o primeiro plano o assunto <u>fim do voto secreto</u>, um sentido subjetivo sobre <u>reforma política</u> que disputa com outros sentidos subjetivos, por votação on-line, a adesão da população a esta ideia e, conseqüentemente, a possibilidade de se tornar significação objetiva (jurídica) sobre o tema.</p>

¹⁷¹ Em cada consulta pública digital, vinculada ao projeto “All Our Ideas”, da Universidade de Princeton (USA), as votações on-line são convertidas em pontos por um modelo estatístico próprio do projeto. Este modelo estatístico utiliza as respostas para estimar o que eles denominam de “matriz de opinião”, ou seja, o quanto cada respondente valoriza cada tema, utilizando o método de amostragem de Gibbs. A pontuação vai de zero (0) a cem (100) para as preferências relativas dos cidadãos que acessaram e votaram em alguma proposta (Cf. SALGANIK; LEVY, 2015).

Extensão [curtíssima] da sequência enunciativa 1 – SEc1



PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa

CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão

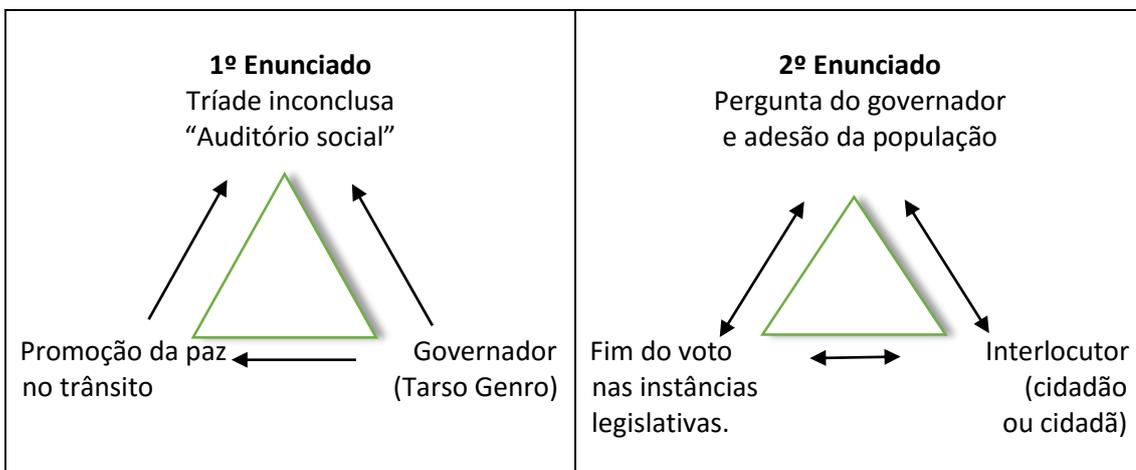
Formação da sequência enunciativa curtíssima (SEc1) – pergunta e resposta

O governador solicita uma opinião (ação comunicativa)
por meio de uma pergunta



O cidadão ou a cidadã responde
à pergunta do governador

A Tríade viva de cada enunciado (SEc1)



Sequência enunciativa curtíssima (SEc1) – Relação semântico-axiológica

Tom interrogativo do governador.
Valoriza a opinião individual.



O cidadão ou a cidadã, com tom assertivo e forma sintética, sugere *algo*, que considera ser valoroso à reforma política, ao governador

Sequência enunciativa 2 (SEc2) – consulta pública “Reforma política” - segunda pergunta

<p>“Na sua opinião, quais devem ser as prioridades da reforma política?”</p> <p>Governador (PG)</p> <p>PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa</p>	<p>► Postagem on-line em 03/07/2013.</p> <p>► Neste enunciado interrogativo, o governador solicita, de forma direta, a <u>opinião de alguém</u> (sentido subjetivo) sobre quais <u>devem ser</u> (expressão de natureza ontológica, que indica que a opinião pode ser normativamente válida, ou seja, de se tornar significação jurídica) as <u>prioridades</u> (podendo ser múltiplas) vinculadas ao tema (<u>reforma política</u>). Tema que só tem sentido por força de uma situação social imediata concreta. O enunciado sugere que o sentido subjetivo pode ser alçado a uma significação objetiva.</p>
<p>“Impedimento do uso da renúncia como artifício para escapar dos processos de cassação.”</p> <p>Cidadão/cidadã (CC)</p> <p>CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão</p> <p>Votação on-line da contribuição: 78 pontos</p>	<p>► Postagem e votação on-line entre 3 e 19/07/2013.</p> <p>► Tomada de posição frente à realidade: neste enunciado responsivo, o cidadão/a cidadã, de forma direta, traz para o primeiro plano o assunto <u>cassação</u>. Ele ou ela solicita que <u>o uso da renúncia</u> não seja, no futuro imediato, condição impeditiva <u>aos processos de cassação</u>. Ele ou ela disputa com outros sentidos subjetivos, por votação on-line, a adesão da população a sua ideia e, conseqüentemente, a possibilidade de se tornar significação objetiva (jurídica) sobre o tema.</p>

Extensão [curtíssima] da sequência enunciativa 2 – SEc2



PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa

CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão

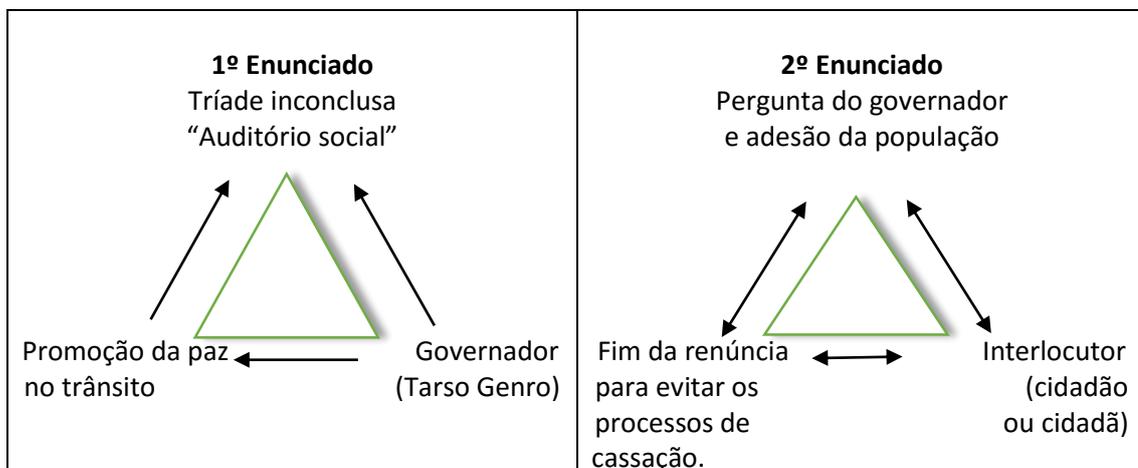
Formação da sequência enunciativa curtíssima (SEc2) – pergunta e resposta

O governador solicita uma opinião (ação comunicativa)
por meio de uma pergunta



O cidadão ou a cidadã responde
à pergunta do governador

A Tríade viva de cada enunciado (SEc2)



Seqüência enunciativa curtíssima (SEc2) – Relação semântico-axiológica

Tom interrogativo do governador.
Valoriza o agente coletivo.



O cidadão ou a cidadã sugere *algo*, que considera ser valoroso, ao governador

Sequência enunciativa 3 (SEc3) – consulta pública “Reforma política” - segunda pergunta

<p>“Na sua opinião, quais devem ser as prioridades da reforma política?”</p> <p>Governador (PG)</p> <p>PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa</p>	<p>► Postagem on-line em 03/07/2013.</p> <p>► Neste enunciado interrogativo, o governador solicita, de forma direta, a <u>opinião de alguém</u> (sentido subjetivo) sobre quais <u>devem ser</u> (expressão de natureza ontológica, que indica que a opinião pode ser normativamente válida, ou seja, de se tornar significação jurídica) as <u>prioridades</u> (podendo ser múltiplas) vinculadas ao tema (<u>reforma política</u>). Tema que só tem sentido por força de uma situação social imediata concreta. O enunciado sugere que o sentido subjetivo pode ser alçado a uma significação objetiva.</p>
<p>“Fim do foro privilegiado e da imunidade parlamentar”.</p> <p>Cidadão/cidadã (CC)</p> <p>CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão</p> <p>Votação on-line da contribuição: 78 pontos</p>	<p>► Postagem e votação on-line entre 3 e 19/07/2013.</p> <p>► Tomada de posição frente à realidade: Neste enunciado responsivo, o cidadão/a cidadã, de forma direta, traz para o primeiro plano dois assuntos: <u>Fim do foro privilegiado e da imunidade parlamentar</u>. Ele ou ela disputa com outros sentidos subjetivos, por votação on-line, a adesão da população a sua ideia e, conseqüentemente, a possibilidade de se tornar significação objetiva (jurídica) sobre o tema.</p>

Extensão [curtíssima] da sequência enunciativa 3 – SEc3



PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa

CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão

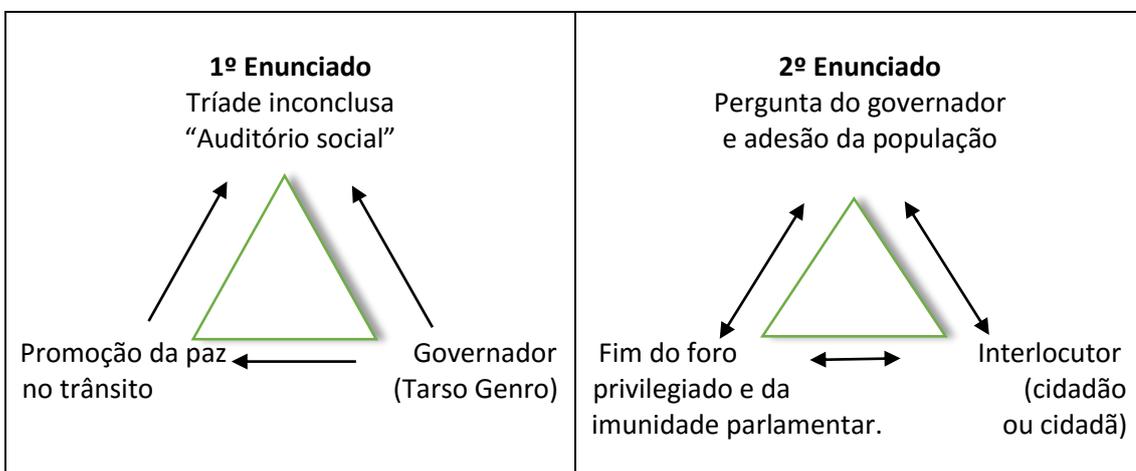
Formação da sequência enunciativa curtíssima (SEc3) – pergunta e resposta

O governador solicita uma opinião (ação comunicativa) por meio de uma pergunta



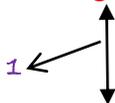
O cidadão ou a cidadã responde à pergunta do governador

A Tríade viva de cada enunciado (SEc3)



Sequência enunciativa curtíssima (SEc3) – Relação semântico-axiológica

Tom interrogativo do governador.
Valoriza o agente coletivo.



O cidadão ou a cidadã sugere *algo*, que considera ser valoroso, ao governador

Sequência enunciativa 4 (SEc4) – consulta pública “Reforma política” - segunda pergunta

<p>“Na sua opinião, quais devem ser as prioridades da reforma política?”</p> <p>Governador (PG)</p> <p>PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa</p>	<p>► Postagem on-line em 03/07/2013.</p> <p>► Neste enunciado interrogativo, o governador solicita, de forma direta, a <u>opinião de alguém</u> (sentido subjetivo) sobre quais <u>devem ser</u> (expressão de natureza ontológica, que indica que a opinião pode ser normativamente válida, ou seja, de se tornar significação jurídica) as <u>prioridades</u> (podendo ser múltiplas) vinculadas ao tema (<u>reforma política</u>). Tema que só tem sentido por força de uma situação social imediata concreta. O enunciado sugere que o sentido subjetivo pode ser alçado a uma significação objetiva.</p>
<p>“Redução do número de deputados federais, Estaduais e vereadores”.</p> <p>Cidadão/cidadã (CC)</p> <p>CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão</p> <p>Votação on-line da contribuição: 76 pontos</p>	<p>► Postagem e votação on-line entre 3 e 19/07/2013.</p> <p>► Tomada de posição frente à realidade: Neste enunciado responsivo, o cidadão/a cidadã, de forma direta, traz para o primeiro plano o assunto: <u>redução do número de deputados federais, estaduais e vereadores</u>. Ele ou ela disputa com outros sentidos subjetivos, por votação on-line, a adesão da população a sua ideia e, conseqüentemente, a possibilidade de se tornar significação objetiva (jurídica) sobre o tema.</p>

Extensão [curtíssima] da sequência enunciativa 4 – SEc4



PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa

CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão

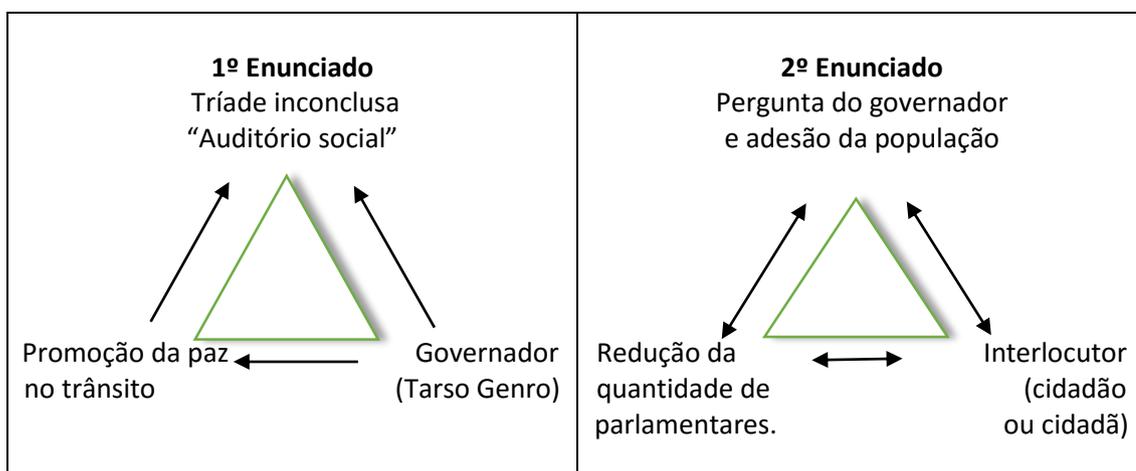
Formação da sequência enunciativa curtíssima (SEc4) – pergunta e resposta

O governador solicita uma opinião (ação comunicativa)
por meio de uma pergunta



O cidadão ou a cidadã responde
à pergunta do governador

A Tríade viva de cada enunciado (SEc4)



Sequência enunciativa curtíssima (SEc4) – Relação semântico-axiológica

Tom interrogativo do governador.
Valoriza o agente coletivo.



O cidadão ou a cidadã sugere *algo*,
que considera ser valoroso, ao governador

Sequência enunciativa 5 (SEc5) – consulta pública “Reforma política” - segunda pergunta

<p>“Na sua opinião, quais devem ser as prioridades da reforma política?”</p> <p>Governador (PG)</p> <p>PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa</p>	<p>► Postagem on-line em 03/07/2013.</p> <p>► Neste enunciado interrogativo, o governador solicita, de forma direta, a <u>opinião de alguém</u> (sentido subjetivo) sobre quais <u>devem ser</u> (expressão de natureza ontológica, que indica que a opinião pode ser normativamente válida, ou seja, de se tornar significação jurídica) as <u>prioridades</u> (podendo ser múltiplas) vinculadas ao tema (<u>reforma política</u>). Tema que só tem sentido por força de uma situação social imediata concreta. O enunciado sugere que o sentido subjetivo pode ser alçado a uma significação objetiva.</p>
<p>“Afastamento do cargo para pessoas sob investigação por crime de improbidade e corrupção. Tipificação da corrupção enquanto crime hediondo”.</p> <p>Cidadão/cidadã (CC)</p> <p>CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão</p> <p>Votação on-line da contribuição: 72 pontos</p>	<p>► Postagem e votação on-line entre 3 e 19/07/2013.</p> <p>► Tomada de posição frente à realidade: Neste enunciado responsivo, o cidadão/a cidadã, de forma direta, traz para o primeiro plano dois assuntos: <u>afastamento do cargo para pessoas sob investigação por crime de improbidade e corrupção e tipificação da corrupção enquanto crime hediondo</u>. Ele ou ela disputa com outros sentidos subjetivos, por votação on-line, a adesão da população a sua ideia e, conseqüentemente, a possibilidade de se tornar significação objetiva (jurídica) sobre o tema.</p>

Extensão [curtíssima] da sequência enunciativa 5 – SEc5



PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa

CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão

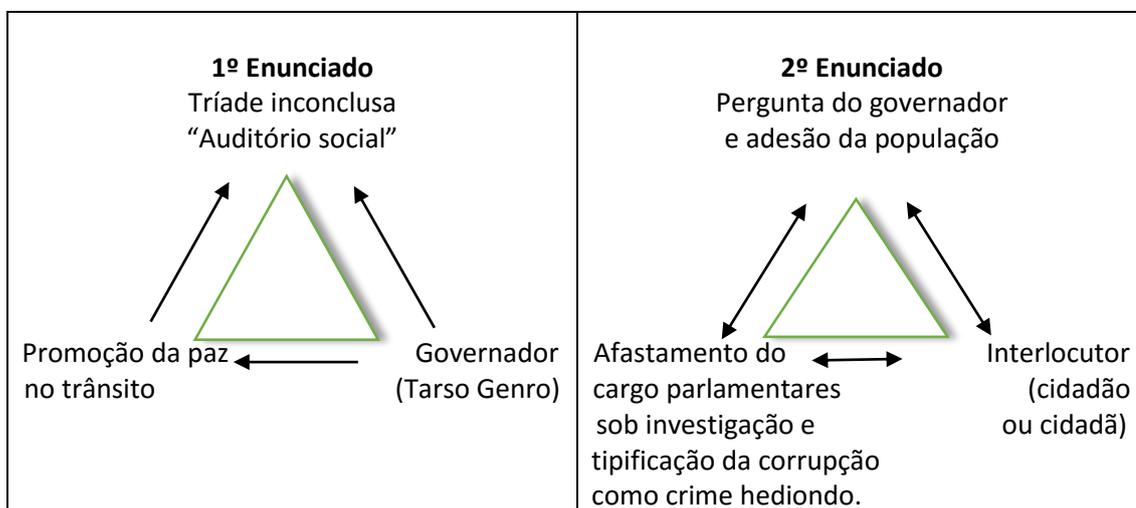
Formação da sequência enunciativa curtíssima (SEc5) – pergunta e resposta

O governador solicita uma opinião (ação comunicativa)
por meio de uma pergunta



O cidadão ou a cidadã responde
à pergunta do governador

A Tríade viva de cada enunciado (SEc5)



Sequência enunciativa curtíssima (SEc5) – Relação semântico-axiológica

Tom interrogativo do governador.
Valoriza o agente coletivo.



O cidadão ou a cidadã sugere *algo*,
que considera ser valoroso, ao governador

Sequência enunciativa 6 (SEc6) – consulta pública “Reforma política” - segunda pergunta

<p>“Na sua opinião, quais devem ser as prioridades da reforma política?”</p> <p>Governador (PG)</p> <p>PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa</p>	<p>► Postagem on-line em 03/07/2013.</p> <p>► Neste enunciado interrogativo, o governador solicita, de forma direta, a <u>opinião de alguém</u> (sentido subjetivo) sobre quais <u>devem ser</u> (expressão de natureza ontológica, que indica que a opinião pode ser normativamente válida, ou seja, de se tornar significação jurídica) as <u>prioridades</u> (podendo ser múltiplas) vinculadas ao tema (<u>reforma política</u>). Tema que só tem sentido por força de uma situação social imediata concreta. O enunciado sugere que o sentido subjetivo pode ser alçado a uma significação objetiva.</p>
<p>“Ampliação dos canais diretos de participação da população. Maior participação popular em todos os níveis, através de instrumentos como plebiscitos, referendos e uso de novas tecnologias. Democracia deliberativa em todo Brasil, com discussões municipais, regionais e estaduais sobre temáticas de interesse público”.</p> <p>Cidadão/cidadã (CC)</p> <p>CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão</p> <p>Votação on-line da contribuição: 72 pontos</p>	<p>► Postagem e votação on-line entre 3 e 19/07/2013.</p> <p>► Tomada de posição frente à realidade: Neste enunciado responsivo, o cidadão/a cidadã responde, de forma direta, a pergunta postada. Ele ou ela traz para o primeiro plano o assunto <u>ampliação participação popular nas decisões políticas</u>, um sentido subjetivo sobre <u>reforma política</u> que disputa com outros sentidos subjetivos a possibilidade de tornar-se significação objetiva (jurídica) em uma nova norma (lei). Amplia sua exposição subjetiva e sua vontade ao indicar a forma de fazer (<u>...através de instrumentos como plebiscitos, referendos e uso de novas tecnologias. (...) com discussões municipais, regionais e estaduais sobre temáticas de interesse público</u>) e em que tipo de democracia está aportada (<u>Democracia deliberativa em todo Brasil...</u>).</p>

Extensão [curtíssima] da sequência enunciativa 6 – SEc6

PG



CC

PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa

CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão

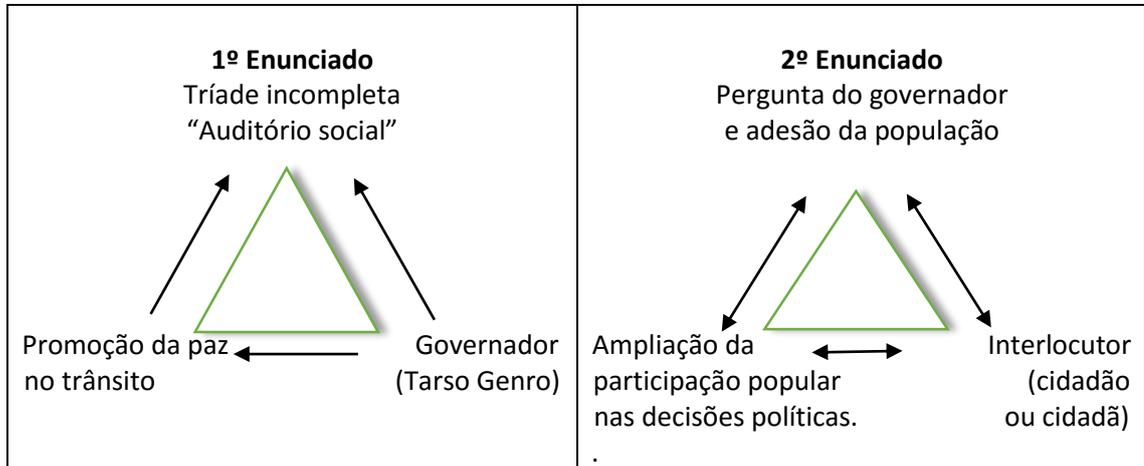
Formação da sequência enunciativa curtíssima (SEc6) – pergunta e resposta

O governador solicita uma opinião (ação comunicativa)
por meio de uma pergunta



O cidadão ou a cidadã responde
à pergunta do governador

A Tríade viva de cada enunciado (SEc6)



Sequência enunciativa curtíssima (SEc6) – Relação semântico-axiológica

Tom interrogativo do governador.
Valoriza o agente coletivo.



O cidadão ou a cidadã sugere *algo*,
que considera ser valoroso, ao governador

Sequência enunciativa 7 (SEc7) – consulta pública “Reforma política” - segunda pergunta

<p>“Na sua opinião, quais devem ser as prioridades da reforma política?”</p> <p>Governador (PG)</p> <p>PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa</p>	<p>► Postagem on-line em 03/07/2013.</p> <p>► Neste enunciado interrogativo, o governador solicita, de forma direta, a <u>opinião de alguém</u> (sentido subjetivo) sobre quais <u>devem ser</u> (expressão de natureza ontológica, que indica que a opinião pode ser normativamente válida, ou seja, de se tornar significação jurídica) as <u>prioridades</u> (podendo ser múltiplas) vinculadas ao tema (<u>reforma política</u>). Tema que só tem sentido por força de uma situação social imediata concreta. O enunciado sugere que o sentido subjetivo pode ser alçado a uma significação objetiva.</p>
<p>“Maior transparência nos gastos governamentais. Prestação de contas disponível na internet. Criação de instrumentos de transparência e controle social sobre os partidos”.</p> <p>Cidadão/cidadã (CC)</p> <p>CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão</p> <p>Votação on-line da contribuição: 71 pontos</p>	<p>► Postagem e votação on-line entre 3 e 19/07/2013.</p> <p>► Tomada de posição frente à realidade: Neste enunciado responsivo, o cidadão/a cidadã responde, de forma direta, a pergunta postada. Ele ou ela traz para o primeiro plano o assunto: <u>maior transparência nos gastos governamentais</u>, um sentido subjetivo sobre <u>reforma política</u> que disputa com outros sentidos subjetivos a possibilidade de tornar-se significação objetiva (jurídica) em uma nova norma (lei). Amplia a exposição da sua vontade ao indicar a forma de fazer (<u>prestação de contas pela internet</u>) e um alcance maior desta ação (<u>controle social sobre os partidos</u>).</p>

Extensão [curtíssima] da sequência enunciativa 7 – SEc7



PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa

CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão

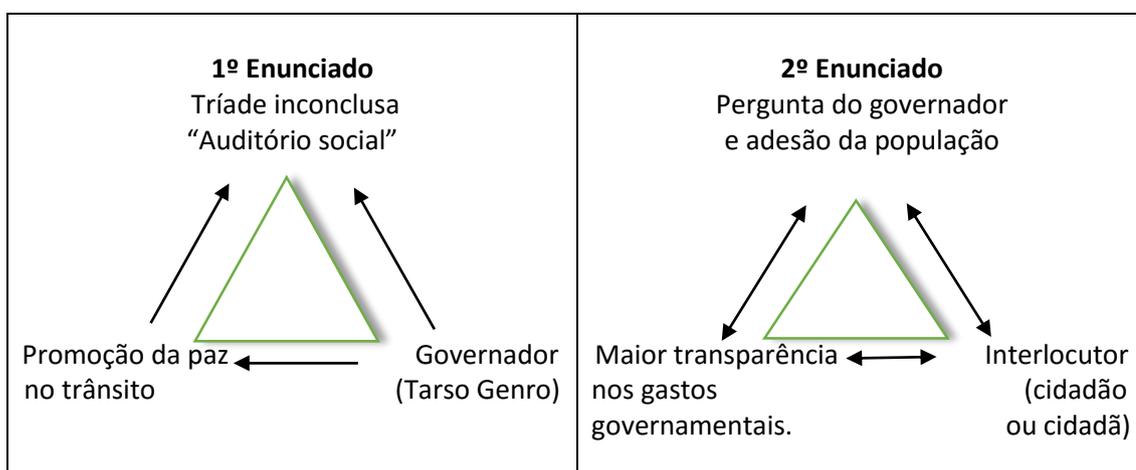
Formação da sequência enunciativa curtíssima (SEc7) – pergunta e resposta

O governador solicita uma opinião (ação comunicativa)
por meio de uma pergunta



O cidadão ou a cidadã responde
à pergunta do governador

A Tríade viva de cada enunciado (SEc7)



Sequência enunciativa curtíssima (SEc7) – Relação semântico-axiológica

Tom interrogativo do governador.
Valoriza o agente coletivo.



O cidadão ou a cidadã sugere *algo*,
que considera ser valoroso, ao governador

Sequência enunciativa 8 (SEc8) – consulta pública “Reforma política” - segunda pergunta

<p>“Na sua opinião, quais devem ser as prioridades da reforma política?”</p> <p>Governador (PG)</p> <p>PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa</p>	<p>► Postagem on-line em 03/07/2013.</p> <p>► Neste enunciado interrogativo, o governador solicita, de forma direta, a <u>opinião de alguém</u> (sentido subjetivo) sobre quais <u>devem ser</u> (expressão de natureza ontológica, que indica que a opinião pode ser normativamente válida, ou seja, de se tornar significação jurídica) as <u>prioridades</u> (podendo ser múltiplas) vinculadas ao tema (<u>reforma política</u>). Tema que só tem sentido por força de uma situação social imediata concreta. O enunciado sugere que o sentido subjetivo pode ser alçado a uma significação objetiva.</p>
<p>“Adoção do “Recall”, possibilitando ao eleitor que abrevie o mandato do político que não corresponder às expectativas e não cumprir seu programa de governo. Fiscalização permanente do cumprimento de metas e propostas”.</p> <p>Cidadão/cidadã (CC)</p> <p>CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão</p> <p>Votação on-line da contribuição: 70 pontos</p>	<p>► Postagem e votação on-line entre 3 e 19/07/2013.</p> <p>► Tomada de posição frente à realidade: Neste enunciado responsivo, o cidadão/a cidadã responde, de forma direta, a pergunta postada. Ele ou ela traz para o primeiro plano o assunto: <u>fiscalização do cumprimento das propostas de campanha dos políticos</u>. Um sentido subjetivo sobre <u>reforma política</u> que disputa com outros sentidos subjetivos a possibilidade de tornar-se significação objetiva (jurídica) em uma nova norma (lei). Amplia a exposição da sua vontade ao indicar <u>adoção de “recall”</u> (forma de fazer) e <u>perda do mandato</u> (efeito da fiscalização).</p>

Extensão [curtíssima] da sequência enunciativa 8 – SEc8

PG



CC

PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa

CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão

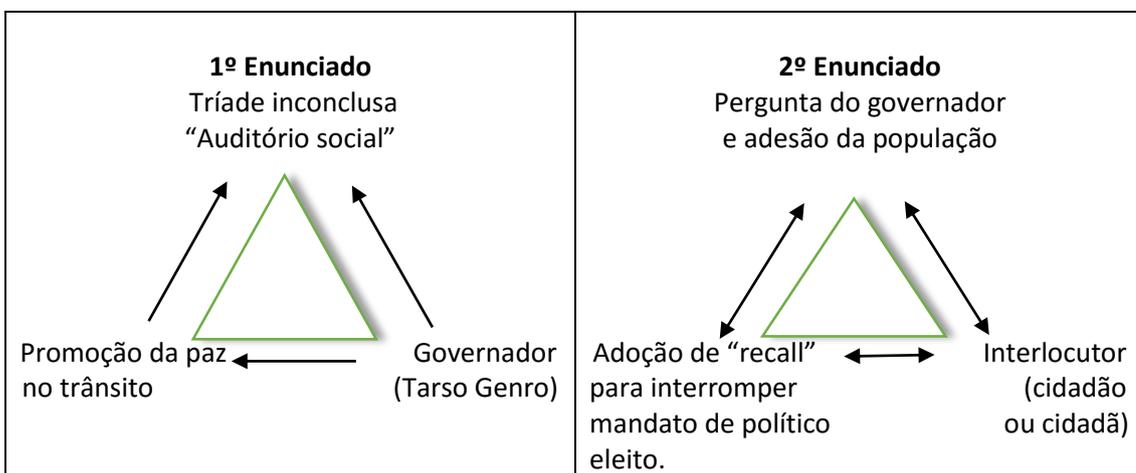
Formação da sequência enunciativa curtíssima (SEc8) – pergunta e resposta

O governador solicita uma opinião (ação comunicativa)
por meio de uma pergunta



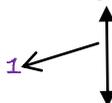
O cidadão ou a cidadã responde
à pergunta do governador

A Tríade viva de cada enunciado (SEc8)



Sequência enunciativa curtíssima (SEc8) – Relação semântico-axiológica

Tom interrogativo do governador.
Valoriza o agente coletivo.



O cidadão ou a cidadã sugere *algo*,
que considera ser valoroso, ao governador

Sequência enunciativa 9 (SEc9) – consulta pública “Reforma política” - segunda pergunta

<p>“Na sua opinião, quais devem ser as prioridades da reforma política?”</p> <p>Governador (PG)</p> <p>PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa</p>	<p>► Postagem on-line em 03/07/2013.</p> <p>► Neste enunciado interrogativo, o governador solicita, de forma direta, a <u>opinião de alguém</u> (sentido subjetivo) sobre quais <u>devem ser</u> (expressão de natureza ontológica, que indica que a opinião pode ser normativamente válida, ou seja, de se tornar significação jurídica) as <u>prioridades</u> (podendo ser múltiplas) vinculadas ao tema (<u>reforma política</u>). Tema que só tem sentido por força de uma situação social imediata concreta. O enunciado sugere que o sentido subjetivo pode ser alçado a uma significação objetiva.</p>
<p>“Fim das emendas de parlamentares ao orçamento da União”.</p> <p>Cidadão/cidadã (CC)</p> <p>CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão</p> <p>Votação on-line da contribuição: 69 pontos</p>	<p>► Postagem e votação on-line entre 3 e 19/07/2013.</p> <p>► Tomada de posição frente à realidade: Neste enunciado responsivo, o cidadão/a cidadã responde, de forma direta, a pergunta postada. Ele ou ela traz para o primeiro plano o assunto: <u>fim das emendas de parlamentares</u>. Um sentido subjetivo sobre <u>reforma política</u> que disputa com outros sentidos subjetivos a possibilidade de tornar-se significação objetiva (jurídica) em uma nova norma (lei). Amplia a exposição da sua vontade ao indicar <u>orçamento da união</u> (onde) o ponto a ser atingido.</p>

Extensão [curtíssima] da sequência enunciativa 9 – SEc9



PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa

CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão

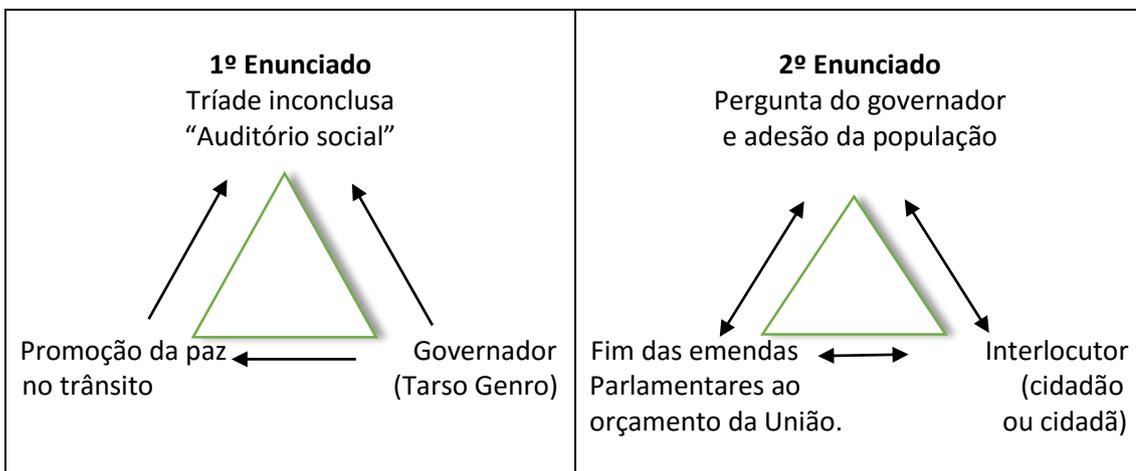
Formação da sequência enunciativa curtíssima (SEc9) – pergunta e resposta

O governador solicita uma opinião (ação comunicativa)
por meio de uma pergunta



O cidadão ou a cidadã responde
à pergunta do governador

A Tríade viva de cada enunciado (SEc9)



Sequência enunciativa curtíssima (SEc9) – Relação semântico-axiológica

Tom interrogativo do governador.
Valoriza o agente coletivo.



O cidadão ou a cidadã sugere *algo*,
que considera ser valoroso, ao governador

Sequência enunciativa 10 (SEc10) – consulta pública “Reforma política” - segunda pergunta

<p>“Na sua opinião, quais devem ser as prioridades da reforma política?”</p> <p>Governador (PG)</p> <p>PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa</p>	<p>► Postagem on-line em 03/07/2013.</p> <p>► Neste enunciado interrogativo, o governador solicita, de forma direta, a <u>opinião de alguém</u> (sentido subjetivo) sobre quais <u>devem ser</u> (expressão de natureza ontológica, que indica que a opinião pode ser normativamente válida, ou seja, de se tornar significação jurídica) as <u>prioridades</u> (podendo ser múltiplas) vinculadas ao tema (<u>reforma política</u>). Tema que só tem sentido por força de uma situação social imediata concreta. O enunciado sugere que o sentido subjetivo pode ser alçado a uma significação objetiva.</p>
<p>“Priorização nos Parlamentos para Votações de Projetos de Lei de Iniciativa Popular, bem como agilizar e capacitar os cidadãos para isso. Adoção de petições pela internet para apresentação de projetos de lei de iniciativa popular”.</p> <p>Cidadão/cidadã (CC)</p> <p>CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão</p> <p>Votação on-line da contribuição: 66 pontos</p>	<p>► Postagem e votação on-line entre 3 e 19/07/2013.</p> <p>► Tomada de posição frente à realidade: Neste enunciado responsivo, o cidadão/a cidadã responde, de forma direta, a pergunta postada. Ele ou ela traz para o primeiro plano o assunto: <u>priorizar a votação de Projetos de Lei de iniciativa popular</u>. Um sentido subjetivo sobre <u>reforma política</u> que disputa com outros sentidos subjetivos a possibilidade de tornar-se significação objetiva (jurídica) em uma nova norma (lei). Amplia a exposição da sua vontade ao indicar a necessidade de <u>capacitação dos cidadãos</u> e a forma de participar, por meio de <u>petições pela internet</u>.</p>

Extensão [curtíssima] da sequência enunciativa 10 – SEc10



PG = Pergunta do governador que inicia a sequência enunciativa

CC = Contribuição/resposta da/do cidadã/cidadão

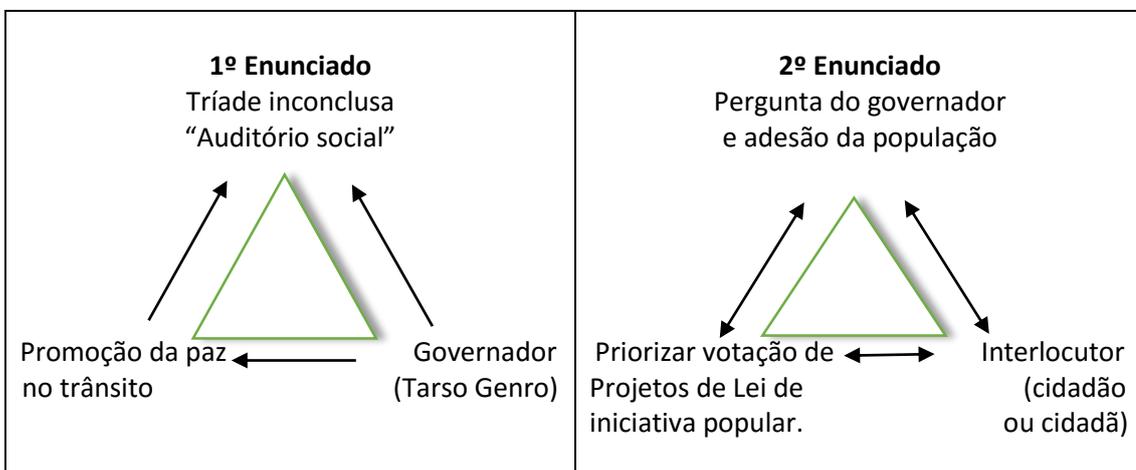
Formação da seqüência enunciativa curtíssima (SEc10) – pergunta e resposta

O governador solicita uma opinião (ação comunicativa)
por meio de uma pergunta



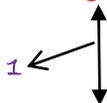
O cidadão ou a cidadã responde
à pergunta do governador

A Tríade viva de cada enunciado (SEc10)



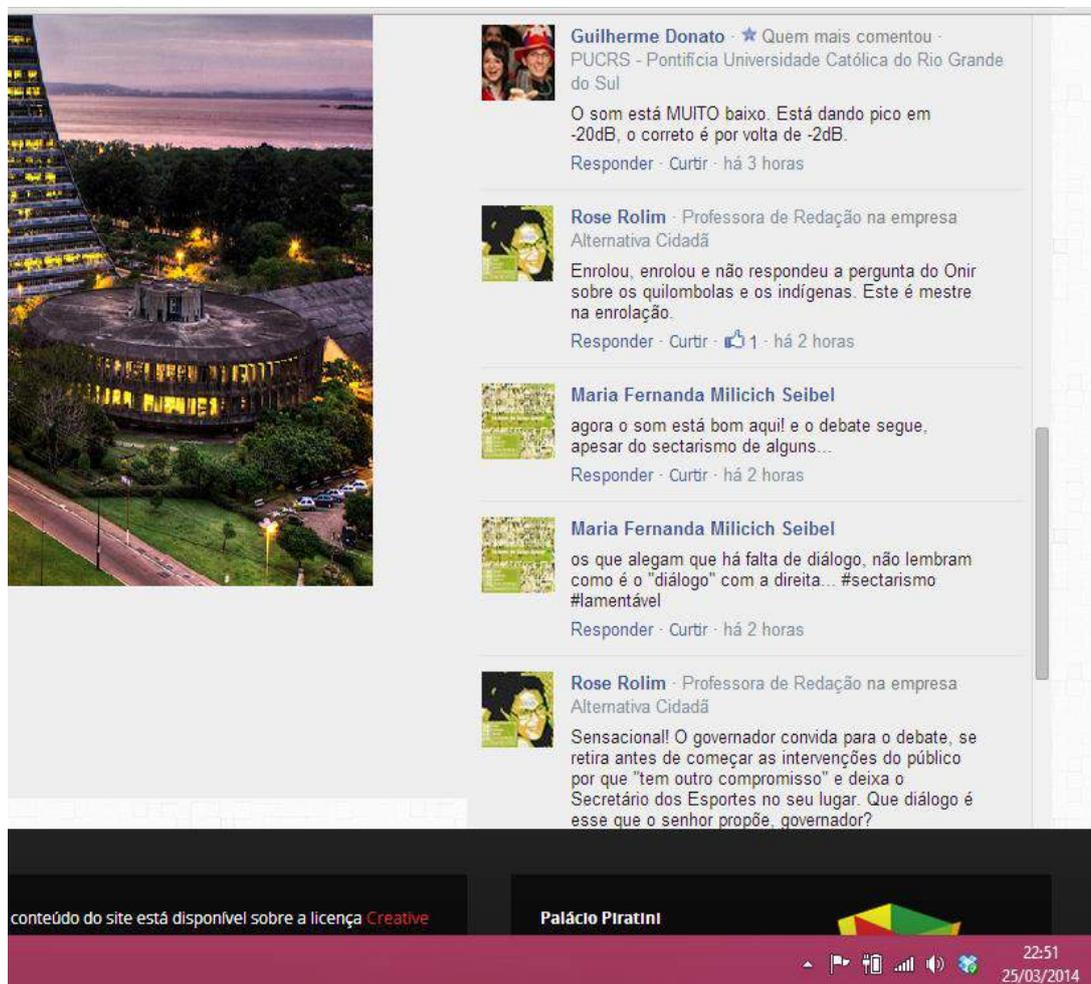
Seqüência enunciativa curtíssima (SEc10) – Relação semântico-axiológica

Tom interrogativo do governador.
Valoriza o agente coletivo.



O cidadão ou a cidadã sugere *algo*,
que considera ser valoroso, ao governador

ANEXO A – TELA DO FACEBOOK SOBRE AUDIÊNCIA PÚBLICA *COPA DO MUNDO 2014*



Guilherme Donato - ★ Quem mais comentou - PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
O som está **MUITO** baixo. Está dando pico em -20dB, o correto é por volta de -2dB.
Responder · Curtir · há 3 horas

Rose Rolim - Professora de Redação na empresa Alternativa Cidadã
Enrolou, enrolou e não respondeu a pergunta do Onir sobre os quilombolas e os indígenas. Este é mestre na enrolação.
Responder · Curtir · 1 · há 2 horas

Maria Fernanda Milicich Seibel
agora o som está bom aqui! e o debate segue, apesar do sectarismo de alguns...
Responder · Curtir · há 2 horas

Maria Fernanda Milicich Seibel
os que alegam que há falta de diálogo, não lembram como é o "diálogo" com a direita... #sectarismo #lamentável
Responder · Curtir · há 2 horas

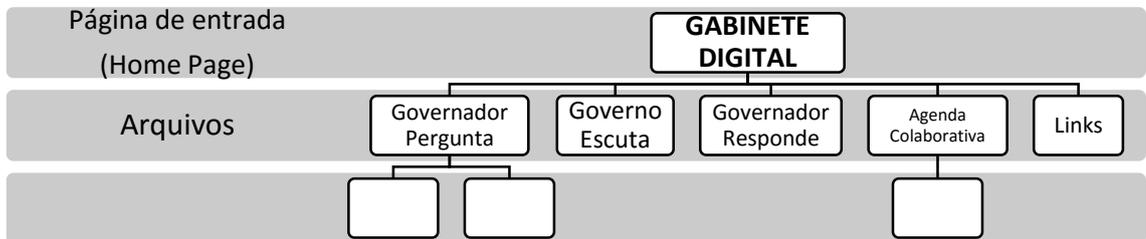
Rose Rolim - Professora de Redação na empresa Alternativa Cidadã
Sensacional! O governador convida para o debate, se retira antes de começar as intervenções do público por que "tem outro compromisso" e deixa o Secretário dos Esportes no seu lugar. Que diálogo é esse que o senhor propõe, governador?

conteúdo do site está disponível sobre a licença [Creative Commons](#)

Palácio Piratini

22:51
25/03/2014

FONTE: <www.gabinetedigital.rs.gov.br/aovivo/>

ANEXO B - ESTRUTURA DO SITE “GABINETE DIGITAL”

ANEXO C - CONSULTAS PÚBLICAS DIGITAIS, NO “GABINETE DIGITAL”, ENTRE 2011 E 2014



Consulta Pública:
Atendimento na saúde pública
09 de novembro a
10 de dezembro de 2011

Consulta Pública:
Segurança no trânsito
09 de outubro a
16 de novembro de 2012



Consulta Pública:
Plano Estadual de Cultura
18 de março a
30 de abril de 2013

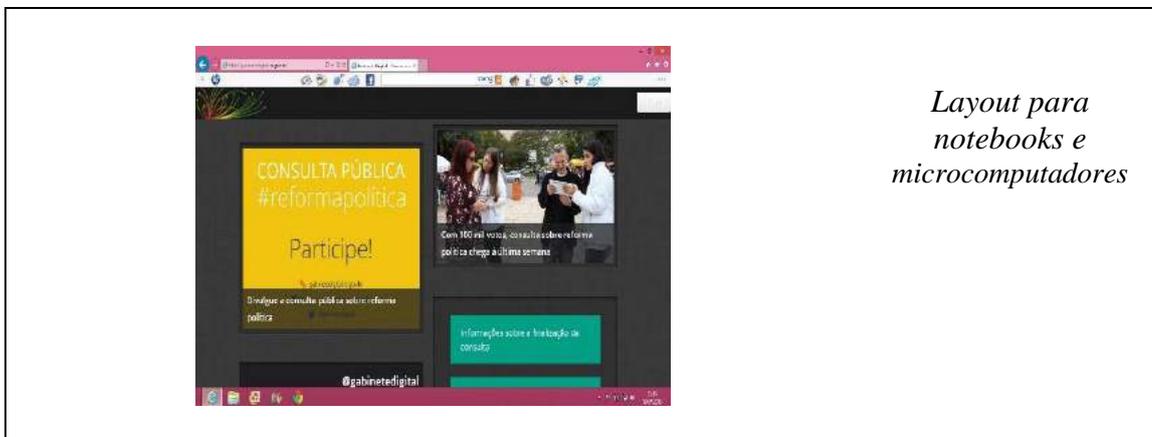
Consulta Pública:
Reforma Política
03 a 19 de julho de 2013



Consulta Pública:
Criação do Conselho Estadual de Comunicação
13 de agosto a
13 de setembro de 2013

OBS: Os sombreados foram realizadas com direcionamento para outro site/sistema.

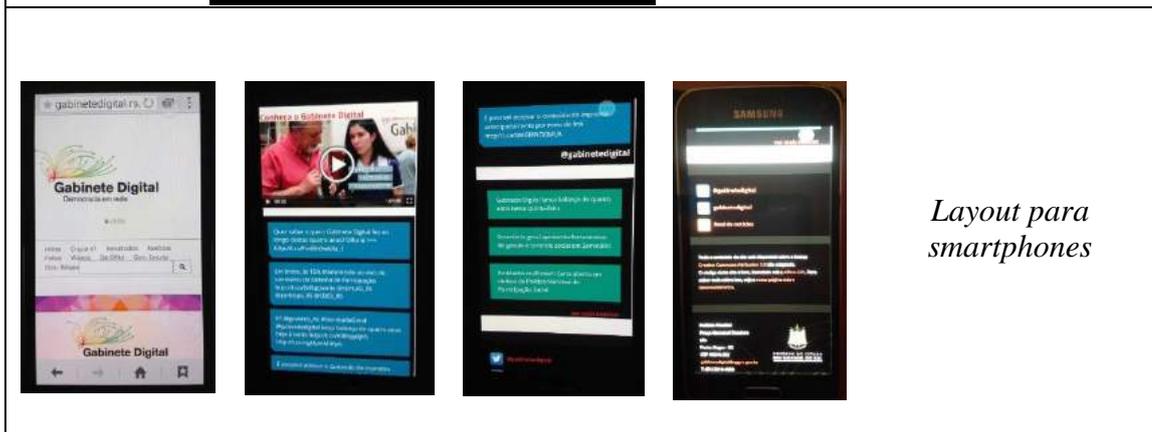
ANEXO D – LAYOUT DO “GABINETE DIGITAL” CONFORME DISPOSITIVO TECNOLÓGICO



Layout para notebooks e microcomputadores



Layout para tablets



Layout para smartphones

ANEXO E – POLÍTICA DE CONSENTIMENTO E PRIVACIDADE DO PROJETO “ALL OUR IDEAS”

Privacy and consent policy

Overview

All Our Ideas is a research project lead by [Professor Matthew Salganik](#) of [Princeton University](#). As such, all of our data collection and processing procedures have been approved by the [Princeton University Institutional Review Board for Human Subjects](#) (protocol #4885). Also, all members of our research team who have access to the data have completed a National Institutes of Health course on Protecting Human Research Participants. In other words, we take data protection very seriously.

Because this is a research project, we need to collect data from the site. We are interested in broad, aggregate patterns in the data, not in how any one particular person voted. So, for example, we are interested in the average number of votes cast in each session, but we are not interested in identifying who said they liked chocolate ice cream better than vanilla ice cream.

So that’s the big picture: we collect data about how you use this website site (just like virtually every other website), and we take your privacy seriously.

Below, we have information to some more specific questions, written in legalize. When in doubt, you can always email us or check out [our code](#); this project is entirely open source.

What information do we collect?

We collect information from you when you interact with All Our Ideas.

When creating a question, you will be required to enter your email address. You may, however, vote on questions anonymously. All visitors to the site will have their IP address [geolocated](#) using a publicly available database. We store your approximate location, as inferred from your IP address, and a [cryptographic hash](#) of your IP address in our database. We do not store IP addresses in our database. We also use third-party analytics services, such as [Google Analytics](#), to track traffic on the website.

Further, like most websites, we use cookies to enhance your experience, gather general visitor information, and track visits to our website. Please refer to the "[do we use cookies?](#)" section below for information about cookies and how we use them.

How do we use your information?

Any of the information that we collect may be used for research proposes and to improve All Our Ideas.

How do we protect your information?

We implement a variety of security measures to maintain the safety of your personal information.

Do we use cookies?

Yes. Cookies are small files that a site or its service provider transfers to your computer's hard drive through your web browser (if you allow) that enables the sites or service providers systems to recognize your browser and capture and remember certain information.

In order to offer you a better site experience, we use cookies to understand and save your preferences for future visits and to compile aggregate data about site traffic.

Do we disclose any information to outside parties?

We do not sell, trade, or otherwise transfer to outside parties your personally identifiable information. This does not include trusted third parties who assist us in operating our website, conducting research, or servicing you, so long as those parties agree to keep this information confidential. We may also release your information when we believe release is appropriate to comply with the law, enforce our site policies, or protect ours or others' rights, property, or safety.

Third party links

Occasionally, at our discretion, we may include links to third party websites. These third party sites have separate and independent privacy policies. We, therefore, have no responsibility or liability for the content and activities of these linked sites. Nonetheless, we seek to protect the integrity of our site and welcome any feedback about these sites.

Web servers

Our web servers are managed by Engine Yard. You can read more about their security procedures on the [Engine Yard website](#).

Your consent

By using our site, you consent to our privacy policy.

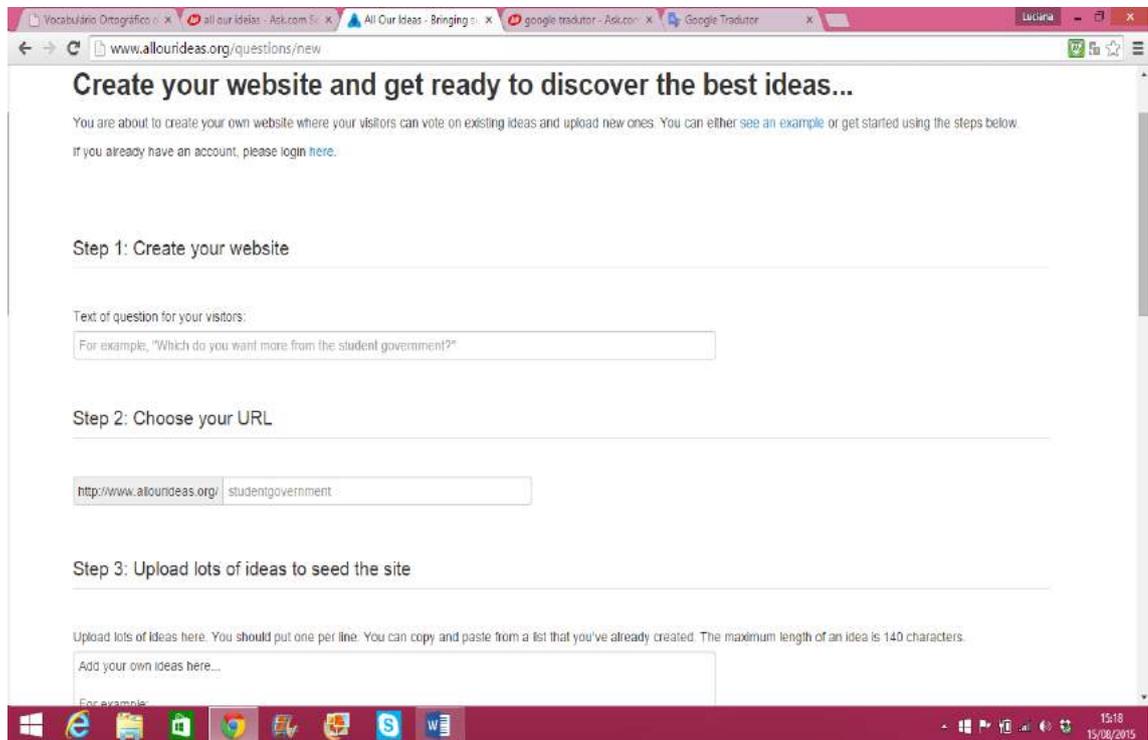
In compliance with our obligations to the Princeton University Institutional Review Board for Human Subjects, we reserve the right to remove, at any time, any content that we deem objectionable in any way, or which creates any physical, legal, social, or psychological risk to individuals.

Changes to our Privacy and Consent Policy

We reserve the right to change our privacy policy from time to time at our sole discretion. Please periodically check this section to review the current version of the Privacy and Consent Policy. All our previous policies are presented below, and we will continue to update this page if any changes are needed.

[Older version of privacy and consent policy \(in place from July 6, 2009 to December 20, 2011\)](#)

ANEXO F – ESTRUTURA BÁSICA DE WIKI-SURVEY DO PROJETO “ALL OUR IDEAS”



Vocabulário Ortográfico x all our ideas - Ask.com S... All Our Ideas - Bringin... google tradutor - Ask.com x Google Tradutor Licença

www.allourideas.org/questions/new

Create your website and get ready to discover the best ideas...

You are about to create your own website where your visitors can vote on existing ideas and upload new ones. You can either [see an example](#) or get started using the steps below. If you already have an account, please [login here](#).

Step 1: Create your website

Text of question for your visitors:

For example, "Which do you want more from the student government?"

Step 2: Choose your URL

http://www.allourideas.org/ studentgovernment

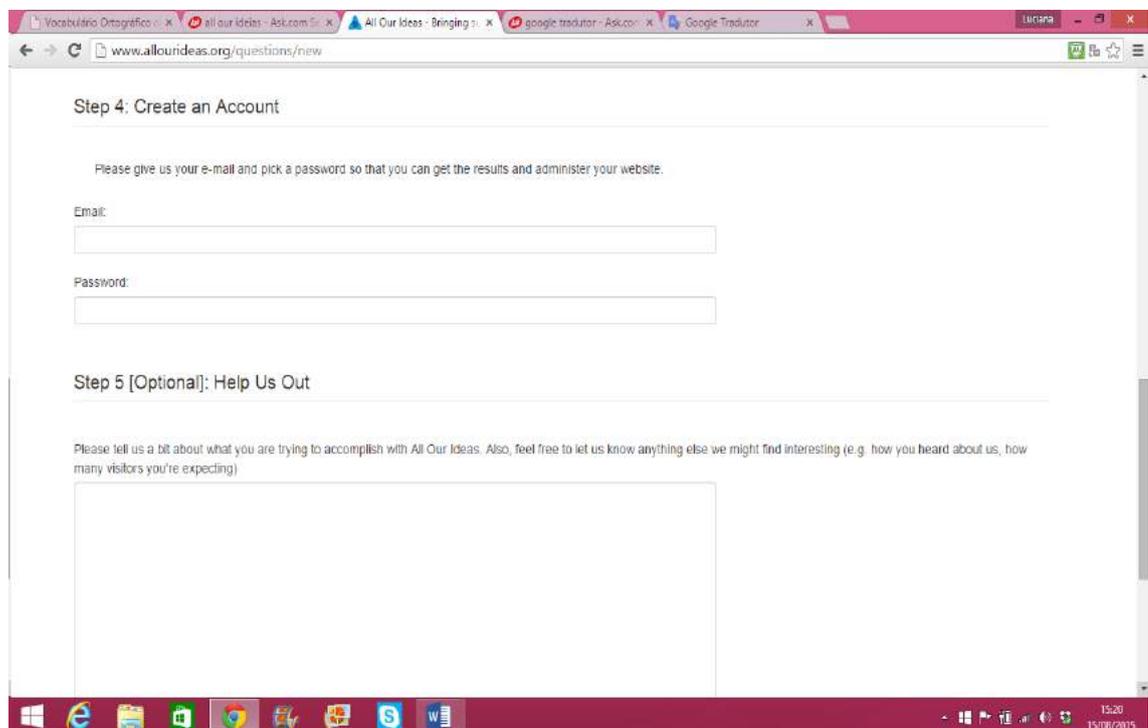
Step 3: Upload lots of ideas to seed the site

Upload lots of ideas here. You should put one per line. You can copy and paste from a list that you've already created. The maximum length of an idea is 140 characters.

Add your own ideas here...

For example:

Windows taskbar icons: Internet Explorer, File Explorer, Microsoft Word, Google Chrome, VLC media player, Firefox, Skype, Microsoft Word. System tray: Network, Volume, Date/Time: 15:18 15/08/2015.



Vocabulário Ortográfico x all our ideas - Ask.com S... All Our Ideas - Bringin... google tradutor - Ask.com x Google Tradutor Licença

www.allourideas.org/questions/new

Step 4: Create an Account

Please give us your e-mail and pick a password so that you can get the results and administer your website.

Email:

Password:

Step 5 [Optional]: Help Us Out

Please tell us a bit about what you are trying to accomplish with All Our Ideas. Also, feel free to let us know anything else we might find interesting (e.g. how you heard about us, how many visitors you're expecting)

Windows taskbar icons: Internet Explorer, File Explorer, Microsoft Word, Google Chrome, VLC media player, Firefox, Skype, Microsoft Word. System tray: Network, Volume, Date/Time: 15:20 15/08/2015.

ANEXO G – Termos de Uso do “Gabinete Digital”

Notícias

Participe

Ga

Termos de Uso

Este documento descreve os termos de uso do site Gabinete Digital, cuja aceitação plena e integral é requisito para todos os seus participantes. Ele inclui, além dos termos gerais, termos de limitação de responsabilidade, a política de privacidade e confidencialidade, a licença de livre uso do conteúdo e as informações de como reportar violações.

A utilização de qualquer parte que compõe ou está ligada ao site do Gabinete Digital implica na total aceitação dos termos descritos neste documento. Além disso, todos os participantes serão informados sobre o termo de uso no momento do cadastro no site.

O usuário reconhece que todas as contribuições são bem-vindas, desde que respeitadas as condições descritas nestes Termos de Uso.

Ao visitar, ler, postar sua mensagem ou de outra forma interagir com os recursos disponibilizados pelo Gabinete Digital, você está aceitando todas as condições mencionadas nestes Termos de Uso, com destaque para as condições gerais descritas abaixo.

O reconhecimento de que não há presunção de anonimato e de que o conteúdo postado é de sua inteira responsabilidade, não podendo os autores e mantenedores do site serem responsabilizados por quaisquer fatos decorrentes da postagem desse conteúdo.

O reconhecimento de que as mensagens devem obedecer ao escopo e ao objetivo das áreas de discussão, mantendo-se dentro do assunto da discussão em que estão inseridas, acatando as definições adotadas pelo Gabinete Digital e sem induzir outros usuários a atitudes tecnicamente incorretas, como: ofensas, vocabulário ofensivo ou desrespeitoso a terceiros, calúnias, injúrias e difamações.

O reconhecimento de que a permanência de mensagens no site deve ser encarada como um privilégio e que, em consequência disso, os operadores do site tomarão as providências necessárias para garantir as condições destes Termos de Uso, sempre que solicitado por alguma parte ofendida, ou que seja verificada a ocorrência de violação, a critério da administração do site.

O reconhecimento de que seu conteúdo será considerado como tendo a mesma licença livre que o restante da página em que foi emitido ou exibido. Se você desejar adotar uma licença livre diferente, mencione explicitamente no corpo de sua mensagem. Reserva-se, porém, aos mantenedores do site, o direito de fazer o uso irrestrito do conteúdo postado.

O reconhecimento de que o conteúdo deve estar de acordo com a legislação em vigor, sem material que possa ser considerado ilegal ou que incite ou favoreça práticas em desacordo com a legislação. E que toda informação registrada usando os recursos do site é considerada como pública, sem nenhum tipo de confidencialidade.

Para se identificar como autor, poderá o criador do conteúdo enviado ao Gabinete Digital usar seu nome civil, completo ou abreviado até por suas iniciais, pseudônimo ou qualquer outro sinal convencional (Lei 9.610/1998, Art. 12). Não são permitidos conteúdos de autor não identificado.

Embora não seja possível tecnicamente garantir que os pseudônimos e endereços de e-mail fornecidos sejam sempre corretos e identificáveis, a administração do site solicita seu correto preenchimento em todas as ocasiões e identifica o autor através do registro (e possível exibição) do endereço de origem e do horário de cada comentário.

O utilizador também aceita que o Gabinete Digital envie e-mail com informações, tanto no sentido de validar sua conta de acesso, bem como novas informações no site ou conteúdos em que o Gabinete Digital julgar necessário. Fica resguardado o direito de desistência de contato via e-mail através de ferramenta eletrônica automática, sem intermediação.

A remoção ou edição de comentários por iniciativa de seu próprio autor é facultada de acordo com as opções disponíveis na ferramenta de gestão de conteúdo, se houver. Outros casos de edição ou alteração podem ser solicitados pelo autor do conteúdo, de forma fundamentada, via formulário de contato. O atendimento, nesses casos, estará sujeito à análise sob aspectos técnicos e da manutenção da qualidade das discussões.

Além disso, os administradores do Gabinete Digital se reservam o direito de não publicar contribuições repetidas e editar mensagens enviadas pelo usuário nas seguintes situações:

- a) Correção ortográfica com o intuito único de melhorar o entendimento do conteúdo pelos demais usuários.
- b) Remoção da identificação do usuário do corpo do comentário, quando esta contrarie a metodologia proposta por uma dada ferramenta.

Por exemplo, na ferramenta Governador Responde, espera-se que o usuário se identifique através do nosso sistema de login, e não na área de postagem da pergunta ou título, pois nossa metodologia objetiva que o conteúdo das perguntas tenha sobrevalência à identificação do usuário.

Programas anti-spam serão ativados sempre que houver abusos em comentários ou em qualquer outra parte do portal. Isso se dará através do bloqueio de palavras e expressões, ou remoção de forma manual ou automatizada.

Tentativas de abuso do sistema de moderação, ou de abuso sistemático e repetitivo destes Termos de Uso, incluindo a reinclusão de material que já tenha sido previamente moderado, também serão prevenidas ou corrigidas por intermédio dos recursos técnicos que estiverem disponíveis, sempre que possível. O protesto contra a moderação pode ser encaminhado pelo formulário de contato, mas será considerado fora do tópico nas áreas de discussão.

Logins e identificações de usuário considerados inadequados pela administração do Gabinete Digital (incluindo casos de mais de um login para o mesmo usuário, ofensas, identificações que possam levar os demais usuários a acreditar que você fala em nome de outra pessoa ou organização) podem ser desativados, removidos, ter seus privilégios de acesso reduzidos ou ter seu conteúdo tornado inacessível sem aviso. O login registrado no Gabinete Digital, ou a disponibilização de conteúdo no mesmo, não gera nenhum direito de suporte, não cabendo qualquer tipo de reparação, compensação ou outra obrigação do Gabinete Digital em caso de cancelamento, suspensão, perda, indisponibilidade ou outra situação adversa que afete o acesso, os dados ou o conteúdo do usuário.

Também deverão ser seguidas as seguintes orientações

- a) seja cortês e trate os demais usuários com respeito;
- b) preencha corretamente seu endereço de e-mail;
- c) sinta-se à vontade para sugerir links para outros sites, desde que tenham relacionamento direto com o assunto abordado.

Em caso de dúvidas, use o formulário de contato para solicitar esclarecimento.

Limitação de responsabilidade

Em nenhuma situação o Gabinete Digital, seus autores, editores ou mantenedores serão responsáveis por quaisquer danos, prejuízos ou outro efeito, direto ou indireto, relacionado ao uso, por parte de seus usuários, leitores ou de qualquer outra pessoa, deste site, de seu conteúdo ou de qualquer outro site aqui mencionado.

Todo autor de conteúdo exibido no Gabinete Digital retém os seus direitos e responsabilidades autorais, nos termos da Lei 9.610/1998, sem prejuízo dos termos de licenciamento de livre uso, conforme exposto nestes Termos de Uso, no item Licença de uso do conteúdo, abaixo.

Se qualquer comentário ou participação infringir um direito seu, entre em contato na forma indicada neste mesmo documento, envie uma reclamação ao gabinetedigital@gg.rs.gov.br.

Política de privacidade e confidencialidade

O Gabinete Digital não deseja nem aceita receber ou intermediar material confidencial por nenhuma das ferramentas oferecidas ou mencionadas no site, nem pelos contatos de sua equipe. Toda informação enviada pelos recursos do site ou recebida por intermédio deles ou dos endereços de contato de sua equipe, será tratada como não sendo confidencial, independente de qualquer declaração do autor da comunicação que não tenha sido previamente aceita por escrito pelos responsáveis pelo Gabinete Digital.

O envio de material para o site implica que a parte que está enviando aceita responsabilidade plena e não compartilhada com o Gabinete Digital quanto ao conteúdo enviado, e quanto às implicações legais e morais de sua eventual publicação.

Licença de uso do conteúdo

Todo autor de conteúdo exibido no Gabinete Digital retém os seus direitos e responsabilidades autorais, nos termos da Lei 9.610/1998, sem prejuízo dos termos de licenciamento de livre uso, expostos a seguir.

Todo o conteúdo original do Gabinete Digital está disponível livremente para leitura, uso, redistribuição ou modificação, entre outros direitos, conforme definido na licença Creative Commons – Atribuição – Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não Adaptada. Exceto quando mencionado explicitamente, ou quando se tratar de citação (adequadamente indicada no corpo do texto, por intermédio de tipo diferenciado, aspas e/ou margem esquerda adicional) de material alheio ou ilustração, nos limites estabelecidos pela Lei 9.610/98,

Como reportar violações

Se algum artigo, notícia, comentário ou outro conteúdo do Gabinete Digital violar algum direito seu ou a legislação aplicável, entre em contato pelos endereços indicados abaixo, mencionando de forma específica e detalhada:

- título da página específica em que se encontra a violação;
- endereço (URL) da página específica em que se encontra a violação;
- natureza da violação;
- trecho específico em que ocorre a violação;
- a providência desejada; e
- as suas informações de contato, incluindo e-mail

De posse dessas informações, o Gabinete Digital poderá analisar e resolver a questão tão breve quanto possível. Caso a informação esteja incompleta, ou com detalhamento insuficiente, o Gabinete Digital entrará em contato para solicitar a complementação, possivelmente atrasando a providência desejada.

São aceitas comunicações de violações e solicitações de providências pelos seguintes endereços:

e-mail: gabinetedigital@gg.rs.gov.br

endereço postal: Praça da Matriz, sn, Porto Alegre, Cep: 90010-282- Rio Grande do Sul

Comunicações de violações e solicitações de providências enviadas por outros canais não serão consideradas. Comunicações de violações e solicitações de providências enviadas sem identificação completa do requerente e descrição detalhada e justificada da violação não serão atendidas. O Gabinete Digital responderá preferencialmente ao endereço de e-mail do requerente, indicado na sua mensagem enviada pelos canais acima.

Inexistência de Vínculo

Estes Termos de Uso não importam na criação de qualquer vínculo trabalhista, societário, de parceria ou associativo entre o usuário-colaborador e o site, sendo excluídas quaisquer presunções de solidariedade entre ambos no cumprimento de suas obrigações.

Disposições Finais

Essas condições gerais serão regidas e interpretadas de acordo com a legislação brasileira. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir questões relativas a estas Condições Gerais, com renúncia expressa a qualquer outro.

Estes termos de uso podem ser modificados pelo Gabinete Digital, e as modificações terão efeito a partir da data de sua publicação no site, mediante a sua comunicação em local que seja de fácil identificação para o usuário.

Contatos

Gabinete do Governador Palácio Piratini, Praça
Marechal Deodoro s/n Porto Alegre - RS.
CEP 90010-282
Telefone (51) 3210 4100
gabinetedigital@gg.rs.gov.br

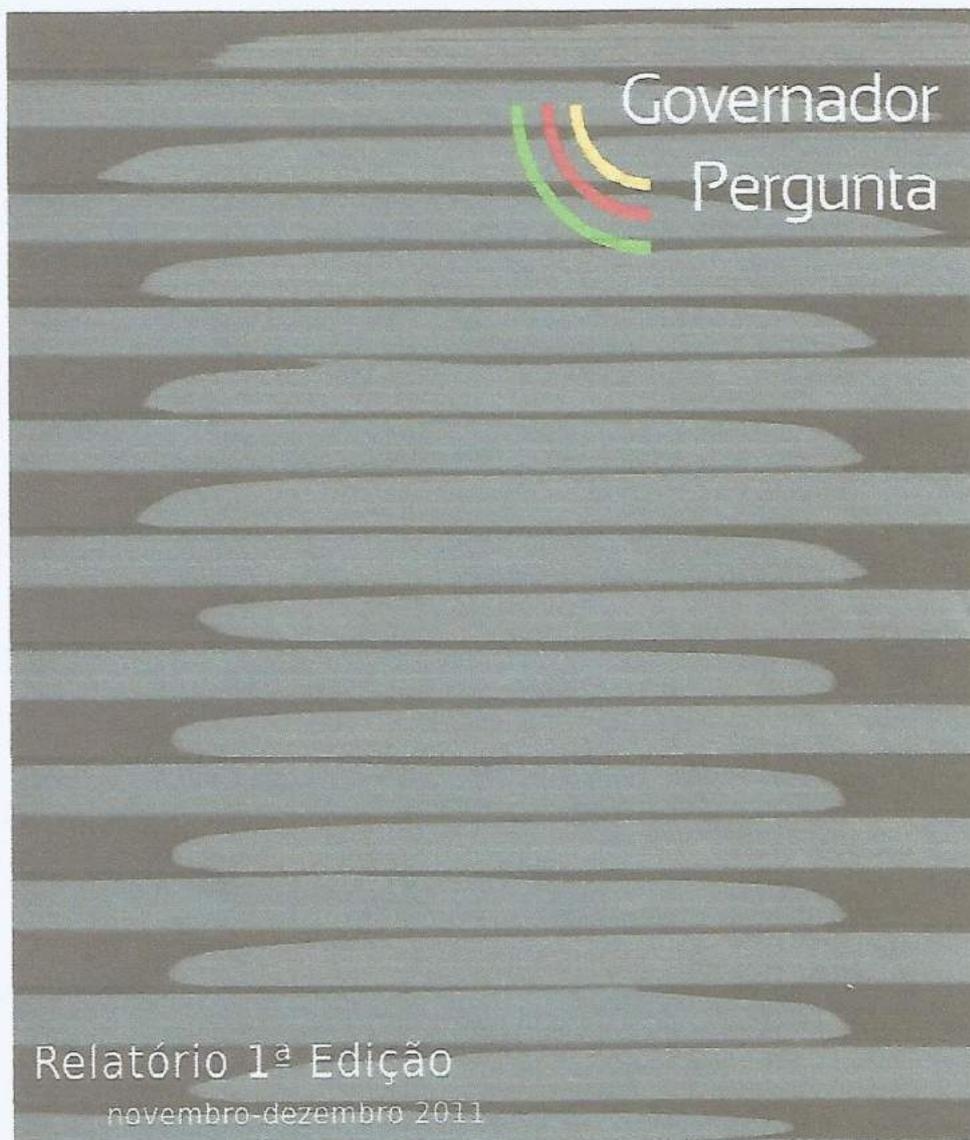
Licenças



Todo o conteúdo do site está disponível sobre a licença Creative Commons Attribution 3.0 não adaptada.

O código deste site é livre, licenciado sob a Affero GPL. Para saber mais sobre isso, veja a nossa página sobre desenvolvimento.

[Governador Responde](#) [Governador Pergunta](#) [Governo Escuta](#) [Agenda Colaborativa](#)



Prefácio

É com grande satisfação que apresentamos os resultados do “Governador Pergunta” ao mesmo tempo em que saudamos os autores das propostas que a população definiu como prioridades.

O processo de consulta pública lançado pelo Gabinete Digital e a Secretaria de Saúde permitiu que os cidadãos gaúchos manifestassem suas opiniões sobre a melhoria do atendimento na rede de saúde pública do Estado, ofertando-nos a oportunidade de ampliarmos nossa visão sobre o tema e identificar as prioridades de cada região do Estado.

A Saúde no Rio Grande do Sul tem agora um rico material de consulta que deverá pautar as decisões a partir desse momento e, certamente, influenciará a criação de políticas públicas.

O sucesso da ferramenta, que mobilizou mais de 60 mil pessoas em todo o Rio Grande evidencia o importante papel das novas formas de participação cidadã no processo do fortalecimento da democracia.

Tarso Genro
Governador do Estado do Rio Grande do Sul

A força da mobilização em rede

Os números da participação dos gaúchos no “Governador Pergunta” não deixam dúvidas de que o Gabinete Digital deu mais um passo rumo a sua consolidação enquanto espaço de debates e mobilização cidadã, integrado ao Sistema Estadual de Participação proposto pelo Governo do Rio Grande.

Foram mais de 1,3 mil propostas vindas de todo Rio Grande do Sul, de pessoas das mais variadas faixas etárias, que viram nessa ferramenta uma forma de contribuir e influenciar os rumos da administração estadual. Os mais de 120 mil votos recebidos nos estimulam a ampliar experiências como esta, pois está claro a disposição da sociedade em assumir um papel protagonista na gestão pública.

Aos autores das propostas, nossos parabéns. O Governo do Estado transformará as contribuições em ações reais, que ajudarão a melhorar o atendimento em saúde no estado.

Estamos consolidando a primeira experiência concreta e articulada de democracia digital do país. Em apenas sete meses conquistamos três prêmios nacionais, em reconhecimento ao pioneirismo do gabinete digital no Brasil. Estamos enfrentando o desafio de pensar uma nova democracia, a democracia do século XXI, em rede e aberta aos novos sujeitos sociais que emergem na cena pública global.

A consulta pública sobre saúde, realizada pelo Gabinete Digital, deixa-nos confiantes e otimistas em relação ao futuro de nossa experiência e acerca das possibilidades de reinvenção das relações entre Estado e Sociedade nesse novo século.

Vinicius Wu
Secretário Chefe de Gabinete e
Coordenador do Gabinete Digital



Gabinete Digital do Rio Grande do Sul
www.gabinetedigital.rs.gov.br
gabinetedigital@rs.gov.br
[@gabinetedigital](https://twitter.com/gabinetedigital)

Uma ferramenta do povo gaúcho

É amplamente reconhecido o histórico de mobilização social em torno do tema nas últimas décadas, com destaque para a mobilização nacional à época da Constituinte, que assegurou inúmeras conquistas da cidadania na Carta Magna de 1988. Esse reconhecimento foi decisivo para que o governo optasse por essa discussão no lançamento do novo canal de participação.

A saúde desponta, em diversas pesquisas de opinião, como um dos temas que mais preocupam os gaúchos e gaúchas. Sabemos das inúmeras dificuldades que os governos brasileiros, em todos os níveis, têm encontrado na implementação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Sabemos também que o tema do financiamento da saúde é decisivo, mas seria equivocado reduzir o problema a uma questão exclusivamente orçamentária. Há um amplo conjunto de questões que podem, e devem, ser debatidas pelos usuários do sistema de saúde, fornecendo aos gestores públicos subsídios para a tomada de decisões capazes de melhorar significativamente o atendimento à população.

É certo que todo governo segue uma determinada orientação, originada em um programa de governo aprovado pelas urnas. Entretanto, isso não impede que os governos façam - e é isso que propomos - uma permanente atualização de suas estratégias e políticas públicas, recolhendo da cidadania sínteses capazes de orientar ações e procedimentos decisivos para o funcionamento de um sistema tão complexo quanto o da saúde.

Organizamos uma ampla campanha de mobilização cidadã, envolvendo amplos segmentos sociais, de onde será gerada uma síntese orientadora de medidas para a melhoria do atendimento na rede pública.

O método de consulta virtual articula-se com o novo Sistema Estadual de Participação Cidadã do governo gaúcho, que envolve diversos mecanismos de consulta e deliberação

pública, de maneira harmônica e complementar. Felizmente a aceitação desta ferramenta extrapolou todas as previsões.

O Estado do Rio Grande do Sul marca posição para tomar-se referência em termos de renovação da agenda democrática neste início de século. Todo o legado de participação cidadã, cuja síntese mais expressiva segue sendo o Orçamento Participativo, precisa ser reativada em favor da abertura de novos horizontes para governança democrática. Isso ficou provado no projeto "O governador pergunta".

Possibilitar debates públicos acerca de temas tão importantes para a vida de nosso povo, como é o caso da saúde pública, não deve ser visto com ceticismo. Afinal, a simples determinação de um governo em abrir-se ao debate público, sujeito a críticas e intervenções propositivas já é um grande passo no sentido da consolidação plena de nossa jovem democracia. Governo e sociedade sairão igualmente enriquecidos de uma experiência, acima de tudo, educativa e radicalmente democrática como a que propomos.

E o que mais nos deixa feliz é que ao analisarmos as cinquenta sugestões mais votadas concluímos que existe uma sintonia perfeita entre elas e o nosso plano de governo.

Dr. Ciro Simoni
Secretário Estadual de Saúde



Saúde na sua Região

Hospitais

Autor(a) Anelise Schena

Pontuação: 74.6765

Contribuição: Gostaria que os hospitais do interior fossem dotados de mais recursos para dar mais atenção aos pacientes evitando lotação nos hospitais da capital.

Resposta: Estão previstas a adequação e ampliação de Leitos Hospitalares de referência Regional, por meio da Ampliação dos Hospitais já existentes ou da construção de Hospitais Regionais, qualificando estes leitos e disponibilizando-os regionalmente, a fim de diminuir a concentração de encaminhamentos para a região metropolitana.

Agilidade nos diagnósticos

Autor(a) Belani Chaves

Pontuação: 71.134

Contribuição: Formar plantões médicos para diagnosticar logo após a realização dos exames, com mais rapidez. Podendo este ser formado por médicos residentes, para irem ganhando experiência. Assim o atendimento, o exame e o resultado do diagnóstico, tudo será imediato, pelo menos nos casos de mais urgência.

Resposta: Está prevista como projeto prioritário de governo a construção de CENTROS DE ESPECIALIDADES REGIONAIS, que darão suporte regional para as unidades básicas de saúde e hospitais na realização de consultas especializadas e exames.

Centro de Especialidades

Autor(a) Mauro

Pontuação: 67.0588

Contribuição: Sugiro que se crie centro de especialidades regionais para cada 100 mil habitantes por exemplo ou tantos km² de área. Serviria para desafogar Porto Alegre e diminuir a tortura aos doentes que aguardam meses por uma vaga, meses para um exame, retorno ou procedimento e que necessitam viajar várias horas.

Questões agregadas

ESF unidade de saúde móvel - atendimento de qualidade na zona rural

Autor(a) Tatiane Oss-Emer da Silva

Contribuição: Catuípe tem 9.843 habitantes. Onde segundo dados do IBGE, somente 54% da população moram na zona urbana. O município possui 3 ESF que atendem na zona urbana, deste modo pensando em melhor atender a população rural, uma vez que a base econômica do município é agrícola, merecem um atendimento impar, então pretendendo melhorar o acesso desta população, pensamos em montar um veículo.

Resposta: Está prevista como projeto prioritário de governo a construção de CENTROS DE ESPECIALIDADES REGIONAIS, que darão suporte regional para as unidades básicas de saúde e hospitais na realização de consultas especializadas e exames.

Regionalizar o atendimento da saúde pública

Autor(a) Carlos Lied Sessegolo

Pontuação: 66.8008

Contribuição: Dividir o atendimento de saúde por regiões, para que não precisem direcionar os pacientes para a capital, superlotando os hospitais de Porto Alegre .

Resposta: A Secretaria da Saúde do Estado trabalha com o conceito de REDES REGIONAIS DE ATENÇÃO À SAÚDE – RRAS, com a divisão do estado RS em 7 macro regiões de saúde (Serra: 1.076.881 habitantes, Metropolitana: 4.633.867 habitantes, Sul: 1.027.333 habitantes, Missioneira: 891.563 habitantes, Vales: 891.437 habitantes, Norte: 1.172.324 habitantes, Centro-Oeste: 1.003.178 habitantes), buscando promover a disponibilidade de serviços de saúde nestas regiões, garantindo autossuficiência e resolutividade regional, evitando ao usuário do SUS o deslocamento e favorecendo o acesso aos serviços de saúde na sua própria região.

Ampliar o atendimento regional

Autor(a) Luciano Zanella

Pontuação: 65.8228

Contribuição: Sugiro que os serviços regionais, de média e alta complexidade, consultas especializadas, leitos de UTI e atendimento de emergência do SAMU, sejam gerenciados com autonomia pelas coordenadorias regionais de Saúde, sem deslocar o paciente, automaticamente, para Porto Alegre, formatando uma rede integrada de atendimento em hospitais regionais que tenham viabilidade técnica, operacional, demanda.

Questões agregadas

Participação popular e cidadã de acordo com SUS

Autor(a) Angelita Herrmann

Importante lembrar que as solicitações dos prestadores de serviços, através das consultas populares, ou participação popular e cidadã, passem por todas as instâncias de gestão e controle social ANTES da aprovação para votação, para que o dinheiro seja investido naquilo que a sociedade da região efetivamente precisa, e não naquilo que o prestador quer, muitas vezes para melhorar seu

Criar UPAS nos municípios

Autor(a) Ariane Trindade

Contribuição: Criar UPAS nos municípios. O pronto atendimento é realizado pelos ESFs, quando não há UPAS , é a maior demanda diária, isso, descaracteriza sua atividade de trabalhar com prevenção e promoção da saúde. É causa de queixas, e insatisfação. No pronto atendimento não há possibilidade de agendar ou remarcar consultas.

Resposta: Os serviços de média e alta complexidade, eletivos e de urgência são regulados por Centrais Reguladoras nos municípios onde estão situados e acompanhadas pela Central de Regulação Estadual. Está prevista a implantação de centros locais, que contarão com técnicos/reguladores lotados nas coordenadorias regionais de saúde, que devem auxiliar a Central

de Regulação Estadual, por meio da verificação e da validação das informações que serão disponibilizadas, instituindo assim, observadores locais dos serviços disponíveis.

Postos de Saúde

Autor(a) Jefferson Silva dos Santos

Pontuação: 65.3484

Contribuição: Maior número de postos em urgência 24h, pois não traria uma lotação aos hospitais.

Resposta: Está prevista a implantação de mais de 30 Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) que, associadas ao fortalecimento de pronto atendimentos regionais já existentes, constituirão uma rede de Pronto Atendimentos Regionais, facilitando o acesso do usuário aos serviços mais próximos de sua localidade e diminuindo assim, a concentração de atendimentos em hospitais e emergências centralizados.

Hospitais filantrópicos e de pequeno porte

Autor(a) Ani Flávia

Pontuação: 65.1515

Valorizar os hospitais filantrópicos e de pequeno porte do interior RS.

Questões agregadas

Saúde da Região

Autor(a) Jucliana Carla Raimundi

Contribuição: Valorizar os hospitais filantrópicos e de pequeno porte da Região do RS.

Hospital Filantrópico Não, Público Sim

Autor(a) Luiz Henrique de Castro Oliveira

Contribuição: Transformar Hospitais Filantrópicos e Religiosos que dependem mais de 70% de recursos Públicos em Hospitais Públicos Estaduais, com financiamento Tripartite (União, Estado, Município) com investimento, qualificação, e conselho gestor com participação do controle social.

Resposta: Os Hospitais de Pequeno Porte têm uma função estratégica de garantir leitos de retaguarda, recebendo internação de pacientes após procedimentos ou tratamentos em hospitais de maior porte, além de atenderem demandas específicas de sua complexidade, desafogando, assim, a demanda dos grandes hospitais. Está previsto um financiamento específico aos hospitais de retaguarda.

Hospitais microregionais especializados

Autor(a) Cristiano Aquino

Pontuação: 65

Contribuição: Cada hospital de pequeno porte deve ter uma especialidade na qual seja referência para os municípios de seu entorno. Isto ajuda no equilíbrio das contas destas instituições e oferecem à população um atendimento de qualidade. Deve-se analisar a capacidade instalada, equipe de funcionários e maiores demandas da região.

Resposta: Pelo princípio de descentralização do SUS, estão sendo implementadas referências de especialidades em hospitais e municípios não centralizados, garantindo, assim, o serviço disponível na região, mas não concentrado em apenas um prestador ou em apenas um município, além de contribuir com o financiamento de hospitais de menor porte.

Regionalização da SaúdeAutor(a) **Marcos Alberto Leidens**

Pontuação: 64.7059

Contribuição: Um tema muito abordado mas que demora para sair do papel é o credenciamento de hospitais com o SUS, habilitar diversos tipos de procedimentos em cada hospital, evitando o superlotação dos hospitais da capital. Existem muitos hospitais que possuem especializações em varias áreas mas não atendem pelo SUS porque esta entidade repassa valores muito baixos que não cobrem as despesas, fazendo a população esperar muito.

Resposta: Pelo princípio de descentralização do SUS, estão sendo implementadas referências de especialidades em hospitais e municípios não centralizados, garantindo assim, o serviço disponível na região, mas não concentrado em apenas um prestador ou em apenas um município, além de contribuir com o financiamento de hospitais de menor porte.

Unidade móvelAutor(a) **Leandro Ferreira**

Pontuação: 64.2857

Contribuição: Bom dia, Gostaria de contribuir com seguinte idéia: Implantação de unidades móveis para atendimentos nas áreas rurais para que o pessoal do interior tenha acesso aos atendimentos especializados (pediatra, odonto, oftalmológico, ginecologista), tal atendimentos distantes acaba sendo precário pela dificuldade de acesso.

Questões agregadas**Melhor atendimento nos postos de saúde nas cidades menores**Autor(a) **Renilda Rodrigues Randolph**

Contribuição: Melhor atendimento dos médicos, melhor condições dos exames e transporte nas regiões menores. Mais transparência na gestão dos recursos principalmente nos recursos municipais.

Pronto Atendimento nas cidades menoresAutor(a) **Rosinara Mello Coelho**

Contribuição: Acesso a unidades de pronto atendimento nas cidades menores para que não se tenha que existir grandes deslocamentos e assim causar problema para o paciente.

Resposta: Os territórios com dificuldade de acesso aos serviços de saúde, devem estar cobertos pela Estratégia de Saúde da Família, que além de realizar visitas locais com os agentes comunitários de saúde, pode disponibilizar serviços móveis através do município, assim como a região deve disponibilizar serviços de referência de exame, consultas (Centros de Especialidades Regionais) e leitos hospitalares. (Hospitais de Referência Regional).



Saúde da Família

Saúde Regional

Autor(a) **Marcos André Harff**

Pontuação: 68.2927

Contribuição: Sr. Governador, penso que deveríamos ter hospitais regionais (grande centro de referência de saúde) com todas aquelas especialidades que a população do interior vai buscar na Capital.

Resposta: A viabilização de Hospitais regionais de referência articulados em rede com a atenção básica e outros serviços especializados é prioridade de governo.

Consultas

Autor(a) **Elaine Bressan Andrade**

Pontuação: 67.4797

Contribuição: Sugiro que o agendamento das consultas seja feito por telefone, por causa da demora nas filas na marcação das consultas e nos atendimentos. Os encaminhamentos são demorados e, às vezes, não acontecem, os processos também são demorados. Deveriam dar mais atenção ao atendimento e o encaminhamento já deveria ser feito na hora e logo marcado o agendamento.

Resposta: Elaine um dos indicadores de qualidade é ofertar no tempo certo o atendimento certo. Algumas situações podem aguardar outras não. É preciso garantir o atendimento. Todos os sistemas de saúde têm fila de espera.

Estamos trabalhando para ampliar a oferta de consultas e atendimentos especializados e para melhorar a gestão do acesso aos mesmos:

a. criando ou re-estruturando centros de especialidades regionais articulados em redes de serviços de atenção à saúde, com as unidades básicas de saúde.

b. Ampliando a abrangência do telessaúde para todos os municípios do estado, de modo que os profissionais das equipes da saúde da família possam ter outra opinião (segunda opinião formativa) para melhor diagnosticarem, tratarem e se necessário, encaminharem os usuários para outros serviços. Já há avaliações sobre a qualificação dos encaminhamentos e dos atendimentos nas equipes que contam com o telessaúde.

c. Informatizando a rede de atenção instituindo o prontuário eletrônico em todos os serviços e programas que permitam a marcação da consulta na própria unidade.

Estas medidas constituem projetos estratégicos de governo.

A saúde vai até as comunidades

Autor(a) **Marco Antonio Glanzner**

Pontuação: 67.2241

Contribuição: Criação de vans equipadas com toda a instrumentalização necessária para

atendimento ambulatorial, assim como equipe de agentes de saúde (médico, enfermeiro, odontólogo, nutricionista e psiquiatra). Todos integrados no atendimento de vilas e regiões carentes. Necessidade de mapear suas necessidades (esgoto, água, luz, condições de moradia) Verificar com a comunidade a necessidade de criação de creches. Palestras para mães e crianças sobre a necessidade do cuidado na alimentação.

Resposta: Marco Antonio a estratégia da saúde na família tem as atribuições que propuseste junto à comunidade, por isto o governo está investindo em sua ampliação. Hoje temos 1246 equipes no estado e queremos chegar a 2600 até 2014. As equipes contam com médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, agentes comunitários para 1000 famílias e dentista para 2000. Profissionais como: nutricionista, psiquiatra, educador físico, psicólogo, fisioterapeuta e outros integram os núcleos de apoio às equipes da saúde da família (NASFs). OS núcleos trabalham com as equipes junto 'a comunidade. Para as populações mais distantes e pequenas como comunidades rurais e/ou mais vulneráveis com as famílias que vivem em extrema pobreza (306 000 pessoas no RS) a unidade móvel pode ser uma alternativa importante. A proposta é a que sugeriste: ir onde o povo está. No RS temos o programa Primeira Infância Melhor que faz o acompanhamento da criança desde o nascimento até os 6 anos de idade em suas casas por meio de visitas. O PIM está articulado coma Rede Cegonha em nosso estado e hoje está em 255 municípios, acompanhando 56.000 famílias e 80.000 crianças pelo trabalho de 2382 visitadoras. Há ainda os projetos de atendimento domiciliar na atenção básica para atendimento de pessoas acamadas ou com dificuldades de locomoção, assim como de ações intersetoriais (transversais) como a academia da saúde, a saúde na escola, o RS mais igual e RS na Paz.

Investir no Programa Saúde da Família

Autor(a) **Kátia Regina Frizzo**

Pontuação: 65.3226

Contribuição: O Estado deve investir maciçamente na ampliação do Programa Saúde da Família, que é reconhecidamente o melhor projeto de atenção básica em saúde que este país já teve. O RS está em último lugar entre os Estados da Região Sul, vergonhosamente, apesar de ser o “mais rico” entre eles.

Resposta: Katia estamos plenamente de acordo com teu diagnóstico e por isso a ampliação da ESF é projeto estratégico de governo. A SES-RS trabalha para o fortalecimento da atenção básica de saúde, de modo que a maior parte das situações de saúde/doença possa ser resolvida perto das casas de cada gaúcho e gaúcha no tempo certo, no lugar certo com a tecnologia certa.

O programa de Requalificação das Unidades Básicas de Saúde do MS que viabiliza a reforma, ampliação e construção das unidades contribuem para que as mesmas tenham melhores condições de trabalho e propiciem maior satisfação nos usuários e trabalhadores. Em novembro de 2011, o MS liberou mais de R\$ 11 milhões para a reforma de 148 unidades em 76 municípios do RS. O Governo do estado destinou em 2011 mais R\$ 5 milhões da consulta popular e RS mais igual para ampliação, reforma e construção de unidades básicas de saúde. Nosso estado tem 2555 Unidades Básicas de Saúde. Ainda, a SES-RS instituiu a Política de Incentivo Estadual à Qualificação da Atenção Básica de Saúde (PIES-RS) que é um conjunto de medidas, articuladas com as políticas federais, de qualificação da atenção básica, as quais incluem o aumento do volume de recursos, repassados fundo a fundo, e a utilização de critérios de distribuição mais compatíveis com o princípio da

equidade. Os critérios de equidade utilizados foram as faixas etárias extremas (crianças e idosos) e a receita tributária líquida, ou seja, os municípios mais pobres receberam mais recursos. O incentivo deve ser aplicado em despesas correntes de ações e serviços de saúde no âmbito da atenção básica tais como: material de consumo, contratação de serviços de terceiros, contratação de consultoria e assessoramento e pagamento de diárias de trabalhadores. O valor repassado aos municípios em 2011 foi de 40 milhões. Este recurso aumentará em 2012 para 80 milhões. Informatização e Telessaúde. A iniciativa permite informatizar e constituir núcleos e rede de teleconsultoria e suporte clínico à distância para os profissionais das UBS com ESF. Isso amplia o acesso a diagnósticos e tratamentos que passam a ser oferecidos pelos profissionais das UBS em comunicação virtual com especialistas, evitando deslocamento do usuário, reduzindo filas e tempo de espera na atenção ambulatorial especializada. Dessa forma, amplia a resolutividade da atenção básica e possibilita educação permanente das equipes. O Estado do RS fez parceria com o Telessaúde para ampliar a abrangência do mesmo para todos os municípios do RS com equipes da Estratégia Saúde da Família, destinando recursos próprios para o projeto. O fortalecimento da ABS também é reafirmado na configuração das redes de atenção a partir da mesma e a diretriz da transversalidade é decisiva para que as linhas de cuidados partam do território no qual se localizam as unidades básicas de saúde. Desse modo destacam-se a implantação da Rede Cegonha, incentivos a Saúde Mental, programas contra a violência, além de saúde prisional e indígena.

Prevenção

Autor(a) Diversos

Pontuação: 65.0974

Contribuição: Penso que a prevenção é a melhor forma de evitar custos com a saúde pública e melhorar a qualidade de vida da população. A atuação direta nas comunidades, verificando as deficiências, as necessidades, são medidas mais eficazes. Agentes verificando e orientando nas residências, especialmente comunidades mais pobres, carentes de informação, cuidados e medidas a serem observadas.

Questões agregadas

Saúde Plena

Autor(a) Sandro Roberto C. Tome da Cruz

Contribuição: Saúde da família envolve desde a concepção, gravidez, desejada ou não, acompanhamento do nascimento indo até a fase idosa, onde nessa fase o cidadão em muitas vezes não tem condições de locomoção necessitando a visita do profissional de saúde até a sua residência, um médico, enfermeiro(a), para medição de pressão, aconselhamento sobre saúde, administrando medicamentos...

Melhor Prevenir que Remediar

Autor(a) Guilherme Silveira Júnior

Contribuição: Melhor Prevenir que Remediar!!! Esta é a idéia para se investir num programa que já mostrou que resultados positivos são possíveis. Basta um investimento forte nesta área para a diminuição de filas nos hospitais, pronto socorros e postos de saúde. Em fim, um estado mais saudável e produtivo é isso que necessitamos!

Cuidado Integral alinhado a medicina preventiva

Autor(a) Jean Lucca de Oliveira Becker

Contribuição: A fim de se vislumbrar condições mais dignas aos usuários da saúde pública, propõem-se o cuidado

integral. Um dos exemplos práticos dessa rede de cuidados é a educação permanente de profissionais de saúde, nos quais atuaram dentro das comunidades. Logo, o serviço procurará o cidadão, através da visitação domiciliar, por exemplo. Assim, muitas doenças que estão em desenvolvimento podem ser tratadas, em consonância com a medicina preventiva. Também cada cidadão ou família recebe orientação preventiva de higiene, remédios, vacinas, etc. de modo a evitar as doenças...

Focar na prevenção

Autor(a) **Mareu Soares**

Contribuição: A Saúde no país é uma falácia porque está intrinsecamente embasada numa inversão perversa das atividades da quase totalidade dos profissionais que atuam na área. Não somente os profissionais, mas também as instituições, públicas e/ou privadas, se preocupam e investem todos os seus recursos nos eventos relacionados às doenças.

Resposta: O propósito do governo é o indicado nas propostas: trabalhar com a integralidade da atenção incluindo a promoção da saúde para contribuir com a qualidade de vida das pessoas e a prevenção das doenças evitando que se desenvolvam, além de intervir oportunamente, tratar e reabilitar quando necessário. A estratégia mais efetiva é a da Saúde da Família, por esse motivo que o governo optou por investir na ampliação das equipes da saúde da família no estado. O objetivo é de abrangermos 70% da população gaúcha com as equipes.

O trabalho é nos territórios, com equipes multidisciplinares (várias profissões) e intersetoriais (transversais). Para informar, o seminário sobre os bebês de 2011 teve como tema a visitação: dos visitadores do programa Primeira Infância Melhor e dos Agentes Comunitários de Saúde. Houve uma premiação em homenagem ao psiquiatra infantil Salvador Célia e em reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelas visitadoras: tivemos 262 trabalhos inscritos. Ainda, há em conjunto com o MS, outras secretarias estaduais e municípios projetos em desenvolvimento: saúde na escola, vigilância em saúde, academia da saúde, RS mais igual e RS na Paz, saúde mental, redução de danos e atendimento domiciliar. O projeto de governo inclui a educação permanente das equipes da atenção básica de saúde, em especial da saúde da família.

Saúde

Autor(a) **Jurandy Mattana**

Pontuação: 63.7097

Contribuição: Pessoas da Terceira Idade não deveriam ficar nas filas, pois necessitam de um atendimento diferenciado. Já contribuíram com o governo e merecem ser bem tratados.

Resposta: Jurandy este é um direito que precisa ser exercido e estamos pactuando com as equipes dos serviços do SUS.

Hospitais Regionais

Autor(a) **Maria Orsola Rosa de Souza**

Pontuação: 63.2479

Contribuição: Necessidade da criação de hospitais na região dos Vales do Sinos para não sobrecarregar os hospitais de Porto Alegre, isso geraria um melhor atendimento e conforto para a população local. Médicos capacitados em todas as especialidades e cirurgiões. Com isso aliviaria os hospitais conveniados. Melhores atendimentos e equipamentos nas UTIs.

Resposta: O propósito do governo é o indicado na proposta: trabalhar com a integralidade da atenção incluindo a promoção da saúde para contribuir com a qualidade de vida das pessoas e a prevenção das doenças evitando que se desenvolvam, além de intervir oportunamente, tratar e reabilitar quando necessário. A estratégia mais efetiva é a da Saúde da Família, por esse motivo que o governo optou por investir na ampliação das equipes da saúde da família no estado. O objetivo é de abrangermos 70% da população gaúcha com as equipes.

O trabalho é nos territórios, com equipes multidisciplinares (várias profissões) e intersetoriais (transversais). Para informar, o seminário sobre os bebês de 2011 teve como tema a visitação: dos visitadores do programa Primeira Infância Melhor e dos Agentes Comunitários de Saúde. Houve uma premiação em homenagem ao psiquiatra infantil Salvador Célia e em reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela visitadoras: tivemos 262 trabalhos inscritos. Ainda, há em conjunto com o MS, outras secretarias estaduais e municípios projetos em desenvolvimento: saúde na escola, vigilância em saúde, academia da saúde, RS mais igual e RS na Paz, saúde mental, redução de danos e atendimento domiciliar. O projeto de governo inclui a educação permanente das equipes da atenção básica de saúde, em especial da saúde da família.

Integração ente SUS e escola

Autor(a) **Robson Lemos Vargas**

Pontuação: 61.7188

Contribuição: Melhor oferecer-se-ia saúde à família integrando as estruturas físicas do SUS e da escola. Estas duas estruturas poderiam funcionar integradamente. A educação compõe a saúde familiar, por que não utilizar sua estrutura para efetivar a saúde. Os profissionais da saúde funcionando integradamente com os da educação supervisionariam e antecipariam a prevenção e efetivação da saúde.

Resposta: A viabilização de Hospitais regionais de referência articulados em rede com a atenção básica e outros serviços especializados é prioridade de governo.

Postos de saúde

Autor(a) **Ademar Moraes Da Cruz**

Pontuação: 61.3475

Contribuição: Criação de mais postos de saúde para as cidades, mais médicos e profissionais nos postos de saúde e um melhor atendimento.

Questões agregadas

Melhorias

Autor(a) **Tauã Antonio Borge Fagundes**

Contribuição: Mais médicos para atender os doentes, mais remédios que falta quando a gente precisa, atendimento.

Medicina preventiva

Autor(a) **Francisco Vargas**

Pontuação: 60.8483

Contribuição: Primeiramente, devemos optar pela medicina preventiva, e os programas de saúde da família são plenamente capazes de fazer isto. Existe uma necessidade de ampliação desse modelo de saúde, com visitas em casa por medico e/ou enfermeiros periódicas. Colocando questões de higiene, e cuidados dentro de casa.

Resposta: Ademar é preciso mais, melhor e diferente. Mais equipes para atender melhor e diferente: de acordo com as necessidades das pessoas, com projetos singulares terapêuticos, conforme a política nacional de humanização (PNH). Para isso estamos trabalhando na pactuação das linhas de cuidado da criança, do adolescente, do jovem, da mulher, do homem, do idoso. As linhas garantem a continuidade do cuidado pelos diversos pontos de atendimento, com as equipes se co-responsabilizando junto com o usuário pela produção de sua saúde. Os projetos prioritários do governo incluem: ampliação da saúde da família, constituição de redes regionais de saúde a partir da atenção básica, a informatização do sistema e a implantação de linhas de cuidado.



Cuidado Integral

Centros regionais de exames SUS

Autor(a) **Cassia Lopes**

Pontuação: 72.1519

Contribuição: Uma grande deficiência na saúde são as questões em relação ao tempo de execução e entrega dos exames. Muitos pacientes pioram suas situações por suas doenças não serem diagnosticadas corretamente devido a ausência de seus exames. Centros regionais para de exames, seria fundamental para acelerar o processo em todas as fases. Mais agilidade para fazer o exame, retirar e diagnosticar corretamente a doença e com isso uma maior eficácia no tratamento gerando menos custo e tempo para o estado.

Resposta: A Secretaria da Saúde do Estado trabalha para o fortalecimento da atenção básica de saúde, de modo que a maior parte dos exames clínicos (sangue e urina, por exemplo) seja coletada nas unidades de saúde, próximas às casas de cada gaúcho e gaúcha. Em novembro de 2011, o Ministério da Saúde liberou mais R\$ 11 milhões para a reforma de 148 unidades em 76 municípios do RS. O Governo do Estado destinou em 2011 mais de R\$ de 5 milhões da consulta popular e RS mais igual para ampliação, reforma e construção de unidades básicas de saúde. Nosso estado tem 2555 Unidades Básicas de Saúde. Também destaca-se a implantação a estratégia da saúde da família (ESF) em todos os municípios do RS para que 70% da população gaúcha seja atendida por equipes da saúde da família. Para que os laboratórios atinjam a qualidade desejada é essencial a existência de outro sistema de apoio: o logístico. O sistema precisa estar informatizado: projeto estratégico do governo estadual. Para os exames de maior densidade tecnológica há a programação de oferta nas regiões com garantia de transporte seguro tanto do usuário como do material coletado. Outro projeto estratégico do governo é a instalação de Centros Regionais de Especialidades, os quais estarão articulados com os laboratórios.

Mais leitos hospitalares

Autor(a) **Silvia Fernanda Castro de Oliveira**

Pontuação: 71.0145

Contribuição: Entendo que um problema que não tem como ser amenizado é a crescente necessidade de mais leitos hospitalares. A população cresce muito rapidamente e as necessidades de tratamento médico crescem muito mais, a quantidade de leitos hospitalares no Rio Grande do Sul decresce com o fechamento de hospitais e postos de atendimento. O IPERGS poderia construir um Mega hospital para atendimento de seus conveniados.

Resposta: É preciso esclarecer que o IPE não pertence ao SUS e os recursos destinados a sua manutenção não devem constar nos gastos do estado com saúde, em especial com a regulamentação da emenda 29, recentemente aprovada, e que define o que são considerados gastos com saúde. O SUS é universal (para todos) e o IPE tem como beneficiários os funcionários públicos do estado do RS, que pagam mensalmente sua contribuição para a assistência a saúde e aposentadoria.

ensino ou em instituições privadas com subsídio público (ex.: FIES, PROUNI); os profissionais devem exercer função remunerada, preferencialmente na atenção primária e em municípios de difícil acesso e alta vulnerabilidade social, por período determinado. O período determinado para o Serviço Civil Obrigatório deve ser de 2 anos. A proposta aprovada na 14ª. CNS inclui todos os trabalhadores de saúde e as instituições privadas que recebem alunos a partir de subsídios ou recursos públicos. Por sua vez, o Ministério da Saúde já criou mecanismos por meio dos quais os Médicos formados em faculdades particulares que custearam os estudos com recursos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) podem abater parte da dívida com trabalho. As atividades profissionais de saúde prestadas com esse fim têm de ocorrer em cidades pobres do país. O objetivo é fortalecer as equipes do programa Saúde da Família. (Portaria conjunta SAS n2, 25 de agosto de 2011). O RS apóia a iniciativa e trabalhará para que se institua o Serviço Civil Obrigatório.

Qualidade de vida é cuidar da saúde!

Autor(a) **Lidia Devitte Fontes**

Pontuação: 69.3548

Contribuição: Como podemos melhorar o atendimento na saúde pública? - Valorização dos médicos e agentes de saúde; - Maior investimentos nos hospitais públicos; - Aumento de número em médicos, agentes e funcionários dos hospitais; - Atendimento priorizado e igualitário; - Pronto atendimento.

Resposta: A Lidia abordou um dos principais desafios do SUS: a gestão do trabalho. Tema intensamente debatido na 14ª Conferência Nacional de Saúde.

A valorização dos profissionais de saúde inclui: condições de trabalho; desprecarização dos vínculos empregatícios, educação permanente, plano de carreira, cargos e salário.

O RS em parceria com o Ministério da Saúde, municípios, universidades e entidades profissionais está desenvolvendo projetos em especial para suprir as necessidades de formação de profissionais para trabalhar na atenção básica de saúde. Projetos como: VerSUS – estágio vivência de estudantes de graduação em serviços de saúde do SUS durante suas férias. O Ministro fez o lançamento do projeto do RS. Residência Descentralizada – a Escola de Saúde Pública (ESP) da SES-RS está viabilizando programas de residências médicas e multiprofissionais com municípios do estado. Especialização em Saúde da Família – através da UNASUS (Universidade Aberta do SUS) a Universidade Federal de Pelotas e a Universidade Federal de Ciências da Saúde desenvolvem cursos de especialização em saúde da família na modalidade de educação a distância (EAD) para 2000 alunos. Formação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) – A ESP desenvolverá um curso para os 8000 ACS do estado. Ainda é preciso apoiar os municípios do RS para o cumprimento da legal de contratação por concurso ou seleção pública dos profissionais de saúde com os dispositivos existentes. Atendimento prioritário e igualitário. Entendemos que são princípios do SUS atender a todos (universalidade), sem discriminação de qualquer natureza: religiosa, de gênero, étno-racial, de classe social (igualitário) de acordo com as necessidades e diversidades de cada um (integralidade e equidade) No projeto de constituição de redes e linhas de cuidado a partir da atenção básica de saúde, está incluída a melhoria do acesso com qualidade, que utiliza ferramentas da epidemiologia como a estratificação de risco populacional para planejar as ações que incidem sobre condições de saúde, assim como ferramentas da clínica para a gestão de casos.

No cotidiano dos serviços do SUS para responder à universalidade, identificar a prioridade no atendimento e qual o serviço mais adequado para cada usuário temos utilizado o acolhimento e a

ensino ou em instituições privadas com subsídio público (ex.: FIES, PROUNI); os profissionais devem exercer função remunerada, preferencialmente na atenção primária e em municípios de difícil acesso e alta vulnerabilidade social, por período determinado. O período determinado para o Serviço Civil Obrigatório deve ser de 2 anos. A proposta aprovada na 14ª. CNS inclui todos os trabalhadores de saúde e as instituições privadas que recebem alunos a partir de subsídios ou recursos públicos. Por sua vez, o Ministério da Saúde já criou mecanismos por meio dos quais os Médicos formados em faculdades particulares que custearam os estudos com recursos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) podem abater parte da dívida com trabalho. As atividades profissionais de saúde prestadas com esse fim têm de ocorrer em cidades pobres do país. O objetivo é fortalecer as equipes do programa Saúde da Família. (Portaria conjunta SAS n2, 25 de agosto de 2011). O RS apóia a iniciativa e trabalhará para que se institua o Serviço Civil Obrigatório.

Qualidade de vida é cuidar da saúde!

Autor(a) **Lidia Devitte Fontes**

Pontuação: 69.3548

Contribuição: Como podemos melhorar o atendimento na saúde pública? - Valorização dos médicos e agentes de saúde; - Maior investimentos nos hospitais públicos; - Aumento de número em médicos, agentes e funcionários dos hospitais; - Atendimento priorizado e igualitário; - Pronto atendimento.

Resposta: A Lidia abordou um dos principais desafios do SUS: a gestão do trabalho. Tema intensamente debatido na 14ª Conferência Nacional de Saúde.

A valorização dos profissionais de saúde inclui: condições de trabalho; desprecarização dos vínculos empregatícios, educação permanente, plano de carreira, cargos e salário. O RS em parceria com o Ministério da Saúde, municípios, universidades e entidades profissionais está desenvolvendo projetos em especial para suprir as necessidades de formação de profissionais para trabalhar na atenção básica de saúde. Projetos como: VerSUS – estágio vivência de estudantes de graduação em serviços de saúde do SUS durante suas férias. O Ministro fez o lançamento do projeto do RS. Residência Descentralizada – a Escola de Saúde Pública (ESP) da SES-RS está viabilizando programas de residências médicas e multiprofissionais com municípios do estado. Especialização em Saúde da Família – através da UNASUS (Universidade Aberta do SUS) a Universidade Federal de Pelotas e a Universidade Federal de Ciências da Saúde desenvolvem cursos de especialização em saúde da família na modalidade de educação a distância (EAD) para 2000 alunos. Formação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) – A ESP desenvolverá um curso para os 8000 ACS do estado. Ainda é preciso apoiar os municípios do RS para o cumprimento da legal de contratação por concurso ou seleção pública dos profissionais de saúde com os dispositivos existentes. Atendimento prioritário e igualitário. Entendemos que são princípios do SUS atender a todos (universalidade), sem discriminação de qualquer natureza: religiosa, de gênero, étno-racial, de classe social (igualitário) de acordo com as necessidades e diversidades de cada um (integralidade e equidade) No projeto de constituição de redes e linhas de cuidado a partir da atenção básica de saúde, está incluída a melhoria do acesso com qualidade, que utiliza ferramentas da epidemiologia como a estratificação de risco populacional para planejar as ações que incidem sobre condições de saúde, assim como ferramentas da clínica para a gestão de casos. No cotidiano dos serviços do SUS para responder à universalidade, identificar a prioridade no atendimento e qual o serviço mais adequado para cada usuário temos utilizado o acolhimento e a

avaliação de risco. É objetivo da SES-RS instituir na rede de serviços do SUS o acolhimento e avaliação de risco. Este projeto já está em andamento com a rede cegonha e de urgência-emergência. Em relação aos hospitais públicos e pronto atendimento, a proposta está contemplada no projeto de redes regionais e de redes de urgência-emergência.

Prestação de contas

Autor(a) Angelo Frizzo

Pontuação: 69.3333

Contribuição: Obrigar por Lei que os Conselhos Municipais de Saúde, e os HOSPITAIS prestem contas mensais de TODOS os atendimentos efetuados via SUS, inclusive alta complexidade, relacionando os procedimentos efetuados e detalhando horários, pessoal envolvido, tempo de internação, material utilizado, e, NOME e endereço do PACIENTE. Sem essas providências básicas, o dinheiro do SUS (público) vai continuar sumindo e o atendimento continuar precário.

Resposta: A proposta é ancorada na necessidade de transparência, de controle e fiscalização sobre a utilização dos recursos públicos na saúde. É preciso esclarecer que os Conselhos de Saúde não realizam atendimentos, eles têm a função de fiscalizar a execução das ações e serviços do SUS aprovadas nos mesmos, entre outras atribuições. Ainda, não é possível incluir o nome e endereço de pacientes em relatório público de prestação de contas, por uma questão ética de sigilo. Tais dados estão disponíveis para auditorias, determinados relatórios institucionais e ações judiciais. Os serviços contratados não recebem recursos financeiros se não comprovam os procedimentos realizados. Para informação os Planos de Saúde e os Relatórios de Gestão precisam ser aprovados nos Conselhos de Saúde cujas plenárias são abertas ao público em geral. Os Relatórios devem ser trimestrais e apresentados às Câmaras de Vereadores pelos municípios e à Assembleia Legislativa pelas Secretarias Estaduais de Saúde. Embora existam vários dispositivos de controle, fiscalização, monitoramento e avaliação, tanto nos Conselhos de Saúde como na população em geral há a constatação de que é necessária maior transparência no contratado com os serviços, em especial os hospitalares, ambulatoriais e laboratoriais.

Malor Resolutividade nos Postos de Saúde

Autor(a) Cristian Mondadori

Pontuação: 67.1053

Contribuição: Os Postos de Saúde são importantes para a rede de assistência na medida em que cumpram o papel para os quais foram idealizados. Isto, porém, ocorre de forma muito debilitada, pois há pouca resolutividade em atendimentos que são de sua competência, sobrecarregando as referências em emergência dos hospitais, e impedindo o bom atendimento. Para tanto se deve proporcionar estrutura física, melhor.

Resposta: O Cristian constata um problema central para o SUS: a baixa resolubilidade das unidades básicas de saúde e propõe melhoria da estrutura física. A SES-RS trabalha para o fortalecimento da atenção básica de saúde, de modo que a maior parte das situações de saúde/doença possa ser resolvida perto das casas de cada gaúcho e gaúcha no tempo certo, no lugar certo com a tecnologia certa. Ainda, a SES-RS instituiu a Política de Incentivo Estadual à Qualificação da Atenção Básica de Saúde (PIES-RS) que é um conjunto de medidas, articuladas com as políticas federais, de qualificação da atenção básica, as quais incluem o aumento do volume de recursos, repassados fundo a fundo, e a utilização de critérios de distribuição mais compatíveis com o princípio da

equidade. Os critérios de equidade utilizados foram as faixas etárias extremas (crianças e idosos) e a receita tributária líquida, ou seja, os municípios mais pobres receberam mais recursos. O incentivo deve ser aplicado em despesas correntes de ações e serviços de saúde no âmbito da atenção básica tais como: material de consumo, contratação de serviços de terceiros, contratação de consultoria e assessoramento e pagamento de diárias de trabalhadores. O valor repassado aos municípios em 2011 foi de 40 milhões. Este recurso aumentará em 2012 para 80 milhões. Esta proposta está diretamente relacionada com outra prioridade do governo que é a Estratégia da Saúde da Família. A meta até 2014 é aumentar o número de equipes e ampliar a cobertura para 70% e assim ter ESF em 100% dos municípios do estado. Informatização e Telessaúde. A iniciativa permite informatizar e constituir núcleos e rede de teleconsultoria e suporte clínico à distância para os profissionais das UBS com ESF. Isso amplia o acesso a diagnósticos e tratamentos que passam a ser oferecidos pelos profissionais das UBS em comunicação virtual com especialistas, evitando deslocamento do usuário, reduzindo filas e tempo de espera na atenção ambulatorial especializada. Dessa forma, amplia a resolutividade da atenção básica e possibilita educação permanente das equipes. O Estado do RS fez parceria com o Telessaúde para ampliar a abrangência do mesmo para todos os municípios do RS com equipes da Estratégia Saúde da Família, destinando recursos próprios para o projeto. Projeta-se o repasse de mais de 3 milhões para a conclusão desse projeto. O fortalecimento da ABS também é reafirmado na configuração das redes de atenção a partir da mesma e a diretriz da transversalidade é decisiva para que as linhas de cuidados partam do território no qual se localizam as unidades básicas de saúde. Desse modo: A Rede Cegonha definiu que a qualificação do pré-natal e o cuidado com a criança de 0 a 6 anos será viabilizado em todos os municípios do estado em um projeto que articula saúde da mulher, de criança e o programa primeira infância melhor. A saúde mental instituiu incentivo financeiro para municípios de pequeno porte realizarem atividades como Oficinas terapêuticas e contarem com núcleos de apoio a atenção básica (Naab). O incentivo é maior para os municípios que aderiram ao PMAQ (Programa de Qualificação da Atenção Básica) e que contratarem profissionais com residência multiprofissional em saúde. O programa de prevenção da violência foi revisado e nominado de RS + igual – saúde e de RS na Paz. Tem o objetivo de instituir equipes de saúde da família junto à população que vive em miséria extrema, entendendo que a maior violência é a miséria extrema, e junto as territórios da Paz, em parceria com a Secretaria da Segurança. Saúde prisional – o estado repassou este ano R\$ 1 milhão para as 12 equipes de saúde prisional e igual quantia para equipar as 9 unidades de saúde em Unidades Penais. Saúde indígena – O RS é único estado que possui um incentivo para a Saúde Indígena, com um aporte de R\$ 1.152.000,00 em 2011. O estado conta com 22 equipes realizando Atenção Básica nos Pólos Indígenas e 16 equipes de saúde bucal.

Saúde na região

Autor(a) **Leia Rahal**

Pontuação: 66.8942

Contribuição: O governo deveria focar e disponibilizar mais recursos para prevenção e tratamento da população. O atendimento deveria ser mais rápido, mais qualificação dos profissionais da saúde, melhor remuneração.

Resposta: Leia aponta a necessidade de efetivar uma equação que vincula mais recursos para a saúde com sua destinação: na prevenção e tratamento, na assistência qualificada (no tempo certo) e nos trabalhadores (qualificação e remuneração). O governo do RS está seguindo este caminho:



Gabinete Digital do Rio Grande do Sul
www.gabinetedigital.rs.gov.br
gabinetedigital@rs.gov.br
 @gabinetedigital



Urgência e Emergência

Urgência

Autor(a) **Marta de Abreu Medeiros**

Pontuação: 68.6492

Contribuição: Mais agilidade no atendimento para os pacientes. Acabar com as filas de espera. O governo deveria abrir mais unidades de pronto atendimento - UPA - para atender os pacientes, desfogando um pouco mais as emergências dos hospitais.

Resposta: Um dos objetivos do governo do Estado é aumentar o número de leitos e criar mais UPAs 24 horas em todo o Rio Grande do Sul e melhorar e equipar os postos de pronto atendimento já existentes para garantir acesso qualificado para todos, em todas as regiões. Mas é importante esclarecer que os Postos de Saúde e UBS têm um papel fundamental para prevenir a doença e tratar precocemente o paciente e devem existir em todos os municípios independentemente do tamanho da população.

Questões agregadas

Urgência e emergência

Autor(a) **Ricardo Ferreira dos Anjos**

Contribuição: Precisamos de Postos de saúde 24horas, necessitamos também de mais especialistas, e que os postos de saúde fiquem abertos sempre, todos os dias, inclusive nos, feriados, sábados e domingos.

Resposta: É importante esclarecer que os Postos de Saúde têm um papel fundamental para prevenir a doença e tratar precocemente o paciente e devem existir em todos os municípios independentemente do tamanho da população. Isso evita o aumento do número de casos que viram urgência e emergência -- que muitas vezes ocorrem em consequência da falta de um atendimento rotineiro adequado, como por exemplo, o infarto em hipertensos e diabéticos, as crises graves de asma, e os AVCs, também chamados de derrames.

Saúde

Autor(a) **Egydio G. Manske**

Pontuação: 65.1256

Contribuição: É necessário melhorar o atendimento nos hospitais pois os pacientes estão morrendo nos corredores. Aumentar a infra-estrutura de modo a atender toda a população, aumentar o quadro de médicos, enfermeiros e melhorar o salário dos funcionários.

Questões agregadas

Saúde da Família

Autor(a) **Elias Abip Musa**



Gabinete Digital do Rio Grande do Sul
www.gabinetedigital.rs.gov.br
gabinetedigital@rs.gov.br
[@gabinetedigital](https://www.instagram.com/gabinetedigital)

Contribuição: Aumentar o número de postos de saúde, capacitando -os com pessoal técnico competente e os materiais necessários. Sugestão para receita: 1º - acabar com os incentivos fiscais (que atualmente deve andar em torno de 7000,00 de reais). 2º Cumprir rigorosamente o que preceitua a constituição com referência á aplicação ao orçamento do estado.

Resposta: O Governo também pretende qualificar, e já está ampliando, o número de leitos nos hospitais, especialmente leitos de UTI, pois este tipo de leito é o mais deficitário no Estado. Mas novamente retornamos à questão do planejamento eficiente da distribuição destes serviços que, neste caso, precisa levar em conta que UTIs só são viáveis em hospitais de médio e grande porte. Porém, temos muitos hospitais de pequeno porte no Estado que, portanto, não conseguem ser resolutivos, além disso os médicos têm preferido trabalhar em hospitais maiores, munidos de UTI, onde podem garantir mais segurança no atendimento dos casos mais graves.

Deslocamento de viatura da SAMU

Autor(a) **Sergio Gilvani Kohl**

Pontuação: 63.981

Contribuição: Descentralizar o atendimento telefônico, através da regionalização, pois existe uma central em SP e este assunto deve ser resolvido no estado. Deve-se agilizar o procedimento de triagem por telefone, pois todo o tempo é importante para a vítima. Às vezes a vítima não tem condições de informar seus dados e isso impede o rápido atendimento.

Resposta: Quanto à necessidade de se descentralizar as centrais de regulação, o Governo do Estado tem como objetivo a contratação mediante concurso de mais médicos reguladores e a criação junto aos municípios das Centrais de Regulação por Macrorregionais, viabilizando o acesso da população ao médico regulador com maior rapidez e ocasionando assim a liberação das unidades móveis com brevidade

Urgência e emergência

Autor(a) **Ercília Neves**

Pontuação: 63.974

Contribuição: Implantação de mais hospitais com capacidade maior para atendimentos de emergência evitando o acúmulo de pessoas nas filas de espera.

Resposta: A organização de toda a rede de atendimento do SUS precisa ser (e está sendo) bem planejada, e deve levar em consideração a demanda de cada região. A proposta do Governo do Estado é regionalizar este serviço com maior qualidade de atendimento, levar serviços como a UPA para todas as regiões e garantir o acesso da população dos municípios menores por meio de transporte adequado como o SAMU, considerando um tempo máximo de deslocamento que deve ser usado como regra para distribuição destes serviços.

Hospitais

Autor(a) **Vitor Dos Santos Medeiros**

Pontuação: 63.6199

Contribuição: Sugiro um maior número de médicos na rede pública, ampliação do número de leitos, mais ambulâncias e que os serviços oferecidos sejam mais rápidos.

Resposta: O Governo do Estado está tomando três tipos de medidas em relação aos hospitais:

- 1) Substancial aumento dos recursos financeiros e o controle do cumprimento das metas de atendimento nos contratos;
- 2) Revisão do perfil de atendimento dos pequenos hospitais e apoio à sua transformação em:
 - a. hospitais especializados que possam fazer procedimentos cirúrgicos de menor porte, por exemplo oftalmologia e otorrinolaringologia;
 - b. Hospitais de atendimento de pacientes crônicos com longa permanência e de idosos;
 - c. Hospitais de médio porte (acima de 100 leitos) com criação de UTIs, plantão médico, exames e cirurgias de urgência, 24 horas por dia todos os dias.
- 3) Inclusão dos hospitais nas redes de atendimento à saúde, da seguinte forma:
 - a. tornar os hospitais retaguarda do Saúde da Família, do SAMU e das UPAs e PAs;
 - b. integrar pequenos, médios e grandes hospitais de forma que estes apóiem-se.

PAT - Pronto Atendimento a todos

Autor(a) **Alex Winter Quartieri**

Pontuação: 63.4049

Contribuição: Construção de pequenas UPAs - Unidades de Pronto Atendimento em todos os municípios com população até 50.000 que não possuam Hospital de Referência ou Hospitais que não possuam capacitação para pequenos procedimentos de acordo com a Vigilância Sanitária.

Questões agregadas

Saúde na região

Autor(a) **Marta de Abreu Medeiros**

Contribuição: Sobre os municípios ,criar mais hospitais ,UTI,e postos de saúde para atender cada região .Câncer dar prioridade no atendimento para as doenças graves e quando precisar de uma cirurgia não precisar passar pelo posto já encaminharem direto para o hospital , aumentar os leitos pelo SUS e aumentar os hospitais. A rede hospitalar do SUS está morrendo!

Resposta: Não é possível, e nem necessário, construir estruturas como UPAs em municípios muito pequenos, pois ficariam subutilizadas e não teria demanda de funcionários especializados para o seu funcionamento. É importante esclarecer que os Postos de Saúde têm um papel fundamental para prevenir a doença e tratar precocemente o paciente e devem existir em todos os municípios independentemente do tamanho da população.

Qualificação do serviço de Urgência e Emergência

Autor(a) **Cristian Mondadori**

Pontuação: 61.4035

Contribuição: Disponibilizar maiores recursos para os serviços de urgência e emergência dos hospitais de baixa e média complexidade, para que o paciente possa ter um serviço de estabilização eficaz em suas necessidades, reduzindo o número de mortes dos pacientes que não suportam o tempo de traslado até um hospital de alta complexidade nas cidades de referência.

Questões agregadas

Maior Resolutividade nos Postos de Saúde

Autor(a) **Cristian Mondadori**

Contribuição: Os Postos de Saúde são importantes para a rede de assistência na medida em que cumpram o papel para os quais foram idealizados. Isto, porém, ocorre de forma muito debilitada, pois há pouca resolutividade em atendimentos que são de sua competência, sobrecarregando as referências em emergência dos hospitais, e impedindo o bom atendimento. Para tanto se deve proporcionar estrutura física.

Resposta: Em 2011, o Estado aumentou de 85 para 151 o número de bases implantadas do SAMU, com um investimento de cerca de R\$ 13,8 milhões, ampliando de 68% (em 2010) para 88% (hoje) a cobertura da população gaúcha atendida pela regulação do serviço. Hoje existem as seguintes centrais de regulação do SAMU no RS: Central Estadual (atende 257 municípios), Central de Porto Alegre (atende Porto Alegre), Central de Pelotas (atende todos os municípios da 3ª CRS), Central de Bagé (atende Bagé) e Central de Caxias (atende Caxias e Vacaria, até 2012 será ampliada para toda 5ª CRS). Com o objetivo de agilizar o atendimento da regulação o Governo do Estado prevê a implantação de mais três centrais de regulação distribuídas nas demais macrorregiões do RS, até 2014. Para reduzir as distâncias entre a base da ambulância e o paciente, além de disponibilizar mais veículos e profissionais para os atendimentos, a meta do Governo do Estado é colocar em funcionamento de 300 a 350 bases do SAMU, estendendo o serviço a 100% da população gaúcha.

Urgência e Emergência

Autor(a) **Eduardo Bento Sica**

Pontuação: 59.8253

Contribuição: Deve-se abrir mais Pronto Socorro nos demais municípios para ampliar a capacidade de atendimento por Região, ao exemplo de Canoas, os demais Municípios Pólo devem começar a atender os menores e assim sucessivamente em todo Estado, a partir de agora abrindo dois por ano, até o fim do mandato. Isto é um bom início. Desejo sucesso! Saudações e um forte abraço!

Resposta: Os serviços de urgência e emergência são complementares, o atendimento aos usuários do SUS deve ocorrer nas unidades de atenção primária, pelas equipes da Estratégia Saúde da Família, nos Postos de Pronto Atendimento (PAs) e UPAs, e nas emergências dos hospitais. Estes serviços devem ser ligados por um serviço de transporte que funcione com qualidade, como o SAMU. Mas o Governo irá criar mais UPAs 24 horas em todo o Rio Grande do Sul e melhorar e equipar os postos de pronto atendimento já existentes para garantir acesso qualificado para todos, em todas as regiões. Mas é importante esclarecer que os Postos de Saúde e UBS têm um papel fundamental para prevenir.

Reformulação do SUS e Hospitais PúblicosAutor(a) **Jackson Adair Gonçalves**

Pontuação: 59.2417

Contribuição: Minha idéia era de o governo criar cursos gratuitos nessa área para a profissionalização e atualização dos profissionais; supervisionar os hospitais para ver o atendimento e a precariedade do mesmo através de comissões municipais; reestruturar os hospitais mais carentes que necessitam de ajuda urgente tipo hospitais públicos das grandes cidades; mais equipamentos na área da saúde.

Resposta: O Governo do Estado está apoiando os municípios para levar mais profissionais de saúde para o interior (como os médicos). Contudo, há um problema importante a ser enfrentado: a falta de médicos especialistas em algumas áreas. Trata-se de um problema mais complexo pois são necessários anos para formá-los e as vagas nas residências são limitadas. A solução são projetos para realizar a formação de médicos especialistas em Saúde da Família nos Postos de Saúde, médicos especialistas em Urgência nos PAs, UPAs e Emergências Hospitalares e, ainda, intensivistas nas UTIs. Já nas cidades do interior, através de um trabalho conjunto com as universidades e hospitais de ensino, vamos contar com apoio do programa de TELESSAÚDE.



Acesso a Medicamentos

Acesso a medicamentos

Autor(a) **Flora Maria Portugal costa Leite**

Pontuação: 63.0573

Contribuição: O processo de seleção para receber os medicamentos podia ser desburocratizado, mais simples e deveria ter uma equipe para cuidar o fluxo de saída dos medicamentos, para não deixar faltar.

Resposta: As regras para solicitação e fornecimento dos medicamentos que estão sob a responsabilidade da Secretaria Estadual da Saúde são estabelecidas por Portaria do Ministério da Saúde. Deve ser aberto um Processo Administrativo que é avaliado de acordo com os Protocolos Clínicos. Como a demanda é crescente o Governo Estadual deve estar atento para a necessidade de ampliar a estrutura administrativa e a dotação orçamentária para garantir o acesso a estes insumos. O governo tem investido na estruturação administrativa para dar agilidade à tramitação interna dos processos administrativos, a aquisição e distribuição de medicamentos no estado, com as seguintes ações:

- No início da gestão, nomeamos servidores concursados para reforçar a equipe de avaliadores;
- Contratação de um operador logístico que fará o reabastecimento das farmácias municipais, quando houver necessidade. (em tramitação)
- Automatização da distribuição e do controle dos estoques dos almoxarifados da SES.

Distribuição de medicamentos “essenciais” para controle das doenças

Autor(a) **Vários**

Pontuação: 62.9428

Contribuição: As pessoas que necessitam de medicamentos controlados para a diabetes, hipertensão etc., não podem ficar sem os remédios controlados, necessita-se de uma política de distribuição da medicação a partir de postos específicos para essa função.

Questões agregadas

Conscientização

Autor(a) **Julio César Padoin**

Contribuição: É necessário, por parte do Governo, uma conscientização para a população sobre o consumo do tabaco e carne. Sobre a importância de consumir alimentos orgânicos e integrais. Um dos maiores problemas são originados pela alimentação. Prevenção é o melhor remédio.

Informações sobre medicamentosAutor(a) **Andre Moraes****Contribuição:** É necessário termos mais informações sobre os medicamentos, mais acesso aos medicamentos, para isso eles precisam ter um preço mais acessível.**Saúde da Família**Autor(a) **Rejane Oliveira de Souza****Contribuição:** Na região de Sapucaia deveriam disponibilizar mais remédios para diabetes e pressão.**Medicamentos , urgência**Autor(a) **Vera Lúcia Ferreira Melo****Contribuição:** Melhorar o atendimento público em geral, muitas vezes a população não consegue os medicamentos que necessitam.**Acesso a Medicamentos**Autor(a) **Carlos Lemos Martins****Contribuição:** Entendo que o senhor governador, deveria colocar maiores quantidades de medicamentos com atenção aos diabéticos, principalmente na região de Viamão, sendo 12000 diabéticos.**Acesso a Medicamentos**Autor(a) **Suzana Conceição dos Reis****Contribuição:** Faltam medicamentos nos postos de saúde do bairro da cidade de São Leopoldo. Deveria ser enviado um número maior de medicamentos para cada bairro.**Acesso a mais medicamentos na rede pública**Autor(a) **Polyana De Carli Ellwanger****Ter mais acesso de medicação na rede pública de atendimento do SUS. Acesso irrestrito a Medicamentos por usuários do SUS e do IPE.**Autor(a) **Francisco Vargas****Contribuição:** É bastante complicado para os usuários do SUS e do IPE, a compra de medicamentos, portanto, o governo do estado deve ser o responsável por isso.**Medicamentos para todos os cidadãos!**Autor(a) **Simone Flores****Contribuição:** Olha gostaria de relatar minhas idéias ao Governo, que todos nós de alguma forma toma algum medicamento, sendo eles contínuos ou não. Gostaria que o Governo avaliasse cada cidadão e suas necessidades. Bom gostaria que o Governo fizesse alguma ação contra isso como: desconto de 50% do valor dos medicamentos sendo todos os tipos não só os populares mas, aqueles que tratam de algumas doenças crônicas.**Medicamentos**Autor(a) **Alessandra Cazzuni****Contribuição:** Maior atenção e agilidade com os processos de obtenção de medicamentos via estado.**Preço de medicamentos mais acessível**Autor(a) **Marco Aurélio Antunes****Contribuição:** O preço dos medicamentos está muito elevado o fornecimento poderia ser mais acessível para população.**Acesso a medicamentos**Autor(a) **Viviane Gouvea Fernandes****Contribuição:** É necessário que o acesso aos medicamentos seja mais facilitado, através de postos

itinerantes em mais locais dentro dos bairros. É necessário também uma maior variedade de medicamentos.

Medicamentos para quem precisa

Autor(a) **Encida Brasil**

Contribuição: Ampliação do estoque de medicamentos e acesso via postos de saúde.

Distribuição de medicamentos

Autor(a) **Renilda Galão Pereira**

Contribuição: Aumentar a distribuição gratuita de medicamentos, principalmente, os mais essenciais (pressão, diabetes) aos municípios próximos de Sapucaia do Sul.

Resposta: Medicamentos para controle de diabetes e hipertensão estão sob a responsabilidade dos gestores municipais, devendo ser fornecidos nas Unidades Básicas de Saúde. Também podem ser retirados nas farmácias privadas vinculadas ao Programa Farmácia Popular do Ministério da Saúde. Ver resposta à Proposta nº 7.

Remédio sem burocracia

Autor(a) **Isis Gadenz de Agostinho**

Pontuação: 62.8049

Contribuição: Facilitar a distribuição de remédios gratuitos. Aprovar lei autorizando a compra simplificada de medicamentos por parte do governo para garantir a disponibilidade de remédios nas redes públicas e, com isso, melhor atendimento a população que mais necessita. Materiais e serviços hospitalares poderiam também ser incluídos nesta lei.

Resposta: É uma determinação constitucional regulamentada pela Lei Federal nº 8.666/93, que impõe à Administração Pública o dever de licitar. Ver resposta à Proposta de nº 7.

Facilitar a retirada de receita médica para os idosos

Autor(a) **Claudia Maria Gonçalves de Freitas**

Pontuação: 62.735

Contribuição: Facilitar a retirada de receita médica para os idosos por que eles tem medicamento de uso contínuo e muitos deles não tem quem tire ficha para eles e eles já são idosos. Esse processo é desnecessário pois se a doença é crônica não tem necessidade de retirar receita de 4 em 4 meses.

Resposta: A periodicidade da receita médica está associada à necessidade de acompanhamento médico do paciente. Por isso, os usuários de medicamentos devem ser reavaliados periodicamente a fim de verificar a evolução da doença e definir a manutenção ou alteração do tratamento. Os medicamentos sujeitos a controle especial, que podem levar à dependência física ou psíquica, são regulamentados pela Portaria 344/98, que estabelece o número de unidades farmacêuticas por receita médica.

Controle na Distribuição de medicamentos

Autor(a) Guilherme Silveira Júnior

Pontuação: 61.7166

Contribuição: Distribuição com eficiência e eficácia, com menos burocracia dará ao Estado mais credibilidade quando se tratar de distribuição de medicamento e atenção ao maior necessitado e dependente do custeio do tratamento. Este tratamento deverá ser realizado de forma ágil para prevenir óbitos causados pela demora do fornecimento de medicamentos.

Resposta: As regras para solicitação e fornecimento dos medicamentos que estão sob a responsabilidade da Secretaria Estadual da Saúde são estabelecidas pelo Ministério da Saúde. Deve ser aberto um processo Administrativo que é avaliado de acordo com Protocolos Clínicos. A apresentação de receitas, laudos e exames são exigências dos Protocolos Clínicos e visam à proteção do usuário.

O governo tem investido na estruturação administrativa para dar agilidade à tramitação interna dos processos administrativos, a aquisição e distribuição de medicamentos no estado, com as seguintes ações:

- No início da gestão, nomeamos servidores concursados para reforçar a equipe de avaliadores;
- Contratação de um operador logístico que fará o ressuprimento das farmácias municipais, quando houver necessidade. (em tramitação)
- Automatização da distribuição e do controle dos estoques dos almoxarifados da SES.

Medicamentos gratuitos

Autor(a) Marta de Abreu Medeiros

Pontuação: 61.4152

O governo deveria fazer uma avaliação uma triagem para quem realmente não tenha condições de comprar medicamentos caros sem entrar pelos processos na justiça.

Resposta: Os medicamentos disponíveis pelo SUS são avaliados de acordo com sua eficácia, segurança e custo efetividade e compõem a Relação Nacional de Medicamentos (RENAME). O SUS é para todos. Sendo um sistema universal, todos os cidadãos atendidos pelo SUS nos serviços de atenção primária, de urgência e emergência, de atenção psicossocial e outros, podem requerer medicamentos junto à SES ou farmácias municipais, bastando a apresentação da receita médica do SUS. O Governo Federal também tem investido no Programa Farmácia Popular do Brasil, onde é necessária apenas a apresentação de receita médica atualizada.

Aumentar a oferta de medicamentos nos postos de saúde

Autor(a) André Luiz de Abreu Porto

Pontuação: 60.8974

Contribuição: O Governo estadual pode auxiliar as Prefeituras na

compra de medicamentos oferecendo-lhes Atas de Registro de Preços obtidas por licitações públicas. Desta forma as Prefeituras não precisarão fazer licitações para comprar medicamentos, bastando aderir às Atas. As quantidades licitadas pelo Governo estadual serão grandes, o que reduzirá os preços dos medicamentos.

Resposta: O Governo desencadeará processo de discussão com os Secretários Municipais de Saúde a fim de verificar o interesse em participar do sistema de compras conjuntas e estimar a demanda de cada município, objetivando viabilizar a execução da proposta.

SUS para quem precisa

Autor(a) Micheli

Pontuação: 59.6257

Contribuição: O Estado deveria aumentar a verba para compra de medicamentos ou distribuir os medicamentos, mas antes deveria fazer uma pesquisa sobre cada região quais os medicamentos necessários para cada local, qual tem mais saída e fazer um cadastro de cada família.

Resposta: A lista de medicamentos oferecida pelo SUS é a RENAME – Relação Nacional de Medicamentos Essenciais. O processo de revisão da lista no Estado do Rio Grande do Sul (REME/RS) foi iniciado, em parceria com os municípios. Esta lista deve contemplar todos os medicamentos necessários ao tratamento das doenças prevalentes em todas as regiões do estado. A Assistência Farmacêutica é financiada de forma solidária pelos gestores federal, estaduais e municipais. Em relação aos usuários de medicamentos fornecidos pela SES, o Estado utiliza o sistema informatizado (sistema AME). O cadastro das famílias é realizado pelas equipes de saúde da família (ESF).

Questões agregadas

Atendimento mais perto de todos

Autor(a) Archimedes Xiscatti Da Silveira

Contribuição: Como ex-Secretário Adjunto da Saúde e Conselheiro Municipal da Saúde, defini 3 pontos: Medicamentos: Com o auxílio das ACS devemos manter um cadastro das famílias com uma relação de medicamentos, evitando a falta de medicamentos. Ampliar a relação de medicamentos da Farmácia Popular. Médicos: Criação de uma agenda pelo Estado, com médicos especialistas, realizando visitas aos municípios.

Resposta: 1 - Os municípios, responsáveis diretos pela aquisição e distribuição dos medicamentos da Farmácia Básica, realizam o cadastramento das famílias atendidas pelas Equipes de Saúde da Família (ESF) e dos usuários que recebem os medicamentos nas farmácias municipais.

2 - A relação de medicamentos do Programa Farmácia Popular do Brasil é definida pelo Governo Federal.

3 - A SES está construindo as Redes de Atenção Integral à Saúde, prevendo o estabelecimento de

Centros de Especialidades nas regiões, para o atendimento médico especializado.

Projeto Poupa Tempo

Autor(a) **Marcelo Marques Lopes de Oliveira**

Pontuação: 59.4286

Contribuição: Sistema integrado a todos os postos do estado, município e ou país onde qualquer pessoa poderá verificar se existe ou não o remédio que procura disponível no posto responsável pela distribuição. Também quando irá chegar e ou se já foi feita a compra.

Resposta: Atualmente a SES disponibiliza no site da Secretaria a informação sobre a situação atualizada do encaminhamento da solicitação de medicamento e a disponibilidade do produto no município de residência do paciente. Ainda, a SES está iniciando o processo de informatização da rede assistencial do SUS através da 6ª CRS, integrando todos os serviços assistenciais através da internet. Muitos municípios já possuem sistemas informatizados próprios para controle de aquisição e distribuição de medicamentos. Para atender à proposta seria necessário viabilizar a troca de informações via internet entre todos eles, e também com os sistemas utilizados pela SES e pelo Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde disponibiliza gratuitamente aos municípios para o gerenciamento da Assistência Farmacêutica, cadastro e fornecimento de medicamentos, um sistema online como ferramenta de apoio a todas as farmácias municipais.

Controle Digital de Medicação

Autor(a) **Margarete Machado**

Pontuação: 58.7017

Contribuição: Criação de um cadastro dos usuários de medicamentos de uso controlado para determinadas doenças (diabetes, hipertensão, etc.) disponibilizando um cartão magnético que faria liberação do medicamento. Este cartão controlará o estoque e haverá um melhor controle de entrada e saída de medicamentos.

Resposta: O Ministério da Saúde tem buscado desenvolver o Cartão Nacional de Saúde como ferramenta para gestão do SUS. Nele estarão centralizadas as informações sobre o paciente, consultas, exames e tratamentos.

ANEXO I – TELAS DA CONSULTA PÚBLICA DIGITAL SOBRE “ATENDIMENTO NA SAÚDE PÚBLICA”

Em 2011 o Governador Pergunta tratou sobre atendimento em saúde pública. Confira abaixo os resultados, as ações priorizadas e como foi o processo da primeira consulta.

50 propostas priorizadas	1.338 propostas enviadas	60 mil Pessoas envolvidas	122 mil votos
-----------------------------	-----------------------------	------------------------------	------------------

Propostas priorizadas

Proposta	Proprietário	Pontuação
Hospitais Gostaria que os hospitais do interior fossem dotados de mais recursos para dar mais atenção aos pacientes evitando lotação nos hospitais da capital.	Anelise Schena	74.67
Agilidade nos diagnósticos Formar plantões médicos para diagnosticar logo após a realização dos exames, com mais rapidez. Podendo este ser formado por médicos residentes, para irem ganhando experiência. Assim o atendimento, o exame e o resultado do diagnóstico, tudo será imediato, pelo menos nos casos de mais urgência.	Belani Chaves	71.13
Mais leitos hospitalares Entendo que um problema que não tem como ser amenizado é a crescente necessidade de mais leitos hospitalares. A população cresce muito rapidamente e as necessidades de tratamento médico crescem muito mais, a quantidade de leitos hospitalares no Rio Grande do Sul decresce com o fechamento de hospitais e postos de atendimento. O IPERGS poderia construir um Mega hospital para atendimento de seus conveniados.	Silvia Fernanda Castro de Oliveira	71.01
Integração Hospital - Posto de Saúde. Estabelecer	Cristian Mondadori	70.83
	João Edmundo	69.87

Hospitais Gostaria que os hospitais do interior fossem dotados de mais recursos para dar mais atenção aos pacientes evitando lotação nos hospitais da capital. **Pontuação 74.67**

Agregadas(3)

Gabinete Digital

<p>Juciana Carla Raimundi</p> <p>Hospitais filantrópicos e de pequeno porte Valorizar os hospitais filantrópicos de pequeno porte da Região do RS.</p>	<p>Luiz Henrique de Castro Oliveira</p> <p>Hospitais filantrópicos e de pequeno porte Transformar Hospitais Filantrópicos e Religiosos que dependem mais de 70% de recursos Públicos em Hospitais Públicos Estaduais, com financiamento Tripartite(União, Estado, Município) com investimento, qualificação, e conselho gestor com participação do controle social.</p>	<p>Ani Flávia</p> <p>Hospitais filantrópicos e de pequeno porte Valorizar os hospitais filantrópicos e de pequeno porte do Interior RS.</p>
---	--	--

Encaminhamento do Governador

Gabinete Digital - Democ... x

gabinetedigital.rs.gov.br/govpergunta/resultados/2011/

consumo do tabaco e carne. Sobre a importância de consumir alimentos orgânicos e integrais. Um dos maiores problemas são originados pela alimentação. Prevenção é o melhor remédio.

saiba mais

Hospitais Gostaria que os hospitais do interior fossem dotados de mais recursos para dar mais atenção aos pacientes evitando lotação nos hospitais da capital. **Pontuação** 74.67

Agregadas(3)

Gabinete Digital

Encaminhamento do Governador

Historicamente, os Hospitais Filantrópicos são responsáveis pela maior parte do atendimento hospitalar pelo SUS no Estado. Para garantir a manutenção desse atendimento, e melhorá-lo, o Governo do Estado vem trabalhando na qualificação da contratualização dos estabelecimentos, o que inclui, também, a fiscalização da prestação de contas e a avaliação da produção dos hospitais. Veja mais detalhes sobre estas ações na resposta sobre hospitais, abaixo.

Aviso! Você precisa estar logado para comentar.

Windows 21:59 11/10/2014

Gabinete Digital - Democ... x

gabinetedigital.rs.gov.br/govpergunta/resultados/2011/

Encaminhamento do Governador

Historicamente, os Hospitais Filantrópicos são responsáveis pela maior parte do atendimento hospitalar pelo SUS no Estado. Para garantir a manutenção desse atendimento, e melhorá-lo, o Governo do Estado vem trabalhando na qualificação da contratualização dos estabelecimentos, o que inclui, também, a fiscalização da prestação de contas e a avaliação da produção dos hospitais. Veja mais detalhes sobre estas ações na resposta sobre hospitais, abaixo.

Aviso! Você precisa estar logado para comentar.

Comentários

Danielle Reis de Freitas

Apoio a Anelise. De tempos para cá se fala muito em Humanização. Inclusive existe uma cláusula nos contratos dos Hospitais como obrigação a ser cumprida. Acredito que todo o Hospital Filantrópico deveria adotar as sistemáticas de Humanização e Acreditação Hospitalar como prioridade. Infelizmente, a preocupação atual destas entidades resume-se em não fechar suas portas. Os recursos repassados pelo Estado e União são capazes de cobrir as despesas operacionais, mas não sobram recursos para investimento e pagamento do Passivo. Assim, poucos Hospitais conseguem chegar a um nível tecnológico e de recursos humanos capazes de oferecer serviços de maior complexidade, evitando assim o deslocamento de seus municípios para a Capital. Neste ano, o Estado está investindo em Hospitais através de financiamento de obras e aquisição de equipamentos com repasses fundo a fundo. Parabéns esta iniciativa, mas somente ofereço uma crítica: Em relação ao custeio, deveria ocorrer o repasse mensal de todos os incentivos estaduais, pois as obrigações destas entidades são exigidas mensalmente, porém, o maior incentivo estadual é pago trimestralmente.

12:51 25/09/2014

FONTE: <www.gabinetedigital.rs.gov.br>

ANEXO J – TELA DA PÁGINA DO “GABINETE DIGITAL” NO FACEBOOK

The screenshot displays the Facebook interface for the 'Gabinete Digital' page. At the top, the browser window shows the URL 'http://www.facebook.com/#/gabinetedigitals?ref=ts'. The page header includes the Facebook logo and the name 'Gabinete Digital'. The main content area features a post with the following text:

Às vésperas de completar um mês de consulta online, a 2ª edição do Governador Pergunta superou, na manhã desta quarta-feira (7), a marca de 200 mil votos registrados; uma média de mais de 7.100 votos por dia. Detalhes aqui: <http://gabinetedigital.rs.gov.br/post/4300>

Below the text is a photograph of two women, one in a white t-shirt and the other in a white tank top, both looking at a tablet computer. The post has 6 likes and a comment from Rafael Breda.

A second post from 'Gabinete Digital' dated 7 de novembro contains the text:

Ó Governador quer saber a sua opinião para melhorar a segurança no nosso trânsito. Diminuir a violência no trânsito depende de todos nós. Participe!
<http://gabinetedigital.rs.gov.br/consulta-transito/>

This post includes a video thumbnail with the text 'O TRÁNSITO PODE SER BEM MELHOR QUE ISSO. Vote, participe e faça a diferença: www.gabinetedigital.rs.gov.br'.

The right sidebar shows a list of friends, including Hilton Neto, Swellen Danusa, Rachel Harckel Nina, and others. At the bottom, the Windows taskbar shows the system tray with the time 09:59 and the language PT.

ANEXO K – Relatório da Consulta Pública Digital sobre “Reforma Política”



O que é a consulta?

Este relatório sistematiza os dados coletados durante a consulta pública sobre Reforma Política realizada pelo Gabinete Digital do Governo do Estado do Rio Grande do Sul entre os dias 3 e 19 de julho de 2013. O processo recolheu ideias e opiniões da população gaúcha sobre as prioridades e a forma mais adequada para encaminhar uma reforma política em âmbito nacional. Durante **16 dias**, foram registrados mais de **180 mil** votos em **242** propostas, filtradas entre **2.840** ideias recebidas de todo o Brasil.

Embora a massa de dados coletada mereça um estudo mais aprofundado, é possível delinear, de antemão, algumas tendências gerais apontadas tanto pelo caráter qualitativo das propostas remetidas pela população quanto pelos padrões de distribuição dos votos. Notadamente:

1. A expressiva inclinação a favor de uma constituinte exclusiva para conduzir o processo de reforma política, consumada por 80% dos votos;
2. O combate generalizado ao que consideram “privilégios” e “mordomias” relacionados à atividade parlamentar na atualidade. Ainda que de forma difusa, inúmeras propostas apontavam nesse sentido, demonstrando uma insatisfação expressiva por parte da população com a proliferação de mecanismos percebidos como regalias e privilégios indevidos adotados pelas diversas instâncias legislativas;
3. A defesa de uma ampliação radical da transparência e do controle público sobre as atividades políticas. Um número expressivo de proposições apontaram nesse sentido. O fim de todo tipo de secretismo e a busca por mecanismos efetivos de acesso às informações e aos debates políticos no parlamento foram temas recorrentes nas proposições recolhidas;
4. E, por fim, destaque-se a reivindicação por mais participação da sociedade nas decisões políticas e nos debates legislativos do país. O aumento da transparência está diretamente relacionado ao anseio por maior participação e presença da cidadania na produção legislativa. O uso das novas tecnologias da informação e da comunicação para promover o aumento da participação cidadã foi amplamente mencionado pelos participantes da consulta.

Dado o escopo restrito deste relatório, dedicado a levar a público e ao Congresso Nacional as 10 propostas consideradas prioritárias por uma parcela representativa da população gaúcha e, em menor medida, de todo o país, nos limitaremos a realizar uma breve análise, sem maiores inferências estatísticas, em nome da clareza e concisão das informações. Processos consultivos como este, embora democráticos e abertos, não são perfeitos e alheios a questionamentos, em especial em um campo como a internet, de horizontes e possibilidades tão amplos. Mas acreditamos que os insumos aqui reunidos podem efetivamente contribuir à reflexão sobre as reformas que, frente aos acontecimentos que marcaram os últimos meses, o país não pode deixar de enfrentar.

Resultados

A consulta consistiu em duas perguntas, listadas abaixo. A primeira levantou o questionamento sobre a forma como deve ser encaminhada a reforma política no país. A segunda buscou colher propostas e hierarquizá-las com base num sistema de votação por pares. Assim, foi gerado um 'ranking' com as dez propostas priorizadas pela população.

Como deve ser feita a reforma política no Brasil?

80% dos participantes preferem que a reforma política seja conduzida por uma constituinte exclusiva.

20% acreditam que a reforma política deve ser conduzida pelo atual Congresso

Na sua opinião, quais devem ser as prioridades da reforma política?

Proposta	Pontuação
1. Fim do voto secreto no Congresso Nacional e demais instâncias legislativas	81
2. Impedimento do uso da renúncia como artifício para escapar dos processos de cassação	78
3. Fim do foro privilegiado e da imunidade parlamentar	78
4. Redução do número de deputados federais, estaduais e vereadores	76
5. Afastamento do cargo para pessoas sob investigação por crime de improbidade e corrupção. Tipificação da corrupção enquanto crime hediondo.	72
6. Ampliação dos canais diretos de participação da população. Maior participação popular em todos os níveis, através de instrumentos como plebiscitos, referendos e uso de novas tecnologias. Democracia deliberativa em todo o Brasil, com discussões municipais, regionais e estaduais sobre temáticas de interesse público.	72
7. Maior transparência nos gastos governamentais. Prestação de contas disponível na internet. Criação de instrumentos de transparência e controle social sobre os partidos.	71
8. Adoção do "Recall", possibilitando ao eleitor que abrevie o mandato do político que não corresponder às expectativas e não cumprir seu programa de governo. Fiscalização permanente do cumprimento de metas e propostas.	70
9. Fim das emendas de parlamentares ao orçamento da União.	69
10. Priorização nos Parlamentos para votações de Projetos de Lei de Iniciativa Popular, bem como agilizar e capacitar os cidadãos para isso. Adoção de petições pela internet para apresentação de projetos de lei de iniciativa popular.	66



Propostas de teor semelhante posicionadas entre as dez primeiras foram agregadas e as prioridades mais bem colocadas a partir da 11ª colocação passaram a compor o ranking final.

 A consulta em números

16 dias

181.759
votos

11 mil
votos por dia, em média

2.840
propostas
recebidas

242
propostas em votação

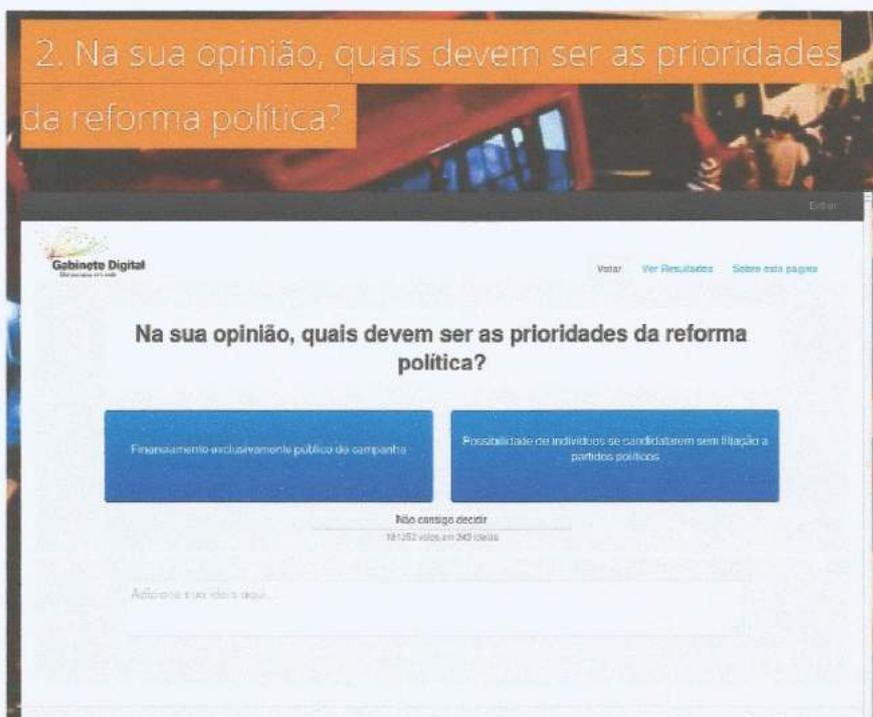
(consideradas dentro do escopo da consulta
e disponibilizadas para votação)

Como fizemos esta consulta?

Na primeira pergunta, "Como deve ser feita a reforma política no Brasil?", o participante podia escolher entre duas respostas:

- a) *Pelo Congresso, com deputados e senadores escolhidos nas últimas eleições;*
- b) *Através de uma Câmara Constituinte, com representantes eleitos exclusivamente para este fim.*

Apenas um voto por pessoa era permitido. Após esta primeira etapa, o participante era convidado a responder à segunda questão: "Na sua opinião, quais devem ser as prioridades da reforma política?". Era possível optar por uma das propostas já existentes ou sugerir novas ideias a serem incorporadas na consulta. Mantivemos a limitação de 140 caracteres para cada proposta. Cabe então interpretá-las como ideias concisas, esboços de políticas maiores que devem ser elaboradas a partir destas provocações.



The screenshot shows a web interface for a digital cabinet consultation. At the top, a banner reads "2. Na sua opinião, quais devem ser as prioridades da reforma política?". Below this, the "Gabinete Digital" logo is visible on the left, and navigation links "Votar", "Ver Resultados", and "Sobre esta página" are on the right. The main heading asks "Na sua opinião, quais devem ser as prioridades da reforma política?". Two blue buttons offer options: "Financiamento exclusivamente público de campanha" and "Possibilidade de indivíduos se candidatarem sem filiação a partidos políticos". A third option, "Não consigo decidir", is shown with a progress bar indicating 18,152 votes out of 342 total. At the bottom, there is a text input field labeled "Adicione sua ideia aqui...".

A metodologia utilizada nesta segunda etapa chama-se *wiki-survey*. A ferramenta, desenvolvida na Universidade de Princeton com o intuito de trabalhar da melhor maneira com a cultura de participação da internet, tem como principal característica a capacidade de articular votação e coleta de opiniões de forma eficiente. A votação em pares permite que somente duas propostas sejam avaliadas a cada interação na ferramenta, sorteadas de forma aleatória entre todas as opções disponíveis. A cada voto, uma proposta é priorizada em detrimento da outra, somando pontos em uma escala que pode variar de 0 a 100. A pontuação traduz a probabilidade de cada ideia vencer um embate aleatório na disputa de pares. Não há limite no número de votos por usuário já que a possibilidade de provocar desvios e manipular o resultado é reduzida em face do sorteio aleatório. Se o participante não concordar com as duas propostas sorteadas ou não souber responder, ele pode pular para um próximo par, sem prejuízo. As ideias que vencem o maior número de turnos tomam o topo da lista, refletindo a média da opinião pública engajada no processo.

A plataforma está disponível ao público através do projeto All Our Ideas (<http://allourideas.org>) e já foi utilizada em mais de 3,5 mil consultas em todo o mundo, incluindo o processo de construção colaborativa do plano de sustentabilidade ambiental de Nova Iorque, em 2011, e do relatório de sustentabilidade global das Nações Unidas, em andamento neste ano. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul fez uso desta metodologia em duas oportunidades: nas consultas sobre o atendimento em saúde pública e violência no trânsito, através da ferramenta Governador Pergunta.

Para oportunizar uma maior participação da população gaúcha, foi disponibilizada uma van equipada com tablets e promotores de participação que visitaram locais de grande circulação em Porto Alegre e Região Metropolitana. Cerca de 40% dos votos coletados foram oriundos da ação de divulgação de rua através desta iniciativa. Em circulação desde o dia 8 de julho, a Van da Participação passou pelos seguintes locais: Rodoviária, Gasômetro, Parque Redenção, Largo Glênio Peres e Esquina Democrática, em Porto Alegre, e, na Região Metropolitana, em Viamão (Praça da Santa Isabel) e Canoas (Centro).



De onde vieram os votos?

A participação na consulta pública sobre a Reforma Política teve uma grande inserção não apenas no Rio Grande do Sul, mas também no Brasil. A Região Metropolitana de Porto Alegre registrou os maiores índices de participação, respondendo por cerca de 30% dos votos. A segunda cidade com maior participação foi Pelotas, seguida por Santa Maria e Caxias do Sul. Também foram registrados votos de diversas pequenas cidades gaúchas, como Jaguarão, Canguçu, Capão do Leão e Faxinal do Soturno. Em âmbito nacional, as contribuições vieram de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e mais de 100 cidades do interior. Além disso, diversos países participaram, conforme demonstrado na figura abaixo, extraída da própria ferramenta no All Our Ideas.



Países com maior participação

1. Brasil
2. Estados Unidos
3. Portugal
4. Alemanha
5. Espanha
6. Argentina
7. França
8. Uruguai
9. Reino Unido
10. Canadá

Mais informações

A equipe do Gabinete Digital do Governo do Estado do Rio Grande do Sul está disponível para sanar quaisquer dúvidas relacionadas à metodologia utilizada, às questões técnicas envolvidas na consulta, ao processo de agrupamento das propostas e à filtragem das ideias recebidas para votação. Outros dados para verificação ou para subsidiar análises mais aprofundadas também podem ser disponibilizados sob demanda.

Contatos

Telefone: (51) 3210.4590
e-mail: gabinetedigital@sgg.rs.gov.br
facebook: [/gabinetedigitalrs](https://www.facebook.com/gabinetedigitalrs)
twitter: [@gabinetedigital](https://twitter.com/gabinetedigital)

ANEXO L



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Gabinete de Consultoria Legislativa

DECRETO Nº 48.056, DE 24 DE MAIO DE 2011.
(publicado no DOE nº 101 de 26 de maio de 2011)

Institui o Gabinete Digital do Governador do Estado e a Comissão Permanente de Cultura e Governança Digital, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 82, incisos V e VII, da Constituição do Estado,

considerando o compromisso do Governo do Estado do Rio Grande do Sul com a ampliação da participação popular no âmbito da Administração Pública Estadual;

considerando que o uso das ferramentas tecnológicas disponíveis permite o desenvolvimento da participação cidadã e a promoção da transparência no exercício da atividade pública;

considerando que estas ferramentas tecnológicas serão importantes instrumentos de Cultura e Governança Digital e que estes mecanismos ampliarão o controle público sobre o Estado;

considerando a necessidade de elaborar, aperfeiçoar e qualificar canais colaborativos entre governo e sociedade para estabelecer uma nova cultura na gestão pública, por meio de mídias digitais e uso de novas linguagens, contribuindo assim com o desenvolvimento do "Sistema de Participação Popular e Cidadã do Rio Grande do Sul";

considerando a necessidade de qualificar e de promover os processos de colaboração e compartilhamento, relativos à produção e distribuição livre de conhecimento,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Gabinete Digital, órgão articulador da política de Cultura e Governança Digital, vinculado ao Gabinete do Governador e coordenado por seu Chefe de Gabinete, com o objetivo de promover a cultura democrática e o fortalecimento da cidadania, visando aumentar a eficiência e o controle social sobre o Estado, e estruturar a relação do Governador com as diversas formas de escuta e de participação, por meio das novas tecnologias de informação.

Art. 2º Compete ao Gabinete Digital:

- I – articular a relação do Governador do Estado com a sociedade gaúcha por intermédio das novas tecnologias de informação;
- II – assessorar o Governador do Estado nas decisões sobre Cultura e Governança Digital;
- III – fomentar políticas públicas transversais de transparência e governança digital; e
- IV – auxiliar na disponibilização digital de dados públicos.

<http://www.al.rs.gov.br/leois>

ANEXO L

Art. 3º Fica instituída Comissão Permanente de Cultura e Governança Digital, sob coordenação do Gabinete Digital do Governador, composta por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos:

- I - Gabinete do Governador;
- II - Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital;
- III - Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã;
- IV - Secretaria da Cultura;
- V - Casa Civil;
- VI - Secretaria da Educação;
- VII - Secretaria da Fazenda;
- VIII - Secretaria-Geral de Governo;
- IX - Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico;
- X - Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS; e
- XI - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

§ 1º Os integrantes da Comissão serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e designados pelo Governador do Estado.

§ 2º O Coordenador da Comissão poderá convidar representantes de outros órgãos, entidades da administração pública ou de organizações da sociedade civil, para participar das reuniões e discussões por ele organizadas.

Art. 4º A Comissão Permanente de Cultura e Governança Digital deverá, no prazo de sessenta dias, contados da data da publicação da designação de seus membros, estabelecer as suas diretrizes de funcionamento.

Art. 5º A função de membro da Comissão será considerada prestação de serviço relevante, não remunerada.

Art. 6º Compete à Comissão Permanente de Cultura e Governança Digital:

- I - estabelecer os processos de canais de escuta nas redes digitais;
- II - contribuir no processo de modernização e digitalização dos processos de gestão do Governo;
- III - colaborar com o desenvolvimento das ferramentas digitais de transparência; e
- IV - auxiliar no Sistema de Participação Cidadã nas suas interfaces digitais, bem como recomendar estas práticas para as outras unidades de Governo.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 24 de maio de 2011.

FIM DO DOCUMENTO

ANEXO M



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Gabinete de Consultoria Legislativa

DECRETO Nº 48.223, DE 4 DE AGOSTO DE 2011.
(publicado no DOE nº 151 de 05 de agosto de 2011)

Altera o Decreto nº [48.056](#), de 24 de maio de 2011, que instituiu o Gabinete Digital do Governador do Estado e a Comissão Permanente de Cultura e Governança Digital.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 82, incisos V e VII, da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º O art. 3º do Decreto nº [48.056](#), de 24 de maio de 2011, que instituiu o Gabinete Digital do Governador do Estado e a Comissão Permanente de Cultura e Governança Digital, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Fica instituída Comissão Permanente de Cultura e Governança Digital, sob coordenação do Gabinete Digital do Governador, composta por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos:

- I – Gabinete do Governador;*
- II – Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social;*
- III – Casa Civil;*
- IV – Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã;*
- V – Secretaria-Geral de Governo;*
- VI – Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital;*
- VII – Secretaria da Educação;*
- VIII – Secretaria da Cultura;*
- IX – Secretaria da Segurança Pública*
- X – Secretaria da Fazenda;*
- XI – Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos;*
- XII – Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos;*
- XIII – Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico;*
- XIV – Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS;*
- XV – Fundação para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul – FDRH.*

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 4 de agosto de 2011.

FIM DO DOCUMENTO

ANEXO N



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Gabinete de Consultoria Legislativa

DECRETO Nº 50.111, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013.
(publicado no DOE n.º 038, de 26 de fevereiro de 2013)

Introduz alterações no Decreto nº 48.056, de 24 de maio de 2011, e dispõe sobre o Gabinete Digital e a Comissão Permanente de Cultura e Governança Digital.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 82, incisos V e VII, da Constituição do Estado,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica alterada a Ementa do Decreto nº 48.056, de 24 de maio de 2011, que institui o Gabinete Digital do Gabinete do Governador e a Comissão Permanente de Cultura e Governança Digital, conforme segue:

“Institui o Gabinete Digital e a Comissão Permanente de Cultura e Governança Digital.”

Art. 2º Os arts. 1º e 3º do Decreto nº 48.056/11, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído o Gabinete Digital, órgão articulador da política de Cultura e Governança Digital, vinculado à Secretaria-Geral de Governo e coordenado por seu Titular, com o objetivo de promover a cultura democrática e o fortalecimento da cidadania, visando a aumentar a eficiência e o controle social sobre o Estado, e estruturar a relação do Governador com as diversas formas de escuta e de participação, por meio das novas tecnologias de informação e comunicação.

...

Art. 3º Fica instituída Comissão Permanente de Cultura e Governança Digital, sob coordenação do Gabinete Digital, composta por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos:

- I - Secretaria-Geral de Governo;
- II - Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social;
- III - Casa Civil;
- IV - Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã;
- V - Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital;
- VI - Secretaria da Educação;
- VII - Secretaria da Cultura;
- VIII - Secretaria da Segurança Pública;
- IX - Secretaria da Fazenda;
- X - Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos;
- XI - Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos;

<http://www.al.rs.gov.br/leis>

ANEXO N

XII - Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico;

XIII - Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS; e

XIV - Fundação para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul - FDRH.

§ 1º Os integrantes da Comissão serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e designados pelo Governador do Estado.

§ 2º O Coordenador da Comissão poderá convidar representantes de outros órgãos, entidades da administração pública ou de organizações da sociedade civil, para participar das reuniões e discussões por ele organizadas.”

Art. 3º Os servidores designados para atuarem no Gabinete Digital de que trata este Decreto, passam a ter lotação na Secretaria-Geral de Governo, com seus respectivos cargos em comissão, funções gratificadas e gratificações equivalentes.

Art. 4º O acervo patrimonial e material do Gabinete Digital será transferido para a Secretaria-Geral de Governo.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 48.223, de 4 de agosto de 2011.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2013.

FIM DO DOCUMENTO